

Trabalho *necessário*

V.20, Nº 43 - 2022 (set-dez)

ISSN: 1808-799X



**Trabalho, natureza e educação
ambiental crítica**

PORTINARI
59

EDITORES

Lia Tiriba, Jacqueline Botelho e Regis Arguelles da Costa

EDITORAS ADJUNTAS

Sandra Morais e Mahalia Aquino

CONSELHO EDITORIAL

Caridad Perez García (UCPEJV – Cuba), Celso Ferretti (UNISO - Brasil), Gaudêncio Frigotto (UFF / UERJ-Brasil), José Claudinei Lombardi (UNICAMP – Brasil), Maria Ciavatta (UFF - Brasil), Roberto Leher (UFRJ - Brasil), Tomás Rodrigues Villasante (UCM – Espanha), Sonia Maria Rummert (UFF - Brasil) e Virgínia Fontes (UFF / EPJV / Fiocruz - Brasil).

COMITÊ CIENTÍFICO

Alexandre Maia do Bomfim (IFRJ), Ana Motta (UFF), André Feitosa (EPSJV/FIOCRUZ), André Martins (UFJF), Andrea Araújo Vale (UFF), Anita Handfas (UERJ), Angela Siqueira (UFF), Angela Tamberlini (UFF), Claudio Fernandes da Costa (UFF), Célia Regina Vendramini (UFSC), Daniela Motta (UFJF), Dante Moura (IFRN), Deise Mancebo (UERJ), Domingos Leite Lima Filho (UTFPR), Dora Henrique da Costa (UFF), Doriedson do Socorro Rodrigues (UFPA), Edison Oyama (UFRR), Edson Caetano (UFMT), Eneida Oto Shiroma (UFSC), Eraldo Leme Batista (UNIVAS-MG), Eveline Algebaile (UERJ), Filippina Chinelli (EPSJV/FIOCRUZ), Flávio Anício (UFRRJ), Francisco José Lobo Neto (FIOCRUZ), Guadalupe Teresinha Bertussi (UNAM e UFSC), Hajime Nozaki (UFMS e UFJF), Henrique Tahan Novaes (UNESP), Ivo Tonet (UFAL), Jacqueline Botelho (UFF), Jaqueline Ventura (UFF), João dos Reis da Silva Jr. (UFSCar), José dos Santos Souza (UFRRJ), José Luiz Cordeiro Antunes(UFF), Júlio Cesar França Lima (FIOCRUZ), Justino de Souza Junior (UFC), Kátia Lima (UFF), Laura Souza Fonseca (UFRGS), Lea Calvão (UFF), Lia Tiriba (UFF), Lígia Klein (UFPR), Luciana Requião (UFF), Marcelo Lima (UFES), Maria Clara Bueno Fischer (UFRGS), Maria Cristina Paulo Rodrigues (UFF), Maria Inês do Rego Monteiro Bomfim (UFF), Maria de Fátima Félix Rosar (UNICAMP), Marcia Alvarenga (UERJ), Mariléia Maria da Silva (UDESC), Marisa Brandão (CEFET-RJ), Marise Ramos (UERJ,FIOCRUZ), Marlene Ribeiro (UFRGS), Myriam Feldfeber (UBA - Argentina), Ney Luiz Teixeira Almeida (UERJ), Olinda Evangelista (UFSC), Ramon de Oliveira (UFPE), Raquel Varela (Universidade Nova de Lisboa- Portugal), Roberto Leher (UFRJ), Ronaldo Lima (UFPA), Rosilda Benacchio (UFF), Rui Canário (Universidade de Lisboa – Portugal), Sandra Maria Siqueira (UFBA), Sandra Morais (UNIRIO), Sérgio Lessa (UFAL), Susana Vasconcellos Jimenez (UFC), Tatiana Dahmer (UFF), Valdemar Sguissardi (UFSCar), Vania Motta (UFRJ), William Kennedy do Amaral Souza (IFRO) e Zuleide Silveira (UFF).

ORGANIZAÇÃO DA TN 43 (2022)

Alexandre Maia do Bomfim - Grupo de Pesquisa em Trabalho-Educação e Educação Ambiental (GPTEEA-IFRJ)

ASSISTENTES/COLABORADORES DE EDIÇÃO

Daniel Tiriba, José Luiz Cordeiro Antunes (UFF), Lândhor Borges Camello (UFF) e William Kennedy do Amaral Souza (IFRO)

FOTO DA CAPA

“Espantalho” – Cândido Portinari, 1959, pintura a óleo / madeira compensada, direito de reprodução gentilmente cedido por João Cândido Portinari (PORTINARI LICENSING LTDA e ASSOCIAÇÃO CULTURAL CANDIDO PORTINARI).

MONTAGEM DA CAPA

Daniel Tiriba

Trabalho necessário

V.20 nº 43 / set-dez (2022) ISSN: 1808-799 X

Indexado por / Indexed by



Apoio:



Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá/SDC/UFF Bibliotecária:
Mahira de Souza Prado CRB-7/6146

• **T758 TrabalhoNecessário [recurso eletrônico] / Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, Núcleo de Estudos, Documentação e Dados sobre Trabalho e Educação. – Ano 1, n. 1 (2003)-. – Niterói: NEDDATE, 2003-.**

•

•

•

•

• **Anual, 2003-2007; Semestral, Jan./Jun. 2008-Jul./Dez. 2014; Quadrimestral, Jan./Abr. 2015-.**

• Modo de acesso: World Wide Web.

• Título extraído da home page (acesso em 06 mar. 2018).

• Disponível em: <http://www.uff.br/trabalhonecessario/>

• ISSN: 1808-799x

• 1. Educação. 2. Ensino. I. Universidade Federal Fluminense. Faculdade de Educação. II. Universidade Federal Fluminense. Núcleo de Estudos, Documentação e Dados sobre Trabalho e Educação.

CDD 370

Editorial

DITADURA NUNCA MAIS! FASCISMO JAMAIS!¹

No meio jornalístico, - o que não é diferente quando se trata de um periódico científico -, os leitores/as e autores/as esperam que um Editorial expresse, na sua essência, a postura política daqueles que veiculam as informações e/ou socializam resultados de pesquisa sobre diversas áreas do conhecimento. No horizonte de um “jornalismo integral”, na concepção de Gramsci (2006), a linha editorial da *Revista Trabalho Necessário* é clara: “nas sociedades cindidas em classes sociais antagônicas, a produção do conhecimento está sempre vinculada a uma determinada concepção da realidade”². As ciências não são neutras, constituindo-se como parte integrante de projetos societários em disputa, o que requer de nós o embate político teórico e prático, entendido como trabalho necessário para superação da sociedade capitalista. Esta disputa esteve fortemente presente na atual campanha eleitoral para presidente do Brasil.

Foi por menos de dois pontos percentuais que Luiz Inácio Lula da Silva venceu Jair Bolsonaro no dia 30 de outubro de 2022. O resultado do segundo turno das eleições levou caminhoneiros adeptos ao projeto neofascista da extrema-direita a interditar rodovias no país, e pedir intervenção militar.

Em seu pronunciamento, Lula reafirmou compromissos da campanha eleitoral, sendo o mais urgente, acabar com a fome de 32 milhões de brasileiros. “A roda da economia vai voltar a girar, com geração de empregos, valorização dos salários e renegociação das dívidas das famílias que perderam seu poder de compra”. Ressaltou que, além de comida, o povo quer “liberdade religiosa”. Quer livros em vez de armas. Quer ir ao teatro, ver cinema, ter acesso a todos os bens culturais, porque a cultura alimenta nossa alma”. Disse ainda o presidente eleito que,

¹ Editorial recebido em 06/11/2022. Aprovado pelos editores em 07/11/2022. Publicado em 10/11/2022. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v20i43.56434>.

² <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/about>.

ao invés de perpetuar as desigualdades, o crescimento econômico deve ser repartido entre toda a população.

Afirmando não existir “dois brasis” e que “a constituição rege a nossa convivência coletiva”, ressaltou que “este país precisa se reencontrar consigo mesmo”, enfrentando “sem tréguas o racismo e o preconceito”. Diante de milhares de pessoas que foram comemorar na Avenida Paulista e em outros cantos do país e do mundo, também assegurou ser “possível gerar riqueza sem destruir”. Falou em “pacificação ambiental”, em “desmatamento zero”, sugerindo a criação de um “ministério dos povos originários”, o que levou o Ministro do Meio Ambiente da Noruega a se posicionar sobre a retomada da ajuda ao governo brasileiro para combater o desmatamento na Amazônia, ajuda esta que foi interrompida em 2019 no governo Bolsonaro. Para Lula,

Uma árvore em pé vale mais do que toneladas de madeira extraídas ilegalmente por aqueles que pensam apenas no lucro fácil, à custa da deterioração da vida na Terra. Um rio de águas límpidas vale muito mais do que todo o ouro extraído à custa do mercúrio que mata a fauna e coloca em risco a vida humana.

Quando uma criança indígena morre assassinada pela ganância dos predadores do meio ambiente, uma parte da humanidade morre junto com ela. O Brasil está pronto para retomar o seu protagonismo na luta contra a crise climática, protegendo todos os nossos biomas, sobretudo a Floresta Amazônica.

O novo presidente assegurou que “as grandes decisões não serão tomadas em sigilo”. Mas, frente a um Congresso Nacional deveras conservador, seria ingenuidade acreditar que, para poder governar e combater o fascismo, não seria necessário fazer concessões aos homens de negócio. E é aí onde mora o perigo! Como diz E.P. Thompson (1981), as experiências de classe não são apenas para ser vividas, mas para ser percebidas e modificadas; assim, frente ao neoextrativismo e agronegócio, como frear a produção destrutiva do capital e as políticas econômicas genocidas que avançam sobre os territórios dos povos e comunidades tradicionais? Em que medida a classe trabalhadora do campo e da cidade será capaz de se manter mobilizada para fazer valer suas reivindicações? Que novas estratégias de luta poderão nos levar à construção da hegemonia do trabalho sobre o capital?

No que diz respeito às lutas pela educação pública voltada para as necessidades da classe trabalhadora, o resultado das eleições presidenciais foi um

passo fundamental, e que possibilita a abertura de um amplo leque de demandas. Sem querer esgotar a agenda progressista e democrática da educação, ressaltamos algumas questões incontornáveis e de caráter estrutural: revogação do Teto de Gastos, rediscussão do Novo Ensino Médio e da BNCC, bem como da BNC-Formação. Por último, devemos organizar o combate a todo entulho reacionário e fascista na educação pública, representado pelas escolas cívico-militares e pela influência de fundamentalistas religiosos no governo federal. Para tanto, faz-se necessário reafirmar o caráter democrático, plural e popular da escola pública. Afinal, conforme nos lembra Adorno (2011), o objetivo crucial da educação após a barbárie fascista deve ser impedir que ela se repita.

Vivemos um processo crescente de mercantilização e sucateamento da saúde, da cultura, da educação e dos demais espaços/tempos das relações sociais. Ainda em relação à educação, como costuma dizer Gaudêncio Frigotto - um dos criadores e membros do conselho editorial desta Revista -, ao invés de preparar para o mercado de trabalho, a escola pública gratuita e laica, bem como os processos educativos em geral deveriam contribuir para o entendimento da lógica perversa da sociedade produtora de mercadorias, que mercantiliza tanto a força de trabalho como as demais forças da natureza.

Odeio os indiferentes, assim dizia o filósofo Antonio Gramsci, em *La Città Futura*, em 11 de fevereiro de 1917, referindo-se aqueles homens e mulheres cujas lamúrias nos provocam tédio. Por representar “abulia, parasitismo, covardia e, portanto, não ser vida”, a indiferença à política é um “peso morto na História”. Ao ganhar o status de fatalidade, a indiferença atua poderosamente na história. Atua passivamente, mas atua”. Assim, por não estar “à janela a olhar enquanto um pequeno grupo se sacrifica” (s/d, p. 88), importante registrar que nossa Revista refuta o ‘negacionismo científico’, o qual contribui para a produção de pós-verdades, asseguradas, dentre outras coisas, por *fake news* que assolam as redes sociais (e antissociais). Em última instância, o negacionismo configura-se como concepção de mundo e, ao mesmo tempo, como estratégia para fugir das verdades que são desconfortáveis para os grupos sociais que, hoje, se apresentam (e/ou se confundem) com a extrema direita no Brasil, e que caminha rumo à construção da hegemonia cultural do fascismo, em detrimento da democracia socialista e, inclusive da democracia liberal-burguesa.

Gramsci foi preso na Itália no dia 08 de novembro de 1926, vindo a morrer no dia 27 de abril de 1937, o que significa dizer que, dos 46 anos vividos, passou quase onze anos nos cárceres fascistas. No Brasil, nas eleições presidenciais de 2022, criamos a frente pela democracia, pela vida e contra a utilização da máquina administrativa em nome da ganância do capital. Depois de bradar 'ditadura nunca mais' e correr o risco de acelerar o processo de instalação de ditadura fascista, é preciso seguir lutando! Mesmo com a vitória de Lula, o fascismo continua batendo à nossa porta.

É no contexto das eleições presidenciais e dos 30 anos da *Eco-92*, ocorrida no Rio de Janeiro, que a Revista Trabalho Necessário apresenta aos leitores e leitoras a TN 43 (setembro a dezembro/2022). O número temático sobre *Trabalho, natureza e educação ambiental crítica* foi organizado pelo **Prof. Dr. Alexandre Maia do Bomfim** (GPTEEA-IFRJ), com quem tivemos o prazer de viver uma rica experiência de construção coletiva. A coletânea de textos se constitui como grande contribuição para que possamos analisar as relações seres humanos e natureza mediadas pelo trabalho, bem como as lutas de classe, formas de resistência e processos educativos que apresentam perspectivas antagônicas à produção destrutiva do capital.

Desejamos a todos uma boa leitura e muita disposição para a luta!

Lia Tiriba, Jacqueline Botelho e Regis Argüelles da Costa (Editores)

Sandra Morais e Mahalia Aquino (Editores Adjuntos)

Referências

ADORNO, T. **Educação e emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GRAMSCI, A. Indiferentes. In: CAVALCANTI, Pedro Uchoa; PICCONE, Paolo. **Convite à leitura de Gramsci**. Rio de Janeiro: Edições Achiamé, s/d, p 86-88.

GRAMSCI, A. Jornalismo. In **Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo**. 4ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 195-214

LULA DA SILVA, L. I. **Pronunciamento** em 30 de outubro de 2022.

DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA AO ECOSSOCIALISMO: ENTRE A CONCILIAÇÃO COM O SISTEMA DO CAPITAL E A CONSTRUÇÃO DE UM NOVO HORIZONTE¹

Alexandre Maia do Bomfim²

Goreng: *[Todos] Precisam racionar a comida! (...)*
Trimagasi: *Ei, ei, ei... Você é comunista?*
Goreng: *Sou razoável. Racionamento seria justo...*
Trimagasi: *Os de cima não escutam comunista!*
[Diálogo entre os personagens principais do filme
“O Poço” (El Hoyo)].

Antes de fazer a Apresentação deste número temático sobre *Trabalho, Natureza e Educação Ambiental Crítica*, editado pela *Revista Trabalho Necessário* (TN), vale registrar o momento histórico dessa escrita. Há poucos dias tivemos a eleição presidencial mais acirrada de todos os tempos no Brasil. Acabamos de eleger Luiz Inácio Lula da Silva, no dia 30 de outubro de 2022, para mais um mandato de quatro anos, que será seu terceiro. Lula derrotou o presidente Jair Bolsonaro, primeiro presidente que não se reelege no Brasil por meio do voto democrático. Lula obteve 60.345.999 (50,90%) de votos, enquanto Bolsonaro obteve 58.206.354 (49,10%), quer dizer, menos de 2% foi a distância entre os dois adversários³. É um Brasil profundamente polarizado, como nunca se viu. Vale compreender que estar polarizado é mais do que estar dividido. Dividido, o Brasil sempre foi. A diferença é que as divisões anteriores traziam mais frações da sociedade para o momento do pleito, ao menos para o primeiro turno, mas não foi assim nessa eleição, porque desde o primeiro momento só houve dois candidatos,

¹ Recebido em 08/11/2022. Aprovado pelos editores em 09/11/2022. Publicado em 10/11/2022.
DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v20i43.56449>.

² Doutor em Ciências Humanas-Educação. Professor Associado III do Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências (Propec) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) E-mail: alexandre.bomfim@ifrj.edu.br. lattes <http://lattes.cnpq.br/9426535856477661>.
ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5617-2229>.

³ Disponível em: <https://resultados.tse.jus.br/oficial/app/index.html#/eleicao/resultados>. Acesso em novembro de 2022.

de fato. Dessa forma, deu-se margem também para as polarizações conceituais para apreender (ou até orientar) a disputa política que foi se observando. Utopia ou barbárie? Neofascismo ou democracia? Comunismo ou conservadorismo? Direita ou esquerda? Na maior parte das vezes, debates postos para serem superficiais, sem esforço de reflexão, sem leitura, sem pesquisa, sem lastro de realidade. E a arena principal desses debates ocorrendo nas redes sociais digitais. Uma arena política muito diferente de outros tempos, porque nela os debates não são resolvidos, não há vencedores (ou relativamente só depois do pleito), os temas não se desenvolvem, os preconceitos são mantidos, as diferenças não são postas frente a frente; os lados opostos até tangenciam um ao outro, mas somente para que os conceitos possam retornar para seus próprios grupos (bolhas) de forma subordinada.

É nesse contexto sociopolítico-digital que entregamos esse número 43 da *Revista Trabalho Necessário* para uma reflexão urgente sobre a relação que precisamos obter com o meio ambiente, sobre a relação metabólica que nós, seres sociais e políticos, possuímos com a natureza. Aqui estamos considerando a tríade “Trabalho, Ambiente e Educação”, viemos fazer essa reflexão tendo sempre como pano-de-fundo a crítica ao sistema do capital e subsidiados pela teoria marxista. Nosso propósito aqui é trazer nossa trajetória e ter um pouco de ousadia, no caso reconstruir a esperança e indicar o futuro. Desde o título desta Apresentação queremos demonstrar que acumulamos na Educação Ambiental Crítica e, sem subterfúgios, tentar puxar o futuro para nós, ensaiando a utopia de uma sociedade ecossocialista.

Há algum tempo trabalhamos com a Educação Ambiental (EA), há algum tempo estamos na busca de teorizar e praticar uma educação intencionalmente crítica, que fosse capaz inclusive de convergir com nossa trajetória anterior, marxista, pertencente à área de Trabalho e Educação. Inevitavelmente tivemos que adjetivar nossa EA, um pouco para distingui-la de “outras educações”, mas sobretudo para salientar as nossas características: ser crítica ao sistema do capital (MÉSZÁROS, 2002) e considerar a perspectiva do conflito, a luta de classes. Dessa forma que aqui estamos, com nossa compreensão de Educação Ambiental Crítica (EA-crítica), a que nos filiamos e para onde tentamos constituir nossas leituras, nossas pesquisas, nossa prática... E nos distinguir de “outras educações” significa

nos diferenciar, evidentemente, daquelas alinhadas ao sistema do capital, nos diferenciar também das que se pretendem reformistas porque entendem ser possível um grau de crítica desassociado da meta inegociável de transformar a sociedade.

Certamente que esse nosso percurso, ainda que busque constituir sua própria massa crítica, não é linear, tem suas idas e vindas, porque é dialético. É um percurso feito dentro de um grupo de pesquisa⁴, receptivo às pessoas que passaram por nós (discentes, docentes, pesquisadores) e nada imune aos momentos históricos. Se em alguns momentos podemos reivindicar uma crítica de vanguarda que reivindique o socialismo e que nos permita dizer inclusive que “desenvolvimento sustentável” é um termo insuficiente; noutra momento, precisamos realizar o mais básico dos posicionamentos, como lutar pelos direitos sociais básicos, reivindicar a democracia, defender a ciência contra o obscurantismo. De qualquer maneira, nossa reflexão sempre procurou estar próxima da escola:

Quando pensamos neste [estudo], não pressupomos que a “Questão Ambiental” estivesse fora da Educação Básica, como também não pressupomos que fosse suficiente sua entrada e permanência. Ao contrário, pressupomos que precisávamos nos contrapor a algo estabelecido, em termos de “Educação em Ciências”, em termos de “Educação Ambiental”... Propomos uma ciência politizada! Nossa prática ideológica é buscar o conhecimento. Cada vez mais, vamos entendendo que a Educação Ambiental Crítica (EA-crítica) é aquela que quer conhecer até o fim, que quer o aprofundamento das questões, enquanto a educação conservadora quer exatamente camuflar ou simplesmente manter-se na superfície. Esta é nossa definição mais básica para a EA-crítica... (*Contracapa do livro “A Questão Ambiental na Educação Básica, BOMFIM et al, 2015*).

O contexto atual está mais adverso, os conceitos estão sendo disputados em novas bases, como exemplo, agora nos vemos na luta contra o fascismo ou neofascismo⁵. Neste momento, o simples ato de educar e fazer ciência se tornou um ato subversivo. Nessa hora, talvez nem fosse estratégico dizer que nossa Educação Ambiental Crítica nos leva ao Ecosocialismo.

Isso não nos impede de ter a esperança de que no futuro nossas reflexões encontrem mais ressonância na sociedade. No final deste texto, faço a apresentação

⁴ Grupo de Pesquisa em Trabalho-Educação e Educação Ambiental (GPTEEA) do IFRJ.

⁵ No momento que estamos fechando este texto, poucos dias após a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva no pleito eleitoral (que ocorreu no dia 30 de outubro de 2022), no Brasil assistimos manifestações de pessoas identificados com o fascismo que reivindicam intervenção militar contra o resultado das eleições.

dos trabalhos desta TN 43, mas posso adiantar que são, de maneira geral, também críticos à sociedade capitalista. Mas, é bom não aprisioná-los ao posicionamento que assumimos aqui com o Ecosocialismo; esse é nosso, recente e ponto culminante de nossa caminhada teórica. Essa caminhada que encontrou oportunidade e acolhimento aqui na *Revista Trabalho Necessário*, periódico do Núcleo de Estudos, Documentação e Dados sobre Trabalho e Educação (NEDDATE), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação e à Faculdade de Educação, da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Aqui, trazemos um pouco do nosso percurso teórico-político, de como saímos de um “ecologismo correto”, passando pela crítica ao conceito economicista de Desenvolvimento Sustentável, indo pela incorporação da luta de classes, reivindicando a análise dos conflitos socioambientais, apreendendo outras possibilidades e sociabilidades com os povos originários, considerando atividades contraditórias no interior do capitalismo (como a agroecologia), até chegar ao horizonte do ecosocialismo.

Por que a EA não vem dando certo?

Fazemos aqui um encadeamento de reflexões, a partir de nossas leituras e nossas pesquisas (BOMFIM, 2021). Começamos com Michael Löwy (2005) que tentou convergir a pauta da luta dos socialistas (os vermelhos) com a dos ambientalistas (os verdes) para criticar o “sistema do capital” (MÉSZÁROS, 2002). Ele distinguiu os próprios ambientalistas e mostrou que alguns estão em militância ineficaz quando defendem “desenvolvimento sustentável” porque propõem uma conciliação com o capital. Por outro lado, Löwy mostrou aos vermelhos que a preocupação com o meio ambiente deveria ser incorporada, pois não é só importante, mas central, apontando que além da luta pela tomada do Estado, deve-se garantir que se torne ecológico. Não obstante, o primeiro Löwy ecosocialista não conseguiu ir muito além disso, obteve algumas críticas importantes que identificamos em duas vias. A primeira crítica que recebeu (ainda que tenha sido apenas uma ressalva), foi a de que ele poderia ter percebido que no próprio materialismo histórico-dialético já havia os pressupostos para se considerar a

questão ambiental, porque o método proporciona isso e não deveria ter se detido aos momentos que essa reflexão ainda era incipiente.

(...) Michael Löwy criticou (...) passagem [do Manifesto Comunista] como uma manifestação da atitude ingênua de Marx em relação à modernização e ignorância sobre a destruição ecológica embutida no desenvolvimento capitalista (...).

Mesmo que sua interpretação reflita com precisão o pensamento de Marx à época, a crítica de Löwy dificilmente pode ser generalizada para toda a obra de Marx, uma vez sua crítica ao capitalismo se tornou cada vez mais ecológica a cada ano que passou. (...) a evolução de seu pensamento subsequente (...) mostra que, em seus últimos anos, Marx ficou seriamente preocupado com o problema do desmatamento (...). (SAITO, 2021, p. 316).

A segunda crítica, que consideramos mais grave, ocorreu quando Löwy tangenciou uma ideia que pode ter descaracterizado a “luta de classes”:

(...) O combate para salvar o meio-ambiente, que é necessariamente o combate por uma mudança de civilização, é um imperativo humanista, que diz respeito não apenas a esta ou àquela classe social, mas ao conjunto dos indivíduos. (LÖWY, 2005, p. 73).

Löwy, nesse momento, marcou uma distância conceitual em relação ao marxismo, quando complementou dizendo que a destruição da natureza seria “a segunda contradição do capitalismo” (preservada a compreensão que a primeira contradição é a exploração do trabalho pelo capital). Contrários a esse primeiro Löwy, com o aporte de Chesnais e Serfati (2003), prosseguimos compreendendo que a contradição original do capitalismo continuaria ser a necessidade de o capital valorizar-se pela exploração do trabalho. Na verdade, a degradação da natureza não é uma contradição para o capital, porque não se opõe às máximas da economia capitalista (como a valorização advinda da escassez). Esse primeiro ecossocialismo de Löwy permitiu a ideia de que as responsabilidades com a degradação ambiental se dariam da mesma forma entre indivíduos e grupos sociais, como também assim seriam as experimentações das mazelas.

Não obstante, um segundo Löwy emerge num texto de 2013, aparando essas arestas, mencionando Walter Benjamin, relembra que “o capitalismo nunca vai morrer de morte natural” (*op. cit.*). Nesse artigo, recupera a luta de classes, alcança que a agressão ao meio ambiente não é contradição para o sistema do capital e recupera a urgência da revolução. E mais, esse texto acertou profeticamente o que viria ocorrer no capitalismo contemporâneo, ao indicar que: “(...) o sistema

continuará a explorar o planeta, até que a própria vida humana se encontre ameaçada” (LÖWY, 2013, p. 79).

Depois disso, reajustadas essas ideias de Löwy, vale registrar para todos nós que: se a degradação da natureza não é contradição para o capital, é para o ser humano!⁶ Vamos à crítica do conceito de “Desenvolvimento Sustentável”.

“Desenvolvimento Sustentável” (DS) é resultado de uma disputa, que na superfície pode parecer apenas de termos, mas que no fundo traz as compreensões e orientações para as políticas públicas (LAYRARGUES, 1997). DS é expressão de teor economicista da perspectiva conciliatória com o capital, conceituação limitada que remete sua preocupação às gerações futuras (o que implicaria numa indeterminação) para não se comprometer com as gerações presentes.

Nessa recuperação de nosso percurso desenvolvimento teórico-metodológico, vale trazer o conceito de “trabalho” enquanto categoria sociológica chave. O trabalho, em seu sentido ontológico, é a própria mediação metabólica⁷ entre homem e natureza, onde se realiza a reprodução da vida e a constituição da própria cultura. Os homens experimentam diferentes culturas, caracterizam-se pela diversidade, ou seja, não precisamos ter respostas únicas para relação com a natureza. E mais, podemos considerar que culturas que elevaram à vida num momento inicial, no seu *devir* podem se tornar “culturas de morte”

(...) Nós não devemos nos vangloriar demais das nossas vitórias humanas sobre a natureza. (...) É verdade que cada vitória nos dá, em primeira instância, os resultados esperados, mas em segunda e terceira instâncias ela tem efeitos diferentes, inesperados, que muito frequentemente anulam o primeiro. (ENGELS apud LÖWI, 2005, p. 22).

Povos originários, por exemplo, podem nos oferecer caminhos melhores para nossa vida como elemento da natureza.

Mészáros (2002), nos indica: não há caminho conciliatório com o sistema do capital. É possível que por conta de uma análise de conjuntura, por conta de uma luta política contextualizada, seja necessário fazer concessões. Não obstante, essas

⁶ “(...) não é possível construir o socialismo num planeta arrasado.” (prefácio de Sabrina Fernandes em SAITO, 2021, p. 14).

⁷ “(...) conceito de metabolismo, embora não fosse utilizado uniformemente por Marx, embasa sua compreensão da natureza, e por consequência dos seres humanos, sob o capital. (...) (prefácio de Sabrina Fernandes em SAITO, 2021, p. 14).

concessões precisam ser logo reavaliadas, não podem perdurar. Esses momentos são difíceis de refletir, por isso que os estudos teóricos estruturais precisam continuar, guiar-se pelo aprofundamento dos temas e análise, como desejar o compartilhamento etc.

Mészáros (2005) até indica caminhos à Educação, mas desde que seja inconciliável com o sistema do capital. Com esse autor, é possível constituir uma educação com “aspirações emancipatórias” (MÉSZÁROS, 2002), exatamente numa reconstrução em que nos colocamos absolutamente no lado antagônico à educação formal capitalista. Isso também vale para a EA-crítica. Há um limite teórico-prático para nós, a partir desse estudo de Mészáros: como buscar essas aspirações emancipadoras no interior da escola formal, supostamente reprodutora e favorável ao capital?

Num esforço de sintetizar a reflexão e a contribuição dos autores que nos acompanharam (e até a militância) até aqui, instituímos “praxicamente” as “Onze Teses para (constituir) uma EA-crítica” (BOMFIM, 2011): I) resgatar o humanismo; II) desmitificar o capitalismo, apontando que a depredação do ambiente não é uma contradição para o capital; III) mostrar os limites do desenvolvimento sustentável; IV) manter-se em revisão permanente; V) criticar a perspectiva conservadora da EA; VI) mostrar os limites das propostas comportamentalistas e individualistas da EA; VII) problematizar ou redimensionar as ações paliativas à questão ambiental; VIII) denunciar os principais responsáveis pela degradação ambiental; IX) mostrar quem mais sofre com a degradação; X) mostrar que a proposta idealista de conscientização ambiental tende a ser insuficiente à transformação; XI) buscar aspirações e experiências emancipadoras.

Enfim, chegamos à conclusão que na relação trabalho, ambiente e educação há um ponto de interseção que une os termos, criticamente: o “conflito socioambiental”. Pressupor o conflito socioambiental é pressupor que a luta de classes se mantém no interior do sistema do capital, em todas as suas frentes, desde as mais evidentes até as mais disfarçadas, desde a luta por território, desde o que passa pela expansão de grileiros e garimpeiros sobre terras indígenas, até os produtos camuflados por selos ecológicos (que dissimulam algumas empresas capitalistas que se dizem preocupadas com o meio ambiente). É a perspectiva do conflito que pode garantir o movimento da crítica, que buscará o conhecimento pela

investigação, pelo desvelamento, pela denúncia. Essa perspectiva também busca aspirações e experiências emancipatórias.

O sistema do capital, em sua fração mais reacionária, promove a rejeição da ciência, propõe mordida aos educadores, faz proselitismo, mas até sua fração liberal reitera propagandas que mais escondem do que mostram os interesses de classe (como as do agronegócio). No fim das contas, no quarto dos fundos do capitalismo se mantém o latifúndio, o desmatamento, as indústrias poluidoras, a pilhagem da natureza, a submissão dos grupos originários etc. O capitalismo continua pujante em suas características principais, como a exploração do trabalho, o processo de mercantilização de tudo e o aprisionamento do Estado nas mãos de uma minoria. A questão ambiental, exatamente por não ser uma contradição imediata ao sistema do capital, se torna mais vulnerável. O capitalismo pode destruir a natureza até a última folha. Essa falta de cuidado inerente do capitalismo com o ambiente, certamente, engendrará eventos extraordinários (como uma pandemia!), mas o curioso é que nem isso garante que a sociedade enxergue. Por isso, a educação é urgente, a educação científica é imprescindível, a educação política sempre. Por conta de tudo isso que dizemos que a Educação Ambiental conciliatória, infelizmente a que mais encontramos nas escolas, não está dando certo, porque é uma “educação até certo ponto”, não pode ir até o fim, porque fica nos primeiros momentos, caracteriza-se como comportamentalista, pacificadora, reativa, paliativa, ou mesmo em atraso...



Imagem 1: Charge Brasil da 1ª Mostra Internacional de Humor sobre EA (2012).

Fonte: <http://cpeasul.blogspot.com/2012/09/1-selecionado-na-1-mostra-internacional.html>. Acesso em novembro de 2022.

Depois que fracassa, torna-se a educação das contingências e das mitigações.



Imagem 2: Charge Uzbequistão da 1ª Mostra Internacional de Humor sobre EA (2012). Fonte: <http://cpeasul.blogspot.com/2012/09/1-selecionado-na-1-mostra-internacional.html>. Acesso em novembro de 2022.

A EA-crítica não se opõe às primeiras ações do que seria a EA “conciliatória”, ou “conservadora”, opõe-se aos limites que esse tipo de educação se coloca. A EA-crítica não deve ser contra a “coleta seletiva de materiais recicláveis” nas escolas, não deve ser contra a “horta escolar ou comunitária”, mas associa essas ações (como ponto-de-partida) para reflexões mais amplas, que vão desde a irresponsabilidade do descarte que fazem as empresas capitalistas, até questões de consumismo estrutural na economia. Mais de 97% das escolas brasileiras dizem fazer educação ambiental (TRAJBER e MENDONÇA, 2007), mas que tipo de educação ambiental fazem?

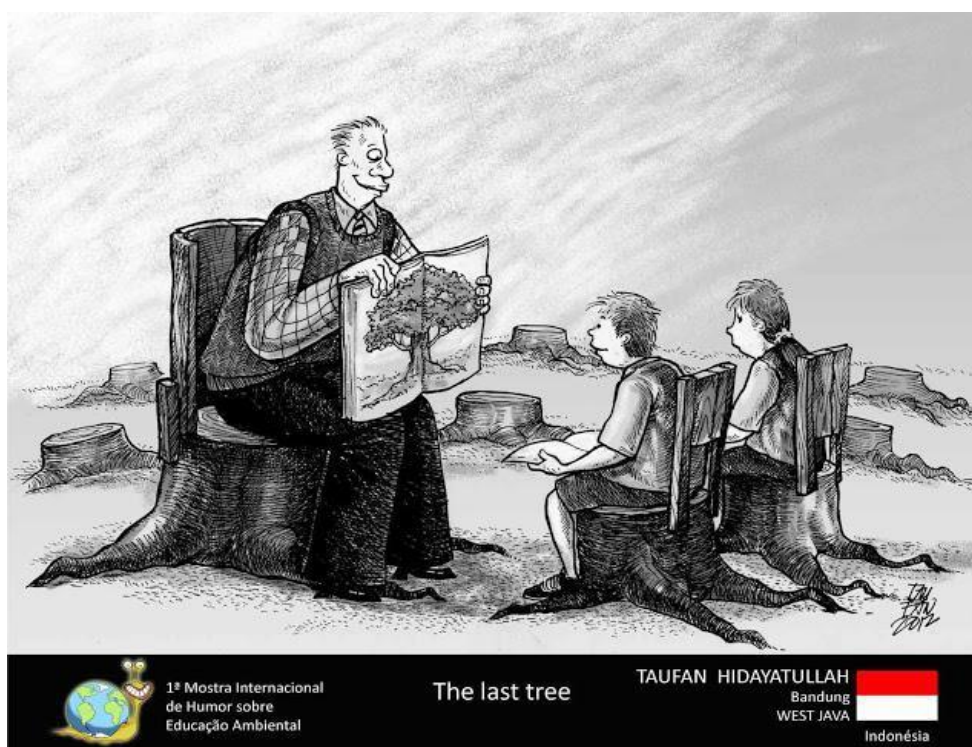


Imagem 3: Charge Indonésia da 1ª Mostra Internacional de Humor sobre EA (2012).
Fonte: <http://cpeasul.blogspot.com/2012/09/1-selecionado-na-1-mostra-internacional.html>. Acesso em novembro de 2022.

E como chegamos ao entendimento que precisamos refletir sobre uma Educação para o Ecosocialismo ou, pelo menos, para uma Educação que considere a superação do sistema do capital? Porque entendemos que, no interior do sistema do capital, o meio ambiente é visto exclusivamente como recurso, mesmo quando se reconhece haver serviços ambientais, porque todo o restante do processo de valorização do capital tende a extrair da natureza o que for necessário,

sem considerar qualquer risco de colapso. E porque a questão ambiental não é uma contradição imediata e evidente ao capital e porque a escassez ajuda no processo de mercantilização, com isso nutre-se a fé que as leis podem atrasar esse colapso, assim como outras ações paliativas do Estado. Com essa compreensão, não há como garantir criticidade à educação ambiental que fica na conciliação com o capital e dentro da ortodoxia econômica dos *homens de negócio*.



Imagem 4: Charge Alemanha da 1ª Mostra Internacional de Humor sobre EA (2012). Fonte: <http://cpeasul.blogspot.com/2012/09/1-selecionado-na-1-mostra-internacional.html>. Acessado em novembro de 2022.

O capitalismo é uma sociedade histórica que não extinguiu a luta de classes e seu processo civilizatório não tem como se estender para maior parte da população, da mesma forma que o homem não lhe é central, a natureza também não... Destarte, nossa insistência com a reflexão sobre o ecossocialismo é também possibilitar à esquerda mais um item para sua retomada, para que possa obter seu protagonismo político em novas bases, especialmente para um país com as características do Brasil, com enorme extensão territorial e biomas extraordinários.

Quem veio e de que forma veio refletir a Educação Ambiental Crítica na TN 43?

Antes de iniciarmos as apresentações dos trabalhos que aqui vieram, vale registrar as duas datas redondas a que chegamos: os 50 anos da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo; e os 30 anos da Eco-92, no Rio de Janeiro. Duas datas emblemáticas para o movimento ambientalista, que fazem com que as reflexões aqui sejam ainda mais oportunas. Não obstante, vale dizer que elas ficaram um pouco despercebidas dentro de um ano eleitoral tão importante para o Brasil. Não poderia ser diferente, porque os projetos políticos dos dois candidatos à presidência da República se mostraram tão antagônicos que preponderaram em relação a esses eventos. Agora, com a confirmação da vitória de Luiz Inácio Lula da Silva no dia 30 de outubro, retomar as Conferências de Estocolmo e do Rio podem se dar sobre novas bases, no mínimo sobre as bases da esperança...

Para compor esta edição da TN 43 fizemos uma chamada pública para que professores-pesquisadores viessem nos ajudar nessa reflexão, outros convidamos diretamente. Vale reproduzir a chamada:

O número temático acolherá pesquisas e estudos teóricos e empíricos que contribuam para análise da historicidade das relações entre seres humanos e natureza, e para a explicitação dos fundamentos teórico-metodológicos de uma Educação Ambiental Crítica (EA-Crítica). Serão reunidos artigos sobre a crítica à sociedade capitalista e que tenham em conta, entre outros, os processos de mercantilização da natureza, de degradação e devastação antrópicas; a análise do avanço do agronegócio, especialmente da monocultura e do neoextrativismo sobre os territórios dos povos e comunidades tradicionais. Será dado destaque às políticas do sistema do capital que têm gerado crimes socioambientais e conflitos, sejam no campo, sejam nas cidades e periferias. Serão consideradas as lutas de classe, formas de resistência, os processos formativos dos movimentos sociais no contexto da educação do campo e da agroecologia, e outras perspectivas antagônicas às do capital, impostas ao meio ambiente. Desejam-se trabalhos calcados em concepções e práticas de Educação Ambiental Crítica (EA-crítica) que se distingam de uma EA acrítica, conservadora e mantenedora da ordem do capital. Destarte, a proposta desse número é publicar estudos que considerem as relações entre trabalho, natureza e ambiente, tendo em conta suas implicações à educação⁸.

⁸ Cf. <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/announcement/view/604>.

É, sem dúvida, uma chamada forte. Claro que desejou atrair trabalhos que possuíssem suas “implicações à educação”, listamos o que esperávamos encontrar e convidar, não exatamente fechamos no referencial teórico no marxismo, mas confirmamos que viessem somar para “crítica à sociedade capitalista” e constituir uma Educação Ambiental que se distinguisse da que fosse “conservadora e mantenedora da ordem do capital”... E foi isso que encontramos nos textos que virão, a seguir.

Vale dizer que não seguirei a ordem dos textos como aparece no Sumário e que apresentarei cada um dos trabalhos de forma breve, como sinopses, porque a ideia principal é chegar logo até eles...

Primeiramente, registramos à **Homenagem à Eunice Trein**, nossa queridíssima professora, precisamente a pessoa que fez, de forma pioneira, o que vamos tentando fazer aqui: o encontro da teoria, dos pesquisadores, dos professores e dos militantes da área de “Trabalho e Educação” com a teoria, os pesquisadores, os professores e militantes da área de “Educação Ambiental”. Dentro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) isso corresponde aos GT 09 e ao GT 22, os dois em que a professora Eunice atuou efetivamente. Para complementar essa homenagem reproduzimos um texto antigo da professora intitulado **Educação Ambiental Crítica: crítica de quê?** Nesse texto, a professora Eunice marca sua elegância em dialogar com diferentes visões sobre a Educação Ambiental, no mesmo momento que vai trazendo essa criticidade para o terreno do marxismo, para terminar com atenção à luta de classes.

No texto do professor Philippe Pomier Layrargues, intitulado **Ecologia Política da Sociedade de Consumo e a ‘Produção Destrutiva’ no Limiar do Colapso Ambiental**, percebe-se todo esforço de síntese para associar leituras e dar conta do período expressivo do capitalismo da segunda metade do século XX, especialmente para compreender como chegamos à sociedade atual e aos riscos ambientais iminentes. **Relações Seres Humanos-Natureza: trabalho, cultura e produção de saberes**, dos professores Maria Clara Bueno Fischer e Doriedson do Socorro Rodrigues, é um dos textos que nos ajuda teoricamente a entender esse encontro da área Trabalho e Educação com os temas da relação homem e natureza. O artigo tem também um item a mais, quer é oferecer atenção a outros modos de vida que resistem no interior das contradições capital-trabalho. Nessa mesma

perspectiva, o texto **Educação Ambiental e outros Modos de Vida**, de Marcela de Marco Sobral, Mauro Guimarães e Ana Moura Arroz marca a urgência de se observar comunidades que possibilitem outros “modos de vida”, como alternativas concretas à sociedade, diante da constatação inquestionável que sob o capitalismo temos uma crise civilizatória e um sistema ambientalmente insustentável.

De Gustavo Soares Iorio, Lucas Magno e Guilherme Barbosa de Faria Umbuzeiro temos o texto **Mercantilização da Natureza e Acumulação Capitalista: o licenciamento ambiental em Minas Gerais**. O artigo traz uma constatação grave: as alterações no processo de licenciamento ambiental em Minas Gerais só corresponderam às expectativas do bloco de poder alinhado com acumulação capitalista. Inevitavelmente faz com que relacionemos isso com as recentes tragédias socioambientais que assolaram o estado de Minas Gerais nos últimos anos. O trabalho **Extensão Rural, Agronegócio e Conservadorismo: os limites de uma política pública para o campo**, de José Carlos de Amaral Júnior e Caroline Becher, discute como a extensão rural pública se encontra, atualmente, impossibilitada de lidar com a diversidade de sujeitos e modos de vida no campo. Esta reflexão é indispensável para entender como o agronegócio se instala e como constrói seu projeto conservador à sociedade.

De Rosa Gouvea de Sousa, Isabela Saraiva de Queiroz e Celso Sánchez Pereira temos o texto **A Proteção e a Promoção das Condições da Saúde Humana Dispostas na Eco-92 em giro pela Educação Crítica Ambiental**. Estudo imediatamente importante porque se atentou à data comemorativa da Eco-92, em certa medida é uma avaliação dessa Conferência que alcança 30 anos de sua realização. O trabalho, especificamente, retoma o debate da saúde enquanto elemento constitutivo da proteção ambiental, a partir do olhar da educação ambiental crítica.

O trabalho **Movimiento Agroecológico “Campesino a Campesino”:** **Experiencias, Participación Popular y Cuestiones Socioambientales en CUBA**, de Jesús Jorge Pérez García, é um artigo internacional que nos dá acesso a uma reflexão para além do solo brasileiro, apresenta resultados de uma pesquisa realizada em comunidades rurais em Cuba (2010 – 2015). O artigo de Ellen Rodrigues da Silva Miranda e Maria Jacqueline Girão Soares de Lima intitula-se **Experiências e Aproximações Teórico-Práticas de Mulheres Quilombolas da**

Amazônia Paraense com o Ecofeminismo. É uma pesquisa sobre mulheres quilombolas, sobre suas experiências de luta, especialmente contra as “privatizações” dos rios, florestas e animais. Em síntese, é um estudo sobre ecofeminismo e sobre feminismo latino-americano.

O artigo **Ecopedagogia na Relação Capital-Natureza**, de Ivo Dickmann e Ana Maria de Oliveira Pereira trata a questão da formação humana e da práxis docente relacionado aos princípios da Ecopedagogia, para repensar uma nova mentalidade socioambiental, como fundamento crítico radical para repensar a construção de uma nova civilização, mais justa, solidária e sustentável. Thiago Vasquinho Siqueira nos brinda com **A “Questão Ambiental” na obtenção da Hegemonia e o Compromisso Ético-Político dos Educadores**. Trata-se de um texto teórico, crítico à apropriação da “questão ambiental” como artifício de obtenção do consenso realizado pela burguesia.

O ensaio **Agronegócio Acima de Tudo, Agronegócio Acima de Todos: desconstruindo a educação antiambiental dos homens de (agro)negócio** é parte de nosso relatório de pós-doutoramento, uma crítica necessária à educação midiática realizada pelo agronegócio, que através de campanhas publicitárias tenta estabelecer uma imagem em que se apresenta como sustentável, mas para velar os momentos em que suas ações são degradadoras e precarizam a vida da classe trabalhadora. Ainda na seção *Ensaio*, dois trabalhos com fotografias participam deste número para mostrar o que o sistema do capital é capaz de destruir. Um deles é de Mahalia Aquino com o título **Viagem de Campo: a extensão do crime ambiental na bacia do Rio Doce**. O segundo é de Denise Belo, em certa medida é também homenagem ao cineasta e escritor Carlos Pronzato, cujo título é **Braskem e Brumadinho: o cinema e a poesia em Carlos Pronzato**. Considerando que muitas vezes as “imagens falam mais que as palavras”, esses trabalhos com fotografias só reiteram a denúncia que a maior parte dos textos dessa TN 43 trouxe: o sistema capitalista, especialmente com suas empresas, é originalmente degradador da natureza, por isso precisa ser freado em sua lógica desenvolvimentista.

No meio desta edição houve espaço também para receber outros quatro textos (**na seção outras temáticas**), que embora não tratem diretamente do que foi indicado para esta TN 43, estão super próximos para refletir conosco o que

anunciamos desde o início: a perspectiva de uma educação anticapitalista que possa ser exercitada no horizonte de uma outra sociedade. O primeiro trabalho é de Marilei Leal da Cruz e Franciele Soares dos Santos, intitulado **A Escola Única do Trabalho e a Experiência Educacional de Moisey M. Pistrak: reflexões sobre o legado da Pedagogia Socialista Soviética**. O segundo texto é o **Educação Integral: uma concepção em disputa** de Débora Spotorno Moreira Machado Ferreira. E o terceiro de Monique Nunes Fiuza Dias é o trabalho intitulado **O Olhar do Agente Comunitário de Saúde para a sua Prática Profissional: entre o trabalho real e o trabalho prescrito**. O quarto artigo dessa seção tem o título **Migração, Trabalho e Experiência na Ocupação Contestado, em São José - SC** de Lyn Silva e Célia Regina Vendramini.

E agora, na seção Entrevista, destaquemos as duas entrevistas deste número temático da *Revista Trabalho Necessário*. De alguma forma, também é uma homenagem. Trouxemos dois nomes emblemáticos para entrevistar. Um dos entrevistados é certamente uma das principais referências da Educação Ambiental do país, Carlos Frederico Bernardo Loureiro. A outra entrevistada é um nome emblemático para pensarmos a militância ambiental no Brasil, Dercy Teles, ex-presidente que antecedeu Chico Mendes no Sindicato Rural de Xapuri – Acre. Os dois foram entrevistados de forma remota e com a participação do meu grupo de pesquisa (GPTEEA). Patrícia Maria Pereira do Nascimento e Juliana Rodrigues me ajudaram também com a transcrição e organização do texto em que entrevistamos Loureiro, cujo título ficou: **A Educação Ambiental Crítica em Pessoa: Entrevista com Carlos Frederico Loureiro**. Para a entrevista de Dercy Teles, estiveram comigo Thiago da Silva Oliveira e Juliana Rodrigues de Souza (também na transcrição e organização) e com o título: **A Luta dos Trabalhadores é a Luta Ambiental e vice-versa: entrevista com Dercy Teles**.

Vamos agora apresentar os documentos relacionados a publicações feitas noutras mídias, noutras referências bibliográficas, mas que também deram identidade a esta TN 43: a resenha da obra **Pedagogia das Águas em Movimento: experiência de educação popular em saúde ambiental** feita por Alexandre Pessoa Dias, Maria Emélia Costa e Leonardo Maggi. A resenha do **Dicionário de Agroecologia e Educação: a denúncia e o anúncio de práxis que visem à emancipação humana** realizado por Anakeila de Barros Stauffer, Alexandre Pessoa

Dias e Maria Cristina Vargas. Acrescentem-se o texto clássico **A assim chamada Acumulação Flexível** (Cap.24 de O capital) de Karl Marx com a apresentação intitulada **Contradições entre Trabalho, Capital e Vida: a assim chamada acumulação primitiva” e sua atualidade histórica** por Mahalia Aquino e Lia Tiriba.

Na seção *Teses e Dissertações* há a Dissertação de Mestrado **A Educação Profissional diante da Educação Ambiental Crítica: um estudo interdisciplinar de um curso técnico em segurança do trabalho numa unidade de conservação** de Patricia Nascimento; e a Tese de Doutorado **Educação para permanecer no Território: a luta dos povos caiçaras frente à expansão do capital em Paraty-RJ** Vanessa Marcondes de Souza. Há ainda a memória do documento **Tratado de Educação Ambiental** com a apresentação **Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis trinta anos depois: haverá mais 30?** de Marcelo Stortti, Michelle Sato e Celso Sanchez.

Por fim, por fim mesmo, não posso deixar de agradecer muito, mas muito especialmente à Lia Tiriba, à Sandra Morais, à Jacqueline Botelho, ao José Luiz Antunes e ao Regis Argueles pelo convite que me fizeram para integrar à organização deste número 43 da *Revista Trabalho Necessário*. Foi um trabalho antes de tudo coletivo, com uma participação intensa de cada um, mas com um processo compartilhado e pensado em conjunto. Sou um egresso do Neddade, fui aluno de alguns dos que participaram e ainda participam desse grupo, então imaginem a emoção de voltar aqui para contribuir, trazer outras interlocuções, trazer outros pesquisadores para o diálogo... É um reencontro, semelhante aos imigrantes que retornam às suas origens para rever e ser revisto. Assim, chego ao término dessa apresentação ampliando minha homenagem à professora Eunice Trein, quem me passou esse bastão, e em nome dela estendo aos outros professores e amigos da UFF... Obrigado e que todos tenham boas leituras!

Referências

BOMFIM, A. M. O agronegócio e seu rastro de mentiras e destruição: um estudo sobre trabalho-educação e ambiente na perspectiva da luta de classes. **Relatório de Pesquisa de pós-doutorado**. Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal de Pernambuco. 2022.

BOMFIM, A. M. Trabalho, Ambiente e Educação: onde está localizado o vanguardismo dessa relação? Resumo Expandido. **Anais da 40ª Reunião Nacional da ANPED (2021)**. GT09 - Trabalho e Educação. ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2021. Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_39_23.

BOMFIM, A. M. Educação Ambiental (EA) para além do capital: estudos e apontamentos para a EA sob a perspectiva do trabalho. **Revista Trabalho Necessário**. V. 9 – edição especial, nº 13, 2011.

BOMFIM, A. M; PICCOLO, F. D. Educação Ambiental Crítica: a questão ambiental entre os conceitos de cultura e trabalho. **Revista Eletrônica Mestrado Educação Ambiental**. Revista do PPGEA - FURG. V. 27, julho-dezembro, 2011.

BOMFIM, A. M; TRINDADE, M.; SILVA, F. OLIVEIRA, T. S. (orgs.) **A Questão Ambiental na Educação Básica**. Rio de Janeiro: Publit, 2015.

CARDOSO, F. H. “Dois Centenários”. Jornal **O Globo**. Domingo, 02 de agosto de 2020.

CHESNAIS, F; SERFATI, C. “Ecologia” e condições físicas de reprodução social: alguns fios condutores marxistas. **Crítica Marxista**. nº 16. São Paulo: Editora Boitempo, 2003.

FOLADORI, G. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Campinas: Unicamp, 2001.

LAYRARGUES, P. P. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito? **Revista Proposta**, Rio de Janeiro, v. 24, nº 71, 1997.

LÖWY, M. Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecossocialista. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 26, nº 67, janeiro-abril, 2013.

LÖWY, M. **Ecologia e Socialismo**. São Paulo: Cortez, 2005.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. Campinas/SP; Boitempo, 2002.

SAITO, K. **O Ecossocialismo de Karl Marx**: capitalismo, natureza e a crítica inacabada à economia política. São Paulo: Boitempo, 2021.

TRAJBER, R; MENDONÇA, P. R. **O que fazem as escolas que dizem que fazem Educação Ambiental?** Ministério da Educação. Unesco. Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao5.pdf>.

Homenagem

EUNICE TREIN E A DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA E DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA¹

Sandra Maria Nascimento de Moraes²
Inny Accioly³



¹ Texto recebido em 27/10/2022. Aprovado pelos editores em 28/10/2022. Publicado em 10/11/2022. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v20i43.56327>.

² Mestrado e Doutorado em Educação pela Universidade Federal Fluminense. Professora de História pela Universidade Santa Úrsula. Atualmente é Vice coordenadora do Núcleo de Estudos, Documentação e Dados sobre Trabalho e Educação – NEDDATE – UFF. É editora adjunta da Revista Trabalho Necessário, nº 43. E-mail: sandramorais1409@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9809541460730084>. ORCID: <https://Orcid.org/0000-0001-9778-7257>.

³ Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora Adjunta da Universidade Federal Fluminense. E-mail: innyaccioly@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-00027726-4536>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7319745034492288>.

É uma honra e um desafio homenagear a filósofa e educadora Eunice Trein. Uma mulher com uma rica trajetória profissional, acadêmica e, em particular, na produção do conhecimento; sempre preocupada com uma educação pública de qualidade para todos, atuando não só no campo de pesquisa Trabalho e Educação, como também no campo da Educação Ambiental Crítica (EAC). Por isso, é mais que merecida essa homenagem da *Revista Trabalho Necessário* que, no número 43, busca reunir questões importantes relativas a *Trabalho, Natureza e Educação Ambiental Crítica*.

Gostaríamos de deixar registrado que, você Eunice, sempre deixou em nós e em todos os seus alunos, o rigor da aprendizagem, a importância de pesquisas que buscam apreender o real nas suas múltiplas determinações. Mas também nos deixa o carinho e o amor demonstrados em todo esse longo caminho de 'idas e vindas', por 25 anos ou mais, pela Ponte Rio-Niterói, de ônibus, mostrando sua grandeza e potência como educadora. Afirmamos isso, porque, às vezes, na volta para o Rio de Janeiro, você dava carona a Sandra Morais (vizinha de bairro e uma das autoras dessa homenagem), quando vinha conversando sobre as questões teóricas-metodológicas, mas também sobre a vida. Foram momentos de grande privilégio, nesses e em outros momentos. Para os graduandos, mestrandos e doutorandos, também é um privilégio nos ter tornado amigos e amigas.

Mulher, mãe, filha, avó, professora, pesquisadora, sindicalista. E ambientalista, quando muitas pessoas ainda nem pensavam nisso! Sempre junto do seu companheiro e amor da vida, o também filósofo Franklin Trein, especialista em Hegel, Marx, Althusser e outros tantos autores. Temos certeza que os ensinamentos de Eunice e Franklin seguem dando frutos para muitos e muitos estudantes e pesquisadores do nosso país (e por que não dizer da América Latina e do mundo?).

Trabalhando 25 anos como professora na UFF, Eunice lecionou para mais de quatro mil estudantes da graduação, pós-graduação "lato sensu" e pós-graduação "stricto sensu". Na graduação em Pedagogia de Niterói, ministrava "Trabalho, Educação e Produção do Conhecimento"; Em Angra dos Reis, ministrava "Trabalho Cultura e Escola. Entre os diversos componentes curriculares dos cursos de mestrado e doutorado, foi responsável por Epistemologia e Educação; Seminário Permanente de Produção do Conhecimento, Teoria I, Estudos Independente

Supervisionado, Tópicos Especiais em Trabalho e Educação, entre outros. Cumpriu a responsabilidade da produção e sistematização do conhecimento, trazendo não só a dimensão científica, como também a dimensão política. Nesse período, construiu relações de confiança, respeito e afeto com os alunos, o que se manifesta nas diversas vezes que foi escolhida como professora homenageada, paraninfa e patrona de turma.

Eunice Trein nasceu em Uruguaiana, no Rio Grande do Sul, em uma família de italianos, alemães e franceses. Ainda criança, se mudou para Porto Alegre. Nessa família tão diversificada, aprendeu, entre outras coisas, a independência do 'saber fazer'. Em seu Memorial para concurso de professora titular da UFF, publicado na *Revista Trabalho Necessário* (n. 29 - ano 2018), destaca três lições importantes que aprendeu com seu pai Mário e que as acompanham até hoje: “não temer os poderosos; o conhecimento liberta; nosso trabalho manual ou intelectual deve sempre ser orientado por uma função social”. Da mãe herdou, entre outras coisas, o gosto de ter sempre flores em casa.

Eunice se orgulha em dizer que é filha da escola pública. Logo após o término da Escola Normal, ingressou na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) para cursar Licenciatura em Filosofia, onde participava ativamente da vida política estudantil. O ano de 1966 foi difícil politicamente, devido ao golpe civil-militar que instaurou a ditadura em 1964. Considerava-se “filha” do AI5 (O mais duro de todos os atos institucionais durante o regime militar, após o golpe de 1964) e do Decreto-Lei no. 477, de 26 de fevereiro de 1969 (que definia infrações disciplinares praticados por alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares).

Casa-se com Franklin Trein, colega de Faculdade e grande companheiro, com quem se afasta do país por sete anos, para escapar da forte repressão instalada no nosso país. Eles escolhem a Alemanha. Aprendem a língua e estudam os autores do Materialismo Histórico como: Hegel, Karl Marx, Engels, entre outros. No existencialismo francês: Sartre. Foram anos de muitos estudos. Conhecem a literatura latino-americana e espanhola como Cortázar, García Márquez, Vargas Llosa e Lorca. Ambos retornam ao Brasil em 1977.

O Mestrado foi realizado no Instituto de Estudos Avançados em Educação da Fundação Getúlio Vargas (IESAE -FGV) em 1980. Sua Dissertação de Mestrado foi intitulada “Educação Popular: instrumento de fortalecimento da sociedade civil –

desafio dos anos 80”. Sua banca de Mestrado foi formada por Zilá Xavier (nova orientadora, com a morte precoce de Durmeval Trigueiro), Gaudêncio Frigotto e Moacyr de Góes.

Eunice começa a participar de projetos coletivos inspirada em Gramsci e nos conceitos de Estado Ampliado, Intelectual Orgânico e Hegemonia, e em seus ensinamentos sobre “o pessimismo da razão, mas com o otimismo da ação”. Estuda também Jurgen Habermas, filósofo da Escola de Frankfurt. Os autores brasileiros deste período que ela destaca são Carlos Rodrigues Brandão, Celso Beisiegel, Vanilda Paiva, Álvaro Vieira Pinto, Paulo Freire, entre outros.

Podemos distinguir algumas fases da sua produção intelectual. No final dos anos 1970 e nos anos 1980 participa do Projeto dos Centros Integrados de Educação Pública – CIEPS. Os CIEPS foram criados na década de 1980 por Darcy Ribeiro, então Secretário de Educação no Rio de Janeiro, no governo Leonel Brizola, e cuja proposta pedagógica era de uma escola de horário integral pela rede de ensino pública do Estado. Nesse período, lutava-se por direitos políticos e sociais que se materializaram na expansão do acesso à saúde, educação, moradia, cultura e lazer – direitos afirmados na Constituição Federal de 1988. Era também o contexto das Conferências Brasileiras de Educação, em que se reafirmava a importância de uma educação democrática para o conjunto da população brasileira, também para a classe trabalhadora.

Como segundo momento de sua produção acadêmica, podemos ressaltar é o Projeto de Formação Continuada para o ensino de Ciências, na qual ela foi coordenadora. No projeto, foi utilizada a estratégia pedagógica da ‘Estações Geradoras’ (floresta, mar, campo, indústria e serviços urbanos). Começando assim, ao nosso ver, seu envolvimento com a questão ambiental.

Ainda em relação à Educação Ambiental, um importante trabalho foi o Projeto Managé, o qual partiu inicialmente da situação ambiental da Bacia do Itabapoana. Participaram desse projeto, vários grupos de trabalho de diferentes áreas de conhecimento. É importante destacarmos a inserção cada vez mais intensa de Eunice nas questões relativas ao meio ambiente. O objetivo principal do Projeto Managé era desenvolver propostas institucionais para melhorar o ambiente e a vida da população, em consonância com o Plano Diretor da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

Em relação ao campo da Educação Ambiental, a obra de Eunice é referência na consolidação de uma perspectiva de investigação à luz do materialismo histórico. O seu profundo conhecimento da obra de Marx e de autores da tradição marxista tem fundamental importância para o avanço do debate sobre questões epistemológicas na educação ambiental, especialmente no desvelamento das contradições na relação entre ontologia e epistemologia nas pesquisas do campo. Eunice ressalta que:

Nossa maneira de entender o mundo é de crucial importância porque é com base nessa compreensão que se derivam tipos conflitantes de epistemologia em ação no campo científico. [...] Compreende-se, assim, que distintas noções de mundo estão na base das disputas teóricas e que não podemos adotar uma postura adequada aos diferentes tipos de epistemologia que compõem atualmente o campo de pesquisa crítica em educação ambiental se ignorarmos as concepções ontológicas que lhes dão suporte.” (TREIN, 2019, p.7, tradução nossa).

Eunice aporta para a educação ambiental o acúmulo teórico desenvolvido pelo campo Trabalho-Educação, trazendo à luz importantes elementos para a compreensão do sentido de criticidade. Com grande precisão conceitual, Eunice levanta a indagação “A Educação Ambiental Crítica: Crítica De Que?”, título do seu artigo que acompanha esta edição deste número 43 da *Revista Trabalho Necessário*.

Ler a realidade de forma crítica nos ajuda a explicitar as relações sociais mercantilizadas e alienantes que perpassam a forma homogênea de organizar a sociedade. Por isso entendemos que incorporar a dimensão ambiental na educação é expressar o caráter político, social e histórico que configura a relação que os seres humanos estabelecem com a natureza mediada pelo trabalho (TREIN, 2012, p. 307).

A trajetória de Eunice tanto na docência, quanto na pesquisa e extensão, é marcada por estas duas linhas temáticas: Trabalho-Educação e Educação e Meio Ambiente, mantendo sempre a centralidade na categoria Trabalho.

Foi no ano de 1992, que passou a trabalhar na Universidade Federal Fluminense - UFF, sendo aprovada em concurso público para a disciplina Trabalho e Educação, do Curso de Pedagogia que, depois da revisão curricular, passou a ser denominada Trabalho, Educação e Produção do Conhecimento. A partir daí,

também participa ativamente da implementação do Curso Pedagogia, em convênio com a Prefeitura de Angra dos Reis, município do Estado do Rio de Janeiro.

De 1995 a 1998, Eunice assumiu a coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFF. Passa a valorizar os desafios presentes no interior dos Estados, cujas comunidades são formadas por pequenos agricultores, pescadores, quilombolas e populações indígenas. Vai incorporar, ao longo do tempo, a Educação e o Meio Ambiente nas suas aulas e pesquisas não só no curso de Pedagogia, mas também na pós-graduação. Começa a oferecer disciplinas optativas, eletivas, sobre meio ambiente e educação nas demais licenciaturas.

Também atuou em cursos de formação continuada e extensão, em convênio com o Sindicato dos Professores, com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e em parceria com o Núcleo de Educação do Jardim Botânico no Rio de Janeiro, realizando cursos de extensão para professores e servidores de órgãos públicos, responsáveis por políticas ambientais. Ressaltando sempre o tripé: Docência, Pesquisa e Extensão, articulando com os seus componentes administrativo e político.

Participou ativamente nos Fóruns da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação – ANPED, expondo trabalhos e participando de mesas redondas. Ministrou também minicursos encomendados no GT 09 (Trabalho e Educação) e no GT 22 (Educação Ambiental), apresentando trabalhos encomendados nos dois GTs. Foi coordenadora do GT 09, no período de 1994 -1996. Além disso, participou da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação – ANFOPE, dos Conselhos Municipais de Educação, nos Grupos de Trabalhos - GTs da Associação de Docentes da Universidade Federal Fluminense – ADUFF e do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES.

Foi em 2003 que fez seu pós-doutorado na Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, vinculada ao LIEAS - Laboratório de Investigação em Educação, Ambiente e Sociedade, com o projeto “A educação ambiental na escola: novos desafios à educação ambiental crítica”. Eunice procurava com esse projeto, aprofundar o entendimento sobre educação e relações seres humanos-natureza, considerando as crises estruturais do capitalismo. Neste período, fez um estudo em algumas escolas do Município do Rio de Janeiro, tentando compreender como as escolas têm incluído no currículo as temáticas socioambientais.

Em 2007, em Licença Capacitação, desenvolve um novo projeto de pesquisa intitulado “A contribuição do pensamento crítico para a educação ambiental: a ilusão do desenvolvimento sob o modo de produção capitalista”. Neste período, participa do Laboratório de Investigação em Educação, Ambiente e Sociedade (LIEAS/FE/UFRJ). Este Laboratório discutia a Educação Ambiental Crítica, formando mestres e doutores para atuarem nas escolas e universidades, em diversos órgãos públicos, como o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICM-Bio), Jardim Botânico e órgãos ambientais.

Já vinha, há muito tempo, participando dos debates epistemológicos, teóricos e práticos, no campo da Educação Ambiental. Coordenou, por exemplo, junto com a Prof. Dra. Rosa Feitero Cavalari o “Grupo de Discussão: Pesquisa em Educação Ambiental e Questões Epistemológicas”. As reuniões bianuais dos Encontros de Pesquisa em Educação Ambiental – EPEA, são importantes espaços de discussão da Questão Ambiental Crítica e a perspectiva conservadora que tem forte influência no pensamento empresarial. Faz também a articulação entre o EPEA e com a nova denominação do GT 22 – Educação Ambiental da ANPED, antes denominado GT-7.

Participa de debates tanto no GT Trabalho e Educação da ANPED, com questões de cunho mais teórico-conceitual, e também discutindo as questões socioambientais, sempre baseada no materialismo histórico, dialogando com autores como Roberto Leher, Virgínia Fontes, Atilio Boron, Aníbal Quijano, Carlos Frederico Loureiro (entrevistado nesse número temático da TN 43), Philippe Layrargues (com um artigo também nesse mesmo número temático), dentre outros pesquisadores que discutem as temáticas ambientais no contexto brasileiro e latino-americano.

Em toda a sua trajetória de pesquisa e docência, Eunice Trein buscou temáticas relativas ao mundo do trabalho, suas transformações e consequências socioambientais. Em seus trabalhos, procurou incorporar e discutir em que medida a educação pública, laica e gratuita, deve ter uma perspectiva unitária e politécnica, e estar comprometida não só com a construção integral do ser humano, mas também com a construção de uma sociedade emancipada.

Não menos importante é ressaltar sua participação no Núcleo de Estudos, Documentação e Dados sobre Trabalho e Educação – NEDDATE, criado em 1985 pelos professores Gaudêncio Frigotto e Maria Ciavatta, e vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. Assim como a

Revista Trabalho Necessário, na qual Eunice compõem o Conselho Científico, o Núcleo elege o materialismo histórico como eixo orientador, com o objetivo de evidenciar as contradições e mediações em uma dada totalidade do real. Ele é composto por estudantes da graduação, mestrandos e doutorandos, bolsistas de Iniciação Científica, bolsistas de Apoio Técnico, além de professores da graduação e da pós-graduação da Educação e de outras unidades da Universidade. Nesse ano de 2022, o NEDDATE completou 37 anos, sendo o coletivo de pesquisa em Trabalho-educação mais antigo do Brasil.

O então Boletim NEDDATE acabou se desdobrando, em 2003, na publicação *on-line* da *Revista Trabalho Necessário*. A Revista é uma publicação quadrimestral do NEDDATE que publica resultados de pesquisas e estudos sobre o mundo do trabalho, formação humana e relações históricas entre trabalho e educação. Este número temático (TN 43), especificamente, é denominado *Trabalho, Natureza e Educação Ambiental Crítica*. Contém pesquisas e estudos teóricos e empíricos que contribuem para a análise da historicidade das relações entre seres humanos e natureza e para a explicitação dos fundamentos teórico-metodológicos de uma Educação Ambiental Crítica. Por isso, a nossa mais que merecida homenagem à querida Eunice.

Destacamos também que nossa homenageada na TN 43 foi e, mesmo como aposentada, continua filiada ao Sindicato de Docentes, atuando de forma contundente na defesa do trabalho docente, de pesquisa e extensão e da viabilidade social e econômica da Universidade Pública. Sua importante trajetória política e acadêmica é marcada por métodos de investigação do real, apoiada nos fundamentos do materialismo histórico e dialético, destacando a centralidade do trabalho como categoria fundamental dos processos de formação humana, e também categoria fundamental para compreensão das relações sociais, historicamente datadas e situadas. Eunice entende que a teoria, assim como Marx apregoa, pode se converter em força material, e por meio da educação, possibilitar a construção social do conhecimento. Tem sido importante o diálogo com Gaudêncio Frigotto, Dermeval Saviani e Paolo Nosella, entre outros filósofos da educação brasileira, que junto com ela, serviram para análises da relação entre educação e o mundo trabalho, a formação profissional, as questões onto-epistemológicas contextualizadas ao longo da história da humanidade e, em particular, em tempos de acirramento dos projetos neoliberais em contraposição dos interesses da classe

trabalhadora. As políticas formativas para o Mundo do Trabalho, como bem salientou Eunice, trazem a dimensão ambiental, parte construtiva de uma abordagem crítica sobre a atividade humana e sua relação metabólica com a natureza.

Eunice Trein é Professora Titular aposentada da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense- UFF, no Departamento de Sociedade, Educação e Conhecimento. O seu Memorial, escrito em 2017, para o concurso público de professora Titular tem como título “Um tributo à escola pública”. Como marca da sua trajetória de vida e do seu percurso acadêmico, ela expressa um forte compromisso com a educação pública, especialmente na forma coerente com a qual articula a luta política com uma rica produção teórica nos campos trabalho-educação, educação ambiental e formação de professores. .

No Memorial, expressa: “reconstruir uma trajetória é uma tarefa difícil, pois envolve razão e sentimento, memória e fantasia” (TREIN, 2017, p. 5). Para nós que fazemos essa singela homenagem na TN 43, também foi uma tarefa difícil, mas muito prazerosa!. E é isso que Eunice faz ao longo de todo o seu memorial, desnudando-se e narrando os momentos marcantes da sua rica trajetória de docência, pesquisa, extensão e de práxis política. Ao longo de sua vida, não tem esquecido a importância de partilhar o conhecimento. E nunca deixar de continuar aprendendo. Gostaríamos de agradecer a sua produção em nome do NEDDATE e da Revista Trabalho Necessário.

Agora como aposentada, entre outras coisas, Eunice passa a dedicar parte de seu tempo, no Sul do país, à criação de Abelhas Polinizadoras que, “graças ao seu trabalho de coleta de pólen e néctar, voando de flor em flor, as abelhas polinizam as flores e promovem a sua reprodução cruzada. Além de permitir a reprodução das plantas, esse trabalho também resulta na produção de frutos de melhor qualidade e maior número de semente” (<https://abelha.org.br>, visto em 03/10/2022).

Muito obrigada por tudo. A Natureza e nós, como parte integrante da Natureza, agradecemos pelo seu lindo e importante trabalho.

Para finalizar, convidamos todos e todas para a leitura do texto em anexo, de autoria da Prof.Dra. Eunice Trein, denominado *Educação Ambiental Crítica: Crítica de que?* Link: <https://revistas.uffrj.br/index.php/rce/article/view/1673>

Um grande abraço a Eunice, a Franklin e aos leitores e leitoras

Referências

TREIN, E. S. A Educação Ambiental Crítica: Crítica de que? **Revista Contemporânea de Educação**, vol. 7, n. 14, 2012.

TREIN, E. S. **Um tributo à escola pública**, Memorial, Faculdade de Educação. Departamento de Sociedade, Educação e Conhecimento, Professora Titular, Niterói, Rio de Janeiro, Primavera de 2017.

TREIN, E. S. An argument for vindicating a Marxist ontology in environmental education research. **Environmental Education Research**, 2019.

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA: CRÍTICA DE QUE?

Eunice Schilling Trein¹

Introdução

Este texto aborda a temática da educação ambiental crítica num momento em que as discussões sobre o tema do “desenvolvimento sustentável” e da “economia verde” se fizeram presentes de maneira intensa tanto na sociedade brasileira quanto na sociedade mundial, em grande parte, motivada pela realização da Conferência das Nações Unidas RIO+20.

Neste contexto também tivemos uma nova rodada de discussões que ocorreram durante o VIIº Fórum Brasileiro de Educação Ambiental, realizado em Salvador de 28 a 31 de março de 2012, sobre a proposta de diretrizes curriculares nacionais para a educação ambiental. O texto elaborado retornou ao Conselho Nacional de Educação para converter-se em orientação normativa de maneira a reforçar a “obrigatoriedade das EA em todas as modalidades de ensino”.

É oportuno, portanto, discutir em que contexto mundial e nacional os diversos posicionamentos sobre a EA ocorrem e quais são seus desdobramentos no ambiente escolar. Contemporaneamente, a escola está marcada por uma cultura do desempenho, pela precariedade do trabalho docente e pela fragilização do compromisso ético-político que dá sentido à identidade profissional dos professores que exercem uma educação crítica.

Assim, entendemos que a primeira questão a ser trabalhada é a relação que podemos estabelecer entre a crise econômica, que marca as duas primeiras décadas do século XXI, a crise que se abate sobre o mundo do trabalho em escala planetária e a crise ambiental.

Talvez devamos buscar a primeira tentativa de resposta na definição materialista histórica do conceito de trabalho. Marx, analisando a sociedade europeia do século XIX apontou que, em todos os tempos, a marca distintiva entre os seres humanos e os demais seres vivos, é dada pelo trabalho. Ou seja, os homens satisfazem as suas necessidades do corpo e do espírito através de uma atividade intencional, ou seja, antes de realizarem uma atividade estabelecem uma intenção e uma finalidade.

¹ Professora associada da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Contato: eunicetrein@ig.com.br

O trabalho é a transformação material da natureza, do ambiente em que estamos inseridos, de forma a garantir a nossa sobrevivência individual e de nossa espécie. Nessa medida, também transformamos as nossas relações sociais e a nós mesmos. Por isso hoje podemos nos interrogar sobre o que há de comum entre as questões que afetam o mundo do trabalho e as que afetam o ambiente. Interrogamo-nos também de que forma articulamos historicamente os processos crescentes de dominação da natureza e em que medida estabelecemos uma estreita relação entre esses processos e a exploração dos próprios seres humanos, sob o modo particular de organização material e social da vida que se conformou como o modo de produção capitalista.

Podemos situar essas questões de forma mais aguda a partir dos anos 70 do século XX quando a crise econômica, social e ambiental agudizou-se e foi percebida como articulada em todas estas dimensões o que não nos permitia mais tentar superá-la em apenas um aspecto.

Naquele momento as certezas da modernidade foram postas em dúvida, tanto as que se referiam à crença no poder da ciência e da técnica – que nos permitiriam a “vida boa” com que sonharam os iluministas – quanto à crença na possibilidade de que seres mais civilizados, mais educados, tornariam-se melhores. As duas grandes guerras já haviam demonstrado o quanto o uso do conhecimento científico-tecnológico poderia servir a propósitos destrutivos nas lutas pelo poder econômico e político.

Até aquele momento a dimensão ambiental era pouco avaliada, pois a humanidade ainda acreditava numa natureza inesgotável, o que nos permitia a sua exploração tanto como objeto de pesquisa quanto como parte de matérias primas para alimentar um projeto de desenvolvimento econômico, baseado na produção industrial e no consumo.

Essa forma específica de relação dos seres humanos com a natureza embasou a percepção de que pertencíamos cada vez menos à natureza, na medida em que construíamos, por assim dizer, a nossa segunda natureza, social e cultural em uma oposição de sujeitos que dominam o seu objeto.

Os avanços científicos e tecnológicos incorporados ao sistema capitalista ampliaram as possibilidades de mercantilizar progressivamente tanto os bens da natureza quanto o trabalho humano, subsumindo ambos à necessidade de reprodução do capital, vale dizer, ao lucro.

As possibilidades que os seres humanos desenvolveram ao longo da história de transformar a natureza, de maneira a satisfazer suas necessidades e assim, ampliar relativamente seu tempo

de liberdade, propiciou a compreensão de que somos cada vez menos natureza e somos cada vez mais cultura. Essa visão já foi criticada por Marx em sua obra *Manuscritos Econômicos e Filosóficos* de 1844 quando nos diz:

A natureza é o corpo inorgânico do homem. O homem vive da natureza, ou também, a natureza é o seu corpo, com o qual tem de manter-se em permanente intercâmbio para não morrer. Afirmar que a vida física e espiritual do homem e a natureza são interdependentes significa apenas que a natureza se inter-relaciona consigo mesma, já que o homem é uma parte da natureza (Marx, 2010, p.84).

Assim, o trabalho como atividade humana transformadora se exerce sobre a matéria e usa instrumentos para executar essa transformação. Resulta dessa ação a produção de um bem que tem um valor de uso social. Por isso o trabalho tem o potencial de, agindo no mundo da necessidade, nos levar ao mundo da liberdade, onde podemos exercitar nossas capacidades para além da produção de bens necessários apenas à nossa sobrevivência física, para satisfazer outras necessidades próprias da sociabilidade humana como a arte e a cultura em geral.

Ora, quando o trabalho é reduzido a um bem de troca, a uma mercadoria, bem privado, ele perde seu caráter autônomo e tudo e todos a que ele se refere são contaminados pela mercantilização e pela alienação. As relações sociais que os homens estabelecem entre si e a que estabelecem com a natureza mediada pelo trabalho assumem essa face heterônoma, com grande poder destrutivo do ambiente e da vida humana.

Vários teóricos filiados à tradição marxista (Altvater 1995/2010; Chesnais, 1996; Leff, 1994) nos ajudam a fazer a crítica ao modelo de produção capitalista-industrial que, dependente de forma crescente do uso de energias não renováveis e da utilização do solo e da água de forma cada vez mais predatória, chegou aos seus limites tanto materiais quanto sociais. Como nos alerta Altvater (2010), os limites do capitalismo precisam ser denunciados. No entanto, deve se seguir à denúncia o anúncio, pois os processos sociais, que fazem parte do mundo real, se movem em alguma direção, o que justifica que continuemos a construir utopias como horizontes sociais pelos quais valha a pena lutar. Os limites e possibilidades destas visões de futuro, construídas com as análises científicas sobre a realidade, serão sempre verificadas no âmbito da práxis social.

Sabemos que a construção de utopias, que impliquem em profundas transformações sociais, é influenciada, permanentemente, por forças externas, que buscam ajustar a realidade em direção à conservação do já existente. Nesse sentido, o peso do passado, do já conhecido,

oferece uma “segurança”, que muitas vezes arrefecem o ímpeto das ações com potencial transformador.

A história recente tem demonstrado o quanto o capital tem sido capaz de emergir sempre renovado das crises, o que mostra que seu declínio e o seu fim não são inexoráveis e a sua superação não se dará, necessariamente, em direção a “um mundo melhor”. Porém, o que observamos é que os limites do desenvolvimento do capitalismo se agudizaram para além da contradição fundamental entre capital e trabalho. A crise ambiental interdita caminhos para o desenvolvimento econômico capitalista de forma ainda não vivenciada, pois hoje atinge dimensões planetárias. A chamada “crise do petróleo” dos anos 70 de século passado ronda o presente. O encarecimento do transporte de mercadorias ao redor do globo, o padrão de produção e consumo baseado no uso de combustíveis fósseis estão apontando para o esgotamento destes recursos. Atualmente o capital transfere para a sociedade pesados custos para por em marcha novas pesquisas e desenvolver novas tecnologias que alterem a matriz energética necessária à manutenção de um padrão societário baseado na expansão do consumo, sempre desigual e predatório.

A expansão do modo de produção capitalista, como aponta Mézáros (2007), tem seus limites cada vez mais concretizados e, expressam-se no grau crescente de pauperização da infância, na concentração de renda, no desemprego estrutural, nos conflitos bélicos e a decorrente migração de populações. Esses, que parecem fenômenos exclusivos dos chamados países periféricos, hoje afetam também os Estados Unidos e os países europeus, como ficou evidente durante a crise econômica e social que se espalhou por todas as sociedades a partir de 2007. Mézáros nos fala do fracasso de solução para todos esses problemas pelo “desenvolvimento” e a “modernização” que os meios científicos e tecnológicos, pretensamente poderiam oferecer. Ele nos lembra, por exemplo, que:

A “revolução verde” na agricultura deveria ter resolvido de uma vez por todas o problema mundial da fome e da desnutrição. Ao contrário, criou corporações – monstro, como a Monsanto, que estabeleceram de tal forma seu poder em todo o mundo, que será necessária uma grande ação popular voltada às raízes do problema para erradicá-lo (Mézáros, 2007, p. 189).

Na esteira da discussão sobre a “revolução verde”, que se instaurou na segunda metade do século XX, temos agora a “revolução verde industrial” ou simplesmente a “economia verde”, um dos eixos centrais da Conferência RIO+20.

Uma questão a assinalar é a disputa entorno do termo desenvolvimento. Loureiro (2012) retoma o termo “desenvolvimento sustentável” e o examina de forma crítica explicitando a

contradição entre os dois conceitos, desenvolvimento e sustentabilidade. Ele aponta que a promessa integradora de desenvolvimento, na medida em que se baseia na perspectiva de um crescente industrialismo voltado para o consumo, tendo como modelo, o capitalismo urbano-industrial praticado nos EUA, intensivo em uso de energia e matérias primas, não pode ser expansível para toda a humanidade, sob pena do rápido esgotamento das fontes de energia e recursos materiais. Nessa medida, fica evidente a insustentabilidade de uma sociedade marcada pela desigualdade social e que não respeita os ciclos da natureza.

Nessa mesma direção, Mézáros busca qualificar o conceito de desenvolvimento sustentável em outros termos quando afirma:

... Sustentabilidade significa estar realmente no controle dos processos sociais, econômicos e culturais vitais, pelos quais os seres humanos não apenas sobrevivem, mas também encontram realização, de acordo com os desígnios que estabeleceram para si mesmos, ao invés de ficarem à mercê de forças naturais imprevisíveis e determinações socioeconômicas quase naturais (Mézáros, 2007, p.190).

O autor reitera suas preocupações quanto às bases materiais e sociais em que se assenta o atual modelo socioetário de conflito entre capital e trabalho. Ele nos diz:

Mas a maneira significativamente economizadora de regular nosso processo de reprodução sociometabólica, com base no controle interno/autodirigido, como oposto ao controle externo/de cima para baixo, que prevaleceu hoje, é radicalmente incompatível com a desigualdade e a conflitualidade/adversidade estruturais, . (Mézáros, 2007, p.191).

O que procuramos expressar até aqui é o contexto de crise socioambiental em que as práticas educativas se realizam ao considerar o compromisso social de que se revestem, no sentido de problematizar as relações que temos estabelecido historicamente com a natureza. Como temos construído conhecimentos sobre a realidade, que leituras de mundo temos feito e em que medida elas se constituem em leituras crítico-reprodutoras ou se convertem em crítico-transformadoras?

A educação ambiental crítica e a superação da alienação do trabalho

O período histórico da Modernidade europeia impulsionou a consolidação do campo científico e tecnológico ao delimitar o conhecimento produzido pela razão humana e distingui-lo da revelação oriunda da fé. A confiança ilimitada na razão humana permitiu o desenvolvimento das ciências da natureza e das ciências humanas onde “o homem passou a reinar todo-poderoso sobre uma natureza-objeto dessacralizada-antropocentrismo”

(Haesbaert; Porto-Gonçalves, 2006, p. 107). O rigor no uso do método científico para estudar cada vez mais profundamente a natureza, dominar seu funcionamento e estabelecer suas leis, com caráter de conhecimento universalmente válido, se ampliou também em direção aos estudos da sociedade e da mesma forma buscou compreender de forma científica e, pretensamente neutra, as relações sociais.

A apropriação privada dos meios de produção que se generalizava no século XVIII, com a expansão do capitalismo comercial e industrial aliada ao desenvolvimento científico e tecnológico, consolidou o domínio da natureza em todas as regiões do planeta e “naturalizou” a dominação dos seres humanos num processo crescente de mercantilização da natureza na forma de matérias primas e dos homens na forma do trabalho assalariado.

O materialismo histórico, tal como formulado por Marx e Engels, no século XIX, contém elementos críticos a essas relações sociais e históricas entre os seres humanos e a natureza. Marx (1988) no livro IIIº do Capital mostrou como o modo de produção capitalista gerou relações destrutivas com consequências para os seres humanos e o meio ambiente onde aqueles exercem seu trabalho de forma alienada. Suas palavras ganham grande sentido de realidade no Brasil do século XXI quando o Estado e o Capital se unem em torno de um projeto de desenvolvimento e modernização cada vez mais predador de natureza e da classe trabalhadora.

Grande indústria e grande agricultura, exploradas industrialmente, atuam conjuntamente. Se, originalmente, elas se diferenciam pelo fato de que a primeira devasta e arruína mais a força de trabalho e por isso a força natural do homem, e a última, mais diretamente a força natural da terra, mais tarde, ao longo do desenvolvimento, ambas se dão as mãos, ao passo que o sistema industrial na zona rural também extenua os trabalhadores e, por sua vez, a indústria e o comércio proporcionam à agricultura os meios para o esgotamento da terra (Marx, 1988, p. 250).

Se vivemos em condições de exploração e alienação tanto da natureza quanto dos seres humanos, como forma necessária de reprodução do capital, se faz necessário para a superação destas uma ação consistente dos sujeitos. Isso implica em uma mudança radical, em uma nova forma de ser no mundo, reestruturando o metabolismo da reprodução material e social da vida. Por isso não é suficiente que a crítica se faça apenas enquanto negação do existente, mas é importante que ele se faça também como anúncio de uma outra direção.

Essa tarefa histórica, como nos adverte Mézáros (2007), pode nos conduzir a uma atitude meramente reformista, quando se propugna a realização de mudanças pontuais onde se omite que as reformas, sob as condições dadas do modo de produção capitalista são irrealizáveis. A

postura reformista alimenta as atitudes pragmáticas tanto práticas quanto teóricas da “validade atemporal” dos conhecimentos científico-tecnológicos a serviço do capital em uma forma de organização social naturalizada, não reconhecida como criação histórica e, portanto, superável.

No marco dessas reflexões nos parecem inseparáveis o trabalho e a educação. Se é necessário que se transforme a reprodução material e social da vida de forma radical e não apenas em suas manifestações isoladas, também as visões de mundo que dão sustentação política e ideológica, científica e tecnológica ao sistema que mercantiliza todas as dimensões da vida deve ser transformado. A educação como espaço concreto de ação-reflexão, com potencial para a formação integral dos sujeitos sociais, desempenha papel fundamental.

Segundo Mézáros (2007) para o desenvolvimento de uma consciência transformada

...o papel da educação é soberano, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a automudança consciente dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente. É isso que se quer dizer com a concebida “sociedade de produtores livremente associados”. Portanto, não é surpreendente que na concepção marxista a efetiva transcendência da auto-alienação do trabalho seja concretizada como uma tarefa inevitavelmente educacional (Mézáros, 2007, p. 217).

Em Carvalho (1995, 1997, 2004) e Tozoni-Reis (2004) encontramos importantes questionamentos a respeito do papel da educação e da educação ambiental crítica particularmente. Carvalho (2004) procura explicar os motivos que nos levam a adjetivar a educação de “ambiental”, porque não nos satisfazemos apenas com o substantivo educação. Toda a educação já não será ambiental?

Se pensarmos que o processo formativo sempre se relaciona com o mundo do trabalho, então a educação reflete a interação entre os seres humanos e a natureza.

Com a crescente complexificação do mundo do trabalho e das relações sociais ampliou-se a divisão social do trabalho e conseqüentemente também a educação especializou-se, em certa medida. Assim, a compreensão de que tudo o que os seres humanos produzem, para satisfazer suas necessidades do corpo e do espírito, é mediado pelo trabalho, portanto pela relação com a natureza, foi se tornando menos visível. Este processo culmina no período de desenvolvimento do capitalismo urbano-industrial quando a separação entre os seres humanos e a terra se torna preponderante.

Marx sintetiza este processo quando diz:

Por um lado, a grande propriedade rural reduz a população agrícola a um mínimo em decréscimo constante e lhe contrapõe uma população industrial em constante crescimento, amontoada em grandes cidades: gera, com isso, condições que provocam uma insanável ruptura no contexto do metabolismo social, prescrito pelas leis naturais da vida, em decorrência da qual se desperdiça a força da terra e esse desperdício é levado pelo contrário muito além das fronteiras do próprio país (Liebig) (Marx, 1988, p. 250).

Essa ruptura do metabolismo social que ocorre no trabalho humano se reflete na ciência moderna, na produção do conhecimento com finalidades cada vez mais pragmáticas e de subsunção da natureza aos interesses do capital industrial.

Portanto nos parece pertinente a advertência de Carvalho (2004) quando ela se interroga sobre o porque de adjetivarmos a educação. Que concepções teóricas, concepções de mundo e projetos pedagógicos estão subjacentes a variadas vertentes da educação ambiental crítica? Ao defender o atributo “ambiental” à educação ela esclarece que:

Trata-se, assim, de destacar uma dimensão, ênfase ou qualidade que, embora possa ser pertinente aos princípios gerais da educação, permanecia subsumida, diluída, invisibilizada, ou mesmo negada por outras narrativas ou versões predominantes (Carvalho, 2004, p.16).

Segundo a autora a educação que se praticou nos últimos séculos se apoiou numa concepção de homem essencialista, genérica, sonogando os diferentes saberes produzidos em diversas culturas, diferentes “dimensões singulares de exigências humanas” que se está buscando resgatar na educação ambiental. Nesta medida ela reivindica uma dimensão ético-política transformadora para as práticas educativas de maneira a influir na forma como as atuais e futuras gerações se relacionam com a natureza e com os demais sujeitos sociais.

Já em Tozoni-Reis (2004) a defesa de uma educação ambiental crítica se situa no próprio debate do campo da educação. Ela discute o conceito de educação para evidenciar que, enquanto prática social construída historicamente, a educação é espaço de disputa entre diferentes concepções de mundo, de homem e de sociedade. Para a autora:

... a educação e a educação ambiental instrumentalizam o sujeito para a prática social, inclusive em sua dimensão ambiental; instrumentalização que poderá ser tão democrática quanto for democrática a sociedade que a constrói e que é construída pelas relações sociais. O princípio educativo não é a ideologia da harmonia, nem o fetiche do conhecimento científico, mas as efetivas necessidades histórico-concretas da sociedade, expressas pela atividade essencial, o trabalho – compreendido em sua amplitude filosófica – tomando como síntese da produção da vida individual e coletiva (Tozoni-Reis, 2004, p. 145).

No momento em que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental se instituem como política pública e que a EA deve ocorrer em todos os níveis de ensino, novos desafios estão postos para os educadores ambientais críticos.

Se, como já nos ensinou Carvalho (1995), durante sua participação no III Fórum de Educação Ambiental, houve no Brasil, motivado pela ECO-92, uma ampliação significativa das discussões sobre meio ambiente, tema que foi sendo integrado às bandeiras de luta dos movimentos populares, “essa ecologização dos movimentos sociais representou igualmente uma maior politização dos movimentos ecológicos” (Carvalho, 1995, p.61).

A autora também afirma a importância que assumiu a compreensão de que as questões sociais e ambientais fossem abordadas sob o “primado da política”. Sua argumentação enfatiza o “ambiental” como elemento estratégico para uma educação que dialoga com os movimentos sociais empenhados no processo de democratização da sociedade em bases ético-políticas e socioambientais sustentáveis.

Já Tozoni-Reis (2004), ao centrar sua abordagem na educação para pensar nas transformações necessárias aos sujeitos que atuam material e socialmente no ambiente, prioriza as questões relativas à educação formal dando ênfase a seus aspectos específicos.

Ambas destacam a disputa de projetos societários em que os movimentos sociais e a escola estão envolvidos. Essa nos parece ser a questão central a qual devemos nos dedicar se pensamos em qualificar o que estamos chamando de educação ambiental crítica. No momento da formalização das DCNs para a educação ambiental que deve ser incluída em todos os níveis e modalidades de ensino, nos perguntamos: quais são os projetos sociais em disputa?

No Brasil, só tardiamente a educação ambiental se incorporou ao campo educativo. Por ter sua origem no campo ambiental e no âmbito dos movimentos sociais a articulação com o campo educacional se deu de forma gradual. Isso aparece nas pesquisas que transitam de um momento em que a ênfase se dá na apresentação mais descritiva de práticas de atividades educativas, realizadas em espaços formais e informais, voltados para a solução de problemas mais imediatos, em direção ao aprofundamento dos aspectos teórico-metodológicos, que dêem suporte a essas práticas na busca de ações de mais longo prazo.

Ainda assim, nos parece que, ao afirmar o ambiental, o campo da EA assume uma perspectiva limitada. É como se a EA olhasse a educação desde um outro campo. Em consequência, ela adquire um caráter prescritivo, enfatizando tarefas que entende que deverão ser cumpridas pela escola e pelos professores. Dessa forma, a EA parece desconsiderar o acervo de

conhecimentos já produzidos e sistematizados pela área da educação. Em outras palavras, aqui cabem alguns questionamentos, tais como:

- Será que podemos pleitear políticas de educação ambiental em todos os níveis de ensino sem fazer menção ao histórico das políticas públicas para a educação que tem configurado o sistema educacional brasileiro?
- Quando nas pesquisas, debates, grupos de discussão conclui-se que os professores não estão preparados para exercer uma educação ambiental crítica, estamos considerando o acúmulo de formulações teóricas do campo educacional sobre a formação de professores?
- Quando afirmamos o caráter interdisciplinar da EA estamos percorrendo as diferentes contribuições que os estudiosos do currículo e da didática elaboram e continuam elaborando e que são debatidos há décadas na ANPED, no ENDIPE e outros fóruns acadêmicos?
- Em que medida os aportes das teorias da aprendizagem e da história das disciplinas vem sendo exploradas pela pesquisa em EA?

Com esses exemplos queremos apenas sinalizar que, talvez muito do que constatamos como dificuldades na implantação, ou melhor dizendo, no enraizamento da questão ambiental no campo educacional, se deva a esse paralelismo que estabelecemos onde, entendemos, todos perdem. Não nos apropriamos adequadamente da vasta produção já consolidada no campo educacional e, na outra direção, não fertilizamos o campo educacional com os desafios que o campo ambiental enseja na abordagem crítica da relação homem-natureza.

Em nossas reflexões apontamos para a necessária articulação entre o ambiental e o educacional, sob pena de vivermos a contradição de ser prescritivos para aquilo que não conhecemos a fundo: a educação e, mais especificamente, a escola. Por outro lado, se almejamos que a produção material e social da vida se dê em outras bases ontoepistemológicas não podemos prescindir de uma educação ambiental crítica que contribua para transformar as relações sociais de produção em direção a um outro projeto civilizatório.

Assim, concordamos com Tozoni-Reis (2007) quando afirma:

A formação de sujeitos ambientalmente responsáveis, comprometidos com a construção de sociedades sustentáveis, fundamento filosófico-político e teórico-metodológico da educação ambiental crítica, é uma ação política intencional e que, portanto, necessita de sistematização pedagógica e metodológica. (Tozoni-Reis, 2007, p. 217)

Por fim, pensamos que não podemos esquecer como já nos advertiu Marx (1999) que os homens realizam suas atividades sob determinadas condições sociais e históricas que não são de sua livre escolha. Hoje, quando olhamos para o trabalho docente, mesmo aquele realizado por educadores que se pretendem críticos da sociedade em que vivemos, tão desigual e predadora dos próprios seres humanos e da natureza, esbarramos nas limitações a uma prática transformadora.

Apontaremos apenas duas questões que nos parecem exemplares dos problemas a serem enfrentados pelos educadores.

A primeira diz respeito a como vamos incluir no currículo a temática da educação ambiental e a segunda é o tema da avaliação. Ambas são espaços de possibilidade, mas também de cerceamento, de controle do fazer pedagógico.

Vamos nos ater a uma primeira aproximação ao termo currículo que encontramos em Lopes e Macedo (2011), quando as autoras apontam para a dificuldade em conceituar o termo e como historicamente ele assumiu diferentes definições. Para o nosso propósito, no entanto, é suficiente que usemos suas palavras para descortinar a complexidade de algo que para muitos parece ser simples. Dizem elas:

...currículo tem significado, entre outros, a grade curricular com disciplinas/atividades e cargas horárias, o conjunto de ementas e os programas das disciplinas/atividades, os planos de ensino dos professores, as experiências propostas e vividas pelos alunos. Há, certamente, um aspecto comum a tudo isso que tem sido chamado currículo: a ideia de organização, prévia ou não, de experiências/situações de aprendizagem realizada por docentes/redes de ensino de forma a levar a cabo um processo educativo (Lopes, Macedo, 2011, p.19).

As autoras ainda nos advertem que mesmo esta exaustiva “definição” não dá conta de “tantas outras questões”.

Contentemo-nos, no momento, em esmiuçar esta “definição” provisória, ou seja, quantas questões os educadores ambientais críticos devem se colocar em sua prática. Como enfrentar a disciplinaridade da grade curricular, como compatibilizá-la com tempos, vivências, atividades e reflexões atravessadas pelo mundo do trabalho humano em seu permanente intercâmbio com a natureza? O que, como educadores ambientais, queremos ajudar a construir na escola e fora dela, inseridos em um espaço de prática social que não é neutro?

Que, historicamente, é constituído por disputas de interesses de toda a ordem e que projeta a formação humana ancorada em uma visão hegemônica de mundo?

Retomamos agora a questão dos limites que estão dados na prática educativa que ocorre nos sistemas formais de ensino. Vemos, cada vez mais, a cultura do desempenho, instalar-se no ambiente escolar através de práticas de gestão e avaliação hauridas do mundo empresarial e materializadas em técnicas e procedimentos, pretensamente neutros, que afetam toda a prática na escola. A busca de resultados mensuráveis, como nos adverte Ball (2005) conduz o trabalho dos professores ao que ele identifica como “práticas inautênticas” onde as relações que os docentes estabelecem com o seu próprio trabalho, com os seus alunos e com os seus colegas no cotidiano da escola. Instala-se a alienação na medida em que

...escolhemos e julgamos nossas ações, e elas são julgadas por outros, com base na contribuição que fazem para o desempenho organizacional, apresentado em termos de resultados mensuráveis (Ball, 2005, p.554).

O autor apresenta questões que nos parecem hoje entraves à prática de uma educação ambiental crítica, onde temas como as relações interpessoais, a transversalidade dos temas, a interdisciplinidade, a superação da ruptura das relações homem-natureza parecem subjugadas a processos onde

Existem pressões sobre os indivíduos, formalizados por meio de avaliações, revisões anuais e bancos de dados, para que deem sua contribuição à performatividade da unidade (Ball, 2005, p.556).

Numa outra dimensão, os processos avaliativos são legitimados pelo discurso neoliberal como expressões de uma necessária prestação de contas à sociedade - uma perspectiva onde os professores são muitas vezes responsabilizados pelo fracasso de seus alunos, numa tentativa de singularização do espaço escolar - ou seja, desatrelada de sua inserção sócio-histórica mais ampla, aquela da produção material e social da vida (Afonso, Esteban, 2010).

Ao mencionar, brevemente, problemas que dizem respeito ao currículo e à avaliação queremos apenas apontar exemplos de questões que ainda não foram suficientemente tematizadas pelos educadores ambientais. Pensamos que, ou será de dentro do campo educacional que emergirá um vigoroso campo da EA, ou alimentaremos a perplexidade de que as políticas públicas para a EA continuem sem saber qual é o seu verdadeiro lócus de pertencimento.

Nesse texto buscamos articular nossos questionamentos sobre o mundo do trabalho e a educação afirmando o papel mediador e formador que ela desempenha na sociedade. Ler a realidade de forma crítica nos ajuda a explicitar as relações sociais mercantilizadas e alienantes que perpassam a forma homogênea de organizar a sociedade. Por isso entendemos que incorporar a dimensão ambiental na educação é expressar o caráter político, social e histórico que configura a relação que os seres humanos estabelecem com a natureza mediada pelo trabalho.

Para concluir, retornamos à pergunta inicial: a educação ambiental crítica é crítica de que? Para além de invocarmos as diversas epistemologias, que embasam diferentes vertentes do que se convencionou chamar de campo da educação ambiental crítica, se faz necessário compreender, como diz Layrargues (2009), os diferentes efeitos sobre a reprodução social que cada uma dessas vertentes produz. Pois, é parte do compromisso ético-político do pensamento crítico explicitar que a produção do conhecimento, enquanto produção social, não se separa de sua dimensão ideológica e de seu compromisso de classe.

Referências bibliográficas

AFONSO, Almerindo J.; ESTEBAN, Maria Teresa. *Olhares e interfaces: reflexões críticas sobre a avaliação*. São Paulo: Cortez, 2010.

ALTVATER, Elmar. *O preço da riqueza*. São Paulo: UNESP, 1995.

_____. *O fim do capitalismo como o conhecemos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BALL, Stephen. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. In: *Cadernos de Pesquisa*, v.35, n. 126, p. 539-564, set/dez, 2005.

CARVALHO, Isabel. Movimentos sociais e políticos de meio ambiente: a educação ambiental onde fica? In: *Cadernos do III Fórum de educação ambiental*. SORRENTINO, Marcos; TRAJBER, Rachel; BRAGA, Tânia (orgs.) São Paulo: Gaia, 1995.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Educação ambiental crítica: nomes e endereçamentos de educação. In: LAYRARGUES, Philippe Pomier (Coord.) *Identidades da educação ambiental brasileira*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004.

CARVALHO, Isabel; SCOTTO, Gabriela. O meio ambiente em disputa: conflitos ambientais e a luta por cidadania. In: *Cadernos do IV Fórum de Educação Ambiental*. INESC. Rio de Janeiro, 1997.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

HAESBAERT, Rogério; PORTO-GOLÇALVES, Carlos Walter. *A nova des-ordem mundial*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Educação ambiental com compromisso social: o desafio da superação das desigualdades. In: LOUREIRO, Carlos Frederico B.; LAYRARGUES, Philippe Pomie; CASTRO, Ronaldo Souza de. *Repensar e educação ambiental: um olhar crítico*. São Paulo: Cortez, 2009

LEFF, Enrique. *Ecologia y Capital*. México, DF: Siglo Veintiuno, 1994.

LOPES, Alice Casimiro, MACEDO, Elizabeth. *Teorias de currículo*. São Paulo: Cortez, 2011.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. *Sustentabilidade e educação: um olhar da ecologia política*. São Paulo: Cortez, 2012.

MARX, Karl. *Manuscritos econômicos e filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2010. MARX, Karl. *O capital*. Tomo V, São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: HUCITEC, 1999.

MÉZÁROS, István. *O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no Século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2007.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. *Educação ambiental: natureza, razão e história*. Campinas: Autores Associados, 2004.

_____, Contribuições para uma pedagogia crítica na educação ambiental: reflexões teóricas. In: LOUREIRO, Carlos Frederico B. (org.) ... [et al.]. *A questão ambiental no pensamento crítico: natureza, trabalho e educação*. Rio de Janeiro: Quartet, 2007.

Submissão: Setembro de 2012

Publicação: Dezembro de 2012

ECOLOGIA POLÍTICA DA SOCIEDADE DE CONSUMO E A 'PRODUÇÃO DESTRUTIVA' NO LIMAR DO COLAPSO AMBIENTAL¹

Philippe Pomier Layrargues²

Resumo

Abordamos o perfil da Sociedade de Consumo pela perspectiva da Ecologia Política, para, a partir da análise histórica da constituição desse modelo societário, (a) construir um entendimento de quais foram as transformações que passaram a defini-la, (b) compreender a influência dos Anos Dourados do Capitalismo; e a partir daí, (c) pensar a questão das '*necessidades*' ante o padrão de produção e consumo sustentável. Efetuar tal caracterização ganha relevo no contexto da disputa ideológica da constituição do imaginário sobre qual comportamento de consumo adotar na sociedade orientada pelo *American Way of Life*.

Palavras-chave: Ecologia Política; Educação Ambiental; Sociedade de Consumo; Anos Dourados do Capitalismo; Produção-Destrutiva

ECOLOGÍA POLÍTICA DE LA SOCIEDAD DE CONSUMO Y LA 'PRODUCCIÓN DESTRUCTIVA' EN EL UMBRAL DEL COLAPSO AMBIENTAL

Resumen

Abordamos el perfil de la Sociedad de Consumo desde la perspectiva de la Ecología Política, con el fin de, a partir del análisis histórico de la constitución de este modelo de sociedad, (a) construir una comprensión de cuáles fueron las transformaciones que llegaron a definirla, (b) comprender la influencia de los años dorados del capitalismo; ya partir de ahí, (c) pensar el tema de las '*necesidades*' a la luz del patrón de producción y consumo sostenible. Llevar a cabo tal caracterización cobra importancia en el contexto de la disputa ideológica de la constitución del imaginario acerca de qué comportamiento de consumo adoptar en la sociedad guiada por el *American Way of Life*.

Palabras clave: Ecología Política; Educación Ambiental; Sociedad de Consumo; Años Dorados del Capitalismo; Producción-Destructiva

POLITICAL ECOLOGY OF THE CONSUMER SOCIETY AND 'DESTRUCTIVE PRODUCTION' ON THE THRESHOLD OF ENVIRONMENTAL COLLAPSE

Abstract

We approach the profile of the Consumer Society from the perspective of Political Ecology, in order to, from the historical analysis of the constitution of this societal model, (a) build an understanding of what were the transformations that came to define it, (b) understand the influence of the Golden Years of Capitalism; and from there, (c) thinking about the issue of '*needs*' in light of the pattern of sustainable production and consumption. Carrying out such characterization gains importance in the context of the ideological dispute of the constitution of the imaginary about which consumer behavior to adopt in the society guided by the *American Way of Life*.

Keywords: Political Ecology; Environmental Education; Consumer Society; Golden Years of Capitalism; Destructive-Production

¹ Artigo recebido em 25/05/2022. Primeira Avaliação em 17/07/2022. Segunda Avaliação em 21/07/2022. Aprovado em 02/08/2022. Publicado em 10/11/2022.
DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v20i43.54650>.

² Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. Professor Associado do Programa de Graduação em Gestão Ambiental e do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos da Universidade de Brasília. Pesquisador do Laboratório de Investigações em Educação, Ambiente e Sociedade da UFRJ.

E-mail: philippe.layrargues@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5998489922535561>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7684-7334>.

*“Eu uso o necessário
Somente o necessário
O extraordinário é demais
Eu digo necessário
Somente o necessário
Por isso é que essa vida eu vivo em paz”*

Trazer a Sociedade de Consumo para o campo da Educação Ambiental?

Assim como o estímulo à Coleta Seletiva e Reciclagem dos Resíduos Sólidos, as atividades de Educação Ambiental voltadas à promoção do Consumo Sustentável também são bastante frequentes. Esses são dois temas interligados e recorrentes nas práticas educadoras nas escolas, empresas e mídia. Contudo, não é comum encontrar ações de Educação Ambiental, que mesmo que abordem o Consumo Sustentável e a Coleta Seletiva, *problematizem* a Sociedade de Consumo. É neste contraditório contexto de incompletude temática, que examinaremos esta mediação pedagógica que incentiva comportamentos de consumo ecologicamente orientados, mas que não analisa a própria sociedade que se caracteriza como ‘de consumo’.

Partimos do pressuposto de que existem dois tipos de abordagens da Educação Ambiental no âmbito do Consumo Sustentável: um de natureza *moral*, que promove novos hábitos de consumo, como mecanismo capaz de minimizar os excessos do ‘consumismo’ ‘descontrolado’ e ‘compulsivo’, tacitamente compreendido como o problema a resolver³; e outro, de natureza *política*, que adverte à insuficiência do estímulo ao Consumo Sustentável como objetivo único da mediação pedagógica, denunciando haver ali um processo de manipulação ideológica para fins de reprodução da ordem socioeconômica capitalista, camuflado por uma pretensa intencionalidade de mudar a realidade socioambiental. Enquanto uns entendem que a Educação Ambiental é um caminho para difundir o hábito do ‘consumo verde’, outros entendem que é preciso problematizar a premissa de que o caminho da sustentabilidade deva passar necessariamente pelo Mercado.

³ Como exemplo, citamos Silva e Flain (2017), que clamam por campanhas publicitárias com o objetivo de levar ao consumidor informações que propiciem uma postura mais sensata do cidadão no mercado de consumo. Observa-se aí a repetição do discurso da responsabilização individual para que o sujeito ecológico assuma a responsabilidade para moderar o *seu* consumo exagerado; ignorando-se a determinante e incessante influência da esfera da produção induzindo exatamente o padrão de consumo que se pretende alterar.

A aceitação tácita da premissa de não haver necessidade de debater pedagogicamente a Sociedade de Consumo no contexto da Educação Ambiental e o Consumo Sustentável, acarreta em profundas implicações políticas, porque o recorrente estímulo ao Consumo Sustentável de forma acrítica contribui com a naturalização da Sociedade de Consumo, reproduzindo no imaginário coletivo uma idealização que a torna inquestionável e não suscetível a sofrer mudanças estruturais. No fluxo da naturalização desse imaginário, molda-se um argumento que aponta os ‘padrões de produção e consumo’ tidos como ‘insustentáveis’, como os elementos que precisam ser modificados em busca da sustentabilidade, ao mesmo tempo em que se mantém a ordem capitalista inalterada; porque numa Sociedade de Consumo, tudo pode ser transformado, exceto o Consumo, jamais refreado; no máximo, adaptado.

Esta premissa pertence ao currículo oculto da sociabilidade capitalista presente no campo da Educação Ambiental, transmissora de um *ethos* societário que não compromete a essência da Sociedade de Consumo; ao contrário, torna o sujeito ecológico funcional à ordem capitalista, consolidando o Ambientalismo de Mercado no lugar de hegemonia nas relações de poder no campo ambiental. Esse currículo oculto se encarrega da difusão subliminar de duas idealizações combinadas em torno do exercício do Poder: o papel determinante da demanda do consumidor para influenciar um modo de produção comprometido com a sustentabilidade; e a importância da responsabilização individual em que cada um faz obedientemente a sua parte mudando seus comportamentos pessoais, atitude que somada na humanidade, faria toda diferença para resultar na transformação da economia em uma Economia Verde. Nessa perspectiva, a Educação para o Consumo Sustentável não passaria de uma cartilha orientadora para ensinar a cada um fazer a escolha certa nas compras.

Mas o que caracteriza esse padrão insustentável de produção e consumo? Como distinguir objetivamente o padrão de produção e consumo insustentável daquele que carrega a promessa de sustentabilidade? Sobre isso, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (BRASIL, 2010), diz que é sustentável a “*produção e consumo de bens e serviços de forma a atender as necessidades das atuais gerações e permitir melhores condições de vida, sem comprometer a qualidade ambiental e o atendimento das necessidades das gerações futuras*”.

Se fala sobre 'Necessidades' que precisam ser atendidas, mas não se qualifica o que é essa categoria analítica absolutamente central e estratégica para definir um padrão de produção e consumo. De acordo com o dicionário Houaiss da língua portuguesa, o 'necessário' denota a qualidade daquilo que seja absolutamente indispensável; são as exigências fundamentais capazes de satisfazer rotineiramente as condições materiais básicas da vida; deixando de fora do cotidiano, a satisfação ilimitada e insaciável dos desejos e prazeres hedônicos, estes da ordem do extraordinário. A definição aponta para a existência de um limite, não necessariamente rígido e inflexível, mas que demarca uma linha divisória da 'necessidade', circunscrita pelo parâmetro do que seja 'essencial' e 'indispensável', conotação diferente daquilo que seja 'supérfluo' e 'exagerado'. Nem sempre aquilo que queremos é o que precisamos. Assim, nessa fluida fronteira entre o necessário e o desnecessário, qualquer coisa que vá além do básico e torne o que seja dispensável ou extraordinário como rotina cotidiana, excede o sentido original de 'Necessidade'.

Em tese, um padrão de produção e consumo sustentável é aquele alinhado com a justiça geracional. Mas quais são essas necessidades que precisam ser atendidas hoje e amanhã? As necessidades humanas sempre foram as mesmas ou sofreram mudanças que a transfiguraram ao longo do tempo? Quais critérios caracterizam esse modelo de produção e consumo marcado pela justiça geracional? Sabendo definir o que sejam tais necessidades que precisam ser atendidas tanto agora como no futuro, é possível fundar esse outro modelo que se pretende sustentável sem alterar a Sociedade de Consumo? Ou ao contrário, é preciso superá-la para efetivamente se fundar um novo padrão de produção e consumo de fato sustentável?

Mas na prática, há um acordo implícito na ordem do discurso ambiental acerca da 'produção e consumo sustentáveis', que a questão a levantar seja a busca abstrata dos 'padrões sustentáveis', partindo do pressuposto de que não é preciso definir o que são essas necessidades que nos referimos quando falamos delas precisarem ser atendidas no consumo, hoje e amanhã.

É neste debate que pretendemos agregar um exame conjuntural da Sociedade de Consumo, especialmente agora, no limiar do Colapso Ambiental; reflexão que faremos pela ótica da Educação Ambiental Crítica e da Ecologia

Política (LOUREIRO; LAYRARGUES, 2013), a fim de subsidiar novas abordagens da Educação para o Consumo Sustentável.

Partimos da premissa de Foladori (2001) onde a historicidade é central para se compreender as origens da realidade socioambiental e como ela foi socialmente construída ao longo do tempo. A crise ambiental não brotou espontaneamente de um vazio estéril sem que tenha sido gestada por determinações bem específicas:

A análise da crise ambiental contemporânea deve partir das próprias contradições no interior da sociedade humana, contradições que não são biológicas, mas sociais, que não se baseiam na evolução genética, mas na *história econômica*, que não têm raízes nas contradições ecológicas em geral, mas naquelas que se estabelecem entre classes e setores sociais em particular (FOLADORI, 2001, p. 45, grifo nosso).

É preciso compreender como a sociedade moderna chegou a esse padrão insustentável de produção e consumo, que não por acaso, também demarca o tempo histórico do Colapso Ambiental, para se obter uma real medida da envergadura daquilo que é preciso mudar. Mas é preciso também entender como é contada a história da degradação ambiental global e a proposição de soluções para mitigá-la. Será mesmo que só fazer a 'escolha certa' nas compras é o caminho para a sustentabilidade?

Os Anos Dourados do Capitalismo e a criação da Sociedade de Consumo

De acordo com Glyn *et al* (1988), Trintin e Rossoni (1999), Mattos (2005), Baruco (2005), Palmieri Júnior (2012), entre outros, logo após o término da Segunda Guerra Mundial, ao longo de apenas duas décadas, 1950 e 1960, ocorreu uma profunda transformação na estrutura produtiva e no estilo de vida dos países capitalistas - especialmente nos Estados Unidos, que como informa Arrighi (1996), foi o país que ao suplantando o imperialismo britânico, inaugurou o quarto ciclo histórico de acumulação do capital, após os ciclos genovês, holandês e britânico -, como resultado do esforço político para recuperar a economia devastada pela guerra. Foi um período de paz que se testemunhou impressionantes recordes de crescimento econômico e de altas taxas de empregabilidade. Esse acontecimento virtuoso envolveu significativas mudanças de caráter tecnológico, político,

econômico, social e cultural, que resultaram num período sem precedentes de prosperidade econômica e abundância material entre os países capitalistas.

Essa transformação foi de tal envergadura que culminou no surgimento da Sociedade de Consumo, substituta da Sociedade Industrial, definindo as características fundamentais da sociedade contemporânea nos últimos setenta anos: aquela que se constitui não só em torno do capital, mas especialmente em torno do consumo, posto no lugar de alavanca propulsora do novo ritmo produtivista. É quando o pilar de sustentação do processo de acumulação do capital se funda no consumo de forma tão profunda, que podemos reelaborar a máxima de Descartes, “Penso, logo existo”, para “Consumo, logo existo”. A configuração do capitalismo ali naquele momento histórico passou a ser intimamente dependente da capacidade de consumo instalada na sociedade. A expansão produtiva passou a englobar a esfera do consumo como parte fundamental da engrenagem econômica exponencialmente acelerada, estabelecendo-se uma relação determinada da produção ao consumo, mas dialeticamente estruturada, posto que a capacidade de produção e (rápido) escoamento da mercadoria na fábrica passa a depender da (rápida) capacidade de consumo instalado na sociedade: o consumo, enquanto hábito cultural, haveria de ser transformado.

Esse acontecimento histórico caracterizou o emblemático período dos Anos Dourados do Capitalismo: a Sociedade de Consumo nasce precisamente na época de ouro do capitalismo, não deixando dúvidas o quanto essa sociedade que se orienta pelo consumo está correlacionada com o modelo econômico que se orienta pelo capital. Oliveira e Apóstolos (2020) reconhecem que esse novo estágio de acumulação do capital inaugurou um novo modo de pensar e de viver, em que o consumismo foi a alavanca que recuperou a sofrida economia da Crise de 1929 até o fim da Segunda Guerra Mundial. Isso significa que não é possível compreender a natureza da Sociedade de Consumo sem compreender os mecanismos da reestruturação produtiva que ocorreu nessas duas décadas decisivas para marcar profundamente um novo estilo de vida na modernidade.

O pano de fundo em que ocorreu essa transformação é de natureza ideológica; e se enquadra no contexto geopolítico da Guerra Fria com a bipolaridade capitalismo x socialismo, ante o fantasma da União Soviética que assombrava as combalidas economias capitalistas na Europa e Estados Unidos no pós-guerra. É nessa conjuntura bélica que a ordem capitalista norte-americana altera sua

orientação tática: deixa de ser uma autêntica economia de livre mercado, passando a combinar-se com a intervenção econômica do Estado para alavancar a prosperidade econômica como meio para assegurar a estabilidade da ordem social capitalista.

Esta onda de prosperidade foi conquistada com o alto crescimento econômico ao longo de duas décadas nos países capitalistas (América do Norte, Europa Ocidental e Japão), com políticas públicas distributivas e de pleno emprego, com a elevação salarial que reduziu significativamente a pobreza permitindo à classe trabalhadora acessar o mercado consumidor (resultante tanto do barateamento dos bens de consumo fruto dos avanços na produtividade, como da política social Keynesiana). A mensagem ideológica anunciada foi de que o capitalismo teria conseguido superar a contradição de classes, oferecendo abundância material para todos, não apenas para as elites acostumadas a viver na afluência (BALANCO; PINTO, 2007). Dessa forma, ao contrário da austeridade que caracterizava a economia soviética, a economia capitalista norte-americana estruturou sua identidade no tabuleiro da Guerra Fria no reino da prosperidade, seduzindo a classe trabalhadora para esse imaginário social tão atraente.

É nesse sentido que Saes e Saes (2013) sublinham que a prosperidade econômica dos Anos Dourados não se deu apenas por razões econômicas, mas também por razões geopolíticas da polarização entre capitalismo e socialismo, onde os Estados Unidos buscaram consagrar a superioridade na ordem mundial na capacidade de promover o Bem Estar da população, para afastar o risco de uma revolução comunista em solo norte-americano ou europeu; o que explica muito acerca da opção por um Estado intervencionista e não liberal para fundamentar a nova ordem capitalista no pós-guerra.

A aplicação do Keynesianismo⁴ e do Estado de Bem-Estar Social, onde o governo interveio na economia para investir no interesse público garantidor da ampliação dos direitos à classe trabalhadora (seguro desemprego, crédito ao consumidor, salário mínimo digno, aposentadoria; permitindo o planejamento do

⁴ Martins (2014) esclarece que a formulação teórica do Neoliberalismo surgiu logo após a Segunda Guerra Mundial, em 1944, quando Friedrich Hayek publicou “O Caminho da Servidão”, como uma crítica ao Estado Intervencionista. Contudo, ante o espetacular desempenho do Keynesianismo nas décadas de 1950 e 1960, o Neoliberalismo se tornaria a nova doutrina ideológica do capitalismo somente a partir do início dos anos 1970, com o fim dos Anos Dourados. É importante salientar a distinção que ocorrerá a partir do momento em que o Estado de Bem-Estar Social for substituído pelo Neoliberalismo, porque este ideário elimina toda possibilidade da domesticação do capital, e nunca mais se veria um crescimento econômico sustentado e com pleno emprego como naqueles anos.

endividamento das famílias que começaram a acessar os bens duráveis de consumo), representou um poderoso estímulo no ritmo do crescimento econômico. O Estado Keynesiano atuou na direção da conciliação de classes, apoiando o fortalecimento dos sindicatos dos trabalhadores e mediando os conflitos entre capital e trabalho, o que resultou num período de notável crescimento econômico com distribuição de renda. Não por acaso, Sousa e Sousa (2013) lembram que o Estado de Bem-Estar Social só foi possível por ter havido uma aliança de classes sustentada pela ampliação dos direitos de cidadania, da seguridade social e do acesso ao mercado consumidor.

Afinal, a ampliação da estrutura produtiva no pós-guerra dependia diretamente do robustecimento da classe trabalhadora para alavancar a produção, e o Estado norte-americano precisou garantir a reprodução de sua força de trabalho (TRINTIN; ROSSONI, 1999; ARDENGUI; SILVA; BURMANN, 2014). Hobsbawm (1995) inclusive, frisa que os Anos Dourados não teriam acontecido sem a política intervencionista do planejamento estatal da economia, o que foi capaz de democratizar o mercado. O Estado de Bem-Estar Social organizou a economia naqueles anos de modo a evitar que ela fosse dirigida exclusivamente pelas forças de mercado, exatamente para evitar a concentração de renda. Przeworski (1989) enfatiza que a conciliação de classes foi um aspecto central nos Anos Dourados: assim que os trabalhadores tiveram a oportunidade de melhorar suas condições materiais de vida, bastando para isso cooperar com a burguesia; a hegemonia cultural da ordem capitalista na social democracia se estabeleceu firmemente ante o fantasma comunista, o que em última análise corresponde à idealização do fim das ideologias e o triunfo do capitalismo, porque a classe trabalhadora pactuou com a reforma ao invés da revolução. A aliança com o capital se mostrou mais adequada à classe trabalhadora do que a mudança radical de regime, e o tom de conciliação de classe permitiu toda abundância e prosperidade características do período dos Anos Dourados. O capitalismo domina a batalha ideológica quando convence a classe trabalhadora a se manter fiel à sua ordem socioeconômica.

Nesse sentido, na esteira do *New Deal*, com a Doutrina Truman para bloquear a expansão soviética no continente europeu, com o Plano Marshall para alavancar a recuperação econômica europeia, e junto da inauguração de um novo regime monetário para regular o sistema financeiro internacional - baseado no Acordo de *Bretton Woods* -, essa foi a fórmula implementada pelos Estados Unidos para

reerguer a economia dos países europeus e do Japão, ao mesmo tempo assegurando a conquista da hegemonia do poder imperialista norte-americano na nova configuração da ordem mundial emergente no tabuleiro da Guerra Fria, evitando-se a temida adesão da Europa Ocidental ao socialismo (GASPAR, 2015; SAES; SAES, 2013).

Por não ter sido palco da guerra, os Estados Unidos detinham uma vantagem estratégica que lhe garantiu ocupar esse espaço de hegemonia no poder político e econômico do pós-guerra: seu parque industrial e sua infraestrutura logística estavam intactos, ao contrário da Europa e Japão que tiveram seus meios de produção e força de trabalho severamente impactados. Dessa condição desigual se estabeleceu o imperialismo norte-americano.

Em 1965, no bojo do movimento geopolítico dessa época de ouro do capitalismo, foi criado o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, reforçando a ideologia do progresso que associa desenvolvimento com crescimento econômico, estabilidade social e bem-estar material e disseminando a versão imperialista do *American Way of Life* para o resto do mundo, notadamente o hemisfério sul, onde predominavam os ‘subdesenvolvidos’.

A teoria econômica do Desenvolvimento, que teve seu auge nos anos 1950 e declinou depois dos anos 1970 com a chegada do Neoliberalismo, já contava com o principal formulador do conceito Ecodesenvolvimento, Ignacy Sachs, um teórico entusiasta da capacidade do Estado desenvolvimentista conduzir adequadamente os rumos da ‘nave espacial Terra’. Segundo Bresser-Pereira (2013), Sachs dizia que o fracasso das economias socialistas na rivalidade da Guerra Fria se deu entre outras coisas, porque falharam em se tornar uma “alternativa viável aos padrões de consumo e ao estilo de vida ocidental”, evidenciando a poderosa força simbólica que representa a riqueza material individual.

As inovações tecnológicas introduzidas no pós-guerra aumentaram incrivelmente a produtividade industrial, e toda uma nova gama de produtos eletrônicos domésticos foi criada; a eficiência gerencial do Fordismo se disseminou amplamente, a formação de grandes corporações e oligopólios deu economia de escala aos negócios globais. Além disso, o petróleo estava com preços baixos tornando a energia fóssil barata, resultando em mercadorias produzidas a baixo custo. Ao mesmo tempo, ocorreu um expressivo aumento na urbanização e no grau

de escolaridade. A televisão, o rádio e a geladeira se popularizaram, o acesso ao crédito para o consumo foi enormemente facilitado.

É neste território que se hasteou a bandeira do *American Way of Life*, indicando o caminho da prosperidade e da felicidade, desde que seguido o modelo estadunidense então aplicado em direção ao sonhado progresso e sua riqueza material. A magnificência desse modelo pode ser medida quando, em 1960, Rostow (1978) publica o livro “Etapas do Desenvolvimento Econômico” em que a quinta e última etapa desse processo civilizatório seria nada menos que a própria “Era do Consumo em Massa”, iniciada com o Fordismo e concluída nos Anos Dourados do Capitalismo. Dá para perceber também a importância do estilo de vida norte-americano defendido com unhas e dentes, quando em 1992, no âmbito da Conferência do Rio, George Bush asseverou que “o *American Way of Life* não é negociável, e ponto”, ao não submeter os Estados Unidos à política global de contenção de emissão de gases de efeito estufa, negando-se a assinar o Protocolo de Kyoto.

A consagração do *American Dream*, idealizado por James Truslow Adams em 1931 em “*The Epic of America*”, como um *ethos* estadunidense de uma sociedade capaz de combinar liberdade, prosperidade, oportunidades iguais e mobilidade social, onde cada um pode gozar de uma vida melhor por meio do próprio trabalho - algo de fato ensaiado com as políticas Keynesianas nos Anos Dourados -, pavimentou solidamente o imaginário da classe trabalhadora, de que ela poderia desfrutar desse fascinante estilo de vida que antes era exclusivo da elite. Com o sonho americano, começou-se a acreditar ser possível tornar-se uma *Very Important Person*, um termo que não coincidentemente se torna comum exatamente após a Segunda Guerra, para designar a pessoa com alto prestígio na escala social e que goza de privilégios exclusivos.

Contudo, Aziz e Guendouzi (2019) advertem que a obra de Adams se presta a difundir uma ideologia sem história para estabelecer a sociabilidade capitalista como o aspecto mais central da identidade estadunidense. A mensagem ideológica à classe trabalhadora, no contexto da Guerra Fria, era clara: permanecer no capitalismo significava a garantia de usufruto dos privilégios da ‘primeira classe’, porque na prosperidade do capitalismo havia abundância para todos. Implicitamente, significava também que no capitalismo no lugar da exploração do trabalhador havia liberdade de escolha individual. Groppo (2005) sublinha que a construção simbólica

da identidade nacional suplantou a construção da própria consciência de classe no capitalismo norte-americano; dissolvendo a luta de classes e manipulando os interesses da classe trabalhadora, seduzida por essa idealização de uma Sociedade de Consumo materialista; onde o Fordismo, que combina produtividade com disciplina no trabalho, desempenhou um papel fundamental no hábito do controle da classe trabalhadora no cumprimento de seus deveres.

Fato é que os Anos Dourados inauguraram um novo ciclo de acumulação do capital, pautado pelo fenomenal desenvolvimento das forças produtivas, atingindo um inédito patamar na capacidade de produção de bens duráveis de consumo: a produção industrial simplesmente teria alcançado uma produtividade ilimitada, sem precedentes. Essa é a conjuntura que propiciou às forças produtivas ultrapassarem o limiar de produtividade jamais visto na história do industrialismo. Que fique claro que foi precisamente na conjuntura político-econômica dos anos 1950, com a reestruturação produtiva do capitalismo norte-americano no pós-guerra, que a produção industrial se tornou *ilimitada*.

Arendt (2007), considerando que enquanto o produto do trabalho se destina a ser *usado* e o produto do labor se destina a ser *consumido*; afirma que as coisas modernas após a Revolução Industrial se tornaram produtos do labor; pontuando que:

A interminabilidade da produção só pode ser garantida se os seus produtos perderem o caráter de objetos de uso e se tornarem cada vez mais objetos de consumo ou, em outras palavras, se a taxa de uso for acelerada a tal ponto que a diferença objetiva entre uso e consumo, entre a relativa durabilidade dos objetos de uso e o rápido surgimento e desaparecimento dos bens de consumo, for reduzida até se tornar insignificante. Em nossa necessidade de substituir cada vez mais depressa as coisas mundanas que nos rodeiam, já não podemos nos dar ao luxo de usá-las, de respeitar e preservar sua inerente durabilidade; temos que consumir, devorar, por assim dizer, nossas casas, nossos móveis, nossos carros (...). Os ideais do *homo faber* fabricante do mundo, que são a permanência, a estabilidade e a durabilidade, foram sacrificados em benefício da abundância, que é o ideal do *animal laborans*. (ARENDR, 2007, p. 138).

Se por um lado essa mudança resultou na coroação do sistema capitalista e no 'fim das ideologias'; por outro lado, foi exatamente este mesmo cenário de êxito das forças produtivas que propiciou a emersão de outra contradição do capitalismo, que agora se dá nas relações mercantis. Desatado o nó da contradição das forças produtivas, que opunha em lados antagônicos o Capital e o Trabalho nas relações

produtivas; agora o nó correu para outro lugar de tensionamento, antagonizando as esferas da Produção e do Consumo.

Alves (2019) e Cruz (2013) assinalam que o motor desse novo regime de acumulação do capital reside exatamente na intensificação da produção em massa de bens duráveis de consumo. A Sociedade de Consumo tem o poder de produzir mais bens de consumo do que existe de humanos para consumir todas essas mercadorias. E nessa condição de hiperprodução de mercadorias, o alto desempenho alcançado com a nova configuração produtiva passou a ficar comprometido com o surgimento de um gargalo nas relações mercantis: não faltou mercadoria para as pessoas, faltou pessoas para consumir tantas mercadorias produzidas⁵. Foi esse sucesso que se tornou a encruzilhada: essa alta eficiência produtiva se expandiu até alcançar seu limite, quando saturou a demanda do consumidor pela satisfação das suas necessidades básicas, e foi necessário abrir o consumo para toda a sociedade. Esse novo patamar produtivo sem limites foi capaz de gerar um excedente de bens de consumo inimaginável, e evidentemente esse cenário intolerável precisava ser contornado.

O compromisso dos governos com uma política keynesiana de pleno emprego e com o Estado de Bem-Estar, ao criar uma expectativa de manutenção do emprego e alguma distribuição de renda, ampliou o mercado para bens de consumo, principalmente os duráveis, que até então eram vistos como bens de luxo (caso dos automóveis, eletroeletrônicos etc.) (SAES; SAES, 2013, p. 452).

Não foi fácil abrir o moderno mercado de consumo de massa para toda a sociedade, porque algumas classes sociais excluídas do mundo consumerista, não detinham as 'competências ideais' para exercitar o consumismo enquanto ideologia: a parcimônia e moderação eram determinantes no comportamento de consumo, que se restringia aos bens materiais básicos. Se num primeiro momento a solução encontrada foi ampliar o consumo às classes populares, inaugurando o *Consumo de Massa*, não tardou para que essa estratégia também se mostrasse insuficiente para sanar a contradição entre Produção e Consumo desacoplados em ritmos diferentes.

⁵ E é por essa perspectiva, de que faltou consumidores para mercadorias, que se compreende que neste momento em diante o consumidor passou a fazer parte integrante da mercadoria, como Bauman (2008) assinala em "Vidas para Consumo", que literalmente quer dizer que as vidas humanas passaram a ser destinadas a seguir um único propósito: o consumo de mercadorias. Evidentemente que esta condição não se resolve com a satisfação das necessidades básicas, aquelas essenciais e indispensáveis; a força determinante das vidas orientadas para o consumo impõe o consumo supérfluo como uma necessidade: uma necessidade fictícia para o consumidor, mas uma necessidade real para a reprodução do capital.

O Consumismo é um parâmetro ideológico definidor de quando o padrão de consumo de uma sociedade se transforma culturalmente, a ponto de caracterizar a *Sociedade de Consumo*, que ocorre quando o sistema produtivo é robusto o suficiente para inaugurar o *Consumo de Massa*: afinal de contas, como afirma Latouche (2015), para uma produção em série, um consumo também em série e operando no ritmo equivalente; para poder escoar ininterruptamente a produção.

Foi preciso remodelar o imaginário social para interferir no estilo de vida, e assim, redefinir o antiquado padrão de consumo, influenciando-o de forma a torná-lo compatível com o novo ritmo da economia produtiva em escala industrial: criou-se então, um padrão de consumo também em escala industrial, que se mantivesse em compasso com o padrão de produção. Não bastava à acumulação do capital produzir mais e mais mercadorias, se elas ficassem estocadas nos depósitos, era preciso engatar o consumo nesse novo ritmo produtivo; e para isso, foi crucial estimular o consumidor a ir às compras enfeitiçado e sem culpa pelos excessos, com prazer, como um ato em busca mais do que da satisfação das necessidades básicas, da conquista da felicidade.

Este engate conecta dialeticamente a produção e o consumo, a partir desse momento passando a ser reciprocamente influenciadas a relação entre oferta e demanda. É a partir daí que se constrói a ideia da demanda de um consumidor que deve ser satisfeita pelo mercado, conferindo uma autonomia que ele não possui. É dessa perspectiva que desponta a percepção distorcida de que a escolha do consumidor-cidadão no mercado possui o poder de influenciar a produção. Essa dialética se completa visceralmente quando o consumo de bens materiais passa a representar o preenchimento do vazio existencial deixado pelo abandono do indivíduo à sua própria sorte na indiferente sociedade de massa (BITTENCOURT, 2011), distante do laço de pertencimento comunitário, a fonte primária de bem-estar e felicidade; e próximo da identificação com objetos de consumo que possam distingui-lo da multidão.

A popularização do *'fast food'*, que ocorreu nos anos 1950, é a representação perfeita da transformação da esfera de consumo que também foi industrializada no mesmo compasso da produção acelerada. Não é só a preparação da refeição que se conformou ao padrão industrial fordista, mas seu próprio consumo que se tornou imediato, para entrar em sintonia com o novo ritmo de produção. Consumir *fast food* representa o consumo alinhado com a produção de uma mercadoria que deve ser

rapidamente consumida. Nada mais simbólico também para qualificar uma Sociedade de Consumo, do que o conhecido 'Mc Lanche Feliz', que explicitamente associa o consumo de um sanduíche industrializado com felicidade. A Sociedade de Consumo⁶ parece ser uma sociedade onde até a felicidade precisa ser comprada.

Além dessa ampliação horizontal do consumo na sociedade, o Consumismo é caracterizado também pela ampliação vertical do consumo, que é quando a decisão individual de compra de uma determinada mercadoria não se dá mais apenas por *necessidade*, mas também por *desejo*. Essa talvez seja a maior mudança cultural realizada no espírito do *American Way of Life*, a deformação do significado de necessidade, ampliando sua fronteira para além daquela linha divisória compreendida pela moral, incorporando os insaciáveis desejos e prazeres hedônicos nessa reconfiguração do que sejam as necessidades humanas. Dentro do contexto desta era de prosperidade, foi preciso investir muito trabalho ideológico para ressignificar a própria ideia de 'necessidade', justificada em função do novo regime de abundância de mercadorias disponíveis: assim se desfaz a sua característica fundamental, daquilo que é entendido como absolutamente indispensável, para então aceitar-se rotineiramente o extravagante, o supérfluo, até mesmo o descartável, como parte das infinitas necessidades humanas. Eis a liberdade de escolha individual da Sociedade de Consumo.

Do consumo liberto de sua restrição cultural e orientado pelo desejo, nasce o *consumo compulsivo*, o vício consumista desenfreado, ou em termos técnicos, a 'Oniomania', caracterizada por um consumo patológico, encarado pelo senso comum como situação crônica de desvio comportamental de um sujeito que precisa de tratamento psiquiátrico para esse 'transtorno de compra compulsiva'; como se não fosse uma condição derivada da abusiva influência da indústria da publicidade para estimular exatamente essa reação compulsiva, exacerbada, descontrolada. Por isso é desejável compreender as políticas públicas de restrição da publicidade como uma questão de saúde pública e mental. Não basta 'tratar' os pacientes

⁶ Aqui é adequado chamar atenção à importante sinalização que Zacharias (2009) fez, de que a Sociedade de Consumo no Neoliberalismo é mais uma ilusão ideológica do que uma realidade palpável, pois esse padrão de consumo atualmente só é acessível a cerca de 30% da população mundial. A sociedade moderna seria na verdade, uma sociedade ideologizada pelo consumo e tremenda injusta, porque mal consegue atender significativa parcela da população com bens de consumo de primeira necessidade; imagina-se então, o custo de se comprar felicidade nessa realidade de desigualdade social. Entendemos, porém, que no esforço da conciliação de classes que se deu com o Keynesianismo nos Anos Dourados, era coerente haver uma narrativa ideológica que diluísse as fronteiras de classe, moldando o imaginário de uma sociedade de classe indistinta, amalgamada numa identidade unificada em torno do consumidor.

individualmente, sem ao mesmo tempo sanar a própria sociedade forçada a conviver com o incessante bombardeio publicitário, que tem como propósito confundir consumo com felicidade como engrenagem do sistema produtivo que visa produzir para acumular capital. A exposição ao estresse permanecerá presente na vida dos portadores da Oniomania, como 'efeito colateral' do necessário bombardeio publicitário.

Assim, foi exatamente nos Anos Dourados do Capitalismo, que essa extraordinária força produtiva do modo de produção (ilimitado) encontrou sua fronteira. Segundo Cruz (2013), esse novo padrão de produção se chocou com o antigo e limitado padrão de consumo. Um padrão pautado pela moral da sobriedade e parcimônia na satisfação do ego pessoal, onde não tinha lugar a possibilidade do *consumo impulsivo por desejo* sobrepujar o *consumo por necessidades*. Como o *ethos* das relações mercantis herdado das décadas anteriores de penúria econômica condenava o exagero, seria preciso estimular as pessoas a ir às compras para movimentar a economia segundo o novo ritmo imprimido pelas forças produtivas. Cohen (2004) sublinha que nos anos do pós-guerra, foi necessário empreender um enorme esforço político-ideológico de resignificação para convencer a sociedade norte-americana a cooperar com o crescimento econômico baseado numa economia de consumo em massa. O tabu de um consumo perdulário e portanto condenável, precisou ser derrubado, e isso aconteceu quando esse novo regime de abundância material passou a garantir as necessidades básicas da classe trabalhadora. A partir daí foi possível fundar uma nova 'necessidade', agora livre de freios, e a existência humana finalmente poderia ser dedicada à busca da felicidade. A Sociedade de Consumo produziu um novo sujeito, com amor próprio, dono de si, narcísico, liberto de tabus restritivos de uma moral austera e comedida que cerceou sua plena felicidade, que passou a ser associada a sentidos identitários distantes da simplicidade. O hedonismo se torna o valor cultural por excelência da Sociedade de Consumo. E o consumo, enfim, se modernizou inaugurando o prazer como estilo de vida.

Indústria da propaganda e a expropriação simbólica do senso de parcimônia do trabalhador: a redefinição das 'necessidades' pelo capitalismo

Na mesma medida que o capitalismo e seu processo de acumulação se define pela expropriação da natureza e do trabalho humano, esse modo de produção também se define pela expropriação da cultura da parcimônia no inconsciente coletivo dos novos consumidores na classe trabalhadora. Esse modo de produção, no âmbito da extração dos recursos naturais, na transformação da matéria-prima e na comercialização da mercadoria, é um modo de produção pautado pela expropriação. No compasso da acumulação do capital, consumidores se transformaram em acumuladores, muitos, compulsivos; porque foram ideologicamente influenciados a compreender de forma distorcida o que são as necessidades que devem ser satisfeitas no consumo.

É nesse contexto que se insere a indústria da propaganda, que se acoplou como uma engrenagem da máquina produtiva, atuando na produção ideológica conformadora de uma nova identidade consumerista no imaginário social (BRONSTEIN; MARGOLIS, 2013). A propaganda é uma ramificação da máquina produtiva que inseriu um novo componente na mercadoria, sua embalagem simbólica: a indústria da propaganda surge da necessidade da reconfiguração cultural do consumo ajustada à nova fase de expansão do capital. Forjando a ideia da imprescindibilidade da mercadoria para a vida do consumidor, sua função na Sociedade de Consumo é distorcer a noção de necessidade e naturalizar o consumismo hedônico.

Acompanhando as mudanças nos Anos Dourados, a propaganda mudou radicalmente nos anos 1950, com a criação de um novo olhar que viria a se tornar o paradigma, superando a mera descrição das características intrínsecas da mercadoria e convertendo a mensagem em algo mais conceitual e subjetivo. Uma campanha publicitária da empresa alemã Volkswagen marcou a época com sua inovadora forma para vender o Fusca no mercado norte-americano, um desafio para uma empresa de uma nação inimiga na Segunda Guerra, mas que soube explorar os signos do momento de uma classe trabalhadora que sonhava com o *American Way of Life*, lançando-o como a opção econômica aos faustuosos automóveis das marcas norte-americanas.

A propaganda passou a representar a voz da mercadoria, que se apresenta agora pelas suas qualidades sutis para além da sua função essencial. Não se adquire mais uma geladeira apenas pela sua qualidade enquanto Valor de Uso, como um eletrodoméstico capaz de preservar alimentos em um ambiente refrigerado; adquire-se pelo seu Valor de Troca, a representação do estilo de vida do consumidor. Se inaugura a era dos ‘modelos’ da mercadoria em suas infinitas representações alinhadas às subjetividades do consumidor, mas constante e interminavelmente renovadas e descartadas.

A mensagem ideológica da indústria da propaganda consistia em negar a racionalidade da razoabilidade da parcimônia, e convencer a classe trabalhadora que o consumismo não era algo indecoroso; ao contrário, era um ato altruísta derivada de uma racionalidade patriótica de responsabilidade civil⁷; porque sob o capitalismo no pós-guerra, teria ocorrido um giro completo entre a penúria e opulência, entre escassez e abundância material. Comprar passou a significar contribuir com o progresso, crescimento e prosperidade econômica.

A questão era de que não fazia sentido um padrão de consumo austero no novo mundo da prosperidade; abrindo caminho para o discurso implícito que enaltece o moderno em detrimento do passado, na distinção entre os novos e ‘melhores’ produtos em relação aos produtos velhos e ‘ultrapassados’, para essa nova era que começa a se organizar em torno da dialética entre abundância e desperdício, com a progressiva aceitação social da ideia da descartabilidade. Essa idealização da jovialidade estabelece uma nova fronteira definidora para a satisfação das necessidades, cujo limiar agora se define pela dicotomia entre o velho e o novo e sua contínua renovação. A Sociedade de Consumo valoriza o novo e despreza o velho, como efeito do discurso ideológico da vinculação da modernidade como signo de inovação tecnológica, que significaria ‘melhoria’ implícita. O resultado dessa artimanha retórica é a naturalização do abandono da mercadoria em plena condição de uso, pelo consumidor que não vê mais interesse naquilo que comprou muito como um espelho de sua identidade, porque o que importa é que ele vê em outra

⁷ A respeito do consumo como ato patriótico, Oliveira e Bomfim (2020) inclusive fazem alusão a um “Consumismo Estrutural”, ao analisar o discurso do então Presidente Lula rebatendo uma fala de um trabalhador que afirmava que não se sentia seguro em fazer uma compra por medo de perder o emprego, ao que Lula retruca exatamente o contrário; que se esse trabalhador não comprar, aí sim é que ele corre o risco de perder o emprego. A ênfase na importância do trabalhador consumir bens duráveis, porque assim ele assegura que a economia floresça, é um traço distintivo da relação visceral de dependência que a produção em massa deposita no consumo de massa, e por isso, o Consumismo “Estrutural”.

mercadoria uma representação mais fiel às suas expectativas de satisfação da felicidade.

É nesse contexto simultaneamente para movimentar a produção em massa e para manter o interesse da classe trabalhadora ao espírito capitalista, que foi preciso ensinar à classe trabalhadora buscar felicidade no consumo. É na fabricação de uma massa de consumidores que floresce a indústria da propaganda, que ganha a decisiva contribuição da *psicologia do consumidor*, para entender cientificamente os instintos primários, os desejos inconscientes e os anseios do consumidor, para desvendar as melhores formas de seduzi-lo e influenciá-lo (JUSTO; MASSIMI, 2017). Essa ferramenta fabricou imaginários e ensinou de forma subliminar os trabalhadores recém ingressos na classe média, os novos valores e comportamentos desejáveis nas relações de consumo orientadas pelo prazer. A psicologia do consumidor subsidiou a indústria da propaganda a criar o consumo 'desnecessário', que não se pauta mais exclusivamente pelas necessidades básicas, mas também pelas supérfluas.

Antes de 1950, havia uma clara demarcação que separava o consumo por necessidades básicas, do consumo supérfluo; e era o corte de classe social que distinguia a rotina entre os dois padrões de consumo. A classe trabalhadora, por razões óbvias derivadas da relação Capital e Trabalho, se restringia ao consumo por necessidade, enquanto a elite se via em condições de também consumir por prazer, ostentação e diferenciação na hierarquia social. Enquanto a classe trabalhadora comprava mercadorias pelo seu Valor de Uso, a elite podia comprar mercadorias também pelo seu Valor de Troca, caracterizando o *consumo de luxo*. E a partir de então, a fronteira de classe no âmbito do consumo que separava os trabalhadores da elite, o limiar que separava ideologicamente o consumo por necessidades do consumo por desejo, foi desfeito.

E dessa forma, o ato do consumo é imaginariamente convertido em um instrumento de lazer contínuo e para todos: os novos consumidores deveriam aprender que lugar de 'passear' é no *shopping center*, o lugar tão comum da convivialidade em qualquer cidade, que na língua inglesa significa literalmente 'compras', porque os trabalhadores merecem usufruir dos bens materiais por eles próprios produzidos. Os novos consumidores devem aprender também a celebrar a segunda data mais importante para o comércio, o Dia das Mães, mas não exatamente como idealizava Anna Jarvis em 1914, a criadora da data comemorativa

para valorizar as mães trabalhadoras (que de tão amargurada com o desvirtuamento da comemoração da data, passou a lutar pela remoção do feriado do calendário norte-americano). A Sociedade de Consumo é aquela que desenvolveu, por influência da indústria da propaganda, um novo modo de vida que associa lazer com consumo, consumo com felicidade. Que melhor fórmula para induzir docilmente as pessoas a viver para consumir, e não mais consumir para viver?

Enfim, a solução da contradição entre as esferas da produção e do consumo advinda dessa reconfiguração produtiva, foi adicionar a indústria cultural no circuito produtivo, cuja produção agora é a de um novo imaginário social, para que o consumo deixasse de ser orientado pela *necessidade* para ser orientado pelo *desejo*; a *ética da parcimônia* fosse substituída pelo *hedonismo*; a cultura da *durabilidade* desse lugar à *descartabilidade*; o *Valor de Uso* ficasse desfocado em segundo plano em detrimento do *Valor de Troca*. Foi criada a *demanda* artificializada – porque induzida pela indústria cultural e da propaganda – para sintonizar com a *oferta*. Afinal, era imperativo equiparar o ritmo do consumo ao ritmo da produção.

A satisfação das necessidades unicamente pelo Valor de Uso da mercadoria, ou seja, pelo seu valor inerente relacionado à utilidade material do produto, se tornou impeditiva à expansão da força produtiva. A influência da indústria da propaganda foi precisamente no deslocamento do consumo de bens de primeira necessidade para os bens considerados como supérfluos e banalmente descartáveis: mais importante do que o próprio bem de consumo, aquilo que ele passa a representar na subjetividade identitária do consumidor. Assim, ao comprar uma certa modelo de mercadoria, não se está apenas adquirindo um bem de consumo material, está se adquirindo também um símbolo de identificação com um determinado estilo de vida enunciado pela propaganda, do qual o consumidor se reconhece por representação. Aquela mercadoria representa a sua identidade ante seu círculo de pertencimento social. As forças produtivas alavancaram uma dinâmica cultural que maximizou o Valor de Troca em desfavor ao Valor de Uso, onde o simbólico dissolve a materialidade da mercadoria; constituindo uma transmutação das relações mercantis que passam a ser relações de consumo.

Assim age a indústria da propaganda: a produção da mercadoria se completa com a produção dos signos subjetivos que embalam a mercadoria nas relações de consumo. Brito (2012), lembrando que o mercado de uma economia industrial altamente desenvolvida depende da propaganda, sinaliza que publicidade e

ideologia andam juntas, posto que a publicidade produz ideologia que serve à ordem capitalista. Amparada pela psicologia do consumidor, a publicidade normatiza valores, define uma ordem social, conforma estilos de vida, molda comportamentos, influencia a sociabilidade.

Esse modo de produção contemporâneo não criou só a mercadoria, criou também o desejo livre de qualquer restrição moral pautada pela sobriedade característica da classe trabalhadora. A psicologia do consumidor esteve a serviço do capital, e a indústria da propaganda efetuou uma educação para o consumo desregrado, liberta dos freios culturais da parcimônia. Com esta perversão moral, o capitalismo resolveu de uma forma singularmente radical essa contradição entre a produção que se tornou ilimitada e o consumo incapaz de absorver toda a quantidade de mercadorias que não poderiam ficar estocadas.

O modo de produção ultrapassa a esfera produtiva propriamente dita da linha de montagem industrial, e alcança a dimensão sociocultural que começa a fazer parte constituinte da engrenagem produtiva. É quando se estabelece definitivamente a determinação da produção sobre o consumo: não existiria um consumo qualificado como 'desmesurado', se não houvesse, antes, uma produção massificada que precisa escoar rapidamente para maximizar a rentabilidade do capital. Esse padrão de consumo que se expressa pela Oniomania é resultado da alienação ideológica proporcionada pelos meios de produção cujo propósito residia no falseamento da ideia de felicidade que passou a ser associada ao falseamento da ideia de necessidade. O atual padrão de consumo é diretamente determinado pelo padrão de produção; então, inclusive a própria ideia de um consumidor 'descontrolado' e por sua própria culpa, representa o falseamento ideológico da realidade que passa a ser apresentada de forma invertida. Isso significa que a escolha do consumidor não é tão livre como se imagina no *American Dream*.

Há outro aspecto importante a sinalizar. A propaganda ideológica do consumo inocula um estilo de vida que se baseia na aspiração de um alto padrão de consumo, onde impera a premissa de que felicidade se compra em detrimento da aspiração por serviços públicos de qualidade para atender aos direitos humanos de saúde, educação, segurança, etc. Esse é um imaginário corrompido pela mercantilização da vida, único de um sistema econômico que se orienta pelo capital e pelo interesse privado e que se realiza no âmbito do mercado. Tudo se torna mercadoria, tudo se resolve nas relações de consumo. Nos tornamos uma

Sociedade de Consumo quando preferimos ir às compras ao invés de lutar por direitos assegurados no Estado de Bem-Estar Social. É quando o interesse privado se sobrepõe ao interesse público, que se dá na esfera do consumo. O consumidor-cidadão que diz querer 'qualidade', passa a preferir comprar educação privada, saúde privada, transporte privado, segurança privada; ao invés de cobrar o direito a ter educação, saúde, transporte, segurança pública e de qualidade. O interesse público desaparece do cotidiano de uma Sociedade de Consumo mercantilizada, criando o solo fértil para vingar o Neoliberalismo.

Foi precisamente quando a capacidade ilimitada das forças produtivas encontrou limites 'naturais' no consumo, que tudo mudou nas relações mercantis. Foi dessa encruzilhada que a sociedade se transformou, moldada pela sociabilidade capitalista. Por isso a Sociedade de Consumo se constitui no exato momento em que se tornou mais difícil vender do que produzir mercadorias e bens de consumo. E frente a essa contradição entre as esferas da produção e do consumo limitadora da acumulação do capital, que se fundou essas duas mudanças essenciais que foram capazes de reestabelecer o equilíbrio entre os ritmos de produção e de consumo, para que a velocidade do consumo entrasse em compasso sincronizado com o novo e acelerado ritmo de produção: a indústria da propaganda e a Obsolescência Planejada.

Os velhos bens de consumo duráveis que precisavam ficar rapidamente obsoletos: a inauguração da descartabilidade e do desperdício

Mesmo com o ingresso da classe trabalhadora na esfera do consumo, o ritmo do consumo ainda era lento para o novo padrão acelerado de produção. A acumulação do capital ainda estaria condenada caso essa contradição não fosse resolvida: os bens materiais 'duráveis' duravam tempo demais para essa forma apressada demais de produzir mercadorias. Nesse novo regime, eles necessariamente precisavam ser substituídos, contribuindo assim com a desconcertante ideia de que no reino da abundância, as coisas 'ultrapassadas' pela modernidade, *precisam* ser descartadas, condenando a ideia da durabilidade de um produto como equivalente de qualidade. A percepção da abundância material do *American Way of Life*, como uma visão ideológica distorcida da realidade, perverteu um imaginário social que passou a banalizar o desperdício, algo que foi

especialmente desafiador para a cultura europeia do pós-guerra, por ter vivenciado a escassez. Deixar de se incomodar com o desperdício, foi um esforço cultural descomunal que precisou ser realizado pela indústria da propaganda para colocar em marcha essa reestruturação produtiva.

E assim, a necessidade imperativa da descartabilidade do bem 'durável', para que a esfera do consumo mantenha o passo com o ritmo incessante de compras na proporção equivalente à produção em massa; encontrou materialidade na prática da Obsolescência Planejada, com o encurtamento intencional da vida útil de uma mercadoria, como engrenagem essencial de um plano de negócios empresariais idealizado para acelerar a circulação da produção de bens de consumo. A essa altura dos Anos Dourados, a sociedade norte-americana já estava se acostumando com as mercadorias descartáveis. Foi nos anos 1950 que a produção de isopor e de materiais plásticos – baratos, leves, versáteis e descartáveis -, começou a se popularizar.

Na medida que as mercadorias são planejadas para ter um tempo de vida útil reduzido, essa estratégia cria o padrão do *consumo repetitivo*, como outra característica definidora da Sociedade de Consumo. Aqui também a indústria da propaganda precisou atuar com seu currículo oculto, valorizando o novo e condenando o antiquado, naturalizando o desperdício.

O significado da Obsolescência Planejada deixa claro que a intenção de produzir bens de consumo definitivamente não é a satisfação das necessidades do consumidor, mas sim da acumulação do capital. Para Mészáros (2011), o novo ciclo de acumulação inaugurou a era da 'Produção Destrutiva' do capitalismo, agora baseado na redução *programada* da taxa de uso de qualquer mercadoria, para diminuir a sua vida útil permitindo assim sua rápida substituição para acoplar definitivamente o ritmo do consumo ao da produção. Diz o autor:

Além de um certo ponto, entretanto, as mercadorias destinadas ao 'alto consumo de massa' deixam de ser suficientes para manter longe da porta os lobos da crise de expansão da produção (devido à ausência de canais adequados à acumulação de capital). Torna-se, desse modo, vital divisar meios que possam reduzir a taxa pela qual qualquer tipo particular de mercadoria é usada, encurtando deliberadamente sua vida útil, a fim de tornar possível o lançamento de um contínuo suprimento de mercadorias superproduzidas no vórtice da circulação que se acelera. A notória 'obsolescência planejada' em relação aos 'bens duráveis' produzidos em massa (...) para compelir os clientes a comprar dispendiosos produtos ou

componentes novos, quando os objetos descartados poderiam facilmente ser consertados (...). Tudo isso pertence a essa categoria, dominada pelos imperativos e determinações subjacentes para perdulariamente diminuir as taxas de utilização praticáveis (MÉSZÁROS, 2011, p. 670).

Mészáros (1996, p. 31) afirma ainda que:

É pois, extremamente problemático o fato de que a ‘sociedade descartável’ encontre o equilíbrio entre produção e consumo, necessário para sua contínua reprodução, somente se ela puder artificialmente ‘consumir’ em grande velocidade (isto é, descartar prematuramente) grandes quantidades de mercadorias, que anteriormente pertenciam à categoria de bens relativamente duráveis. Desse modo, ela se mantém como sistema produtivo manipulando até mesmo a aquisição dos chamados ‘bens de consumo duráveis’, de tal sorte que esses necessariamente tenham que ser lançados ao lixo (...) muito antes de esgotada sua vida útil.

Criados no bojo do *American Way of Life*, o Consumismo e a Obsolescência Planejada se completam e são efeito direto da indústria da propaganda, que inculca incessantemente intermináveis necessidades fictícias, além da indecente cultura da descartabilidade, rompendo o freio cultural da parcimônia e moderação dos impulsos humanos. Inegavelmente, esse é um modo de produção fundado na percepção da abundância material e calcado na *lógica do desperdício dos recursos naturais*.

Bernard London⁸ e Victor Lebow são dois dos fundadores da Sociedade de Consumo, por serem autores da formulação teórica da Obsolescência Planejada e da indústria da propaganda (LAYRARGUES, 2018). Em ambos se verificam as ideias centrais que vão definir o perfil da Sociedade de Consumo, e as engrenagens da reestruturação produtiva dos Anos Dourados: a indústria da propaganda e a Obsolescência Planejada, como os fatores indutores da aceleração do consumo, que se torna desmedido e repetitivo.

Isso quer dizer que a raiz do desperdício de recursos naturais está na lógica do modo de produção baseado na aceleração produtiva, na transfiguração das necessidades e na descartabilidade da mercadoria, invenções adotadas nessa fase de acumulação do capital. Entre outros fatores, deve-se muito à lógica do desperdício, elemento impregnado na Sociedade de Consumo, a relação causal com a atual aceleração da geração de resíduos de modo desproporcional em relação ao

⁸ Bernard London ensaiou a teoria da Obsolescência Planejada ainda em 1932, no contexto da Crise de 1929, como uma estratégia para recuperar a economia da Grande Depressão, elevando os níveis de consumo, muito embora a sociedade norte-americana ainda não estava psicologicamente preparada para tamanha desmesura no hábito de consumo.

crescimento populacional: a taxa de geração de lixo *per capita* tem se mostrado crescente ao longo do tempo.

Enfim, o que resulta como padrão de produção e consumo insustentável, foi criado como modelo societário nos Anos Dourados do Capitalismo, encarnado no espírito do *American Way of Life*, característico da Sociedade de Consumo. Um modo de produção muito específico, baseado na ideia da abundância material, desenhado para atender ao processo de acumulação do capital no momento histórico de uma reestruturação produtiva, fundamentada na aceleração exponencial da produção industrial como exercício de poder geopolítico imperialista, que resultou na disseminação de um plano de negócios empresariais essencialmente orientados pela redução da vida útil da mercadoria; característica que demandou o desenvolvimento de uma nova engrenagem produtiva – agora na esfera do consumo – a indústria ideológica da propaganda indutora da desejabilidade de fruição hedônica no ato do consumo. Tudo isso para manter o compasso acelerado entre demanda e oferta de bens de consumo.

A nave espacial Terra e o desfazimento da abundância cornucopiana

O início dos anos 1970, momento que demarcou o fim dos gloriosos Anos Dourados⁹, coincidiu com duas novas mudanças de dimensões societárias, curiosamente contraditórias: a reorientação do Estado Mínimo, quando a doutrina

⁹ A Era de Ouro do Capitalismo termina com a desaceleração do crescimento econômico, a falência do acordo de Bretton Woods, a crise do petróleo e a quebra da bolsa de valores norte-americana, acarretando numa recessão econômica. Ante o acirramento da competitividade entre os EUA imperialista e Japão e Europa Ocidental que conquistaram mais espaço no mercado global, esgotou-se a capacidade financeira do Estado capitalista continuar sustentando políticas distributivas; dando lugar, então, ao Neoliberalismo. Barros (2020) sustenta também que as altas taxas de emprego por tanto tempo acabaram sendo desfavoráveis aos capitalistas, que passaram a pressionar pelo fim da política de pleno emprego como meio de enfraquecer a classe trabalhadora e poder voltar a extrair o máximo de valor sobre o trabalho; sustentando então que o conflito distributivo esteve na base do colapso dos Anos Dourados. Havia chegado a hora de interromper o pacto entre capital e trabalho da reforma capitalista. Oliveira e Apóstolos (2020) explicam que a acumulação do capital implica inexoravelmente na diminuição da força de trabalho; e foi exatamente nisso que o Estado de Bem-Estar Social atuou, tentando artificialmente evitar que o ciclo econômico do pós-guerra resultasse naturalmente no aumento do desemprego e na decorrente criação do exército de mão-de-obra reserva, que é uma regra geral da acumulação do capital: a política de pleno emprego foi uma exceção à regra da economia capitalista, que só floresceu nessa conjuntura geopolítica muito particular e abreviada na história do capitalismo. O novo ciclo de acumulação do capital a partir de 1970, regido pelo Neoliberalismo, retirou parte da classe trabalhadora do circuito produtivo, e o desenvolvimento tecnológico da robótica foi um dos principais fatores da onda de desemprego estrutural, acompanhada das políticas de ‘austeridade’ e precarização do trabalho. Inclusive, é nesse contexto das ‘sobras do sistema’, que se dá o encontro entre os ‘resíduos sólidos’ da sociedade de consumo e os catadores de materiais recicláveis.

neoliberal passa a determinar a política econômica mundial; e o surgimento do ambientalismo moderno, quando a ecologia se torna um assunto político e se desenham os primeiros contornos das políticas ambientais públicas.

A origem do ambientalismo moderno está em função da crítica ecologista aos impactos ambientais advindos do desenvolvimentismo-economicista desde os Anos Dourados, que pleiteava a adoção de políticas regulatórias da economia em nome da prudência ecológica. Um marco significativo dessa época foi a realização da Conferência de Estocolmo, em 1972, precedida pela publicação do emblemático relatório intitulado “Limites do Crescimento”, fundando a disputa por uma nova ordem mundial, pautada pela prudência ecológica ante o Colapso Ambiental derivado de uma economia crescimentista. A mensagem ecologista era muito clara: aquela ordem de acontecimentos que vieram a definir uma civilização, não poderia continuar mais por muito tempo, porque cedo ou tarde a sociedade da abundância e do desperdício não seria mais sustentável. Assim, as forças ambientais conseguem se impor numa relação de poder exatamente no momento histórico em que o Estado regulador é substituído pelo ideário neoliberal. A regulação ambiental pública nasce e se afirma a partir do momento que se inicia o Estado Mínimo e a desregulação estatal, mas que contraditoriamente não chega a influenciar as políticas ambientais nos países capitalistas. Desde então, se erige todo um universo de política e gestão ambiental pública, com a manutenção do Estado regulando a economia.

Ao mesmo tempo que se celebrava o reino da abundância nos países centrais do capitalismo globalizado, enquanto os trabalhadores no hemisfério norte se tornavam classe média desfrutando dos privilégios do consumo moderno, testemunhou-se um debate que viria a renovar a preocupação malthusiana com o perigo do crescimento populacional desenfreado, especialmente no hemisfério sul. Os Anos Dourados foram marcados também pelo período que abrangeu a descolonização, e a extrema pobreza acrescida da explosão populacional em muitos países do Terceiro Mundo se tornou uma questão de grande proporção a mobilizar acalorados debates sobre o desenvolvimentismo (SAES; SAES, 2013).

Em sintonia com o momento e afinado com a ideologia *mainstream*, Paul Ehrlich publicou em 1968 “*The Population Bomb*”, correlacionando o ritmo exponencial do crescimento populacional a uma bomba relógio prestes a detonar, caso não fosse desarmada. Com a revisão ecologista do postulado malthusiano, o efeito explosivo da bomba populacional afetaria não só a segurança alimentar

global, mas comprometeria também outras dimensões da existência humana no planeta: não faltaria apenas alimento, mas também água, energia, recursos naturais renováveis e não renováveis. A natureza teria sua capacidade de suporte ultrapassada, e não seria mais capaz também de absorver o lixo e diluir toda ordem de poluentes e contaminantes antrópicos. Contudo, e coerente ao espírito imperialista, a fórmula apresentada para conter a explosão populacional, repousou justamente na disseminação do desenvolvimentismo nos países do hemisfério sul: a compreensão era de que à medida que o país se desenvolvesse e propiciasse progresso e crescimento econômico, a taxa de natalidade cairia e a pressão humana sobre os recursos naturais diminuiria.

E foi nesse contexto histórico girando em torno do progresso e florescimento da ideologia desenvolvimentista, da expansão do industrialismo, e da preocupação neomalthusiana - mas também da própria Guerra Fria com o investimento espacial na disputa entre Estados Unidos e União Soviética -; que entra em cena o planeta Terra, com seus recursos naturais agora percebidos como finitos, desafiando o otimismo cornucopiano¹⁰ com o cenário da escassez dos recursos naturais.

A partir do momento que a humanidade foi confrontada com a realidade de que o mundo era um pequeno planeta no universo, ocorreu uma decisiva mudança no imaginário social capaz de alterar o paradigma vigente da abundância e infinitude dos recursos naturais. Um 'pálido ponto azul' vagando no Cosmos – como anos mais tarde, sabiamente denominou Carl Sagan (1996), com a visão da Terra obtida pela sonda Voyager 1 já na borda do sistema solar, a seis bilhões de quilômetros de distância daqui. Foi em 1966 que foram feitas as primeiras imagens da Terra inteira a partir do espaço (captadas antes pelo satélite soviético Molnia a 40.000 km de altitude; e três meses depois, pela sonda norte-americana Lunar Orbiter, enquanto

¹⁰ Diz a mitologia greco-romana que a cabra Amaltheia amamentou Zeus quando era bebê. Sua representação é a de um cife repleto de frutos, simbolizando abundância e riquezas sem fim. Remete à ideia do Paraíso, onde a natureza seria dadivosa e providente, fonte gratuita e eterna de recursos ilimitados para os humanos. Os Cornucopianos são aqueles que carregam uma visão extremamente otimista quanto ao crescimento econômico ilimitado e sem apresentar quaisquer consequências negativas ao meio ambiente. O que os faz carregar essa confiança, se contrapondo frontalmente com os profetas do apocalipse e suas previsões catastrofistas do colapso ambiental, seria a capacidade da tecnologia superar certa e continuamente todos os desafios e contradições que o desenvolvimentismo da economia pudesse acarretar. Para eles, naturalmente a evolução tecnológica caminha na direção da eficiência produtiva e redução da degradação ambiental. Acreditando que a pobreza é responsável pela degradação ambiental, os Cornucopianos carregam o mito da infalibilidade tecnológica para resolver qualquer situação de escassez de recursos naturais, confiam na força reguladora do mercado e rechaçam veementemente as propostas de limitar o crescimento econômico (CHANG, 2001).

orbitava a Lua para fazer as primeiras imagens de sua superfície, a 350 mil km de distância da Terra).

Essa é uma tomada de distância considerável para provocar a mudança de perspectiva da abundância e prosperidade do *American Way of Life*, que se tinha construído sobre um mundo que subitamente se converte em planeta. Até então não se tinha clara a percepção de que ele seria tão pequeno. Tendo como palco a vastidão do Cosmos, a Terra foi percebida como equivalente a um inexpressivo grão de areia. Com essa nova e desconcertante percepção, ante o fantasma neomalthusiano a assombrar o desenvolvimentismo, ecologistas tomam consciência da existência de limites planetários, fazendo despertar a noção de *escassez e finitude* dos recursos naturais. Entra em cena uma inquietante realidade, a dúvida da capacidade do planeta suprir os recursos naturais necessários para a população em rápido crescimento demográfico, e sobretudo, se desenvolvendo de acordo com o ideário da Sociedade de Consumo e seu modo acelerado de produção-destrutiva.

Nesse imaginário modificado sobre o mundo, foi inevitável surgir a analogia comparativa entre a Terra e uma nave espacial. A essa altura da história, a Guerra Fria estava no seu auge, com as demonstrações do poderio tecnológico e militar norte-americano e soviético. Esse ‘pálido ponto azul’ no espaço foi correlacionado de imediato a uma nave espacial vagando pelo Cosmos, sem qualquer possibilidade de parada em algum ponto do Universo para se abastecer de recursos necessários para seguir adiante a viagem.

A concepção do planeta como equivalente a uma nave espacial já havia sido formulada anteriormente, mas nada comparável com a poderosa influência da visualização das primeiras imagens da Terra vista a partir do espaço. *Spaceship Earth* de Barbara Ward, em 1966; *The economics of coming spaceship Earth* de Kenneth Boulding¹¹, também em 1966; *Operating manual for spaceship Earth*, de Buckminster Fuller em 1969; *How to be a survivor: a plan to save spaceship Earth* de Paul Ehrlich, em 1971, são algumas das produções literárias de cunho ecologista que tiveram origem a partir do despertar da noção de finitude de recursos naturais que se confrontou com a lógica do desperdício. O paradigma cornucopiano da inesgotabilidade ruiu ante os alertas catastrofistas dos ‘profetas do apocalipse’, com a percepção de que o planeta Terra equivale a uma nave espacial vagando pelo espaço, despertando a preocupação ecologista com o uso racional e parcimonioso

¹¹ O autor já havia publicado um pequeno *paper* um ano antes, intitulado “Earth as a space ship”.

dos recursos naturais, para que eles tenham sua vida útil estendida por toda a viagem indefinidamente; ou seja, para que a viagem ao futuro seja 'sustentável', ou como dizem os ecologistas franceses, 'durável'. Foi um distanciamento astrofísico que proporcionou a ruptura paradigmática que inaugurou toda ordem ambiental vinculada à questão da finitude dos recursos naturais ante o signo do desperdício.

Foi essa primeira imagem da Terra que produziu um efeito simbólico sem proporções para o momento histórico de constituição do ambientalismo moderno, fazendo aflorar a ideia de finitude de recursos naturais, organizando a pauta estrutural do movimento de defesa da natureza em torno do uso racional dos recursos naturais. O signo da abundância material, erigido em cima da prosperidade econômica dos Anos Dourados viria a ser ressignificado pelo ambientalismo, caracterizado agora com uma conotação negativa. No contexto da preocupação com o uso racional dos recursos naturais, emergiu a intolerância ecologista com relação ao desperdício e o enaltecimento da simplicidade.

A percepção da finitude dos recursos naturais é uma ideia central do movimento ambientalista, porque ela se ancora no princípio da sustentabilidade considerando o direito das gerações futuras seguirem a viagem terráquea pelo Cosmos sem risco de esgotamento dos recursos; não por acaso, aspecto que passou a orientar o desenvolvimentismo a partir do relatório Brundtland 'Nosso Futuro Comum', quando faz alusão ao direito geracional ser a pedra fundamental do Desenvolvimento Sustentável.

Os ecologistas foram os estraga-prazeres que fizeram ruir a doce ilusão de que seria possível viver usufruindo dos intermináveis privilégios de um mundo de abundância material e prosperidade econômica da Sociedade de Consumo. A mensagem ecologista, na época entendida e rejeitada como um estapafúrdio convite ao passado, aludia ao retorno do sentido original da necessidade básica, regida pela ética da parcimônia, caso realmente haja algum compromisso da geração presente com as gerações futuras. A ecologia da nave espacial Terra havia ensinado parcimônia ante a escassez, como contrapeso à economia que esbanja desperdício ante a abundância; e que por duas décadas, os anos 1970 e 1980, conseguiu domesticar a economia capitalista, impedindo que a doutrina neoliberal exercesse sua influência contra a regulação ambiental pública.

Até que tudo muda em 1992, no contexto da Conferência do Rio, quando desponta o Ambientalismo de Mercado e sua promessa da Economia Verde de

proteger os direitos das gerações futuras herdarem um planeta sustentável. Dali em diante, assiste-se a um franco processo de desregulamentação ambiental pública nas economias capitalistas, onde se substituíram os mecanismos de comando e controle por mecanismos de mercado na gestão ambiental, marcando um tempo histórico de retrocessos nas institucionalidades de defesa ambiental pública no capitalismo. Tardou mas não falhou: finalmente a doutrina neoliberal se impôs na agenda ambiental da Sustentabilidade.

Pensar a questão ambiental nos anos 1970, era pensar no controle da poluição industrial e do esgotamento dos recursos naturais, especialmente os não renováveis. Era pensar em combater o desperdício do voraz metabolismo do sistema industrial moderno. O lixo foi o elemento denunciador de um modelo produtivo que explicitava o grau de desperdício da Sociedade de Consumo; e assim, não tardou para que o combate ao desperdício se voltasse na direção da reciclagem, como uma tentativa de recuperar a vida da mercadoria abreviada. O volume de lixo que começou a ser produzido era de tal envergadura, que se tornou o testemunho 'morto' do impacto mais imediato da dialética entre produção acelerada e consumo desenfreado. Quando a retórica da reciclagem ganhou vigor, o lixo se tornou 'resíduo sólido', e essa conversão nomenclatural se deu em função da factibilidade do caminho a seguir, na conversão do lixo em nova matéria-prima, na perspectiva de se 'poupar' a extração de mais recursos naturais para a fabricação de novos produtos, em função da reinserção dos resíduos sólidos no metabolismo industrial como uma 'matéria-segunda': a ideia era oportunizar o reaproveitamento dos materiais descartados como 'inservíveis' na produção industrial. A essência do uso racional dos recursos naturais passa, antes de tudo, pelo combate ao desperdício; mas isto, na lógica da economia de mercado, passa pela reciclagem. A fórmula ideal do Ambientalismo de Mercado como sua compreensão do 'uso racional dos recursos naturais' repousa na ideia do ciclo de vida da mercadoria dentro do sistema industrial, passando a pavimentar o caminho da Economia Circular.

A noção de finitude dos recursos naturais poderia ter sido um fator limitador da prática da Obsolescência Planejada. Ocorre que essa constatação encontrou um ambiente industrial já viciado na Produção-Destrutiva com o encurtamento programado da vida útil da mercadoria. O retorno da durabilidade da mercadoria não era mais uma questão. Assim, a solução apresentada pelo Ambientalismo de Mercado ante o desperdício dos recursos naturais não foi na direção da

regulamentação política da Obsolescência Planejada para limitar essa prática de encurtamento intencional da vida útil da mercadoria; e sim na direção da recuperação das mercadorias descartadas precocemente como inservíveis. É nessa direção que se cria a proposta do mercado da indústria da reciclagem e se estrutura a lógica da Economia Circular, um certo malabarismo conveniente para não se interferir no acelerado ritmo de produção em massa.

Sim, em tese a reciclagem e a Economia Circular apontam o caminho correto, apesar de incompleto e portanto, inócuo. Além disso, quanto falta para o modelo produtivo atual se converter de fato no ecossistema produtivo prometido pela Economia Circular? Porque mais de 40 anos depois que se começou a praticar a reciclagem, apenas 2% do lixo brasileiro ainda é reciclado?

A Grande Aceleração, o Capitaloceno e o Colapso Ambiental

A nova ordem estabelecida nos Anos Dourados fomentou a prosperidade econômica e alguma equidade social dentro desse regime socioeconômico, mas em detrimento da qualidade ambiental – que ainda não havia se mostrado claramente como um problema fulcral derivado daquela época de desmesura e desperdício. Contudo, quatro décadas depois dessa reconversão produtiva do capitalismo, o impacto antrópico planetário já era tão evidente, que chegou a ganhar um marco geo-histórico representativo dessa ruptura, em que a espécie humana se tornou uma força geológica em escala planetária interferindo exponencialmente nos sistemas geocológicos: o Antropoceno, para definir uma nova época que veio interromper bruscamente um período de estabilidade climática, o abreviado Holoceno com seus parcos dez mil anos de duração.

Entretanto, Colacios e Andrade (2021) advertem que o sentido ideológico do termo oficial ‘Antropoceno’ está alinhado ao projeto de manutenção da ordem capitalista, onde a narrativa dominante inclui versões que imputam genericamente à espécie humana o ônus dessa ruptura sociometabólica, até visões triunfalistas da capacidade de controle humano sobre o planeta. No limite, todas subtraem a responsabilidade direta do capitalismo, e o Antropoceno aparece como uma estratégia ideológica de ocultação das contradições do capitalismo. E o repertório das soluções oferecidas por tal perspectiva conservadora vai da introdução da geoengenharia até a desgastada, mas resistente fórmula ideológica da reorientação

moral dos comportamentos individuais de consumo direcionadas agora a um consumo '*Eco-Friendly*' rotulado como 'sustentável' como efeito da modernização do antigo 'consumo patriótico' dos anos 1950. Para os autores, contudo, o Antropoceno nada mais é do que a manifestação histórica dos imperativos da reprodução social capitalista atingindo proporções bíblicas. Advertem ainda, que o próprio momento em que se funda o termo Antropoceno é revelador do caráter ideológico; quando finalmente pessoas 'civilizadas' começaram a perceber aquilo que povos e classes subjugadas pelo desenvolvimentismo já sentiam há tempos.

O marco histórico estabelecido por Crutzen [a Revolução Industrial] tem um apelo maior que das demais propostas, pois é abrangente, apresenta justificativas para humanistas e cientistas naturais, aborda o problema da produção e das suas emissões de poluentes. Porém não aponta o sistema do capital como responsável, *não o historiciza* e, portanto, não atribui ao mesmo a sua devida centralidade na conformação do problema do Antropoceno; ao contrário, encerra a culpa em uma humanidade indeterminada e geral, protegendo-se assim, de eventuais críticas liberais e progressistas (COLACIOS; ANDRADE, 2021, p. 47, grifo nosso).

Na era do Antropoceno, a mensagem ideológica diz que a 'humanidade' teria se tornado uma força de expressão geológica equivalente aos processos geomorfológicos planetários. Mas quando começou o Antropoceno, onde está a fronteira definitiva que demarca a mudança de época geológica? Essa periodização pode ter vários pontos de partida, e cada um deles disputa uma determinada visão ideológica da realidade¹². Alguns atestam que no Paleolítico com a domesticação do fogo já teríamos o início do Antropoceno, outros pontuam que o Antropoceno teve início no Neolítico, com a agricultura. Outros creem que foi a partir da Revolução Industrial com o industrialismo¹³ baseado na energia fóssil; outros, entretanto, apontam que foi quando começaram os primeiros testes nucleares que deixou uma

¹² Acreditamos que seja um processo em curso, sem que seja possível reconhecer a exata fronteira entre um 'antes' e um 'depois'. Assim como não anoitece verão e amanhece inverno, porque há um intervalo de três meses chamado outono; o Antropoceno pode ser entendido como um processo pontuado por várias etapas, partindo da dinâmica de instauração do paradigma Antropocêntrico até a constituição moderna da Sociedade de Consumo.

¹³ O industrialismo capitalista não é o mesmo do socialista. Resistimos ao argumento a-histórico de que o socialismo, se fosse hegemônico, também teria as mesmas implicações causais que o capitalismo na origem do Colapso Ambiental, porque a Obsolescência Planejada e o Consumismo foram invenções do Capitalismo e na sociedade norte-americana. A idealização da abundância como sintoma de felicidade, a cultura do desperdício foram invenções do Capitalismo. A manobra cultural para criar uma Sociedade de Consumo foi feita pelo Capitalismo. Afinal, estamos falando do *American Way of Life*, e não do *Soviet Way of Life*.

assinatura radioativa no planeta, e outros ainda, afirmam que foi quando ocorreu a chamada 'Grande Aceleração'.

Görg *et al* (2020) advertem para a necessidade de se esclarecer o conteúdo ideológico do termo Antropoceno, e reconhecem que o estudo histórico do desenvolvimento do capitalismo ajuda bastante nessa tarefa, porque permite entender os acontecimentos da Grande Aceleração¹⁴ que aconteceu no modo de produção e consumo e seu respectivo impacto com as mudanças no estado e funcionamento do sistema ambiental planetário.

Santos (2009) adverte que as mudanças dramáticas e exponenciais ocorridas no período da Grande Aceleração levaram o planeta ao esgotamento ambiental, enquanto Syvitski *et al* (2020) enfatizam que a correlação entre os acontecimentos sócio históricos a partir de 1950, é muito consistente com a resposta biofísica, ambiental e climática do planeta; para com base nisso, estabelecer o marco temporal da nova época. No próprio título do artigo assinado por dezesseis pesquisadores de diversas partes do mundo (HEAD *et al*, 2021), os autores afirmam que 'a Grande Aceleração é real, e fornece a base quantitativa necessária para a proposta do Antropoceno'.

Figueiredo, Marquesan e Imas (2020) reconhecendo o marco da Grande Aceleração como momento de ruptura com o Holoceno, enfatizam que ela compreende o surgimento e difusão da ideologia desenvolvimentista, e se perguntam se, pela perspectiva decolonial, não seria mais apropriado nomear a nova época geológica como '*Desenvolvimentoceno*', porque esse termo se correlacionaria melhor com o neo-desenvolvimentismo predatório que ocorreu a partir do início do século 21 no hemisfério sul, para atender o estilo de vida consumista erigido nos países centrais do capitalismo globalizado.

Pessis, Topçu e Bonneuil (2013), sem remeter a Grande Aceleração à questão do Antropoceno, já advertiam que há um lado pouco visível quando se enaltece os gloriosos Anos Dourados: na contramão do progresso da modernidade e da consolidação do capitalismo que trouxeram a notável melhoria nas condições de vida dos países avançados, ocorreu um enorme custo socioambiental, embora ignorado.

¹⁴ Head *et al* (2021) destacam que o termo "A Grande Aceleração" representa uma homenagem a Karl Polanyi e sua magistral obra que decifra o capitalismo durante a Revolução Industrial, intitulada "A Grande Transformação".

Silva e Arbilla (2018) afirmam que o termo a Grande Aceleração foi criado pelo grupo de trabalho da Comissão Internacional de Estratigrafia encarregado de definir o período geo-histórico do surgimento do Antropoceno (STEFFEN, *et al*, 2015; McNEILL; ENGELKE, 2016). O grupo escolheu esse termo para definir o que de fato ocorreu a partir dos Anos Dourados: uma grande aceleração exatamente desde 1950, quanto à produtividade industrial, crescimento econômico e populacional, adensamento urbano, uso de energia, extração de petróleo, produção de plástico e de cimento, uso de fertilizantes químicos, construção de barragens, edificação de infraestrutura de comunicação e de transporte, entre outros fatores. E ao mesmo tempo, constata-se uma mudança drástica em vários indicadores da qualidade ambiental planetária subsequente a esse fenômeno da modernidade desenvolvimentista.

De todas as propostas de datar o início do Antropoceno, Steffen *et al* (2015) e Görg *et al* (2020), embora rejeitem o termo Capitaloceno, assinalam que a Grande Aceleração é a marca que apresenta a melhor correlação dos acontecimentos que culminaram naquilo que a ciência do sistema Terra pontua como as evidências da mudança de época geológica: a Grande Aceleração estaria diretamente vinculada ao surgimento do modo de produção e consumo em massa e do *American Way of Life*. Pádua (2015), que trata o assunto de forma desideologizada, sem correlacionar a Grande Aceleração ao Capitalismo, também reconhece a brutal mudança de escala ocorrida exatamente a partir dessa data, entendendo-a como um dos aspectos mais importantes para se estabelecer esse marco referencial do Antropoceno na escala geológica.

Na medida que a Grande Aceleração surge nos anos 1950, ela corresponde aos acontecimentos dos Anos Dourados do Capitalismo. É precisamente no contexto da fundação da Sociedade de Consumo, que o grupo pretende datar o início do Antropoceno, não como domínio humano da modernidade sobre a natureza, mas como um fracasso retumbante em conduzir a espaçonave Terra. Se as digitais da luta de classes (MOORE, 2022) ou do capitalismo estão presentes nas evidências da mudança de época geológica, então estamos falando pelo menos implicitamente de um Capitaloceno, como entendem Altvater (2014), Moore (2016), Barcelos (2019), Riechmann (2019), Colacios e Andrade (2021); quando empreendem a leitura pela perspectiva marxista para analisar o Antropoceno; entre

outros que também aceitam o termo Capitaloceno mas com algumas ressalvas, como Carvalho (2015).

Se a Grande Aceleração nos leva ao Antropoceno, este nos traz aos indicadores ambientais para mensurar o estado de saúde planetária e o nível de suprimentos de suporte à vida na espaçonave Terra. Assim é que o caráter expansionista da acumulação do capital parece finalmente ter encontrado seus limites mais desafiadores a lidar, as “fronteiras planetárias”, a contradição definitiva do capital que compromete a capacidade suporte ecossistêmica e a vida na biosfera (ROCKSTROM, 2009). Aí está a resposta à dúvida de como seria possível haver uma economia crescentista num planeta finito.

Resta agora, lembrar que esse projeto civilizatório foi criado a partir de uma conjuntura historicamente determinada por uma conjunção de fatores manejados a partir da social democracia Keynesiana aplicada a um Estado de Bem-Estar Social dentro de uma reconversão estrutural do modo de acumulação do capital no pós-guerra nos anos 1950; um Estado interventor da economia a título de garantidor de uma inédita conciliação de classe, distribuindo a riqueza para a classe trabalhadora, enquanto era conveniente mostrar que o capitalismo era o território da prosperidade material. Essa mesma Sociedade de Consumo, fundada na lógica do desperdício e que inventou a Produção-Destrutiva conduzindo a espaçonave Terra velozmente na direção do Antropoceno, que agora tenta encontrar os padrões de produção e consumo sustentáveis, mas que ainda não parece ter muita clareza de como pactuar a conciliação da ordem capitalista com a natureza; com o neoliberalismo que nos deixa reféns das forças fundamentalistas de mercado – e que desde a Rio 92 não cumpriu a promessa de ter mudado o rumo da insustentabilidade.

Ainda dentro dos Anos Dourados, já era possível encontrar críticas à Sociedade de Consumo, como por exemplo, a canção “Somente o Necessário”, escrita por Terry Gilkyson para a animação cinematográfica de 1967 de Walt Disney, “Mogli, o Menino Lobo”. Já se notava descontentamentos com o consumismo. A letra é explícita e inequívoca de seus sentidos: “Procure as necessidades básicas / As necessidades básicas simples / Esqueça suas preocupações e seus conflitos / Quero dizer as necessidades básicas / Receitas da velha Mãe Natureza / Que traz as necessidades básicas da vida”, na tradução literal da versão original em

inglês¹⁵que possui algumas diferenças em relação à versão brasileira, e que destacadamente menciona a Natureza como o lugar de encontro com as reais necessidades humanas. Uma poderosa mensagem de prudência e parcimônia para aquela sociedade que segue uma arriscada viagem terráquea em direção ao centro da ‘antropofilia’.

Schmidheiny (1992), autor de uma clássica publicação ecocapitalista, “Mudando o Rumo”, uma clara alusão ao universo produtivo ter desenvolvido o Ambientalismo Empresarial, inicia a sua obra com uma citação de Theodore Roosevelt, em discurso proferido ao Congresso norte-americano em 1907: *“Desperdiçar e destruir os nossos recursos naturais, despojar e exaurir a terra, ao invés de usá-la de modo a aumentar a sua utilidade, arruinará a única prosperidade que temos o dever e o direito de legar ampliada e desenvolvida a nossos filhos”*. Não resta dúvida a preocupação moral com o desperdício dos recursos naturais, e o que isso poderia significar como direito das gerações futuras, passageiras da espaçonave Terra, terem suas necessidades atendidas.

No final das contas, talvez o maior desafio da Sociedade de Consumo seja aprender a lição de Mogli, o menino-educador, de viver com “somente o necessário” dentro da espaçonave Terra. Mas quem vai ensinar isso, se essa não é só uma questão moral, mas sobretudo política?

Referências

ALTVATER, E. El capital y el Capitaloceno. **Mundo Siglo XXI**, 33(9): 5-15, 2014.

ALVES, G.S. Raízes sistêmicas da reestruturação capitalista pós-1970: um subsídio geo-histórico. **Espaço e Economia**, 8(15):16p. 2019.

ARENDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 10^a ed. 2007.

ARDENGUI, L.B.C.; SILVA, Q.C.S.; BURMANN, T.K. O novo capitalismo pós-Segunda Guerra Mundial: entre o liberalismo e o neoliberalismo. **Revista Direitos Humanos e Democracia**, 2(4): 248-270. Jul./Dez. 2014.

ARRIGHI, G. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto. 1996.

¹⁵ “Look for the bare necessities / The simple bare necessities / Forget about your worries and your strife / I mean the bare necessities / Old Mother Nature's recipes / That brings the bare necessities of life”.

AZIZ, R, GUENDOUZI, A. The liberal aspect of the American Dream in James Truslow Adams' The Epic of America (1931). In: *Université Mouloud Mammeri de Tizi Ouzou (UMMTO)*. **Research Review of Sciences and Technologies**, 10(1):269-288, 2019.

BALANCO, P; PINTO, E.C. Os anos dourados do capitalismo: uma tentativa de harmonização entre as classes. **Pesquisa & Debate**, São Paulo, 18(1):27-47. 2007.

BARCELOS, E. Antropoceno ou Capitaloceno: da simples disputa semântica à interpretação histórica da crise ecológica global. **Revista Iberoamericana de Economia Ecológica**, 31(1):1-17. 2019.

BARROS, L.A. O fim político da “Era de Ouro” nos Estados Unidos. **Leituras de Economia Política**, Campinas, 30:23-34, Jan./Jul. 2020.

BARUCO, G.C. da C. **Do consenso Keynesiano ao Pós-Consenso de Washington**. 2005. 98p. Dissertação (Mestrado em Economia) - UFU, Uberlândia.

BAUMAN, Z. **Vida para consumo**: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2008.

BITTENCOURT, R.N. Os dispositivos existenciais do consumismo. **Revista Espaço Acadêmico**, 118(10):103-113. Mar. 2011.

BOULDING, K.E. The economics of coming spaceship Earth. In: JARRETT, H. (Ed.) **Environmental quality in a growing economy**. Baltimore: Johns Hopkins University Press. 1966.

BRASIL. **Lei nº 12.305**, de 2 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Brasília. 2010.

BRESSER-PEREIRA, L.C. Ignacy Sachs e a nave espacial Terra. **Revista de Economia Política**, 33(2):360-366. Abr./jun. 2013.

BRITO, N. Consumismo enquanto ideologia: o papel da publicidade. **Revista Comunicando**, 1(1):18-28. 2012.

BRONZSTEIN, K.P., MARGOLIS, I. Da produção à publicidade: uma questão de consumo. **Cadernos de Comunicação**, 17(18):15-35. Jan./Jun. 2013.

CARVALHO, L.F.M. **O tempo da ruptura do mundo**: ‘Antropoceno’ e Capital. 2015, 69f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

CHANG, M.Y. Cornucopianos: los ultraneoliberales. In: PIERRI, N.; FOLADORI, G. (Eds.). **Sustentabilidad? Desacuerdos sobre el desarrollo sustentable**. Montevideo: Trabajo y Capital, p. 179-187, 2001.

COHEN, L. A Consumer's Republic: the politics of mass consumption in postwar America. **Journal of Consumer Research**, 31(1):236-239. 2004.

COLACIOS, R.D; ANDRADE, S. da S. Marx e o Antropoceno: discussão teórico conceitual de um problema contemporâneo. **Germinal: marxismo e educação em debate**, 13(2):39-68. Ago. 2021.

CRUZ, D.N. da. A sociedade do hiperconsumo: uma leitura sobre o individualismo contemporâneo na visão de Gilles Lipovetsky. **Revista Filosofia Capital**, Brasília, 8(15):26-40, 2013.

EHRlich, P. **How to be a survivor: a plan to save spaceship Earth**. New York: Ballantine Books, 1971.

EHRlich, P. **The Population Bomb: population control or race to oblivion?** San Francisco: Sierra Club / Ballantine Book, 1968.

FIGUEIREDO, M.D.; MARQUESAN, F.F.S.; IMAS, J.M. Anthropocene and "Development": intertwined trajectories since the beginning of the Great Acceleration. **Journal of Contemporary Administration**, 24(5):400-413. 2020.

FOLADORI, G. **Limites do Desenvolvimento Sustentável**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

FULLER, B. **Operating manual for spaceship Earth**. Carbondale: Southern Illinois University Press. 1969.

GASPAR, R.C. A trajetória da economia mundial: da recuperação do pós-guerra aos desafios contemporâneos. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, 17(33):265-296, 2015.

GLYN, A.; HUGUES, A.; LIPIETZ, A.; SINGH, A. **The rise and fall of the Golden Age**. Cambridge: World Institute for Development Economics Research, 1988.

GÖRG, C.; PLANK, C.; WIEDENHOFER, D.; MAYER, A.; PICHLER, M.; SCHAFFARTZIK, A.; KRAUSMANN, F. Scrutinizing the Great Acceleration: the Anthropocene and its analytic challenges for social-ecological transformations. **The Anthropocene Review**, 7(1):42-61, 2020.

GROPPO, L.A. Das origens ao colapso do Estado de Bem-Estar: uma recapitulação desmistificadora. In: **Revista HISTEDBR**, Campinas, 20:68-75, Dez. 2005.

HEAD, M.J. *et al.* The Great Acceleration is real and provides a quantitative basis for the proposed Anthropocene Series/Epoch. **Episodes: Journal of International Geoscience**, nov. 2021.

HOBBSAWM, E. **Era dos Extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JUSTO, C.S.P.B., MASSIMI, M. Contribuições da psicologia para área do marketing e do conceito de consumidor: uma perspectiva histórica. **Revista Psicologia e Saúde**, 9(2):107-120. Maio/Ago, 2017.

LATOUCHE, S. **Bon pour la casse**: les déraisons de l'obsolescence programmée. Paris: Les Liens qui Libèrent, 2015.

LAYRARGUES, P.P. É só reciclar? Reflexões para superar o conservadorismo pedagógico reprodutivista da Educação Ambiental e resíduos sólidos. In: RUSCHEINSKY, A., CALGARO, C., WEBER, T. **Ética, direito socioambiental e democracia**. Caxias do Sul: EDUCS, p. 194-211, 2018.

LOUREIRO, C.F.B.; LAYRARGUES, P.P. Ecologia Política, Justiça e Educação Ambiental Crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, 11(1):53-71, jan.-abr, 2013.

MARTINS, V. Crise e reestruturação do capital: a busca pela recomposição das taxas de acumulação. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, 13(1):87-101. Jan./Jul, 2014.

MATTOS, F.A.M. Elementos explicativos da expansão econômica virtuosa dos Anos Dourados (1945-1973). **Revista de Economia Política**, 25(1):29-52. Jan./Mar, 2005.

MÉSZÁROS, I. **Para além do Capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo. 1ª ed. Revista, 2011.

MÉSZÁROS, I. **Produção destrutiva e estado capitalista**. São Paulo: Ensaio, 1996.

McNEILL, J.R., ENGELKE, P. **The Great Acceleration: an environmental history of the Anthropocene since 1945**. Cambridge: The Belknap Press, 2016.

MOORE, J.W. Introduction. In: MOORE, J.W. (Ed.) **Anthropocene or Capitalocene?** Nature, history, and the crisis of capitalism. Oakland: PM Press, 2016.

MOORE, J.W. El hombre, la naturaleza y el ambientalismo de los ricos. Antropoceno, Capitaloceno y el proletariado planetario. In: HERRERA, F.F. et al. (Org.). **Pensar la ciencia de otro modo**: propuestas y desafíos de(s) coloniales para una Venezuela soberana. Caracas: Ediciones Mincyt, 2022.

OLIVEIRA, E.A.; APÓSTOLOS, G.G. dos R. Acumulação capitalista, *Welfare State* e taxa de mais valor. **Revista Tempo Amazônico**, 8(1):128-145. Jul./Dez, 2020.

OLIVEIRA, T. da S.; BOMFIM, A.M. O neodesenvolvimentismo do agronegócio, a Sociedade do Consumo e o Ambiente: reflexões para uma Educação Ambiental que se pretende crítica. **Revista Sergipana de Educação Ambiental**, 9(1), 2020.

PÁDUA, J.A. Vivendo no Antropoceno: incertezas, riscos e oportunidades. In: **Livro 10 – Antropoceno Hoje, onde estamos?** Rio de Janeiro: Museu do Amanhã, 2015.

PALMIERI JUNIOR, V. **Capitalismo e sociedade de consumo**: uma análise introdutória sobre o consumo e modo de vida na sociedade contemporânea. 2012. 114f. Dissertação (Mestrado em Economia) – UNICAMP, Campinas.

PESSIS, C.; TOPÇU, S.; BONNEUIL, C. **Une autre histoire des “Trente Glorieuses”**: modernization, contestations et pollutions dans la France d’après-guerre. Paris: La Découverte, 2013.

PRZEWORSKI, A. **Capitalismo e Social-Democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RIECHMANN, J. Antropoceno + Capitaloceno. In: VIQUEIRA, F. D-F. (Coord.) **O Antropoceno e a “Grande Aceleración”**: unha ollada desde Galicia. Santiago de Compostela: Consejo de Cultura Galega, 2019.

ROCKSTRÖM, J. et al. Planetary boundaries: exploring the safe operating space for humanity. **Ecology and Society**, 14(2):32, 2009.

ROSTOW, W.W. **Etapas do desenvolvimento econômico**: um manifesto não comunista. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

SAES, F.A.M; SAES, A.M. História econômica geral. São Paulo: Saraiva, 2013.

SAGAN, C. **Pálido ponto azul**: uma visão do futuro da humanidade no espaço. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SANTOS, F.D. Os desafios ambientais criados pela Grande Aceleração do Pós-Guerra. In: **Nação e Defesa**, nº 122, p. 61-78, 2009.

SILVA, C.M., ARBILLA, G. Antropoceno: os desafios de um novo mundo. **Revista Virtual de Química**, 10(6):1619-1647. Mar., 2018.

SILVA, M.B.O. da; FLAIN, V.S. Capitalismo e consumismo: os desafios do consumo sustentável na sociedade contemporânea. **Revista da AJURIS**, Porto Alegre, 44(143):357-378, 2017.

SCHMIDHEINY, S. **Mudando o rumo**: uma perspectiva empresarial global sobre desenvolvimento e meio ambiente. Rio de Janeiro: Editora Getúlio Vargas, 1992.

SOUSA, A.M.; SOUSA, A.M. Política social pós-segunda guerra mundial: construção do *Welfare State* sob a concepção de cidadania e seguridade social. In: **VI Jornada Internacional de Políticas Públicas**. Anais. Maranhão: Universidade Federal do Maranhão, 2013.

STEFFEN, W.; BROADGATE, W.; DEUTSCH, L.; GAFFNEY, O.; LUDWIG, C. The trajectory of the Anthropocene: the Great Acceleration. **The Anthropocene Review**, 2(1):81-98. 2015.

SVYTSKI, J. *et al.* Extraordinary human energy consumption and resultant geological impacts beginning around 1950 CE initiated the proposed Anthropocene Epoch. In: **Communications Earth & Environment**, 1:32, 13p, 2020.

TRINTIN, J.G.; ROSSONI, S. dos R.M. Os Anos Dourados do Capitalismo: breve abordagem sobre o crescimento capitalista. **Akrópolis**, 49-60, 1999.

WARD, B. **Spaceship Earth**. New York: Columbia University Press, 1966.

ZACARIAS, R. “Sociedade de Consumo”, ideologia do consumo e as iniquidades socioambientais dos atuais padrões de produção e consumo. In: LOUREIRO, C.F.B.; LAYRARGUES, P.P.; CASTRO, R.S. **Repensar a Educação Ambiental**: um olhar crítico. São Paulo: Cortez, 2009.

RELAÇÕES SERES HUMANOS-NATUREZA: TRABALHO, CULTURA E PRODUÇÃO DE SABERES¹

Maria Clara Bueno Fischer²
Doriedson do Socorro Rodrigues³

Resumo⁴

O presente texto traz, a partir do materialismo histórico-dialético, uma contribuição à análise do intercâmbio seres humanos-natureza mediados pelo trabalho como crítica do modo de produção capitalista, que impõe uma ruptura dessa relação nesse intercâmbio. Contudo, contrapondo-se a essa perspectiva, é possível identificar outros modos de vida que resistem a isso no interior das contradições capital-trabalho. As reflexões propostas almejam colaborar com o aprofundamento de análises sobre as relações entre trabalho e educação, em particular o trabalho como princípio educativo, a partir do enfoque do tema relações entre seres humanos e natureza.

Palavras-chave: Relações entre seres humanos-natureza; Trabalho como princípio educativo; Modos de vida. Povos e comunidades tradicionais.

RELACIONES SERES HUMANOS-NATURALEZA: TRABAJO, CULTURA E PRODUCCIÓN DE SABERES

Resumen

El siguiente texto trae, partiendo del materialismo histórico-dialéctico, una contribución a el análisis de intercambio seres humanos-naturaleza por medio de el trabajo como crítica de el modo de producción capitalista, que impone una ruptura de esa relación en ese intercambio. Sin embargo, y en oposición a esa perspectiva, es posible identificar otros modos de vida que resisten a eso en el interior de las contradicciones capital-trabajo. Las reflexiones propuestas buscan colaborar con la profundización de análisis sobre las relaciones de trabajo y educación, en particular el trabajo como principio educativo, enfocando en el tema relaciones entre seres humanos y naturaleza.

Palabras-llave: Relaciones entre seres humanos y naturaleza; Trabajo como principio educativo; Modos de vida; Pueblos y comunidades tradicionales.

HUMAN-NATURE RELATIONS: WORK, CULTURE AND KNOWLEDGE PRODUCTIO

Abstract

The present text brings, from the historical-dialectical materialism, a contribution to the analysis of the human-nature interchange mediated by labor as a criticism of the capitalist production mode, which imposes a rupture of this relation in this interchange. However, in opposition to this perspective, it is possible to identify other ways of life that resist this within the capital-labor contradictions. The proposed reflections aim to collaborate with the deepening of analyses about the relations between labor and education, in particular labor as an educational principle, from the focus of the theme relations between human beings and nature.

Keywords: Relations between human beings and nature; Labor as an educational principle; Ways of life; Traditional peoples and communities.

¹ Artigo recebido em 17/08/2022. Primeira avaliação em 17/08/2022. Segunda avaliação em 18/08/2022. Aprovado em 17/09/2022. Publicado em 10/11/2022.

DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v20i43.55637>.

² Doutora em Educação pela Universidade de Nottingham, Inglaterra. Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na linha de pesquisa Trabalho, Movimentos Sociais e Educação. Grupos de Pesquisa: Trabalho Educação e Conhecimento (GPTEC/UFRGS) e Trabalho, Movimentos Sociais e Educação (TRAMSE/UFRGS). Bolsista CNPq - PQ1. E-mail: mariaclara180211@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3835786000876089>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2289-5282>.

³ Doutor em Educação. Docente da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Tocantins/Cametá - Pará, Brasil. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação (GEPE/UFGA) e do Grupo de Pesquisa História, Educação e Linguagem na Região Amazônica (GPHLRA/UFGA). Bolsista CNPQ - PQ2. E-mail: doriedson@ufpa.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1127076028303549>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5120-2484>.

⁴ Este artigo é uma síntese do conteúdo do minicurso "Relações Seres Humanos-Natureza: trabalho, cultura e produção de saberes", ministrado pelos autores nos dias 14 e 16 de setembro de 2021, pelo GT 09 - Trabalho e Educação - no contexto da 40ª Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED).

Introdução

“Minha comunidade não consegue viver sem peixe e o rio Xingu é o que dá o peixe pra gente. Então, morreu o Xingu pra gente, a gente também morre junto. O rio é nossa vida. Se o rio secar, a gente morre junto, porque o rio é nossa vida” (Watatakalu Yawalapiti, 2009)⁵.

Essa afirmação é contundente de ações do capital contra povos e comunidades tradicionais e seus processos de resistência, considerando-se que tem sido um imperativo desse sistema o estabelecimento de uma ruptura do vínculo entre a humanidade e a natureza, comprometendo, drasticamente, a vida no planeta em suas diferentes dimensões, como as decorrentes das relações entre trabalho e educação.

Em termos investigativos e de lutas a favor da vida, trata-se de uma ruptura que vem sendo problematizada por um conjunto de pesquisadores e pesquisadoras do campo Trabalho-Educação⁶, a partir da análise sobre modos de vida em oposição ou resistência ao capital. Referimo-nos a pesquisas sobre experiências que acontecem em:

[...] espaços/tempos que se inter-relacionam, constituindo-se no cruzamento das determinações do capital e da auto atividade de mulheres e homens trabalhadores que insistem em afirmar modos de vida fundados em formas não capitalistas de organização social. São eles: a) espaços/tempos revolucionários—quando são produzidas mudanças estruturais na sociedade. Verifica-se a dualidade de poderes, ou o confronto entre capital e trabalho que se manifesta por meio de revoltas e rebeliões ; b) espaços/tempos da atual crise do capital e do trabalho assalariado— nos quais as estratégias associativas de trabalho se configuram como parte integrante da economia popular, da economia popular solidária, dos movimentos de ocupação de fábricas e moradias, do MST, das experiências de agroecologia fundadas no trabalho coletivo e nos laços de solidariedade estabelecidos no conjunto da comunidade; c) espaços/tempos das economias e culturas dos povos e comunidades tradicionais—comunidades indígenas, quilombolas, seringueiros, caiçaras, ribeirinhos, pescadores artesanais, pantaneiros, pequenos produtores rurais, entre outros grupos vinculados à agricultura ou à pecuária, aos rios ou aos mares, ao agroextrativismo e a ecossistemas específicos (FISCHER; CORDEIRO; TIRIBA, 2022, p. 5).

⁵ Trechos de fala de Watatakalu Yawalapiti no Filme - Povos do Xingu contra a construção de Belo Monte (2009). Link de acesso: <https://www.youtube.com/watch?v=Vqo2MZzYPHU>.

⁶ Considerem-se, a esse respeito, os trabalhos de Fischer, Cordeiro e Tiriba (2022), Souza (2020), Tiriba e Fischer (2015), Santos (2021), dentre outros.

Sob essa perspectiva investigativa, realizou-se o minicurso cujo objetivo foi contribuir com o aprofundamento das análises sobre as relações entre trabalho e educação, em particular o trabalho como princípio educativo, a partir do enfoque do tema relações seres humanos-natureza, partindo-se da compreensão do trabalho como categoria ontológico-histórica e que é princípio educativo. Teoricamente, dialogamos com textos de Marx (1962; 1984), especialmente, mas também de Engels (2020), com a mediação de leituras de pesquisadores, teóricos, estudiosos da obra de Marx como Löwy (2014), Saito (2021), entre outros.

Num primeiro momento buscamos articular reflexões sobre: a) a ideia que o ser humano é parte da natureza; b) o trabalho, nas suas dimensões ontológico-históricas, enquanto mediação central da relação ser humano-natureza; c) como tem se dado o metabolismo entre seres humanos e natureza é tema central para entender a crise socioambiental no contexto do capitalismo bem como para apreender modos de vida que a ele se opõem; d) as categorias mediações de primeira ordem, que promovem nexos íntimos entre seres humanos e natureza, e as mediações de segunda ordem do capital que tornam hegemônico o modo de produção capitalista.

Na sequência, refletimos sobre modos de vida de povos e comunidades tradicionais cuja investigação demanda discutir e problematizar, epistemologicamente, as relações entre os seres humanos mediadas pelo trabalho e, por conseguinte, o trabalho como princípio educativo. Decorre daí a análise sobre processos de produção de saberes, considerando a relação intrínseca entre economia e cultura, oriunda da relação entre seres humanos e natureza mediada pelo trabalho, e os desafios da integração desses saberes no interior de processos formativos em contextos formais e não formais. Como fio condutor empírico-teórico, partimos da análise das tecnologias de produção da vida e saberes do trabalho da pesca em comunidades ribeirinhas. A seguir, ensaiamos alguns desafios para o aprofundamento do tema em tela para estudiosos e ativistas do campo Trabalho-Educação.

Relações seres humanos-natureza mediadas pelo trabalho

Analisar as relações seres humanos-natureza mediadas pelo trabalho é de fundamental importância para pesquisadores e pesquisadoras do Campo Trabalho-Educação dada a centralidade que a categoria trabalho tem para o Campo. O materialismo histórico-dialético é um dos referenciais que nos ajuda a entender processos sócio-econômico-culturais atuais de aprofundamento de rupturas naquelas relações no capitalismo; e, ao mesmo tempo, de identificar e analisar outros processos que, na contracorrente, resistem à destruição da natureza, incluindo o próprio ser humano.

Partimos da assunção marxiana de que o ser humano é parte constitutiva da natureza e o trabalho é central no metabolismo estabelecido na relação entre o ser humano e a natureza. Na lógica do capital, há uma ruptura radical desse metabolismo, o que nos leva à convicção da imperativa necessidade de identificar e analisar, como parte da historicidade desse fenômeno, outras lógicas existentes, no tempo presente, dessa relação em que grupos sociais lutam para preservar perspectivas de complementaridade e não promover ruptura destrutiva entre ser humano e natureza.

O tema em questão, portanto, assume centralidade para entender, “para além das aparências”, a crise ambiental e ecológica que temos vivido, como nos mostram estudos do campo do marxismo. Isto posto, citamos e comentamos aqui algumas referências teóricas que contribuíram significativamente para nos conduzir, em diálogo com algumas de nossas pesquisas, a reflexão realizada no minicurso e aqui apresentada: a obra de Kohei Saito (2021), intitulada *O Ecosocialismo de Karl Marx*; o livro de Michael Löwy (2005), *Ecologia e Socialismo*; o verbete *Ecologia e Meio Ambiente* de Barbara Harris-White (2020); *Dicionário da Educação do Campo*, organizado por Roseli Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto (2012) e o livro *História, Natureza, Trabalho e Educação - Karl Marx e Friedrich Engels*, organizado por Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta e Roseli Salette Caldart (2020). A seguir, alguns comentários acerca desses textos.

As análises do livro *O Ecosocialismo de Karl Marx* (Saito, 2021) foram particularmente importantes na construção de nossos argumentos. Saito (2021), que apresenta uma reflexão densa, resultante da sua tese de doutorado defendida em

2016, busca reconstruir de forma sistemática a presença de uma crítica de Marx ao capitalismo no que diz respeito às relações entre ser humano e natureza. Para Saito (2021) não é possível compreender de forma plena o escopo da crítica da economia política de Marx se for ignorada a dimensão ecológica presente na obra marxiana,

Já o verbete '*Ecologia e Meio Ambiente*', de Barbara Harris-White (2020), traz uma contribuição relevante ao apresentar uma síntese de alguns autores, como John Bellamy Foster, que o próprio Saito também comenta, que têm feito esse percurso de analisar em que medida a dimensão ecológica está presente na obra de Marx.

A referência ao *Dicionário da Educação do Campo* de Caldart, Pereira, Alentejano, Frigotto (2012) nos parece fundamental por apresentar um conjunto de verbetes que tratam do tema da relação Ser Humano-Natureza, como os seguintes: agroecologia, agrobiodiversidade, meio ambiente, agrotóxicos, agricultura camponesa, entre outros. A obra incorpora elementos teórico-práticos sobre o tema, “encarnando-os” nos fundamentos da Educação do Campo. À época do minicurso não estava disponível o *Dicionário da Agroecologia e Educação* de Dias, Stauffer, Moura, Vargas (2022), cujos verbetes, praticamente todos eles, permitem ter uma visão sintética e precisa de vários temas que desdobram e materializam elementos teórico-práticos referentes às análises e proposições contemporâneas de religação emancipatória entre seres humanos e natureza.

História, Natureza, Trabalho e Educação - Karl Marx e Friedrich Engels (FRIGOTTO, CIAVATTA e CALDART, 2020), é uma seleção de vários de seus textos; sendo que alguns deles remetem mais diretamente à relação Ser Humano-Natureza.

Em síntese, a realidade da crise ecológica que temos experimentado e o diálogo com esses trabalhos teóricos e de pesquisa nos levou a destacar, para a reflexão no minicurso, os seguintes aspectos: a) ser humano como parte da natureza; b) o processo de trabalho como realização do metabolismo entre ser humano e natureza; c) o capitalismo e as relações ser humano-natureza como ruptura desse metabolismo; d) pensar as relações ser humano-natureza para além do capital.

O trabalho como mediação da interação metabólica seres humanos-natureza

Nos *Manuscritos Econômicos-filosóficos*, Marx (1962, p. 84) afirma que o homem é parte da natureza: “O homem vive na natureza – significa que a natureza é seu corpo, com o qual deve permanecer em intercâmbio contínuo, caso contrário ele morre [...] homem é parte da natureza”. A natureza é parte do “seu corpo” com o qual deve permanecer em intercâmbio contínuo: homens e mulheres vivem da e na natureza. Do contrário, o ser humano morre. Dizer, como o faz Marx, que a vida psíquica e intelectual do homem está indissolivelmente ligada à natureza não significa outra coisa senão dizer que a natureza está indissolivelmente ligada consigo mesma e, portanto, a nós, homens, mulheres. Isso quer dizer que refletir sobre a relação seres humanos-natureza é imprescindível para analisar o presente e projetar o futuro. Neste sentido, é essencial, ao pensarmos sobre as características do intercâmbio seres humanos-natureza, mediado pelo trabalho, reconhecermos que elas são condicionadas pelas mediações de primeira e de segunda ordem, de acordo com Mészáros (2006), presentes nas manifestações históricas da relação ser humano-natureza.

Ao produzir, o homem pode apenas proceder como a própria natureza, isto é, pode apenas alterar a forma das matérias. Mais ainda: nesse próprio trabalho de formação ele é constantemente amparado pelas forças da natureza. Portanto, o trabalho não é a única fonte dos valores de uso que ele produz, a única fonte da riqueza material. Como diz William Petty: o trabalho é o pai, e a terra é a mãe da riqueza material. (MARX, 1984, v.1, p.167).

Assim [...] o trabalho não é a fonte de toda a riqueza. A natureza é fonte de valores de uso (que são, de qualquer forma, a riqueza real!) tanto quanto o trabalho, que não é em si nada além da expressão de uma força natural, a força do trabalho do homem. (MARX, 2010, p. 128).

Tais compreensões são centrais porque nos alertam para o fato que a natureza é fonte de valores de uso, tanto quanto o trabalho humano. Nos indicam que ser humano-natureza se constituem numa unidade.

Para Marx (1984), o trabalho é uma “atividade orientada a um fim para a produção de valores de uso”, por meio da apropriação de outros elementos da natureza “para a satisfação das necessidades humanas”, sendo condição universal do metabolismo entre ser humano e natureza, dos processos de transformação

econômico-culturais que nos constituem como seres sociais sendo “condição natural da vida humana”, independentemente “de qualquer forma particular dessa vida”, sendo “comum a todas as suas formas sociais” (MARX, 1984, p. 290).

Saito (2021, p. 131) salienta, então, que “o trabalho como mediação metabólica é essencialmente dependente e condicionado pela natureza”. Nesta perspectiva, é preciso analisar criticamente que, como seres humanos, temos dominado a natureza como um conquistador domina um povo estrangeiro e o submete ao seu controle; como alguém que se encontra fora dela e dela se apodera e não como quem é parte dela. Somos parte da natureza com a vantagem de, diante de todas as outras criaturas, podermos conhecer as suas leis e, as conhecendo, interferirmos para dominá-la ou com ela nos relacionarmos no sentido do estabelecimento – ou restabelecimento – de formas de metabolismo de equilíbrio e não de ruptura. Pensando como equilíbrio, o desenvolvimento das forças produtivas teria como fundamento principal a produção de valores de uso, de bens necessários à satisfação das necessidades humanas. No entanto, aquilo que é vantagem do ser humano sobre os outros seres da natureza tem se tornado, contraditoriamente, desvantagem, porque tem promovido a destruição do planeta e, portanto, de si mesmo.

A ruptura do metabolismo nas relações seres humanos-natureza

A relação seres humanos - natureza, mediada pelo trabalho, assume determinada forma histórica no capitalismo. No processo de acumulação, concentração e centralização da riqueza, próprio do modo de produção capitalista, a forma como se dá tal relação, que é de ruptura, é produtora de um conjunto de mazelas que pode levar à extinção de todas as formas de vida. A título de ilustração, na Amazônia, hidrelétricas do Rio Madeira⁷ foram responsáveis por uma enchente em Rondônia que chegou a São Carlos, comunidade de trabalhadores ligados à pesca, e destruiu modos de produzir a vida na região, cujas populações tinham uma

⁷ No minicurso, apresentamos o documentário “A cheia levou: os abandonados do rio Madeira” (2017), que reúne relatos de como projetos hidrelétricos, a exemplo dos presentes no Rio Madeira, destroem modos de vida de povos e comunidades tradicionais, tal o que ocorreu em 2014. Acesso pelo link: <https://www.youtube.com/watch?v=RhKenVw54-w>.

relação antagônica ao modo de produção capitalista. A lógica do capital é de exploração e privatização da existência em todas as escalas.

Marx analisa como o processo de trabalho concreto, como um metabolismo incessante entre seres humanos e natureza, é radicalmente modificado pela lógica do capital. O trabalho, que é um recurso natural, no interior do modo de produção capitalista torna-se mercadoria que produz outras mercadorias. É um processo de alienação do trabalho e, portanto, é um processo de alienação da natureza. Na produção de mercadorias para troca, matéria e energia são transformadas continuamente. O trabalho é alienado das condições de produção e, portanto, o equilíbrio físico e biológico é interrompido. Se o caráter do trabalho, que realiza o metabolismo ser humano-natureza, é transformado pelo capital, segue-se que todo metabolismo e todas as ações que transformam outros elementos e natureza e nós mesmos são radicalmente alteradas. O “desejo” insaciável do capital de produção de mais valor, condição de sua própria existência e manutenção, produz sua própria “vocaçãõ” destrutiva da natureza e, portanto, do próprio ser humano. Através dos processos de reificação, o capital transforma o que é desejo do capital em desejos dos humanos e coloca toda a natureza em prol da sua valorização máxima. O modo de produção capitalista produz uma subjetividade do mercado que conduz a humanidade ao extremo nos processos de ruptura na relação com a natureza.

Reproduzimos, na sequência, uma passagem do livro I *d’O Capital*, a conclusão que trata da grande indústria e da agricultura, em que o tema da ruptura do metabolismo é tratada. Segundo Löwy (2005), é um dos textos em que Marx coloca explicitamente a questão das devastações provocadas pelo capital sobre o ambiente natural.

Com a preponderância sempre crescente da população urbana, que amontoa em grandes centros a produção capitalista, acumula, por um lado, a força motriz histórica da sociedade. Mas perturba, por outro lado, o metabolismo entre homem e terra. Isto é, o retorno dos componentes da terra consumidos pelo homem sob forma de alimentos e vestuários. A terra, portanto, é eterna condição natural da fertilidade permanente do solo. Com isso, ela destrói simultaneamente a saúde física dos trabalhadores urbanos e a vida espiritual dos trabalhadores rurais. Mas, ao destruir as condições desse metabolismo desenvolvidas espontaneamente, obriga-o simultaneamente a restaurá-lo, de maneira sistemática, como lei reguladora da produção social. E numa forma adequada ao pleno desenvolvimento humano.

E cada progresso da agricultura capitalista não é só um progresso da arte de saquear o solo, pois cada progresso no aumento da fertilidade por certo período é simultaneamente um progresso na ruína das fontes permanentes dessa fertilidade. Quanto mais um país, como por exemplo os Estados Unidos da América do Norte, se inicia com a grande indústria como fundamento desse desenvolvimento, tanto mais rápido é o processo de destruição. Por isso, a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social ao minar simultaneamente, a terra e o trabalhador. (MARX, 1984, apud LÖWY, 2005, p. 28-29).

Percebe-se, então, que apreender a ruptura do metabolismo entre seres humanos-natureza nos permite entender um conjunto de problemas sociais, ambientais, culturais, que assolam a humanidade no interior das relações sociais capitalistas.

O capital luta, constantemente e incansavelmente, pela superação de suas limitações de expansão por meio do desenvolvimento de forças produtivas. Mas, precisamente como resultado de tais tentativas contínuas de expandir sua escala, reforça sua tendência incontrolável de explorar os recursos naturais à exaustão (SAITO, 2021), incluindo a força de trabalho humana como no desmatamento massivo da região amazônica e na poluição das águas. Na lógica do capital parece que a natureza é inesgotável; mas não o é.

Pelo exposto até aqui, pode-se afirmar que entender criticamente e prospectar relações Seres humanos-natureza não é uma escolha, mas um imperativo de sobrevivência de todos os seres da Terra. Neste sentido, é necessário conhecer e entender outras formas de relação com a natureza, como a de povos e comunidades tradicionais que são atravessados pelas ordens do capital, e também como lutam para manter e também construir outras possibilidades de metabolismo com a natureza, em que a maximização do lucro não é a tônica nos permitindo “na busca de um reino da liberdade diante do abismo” (FERNANDES, 2021, p. 14).

Seres humanos-natureza, povos e comunidades tradicionais da Amazônia, territórios e saberes do trabalho

Para refletirmos sobre o tema em questão, entendemos a necessidade teórico-metodológica de considerar as categorias (i) *povos e comunidades tradicionais*, (ii) *territórios* e (iii) *saberes do trabalho*, partindo-se do pressuposto de que esses *saberes* nos dão evidências sobre experiências econômico-culturais

pautadas na solidariedade, no trabalho coletivo, na valorização da vida em desproveito das relações de mercado, auxiliando-nos *na busca de um reino da liberdade distante do abismo* imposto pelo modo de produção capitalista, sendo necessário, para tanto, entender os *territórios, para além da perspectiva geográfica, dos povos e comunidades tradicionais*, a partir dos quais os *saberes* são produzidos.

Quanto à categoria *Povos e Comunidades Tradicionais*, ela diz respeito a uma territorialidade econômico-sócio-antropológica-cultural e política (CRUZ, 2012; TIRIBA; FISCHER, 2015), considerando-se suas lutas a favor da vida em oposição às materialidades e subjetividades de mercado contra seus territórios, em que homens e mulheres *plasmam* a natureza em prol do atendimento de suas necessidades, como mediações de primeira ordem e com *atravessamentos* por mediações de segunda ordem do capital⁸. De acordo com Cruz (2012, p. 596), essa categoria abarca:

[...] os *Povos Indígenas; Quilombolas; Populações agroextrativistas* (Seringueiros, Castanheiros, Quebradeiras de Coco de Babaçu); *Grupos vinculados aos rios ou ao mar* (Ribeirinhos; Pescadores artesanais; Caiçaras; Varjeiros; Jangadeiros; Marisqueiros); *Grupos associados a ecossistemas específicos* (Pantaneiros; Caatingueiro; Vazanteiros; Geraizeiros; Chapadeiros) *Grupos associados à agricultura ou à pecuária* (Faxinais; Sertanejos; Caipiras; Sitiantes-Campeiros; Fundo de Pasto; Vaqueiros).

Ainda conforme Cruz (2012, grifos do autor), esses diferentes grupos possuem, dada a *relação com a natureza*, uma *racionalidade ambiental* com *forte relação com território e com o sentido de territorialidade*, bem como uma *racionalidade econômico-produtiva* que se contrapõe ao modo de produção capitalista, embora possam ter relações parciais de *atravessamentos*, vendendo o *excedente da produção* e comprando *produtos manufaturados e industrializados*. Atualmente, entretanto, é preciso considerar, para além dessas parcialidades, as *subjetividades*⁹ *capitalistas*, a partir das mediações de segunda ordem do capital, que vão sendo *forjadas* no interior da produção da existência de *povos e*

⁸ No decorrer do minicurso, apresentamos o vídeo “As dificuldades dos quilombolas”, presente no Canal Preto, com evidências da luta pelos territórios quilombolas, considerando suas ancestralidades, oposição ao modo de produção capitalista. Link de acesso: <https://www.youtube.com/watch?v=gDXPK49-FAM>.

⁹ Quanto à categoria *Subjetividade* numa perspectiva marxista, tomamos considerações a partir de Sève (1989).

comunidades tradicionais, como o *empreendedorismo* e as *práticas produtivas de individualização* em oposição às ações coletivas e solidárias de trabalho.

Porém, mesmo diante dessas contradições, entendemos que esses diversos grupos possuem processos de organização social, materializados em *saberes* com amplas dimensões (política, cultural, econômica, social, técnica, dentre outras), que consubstanciam processos de *autoidentificação*, com “[...] um sentido político-organizativo [...] como alternativa ao modo de produção e ao modo de vida capitalista” (CRUZ, 2012, p. 597), constituindo-se o *território* como *espaços-tempos de reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica*, conforme o disposto pelo Decreto Presidencial nº 6.040/2007, ao destacar que os *povos e comunidades tradicionais*:

[...] são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

Nessa perspectiva, o território experienciado¹⁰ por *povos e comunidades tradicionais*, enquanto “[...] base de reprodução e fonte de recursos [...]”, em termos materiais, mas também com “[...] forte valor simbólico e afetivo [...]”, coloca-se como “[...] referência para a construção dos modos de vida e das identidades dessas comunidades [...]” (CRUZ, 2012, p. 597), aí também instituídas suas ações no interior de lutas de classes, “[...] como uma espécie de identidade sociopolítica mobilizada por esses diversos grupos na luta por direitos” (CRUZ, 2012, p. 597).

Trata-se de uma perspectiva teórica que nos permite considerar os territórios de povos e comunidades tradicionais como condição importante para as discussões sobre saberes do trabalho, concordando com o disposto por Fischer, Cordeiro e Tiriba (2022, p. 203, grifo nosso), ao discutirem premissas político-epistemológicas voltadas para investigações sobre relações seres humanos-natureza e saberes do trabalho associado, para quais o “Apreender como os saberes do trabalho associado se manifestam requer apreender mediações, contradições, particularidades e singularidades *dos espaços/tempos onde eles se constroem* [...]”, a partir do que

¹⁰ Tomamos a categoria *experiência* a partir de Thompson (1981).

podemos interrogar como os saberes do trabalho são construídos, materializados, decorrentes dos territórios de vida das experiências de trabalho.

Nesse sentido, entendemos, com base em Santos (2002, p. 8), que o território “[...] não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas [...]”, mas os diferentes usos que os sujeitos dele fazem, nele se constituindo suas diferentes identidades, entendidas como “[...] o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence [...]”, sendo o “[...] fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida”, aí também compreendidas suas lutas por direitos, opostas aos interesses de mercado, “[...] o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência [...]”.

É, pois, a partir dessa compreensão de *território*, como *espaços-tempos* de contradições, de *experiências de classe* e *fundamento do trabalho*, conforme Santos (2002), também com conotações políticas, que podemos entender a categoria analítica *saberes do trabalho*, como a materialidade objetiva-subjetiva da unidade trabalho-educação, a partir da qual homens e mulheres socializam suas experiências políticas, organizativas, tecnológicas, identitárias, dentre outras perspectivas experienciais sentidas, percebidas e modificadas, a partir de suas materialidades econômico-culturais, considerando o disposto por Thompson (1981).

O exame, portanto, dos *territórios de povos e comunidades tradicionais* é crucial para a análise dos *saberes do trabalho*, de modo a compreender diferentes realidades *plasmadas* [como as econômicas, culturais, sociais, políticas, afetivas, identitárias, classistas] por seus sujeitos, a partir da categoria trabalho (MARX, 2008), considerando as mediações de primeira ordem e os *atravessamentos* das dimensões de segunda ordem do capital (MÉSZÁROS, 2006), conforme o disposto por Fischer, Cordeiro e Tiriba (2022).

De acordo com Mézáros (2006, p. 213), as mediações de primeira ordem dizem respeito às “determinações ontológicas” estabelecidas pelo trabalho, que permitem a reprodução da existência humana, a partir da relação de complementaridade entre o ser social, que é natureza, com outros elementos da natureza. Por outro lado, as mediações de segunda ordem do capital alteram:

[...] cada uma das formas primárias [...], [...] de modo a se tornar quase irreconhecível, para adequar-se às necessidades expansionistas de um sistema fetichista e alienante de controle sociometabólico, que subordina absolutamente tudo ao imperativo da acumulação de capital [...] se interpõem, como 'mediações', em última análise destrutiva da 'mediação primária', entre os seres humanos e as condições vitais para a sua reprodução, a natureza.

Nessa perspectiva, os *saberes do trabalho* podem expressar as mediações de primeira ordem como as de segunda ordem do capital, sendo produzidos nos territórios de povos e comunidades tradicionais e entendidos, a partir de Rodrigues (2012), como materialidades objetivas-subjetivas do trabalho, quer em sua dimensão *abstrata* como *concreta*, expressos em tecnologias, mas também em relações econômico-culturais vividas, percebidas e modificadas por esses sujeitos, não se constituindo, uma realidade abstrata, como que deslocada na existência cotidiana, mas “[...] uma evidência da unidade entre pensamento e prática, expressão do ato único do homem que na ação elabora a realidade, recriando, transformando-a” (DAMASCENO, 1995, p. 21). E como resultado “[...] do trabalho e da luta [...]”, sendo “[...] a expressão concreta da consciência de um grupo social, um saber que é útil ao trabalho, aos enfrentamentos vividos cotidianamente [...]” (DAMASCENO, 1995, p. 25).

Em termos analíticos, o exame dos *saberes do trabalho* decorrentes desses *territórios* pode contribuir com as discussões sobre as relações trabalho, conhecimento e educação (TIRIBA; FISCHER, 2015), considerando o *trabalho como princípio educativo* (GRAMSCI, 1988) e os processos de integração *saberes e conhecimentos* na formação de trabalhadores e trabalhadoras, numa perspectiva de luta de classes (RODRIGUES, 2020), bem como sobre as relações de produção econômico-culturais e os metabolismos nas relações seres humanos-natureza, no interior das contradições capital e trabalho.

Em síntese, consideramos que a compreensão de *modos de produção da vida de povos e comunidades tradicionais* encontra-se integrada à de *territórios*, de onde resultam diferentes *saberes do trabalho*, neles podendo haver, conforme Marañón (2012), evidências de relações de produção e reprodução de uma solidariedade econômico-cultural opostas as de natureza capitalista (fundadas na sempre extração da mais-valia e da implementação-intensificação da racionalidade de valores de troca), porque buscam, de acordo com Tiriba e Fischer (2015, p. 409),

“[...] a preservação das funções vitais de reprodução individual e da totalidade dos seres humano [...]”, constituindo-se, de acordo com as pesquisadoras:

Modos de estar no mundo, em que o metabolismo entre ser humano e natureza pressupõe a regulação do processo de trabalho em sintonia com a natureza [...], [...] a organização, coordenação e controle das múltiplas atividades, materiais e culturais, visando um sistema de reprodução social cada vez mais complexo.

Na sequência analisamos experiências de trabalho de pescadores e pescadoras artesanais do município de Cametá¹¹, situado na região do baixo Tocantins¹², Pará, Brasil.

O Modo de produção da vida de pescadores artesanais da Amazônia – entre saberes

Entendemos que os *modos de produzir a vida de povos e comunidades tradicionais*, como os modos de vida de pescadores e pescadoras artesanais da Amazônia Paraense, têm muito a dizer sobre relações seres humanos-natureza voltadas para a complementaridade em oposição à ruptura do metabolismo, nelas atuando as mediações de primeira ordem, *atravessadas* por mediações de segunda ordem do capital.

Em termos metodológicos, entendemos que esse campo empírico permite analisar, a partir de suas territorialidades, processos de produção da vida, em termos econômico-culturais e políticos, *plasmados em saberes do trabalho* e em *processos formativos* opostos à fragmentação da formação humana, porque voltados para uma perspectiva formativa que considera a integração saberes do trabalho e conhecimentos como prática pedagógica, nos moldes propostos por Rodrigues (2020).

Correlacionado a tais questões, defendemos, a partir de Tiriba e Fischer (2015, p. 423), a necessidade de compreender as relações entre economia e cultura presentes na produção da vida de povos e comunidades tradicionais, (re)conhecendo os saberes e valores daí decorrentes, ampliando nossos horizontes sobre o trabalho como princípio educativo, por meio de “[...] inventários e análises

¹¹ Para um conhecimento sobre o município de Cametá, indicamos a leitura de Rodrigues e Castro (2022).

¹² Para um conhecimento sobre o baixo Tocantins, indicamos a leitura de Rodrigues e Castro (2022).

dos processos de produção e transmissão desses saberes da experiência de produzir a vida em comunidade”, sendo necessário, para tanto, “[...] descrever como se dá a organização da própria vida”, a partir de seus territórios.

A partir de tais considerações, destacamos, a seguir, elementos de pesquisa sobre saberes do trabalho da pesca, decorrentes de modos de produzir a vida de pescadores e pescadoras artesanais do baixo Tocantins, estado do Pará, considerando o contexto do município de Cametá.

Isto posto, destacamos, inicialmente, que ribeirinhos(as)¹³ do município de Cametá, pescadores e pescadoras artesanais, produzem a vida na relação com outros elementos da natureza, sem a ruptura do metabolismo seres humanos-natureza, ao *plasmarem*, por exemplo, a partir do trabalho, tecnologias de pesca, a fim de atender suas necessidades de alimentação, mas também com atravessamentos das mediações de segunda ordem do capital. Nessa perspectiva encontra-se, por exemplo, o *paredão*, consistindo, em termos de *saberes do trabalho*, de acordo com Castro e Rodrigues (2020, p. 166-167):

[...] em uma enorme parede feita de caule de açazeiro (paxiba) ou de paxiubeira (árvores nativas da região), trançada com cipó de timbuí, vegetal da região. Esse equipamento tem o objetivo de capturar o pescado nas margens próximas das ilhas. Esse paredão é construído nas praias ou próximo das ribanceiras para dentro do rio. Possui 2 ou 3 gaiolas posicionadas no meio e nas extremidades, construídas com uma tecnologia nativa onde as entradas das mesmas são feitas em forma de “V”, por onde os peixes entram e não conseguem sair. Esse equipamento de pesca, por ter grande porte, é normalmente construído para durar anos, não sendo removido pelos pescadores.

Trata-se de uma tecnologia de pesca como valor de uso, não estando destinado à captura de peixes em grande escala, mas relacionado à garantia do alimento familiar, mantendo um equilíbrio na relação ser humano e outros elementos da natureza [podendo durar anos em contato com as águas], embora o excedente da captura possa ser vendido em prol da compra de produtos manufaturados e industrializados.

¹³ Entendemos a categoria *ribeirinhos* a partir das discussões de Rodrigues e Castro (2022) e Neves (2009). Com base em Corrêa (2017), compreendemos que, atualmente, os ribeirinhos, para além das mediações de primeira, têm seus modos de vida atravessados por mediações de segunda ordem do capital, com as relações de mercado determinando a coleta de frutos da região, como a indústria do açaí e de produtos para a indústria de cosméticos, como a *Natura*.

Outra tecnologia de pesca produzida por pescadores artesanais do baixo Tocantins, no contexto do município de Cametá, é o *matapí*, consistindo, de acordo com Castro e Rodrigues (2020, p. 267-268):

[...] em uma gaiola em formato cilíndrico que possui, nas extremidades, entradas em formato cônico; no meio, possui uma portinhola que serve para a coleta do pescado. O *matapí* é utilizado para a captura de camarão. O crustáceo é capturado quando entra por uma das extremidades cônicas do equipamento, em busca do alimento (isca geralmente de babaçu), o qual é previamente colocado no interior do apetrecho; uma vez dentro, o camarão não consegue encontrar a saída.

Trata-se de uma tecnologia de pesca que, em termos de saberes do trabalho, demonstra a engenhosidade humana expressa no e pelo trabalho, envolvendo múltiplos saberes, desde os relacionados à sua construção até àqueles que dizem respeito aos locais de rios, em suas margens, onde e como pode ser colocado em prol da captura de camarões. Todavia, há de se destacar que, em decorrência de produção em larga escala, essa tecnologia vem sendo atravessada por outras mediações, já sendo produzida com fibras de *nylon*, embora ainda persista a produção com base no disposto por Castro e Rodrigues (2020, p. 268), sendo “[...] confeccionado comumente com talas retiradas da palmeira *jupati* [...]”, ou com o “[...] caule da palmeira *marajá* [...], [...] trançado por fibras de *jacitara* (cipó espinhento comum na região) ou fibras de *buritizeiro* e *arumã* (vegetais da região)”.

Além dessas tecnologias de pesca, aqui tomadas como exemplos, há processos de captura de peixes em Cametá, no baixo Tocantins, como a pesca do *mapará*, que nos fornecem evidências sobre como o processo de organização de pescadores e pescadoras acontece, contra as investidas do capital na região, ao se construir, por exemplo, uma hidrelétrica, partindo-se do pressupostos de que a constituição de classe, em seu sentido amplo, ocorre quando os homens, “[...] como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si [...]” (THOMPSON, 1981, p. 10).

Nessa perspectiva, os trabalhadores se organizam, por exemplo, na época da captura do *mapará*¹⁴, direcionando-se em grandes coletivos para diferentes setores do Rio Tocantins, com um saber experiencial sobre os locais de pesca. Trata-se de

¹⁴ No minicurso, apresentamos o vídeo sobre a captura do pescado *mapará* (CASTRO, Toninho. Pesca do Mapará 2021 em Cametá. Acesso em: https://www.youtube.com/watch?v=Am2_mFKHQhw.

um conjunto de sujeitos com diferentes tarefas para a captura: há os responsáveis pelo saber onde está o cardume com o auxílio de uma comprida tala – nisto há um saber da percepção; há os responsáveis pelo mergulhar e pelo amarrar a rede no fundo do rio, para que o peixe possa ser trazido à tona, não sendo qualquer pescador capaz de realizar essa ação; e há os responsáveis por retirar o pescado do rio.

Além disso, há de se considerar que a produção resultante da captura do *mapará* é partilhada entre os pescadores e membros da comunidade a que estão ligados, podendo ser vendida a produção excedente. Contudo, esse modo de produzir a vida, no contexto de ribeirinhos e ribeirinhas de Cametá, vem sendo impactado pelos interesses de mercado. Grandes redes de supermercados começam a entrar na região, a fim de comprar a produção, *encarecendo* o preço local dos produtos, dada a pouca presença do *mapará* para os habitantes do município, implicando, contudo, a venda com preços um tanto baixos em outros territórios, comprometendo as relações econômico-culturais de quem vive na região.

Isto posto, salientamos que as necessidades de manutenção da vida impulsionam processos de organização, voltados também para uma perspectiva de classe (THOMPSON, 1981), considerando o trabalho coletivo na captura do *mapará* e do camarão, por exemplo, oportunizando uma cultura de organização, de *companheirismo* nas comunidades ribeirinhas, constituindo-se elementos potencializadores de suas organizações, em termos de colônias de pescadores, de sindicato, de mobilizações.

Todavia, esses povos e comunidades tradicionais, pescadores artesanais e também agricultores, vêm sofrendo a ruptura de suas relações metabólicas com outros elementos da natureza, dada a presença de grandes projetos de interesse do capital na região, como os ligados ao *plantation* de dendê e da pimenta-do-reino, por exemplo, que tomam os territórios dos agricultores para a alta produção dessas culturas, tornando-os, posteriormente, improdutivos para as necessidades da agricultura familiar, favorecendo, por consequência, a constituição de saberes, não como experiências vividas, mas sim como territórios onde resultam as práxis produtivas orientadas pela lógica capitalista e não mais pelas práticas produtivas ligadas aos interesses da vida de povos e comunidades tradicionais.

Além dessa questão, outras ações do capital na região vêm também contribuindo para a ruptura do metabolismo seres humanos-natureza em Cametá, como a construção da Hidrovia Araguaia-Tocantins (ZUKER, 2019) e a Hidrelétrica de Tucuruí (RODRIGUES, 2012), além da substituição do extrativismo com valor de uso pelo extrativismo com valor de troca, dados os interesses do mercado mundial pela produção do açaí e por outros frutos, destinados às indústrias alimentícia e de cosméticos (CORRÊA, 2017).

Some-se a isso a crise estrutural de desemprego que produz a base para as subjetividades de *empreendedorismo individual*, em detrimento das ações coletivas e solidárias de trabalho. Isso acaba provocando, por exemplo, a criação individual de peixes em cativeiro, associada também à diminuição de pescados na região, consequência direta da presença da Hidrelétrica de Tucuruí. Tudo isso conduz a relações moldadas pela intensificação de valores de troca em desproveito de valores de uso, em virtude das intensas desigualdades sociais intensificadas mais ainda pelas ações atuais do capital na região.

Trata-se, enfim, de um *modus operandi* nada neutro, que destrói as bases do trabalho coletivo, em prol do individualismo, tão necessário aos interesses do capital. Esse mesmo capital precisa fragmentar os processos de organização dos trabalhadores, desterritorializando-os, desenraizando-os de suas subjetividades (MARAÑÓN, 2012), silenciando os territórios, como fundamentos do trabalho (SANTOS, 2002), uma vez que desterritorializar os povos e comunidades tradicionais é importante para dominar, ocupar e produzir a exploração da riqueza na sua totalidade – a riqueza enquanto força de trabalho; a riqueza enquanto outros elementos da natureza.

A esse respeito, acrescenta-se a intensificação de tecnologias de produção *aligeiradas* plasmando novos saberes em tecnologias, como a construção de *barcos mais rápidos e ligados à indústria naval*, operando novas relações de tempos-espacos na região, dadas as necessidades de mercado e as alterações do fluxo do rio, proveniente da construção da Hidrelétrica de Tucuruí (POMPEU, 2017). São tempos-espacos de povos e comunidades tradicionais que vêm sendo alterados pelos tempos-espacos do mercado, parafraseando Thompson (1998), manifestando-se na produção de barcos mais velozes ou na produção de tecnologias que coletam o peixe em quantidades e numa maior rapidez, aí incluindo

tipos de redes que capturam indiscriminadamente todo tipo de pescado, inclusive filhotes de peixes e os que ainda estão em período de reprodução.

Com base em Pompeu (2017), entendemos que a produção de saberes do trabalho vem sofrendo, assim, mudanças significativas, em decorrência de grandes projetos na região, em virtude das subjetividades de mercado, como o empreendedorismo, e também em razão da destruição dos territórios desses povos e comunidades tradicionais, alterando suas identidades de pescadores, que passam a se constituírem como sujeitos detentores-produtores de saberes de mediações de primeira ordem e também de mediações de segunda ordem do capital, sendo detentores dos meios de produção, deles o capital requerendo, por enquanto, a força de trabalho e os meios de produção (a terra e os produtos nela produzidos – como a produção do açaí –, que ainda pertencem a homens e mulheres de povos e comunidades tradicionais), “*pagando*” apenas um valor pelos dois elementos, nos moldes descritos por Marx (2011).

Gostaríamos ainda de destacar que, na produção de tecnologias de pesca, como trabalho não alienado, seja na produção de paredões, matapis, barcos, processos de captura do peixe *mapará*, há a engenhosidade, a criatividade, o planejamento e a execução pelo ser humano, num processo formativo por inteiro, em que os sujeitos dominam a totalidade do processo produtivo, podendo alguns sujeitos realizarem determinadas ações diferentes de outros. Mas não se trata de uma lógica imposta pelo modo de produção capitalista, senão pela lógica do trabalho coletivo, da produção da vida, constituindo-se situações de trabalho saturadas de normas de vida, indicadores de processos importantes para a constituição de classe, como o viver coletivo e o sentir-se membro de uma totalidade social, constituindo o *trabalho associado como princípio educativo*. Não estamos dizendo com isso, contudo, que não haja normas de trabalho já saturadas por interesses de mercado, conforme já aludido.

No mais, está o fato de que povos e comunidades tradicionais em seus territórios fomentam o *trabalho como princípio educativo* (GRAMSCI, 1988), pois, parafraseando Marx (2008), à medida que vão moldando a natureza às suas necessidades, vão também aprendendo materialidades objetivas e subjetivas de sua relação com aquela e com outros homens, tendo os saberes como produtos desse processo formativo.

É um processo educativo, nos moldes propostos por Ciavatta (2009), mediado pelo e no trabalho, de onde emergem os saberes do trabalho da pesca, em que homens e mulheres, em termos pedagógicos, assumem a função de mediadores “[...] entre o mundo do trabalho, com os conhecimentos dele resultantes, e os sujeitos que nele iniciam um processo de participação” (RODRIGUES, 2012, p. 173), atuando a família como “[...] unidade de cooperação e socialização de aprendizados [...]” (RODRIGUES, 2012, p. 174), considerando-se ainda “[...] que o trabalho de produção da social é em si educativo” (ALVES; TIRIBA, 2018, p. 137).

Considerações finais

- A primeira coisa que precisamos é a terra. A gente planta hoje, na terra dos outros, e paga terça. Então, se eu tirar três sacas de mandioca, de farinha, eu vou dar uma ao fazendeiro e ficar só com duas. A terra é o suporte pra gente viver.
- Assim, quando tiver terra, eu vou parar de ser ameaçada, a comunidade vai parar de ser ameaçada.
- Sim, sofre muita ameaça.
- Os fazendeiros. Os fazendeiros ameaçam muito a gente. Tem tempo que a gente nem consegue dormir sossegada porque... As ameaças do fazendeiro. Os fazendeiros invadem reuniões; a gente está na reunião, eles chegam na reunião, invadem reunião.
- No fim de dezembro fomos a uma reunião e quando foi chegando a boca da noite, por cima da gente tinham dois drones. A gente não sabe de quem é o drone. A gente não sabe de quem é. Então, é de se preocupar.
- Eu tenho dezesseis milhões de negros e negras vivendo nas comunidades quilombolas. Eu tenho mais de cinco mil comunidades quilombolas no Brasil. E as pessoas vivem dali, vivem da sua política agrícola, vivem da sua manifestação cultural. Então, a gente precisa virar nossos olhos para um Brasil do tamanho de Portugal, que está sendo violentado.
- É muito perigoso a gente viver aqui. Mas Zumbi dos Palmares foi, a gente está aqui para fazer o que ele fez; completar as coisas.
- Em meio às dificuldades, em meio aos ataques de fazendeiros, em meio a discussões e derrubamentos de plantações, de casas. Mas a gente gosta de ser quem a gente é, a gente gosta de viver como a gente vive.

- Meu modo de vida aqui é muito bom. E eu não quero sair daqui por nada.

- Você já imaginou eu, com as minhas mãos sujas de dendê, que só sei cavar cova, só sei correr o braço para arrancar caranguejo, eu vou me embora para Salvador com meus filhos, eu vou encontrar lugar bom lá na cidade grande? Não vou encontrar, só vou encontrar as periferias. E lá, o que vai ter é nossos filhos aprender o que eles não sabem aqui. Porque aqui eles só sabem arrastar a rede de noite, cavar a cova e lá ele vai aprender o tráfico; ele não vai ter emprego e ele vai aprender a roubar.

- Por exemplo, eu sou Eliete. Eu sou Eliete, filha de Xica, neta de Guilherme; beleza. Mas eu, na capital, eu sou só Elite. Então, quando uma pessoa negra, sem muito estudo vai para a capital ela é só mais um número e ninguém te vê, ninguém te enxerga o que você é.

- Pra quê eu sair daqui? Não tem como eu sair daqui, não. Nem eu nem ninguém quer sair daqui, não. Mesmo com ameaça, eu estou aqui dizendo ao seu governo: Eu quero a terra. Porque no dia que tiver essa terra aqui eu estou garantindo que os meus netos, os meus filhos vivam num lugar sossegado.

- A gente gosta do jeito que a gente vive e levou um certo tempo até que todo mundo tivesse consciência disso, de que a gente não quer viver de outra maneira.

- Mesmo tendo esses impactos todos que a gente tem, as comunidades quilombolas conseguem sobreviver. E com o pouco que se tem a gente entende que a gente vive bem. Ah, é difícil? É difícil. Mas a gente gosta de viver aqui.

- Foi a coisa melhor da nossa vida, foi receber a certidão quilombola.

- Vou para a minha roça todo dia, vou para a maré todo dia, planto mandioca todo dia

- A gente tem o que comer, tem uma terrinha ali que não é da gente, a gente planta na terra dos outros. Na terra do estado, a gente tem aqui uma terra do estado, a gente planta na terra do estado.

- A gente precisa de terra, é no território que se desenvolve a cultura, os saberes, os fazeres. É no território que eu desenvolvo a minha religião.

- Se a gente tem um projeto de cultura que fale sobre o cabelo do negro, maquiagem do negro, dança do negro, a música, os costumes que gente tem, eu acho que isso vai dar uma importância ao jovem e é uma maneira dele se sentir valorizado e querer ficar.

- A gente também quer ser visto. Não é ser visto no sentido de se amostrar. Mas no sentido de que as outras pessoas entendam que

vocês existem, entendam que existe esse modo de vida e aprendam a respeitar que a gente existe, que é um povo que tem dificuldades, mas que também é muito feliz e que quer permanecer dessa maneira.

(Falas presentes no documentário *As dificuldades dos Quilombolas – Canal Preto*¹⁵)

Inspirados nesta fala tão profunda, concluímos nosso texto nos perguntando: *que desafios o estudo do tema das relações seres humanos-natureza, mediadas pelo trabalho humano, traz ao Campo Trabalho-Educação e à luta de classes?* Identificamos alguns:

a) Aprofundamento, do ponto de vista teórico-prático, do significado político-epistemológico e as consequências da assunção, aparentemente óbvia, de que somos parte da natureza e que participamos dos processos sociometabólicos da relação seres humanos-natureza. Que consequências têm este pressuposto para nos questionarmos sobre os polêmicos e polissêmicos conceitos de progresso e resistência, considerando as experiências históricas do capitalismo e das lutas socialistas em diferentes partes do mundo, incluindo a América Latina?

b) O (re)conhecimento e a análise da complexidade da realidade atual do trabalho - dos mundos do trabalho. Como as dimensões ontológico-históricas do trabalho humano se materializam no espaço-tempo das culturas milenares de comunidades e povos tradicionais? Que lugares ocupam e como se articulam a categoria trabalho e outras como território, comunidade, identidade? O que essas formas de trabalho e de vida nos indicam sobre sociedade de produtores livremente associados?

c) Aprofundamento da categoria trabalho como princípio educativo, a partir de diálogos profícuos entre análises sobre experiências de trabalho distintas, do ponto de vista dos atravessamentos das mediações de primeira e segunda ordem, que coexistem no modo de produção capitalista. O que temos a aprender sobre trabalho como princípio educativo considerando as experiências de povos e comunidades tradicionais? O que temos a aprender sobre trabalho como princípio educativo em experiências atuais de trabalho associado nas periferias urbanas? O que temos a aprender com os movimentos sociais que têm produzido experiências de organização da produção e do consumo em princípios agroecológicos?

¹⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gDXPK49-FAM>.

d) Ampliação do repertório de leituras de teóricos marxistas latino-americanos que discutem o trabalho a partir da experiência histórica da América Latina, em especial sobre a experiência de trabalho nas comunidades e povos tradicionais e das periferias urbanas e suas implicações para pensar as relações entre trabalho e educação.

e) Aprofundamento e/ou ampliação do repertório de categorias teóricas para leituras sobre as relações entre trabalho e educação, como por exemplo as categorias território, o comum e o comunal, modos de vida, as relações entre singularidade, particularidade e totalidade na configuração de territórios e modos de vida.

Referências

ALVES, A. E. S.; TIRIBA, L. Trabalho-Educação, Economia e Cultura em Comunidades Tradicionais: entre a reprodução ampliada da vida e a reprodução ampliada do capital. **Revista Trabalho Necessário**, v. 16, nº 31, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/27375/15916>. Acesso em 20 de julho de 2022.

BRASIL. **Decreto nº 6.040**, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da União, Brasília, de 8 de fevereiro de 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm. Acesso em 24 de julho de 2022.

CALDART, R. S. et al. (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CRUZ, V. C. Povos e Comunidades tradicionais. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. P.; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CASTRO, O. L. M.; RODRIGUES, D. S. Tecnologias de produção da vida em imagens: saberes do trabalho da pesca em comunidades ribeirinhas. **Revista Trabalho Necessário**, v. 18, nº 37, set-dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/46288/26496>. Acesso em 20 de julho de 2022.

CIAVATTA, M. Trabalho como princípio educativo. In: PEREIRA, I. B.; LIMA, J. C. F. (org.). **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2009.

CORRÊA, R. B. **Território e desenvolvimento**: análise da produção de açaí na região Tocantina (PA). 2017. 208f. Tese (Doutorado em Geografia) - UNESP, Presidente Prudente.

DIAS, Alexandre Pessoa et al. **Dicionário de agroecologia e educação**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio 2022.

DAMASCENO, M. N. O saber social e a construção da identidade. **Contexto & Educação**, UNIJUÍ, ano 9, nº 38, abr./jun. 1995.

ENGELS, F. **Dialética da Natureza**. São Paulo: Boitempo, 2020.

FERNANDES, Sabrina. Prefácio. In: SAITO, K. **O Ecosocialismo de Karl Marx**. São Paulo: Boitempo, 2021.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. C.; CALDART, R. S. (org.). **História, natureza, trabalho e educação**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

FISCHER, M. C. B.; CORDEIRO, B.; TIRIBA, L. Relações seres humano/natureza e saberes do trabalho associado: premissas político-epistemológicas. In: ALVES, A. E. S.; TIRIBA, L. (org.). **Cios da terra**: sobre trabalho, cultura, produção de saberes e educação do campo. Uberlândia, MG: Navegando, 2022.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1988.

HARRIS-WHITE, B. Ecologia e meio ambiente. In: SAAD FILHO, A.; FINE, B. (org.). **Dicionário de Economia Política Marxista**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

LÖWY, M. **Ecologia e Socialismo**. São Paulo: Cortez, 2005.

LÖWY, M. **O que é o ecosocialismo?** 2.ed. São Paulo: Cortez, 2014.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. V. 1.

MARX, K. **Manuscrits de 1844**. Paris: Editions Sociales, 1962.

MARX, K. **O Capital**, v. I, t. 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984 (Coleção Os Economistas)

MARX, K. Glosas marginais ao Programa do Partido Operário Alemão. In: **Germinal**: Marxismo e Educação em Debate, Londrina, v. 1, n. 2, jan. 2010.

MARX, K. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MARX, K. ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2006.

MARAÑÓN, B. Hacia el horizonte alternativo de los discursos y prácticas de resistencias descoloniales. Notas sobre la solidaridad económica em el Buen Vivir. In: MARAÑÓN, B. et al. (org.). **Solidaridad económica y potencialidades de transformación en América Latina**: una perspectiva. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2012.

MÉSZÁROS, I. **Para além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2006.

NEVES, D. P. Os ribeirinhos-agricultores de várzea: formas de enquadramento institucional. **Revista Novos Cadernos NAEA**, v. 12, nº 1, jun. 2009.

POMPEU, J. C. W. **Saberes do trabalho e formação de identidade de pescadores artesanais no município de Cametá-PA**. 2017. 337f. Dissertação (Mestrado em Educação e Cultura) – UFPA, Cametá.

RODRIGUES, D. S. A integração saberes e conhecimentos escolares em processos formativos de trabalhadoras e trabalhadores em/a partir do contexto amazônico paraense. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 7, nº 12, 2020.

RODRIGUES, D. S. **Saberes sociais e luta de classes**: um estudo a partir da Colônia de Pescadores Artesanais Z-16 Cametá/ Pará. 2012. 337f. Tese (Doutorado em Educação) – UFPA, Belém.

RODRIGUES, D. S.; CASTRO, O. L. Martins de. Tecnologias de produção da vida: saberes do trabalho da pesca em comunidades ribeirinhas. In: ALVES, A. E. S.; TIRIBA, L. (org.). **Cios da terra**: sobre trabalho, cultura, produção de saberes e educação do campo. Uberlândia, MG: Navegando, 2022.

SAITO, K. **O Ecosocialismo de Karl Marx**. São Paulo: Boitempo, 2021.

SANTOS, M. **Território, Territórios**. Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense/Associação dos Geógrafos Brasileiros, Niterói, 2002.

SANTOS, M. O. **Memórias do trabalho familiar em casas de farinha**: transformação dos modos de vida de homens e mulheres do campo. 2021. 241f. Tese (Doutorado Memória: Linguagem e Sociedade) – UESB, Vitória da Conquista.

SÈVE, L. A Personalidade em Gestação. In: SILVEIRA, P.; DORAY, B. **Elementos para uma teoria marxista da subjetividade**. São Paulo: Vértice, 1989.

SOUZA, W. K. A. **Trabalho-Educação, Economia e Cultura em Povos e Comunidades Tradicionais**: A (Re)Afirmação de Modos de Vida como Forma de Resistência. 2020. 222f. Tese (Doutorado em Educação) – UFF, Niterói.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, E. P.. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. Tradução: Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TIRIBA, L.; FISCHER, M. C. B. Espaços/tempos milenares dos povos e comunidades tradicionais: notas de pesquisa sobre economia, cultura e produção de saberes. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 24, nº 56, maio/ago. 2015. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/2440/1706>. Acesso em 24 de julho de 2022.

ZUKER, F. Ampliação da Hidrovia Araguaia-Tocantins ameaça ribeirinhos. In: **Amazônia Real**. 2019. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/ampliacao-da-hidrovia-araguaia-tocantins-ameaca-ribeirinhos/>. Acesso em 21 de julho de 2022.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E OUTROS MODOS DE VIDA¹

Marcela de Marco Sobral²
Mauro Guimarães³
Ana Moura Arroz⁴

Resumo

A partir da crise civilizatória resultante de um modo de produção que demonstra sua insustentabilidade socioambiental, propomos refletir sobre a formação de educadores ambientais que estejam aptos a contribuir na transformação dessa realidade. Acreditamos na necessária radicalidade do ambiente educativo para a formação desse Educador, portanto, baseado na proposta formativa da “ComVivência Pedagógica”, buscamos investigar as possibilidades imersivas em comunidades intencionais (alternativas) como ambiente educativo propício.

Palavras chaves: Educação Ambiental Crítica; Formação de educadores; ComVivência Pedagógica.

EDUCACIÓN AMBIENTAL Y OTROS ESTILOS DE VIDA

Resumen

A partir de la crisis civilizatoria producto de un modo de producción que demuestra su insostenibilidad socioambiental, proponemos reflexionar sobre la formación de educadores ambientales que sean capaces de contribuir a la transformación de esta realidad. Creemos en la radicalidad necesaria del ambiente educativo para la formación de este Educador, por eso, a partir de la propuesta formativa de la “ComVivência Pedagógica”, buscamos investigar las posibilidades imersivas en comunidades intencionales (alternativas) como ambiente educativo propicio.

Palabras clave: Educación Ambiental Crítica; Formación de educadores; ComVivencia Pedagógica

ENVIRONMENTAL EDUCATION AND OTHER LIFESTYLES

Abstract

From the civilizational crisis resulting from a mode of production that demonstrates its socio-environmental unsustainability, we propose to reflect on the training of environmental educators who are able to contribute to the transformation of this reality. We believe in the necessary radicality of the educational environment for the formation of this Educator, therefore, based on the formative proposal of the “ComVivência Pedagógica”, we seek to investigate the immersive possibilities in intentional communities (alternatives) as a conducive educational environment.

Keywords: Critical Environmental Education; Educator training; ComVivência Pedagógica

¹ Artigo recebido em 29/07/2022. Primeira avaliação em 30/07/2022. Segunda avaliação em 17/08/2022. Aprovado em 13/09/2022. Publicado em 10/11/2022.

DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v20i43.55413>.

² Doutora em Educação pela UFRRJ, consultora independente. E-mail: marcelasobral@gmail.com.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6687068379557223>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0695-1272>.

³ Doutor em Ciências Sociais pela UFRRJ; Professor Associado da UFRRJ.

E-mail: guimamauro@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5382444630321221>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4158-313X>.

⁴ Doutora em Psicologia pela Universidade dos Açores. Professora Auxiliar do Departamento de Psicologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Integrante dos centros de investigação GBA - Grupo da Biodiversidade dos Açores (www.gba.uac.pt) e cE3c – Centre for Ecology, Evolution and Environmental Changes. <http://ce3c.ciencias.ulisboa.pt/team/IERS>.

E-mail: ana.mm.arroz@uac.pt. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8279-4470>.

Introdução

O isolamento social imposto pelo advento da pandemia do COVID-19 tornou ainda mais evidente o atual momento de incertezas que vivemos e as incongruências do atual paradigma da humanidade. A crise em que já estávamos foi amplificada e requer reflexões mais profundas sobre o nosso modelo de sociedade. Em diferentes dimensões temos sofrido impactos, e os problemas ambientais, econômicos, políticos, tecnológicos, institucionais e educacionais tem tornado ainda mais visíveis a incapacidade dos seres humanos diante do pensamento e realidade que reina na nossa estrutura social.

Uma estrutura pavimentada sobre uma base estruturante filosófica, psicológica, existencial, cultural e espiritual que vem orientando histórica e progressivamente o sistema pelo qual a sociedade humana se organiza no planeta Terra e condiciona as relações com a natureza, com as outras espécies, com os outros seres humanos em suas variadas esferas compartilhadas. Ou seja, o paradigma comum em que estamos mergulhados, uma propriedade coletiva da humanidade ocidental (Kuhn apud BOEIRA; KOSLOWSKI, 2009).

A noção fundamental de paradigma, desenvolvida por Kuhn (idem), tem valor pela grande contribuição de ter evidenciado um pano de fundo coletivo que embora oculto, determina os pressupostos e os postulados científicos. Este conceito central foi utilizado na compreensão da sociedade, confirmando que há um campo subjacente aos saberes coletivos, que comandam e controlam os esquemas do pensamento social, das crenças e que tem uma imensa força e domínio sobre as teorias e compreensão de determinada sociedade, ao mesmo tempo em que é difuso, porque permeia todo o tecido social, por meio de diversos sentidos, não identificáveis, vagos, mas que gera a adesão (até inconsciente) a uma determinada visão de mundo (PELEGRINI, 2012).

Esta compreensão é importante, porque um dos maiores problemas da humanidade tem sido o de lidar com a crise ecológica, no fundo, uma crise paradigmática em que o desafio é desconstruir e superar os modelos vigentes (GUIMARÃES, 2004, 2011). Porém, a possibilidade real de que nossos governantes levem a sério a crise civilizatória e ajam firmemente para alterar esse rumo é pouco ou quase inexistente.

Uma crise que funciona na lógica da imposição do sistema sobre o ambiente, da acumulação do capital em um modo de produção e consumo crescente, baseada na dominação e exploração socioambiental, alimentada por uma racionalidade moderna, instrumental e condicionada por uma mais-valia global (SOUZA SANTOS, 2002). O problema é que esse contexto opera uma naturalização de suas consequências no indivíduo, onde a maior parte dos seres humanos, não está ciente ou pensa ser normal as externalidades do capitalismo, tornando-se, agentes e vítimas dessa crise, em seu próprio cotidiano (NEPOMUCENO, 2015).

Encontramo-nos nos limites da sociedade atual, porque vivemos em um modelo de organização social que vem sendo criado ao longo da nossa história, fruto do aprendizado cultural de centenas de gerações anteriores, com suas práticas, crenças, valores e utopias pregressas. Se por um lado, esse modelo permitiu que sobrevivêssemos e nos tornássemos dominantes enquanto espécie, construímos sociedades baseadas na exploração e na submissão de quem tem “menos valor” (classes subalternas, populações marginais, outros modos de vida e natureza). Coloca-se assim uma noção de importância hierárquica, determinada pelo antropocentrismo e sua constelação de poder, dinheiro, estrato social, genitália, cor da pele, e tradições ditas “primitivas”, às custas da subordinação das culturas outras e dos demais seres vivos, alçando a modernidade (a cultura ocidental) como modelo hegemônico que se projeta ao suposto altar dos seres representantes do mundo globalizado.

Como se vê atualmente, as práticas humanas estão fundamentadas, cada uma, num imaginário que despreza a diversidade, e que, constitui e reproduz o paradigma da sociedade, nos diferentes ambientes e circunstâncias. Um imaginário que se manifesta também na escola e nos diversos ambientes educativos. Daí que, fomentar processos criticamente efetivos para que os paradigmas sejam transcendidos e superados é um papel importante a ser considerado para a Educação e a Educação Ambiental (EA).

As mudanças climáticas que despontam como um espelho da crise civilizatória, reforçam a necessidade de se ter em conta, nas reflexões sobre a Educação, as amarras do paradigma que nos envolve, visando contribuir na formação de seres sociais que possam transcender os limites estruturais e condicionadores do pensamento coletivo e individual.

Desde a ECO-92 o movimento ambientalista se enraizou e se expandiu no Brasil, e a EA, ganhou mais fôlego e embora sem muito apoio político, se instaurou nos recantos do país. Sem nenhuma pretensão de resgatar a sua trajetória histórica ou as suas vertentes, já tão bem relatada por outros autores (LAYRARGUES; LIMA, 2011; SAUVÉ, 2005; SORRENTINO, 2000) cabe aqui nesse contexto, ajudar a refletir em como repensar a formação de educadores que, muitas vezes não tem formação em educação ambiental, para torná-la mais efetiva na formação do cidadão.

Não se trata apenas de estabelecer novos métodos, pedagogicidades ou de se enfrontar criticamente nos debates culturais para a superação das falhas e despreparos dos educadores. O que inquieta é que a EA, vem hegemonicamente também se limitando pelo paradigma vigente e pela mentalidade colonial que orienta a sociedade atual.

Apesar de fazer confrontos políticos, econômicos e sociais, a criticidade de uma EA, pode estar contida no campo de uma intelectualidade e racionalidade hegemônica e ter dificuldade em se converter em práxis, ou seja, mesmo com toda a contraposição ao sistema e o esforço em superar as contradições, ao possuir como parâmetro o paradigma atual condicionante mantém como origem de seu ponto de vista crítico, a referência materialista e dicotômica, que se traduz nas relações sujeito-objeto; humano-natureza; eu-outro (TARNAS, 2009), desconsiderando outras perspectivas.

O educador, Ser mais ambiental

Uma abordagem crítica da EA reflete-se em uma prática coerente com o discurso crítico e que busque superar as limitações do paradigma vigente. Para isso, o educador ambiental tem uma importância crucial, pois é a sua atuação pedagógica que demarcará os limites e as possibilidades de fomentar a reflexão dos alunos e educandos.

Atuar como educador ambiental não é apenas transmitir conhecimentos, informações ou procedimentos que possam colaborar na preservação ambiental e com isso transformar o comportamento de cada indivíduo. Esta perspectiva é discutida entre os vários autores da EA como sendo conservadora, justamente porque se limita em transitar pela esfera privada da vida, sob a égide privatista do

modelo capitalista neoliberal vigente, sem propor reflexões que ampliem para a esfera pública (estruturada pelas relações de poder de dominação e exploração) a compreensão que corrobore em processos de transformação social. Ou seja, pela falta da criticidade disruptiva “ajusta-se à reprodução do status quo” (GUIMARÃES, 2004, p. 20) mantendo uma visão conservadora para realizar educação ambiental.

Os atos educativos e seus processos dependem de um educador, daquele que media processos capazes de fomentar o aprendizado pelo sujeito (educando). Na EA, esse educador precisaria ter feito um percurso de ação que o tenha formado com as habilidades, reflexões e, principalmente, convicções necessárias a fomentar transformações desejadas em termos de sociedade e paradigmas existentes.

A questão é que estes elementos não são claros, já que se constroem subjetivamente, e não a partir de conteúdo(s) determinado(s) ou processos mensuráveis, controláveis, técnicos ou procedimentais acerca do meio ambiente. Contudo, a premissa de que o educador ambiental é uma figura-chave como mediador no processo educativo em prol de uma sociedade melhor, mais equânime, ultrapassa em muito a lógica ao qual nos debatemos, porque exige ampliar os pressupostos atuais da modernidade ao qual estamos submersos e o entrelaçamento das questões socioambientais à uma visão mais complexa, imbricada na teia da vida, cuja ignorância se reflete em diversas facetas e nos desequilíbrios pelos quais passa a sociedade humana.

Na investigação que sustenta este artigo, provocada pelo anseio de atuar e contribuir para um mundo melhor, mais sustentável, coube levantar aspectos embutidos em sujeitos que buscaram viver de forma mais sustentável para perceber se essas experiências poderiam trazer contribuições para a formação de educadores ambientais. Para isso, buscou-se avançar em outras possibilidades e em outras proposições de modos de vida, no intuito de perspectivar como a ação pedagógica do educador ambiental, poderia, de fato, contribuir para uma transição paradigmática na construção de uma outra sociedade mais sustentável.

Cada educador, enquanto sujeito que educa, tem a sua práxis diretamente relacionada às suas características pessoais, determinadas pela sua história de vida, formação institucionais e informais, constructos relacionais, vivências e aprendizados com/na natureza, e as visões de qual mundo “novo”, ou novo paradigma, se quer, se é que se quer. Dessa forma, o educador ambiental seria não somente um representante fiel do que Isabel Carvalho (2004) denomina como

“sujeito ecológico”, mas também um sujeito capaz de planejar processos que influenciem, pela prática educativa, outros seres humanos em uma nova organização e modos de vida.

Parafraseando Paulo Freire, o educador ambiental seria antes de tudo uma liderança, alguém que teve em sua formação a possibilidade de criar a partir de si mesmo a produção e a construção do seu conhecimento (FREIRE, 1987) ou ainda que tenha vivenciado situações e ambientes educativos “impregnado por uma práxis pedagógica que busque a ruptura do pensar e agir hegemônico.” (GUIMARÃES, 2004, p. 26).

Neste sentido, a construção de práticas conscientes, oriundas de reflexão e concretizadas em uma coerência de vida e em seus posicionamentos políticos, sociais, ambientais etc., são em realidade reflexos de toda uma complexidade humana à qual é preciso se ter em conta ao pensar em processos formativos, para compor uma formação/forma de ação. Para que ocorra o impulso a uma possível transformação social pesa também as características do educador e não apenas a quantidade de conteúdos e informações que ele é capaz de organizar ou dinamizar.

Não há regras e nem procedimentos prontos ou fáceis, e nem há que se ter. Na realidade, podemos elaborar parâmetros, reflexões, provocações, procedimentos éticos, nortes, guias de ação e outros, mas ainda assim, pode se questionar se todos estes aparatos pedagógicos, constituídos dentro desse mesmo sistema que queremos transformar e que inconscientemente reproduzimos em nosso dia a dia, possibilitariam desenvolver um pensamento disruptivo, crítico, reflexivo, atuante, interventivo e, principalmente, efetivo para a EA. Para que ela seja realmente emancipatória e transformadora, não só para o educando individualmente, mas no coletivo, afim de reposicionar as bases de nossa sociedade em outras premissas.

Historicamente, a EA crítica é uma abordagem que se diferencia justamente por buscar aprofundar as contradições da sociedade, as relações de poder estruturante de uma realidade desigual (JACOBI, 2005; LIMA, 2009). Enquanto campo de estudo, critica e se contrapõe às tendências conservadoras que muitas vezes individualiza e comportamentaliza o processo pedagógico. Em seus pressupostos estão a reflexão crítica, a emancipação transformadora e a problematização do ambiente, bases de uma práxis que provoque a compreensão e a ruptura de estarmos sendo levados pela correnteza do rio, ao mesmo tempo em

que questiona se seria esse o “caminho único” a seguir, como ilustra a “metáfora do Rio” em Guimarães (2004).

Para tanto, a EA crítica se coloca como uma estratégia que revele as relações de poder e exploração, e fomente criar nexos que permitam a superação do senso comum, sincrético, difuso e reduzido, em prol da racionalidade coerente em tecer a transformação dos sujeitos, pelo discernir da complexidade presente no tecido social. Assim, tem um papel fundamental em estimular inferências (relações complexas) capazes de contextualizar as partes, entre si e com a totalidade, e dessa totalidade com suas partes, num movimento recíproco de ir e vir, uma interação indispensável em relações complexas.

No presente momento, há uma grande importância social e planetária, de que essas inferências ocorram e se consolidem no contexto da humanidade. Entretanto, à parte de serem ainda poucos os educadores ambientais, tendo em vista a dimensão da crise civilizatória, o que temos visto é que mesmo por mais problematizadora e crítica que a EA possa ser, sua prática também não tem efetivado mudanças no rumo em que a sociedade vem tomando ao longo dos tempos. A sensação é similar a de estarmos num trem desgovernado em que os educadores ambientais, embarcados nesse contexto, podem até discernir com nitidez os problemas que causam o descarrilamento, porém não parecem possuir maiores ou menores recursos para atuar, de forma efetiva, a evitar que o trem caia no abismo. Isto porque como educadores e seres sociais que somos, também temos o nosso pensar e fazer, conduzido por este mundo dicotômico, que nos enlaça na “armadilha paradigmática” (GUIMARÃES, 2004).

Neste sentido, a inserção consciente do educador no coletivo, que atua em processos de transformações sociais é essencial, já que transformado pela experientiação pode vislumbrar a construção de novas realidades. Esta relação indivíduo-sociedade é dialética, simbiótica, dialógica e horizontal daí que, pode ser uma trilha a ser traçada para gerar aprendizagens potentes para a transformação da sociedade e dos sujeitos que a compõem, ao torná-la um processo consciente e intencional de cada sujeito.

Esta não é uma tarefa fácil, é hercúlea e não exclusiva de educadores, porém de grande importância, pois fomentar a potencialidade humana e a inteligência (não só a cognitiva), presente em cada ser vivo e também no planeta, para ir além da reflexão crítica e ousar traçar novos caminhos, sobretudo com coerência e com a

convicção de que, se não agirmos conjuntamente como sociedade, numa lógica de cooperação coordenada para sair da crise civilizatória e minimizar as suas consequências, corremos o risco da extinção em várias esferas.

Neste sentido, um dos desafios, refere-se à ampliação de visões de mundo , que superem a racionalidade instrumental e disjuntiva da modernidade, para contemplar outras cosmovisões, epistemologias e a pluralidade de dimensões, no intuito de criar alternativas em como transgredir a hegemonia cultural ocidental que nos condiciona.

De Witt (2013) afirma que construímos uma visão filtrada da realidade pelos nossos sistemas de crenças e valores e isso nos confronta com um desafio na construção de um paradigma planetário sustentável; em como interromper ou desviar a atual forma de estar e agir, totalmente imersa nos parâmetros dados por um sistema capitalista. Para a autora, as visões de mundo perfazem os “sistemas inescapáveis” de interpretação e atuação na realidade, com base em “uma constelação complexa de pressupostos ontológicos, capacidades epistêmicas e éticas e valores estéticos que convergem para organizar dinamicamente uma apreensão sintética do mundo exterior e experiências interiores.” (DE WITT, 2013, p.80).

Fluir rumo a outros componentes pouco valorizados, inclusive na ciência social, que nos constituem e identificam como seres humanos, para que possamos resgatar ou aprender processos que auxiliem a desencaixar o limitado e limitante paradigma em nós mesmos. Afinal, mesmo que pela reflexão crítica o condenemos, ainda assim, estamos presos em suas armadilhas, pois o que caracteriza o paradigma é justamente o fato de estar tão presente que se torna oculto na trama das nossas inconsciências, mas que determina a forma que incidimos no mundo, definindo nossas ações, julgamentos, pensamentos, reflexões, ações, emoções e, obviamente também nas práticas educativas.

Assim, uma proposta de formação educativa que fomente a criação desse educador - sujeito ecológico, precisa desconstruir o caminho “único” criado pela modernidade e suas formas de fazer ciência, trazendo outras perspectivas de compreensão de mundo. Busca-se assim superar as bases deterministas na interlocução com outras cosmovisões e epistemologias, e cuja radicalidade da experiência contribua na formação desses educadores rumo à transição paradigmática.

Ao pensar em quem seria esse sujeito transformado e transformador, que educa, em quais seriam suas bases formativas e visões de mundo, que atua junto aos outros para que sejam atores de uma outra sociedade, nos inspiramos em Carvalho (2004) de que esse educador ambiental precisa estar permeado pelo “sujeito ecológico”, e tornar-se um “ser mais ambiental” (GRANIER, 2017).

Dimensões das comunidades intencionais na conexão com a ComVivência Pedagógica

Tem-se levantado a importância de repensar as intervenções educacionais na EA, discutindo conceitos essenciais em Paulo Freire (FREIRE, 1992, 1987) e da necessidade de estar imerso no contexto, na prática pedagógica, para então poder ousar o “inédito viável” na EA e impregnar suas práticas diárias com significado e sentido.

Os processos formativos em EA tem sido objeto de estudo ao longo do tempo e hoje é uma das linhas de pesquisa do Grupo de Estudos e Pesquisa em EA, Diversidade e Sustentabilidade (GEPEADS) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Para propor formas de romper com a “armadilha paradigmática” na qual os educadores se encontram mergulhados, Guimarães (2004) propôs eixos essenciais ao planejamento de processos formativos e, de lá para cá, o GEPEADS tem produzido trabalhos nesta linha, culminando na proposição teórica e metodológica da ComVivência Pedagógica como provocadora de um processo dinamizador para uma EA efetiva e emancipatória. Esta proposição se imbuí de propiciar uma troca de experiências significativas, pela convivência e pelas vivências, de educadores em formação, em ambientes imersivos, caracterizados por modos de vida por outros referenciais paradigmáticos e epistemológicos, silenciados na hegemonia da modernidade.

A ComVivência Pedagógica se baseia pela possibilidade de educadores, vivenciarem num ambiente educativo, dialético e dialógico, horizontal e amoroso, um processo formativo com vistas a transcender a noção mais material do rumo a uma dimensão mais ampla, a partir da noção de ambiente como movimento complexo e fluído entre ser humano, sociedade e natureza, cujo constante desenvolvimento e transformação, constituiria o pano de fundo, intrínseco e extrínseco dos educadores para tornarem-se atores reais de transformação.

Guimarães (2004) propunha o ambiente educativo como movimento, em um dos dez eixos propostos como necessários na formação de educadores ambientais. Assim, este ambiente educativo teria o papel de provocar, mobilizar e construir uma ativação da consciência sob uma perspectiva diversa da disjuntiva, ao propiciar, em conjunto com outros eixos e princípios, uma experiência significativa fruto de uma perspectiva integrativa, que considere outros espaços, tempos e saberes, com a inclusão de outras epistemologias (FARIA, 2021).

Numa proposta mais recente, a ComVivência Pedagógica que vem sendo construída no âmbito do GEPEADS, o ambiente educativo como eixo, torna-se algo preparado e planejado para catalisar os processos educativos e encontra-se subsidiado por cinco princípios formativos: intencionalidade transformadora, postura conectiva, desestabilização criativa, reflexão crítica e indignação ética; que, em conjunto, potencializariam uma ruptura com as certezas e com a perspectiva disjuntiva, em uma mentalidade que opera comportamentos padronizados e que fragmenta as potencialidades dos seres humanos.

A ComVivência Pedagógica, seria então, uma base para formar coletivamente o educador-sujeito ecológico, em um ambiente educativo intencional, radical, a partir de outras referências, constituindo-se numa imersão de reflexão pela desestabilização interna dada por estes diferentes espaços, para que na ação e reflexão da práxis pedagógica possibilite transformar e ser transformado no intuito de se tornar um Educador “mais ambiental”.

Dessa forma, a ideia do educador como um ser mais ambiental emerge da reciprocidade entre a desconstrução do “caminho único” pelo ser natural que se emancipa, se potencializa e se torna “mais”, se tornando um sujeito mais consciente, inteiro, íntegro e integrado com a multidimensionalidade do mundo (GRANIER, 2017). Este conceito sintetiza a restauração do sujeito na teia complexa da vida, em que as premissas de conexão com o mundo natural, em que o todo é uno (Um), e os outros ritmos, estão contemplados, e na qual pela práxis concretiza a possibilidade de atuar pela Educação, em processos emancipatórios.

Contudo, no sentido de complementar à proposição inicial, em que o ambiente pedagógico é selecionado previamente, reconhecido e preparado como fundante para que ocorra o processo educativo numa ComVivência Pedagógica; na pesquisa que sustenta este artigo, não foi planejada ou organizada uma ação educativa em um ambiente preparado. Outrossim, se priorizou conhecer mais acerca de uma

realidade já existente, o das comunidades intencionais , que assim como outros espaços, cujas diferentes epistemologias estão presentes, foi priorizado a partir do pressuposto de que seria um local onde os sujeitos que ali convergem, estariam mais próximos do “ser mais ambiental”. Esse pressuposto guiou a investigação, na busca de emergir as subjetividades dessas pessoas, a partir de suas próprias percepções sobre aspectos de sua interioridade e das práticas que elegem para colaborar na promoção de seus processos de desenvolvimento pessoal, conquanto serem indivíduos integrados em uma coletividade carregada de propósitos e utopias, e cientes da conexão que vivenciam com os outros e com a natureza; numa perspectiva coletiva, de se estabelecer outras relações, estruturantes de outros modos de vida, em suas formas de produzir, consumir e se relacionar com a Natureza.

A mudança pessoal, a valorização do autoconhecimento, o desenvolvimento espiritual, uma alimentação com base ética, a interioridade, seriam então dimensões essenciais, já constatadas em membros de comunidades intencionais (ROYSEN, 2018) e que poderiam ser também contempladas na trajetória formativa de educadores ambientais.

Estes componentes da interioridade dos sujeitos poderiam ser fomentados para provocar, por uma intencionalidade transformadora, a necessária desestabilização criativa e a reflexão crítica geradoras de uma postura conectiva , consigo e com o todo, capaz de permear o sujeito individual e coletivo, por todos os lados e em todas as direções, para reestruturar conscientemente, novas atitudes e uma nova visão de mundo integrativa , consolidadoras de possibilidades para novos e diversos caminhos.

Outros autores (CARVALHO, 2016; ROYSEN, 2018) já haviam revelado a existência de antecedentes com preocupações ecológicas e ambientais nos comunitários, aquando da decisão de ir morar em uma comunidade intencional, um processo identificado por Borelli (2014) como completamente natural. Porém, o olhar mais apurado sobre estas motivações, revelou que esse “processo natural”, foi resultado de situações desencadeadas por decisões importantes, onde essas pessoas se sentiram numa espécie de encruzilhada, com variados gatilhos, que inflamaram a indignação ética que culminou em edificar uma intencionalidade transformadora de viver com maior coerência com princípios internos e externos. Por

isso, enveredar em alguns elementos das subjetividades dos comunitários, estimulou a reflexão das ausências no espectro da EA.

Convictos de que vale a pena aprofundar-se em sujeitos “mais conscientes” numa perspectiva integral, para que contribuam na caracterização de como se estrutura, interiormente, a indignação e a intencionalidade nos comunitários, pode subsidiar a inclusão de outros elementos no processo formativo do Educador Ambiental. Numa investigação realizada na base de que pessoas que buscam por uma vida mais sustentável, são guiadas muito mais por valores intrínsecos do que extrínsecos (HEDLUND-DE WITT, 2013), que parecem culminar em consciência, numa espécie de “despertar interior” (MARDACHE, 2017).

Nesse despertar interior relacionam-se desde experiências espirituais ou insights obtidos a partir da superação das dificuldades enfrentadas, instigadas por diferentes objetivos nos sujeitos das comunidades, mas com interfaces que suscitam como um potencial para expandir outras dimensões a serem trabalhadas na formação de educadores ambientais.

A investigação mostrou que a escolha em romper e transgredir com a sociedade limitada e renunciar aos seus embustes para ousar construir uma vida mais coerente, equilibrada, com vínculos amorosos, em uma postura conectiva com a natureza, com os outros, com o sagrado e com o todo, juntamente com a indignação ética, consolidou a perspectiva de vivenciar a sustentabilidade e mobilizou diferentes pessoas se deslocarem de cidades para ir viver em uma comunidade intencional (VICDAN; HONG, 2018), num vislumbre significativo de que “um outro modo de vida é possível”, o de uma boa vida.

Aliás, a aposta em um “buen vivir” são dimensões pouco consideradas no alienante modelo hegemônico e tampouco nos processos formativos, contudo, são construções internas importantes e mobilizadoras dos sujeitos, e possivelmente fundantes da tentativa de ser feliz, mas que atualmente se expressa no consumo desenfreado, em um tipo de felicidade externa e egocêntrica, construída pela modernidade.

De certa maneira, a escolha feita nesta investigação, em percorrer um caminho que mergulha no particular, em conhecer aspectos específicos de moradores de comunidades intencionais, pode suscitar críticas, por parecer estar desconectada da visão global que a complexidade ambiental exige. Entretanto, esta particularização em determinadas variáveis da pesquisa, longe de fragmentar o

sujeito pela lógica reducionista ou de considerar que uma parte do ser humano se sobreporia ao ser integral, pretendeu revelar aspectos nem sempre claros ou fáceis de captar em seres humanos, que foram considerados presentes nos comunitários em outros estudos, e que se alinham nas bases da proposta da ComVivência Pedagógica, por parecer estar mais próximo do que seria um Ser Mais Ambiental (GRANIER, 2017).

As experiências nas comunidades intencionais podem ser consideradas pequenas, mas podem nos ensinar práticas divergentes do modelo hegemônico atual, expressadas por sujeitos com uma visão de mundo integrativa (DE WITT, 2013), que buscam criar espaços coerentes, mais condizentes com a realidade complexa planetária, ao inserir na vida cotidiana a necessidade urgente de agir em prol da vida e do planeta. Assim, são experiências que nos remetem à utopia, a um outro paradigma e podem servir, portanto, como uma referência interessante para observar, refletir e transformar o mundo em que vivemos.

As interfaces com uma experiência significativa

As percepções dos comunitários sobre suas próprias vidas, pretendia conhecer suas características e poder captar, sob suas perspectivas, aspectos subjetivos que os orientaram na decisão de ir viver em uma comunidade intencional; a avaliação que fazem da importância dessa experiência em suas vidas, suas causas desencadeadoras, os impactos e as mudanças que obtiveram como resultado desta escolha.

Os estudos focavam nos indivíduos e nas comunidades como unidades de análise e pretendia identificar preditores relacionados aos aspectos pessoais, ao estilo de vida, às práticas realizadas coletivamente e individualmente por seus membros; também avaliar os valores e ideologias presentes, os fatores que impulsionaram/condicionaram a adesão; o cotidiano da comunicação sobre sustentabilidade entre os pares; as mudanças percebidas ao longo dos tempos, entre outras.

Nos indivíduos, a investigação se concentrou em compreender o bem-estar, estilo de vida, satisfação e qualidade de vida; e as percepções das diferentes temáticas que os comunitários têm como prioridade em suas vidas na comunidade intencional, além de buscar compreender melhor quem eram os comunitários: perfil,

níveis de estudo, escolhas alimentares; visões de mundo, sentido da vida, espiritualidade e desenvolvimento interior; afim de detectar determinantes da escolha por este modo de vida e subsidiar reflexões que contribuam no processo formativo de educadores ambientais.

Os resultados apontam que as cosmovisões dos comunitários estão inseridas numa visão de mundo integrativa que considera a multiplicidade da realidade e sua interdependência tanto de fatores extrínsecos, baseados no pensamento cognitivo, racional e científico, como de fatores intrínsecos que percebe e insere o imanente, o divino, as emoções, a espiritualidade (DE WITT, 2013). Uma visão que rompe com a dicotomia e integra o pensamento racional com o sentido de conexão com o cosmos, com a natureza e com o divino, se reconciliando com os todos os seres vivos.

Os investigados também consideram sua vida satisfatória e possuem forte relação com uma espiritualidade elevada, mais personalizada, não dependente de instituições religiosas, caracterizada por englobar primariamente, a dimensão da consciência ecológica e de um poder superior, e a dimensão dos relacionamentos, secundariamente.

Em termos de práticas espirituais, as atividades nas comunidades como a meditação, a contemplação e outras de fruição interior são frequentes, tanto em conjunto como individualmente.

Quanto as motivações que os fizeram optar por viver na comunidade intencional foram elencadas como principais, aspectos relativos à promoção da sustentabilidade e do desenvolvimento pessoal (contemplando desde a alimentação, até ser uma pessoa melhor e mais desenvolvida espiritualmente). Buscar viver próximo à natureza, se relacionar com pessoas convergentes e o pertencimento também foram motivações determinantes. Como causas geradoras para a decisão, apareceram: o sentido de conexão consigo mesmo, a desestabilização por conflitos sociais e ou cognitivos, a necessidade de viver com um disciplinamento ético, (seguir regras ou práticas) e, fazer parte de processos e dinâmicas que propulsionam a transformação social.

Os inquiridos atribuíram uma grande importância à vida comunitária tanto na transformação percebida em suas vidas pessoais, pela oportunidade de autodesenvolvimento e ampliação do sentido de conexão (em quatro dimensões:

capacidades, autoconsciência, habilidades e emoções); como na esfera coletiva, por legitimar a viabilidade de um modelo social alternativo e uma práxis cooperativa.

Estes resultados parecem demonstrar uma possível associação entre a sensibilidade para as causas ambientais e uma postura conectiva, que considera o todo e a espiritualidade. Provavelmente pelo fato de estarem sensíveis a causas ambientais e planetárias.

Foi verificado ainda, que os comunitários vivenciam a espiritualidade de forma intensa no cotidiano. Vale notar que em tais práticas encontram-se atividades que expandem suas percepções sobre si mesmos e sobre os outros, e incluem a meditação, a vida em sintonia com o meio natural e seus ritmos, até a constante necessidade de superação conjunta de desafios, sejam estruturais ou relacionais.

Em suas perspectivas, os comunitários revelam que é no cotidiano da comunidade que se pode criar a coerência entre a teoria e a prática, do interno com o externo, algo que pode ter grande relevância na elaboração de estratégias de EA que cooperem para superar o paradigma disjuntivo.

Em alguma medida os comunitários ousaram, romper com a “armadilha paradigmática” em suas vidas diárias, buscando uma conjugação mais coerente com a complexidade ambiental, seja gerando menos impactos e/ou confiando numa certa Inteligência que subjaz os ritmos e movimentos naturais do planeta.

As pessoas, mesmo quando confrontadoras da realidade, estão limitadas se operarem apenas pelo pensamento racional e crítico, como caminho único de superação. Daí a importância de se considerar outras categorias da transformação interior, como as que vem sendo construídas pelos comunitários nas reciprocidades de suas relações com os outros, com o meio, com os sentidos, com a natureza, com o sagrado e com o todo, em uma dimensão informal, mas sem dúvida, educativa. Uma pretensão presente na proposição da ComVivência Pedagógica, que pode fomentar um salto nos processos formativos ao contemplar o sujeito como ser integral, o coletivo como espaços de crescimento exponencial e a sociedade saudável, utópica, como resultante do “inédito viável” (FREIRE, 1987).

Nepomuceno (2015) afirma a importância de integrar a dimensão da espiritualidade e do sagrado no campo da EA crítica, uma natural vocação espiritual arraigada em uma das origens do ambientalismo, sem com isso abandonar o percurso social, político ou de engajamento que faz parte de seu DNA. Porém, expandir o seu escopo no diálogo crítico com as multidimensionalidades da vida e

da sociedade, sem ingenuidades ou alinhamento conservadores, é afirmar a humanidade presente em nós, como sujeitos, como coletivos e como sociedade. Entretanto, cabe reconhecer que a complexidade ambiental fica facilmente contida na capacidade racional humana condicionada e muitas vezes, desconsidera na prática, a complexidade humana e suas nuances holísticas, subjetivas, criativas, emocionais, espirituais, relacionais etc.

Os resultados demonstraram que muitos dos componentes fundantes da abordagem teórico-metodológica da ComVivência Pedagógica, são elementos ativos na vida dos comunitários e que podem ser potencializados como experiência significativa da comunidade intencional, se coadunando com os princípios formativos e os eixos provocadores desta proposição (FARIA, 2021), para fomentar a formação dos educadores.

As motivações, subjetividades e visão de mundo integrativa, presentes nos comunitários, são consonantes com a intencionalidade transformadora da proposta; que desencadeia uma postura conectiva na constância cotidiana de desestabilização criativa presente na comunidade, aspectos inerentes desta proposição pedagógica. Estes achados não se descolam dos outros dois princípios formativos da ComVivência Pedagógica, o da reflexão crítica e indignação ética, corroborando outros estudos do GEPEADS, em que todos os princípios formativos se inter-relacionam, possuem sinergia e são impulsionadores de uma dinâmica importante na criação do ambiente educativo.

Na perspectiva de transição paradigmática, a radicalidade é também um outro pressuposto dessa proposta teórico-metodológica para a EA. Com base em uma postura aberta e conectiva, comporia o caminho de formação do educador ambiental, ativo socialmente, que se posiciona, ao mesmo tempo, como sujeito a se transformar, e como facilitador da transformação, no outro, para os outros. Para isso, esse sujeito educador mais ambiental, precisa ter passado por experiências e processos que possibilitaram uma construção crítica da realidade; a aquisição de conteúdo, informações, ou métodos de como agir no ambiente; e também ter vivenciado em sua formação situações reais, experiências profundas na natureza, significativas, criadoras de choques de realidade, de outras vivências epistemológicas e outros sentidos.

Para contribuir na transformação das práticas educativas que estão na base da nossa sociedade, precisamos ampliar a percepção das ciências sociais e

considerar o sujeito multifacetado, não só como parte (de uma comunidade ou de uma sociedade), mas como um ser inteiro e integrado num todo que está intrinsecamente relacionado com tudo e todos, se opondo à atual perspectiva cartesiana.

Nos comunitários desse estudo, este ambiente coletivo, de relações mais próximas, imbuídas de ações e propósitos, tem sido altamente impactante em suas vidas, e os tem transformado enquanto os possibilita viver de forma mais sustentável, exaltando a potência presente da reflexão em consonância com a ação sobre o mundo, afirmada em Freire (1992), e com intencionalidade para a sua transformação.

A experiência significativa de uma comunidade intencional não só incentiva a refletir com criticidades sobre o mundo em que vive, seu contexto social, os interesses dominantes, as forças de poder, a realidade presente etc., como traz sentido e significado construídos nos momentos vividos por meio das relações, afetos, laços solidários, empatia, amor e conexão.

Por todos estes elementos, considera-se que as comunidades intencionais são um ambiente educativo profícuo, onde se concretizam utopias, e relações humanas, cuja práxis no meio ambiente se estabelece, numa força conjunta e criativa inerente a estes pequenos grupos ausentes (SOUZA SANTOS, 2002), mas se ancoram na simplicidade voluntária, na renúncia com o estabelecido e na ruptura com o paradigma disjuntivo.

Ao estabelecer convergências da relação da comunidade intencional com a proposição teórico-metodológica da ComVivência Pedagógica, buscou-se representar as potencialidades das inter-relações entre os elementos constituintes dos princípios formativos e a experiência significativa, para os sujeitos, pela vivência em uma comunidade intencional sustentável e utópica.

Assim, as características inerentes ao ambiente educativo que foram identificadas na revisão sistemática, vinculam-se às categorias dos eixos provocadores (FARIA, 2021) e permeia o cotidiano das comunidades intencionais em diversas interfaces: na ruptura com a modernidade e seu modelo paradigmático, no reencontro com a natureza, nas dinâmicas diversas do espaço e suas temporalidades, no sentimento de pertencimento, na construção de sentidos, no choque de realidade, no conhecimento intuitivo e com o estabelecimento de relações

outras. Eixos estes, importantes a serem contemplados para ampliar as dimensões usuais encontradas nos processos formativos da EA.

De forma inversa às outras investigações acerca da ComVivência Pedagógica em curso no GEPEADS, este trabalho se baseia a partir da conjectura de que nas comunidades intencionais, está potencialmente presente um “ser mais ambiental” e que estas já teriam sido iniciadas (ou fundadas) como locais disruptivos e decoloniais (apesar de estarem mais presentes no Hemisfério Norte).

Nestas comunidades intencionais há uma própria dinâmica, mobilizadora, inclusive, de processos educativos estruturados como o Gaia Education, por exemplo, o que não anula o seu perfil de ambiente educativo, como conceituado na ComVivência Pedagógica, pois são espaços carregados de significados diferenciados e epistemológicos, capazes de gerar experiências significativas, também para educadores ambientais em formação, que possam se inspirar nessas comunidades como laboratórios de novas relações de um porvir.

Considerações Possíveis

Uma das principais motivações para elaboração deste estudo perpassou pelo intuito de investigar o que leva determinados grupos de pessoas a mudar seu estilo de vida, a ponto de se afastar do paradigma hegemônico e viver em comunidades intencionais. Ressalva-se a importância das referências ao modo de vida das populações tradicionais originárias, que baseadas em outras formas de relação entre humanos, sociedade e natureza, relações mais integrativas e equilibradas que se sustentam a milhares de anos, inspiram e influenciam a constituição de comunidades intencionais.

A relevância desse tema pode ser percebida em diversas áreas, entretanto destacam-se algumas, pensando do ponto de vista tanto acadêmico como social. O primeiro se relaciona ao fato de que as pesquisas em torno de comunidades intencionais são raras no mundo e mais ainda em nosso país. O segundo é a possibilidade de compreender como moradores destas comunidades estruturam suas vidas e se, em seus cotidianos, há indícios que possam repercutir na construção de um modo de vida que possa referenciar a construção de relações socioambientalmente sustentável. Outro ponto é que se por um lado, essa investigação não pretende dar uma visão completa sobre todas as práticas

subjetivas comunitárias existentes, a análise parcial feita da realidade do público-alvo desse estudo pode vir a ampliar o conhecimento atualmente existente, sobre os comunitários, sobre ser sustentável e possíveis implicações educativas, assim como sugerir questionamentos para novas investigações.

Nesse cenário, é interessante observar que a vida nas comunidades oferece vários atrativos para os sujeitos que procuram maior proximidade com a natureza e o menor impacto ao ambiente, o que inclui a produção orgânica de alimentos e de outros itens necessários, geração de energias por sistemas renováveis, partilha de bens comuns e ter hábitos mais saudáveis. Assim, as comunidades intencionais se sobressaem no quesito sustentabilidade.

A possibilidade de entrelaçar objetivos comuns no próprio cotidiano, adicionados por afetos, aprendizados, outros sistemas de governança comunitária participativas que considera as afinidades (a sociocracia ou decisões por consenso ou consentimento, por exemplo) e a espiritualidade, enquanto se atua objetivamente para minimizar o impacto de suas próprias ações no mundo são alguns dos aspectos visíveis no estudo realizado.

A maneira como as comunidades se organizam e se autogovernam, a partir de afinidades culturais, éticas, crenças, práticas espirituais, ideologias, utopias e senso de lugar, as distanciam do mainstream e coloca seus membros em maior conexão consigo mesmos, e com os outros, minimizando a individuação e aumentando o compromisso coletivo com o todo. Assim, o 'sentido de vida' compartilhado é algo que poderia ser potencializado em iniciativas de EA.

O “bem viver” é também um aspecto importante expressado no alto nível obtido de satisfação com a vida, manifestado na simplicidade das inter-relações com os outros seres e com a natureza, a partir de uma cosmovisão de interdependência com a Terra, Gaia. Uma conexão com o senso de lugar, que valoriza a sabedoria ancestral, a solidariedade, a harmonia e o desenvolvimento pessoal, propiciando uma vida plena e inovadora rumo à autossuficiência e sustentabilidade, que rejeita a perspectiva do planeta como sinônimo de mercadoria.

A possibilidade de expressar outra cosmovisão no cotidiano é um aspecto interessante que os moradores de comunidades intencionais têm vivenciado, ainda que ocultos e silenciados pelo sistema, as suas práticas procuram transcender o que a humanidade moderna e pós-moderna, têm feito até agora. Afinal, a leitura de mundo a partir de uma única cosmovisão, materialista, é inconsistente e se

caracteriza pela inconsciência de seguirmos o “caminho único” sem perceber que estamos totalmente imbricados nesse paradigma, o que limita nossas ações, pensamentos e sentimentos por estarmos contaminados/inseridos/imersos inconscientemente nesta mesma visão de mundo hegemônica que partilhamos.

Neste sentido, a expectativa utópica e a ação cotidiana dos comunitários pode nos dar pistas e trazer à luz outras referências, daí que descobrir/inventar/criar/innovar com outros modelos é essencial, pois instiga outros fazeres e inspira um outro mundo possível, manifestando a utopia no cotidiano em relações desafiadoras, mas que visam união, respeito, empatia, amor, pertencimento, nas quais a espiritualidade e o autoconhecimento são elementos cruciais. Ou seja, as comunidades intencionais articulam um leque de práticas sustentáveis com o desenvolvimento pessoal afetando positivamente a qualidade de vida de todos eles, seja no bem-estar ou nas relações sociais.

Vivenciar o cotidiano de uma comunidade assim é uma experiência não só alternativa, mas criativa, na busca e encontro com outros referenciais, mais humanos, para se relacionar com a realidade mundial. Por isso, é constituição embrionária de um novo modo de organização social em seu modo de produção, consumo e relações com o outro: humano, seres vivos e natureza. Daí que inquirir e conhecer mais estes sujeitos, pode ser de grande interesse para pensar a formação de sujeitos educativos.

Há ainda que se valorar o papel da meditação, por ter se destacado como prática importante dos investigados. A meditação propicia a expansão da mente na conexão com todos os seres e pode colaborar na superação da armadilha paradigmática, especialmente no desenvolvimento da postura conectiva, por possuir como horizonte o reconhecimento do significado existencial e de direito à vida em todos os representantes encontrados no Universo, podendo vir a ser também uma prática fundamental na elaboração de propostas pedagógicas.

Aqui entrelaçamos o que está sendo desenvolvido e denominado por ComVivência Pedagógica, que tem o intuito de formar educadores ambientais numa perspectiva mais radical; em dois movimentos: reflexão (teoria) e imersão (prática); em ambiente significativo, educativo, intencional, com base em outras epistemologias, temporalidade, espaços e dinamizado por princípios formativos provocadores para a formação de um Educador Ambiental transformado e transformador.

Dessa forma, os resultados obtidos podem colaborar na reflexão sobre a práxis dos educadores, possibilitando uma qualificação dos processos formativos em EA e propiciando o fomento a novos estudos científicos na área. Pode também, em longo prazo, subsidiar a concepção, elaboração e implementação de políticas públicas, considerando que a EA pode se revelar como possibilidade real no desenho de um novo modelo de relações sociopolíticas e econômicas (impacto social e cultural), já que o esgotamento planetário é eminente e a necessidade de inovação para superação desses problemas deve ser prioritário.

Sob a égide dos princípios formativos da ComVivência Pedagógica, analisamos que a comunidade intencional pode ser um exemplo do que se denomina “experiência significativa”, pois opera com o princípio da desestabilização criativa, oriunda da tentativa de romper com a “armadilha paradigmática”, impulsionada por motivações diversas de uma indignação ética, geradora da intencionalidade transformadora.

Neste sentido, a experiência em uma comunidade pode proporcionar uma experiência imersiva aos educadores e estimular uma postura conectiva, de conexão consigo mesmo, com os outros, com a natureza e o sagrado, potencializando outras dimensões do sujeito, em uma visão de mundo integrativa, superadora do padrão dominante, (estritamente focado no científico-racional cujo cérebro é na realidade, o centro de poder) que inclui fatores subjetivos, espirituais, de bem-estar e desenvolvimento pessoal e coletivo como referenciais importantes de processos formativos. E assim, contribuir para romper com as barreiras inconscientes, subjetivas e objetivas, da “armadilha paradigmática”; a partir do “reencontro com o natural”, base da Convivência Pedagógica.

Concluindo, os resultados encontrados podem ser pertinentes para pensar percursos educativos em formação de educadores ambientais, pois os comunitários ao viverem de forma alternativa, em harmonia com a natureza, a partir de ideologias próprias, rompem com o paradigma hegemônico, possibilitando novas referências de um ambiente educativo propício a uma experiência imersiva significativa. Espera-se que essas observações possam contribuir e potencializar a formação de educadores que sejam em sua radicalidade, dinamizadores de uma Educação Ambiental crítica, efetiva, transformadora e emancipatória.

Referências

BOEIRA, S. L.; KOSLOWSKI, A. A. Paradigma e Disciplina nas Perspectivas de Kuhn e Morin. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, v. 6, nº 1, 2 julho de 2009.

BORELLI, F. C. **Consumo responsável sob a perspectiva prático-teórica: Um estudo etnográfico em uma ecovila**. 2014. 244f. Tese (Doutorado em Administração) – UFRJ, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/41/teses/813514.pdf>.

BRAGA, G. B.; FIÚZA, A. L. C.; REMOALDO, P. C. A.. O conceito de modo de vida: entre traduções, definições e discussões. **Sociologias**, v. 19 nº 45, May-Aug, 2017.

CARVALHO, F. F. de. **Eros e comunidade: uma investigação etnográfica sobre o amor livre como ordem social confluyente na ecovila de Tamera em Portugal**. 2016. 269f. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) - UFRJ, Rio de Janeiro. Disponível em: http://pos.eicos.psicologia.ufrj.br/wp-content/uploads/2016_MEST_Filipe_Freitas_de_Carvalho.pdf.

CARVALHO, I. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo, SP: Cortez Editora, 2004.

DE WITT, A. **Worldviews and the transformation to sustainable societies**. An exploration of the cultural and psychological dimensions of our global environmental challenges. 2013. 364f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Utrecht University, Holanda.

FARIA, J. de S. **Pesquisa-formação em Educação Ambiental on-line: experiências e saberes em rede**. 2021. 211f. Tese (Doutorado em Educação) – UFRRJ, Seropédica.

FERREIRA, H. S. **A formação de educadores ambientais na “ComVivência” pedagógica com os saberes da terra**. 2016. 143f. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFRRJ, Seropédica.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: Um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. Disponível em: <https://cpers.com.br/wp-content/uploads/2019/09/10.-Pedagogia-da-Esperan%C3%A7a.pdf>.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 23ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Disponível em: <https://cpers.com.br/wp-content/uploads/2019/10/Pedagogia-do-Oprimido-Paulo-Freire.pdf>.

GRANIER, N. B. **A construção de ambientes educativos e dos princípios formativos de educadores ambientais na proposta da “ComVivência Pedagógica”**. 2022. 273f. Tese (Doutorado em Educação) - UFRRJ, Seropédica.

GRANIER, N. B. **Experiências de “ComVivência Pedagógica” a partir de outras epistemologias em processos formativos de educadores ambientais**. 2017. 167f. Dissertação (Mestrado em Educação) - UFRRJ, Seropédica.

GUIMARÃES, M. **A Formação de Educadores Ambientais**. Campinas, SP: Papirus, 2004.

GUIMARÃES, M. **Caminhos da educação ambiental: da forma a ação**. Campinas, SP: Papirus, 2011.

GUIMARÃES, M; MEDEIROS, H. Q. de. Outras epistemologias em Educação Ambiental: o que aprender com os saberes tradicionais dos povos indígenas. **REMEA** - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, edição especial, julho de 2016.

HEDLUND-DE WITT, A. Pathways to Environmental Responsibility: A Qualitative Exploration of the Spiritual Dimension of Nature Experience. **Journal for the Study of Religion, Nature and Culture**, v. 7, nº 2, 8 de agosto de 2013.

JACOBI, P. R. Educação ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. **Educação e Pesquisa**, v. 31, nº 2, agosto de 2005.

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. da C. Mapeando as macro-tendências político-pedagógicas da Educação Ambiental contemporânea no Brasil. In: **VI ENCONTRO “PESQUISA EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL”**, set. 2011. Ribeirão Preto.

LITFIN, K. Reinventing the Future: The Global Ecovillage Movement as a Holistic KnowledgeCommunity. In: **ENVIRONMENTAL GOVERNANCE: KNOWLEDGE AND POWER IN A LOCAL-GLOBAL WORLD**, Routledge, 2009.

LIMA, G. F. da C. Educação ambiental crítica: do socioambientalismo às sociedades sustentáveis. **Educação e Pesquisa**, v. 35, nº 1, abril de 2009.

MARDACHE, A. C. Intentional Communities in Romania. Precursor stage of community integration. **Bulletin of the Transilvania University of Braşov, Social Sciences**. v. 10 (59), nº 2, 2017.

NEPOMUCENO, T. C. **Educação ambiental & espiritualidade laica: horizontes de um diálogo iniciático**. Texto – Universidade de São Paulo, 2015. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-01072015-101326/>. Acesso em 1 de abril de 2021.

PELEGRINI, D. F. Sobre o conceito de paradigma no conceito de Edgar Morin. **Revista Triângulo**. v. 5, nº 1, junho de 2012.

ROYSEN, R. **Desenvolvimento e difusão de práticas sociais sustentáveis no nicho das ecovilas no Brasil: o papel das relações sociais e dos elementos das práticas**. 2018. 209f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – UNB,

Brasília. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/32820>. Acesso em 1 de outubro de 2020.

SANTOS, D. G. G. dos. **A relação entre o sentimento de pertencimento e a Educação Ambiental**. 2018. 122f. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFRRJ, Seropédica.

SARKAR, P. R. **Neo-humanismo**: ecologia, espiritualidade e expansão mental. Porto Alegre: Publicações Ananda Marga, 2001.

SAUVÉ, L. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. SATO, M.; CARVALHO, I. C. de M (Orgs.). **Educação ambiental**: pesquisa e desafios. 1ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SCHIFFER, S. J. “Glocalized” Utopia, Community-Building, and the Limits of Imagination. **Utopian Studies**, v. 29, nº 1, 2018.

SOBRAL, M. de M. **Comunidades Intencionais**: experiências significativas na relação com a ComVivência Pedagógica. 2021. 275f. Tese (Doutorado em Educação) – UFRRJ, Seropédica.

SORRENTINO, M. **De Tbilisi a Thessaloniki**: a educação ambiental no Brasil. Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente, 2000. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001173362>. Acesso em 11 de maio 2020.

SOUZA SANTOS, B. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 63, 1 de agosto de 2002.

TARNAS, R. **Cosmos y Psique**. Indicios para una nueva visión del mundo. [S. l.]: Atalanta Editorial, 2009.

VICDAN, H.; HONG, S. Enrollment of space into the network of sustainability. **Marketing Theory**, v. 18, nº 2, junho de 2018.

MERCANTILIZAÇÃO DA NATUREZA E ACUMULAÇÃO CAPITALISTA: O LICENCIAMENTO AMBIENTAL EM MINAS GERAIS¹

Gustavo Soares Iorio²
Lucas Magno³
Guilherme Barbosa de Faria Umbuzeiro⁴

Resumo

As recentes alterações no processo de licenciamento ambiental no estado de Minas Gerais chamam a atenção, dado o contraste com as recentes tragédias socioambientais que assolaram o estado. Neste texto, buscamos entender como as mudanças no marco regulatório ambiental (Lei nº. 21.972/16, os Decretos Estaduais nº 46.953/16 e nº 47.042/16 e a Deliberação Normativa (DN) nº 217/17 do Conselho Estadual de Política Ambiental [COPAM]) ensejaram formas mais intensas de apropriação da natureza no processo de acumulação capitalista.

Palavras-chave: Política ambiental; Licenciamento Ambiental; Minas Gerais; Mercantilização; Natureza.

MERCANTILIZACIÓN DE LA NATURALEZA Y ACUMULACIÓN CAPITALISTA: EL LICENCIAMIENTO AMBIENTAL EN MINAS GERAIS

Resumen

Los cambios recientes en el proceso de licenciamiento ambiental en el estado de Minas Gerais llaman la atención, dado el contraste con las recientes tragedias socioambientales que asolaron el estado. En este texto, buscamos comprender cómo los cambios en el marco normativo ambiental (Ley Nº 21.972/16, Decretos Estatales Nº 46.953/16 y Nº 47.042/16 y Deliberación Normativa (DN) nº 217/17 COPAM]) dieron lugar a formas más intensas de apropiación de la naturaleza en el proceso de acumulación capitalista.

Palabras-clave: Política de medio ambiente; Licenciamiento Ambiental; Minas Gerais; Mercantilización; Naturaleza.

COMMODIFICATION OF NATURE AND CAPITALIST ACCUMULATION: ENVIRONMENTAL LICENSING IN MINAS GERAIS

Abstract

Recent changes in the environmental licensing process in the state of Minas Gerais draw attention, given the contrast with the recent socio-environmental tragedies that devastated the state. In this text, we seek to understand how changes in the environmental regulatory framework (Law No. 21,972/16, State Decrees No. 46,953/16 and No. 47,042/16 and Normative Deliberation (DN) nº 217/17 COPAM]) gave rise to more intense forms of appropriation of nature in the process of capitalist accumulation.

Keywords: Environmental policy; Environmental Licensing; Minas Gerais; Commodification; Nature.

¹ Artigo recebido em 29/04/2022. Primeira avaliação em 28/06/2022. Segunda avaliação em 17/07/2022. Aprovado em 23/09/2022. Publicado em 10/11/2022.

DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v20i43.54260>.

² Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Viçosa. E-mail: iorio@ufv.br.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0977036613684187>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0079-9647>.

³ Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor do Núcleo de Ciências Humanas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (IF Sudeste MG - campus Muriaé) e do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Viçosa (PPGeo/UFV). E-mail: lucas.magno@ifsudestemg.edu.br.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5483158857821393>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8799-4113>.

⁴ Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Viçosa.

E-mail: gbarbosa909@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8907779277846184>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7009-5912>.

Introdução

O estado de Minas Gerais sofreu nos últimos anos uma significativa reestruturação do seu processo de licenciamento ambiental. Ao contrário do que se poderia pensar, frente aos escandalosos desastres dos rompimentos de barragens da Samarco (2014) e Vale S.A. (2019), ao invés de fortalecer o controle público e estatal sobre os empreendimentos e seus impactos, o que se fez foi exatamente o oposto, como pretendemos demonstrar nesse artigo.

O licenciamento ambiental é um dos instrumentos através dos quais está normatizada no campo jurídico a relação entre natureza e o processo econômico de acumulação do capital. Por isso de sua extrema relevância, em particular em um país marcado por um padrão exportador de especialização produtiva (OSORIO, 2012), como é o caso do Brasil desde a última década do século XX, pautado pelo uso intensivo e extensivo de recursos naturais para produção de *commodities*.

Este texto aborda as recentes alterações no processo de licenciamento ambiental no estado de Minas Gerais. Buscamos entender como as mudanças no marco regulatório ambiental (Lei nº. 21.972/16, os Decretos Estaduais nº 46.953/16 e nº 47.042/16 e a Deliberação Normativa (DN) nº 217/17 do Conselho Estadual de Política Ambiental [COPAM]) ensejaram formas mais intensas de apropriação da natureza no processo de acumulação capitalista.

Na primeira parte do texto, discutimos o papel da natureza no processo de acumulação capitalista do ponto de vista dos regimes de propriedade. Na sequência, contextualizamos a emergência das políticas ambientais, desde a escala global, nacional e estadual para, por fim, analisarmos o processo de licenciamento ambiental em Minas Gerais, revelando alterações e inovações advindas com a publicação da Lei nº 21.972/16, com os Decretos Estaduais nº 46.953/16 e nº 47.042/16 e com a DN do COPAM nº 217/2017. Demonstramos que a sequência de alterações legais e institucionais sofreu forte influência de mineradoras, especialmente da Vale S.A, e reduziu o rigor no processo de licenciamento e diminuiu a capacidade dos órgãos de controle ambiental analisar as condições de elevação de riscos associados a grandes empreendimentos.

Natureza e acumulação capitalista

Para compreendermos o significado das alterações no licenciamento ambiental em Minas Gerais em tela, reivindicamos antes o entendimento de qual é o papel da regulação do uso da natureza no processo geral de acumulação capitalista.

Marx (2013) começa o seu livro de *O Capital* com a já conhecida frase: “A riqueza das sociedades onde reina o modo de produção capitalista aparece como uma enorme coleção de mercadorias” (p. 113). A riqueza na sociedade capitalista é mensurada pela mercadoria que, por sua vez, é dotada de um caráter duplo. Ao mesmo tempo que porta uma utilidade em sua forma (do contrário não poderia ser uma mercadoria de fato), ela porta também um valor, determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário e passível de se converter em um valor de troca.

No modo de produção capitalista, o sentido do processo produtivo não é atender às necessidades através dos valores de uso; mas sim, valorizar o valor, isto é, acumular capital. Neste sentido, do ponto de vista do capital, os valores de uso são o suporte material para a acumulação capitalista, e não uma finalidade em si mesmo (CARCANHOLO, 2021).

A produção e apropriação de mais-valor, finalidade última do capital, só pode ocorrer através do trabalho vivo. A natureza, que entra no processo produtivo enquanto matéria prima, assim como o trabalho morto, não atuam sobre a criação de valor, apenas transferem seus próprios valores às mercadorias. Ou seja, somente a parcela do capital variável cria valor, o que não é possível para a parte constante do capital.

No entanto, disto não se pode concluir que os preços⁵ das matérias-primas extraídas da natureza são irrelevantes para o capitalista, já que estes são guiados pela taxa de lucro. Lucro e mais-valor são a mesma coisa, em níveis de abstrações diferentes. Enquanto a taxa de mais-valor é obtida pela razão entre o mais-valor e o capital variável, a taxa de lucro se alcança pela razão entre o mais-valor e o capital total adiantado⁶ (MARX, 2017). Ao capitalista interessa incrementar sua taxa de lucro,

⁵ Preços e valores são categorias que remetem a níveis de abstrações distintos. Sobre a diferença entre preços e valores ver seção I do Livro III de *O Capital* (MARX, 2017) e Carcanholo (2021).

⁶ “A taxa de mais-valor medida sobre o capital variável chama-se taxa de mais-valor; a taxa de mais-valor medida sobre o capital total chama-se taxa de lucro. Trata-se de duas medições distintas da mesma grandeza, as quais, em decorrência da diversidade dos padrões de medida, expressam simultaneamente proporções ou relações distintas da mesma grandeza.” (MARX, 2017, p. 68).

sua noção mais aparente de riqueza. Deste ponto de vista, o rebaixamento do preço da matéria-prima é fundamental: “Assim, mantendo-se constantes as demais circunstâncias, a taxa de lucro cai e sobe em sentido inverso ao preço da matéria-prima” (*op.cit* p. 136). Visando a potencialização dos lucros, o capital depende do princípio da natureza barata (PATEL; MOORE, 2017).

A apropriação da natureza no processo de produção do capital se dá através de um regime de propriedade privada. A natureza enquanto ativo econômico é irreproduzível, não pode ser produzida pelo próprio trabalho. O proprietário ou a proprietária de um bem natural a ser convertido em recurso econômico, dado seu caráter exclusivo, converte esta condição em um meio de apropriação de valor, categorizado por Marx como a renda da terra (2017)⁷. A renda é a forma pela qual a propriedade do solo se realiza economicamente.

A renda é uma apropriação de valor, que, por sua vez, nunca é demais lembrar, só pode ser produzido pelo trabalho (ANDREUCCI; et al, 2017). Portanto, a renda é uma forma de apropriação e não de produção de valor. Segundo Marx (2017):

Portanto, a propriedade da terra não cria a parcela do valor que se transforma em lucro extra, apenas capacita o proprietário fundiário, o proprietário da queda-d'água, a transferir esse lucro extra do bolso do fabricante para seu próprio bolso. Ela é a causa não da criação desse lucro extra, mas de sua conversão à forma da renda fundiária e, assim, da apropriação dessa parte do lucro ou do preço da mercadoria pelo próprio proprietário fundiário ou proprietário da queda-d'água. (p. 710).

O lucro extra é obtido por uma situação produtiva que faz com que o capitalista arrendatário (que paga a renda ao proprietário) se beneficie do caráter exclusivo de determinado bem natural para elevar a sua produtividade e diminuir os seus preços de produção para aquém do capital médio regulador do preço⁸. Este lucro extra é, no caso da renda, um mais valor socialmente produzido e apropriado por um capitalista individual que na esfera distributiva remunera o proprietário do bem natural que lhe proporcionou o ganho produtivo. Mais uma vez, nos dizeres de Marx (2017):

⁷ O conceito de renda em Marx se estende para além da terra em si: “Onde quer que forças naturais possam ser monopolizadas e proporcionem um lucro extra ao industrial que as explora, seja uma queda d'água, uma mina rica, águas com abundância de peixes, seja um terreno para construção bem localizado, a pessoa cujo título sobre uma parte do globo terrestre a caracteriza como proprietária desses objetos naturais subtrai esse lucro extra, na forma de renda, ao capital em funcionamento.” (MARX, 2017, p. 833).

⁸ Para a discussão sobre preços de produção e lucro extraordinário, ver capítulo 9, seção II do Livro III de O Capital (MARX, 2017).

A propriedade da terra capacita o proprietário a apoderar-se da diferença entre o lucro individual e o lucro médio; o lucro assim embolsado, que se renova anualmente, pode ser capitalizado e aparece, então, como preço da própria força natural. (p. 710).

A renda enquanto realização econômica da propriedade privada só o pode ser através de um regime de disciplinarização, de uma forma jurídica que a torna válida. É exatamente sobre esta forma jurídica que estamos a falar quando analisamos o licenciamento ambiental. Todo o marco regulatório que incide sobre as formas de apropriação de um bem natural enquanto recurso econômico é um mecanismo de distribuição do excedente econômico ou, em um nível mais elevado de abstração, uma apropriação do mais-valor total.

O que nos leva a tomar esta forma jurídica como algo nada trivial, muito pelo contrário, pois aí está colocada a luta de classes e a concorrência intercapitalista. No que tange à natureza, as normas são o regulamento através do qual os regimes de propriedade são convertidos em ativos econômicos. Assim sendo, cumprem função importante na institucionalização das formas de dominação de uma classe e fração de classe sobre as outras.

Na relação entre as classes, os capitalistas se apropriam da natureza objetivada pelo trabalho concreto das classes subalternizadas num regime de espólio (HARVEY, 2004). As classes subalternas são despojadas de seus meios de reprodução social, como a água e a terra, sendo lançadas enquanto mão de obra para o capital. Esta é a forma da acumulação primitiva de que nos fala Marx (2013):

Na história da acumulação primitiva, o que faz época são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação, mas, acima de tudo, os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres. A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, o camponês, constitui a base de todo o processo (p. 787).

No entanto, a acumulação primitiva, ou a expropriação em um sentido mais largo, não é um processo exclusivo de uma fase originária do capitalismo, tanto pelo contrário, constitui-se como traço característico deste modo de produção. A separação do campesinato e seus meios de produção configuram o que Virgínia Fontes (2010) chamou de primeira onda de expropriações, seguida de uma segunda na qual os trabalhadores e as trabalhadoras, já despojadas de seus meios de produção, são

agora apartadas dos seus meios de *reprodução* através do avanço da mercantilização. A natureza convertida em mercadoria é exemplo contundente deste processo.

A partir da legislação ambiental se define qual a magnitude e o grau de mercantilização da natureza, se definem usos e apropriações prioritários. No enquadramento do modo de produção capitalista, os usos legítimos são pautados pelo princípio da produção do valor, ou seja, os mais produtivos são prioritários (WOOD, 2014). Este traço está muito explícito nas alterações no marco regulatório do licenciamento ambiental em Minas Gerais, como demonstraremos na próxima seção.

Mas a legislação ambiental não incide somente sobre as relações entre as classes. Ela é expressão da correlação entre as frações de classe articuladas no bloco no poder (POULANTZAS, 2019). O bloco no poder define um padrão de reprodução do capital⁹ (OSÓRIO, 2012), ou seja, como o capital vai ser posto e repostado com o fito de dar continuidade no processo de acumulação capitalista. A continuidade da reprodução do capital depende de normas explícitas e implícitas que materializam a estratégia de acumulação da fração de classe hegemônica no bloco no poder. Neste sentido, a legislação ambiental responde à institucionalização da estratégia de reprodução do capital da fração de classe hegemônica no seio de um bloco no poder.

Em suma, a análise das alterações na legislação competente ao licenciamento ambiental em Minas Gerais que tomamos aqui, parte do entendimento de que as mesmas resultam das relações entre classes e frações de classe, disciplinando o uso e apropriação da natureza no processo de acumulação capitalista. Sigamos na apreensão destas alterações, mas cabe, antes, apreciarmos o contexto de emergência da assim chamada “questão ambiental”.

⁹ “A noção de padrão de reprodução do capital surge para dar conta das formas como o capital se reproduz em períodos históricos específicos e em espaços geoterritoriais determinados, tanto no centro como na semiperiferia e na periferia, ou em regiões no interior de cada um deles, considerando as características de sua metamorfose na passagem pelas esferas da produção e da circulação [...], integrando o processo de valorização [...] e sua encarnação em valores de uso específicos [...], assim como as contradições que esses processos geram.” (OSÓRIO, 2012, p. 40-41).

A institucionalização da política ambiental

As origens de um marco regulatório ambiental remontam à década de 1970, quando emerge uma “questão ambiental” e, junto com ela, a necessidade de um debate sobre a constituição de instâncias supranacionais com finalidade ambiental (DUPUY, 1980; LEFF, 1994; SACHS, 2000). A “questão ambiental” foi a expressão de uma percepção segundo a qual um esgotamento dos recursos naturais se avizinhava (notadamente o petróleo), e que tal processo incorreria no comprometimento da continuidade do próprio processo de acumulação capitalista (ALTVATER, 2010).

A questão ambiental então estimulou a formulação de vias de desenvolvimento que pudessem evitar o colapso ambiental (ALTVATER, op. cit.), sem prejudicar a continuidade da exploração capitalista. Para tanto, necessário seria convencionar elementos de disciplinarização da exploração dos recursos, a serem formulados em um patamar internacional, e incorporado nos marcos regulatórios nacionais e subnacionais.

Este é o ponto fulcral da emergência ambiental no seio do capitalismo mundial: como garantir a continuidade da reprodução capitalista mesmo diante de um fator externo de instabilidade (ALTVATER, op. cit.). Portanto, conforme observou John Foster (2005), assim como Marx (2013) entendeu que a legislação trabalhista inglesa do século XIX respondeu não a uma complacência para com a classe trabalhadora, mas sim à necessidade de disciplinar a exploração da força de trabalho de tal maneira que equiparasse as condições de concorrência intercapitalista; igualmente, as restrições ambientais e a “consciência ambiental” dos agentes capitalistas deve ser entendida enquanto equiparação das condições de exploração da natureza.

Nesse contexto, no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU), formou-se o Clube de Roma, uma espécie de comissão internacional de especialistas que produziu o relatório denominado “Os limites do crescimento econômico”; e, em 1972, em Estocolmo, foi realizada a I Conferência Mundial sobre Meio Ambiente.

O debate travado nessa conferência chegou à noção de “desenvolvimento sustentável” como uma estratégia de desenvolvimento capitalista que supostamente seria capaz de conciliar crescimento econômico e meio ambiente. Esta noção, com todas as suas contradições, passou a balizar a questão ambiental em todo o mundo,

aparecendo pela primeira vez de forma institucionalizada em 1987, no relatório “Nosso futuro comum”, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. A ideia central presente neste relatório era a da compatibilização entre “desenvolvimento”, diminuição de desigualdades sociais e preservação dos recursos naturais; e, para isso, seriam necessárias medidas aplicadas pelos Estados nacionais e também medidas internacionais (LEFF, 1994; SACHS, 2000).¹⁰

Segundo Carneiro (2003), antes mesmo que a noção de “desenvolvimento sustentável” se tornasse hegemônica internacionalmente, diferentes governos adotaram ao longo da história uma série de medidas para regulamentar os usos das condições naturais, ora voltadas para a gestão ambiental, ora por motivações conservacionistas. Essas medidas, contudo, não levavam o rótulo de políticas ambientais. No Brasil, por exemplo, tais “políticas” estavam presentes desde a década de 1930, criadas no bojo do processo de industrialização do país. Ainda segundo Carneiro (2003), a maior parte das normas ambientais entre 1930 e 1964 concentrava-se nas áreas de recursos hídricos e minerais, a exemplo do Código das Águas (1934) e do Código de Minas (1940)¹¹. O aumento de demandas ambientais em diferentes esferas governamentais influenciou uma variedade de normas e temas a serem abordados por políticas públicas (VIOLA; VIEIRA, 1992; SANCHÉZ, 2013).

Na estrutura administrativa brasileira, a primeira vez que a pauta ambiental ganhou uma forma estatal específica foi no âmbito do extinto Ministério do Interior, com a criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), através do Decreto nº 73.030/1973 (IORIO, 2015). Porém, a institucionalização das políticas ambientais no Brasil ganharia impulso em 1981, com a publicação da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81), que criou o Conselho Nacional de Meio Ambiente.

Em Minas Gerais os debates e movimentações institucionais para a constituição de uma política ambiental é anterior à publicação da Lei nº 6.938/81. Em meados da década de 1970 já havia se formado nesse estado uma “tecnoburocracia ambiental”, formada por engenheiros com fortes vínculos com a elite política local, conforme apontou Carneiro (2003). O discurso presente, ainda segundo este autor,

¹⁰ Sobre a crítica à noção de desenvolvimento sustentável desde o ponto de vista crítico, ver Monerat (2020).

¹¹ Os recursos hídricos e minerais eram considerados estratégicos pelo Estado, seja para o potencial de geração de energia elétrica, seja para alavancar a indústria de base. O Código de Minas, por exemplo, se inscreve no esforço de desenvolvimento da siderurgia nacional, precedendo a criação, em 1942, da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN).

centrava-se na formação de um núcleo institucional capaz de planejar e gerenciar o “desenvolvimento” de Minas Gerais no que tangia ao aproveitamento “racional” dos seus recursos naturais, sobretudo os minerais.

A estruturação político-institucional desse processo ocorreu em 1976, através da Lei nº 6.953/76, que criou a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (SECT). Essa secretaria, embora não inclísse em sua estrutura organizacional a pasta “meio ambiente”, assumiu competências específicas relacionadas à “área ambiental” (FEAM, 1998). Em 1977, no âmbito da SECT, criou-se a Comissão de Política Ambiental (COPAM) - Decreto nº 18.466/77 -, órgão colegiado com poder deliberativo a respeito de questão ambientais no estado¹².

Nos primeiros anos de sua atuação, o COPAM deu ênfase à aplicação de multas ambientais e não a processos de licenciamento ambiental como havia sido planejado, o que caracterizava a atuação dessa comissão mais como fiscalizadora do que propriamente como reguladora da política ambiental mineira. Exemplo disso é a própria Lei nº 7.772/80, que fixava as diretrizes de atuação do COPAM e que se fundamentou em uma concepção de meio ambiente que tinha como preocupação a identificação e o controle de fontes de poluição de origem industrial (FEAM, 1998).

Em meados da década de 1980, já sob os efeitos da Política Nacional de Meio Ambiente, o estado de Minas Gerais passou a edificar uma estrutura própria para tratar de questões ambientais. Essa estrutura, em boa medida, foi influenciada pela Resolução CONAMA 001/86, que normatizou o licenciamento ambiental no país. Os sistemas preexistentes que atuavam com esses processos se modificaram. Segundo Sánchez (2013, p.99):

A avaliação de impactos não apenas se soma ao que já havia em termos de legislação. Associada ao licenciamento ambiental, a Avaliação de Impacto Ambiental exigiu a estruturação de órgãos ambientais em todos os Estados da União, e vai, paulatinamente, impor aos empreendedores privados e públicos novos requisitos para a planificação de projetos (...).

Assim, em 1983, foi criada a Superintendência do Meio Ambiente (Decreto nº 22.658/83) e, em 1988, a Fundação Estadual do Meio Ambiente (Decreto nº 28.163/88). Posteriormente, já influenciado pelos debates da Rio-92, o governo

¹² Posteriormente, em 1987, a Comissão de Política Ambiental se transformou em Conselho Estadual de Política Ambiental (Lei nº 9.514/87).

mineiro criou, através da Lei nº 11.903/95, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) com a seguinte estrutura: i) Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM) e Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH); ii) Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM), Instituto Estadual de Florestas (IEF) e Departamento de Recursos Hídricos do Estado de Minas Gerais (DRH) (FEAM, 1998).

Cada uma dessas estruturas administrativas era responsável pelas análises dos impactos ambientais de empreendimentos de sua área. Por exemplo, ao IEF cabia avaliar impactos em intervenções sobre a vegetação e a regularização de reservas legais; ao DRH, posteriormente transformado em Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM - Lei nº 12.584/97), as análises sobre as intervenções que envolviam recursos hídricos; à FEAM, a avaliação de impactos oriundos de resíduos sólidos, efluentes líquidos e atmosférico, além de atividades industriais, minerárias e de infraestrutura. Todos estes órgãos são técnicos, isto é, responsáveis pelas análises dos documentos apresentados pelos empreendedores (Estudos de Impactos Ambientais, Relatórios de Impactos Ambientais, Planos de Controle Ambiental, etc.) (RODRIGUES, 2010; ZHOURI, *et. al.*, 2005).

Já o COPAM e o CERH são órgãos deliberativos da política ambiental mineira, ou seja, as instâncias institucionais onde são tomadas as decisões acerca do modo como se deve dar a apropriação e uso do meio ambiente pelos empreendimentos para os quais se exigem licenciamento ambiental¹³.

A ideologia do “desenvolvimento sustentável”, construída desde a I Conferência Mundial sobre Meio Ambiente, balizou os debates e a própria necessidade de se institucionalizar a questão ambiental em Minas Gerais (Carneiro, 2003). Não resta dúvida que edificar uma estrutura destinada a avaliar e a debater uma política ambiental foi um avanço político. Entretanto, várias críticas aos procedimentos referentes ao licenciamento ambiental no estado foram feitas (CARNEIRO, 2005; ZHOURI, *et. al.*, 2005; ZHOURI; ROTHMAN, 2008; CARDOSO; JUCKSCH, 2008;

¹³ Considerando essa estrutura, que vigorou até 2003, para que um empreendimento tivesse início ele deveria passar por três fases de licenças ambientais, quais sejam: Licença Prévia (LP); Licença Instalação (LI); e Licença Operação (LO). Cada uma delas deveria ser aprovada pelo COPAM. Este conselho, à época, possuía Câmaras Técnicas Especializadas (centralizadas em Belo Horizonte - MG) para analisar os pedidos de licença, a saber: Câmara de Atividades Industriais (CID); Câmara de Atividades Minerárias (CMI); Câmara de Atividades de Infraestrutura (CIF); Câmara de Proteção à Biodiversidade (CPB); Câmara de Atividades Agrosilvopastoris (CAP); e Câmara de Recursos Hídricos (CRH) (ZHOURI, *et. al.*, 2005).

VIEIRA, 2008; LASCHEFSKI, 2014; LEROY, 2014; dentre outros). Tais críticas referem-se à oligarquização do campo ambiental, em especial do COPAM, à ausência ou dificuldade de participação das comunidades afetadas por grandes empreendimentos e a problemas procedimentais em relação às análises técnicas dos Estudos de Impacto Ambiental e seus respectivos Relatórios de Estudos Ambientais (EIA/RIMA).

Nesse contexto, Zhouri *et. Al.* (2005) argumentaram que o licenciamento ambiental em Minas Gerais deixou de cumprir sua função de ser um instrumento de avaliação da sustentabilidade socioambiental de um empreendimento, que deveria levar em conta suas implicações políticas, técnicas, sociais e ambientais; e se tornou um meio de atender as demandas que atribuem ao meio ambiente um caráter de recurso material a ser explorado economicamente. Essa argumentação revela que os órgãos ambientais no estado funcionam como um grande “cartório”, isto é, como um procedimento burocrático no qual os órgãos técnicos e deliberativos apenas conferem se a “papelada” foi entregue corretamente e se foi identificada alguma “pendência” a ser mitigada ou compensada, não havendo, portanto, análises técnicas ou preocupadas com aspectos socioambientais.

Ainda segundo Zhouri *et. al.* (2005), essa crença nos ajustes tecnológicos, através de medidas mitigadoras e compensatórias, cumpre a função de viabilizar e adequar o meio ambiente aos empreendimentos, o que levou esses autores a entender que o licenciamento ambiental em Minas Gerais é regido por um “paradigma da adequação ambiental”. Ou seja:

(...) como procedimento desenhado a partir de um paradigma de desenvolvimento sustentável que, depositando fé nos arranjos tecnológicos como soluções para os problemas ambientais, busca adequar sociedades e meios ambientes à lógica econômica acumulativa (ZHOURI, *et. al.*, 2005, p. 112).

Entre a Lei nº 11.903/95, que de fato institucionalizou o licenciamento ambiental em Minas Gerais, até a presente data, muita coisa mudou, tanto em termos de organograma da SEMAD, como no que se refere aos tipos e procedimentos para licenciar um empreendimento potencialmente poluidor/degradador do meio ambiente. E, concordando com Zhouri *et. al.* (2005), podemos dizer que essas mudanças acentuaram o paradigma da adequação ambiental na política ambiental mineira,

flexibilizando ainda mais o licenciamento ambiental no estado aos anseios da acumulação capitalista.

Alterações e “inovações” institucionais no licenciamento de grandes empreendimentos em Minas Gerais

A organização da SEMAD descrita no tópico anterior vigorou até 2003, quando, através da Lei Delegada nº 62/2003, se estabeleceu a regionalização das avaliações de impacto ambiental e da concessão das licenças, através das Unidades Regionais Colegiadas (URC) do COPAM com o assessoramento das Superintendências Regionais de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SUPRAM)¹⁴. Essa descentralização provocou modificações na avaliação dos processos de licenciamento em Minas Gerais (RODRIGUES, 2010; SANTOS; BORGES, 2017). Nesse contexto, à SUPRAM caberia subsidiar tecnicamente e juridicamente as análises da URC correspondente. À esta caberia o poder deliberativo de deferir ou não um pedido de licença ambiental feito para um determinado empreendimento no âmbito de sua região de atuação.

Segundo Santos e Borges (2017), esse processo de descentralização dos procedimentos de análises e deliberações a respeito do licenciamento em Minas Gerais se destacou no cenário nacional por ser considerado democrático e participativo, garantindo a representatividade da sociedade civil local nas URC's¹⁵. Entretanto, conforme Zhouri *et. al.* (2005), mesmo sendo pioneiro e, certa maneira, referência para outros estados, os problemas referentes à participação social nessas instâncias deliberativas que são de ordem procedimental e político-estrutural persistiram. Assim, para estes autores, o licenciamento ambiental com essas alterações continuava hierarquizado, prevalecendo determinadas representações hegemônicas sobre o meio ambiente.

¹⁴ Ao todo, haviam nove SUPRAM distribuídas de acordo com as regiões administrativas do estado de Minas Gerais e com sedes nos seguintes municípios: Belo Horizonte (SUPRAM - Central Metropolitana), Divinópolis (SUPRAM - Alto São Francisco), Diamantina (SUPRAM - Jequitinhonha), Governador Valadares (SUPRAM - Leste Mineiro), Montes Claros (SUPRAM - Norte de Minas), Varginha (SUPRAM - Sul de Minas), Uberlândia (SUPRAM - Alto Paranaíba), Ubá (SUPRAM - Zona da Mata) e Unaí (SUPRAM - Noroeste de Minas).

¹⁵ A composição das UCR's seguia a proporção de 50/50, a mesma do COPAM, ou seja, 50% representantes do estado e 50% da sociedade civil.

Essa estrutura “descentralizada” da SEMAD no que se refere à análise e deliberação de procedimentos referentes ao licenciamento ambiental e às concessões de licenças no estado vigorou até 2016, quando, através da Lei nº 21.972/16, dos decretos estaduais nº 46.953/16 e nº 47.042/16 e da Deliberação Normativa (DN) do Conselho Estadual de Política Ambiental de Minas Gerais (COPAM) nº 217/17 muita coisa mudou novamente.

Com os decretos, em especial o nº 46.953/2016, a composição dos conselhos deliberativos da política ambiental de Minas Gerais se alterou. No COPAM, por exemplo, o decreto retirou a cadeira do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG), cabendo a ele apenas um assento na Câmara Recursal (CNR). A representação paritária foi mantida, entretanto, foi assegurada a participação dos setores produtivos nas Câmaras Técnicas Especializadas (CTE)¹⁶, que, junto com os representantes governamentais, têm maioria numérica (MILANEZ *et. al.*, 2019a).

Essa modificação retirou o poder de participação das populações atingidas por grandes empreendimentos, uma vez que, além de garantir apenas um assento no COPAM que pode as representar, sua participação *in loco* em reuniões ficou comprometida, já que a capital mineira, não raro, fica a mais de 400 km de determinadas localidades ameaçadas por grandes obras. Isso, com efeito, comprometeu a participação popular e mesmo a democracia aparentemente em vigor nos processos de licenciamento em Minas Gerais.

Outra modificação, posta com o Decreto Estadual nº 47.042/16, foi considerada uma “inovação”, a saber: a criação da Superintendência de Projetos Prioritários (SUPPRI) na Subsecretaria de Regularização Ambiental (SURAM) (figura 1).

A SUPPRI tem papel de analisar processos de licenciamento de empreendimentos ou atividades consideradas prioritárias em razão da sua relevância para a proteção ambiental ou para o desenvolvimento social e econômico de Minas Gerais¹⁷. Essa superintendência pode, portanto, interferir no licenciamento de

¹⁶ As CTE, que haviam sido substituídas pelas URC “regionalizadas”, voltaram à cena com a Lei nº 21.972/16, com nova centralização em Belo Horizonte - MG.

¹⁷ Segundo Milanez *et. al.*, 2019a, no âmbito da SUPPRI, os projetos são definidos como prioritários pelo Grupo de Coordenação de Políticas Públicas de Desenvolvimento Econômico Sustentável (GCPPDES), composto por cinco secretarias de governo, pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (CODEMIG), Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG), Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais (INDI) e coordenado pela Secretaria da Fazenda. A composição do GCPPDES majoritariamente com representantes do governo ou de órgãos ligados ao Poder Executivo estadual revela que sua unidade é facilmente obtida “a partir de cima”.

empreendimentos que o governo do estado tenha interesse manifesto, “agilizando” trâmites ou mesmo enviando pareceres técnicos sobrepostos aos da SUPRAM.

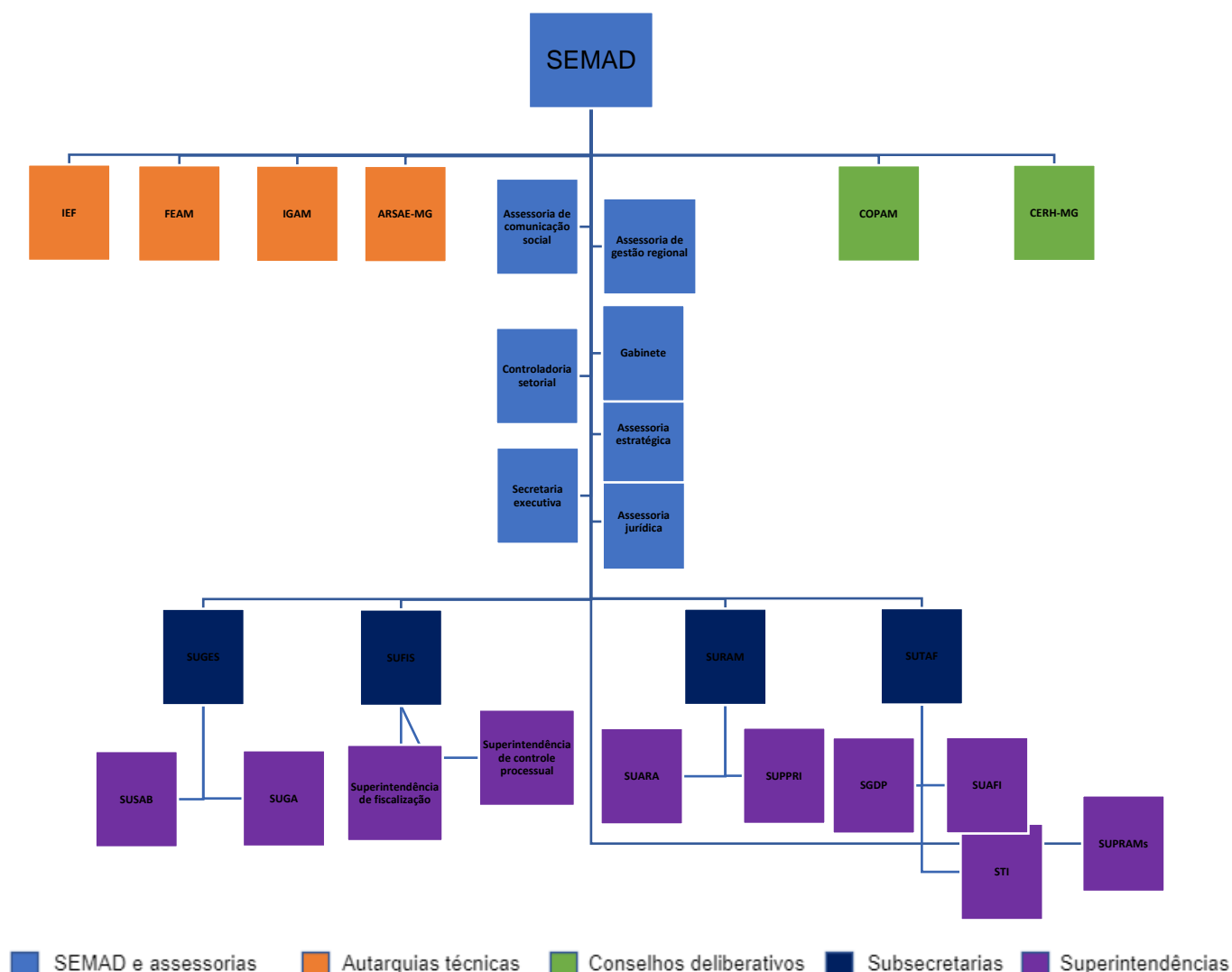
Essa “inovação” institucional, a nosso ver, criou um meio de flexibilizar o licenciamento de grandes empreendimentos em Minas Gerais, com destaque para os do setor minerário. Por exemplo, Bertoni (2019) mostrou que, entre 2016 e 2018, mais de um quarto dos projetos classificados como prioritários pelo governo de Minas Gerais eram de mineradoras, sobretudo da Vale S.A., entre eles a barragem B1 do Complexo Minerador Córrego do Feijão em Brumadinho (MG), que veio a se romper em janeiro de 2019¹⁸ (MILANEZ *et. al.*, 2019a).

A DN nº 217/2017 do COPAM também ensejou significativas alterações no licenciamento ambiental em Minas Gerais. Ela colocou, entre outras coisas, novas modalidades de licenciamento às quais estariam sujeitos os empreendimentos, alterou as classes segundo porte e potencial poluidor/degradador e incluiu critérios locais que interferem na classificação dos mesmos.

Em relação às modalidades de licenciamento, as alterações se deram na substituição da Autorização Ambiental de Funcionamento (AAF) pelo Licenciamento Ambiental Simplificado (LAS) para empreendimentos de pequeno porte e potencial poluidor/degradador.

¹⁸ Conforme Parecer Único Nº 0786757/2018 SUPPRI/SURAM/SEMAD, em 10 de janeiro de 2017 foi realizada a 18ª reunião do Grupo de Coordenação de Políticas Públicas de Desenvolvimento Econômico Sustentável, na qual foi apresentado pelo Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais (INDI), para deliberação de prioridade, o projeto Córrego do Feijão, do empreendedor Vale S.A, conforme determinam o §1º do art. 5º da Lei 21.972/2016 e a Deliberação GCPPDES Nº 1, DE 27 de março de 2017.

Figura 1. Organograma da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), 2016¹⁹.



¹⁹ IEF – Instituto Estadual de Florestas; IGAM – Instituto Mineiro de Gestão das Águas; FEAM – Fundação Estadual do Meio Ambiente; COPAM – Conselho Estadual de Política Ambiental; CERH-MG – Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais; ARSAE-MG – Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais; SUFIS – Subsecretaria de Fiscalização Ambiental; SUGES – Subsecretaria de Gestão Ambiental e Saneamento; SURAM – Subsecretaria de Regularização Ambiental; SUTAF – Subsecretaria de Tecnologia, Administração e Finanças; SUSAB – Superintendência de Saneamento Básico; SUGA – Superintendência de Gestão Ambiental; SUARA – Superintendência de Apoio à Regularização Ambiental; SUPPRI – Superintendência de Projetos Prioritários; SGDP – Superintendência de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas; SUAFI – Superintendência de Administração e Finanças; STI – Superintendência de Tecnologia da Informação; SUPRAMs – Superintendências Regionais de Meio Ambiente.

Já o Licenciamento Ambiental Trifásico (LAT) para grandes empreendimentos, o “licenciamento clássico”, com expedição sucessivas das licenças Prévia (LP), de Instalação (LI) e de Operação (LO), passou a ser possível simultaneamente em apenas uma única fase por meio do Licenciamento Ambiental Concomitante (LAC)²⁰. Além disso, foi possível, tal como descrito no PL nº 3.729/04, a Licença Ambiental Corretiva (LOC), que regulariza empreendimentos que não possuem licença para operar ou que avançaram sobre determinadas áreas e, só depois, “resolveram” licenciar, seja em função de novas necessidades de instalações, seja por conta da fiscalização dos órgãos ambientais.

No que diz respeito às classes dos empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental, a DN nº 217/17 do COPAM alterou ainda os critérios de risco de alguns empreendimentos, permitindo, inclusive, redução de etapas de licenciamento ambiental e reclassificação dos mesmos em termos de potencial poluidor/degradador. Assim, ao invés de passarem obrigatoriamente pelo LAT, grandes empreendedores poderiam obter as licenças ambientais concomitantemente (MILANEZ *et. al.*, 2019a).

Todavia, a aplicação desse arranjo está sujeita à discricionariedade da SUPPRI. Nos termos da Lei nº 21.972/2016 e do Decreto Estadual 47.042/2016, caso este órgão considere o empreendimento prioritário, a avaliação técnica é feita pela sua própria equipe e a decisão tomada por uma das Câmaras Técnicas do COPAM, em Belo Horizonte, independentemente de qual regional da SUPRAM foi protocolado o Formulário de Caracterização do Empreendimento (FCEI).

Em síntese, o que estamos argumentando a partir dessa exposição é que a sequência de alterações legais e institucionais ocorridas no estado a partir de 2016 reduziu o rigor no processo de licenciamento ambiental. Essa diminuição do poder institucional deve ser considerada um fator importante na redução da capacidade de os órgãos de controle ambiental analisarem mais detalhadamente condições de elevação de riscos dos empreendimentos, e uma elevação do poder corporativo do capital.

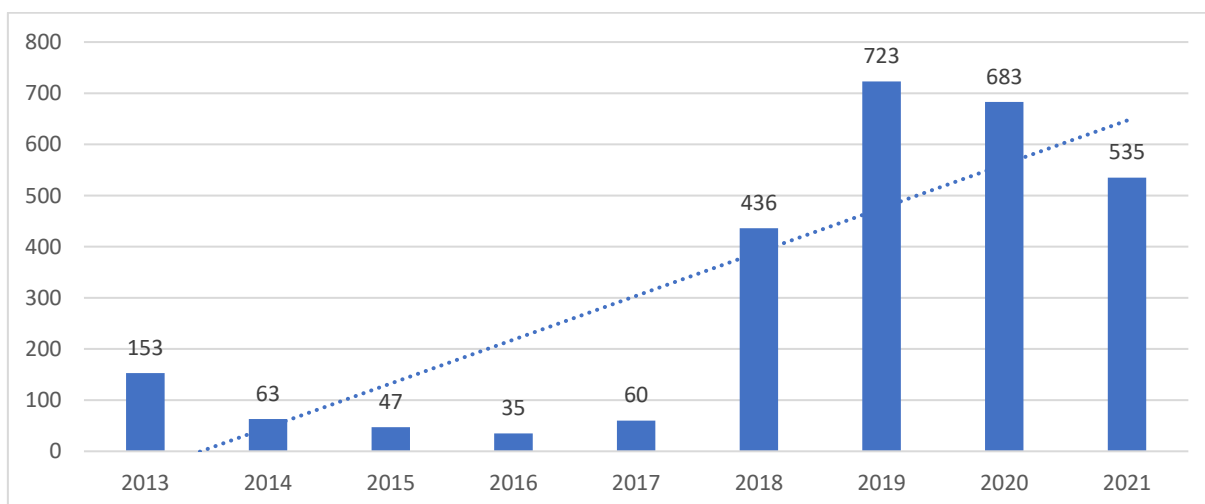
Nas recentes alterações do marco regulatório ambiental em Minas Gerais fica ainda mais explícito as “relações perigosas” entre capital e normativa ambiental. Neste

²⁰ Na modalidade LAC, segundo DN COPAM nº 217/2017, a licença é emitida conforme os seguintes procedimentos: i) análise, em uma única fase, das etapas de LP, LI e LO da atividade ou do empreendimento, denominada LAC1; ou ii) análise, em uma única fase, das etapas de LI e LO do empreendimento, com análise posterior da LO; ou ainda, análise da LP com posterior análise concomitante das etapas de LI e LO do empreendimento, denominada LAC2.

processo ficou evidente a atuação direta da Vale S.A. no desenho do marco regulatório. É crescente a literatura crítica no campo ambiental brasileiro que relaciona força econômica de grandes corporações e força política não só para alterar leis e normas ambientais, como também influenciando nos planejamentos territoriais, assegurando condições mais favoráveis para sua produção e apropriação de valor (MILANEZ *et. al.*; 2018; LASCHEFSKI, 2019).

O gráfico 1, por exemplo, mostra um aumento exponencial das licenças concedidas à empreendimentos de mineração, justamente após a vigência das leis e decretos analisados, em especial, a DN COPAM nº217/17. Nele, é possível ver que foi a partir de 2018, quando a Instrução de Serviço SISEMA nº 01/2018 que definiu os procedimentos para a aplicação da DN COPAM que houve grande aumento na concessão de licenças ambientais para a mineração²¹.

Gráfico 1. Minas Gerais: licenças deferidas para empreendimentos de mineração, 2013-2021



Fonte: Sistemas SEMAD, 2021/Infraestruturas de dados espaciais (IDE). Data: 21/11/2021.

A atuação dessas corporações na interferência em processos de regulação ambiental se dá através de lobbies e coalizões políticas, como financiamento de campanhas eleitorais, por exemplo, mas por outras vias como a dimensão ideacional e a própria necessidade que os governos têm de alcançar índices de desenvolvimento econômico, o que depende do resultado econômico das próprias corporações (MILANEZ, *et. al.*, 2019b).

²¹ É importante destacar que nesse gráfico estão representados todas as licenças concedidas e todos os tipos de empreendimentos de mineração, dos mais simples (brita, cascalho, areia, etc.) aos mais complexos (minério de ferro, bauxita, etc.).

O caso da atuação da Vale S.A junto à reformulação do licenciamento ambiental em Minas Gerais é um exemplo lapidar disso. Segundo matéria de Maurício Ângelo (2019), no portal *Repórter Brasil*, quatro representantes da empresa foram recebidos em 2014 por dois servidores da SEMAD na própria sede da empresa em Belo Horizonte. Segundo a matéria, na oportunidade, os representantes da empresa “sugeriram” à SEMAD algumas alterações na legislação ambiental, como um licenciamento único, em substituição ao trifásico. Conforme se viu na seção anterior, esta mudança se efetivou em 2017, com a publicação da DN COPAM nº 217/17. Note-se que a simplificação da licença ambiental produziu efeitos imediatos e trágicos, com o licenciamento da mina do Córrego de Feijão, no município de Brumadinho.

Considerações finais

Nas últimas duas décadas, a legislação ambiental brasileira, de modo geral, e o processo de licenciamento ambiental, em específico, têm sido foco de intensos debates. Tais contendas envolvem ambientalistas, pesquisadores e entidades representativas dos setores industrial, mineral e do agronegócio, e são inflamadas, principalmente, por Projetos de Lei (PL) que tramitam no Congresso Nacional, a exemplo do PL nº 3.792/2004 conhecido como “Lei Geral do Licenciamento Ambiental” e que foi aprovado pela Câmara dos Deputados no dia 13 de maio de 2021.

A partir do que foi visto, podemos dizer que as alterações no processo de licenciamento ambiental em Minas Gerais deflagradas através da Lei nº. 21.972/16, os decretos estaduais nº 46.953/16 e nº 47.042/16 e a DN nº 217/17, respondem aos imperativos da acumulação capitalista a partir de um bloco no poder que encampa um padrão de acumulação fortemente arraigado no uso intensivo da natureza enquanto recurso.

Para tanto, a agilidade e facilidade que o novo marco regulatório confere ao processo de licenciamento facilita a apropriação da natureza a preços baratos no processo de acumulação capitalista. O estado de Minas Gerais ganha um destaque na apreensão deste padrão de acumulação por ser, juntamente com o Pará, os dois principais eixos da mineração no país.

Referências

ALTVATER, E. **O fim do capitalismo como o conhecemos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ANDREUCCI, D. et al. Value Grabbing: a political ecology of rent. **Capitalism, Nature, Socialism**. 28:3, p. 28-47, 2017.

CARCANHOLO, M. D. Valor e preço na teoria de Marx: o significado da lei do valor. In: MEDEIROS, J.L; BARRETO, E.S. (orgs.). **Para que leiam O Capital: interpretações sobre o Livro I**. São Paulo: Usina Editorial, 2021.

BERTONI, E. Como a Vale se beneficiou da lei que acelerou licenças ambientais. **O Nexo**. 2019. Acessado em: 29 de Março de 2021. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2019/01/29/Como-a-Vale-sebeneficiou-de-lei-que-acelerou-licen%C3%A7as-ambientais>

CARDOSO, I. M; JUCKSCH, I. Análise dos ambientes naturais da Zona da Mata mineira estudados em projetos hidrelétricos. In: ROTHMAN, F. D. **Vidas alagadas: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens**. Viçosa-MG: Editora UFV, 2008.

CARNEIRO, E. J. **Modernização recuperadora e o campo da política ambiental em Minas Gerais**. 2003. 479f. Tese (Doutorado em Sociologia e Política) - UFMG, Belo Horizonte, 2003.

CARNEIRO, E. A oligarquização da “política ambiental” mineira. In: ZHOURI, A. LASCHEFSKI, K; PEREIRA, D. B. (Orgs.). **A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

DUPUY, J. P. Da ecologia à crítica radical da sociedade industrial. In: DUPUY, J. P. **Introdução à crítica da ecologia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

FEAM. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Centro de Estudos Históricos e Culturais. **A questão ambiental em Minas Gerais: discurso e política**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.

FONTES, V. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. 3ª ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

IORIO, G. S. **Segurança nacional, desenvolvimento e geopolítica: a institucionalização do ministério do interior no brasil (1964-1969)**. Tese.

Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

LASCHEFSKI, K. Governança, neodesenvolvimentismo e autoritarismo difuso. In: ZHOURI, A; VALENCIO, N (Orgs.) **Formas de matar, de morrer e de resistir**: limites da resolução negociada de conflitos ambientais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

LASCHEFSKI, K. Rompimento de barragens em Mariana e Brumadinho - MG: Desastres como meio de apropriação de territórios por mineradoras. In: **Anais do XIII Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia**, ENANPEGE, São Paulo, 2019. Acesso em 09 de março de 2021. Disponível em: https://www.enanpege2019.anpege.ggf.br/resources/anais/8/1562782907_ARQUIVO_ENANPEGEANAISKlemensLaschefski.pdf.

LEFF, E. El movimiento ambiental y las perspectivas de la democracia en América Latina. In: GARCÍA-GUADILLA, M. P; BLAUERT, J. **Retos para el desarrollo y la democracia**: movimientos ambientales en América Latina y Europa.1994.

LEROY, J. P. Flexibilização de direitos e justiça ambiental. In: ZHOURI, A; VALENCIO, N (Orgs.) **Formas de matar, de morrer e de resistir**: limites da resolução negociada de conflitos ambientais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política: Livro III: o processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.

MILANEZ, B *et al.* Estratégia Corporativa da Vale S.A: um modelo analítico para Redes Globais Extrativas. **Versos - Textos para Discussão PoEMAS**, v. 2, n. 2, 2018, 1-43.

MILANEZ, B. Minas não há mais: avaliação dos aspectos econômicos e institucionais do desastre da Vale na bacia do rio Paraopeba. **Versos**: textos para discussão PoEMAS v. 3, nº 1. 2019a. Acesso em 09 de março de 2021. Disponível em: <https://www.ufjf.br/poemas/files/2017/04/Milanez-2019-Minas-n%C3%A3o-h%C3%A1-mais-versos.pdf>.

MILANEZ, B; MAGNO, L; PINTO, R. G. Da política fraca à política privada: o papel do setor mineral nas mudanças da política ambiental em Minas Gerais, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, nº 5, 2019b. Acesso em 09 de março de 2021. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2019000600501&lng=en&nrm=iso.

MONERAT, J.C.P. Para a crítica da ecologização do capital. 2020. 369f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – UERJ, Rio de Janeiro.

OSORIO, J. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. (org.). **Padrão de acumulação do capital**: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012.

PATEL, R.; MOORE, J. W. **A History of the World in Seven Cheap Things**. A Guide to Capitalism, Nature and the Future of the Planet. Oakland, CA: Black Inc., 2017.

POULANTZAS, N. **Poder Político e classes sociais**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2019.

RODRIGUES, G. S. S. C. Análise interdisciplinar de processos de licenciamento ambiental no estado de Minas Gerais: conflitos entre velhos e novos paradigmas. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia-MG, v. 22, nº 2, 2010. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/9892>. Acesso em 30 de junho de 2021.

SANTOS, P. F. dos; BORGES, L. A. C. 30 anos em 30 dias: a desconstrução do licenciamento ambiental participativo em Minas Gerais. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia-MG, v. 29, nº 2, 2017. Acesso em 09 de março de 2021. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/37573>.

SACHS, W. **Dicionário do Desenvolvimento**: Guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: ed. Vozes, 2000.

SÁNCHEZ, L. H. **Avaliação de impacto ambiental**: conceitos e métodos. 2.ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.

VIEIRA, U. G. Paradoxos do licenciamento ambiental de hidrelétricas em Minas Gerais: o licenciamento prévio de Irapé e Pilar. In: ROTHMAN, F. D. **Vidas alagadas**: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens. Viçosa-MG: Editora UFV, 2008.

VIOLA, E. J; VIEIRA, P. F. Da preservação da natureza e do controle da poluição ao desenvolvimento sustentável: um desafio ideológico e organizacional ao movimento ambientalista no Brasil. **Revista de Administração Pública**. Vol. 26, Out./Dez. 1992.

WOOD, E. M. **O império do capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.

ZHOURI, A; LASCHEFSKI, K; PAIVA, A. Uma sociologia do licenciamento ambiental: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais. In: ZHOURI, A; LASCHEFSKI, K; PEREIRA, D. B. **A insustentável leveza da política ambiental**: desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

ZHOURI, A; ROTHMAN, F. D. Assessoria aos atingidos por barragens em Minas Gerais: desafios, limites e potenciais. In: ROTHMAN, F. D. **Vidas alagadas**: conflitos socioambientais, licenciamento e barragens. Viçosa-MG: Editora UFV, 2008.

EXTENSÃO RURAL, AGRONEGÓCIO E CONSERVADORISMO: OS LIMITES DE UMA POLÍTICA PÚBLICA PARA O CAMPO¹

José Carlos de Amaral Júnior²
Caroline Becher³

Resumo

Esse trabalho discute como a extensão rural pública se encontra, atualmente, impossibilitada de lidar com a diversidade de sujeitos e modos de vida no campo, pois está atrelada ao conservadorismo histórico que converteu sua prática aos interesses do agronegócio e do capital internacional. Assim, mesmo com as modificações ocorridas nessa política pública a partir dos anos 1990, a inadequação teórico-metodológica impossibilitou que a diversificação de públicos fosse refletida na diversidade de formas de trabalho dos extensionistas, mantendo intacta a perspectiva ambiental de seu passado.

Palavras-chave: Extensão Rural, Meio Ambiente, agronegócios.

EXTENSIÓN RURAL, AGRONEGOCIO Y CONSERVADURISMO: LOS LIMITES DE UNA POLÍTICA PÚBLICA PARA EL CAMPO

Resumen

Este trabajo discute cómo una extensión rural pública es actualmente incapaz de hacer frente a la diversidad de sujetos y formas de vida en el campo, ya que está ligada al conservadurismo histórico que convirtió su práctica a los intereses del agronegocio y el capital internacional. Así, aún en la forma de política pública que se dio en esa fecha de 1990, una insuficiencia teórico-metodológica imposibilitó que la diversificación de públicos se reflejara en el trabajo de los extensionistas, manteniendo intacta la perspectiva ambiental de su pasado.

Palabra Clave: Extensión rural; Medio ambiente; agronegocios.

RURAL EXTENSION, AGRIBUSINESS AND CONSERVATISM: THE LIMITS OF A PUBLIC POLICY FOR THE FIELD

Abstract

This work sought to discuss how public rural extension is currently unable to deal with the diversity of subjects and ways of life in the countryside, since it is still strongly linked to the historical conservatism that converted its practice to the interests of agribusiness and international capital. Thus, even with the changes that have taken place in this public policy since the 1990s, the theoretical-methodological inadequacy made it impossible for the diversification of audiences to be reflected in the diversity of the extension workers; ways of working, keeping intact the environmental perspective of their past.

Keywords: Rural extension; Environment; Agrobusiness.

¹Artigo recebido em 18/05/2022.. Primeira avaliação:28/06/2022. Segunda avaliação: 29/07/2022. Aprovado em 14/09/2022 .Publicado em 10/11/2022.. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v20i43.54533>.

² Pós-doutorado em Serviço Social e Política Social na Universidade Estadual de Londrina (UEL). Doutor em Memória: Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia(UESB). E-mail: jcamaral1987@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0581277589084312>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9983-4181>.

³ Doutora em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Assistente Social do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-PARANÁ). E-mail: karolbecher@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0781567490749607>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1221-8707>.

Introdução

Esse trabalho busca discutir como a extensão rural pública se encontra, atualmente, impossibilitada de lidar com a diversidade de sujeitos e modos de vida no campo, visto que ainda fortemente atrelada ao conservadorismo histórico que converteu sua prática aos interesses do agronegócio e do capital internacional. Para tal, utilizaremos como exemplo profícuo os rumos trilhados pela Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER paranaense, demonstrando como o processo de “sojização” da produção agrícola no estado encontrou reverberação em um modelo difusionista produtivista de extensão rural – e os limites que a construção histórica da política em torno dessas premissas colocam à diversificação de público, na compreensão dos distintos modos de vida e no reconhecimento do campesinato.

A extensão rural é uma política pública implementada no Brasil desde a década de 1950, por meio de uma parceria público-privada que aproximava instituições estadunidenses com os estados brasileiros na busca por uma “modernização do campo” (PEIXOTO, 2008). Prevalcia uma leitura altamente evolucionista do rural brasileiro, em que diversas “missões” pelo interior do país, muitas delas de financiamento também estadunidense, reforçavam o campo como lugar do arcaico em todos os sentidos: produção, vida cotidiana, hábitos e costumes (FONSECA, 1985). A extensão rural, vista puramente por uma perspectiva estadista, pode parecer uma política pública voltada para o campo que foi resultante de uma série de iniciativas que ocorreram nas décadas anteriores, como as missões e semanas rurais, de origem bastante diversa. No entanto, compreendê-la pela perspectiva crítica requer maior cuidado.

Em primeiro lugar, deve pesar o caráter adaptado dessa política para o cenário brasileiro, que embora tenha sido trazida sob o discurso de “semelhança com o modelo dos EUA”, foi importada em um formato peculiar (AMARAL JUNIOR, 2020). Aqui inicialmente a política foi construída no bojo dos acordos de cooperação internacional pós-II Guerra, assumindo caráter mais brando e assistencialista, menos focado na difusão tecnológica e fortemente vinculada ao crédito supervisionado. Além disso, como também está demonstrado em Amaral Júnior (2020), vinculou-se a uma perspectiva moralizante de promoção da mudança de hábitos e costumes, apoiando-

se mesmo em categorias profissionais que já estavam, àquela época, em plena decadência nos EUA.

Em segundo lugar, pelo contexto e formato em que foi implementada, é preciso destacar que, conforme apontado por Alves e Amaral Júnior (2022), a extensão rural é resultado de uma negação de diversas outras políticas ao campo: ela é a soma genérica, reduzida e bastante pragmática do que o Estado preconizava como educação necessária para o campo. Para os sujeitos do rural brasileiro, não bastava mais do que ensinar a ler e escrever, a como produzir utilizando novas ferramentas e a adotar hábitos mais “modernos”, quase sempre filtrados pela ideologia eugenista da origem extensionista. Portanto, a extensão rural é uma política pública voltada ao campo já marcada desde sua gênese por ser, dialeticamente, o símbolo da presença pragmática do Estado e sua conseqüente negação, afirmando sua ausência em diversas outras áreas – como a assistência social, a saúde, a previdência social, a educação escolar e etc.

No entanto, a vertente “humanista assistencialista” da extensão rural foi, depois de mais ou menos duas décadas, substituída por um modelo focado na difusão de insumos e tecnologias agrícolas, atrelada a uma proposta desenvolvimentista de geração de *superávit* que tinha como base a tecnificação e a “modernização” do campo (RODRIGUES, 1997). O autor demonstra como, no bojo dos interesses do capital e acompanhando os eventos da Revolução Verde, o positivismo adentrou as agências de extensão, abandonando um projeto educativo mais amplo focado na mudança de hábitos e costumes para debruçar-se especificamente no aumento da produção de culturas específicas. Esse movimento não era necessariamente novo, como demonstra Pinheiro (2016), uma vez que desde sua origem a extensão rural estava pautada na introdução de hábitos de consumo e produção da realidade estadunidense. No entanto, a conversão importante ocorrida foi na compreensão de que a extensão tinha um papel exclusivamente difusionista, em que seus agentes se tornariam representantes do Estado para promover o “desenvolvimento”. Não por acaso, é no contexto do modelo autocrático burguês pós-Golpe de 1964 que o projeto desenvolvimentista da ATER ganhou fôlego, encontrando solo fértil, sobretudo, nos estados da federação já marcados pelo domínio dos interesses da burguesia agrária – São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, principalmente.

É sabido que, embora o processo de difusão das *commodities* não seja necessariamente exclusivo desse período, a combinação pujante entre Revolução Verde, projeto desenvolvimentista e avanço do capitalismo sobre as periferias mundiais marcou sua introdução no Brasil. No Paraná, cujo primeiro escritório de ATER pública foi estabelecido em 1956, esse cenário tomaria forma de maneira bastante peculiar na década de 1970, sobretudo após a ocorrência da “geada negra” em 1975 que, atingindo principalmente a produção de café do norte do estado, marcou a introdução da soja como cultura difundida entre os agricultores paranaenses (SAVIANI, 2015). Hoje a soja é a principal cultura de exportação do estado, conforme demonstram dados do IBGE (2022). O agronegócio representou 33,9% do PIB paranaense, segundo dados da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do estado, sendo a soja o seu principal produto de exportação (2020). Esses dados reforçam que, a partir da década de 1970, a extensão rural aliou-se aos interesses do Estado em abandonar uma perspectiva educativa mais ampla, inclinando-se para uma homogeneização de seu público e de suas ações com vistas à difusão de culturas específicas. Como aponta Pinheiro (2016), a extensão rural inclinou-se aos médios e grandes produtores, especializando sua atuação naqueles sujeitos do campo que tinham potencialidade para a produção de *commodities*.

Há, portanto, uma transição bastante drástica de orientação metodológica, em que a “família do campo” passa a ser vista apenas como variável da produção agrícola (AMARAL JUNIOR, 2020). A extensão rural cresceu e se difundiu, em muitos estados, segundo essa perspectiva conservadora e atrelada ao agronegócio, tendo dificuldades históricas em se aproximar das minorias, dos movimentos sociais e das lutas do campo (CALLOU, 2006; DIAS, 2007). A sobrevida relativamente longa do projeto desenvolvimentista adiou por duas décadas uma reflexão crítica sobre a política pública, que só no final dos anos 1980, com a decadência do Governo Militar e com a crise econômica que a acompanhou, fez surgir os primeiros debates sobre o esgotamento do difusionismo produtivista.

Esse debate acompanhou, é importante destacar, um processo de desmonte do Sistema Brasileiro de Extensão Rural que, no decorrer da redemocratização do país pela via do neoliberalismo, aproveitou-se da própria obsolescência percebida da política pública em questão para justificar o corte drástico de recursos e sua desarticulação. A extensão rural entrou os anos 1990 fortemente desestruturada,

deixando as instituições públicas de ATER isoladas em seus respectivos estados, sem recursos⁴ e dificultando a emergência de projetos de renovação. Alguma oxigenação nas agências públicas de ATER viria a ocorrer somente após os anos 2000, com a emergência da categoria “agricultor familiar” e as políticas públicas que a acompanharam. Uma aproximação que, nos termos de Dias (2007), era oportunista frente ao cenário caótico da extensão pública e sua incapacidade de renovação na mesma agilidade e proporção vistas na ATER privada.

Essa aproximação pragmática inverte a situação histórica e, pela primeira vez, coloca a extensão rural pública em contato com pautas e agendas dos movimentos sociais e dos distintos sujeitos do campo. Prevalece a partir daí um reordenamento da extensão rural “por dentro” da adoção da agricultura familiar, incorporando massivamente a perspectiva do capitalismo agrário em detrimento do paradigma da questão agrária⁵. Nessa linha, por mais que o cenário pós anos 1990 tenha colocado novas demandas de atualização e renovação para a extensão rural, defendemos que a herança histórica de um modelo ambiental conservador atrelado ao agronegócio ainda se faz central para a ATER pública, incorporando mudanças mais discursivas do que objetivas.

Para desenvolvermos melhor esse ponto, apresenta-se o artigo em duas seções distintas: uma primeira buscando contextualizar a forma como, a partir dos anos 1970, essa conversão ao difusionismo produtivista significou a drástica conversão às *commodities*, aos interesses do capital internacional e a uma perspectiva ambiental reducionista; e uma segunda conectando os desdobramentos desses eventos frente ao cenário de uma extensão rural “repensada” a partir dos anos 1990.

⁴ Sobre isso ver Peixoto (2008).

⁵ Sobre os diferentes paradigmas, segundo Fernandes (2016), o paradigma do capitalismo agrário encontra na categoria “agricultura familiar” a força necessária para reproduzir o discurso de que os distintos modos de vida e os diferentes sujeitos do campo não inseridos completamente nos circuitos de mercado capitalistas estariam fadados ao fracasso. Assim, justificam o abandono de políticas públicas pautadas em demandas dos movimentos sociais e estratos excluídos do rural – como a Reforma Agrária radical – e passam a priorizar programas, projetos e políticas de mercado, de tecnificação, de difusão do crédito e etc.

Meio ambiente, produção agrícola e a intervenção estatal

A história ambiental começou a estruturar-se no início da década de 1970 e não pode ser compreendida apenas como a simples proposição de influências naturais na história humana. Emerge da necessidade de compreender as relações e as reações dos homens para com a natureza e para ajudar a responder aos problemas complexos que enfrentamos, como as desigualdades sociais, os desastres ambientais, dentre outros. A história ambiental vem conquistando um espaço significativo no campo disciplinar da História, assim como nas Ciências Humanas e Sociais em geral. Desse modo, os estudos envolvendo a relação dos homens com o mundo natural não humano já fazem parte das reflexões não apenas dos historiadores, mas de outras áreas do conhecimento, inclusive de uma análise sobre as interrelações com a Questão Social e questão agrária (KLANOVICZ; ARRUDA; BERGO, 2012).

Apresenta-se então a necessidade em estabelecer a interface entre os temas clássicos trabalhados pelos estudos de história social e ambiental (MOSLEY, 2006). Ressalta-se a relevância dessa aproximação da história social e história ambiental, apresentando como justificativa as próprias experiências societárias bem como suas escolhas no passado nos campos energético, tecnológico, industrial, urbano, agrícola e de consumo. Há a necessidade da construção de leituras históricas capazes de pensar as consequências ambientais da atualidade, considerando as relações promovidas por coletivo de humanos e não humanos. Em linhas gerais, é como se retomássemos um papel crucial da “natureza” na história social (MOSLEY, 2006). Entender as políticas públicas que historicamente foram construídas para o campo brasileiro é, portanto, entender também a história ambiental de compreensão do tripé meio ambiente-sujeitos-agricultura.

Sobre estas escolhas, tanto brasileira, quanto paranaense, no campo da produção agrícola, é necessário compreender a agricultura de grande escala, como mais um dos processos de construção da ordem capitalista, a partir da racionalização do campo e da leitura dessa racionalização, das escolhas sobre o quê, quando, como, para quê e para quem produzir alimentos, considerando os fatores ambientais na história das *plantations*.

A partir dessa interface entre a questão ambiental e os processos sociais

expressos na realidade objetiva dos diversos públicos existentes em território rural, se torna indispensável compreender as relações entre agricultura e estado, entre formas de trabalho e de propriedade da terra, entre a divisão sexual do trabalho e o forte traço patriarcal ainda presente no campo e na cidade, entre regimes agrários, política e acesso desigual ao “progresso”, resultante do projeto modernizante da agricultura brasileira. A modernização da agricultura no Brasil e a ideologia do desenvolvimento se materializaram em estratégias teórico-metodológicas que tinham por objetivo “fazer crescer a produção e a produtividade do setor agrícola, puxada pela demanda urbana e pela demanda externa em processo acelerado de crescimento” (LUSTOSA, 2012, p. 58). Essa onda modernizante perpassou os aspectos produtivos, trazendo consequências sociais e ambientais para a população. Com a expansão do capitalismo no espaço agrário brasileiro, o processo de modernização ganhou forma e intensidade, gerando uma nova realidade socioeconômica e espacial no campo e na cidade.

Ao optar pelo modelo modernizante da agricultura, o Estado entendia que esse era um projeto que renderia a expansão da produção agrícola no país e do setor industrial, integrando os planejamentos governamentais para o Brasil desde 1930. Os projetos políticos voltados para o desenvolvimento econômico por meio de uma industrialização capitalista planejada originaram-se na década de 1930, tornando-se hegemônicos nos anos 1950. Entretanto, do ponto de vista ambiental e social, trouxeram danos a toda sociedade (BECHER, 2021).

Os estudos sobre a influência do modo de produção capitalista e as suas consequências para a natureza aparecem de forma tangencial nas análises de Mészáros (2011), quando o autor apresenta os limites absolutos do capital. As determinações históricas da crise estrutural do capital precisam ser buscadas no processo denominado por Mészáros de “ativação dos limites absolutos do capital”. O autor traça uma relação precisa entre o desencadeamento desse processo e a necessidade de superação histórica da ordem do capital:

[...] como a ativação dos limites absolutos do capital, enquanto sistema de reprodução plausível, surgiu em nosso horizonte histórico, já não se poderá evitar por muito mais tempo o enfrentamento da questão de como superar os pressupostos estruturais destrutivos do modo estabelecido de controle sociometabólico (MÉSZÁROS, 2011, p. 387).

A destruição das condições naturais da reprodução sociometabólica, por sua vez, está atrelada ao caráter irremediavelmente incontrolável da propensão do capital à acumulação não planejada. Lembremos que já estava em Marx (2017), que a produção capitalista ocorre de modo caótico e não planejado, em que grupos isolados de capitalistas decidem o que produzir segundo seus próprios interesses, desconsiderando não só a relevância social das mercadorias que irão produzir, como também seus respectivos impactos. Mészáros procura demonstrar que as unidades de reprodução do capital (empresas) são obrigadas a considerar todos os obstáculos externos como barreiras a serem transpostas: “a natureza e os seres humanos só poderiam ser considerados ‘fatores de produção’ externos em termos da lógica auto-expansionista do capital” (MÉSZÁROS, 2002, p. 216). É por isso que a racionalidade do capital, necessariamente parcial, “contradiz diretamente as ponderações elementares e literalmente vitais da restrição racional e correspondente controle racional dos recursos humanos e materiais globais” (MÉSZÁROS, 2002, p. 216).

O planejamento racional e abrangente de uso e aproveitamento de todos os recursos naturais e humanos consiste em uma tarefa para a qual o capital é absolutamente incapaz, e exige uma maneira radicalmente diferente da adotada atualmente de utilização desses recursos. Outra contradição básica do sistema capitalista de controle é:

que ele não pode separar ‘avanço’ de destruição, nem ‘progresso’ de desperdício – ainda que as resultantes sejam catastróficas. Quanto mais destrava os poderes da produtividade, mas libera os poderes de destruição; e quanto mais dilata o volume da produção tanto mais tem de sepultar tudo sob montanhas de lixo asfíxiante (MÉSZÁROS, 2011 p. 41).

O processo de modernização da agricultura brasileira teve marcas fortes conservadoras que culminaram na manutenção da estrutura fundiária concentrada na seletividade dos agricultores beneficiados com os incentivos e investimentos estatais, desenhando um quadro agrário de intensas desigualdades sociais. O projeto do Estado de modernizar a agricultura, com objetivo de dinamizar a produção agrícola do país, se iniciou no Sul do Brasil nos anos 1950 e, rapidamente, atingiu outras regiões. Já nos primeiros dez anos de investimento do governo para modernizar o campo, os resultados começaram a aparecer, sobretudo, na produção de *commodities*, como a ampliação das áreas plantadas de soja, que do ponto de vista da história ambiental é um processo, denominado por Klanovicz e Mores (2017) de “a sojização da agricultura

moderna”⁶.

No Paraná, os autores destacam uma particularidade do ponto de vista ambiental: um desastre ambiental ⁷ ocorrido na região norte paranaense, a chamada Geada Negra, que foi determinante para o aumento da plantação de soja. Entretanto, devemos recorrer aos estudos historiográficos para não cometermos o erro de a partir de uma análise simplista e considerar que a geada de 1975 foi a única responsável pelo fim da cafeicultura no Paraná. É necessário, no entanto, observarmos o contexto em que prevalecia uma concentração de cafeeiros em apenas duas regiões e era crescente “a substituição do café por lavouras anuais como milho, trigo e soja” (MORES, 2017, p. 246), revelando assim a conjuntura e de que forma populações humanas e não humanas reagem ao processo da geada no curso da história.

Ao fazer uso do conceito de desastres ambientais, compreendemos que desastres são processos socialmente construídos, na história de ocupação humana e nas suas relações com outros seres no espaço. Do ponto de vista meteorológico, a geada negra é um fenômeno climático que, ao contrário da geada branca (a mais comum) que ocorre quando há presença de umidade e causa o congelamento da relva por fora, ocorre com a presença de ar frio e seco, congelando a planta por dentro, quando a temperatura se encontra abaixo de 0º grau. Recebe esse nome devido à aparência do caule da relva congelada por dentro das plantas, deixando-as com a aparência de queimada (ZVIR; KLANOVICZ, 2013).

Dessa forma, compreendemos do ponto de vista da biologia, mais especificamente da área da botânica, que as geadas para agroecossistemas são eventos climáticos que provocam a morte da planta ou de suas partes (folhas e ramos), ou que ainda podem causar congelamento dos tecidos e do líquidos internos das plantas, gerando inclusive problemas para que essas realizem fotossíntese (IBC-GERCA, 1979)

Deve-se considerar, obviamente, que a presença massiva de produção cafeicultora no norte do Paraná já indicava a disseminação das *commodities*,

⁶ Faz referência ao título “A sojização da Agricultura Moderna no Paraná, Brasil: Uma questão de História Ambiental. (KLANOVICZ; MORES, 2017).

⁷ O uso da categoria “desastre” não se refere ao fenômeno climático, mas aos eventos que de alguma forma afetam o cotidiano de populações humanas. Logo, o uso da categoria “desastres naturais” não passa de uma contradição, pois o desastre só é um desastre a partir do momento que interfere nas populações humanas, enquanto a referência ao natural reforça a ideia de que estes eventos não estão relacionados com o ser humano (MORES, 2017). Para este trabalho, será utilizada a categoria de desastre ambiental, ou ainda, socionatural.

sinalizando que não necessariamente as geadas – em particular a Geada Negra – foram responsáveis pela implantação desse modelo agrícola no estado. Conforme Mores (2017, p. 281) busca historicizar a *plantation* no estado do Paraná:

Em primeiro lugar, devemos considerar que no período entre 1963 e 1975, o Paraná teve muitas transformações no cultivo do café, seja pelo programa de erradicação, racionalização e replantio de cafeeiros, pela introdução da ferrugem, pela idade média dos cafeeiros, que estava entre 20 e 30 anos, ou ainda pelo crescimento dos preços de outros cultivos agrícolas anuais, como o trigo e a soja.

Durante o início da década de 1960, o Instituto Brasileiro de Café (IBC) começou a elaborar projetos para a implementação de um novo monocultivo de café no sul de Minas Gerais, com o uso de tecnologias como tratores, defensivos químicos em larga escala e a reutilização de um espaço de antiga cafeicultura. O IBC estimulava os produtores paranaenses a migrar para Minas Gerais, uma vez que, ao mesmo tempo em que produzia uma revolução na escala global de produção do café, Minas Gerais teria sido escolhida justamente por não ser uma região vulnerável à geada (MORES, 2017), havendo o estado do Paraná passado por geadas significativas em 1953 e 1963.

Desde 1972, o IAPAR⁸ desenvolveu projetos de pesquisa sobre a soja na região, fazendo com que o Paraná se tornasse o principal centro de pesquisas do Brasil, demonstrando o interesse pela *plantation* de soja, buscando tornar o Paraná um produtor permanente do cultivar. Mores (2017) considera que os esforços políticos foram fundamentais para a expansão da sojicultura no Paraná, e em especial, pela instalação da EMBRAPA-Soja (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) em Londrina, em agosto de 1975, sob fortes influências políticas regionais e expressivos investimentos das políticas públicas voltadas a esse objetivo. Logo, o cultivo de soja teve um grande incentivo após a retirada de cafeeiros da região, tornando-se junto com o trigo o principal cultivo agrícola, especialmente nas grandes propriedades. Mores (2017) argumenta que a geada negra não deve ser entendida como causa única do fim da cafeicultura, pois:

o café não desapareceu das paisagens do norte do Paraná, como a memória e muitas reportagens querem considerar. A geada, não foi a "morte" da cafeicultura e muito menos o final dela. Nos anos após a

⁸ Instituto Agrônomo do Paraná, que no ano de 2019 passou a ser denominado Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-Paraná), unindo-se com o antigo Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-PR).

geada, especialmente em pequenas propriedades, muitos cafeeiros tiveram que ser arrancados e outros cultivos deram lugar enquanto os novos cafeeiros eram replantados. Em pequenas propriedades e em famílias que não conseguiam adquirir o pacote tecnológico que a soja necessitava, como tratores, colheitadeiras e outros *inputs* químicos, a cafeicultura ainda continuava como o cultivo agrícola (MORES, 2017, p. 293-294).

A ideia defendida por Mores (2017) é válida quando nos alerta sobre a diferença entre a memória criada sobre o evento (dramatização em jornais e periódicos) e o desastre ambiental em si. Para o autor

[...] a geada em 1975 foi mais um ponto importante para acelerar as transformações que já estavam ocorrendo na cafeicultura paranaense, sob influência dos agentes de ATER, do que efetivamente um ponto da “morte da cafeicultura” (MORES, 2017, p. 296).

A soja tomou o espaço de diversas culturas tradicionais devido à demanda internacional, superando o café e a cana-de-açúcar em área plantada e em volume de negócios, podendo ser considerada uma nova e diferente *plantation*, ocupando espaço importante no que Frank Uekötter (2014) considera como nova dimensão mental da agricultura em uma era de unificação biológica do mundo.

A cultura da soja é talvez “o capítulo mais recente da expansão agrícola nacional mas também o produto agrícola que catalisa as intersecções entre tecnologia, ecologia, e todos os riscos biológicos que a monocultura proporciona” (KLANOVICZ; MORES, 2017. p. 242). Para os autores:

Não é forçoso pensar no contexto histórico brasileiro da segunda metade do século XX quando falamos na permanência ou introdução de novas formas da *plantation* no país, pois encontramos uma dinâmica que perpassa vários governos democráticos ou autoritários. Era disseminado o pensamento de que era necessário retirar o Brasil das nações do então denominado “terceiro mundo” e racionalizar sua produção, difundido “a ideia de desenvolvimento econômico justificando cada ato de governo, e até de ditadura, e de extinção da natureza. Acima de tudo, nas representações de Estado, nos meios de comunicação e no imaginário popular. Compreendemos assim que essa monocultura do século XX é um projeto político de controle da natureza estimulado por sucessivas ondas desenvolvimentistas brasileiras (KLANOVICZ; MORES, 2017, p. 246-247).

Compreendemos, portanto, que a sojicultura não apenas alterou as características ambientais biológicas e florestais, como também as estruturas econômicas, relações de trabalho, sociopolíticas, intensificando a pauta de programas e projetos específicos para a modernização do campo, em especial, na segunda

metade do século XX. Deixou traços marcantes nos aspectos organizacionais de instituições públicas e privadas, na formulação e execução de políticas públicas e investimentos públicos, levando a um emparelhamento dessas políticas em torno da difusão técnica e tecnológica para efetivação de um projeto específico de desenvolvimento. Por outro lado, os índices de pobreza extrema aumentaram quando a soja monopolizou os campos, em especial na região central do estado (BECHER, 2021). A emergência das *commodities* como plano de geração de superávit, incentivadas pelo governo obteve crescimento rápido. Entretanto, concomitante a esse crescimento, inicia-se um processo de qualificar o fenômeno da modernização da agricultura, argumentando-se que a inserção de métodos e técnicas modernas não atingiu todos os produtores, a exemplo dos menos capitalizados, caracterizando como um processo desigual e, sobretudo, contraditório (PAIVA, 1971).

A modernização visava tão somente o binômio produção e produtividade, sem levar em consideração todas as conformações da questão agrária. Isso significou pensar em políticas públicas e formas de intervenção estatal com fortes consequências sociais, ambientais e biológicas, visto que limitadas ao produtivismo atrelado ao superávit produtivo. A exemplo das formas tardias e completamente esvaziadas de projetos de Reforma Agrária que, conforme demonstra Mendonça (2013), representam um Estado que foi progressivamente cooptado pelas classes patronais do campo desde a década de 1950.

A extensão rural, representando o ápice do que, segundo essa autora, era o interesse histórico da elite agrária do eixo sul-sudeste (o par “crédito barato e assistência tecnológica gratuita”) foi por muito tempo o vetor e catalisador principal desse movimento de negação das políticas públicas para o campo à diversidade de seus sujeitos em consonância com uma intervenção puramente pautada no conservadorismo das elites agrárias. Portanto, a combinação política pública enviesada para o campo e interesse das elites agrárias encontrou reverberação em um modelo de atuação focado nas *commodities*, na “sojificação” das culturas, na marginalização da diversidade do campo e na consequente degradação ambiental e exclusão de modos de vida que destoam daquele preconizado no paradigma do capitalismo agrário.

Esse imbróglio peculiar retornou historicamente na extensão rural dos anos 1990 em diante, revelando a contraditoriedade de uma política pública calcada no

produtivismo e na degradação ambiental com um projeto de redesenho que apontava, desde sua gênese para o completo oposto.

Entraves do conservadorismo: a aparente diversificação de público e pluralidade da prática extensionista.

Pode uma política pública cujo eixo estruturante foi consolidado no bojo do difusionismo produtivista comportar uma outra perspectiva ambiental para o desenvolvimento do campo brasileiro? A resposta, acreditamos, está menos no campo das potencialidades da ATER e mais no curso de seu desenvolvimento histórico pós-1990.

O esgotamento do modelo difusionista de extensão rural chegou às agências públicas de ATER, primeiro, pela via das crises econômicas que o mercado agrícola de exportação fortemente fomentado na década de 1970 não foi capaz de conter. Disso resulta uma percepção generalizada de que, embora o projeto desenvolvimentista para o campo tenha trazido certo otimismo em seus primeiros resultados, o rebote social, ambiental e econômico seria de grande lastro. Rodrigues (1997) demonstra como, sendo afetada já nos anos 1980 por sucessivas críticas, a extensão rural pública buscou reorientar-se pela via de uma nova abordagem humanista.

Paulo Freire, que direcionou duras críticas a ATER no ano de 1969 pelo seu viés de “invasão cultural” e intencionalidade educativa plasmada por certa ideologia em Extensão ou Comunicação (2018), foi o principal nome do redesenho desse debate que começou a ganhar forma nas agências públicas. A primeira geração “pós-freireana”, para utilizar os termos de Callou (2006), tomou para si a função de realinhar a ATER aos princípios de uma educação não formal horizontalizada, que tivesse como foco os agricultores familiares e sujeitos do campo – já abrindo a partir desse movimento espaço para a diversificação de público que viria a ocorrer mais tarde, com a adoção da categoria agricultura familiar e suas respectivas políticas públicas.

A extensão tentava livrar-se da herança difusionista e de seu projeto educativo calcado no produtivismo promovendo um humanismo crítico, substancialmente diferente do humanismo assistencialista da década de 1950 (RODRIGUES, 1997). No entanto, esse projeto não só logrou pouco êxito, como resultou em um hibridismo teórico-metodológico que fez emergir certo modelo humanista-produtivista

instrumental (AMARAL JUNIOR, 2022). Isso quer dizer que, incorporando certas modificações apenas no discurso sobre o método, as agências de ATER tiveram dificuldades em abandonar os projetos historicamente consolidados em torno das monoculturas e da agricultura convencional.

Essa dificuldade seria exponencialmente aumentada pelo desmonte do Sistema Brasileiro de Extensão ocorrido no Governo Collor, cuja diminuição drástica de recursos significou um aumento do poder das agências privadas e instituições internacionais, como o Banco Mundial e empresas de defensivos agrícolas, que passaram a ser “parceiros” importantes para a manutenção financeira das instituições. Adentrando um período de “projetização”, a ATER pública parece ter se adaptado retoricamente, mas objetivamente ter apenas ampliado o leque de projetos que passaram a integrar suas estratégias de sobrevivência financeira (AMARAL JUNIOR, 2020).

Portanto, a ATER pública se estagnou por detrás de uma mudança recursiva, não participando das principais pautas e lutas do campo que se desenrolaram pós-redemocratização, mas aproveitando-se posteriormente das políticas delas decorrentes (DIAS, 2007). Segundo o autor, a aproximação da extensão rural com o PRONAF e demais políticas centradas na agricultura familiar foi puramente oportunista, ocorrendo à margem da luta dos estratos sociais do campo diretamente envolvidos com essas agendas. Disso decorre que, embora uma segunda geração pós-freireana⁹ tenha participado ativamente na construção de algumas agendas e políticas, a exemplo da PNATER, a diversificação do público e dos modos de vida e produção ali materializadas não se converteram, necessariamente, em bússola para a prática extensionista.

A PNATER, portanto, se converteu em instrumento dúbio e paradoxal dentro da ATER pública, escancarando que uma perspectiva ambiental substancialmente diferente teria problemas de se efetivar pois encontraria entraves na estruturação das agências, nas cobranças do projeto de intervenção estatal pró-agrobusiness e no método extensionista. Sobre o método, está descrito em Amaral Júnior (2022) como mesmo na segunda década dos anos 2000 o debate metodológico na extensão rural era incipiente a ponto de não conseguir efeitos relevantes na prática dos profissionais, reproduzindo uma perspectiva desenvolvimentista com elementos recursivos de uma

⁹ Sobre isso, ver também Callou (2006).

educação horizontalizada. Essa adequação instrumental do humanismo freireano ocorreu por meio do hibridismo teórico, cuja origem diversa favorece a manutenção de uma perspectiva focada no agronegócio, comportando sem grandes contradições projetos ditos alternativos lado a lado daqueles de origem mais convencional – como o cultivo de *commodities* (AMARAL JUNIOR, 2022).

Somado a isso, o máximo de diversificação de público ocorrido pós-PNATER se revela extremamente conservador e ainda atrelado ao produtivismo. Como exposto em Amaral Júnior (2020), a extensão rural adotou uma abordagem a partir dos anos 1990 que apenas seccionou o público em recortes arbitrários – como jovens e mulheres – sem aprofundar-se nas metodologias de trabalho com cada um deles. Nesse contexto, ilustra a dificuldade de compreender a diversificação de público na PNATER, uma vez que utiliza das categorias mais usuais de forma puramente instrumental, ou seja, apenas para seccionar a qual estrato dos agricultores familiares será destinado cada conjunto de ações. No caso da Paraná, a título de ilustração, o relatório de 2019 do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná¹⁰ demonstra esse abismo operacional da diversificação de público: o atendimento anual de indígenas, quilombolas e pescadores artesanais representa apenas 1,73% do público total atendido dentro da categoria “agricultura familiar” – nem metade do número total de agricultores patronais atendida pela agência (4.000 agricultores atendidos no ano).

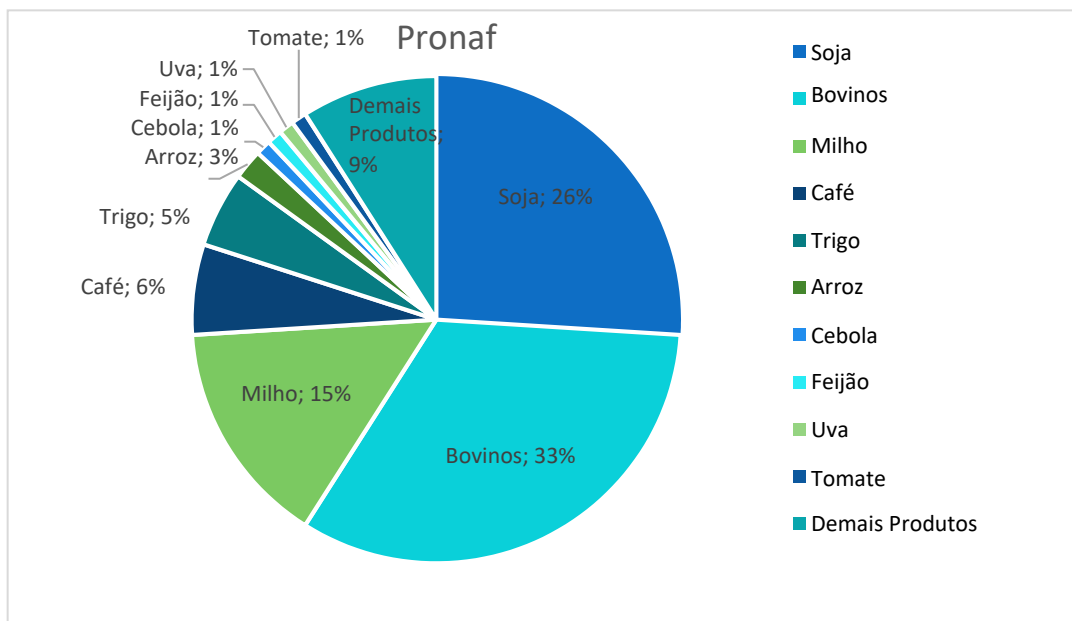
O mesmo documento demonstra também que, se tratando das linhas de atendimentos mais prevalentes, ainda ocupam o ranking de assistência técnica e atividades diversas as *commodities*: em primeiro lugar o Projeto Leite, que atendeu 31,9 mil pessoas, e em segundo o Projeto Grãos Sustentável, com 29,8 mil pessoas beneficiadas. Vale destacar que o referido relatório pontua, para esse último, a parceria com a “Embrapa-Soja, Senar-PR, universidades, prefeituras, *empresas privadas* e cooperativas” (p. 29, grifos nossos).

Um breve olhar sobre a política agrária como um todo demonstra que, no bojo do projeto estatal para o campo, prevaleceu a lógica do agronegócio, mesmo perpassada pela categoria da agricultura familiar. Segundo o relatório do Plano Safra 2019, do Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o número de valores contratados em Julho/2017 a Maio /2018 referente ao custeio, somam 10 milhões 975

¹⁰ À época ainda denominado Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-PR).

mil, já em Julho/2018 a Maio/2019 o valor foi de 11 milhões e 275 mil reais. Os dados abaixo, demonstram claramente o direcionamento dos investimentos do programa, para as cultivares de soja e a área de bovinocultura de leite e corte.

Gráfico 1 - Pronaf Custeio – (%) Partic. por produto no valor financiado jul.2018 a mai.2019



Fonte: SICOR/banco Central – Elaboração CGFAF/DFI/SPA/MAPA, dados extraídos em 03/06/2019

A partir dos dados observa-se claramente a concentração de determinados plantios e atividade pecuária, consumindo 59% dos recursos do Pronaf... Somente 6% são dissolvidos em outras culturas como olericultura, fruticultura, dentre outras. Isso demonstra uma forte tendência histórica no Brasil em financiar *plantations*, como a soja. Para além da financeirização, o estado organiza programas, projetos e instituições para ampliar as grandes lavouras. Lembre-se que o crédito sempre esteve, desde sua origem, atrelado às agências de extensão rural, corroborando com a perspectiva de que, mesmo depois dos eventos ocorridos após os anos 1990, a ATER pública se manteve concentrada na difusão de culturas prevalentes em seu período difusionista produtivista, com vistas à exportação. De certo, atrelada às *commodities* e aos interesses de acumulação do capital internacional, a extensão rural não pode mesmo converter-se em prol de um modelo agrário mais diverso, menos predatório e que comportasse outros modos de vida e, conseqüentemente, de produção no campo.

Conclusão

Para tecer uma ilustração final, basta citar a matéria divulgada pelo IDR-Paraná em suas redes sociais acerca de um estudo realizado por uma de suas equipes em parceria com pesquisadores da Universidade Estadual de Londrina¹¹ (UEL), que constata que a maior parte dos agricultores de grãos desconhece técnicas básicas de conservacionismo. Assim, se consideramos que um determinado modo de produzir está dialeticamente relacionado com a perspectiva ambiental adotada pelos sujeitos que trabalham no campo, pode-se constatar que o difusionismo produtivista da ATER, além de prevalente, reforça uma relação predatória com o meio ambiente, altamente dependente dos interesses do capital internacional e constantemente colocando à margem modos de vida que se opõem, resistem e/ou se desviam dessas premissas.

Pensar, portanto, uma ATER pública que abranja os distintos modos de vida do campo e sujeitos que dele fazem parte requer, necessariamente, repensar teórico-metodologicamente a estrutura da extensão rural. O que só pode ocorrer ao se conhecer cada um desses sujeitos de forma qualitativamente densa e compreender a lógica de produção e reprodução imbuídas em seus modos de vida. A extensão rural pública só pode caminhar na direção da efetivação da diversidade de existências no campo se compreender as dinâmicas do rural brasileiro, e de que forma a ATER precisa se adaptar e remodelar para atender aos distintos anseios de cada público. Isso significa reordenar-se teórico-metodologicamente para abandonar uma perspectiva histórica desenvolvimentista em que apenas “o avanço do capitalismo no campo” é entendida como a resposta adequada para o desenvolvimento rural. Assim, a extensão rural deve ser capaz de compreender os sujeitos do campo para além de sua leitura produtivista e de transferência tecnológica do passado, o que significa rever também sua própria estrutura.

Assentados da reforma agrária, indígenas, pescadores artesanais, quilombolas, faxinalenses, e povos e comunidades tradicionais no geral não podem ser inseridos a partir de uma perspectiva puramente de estratificação dos públicos que mantém os mesmos contornos metodológicos. Fazê-lo é imprimir ainda, décadas e décadas depois de sua implementação, a face do capital ao projeto de educação

¹¹ A publicação na íntegra, de autoria de Teles et al. (2022), está disponível na Revista Brasileira de Ciência do Solo.

extensionista. O que quer dizer, por consequência, fazer prosperar uma perspectiva ambiental predatória e insustentável para o campo no Brasil.

Referências

ALVES, A. E. S.; AMARAL JUNIOR, J. C. Trabalho-educação: extensão rural, modos de vida e a escola. In: ALVES; TIRIBA. **Cios da Terra: sobre trabalho, cultura, produção de saberes e educação do campo**. Uberlândia - MG: Editora Navegando, 2022.

AMARAL JUNIOR, J. C. **A Pedagogia do Doméstico**: uma memória apreendida da síntese dialética entre Economia Doméstica e Extensão Rural. 2020. 223f. Tese (Doutorado em Memória: Linguagem e Sociedade) - UESB, Vitória da Conquista.

AMARAL JUNIOR, J. C. **Questão Agrária, Questão Social e extensão rural**. São Paulo - SP: PerSe, 2022.

CALLOU, A. B. F. Extensão rural: polissemia e resistência. In: **IV Congresso da Sober** - “Questões Agrárias, educação no campo e desenvolvimento”. Fortaleza, Ceará: [s.n.], 2006.

DIAS, M. M. As mudanças de direcionamento da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) face ao difusionismo. **Revista Oikos**, v. 8, nº 2, 2007.

EMATER - PR. **Relatório de atividades - 2019**. Curitiba, PR: Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural, 2020.

FERNANDES, B. M. Quando a agricultura familiar é camponesa. In: STEDILE, J. P. (org). **A Questão Agrária no Brasil** - Interpretações sobre o camponês e o campesinato. São João Del-Rei, MG: Expressão Popular, v. 9 2016.

FONSECA, M. T. L. **A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 19. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

IBC-GERCA. **Geadas em cafezais**: efeitos, recuperação e condução dos cafeeiros. Rio de Janeiro: IBC, 1979.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Levantamento Sistemático da Produção Agrícola**. Brasília, [s.n.], 2022. (Banco de Tabelas Estatísticas - SIDRA).

KLANOVICZ, J.; MORES, Lucas. A Sojização da Agricultura Moderna no Paraná, Brasil: Uma questão de história ambiental . **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**. In: <http://revistas.unievangelica.edu.br/index.php/fronteiras/> v.6, nº 2, mai.-ago. 2017.

KLANOVICZ, J; ARRUDA, Gilmar; CARVALHO, Ely Bergo (orgs). História ambiental no sul do Brasil: apropriações do mundo natural. São Paulo: Alameda, 2012. História Ambiental da América Latina e do Caribe (HALAC) Revista De La Solcha , 2 (1), 93-96. Disponível em: <https://www.halacsolcha.org/index.php/halac/article/view/191>. Acesso em 12 de julho de 2022.

MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

MÉSZÁROS, I. **Para além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa. - 1.ed. revista. - São Paulo : Boitempo, 2011.

MOSLEY, S. **Common ground: integrating social and environmental history**. Social History, v. 39, nº 3, 2006.

PAIVA, R. M. **Modernização e dualismo tecnológico na agricultura**. Pesquisa e Planejamento, Rio de Janeiro, v.1, nº 2, dez. 1971.

PEIXOTO, M. Mudanças e desafios da extensão rural no Brasil e no mundo. In: **O mundo rural no Brasil do século 21 - a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília: EMBRAPA, 2014.

PINHEIRO, C. F. **Estado, extensão rural e economia doméstica no Brasil (1948-1974)**. 2016. 183f. Dissertação (Mestrado em História) - UFF, Niterói.

RODRIGUES, C. M. Conceito de seletividade de políticas públicas e sua aplicação no contexto da política de extensão rural no Brasil. **Cadernos de Ciências e Tecnologia**, v. 14, nº 1, 1997.

SAVIANI, R. “Geada negra” que destruiu pés de café no Paraná completa 40 anos. **G1 - Norte e Noroeste RPC**, 2015. Disponível em: <<https://g1.globo.com/pr/norte-noroeste/noticia/2015/07/geada-negra-que-destruiu-pes-de-cale-no-parana-completa-40-anos.html>>. Acesso em 10 de maio 2022.

TELLES, T. S.; MELO, T. R.; RIGHETTO, A. J.; et al. Soil management practices adopted by farmers and how they perceive conservation agriculture. **Revista Brasileira de Ciência do Solo**, v. 46, 2022.

ZVIR, E; KLANOVICZ, J. **Percepções Sobre A Geada Negra de 1975 de Jornal Folha de São Paulo**, 2013.

A PROTEÇÃO E A PROMOÇÃO DAS CONDIÇÕES DA SAÚDE HUMANA DISPOSTAS NA ECO-92 EM GIRO PELA EDUCAÇÃO CRÍTICA AMBIENTAL ¹

Rosa Gouvea de Sousa²
Isabela Saraiva de Queiroz³
Celso Sánchez Pereira⁴

Resumo

A proteção e promoção das condições da saúde humana integram, como diretriz, o acordo assinado em 1992, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. O ano de 2022 marca trinta anos desta assinatura. Este estudo propõe a retomada do debate da saúde enquanto elemento constitutivo da proteção ambiental, a partir do olhar da educação ambiental crítica. A partir de giros pelo Sul Global, o estudo trouxe interpretações contemporâneas sobre a diretriz, permitindo evidenciar a indissociabilidade entre a saúde e o debate ambiental.

Palavras-chave: Educação ambiental crítica. Eco-92. Promoção da Saúde. Sistema Único de Saúde. Sul Global.

PROTECCIÓN Y PROMOCIÓN DE LAS CONDICIONES DE SALUD HUMANA PRESTADAS EN ECO-92 Y LA EDUCACIÓN AMBIENTAL CRÍTICA

Resumen

La protección y promoción de las condiciones de salud humana forma parte, como directriz, del acuerdo firmado en 1992 durante la ECO-92. El año 2022 marca treinta años de esta firma. Este estudio propuso la reanudación del debate sobre la salud como elemento constitutivo de la protección ambiental, en la perspectiva de la educación ambiental crítica. Basado en recorridos por el Sur Global, el estudio trajo interpretaciones contemporáneas de la guía. Este ejercicio crítico permitió resaltar la inseparabilidad entre la salud y el debate ambiental.

Palabras clave: Educación ambiental crítica. Eco-92. Promoción de la Salud. Sistema Único de Salud. Sur Global.

PROTECTION AND PROMOTION OF HUMAN HEALTH CONDITIONS PROVIDED IN ECO-92 AND CRITICAL ENVIRONMENTAL EDUCATION

Abstract

The protection and promotion of human health conditions is part, as a guideline, of the agreement signed in 1992 during the ECO-92. The year 2022 marks thirty years of this signature. This study proposed the resumption of the health debate as a constitutive element of environmental protection, from the perspective of critical environmental education. Based on tours of the Global South, the study brought contemporary interpretations of the guideline. This critical exercise allowed us to highlight the inseparability between health and the environmental debate.

Keywords: Critical environmental education. Eco -2. Health Promotion. Unified Health System. Global South.

¹ Artigo recebido em 06/04/2022. Primeira avaliação: 01/05/2022. Segunda avaliação: 10/05/2022. Aprovado em 30/06/2022. Publicado em 10/11/2022. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v20i4353976>.

² Mestra em Bens Culturais e Projetos Sociais pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Professora do Departamento de Medicina da Universidade Federal de São João del-Rei. (UFJF). E-mail: rosags@ufsj.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6734-4583>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4182734342692999>.

³ Doutora em Psicologia Social pela Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil, UFMG/ Brasil. Professora da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). E-mail: isabelasq@ufsj.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0839-1512>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7352265290690280>.

⁴ Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Professor do Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

E-mail celsosanchezp@gmail.com.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5634-023X>.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/377797026773134>.

Introdução

O ano de 2022 marca trinta anos da assinatura de uma série de documentos e marcos legais sobre a temática ambiental, tais como a Agenda 21 Global, firmadas durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - Rio 92. À época, os desafios que constituíam o horizonte do Século XX falavam sobre disputas acerca de modelos de crescimento a partir de um desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2004). Constituindo parte do arcabouço da sustentabilidade, estava a proteção ambiental e a justiça social (BRASIL, 2004). No entanto, atualmente, experimentamos, em escala global, um conjunto de decisões e ações que operam contra este arcabouço. Em curso, dentro de um sistema-mundo organizado pelo capitalismo e pela modernidade, se constrói uma relação assimétrica e expropriadora tanto da natureza quanto dos povos (CISNE, 2018), o que nos coloca diante de uma situação de colapso ambiental (MARQUES, 2017).

De acordo com Manrique (2015), a privatização da terra e dos recursos da natureza, a expulsão de comunidades, a eliminação de formas alternativas de produção, o tráfico humano, a depredação dos fundos de pensão, entre outros seguem em execução pelo capital global, organizando uma geopolítica que se impõe pelo desprezo à natureza. No caso do Brasil, a expropriação da vida se explicita por um sistemático apagamento das políticas sociais e ambientais, conforme exposto por Arraes e Bizerril (2020).

As estruturas de mercado e de Estado realocaram a agenda de proteção ambiental e da justiça social para setores expropriadores da natureza e adoecedores da vida. Promove-se a flexibilização do arcabouço político-legal sobre proteção ambiental, como um atalho às propostas neoliberais em movimento (ARRAES e BIZERRIL, 2019). As intenções protetivas à vida registradas nas Agendas 21 Global e Brasileira passam cada vez mais ao largo de políticas públicas, sofrendo isolamentos e desmontes.

Dentre estas intenções, destacamos, neste ensaio, a “proteção e promoção das condições da saúde humana”, que assume, na Agenda 21 Global, o capítulo seis, no qual há a descrição do que seja saúde a partir de correlações com o desenvolvimento, sucedida por objetivos e atividades que possibilitariam o alcance desta saúde:

Tanto um desenvolvimento insuficiente que conduza à pobreza como um desenvolvimento inadequado que resulte em consumo excessivo, associados a uma população mundial em expansão, podem resultar em sérios problemas para a saúde relacionados ao meio ambiente, tanto nos países em desenvolvimento como nos desenvolvidos. Os tópicos de ação da Agenda 21 devem estar voltados para as necessidades de atendimento primário da saúde da população mundial, visto que são parte integrante da concretização dos objetivos do desenvolvimento sustentável e da conservação primária do meio ambiente. Os vínculos existentes entre saúde e melhorias ambientais e socioeconômicas exigem esforços intersetoriais (CNUMAD, 1992).

No Brasil, a Agenda 21 ganhou contornos próprios, em 2003, compondo o plano plurianual à época (2004/2007) (BRASIL, 2004). No documento brasileiro, a saúde fica evidente no objetivo sete (BRASIL, 2004, p.3): “promover a saúde e evitar a doença, democratizando o Sistema Único de Saúde”, seguindo para recomendações e ações:

Promover a elaboração da Agenda 21 dos hospitais brasileiros, tendo em vista a melhoria dos seus serviços médicos e a qualidade do atendimento, introduzindo consultas com hora marcada, registrando o diagnóstico médico e o seu receituário de maneira a permitir, sobretudo para os mais pobres, o acompanhamento médico no curso da vida. Para isso, usar a caderneta-saúde ou seu equivalente eletrônico, que acompanharia o indivíduo do nascimento à morte.

Intensificar e universalizar ações de promoção à saúde, prevenção e controle de doenças e de assistência integral, com base em programas como dos agentes comunitários e de saúde de família, partes integrantes do Sistema Único de Saúde (SUS).

Melhorar a rede de saúde hierarquizando o atendimento médico em função de sua complexidade, nível de gravidade e de especialização; estabelecer um sistema coerente que comece com forte política preventiva e progressivamente envolva os postos de saúde, os hospitais de emergência e os especializados.

Promover a articulação entre os setores governamentais e destes com a sociedade, para uma política integrada de redução de risco à saúde e melhoria das condições de vida da população.

Aprimorar mecanismos de implementação da vigilância em saúde relacionada à qualidade de água, solo, produtos, serviços e ambientes de trabalho, de forma a eliminar ou reduzir fatores de risco à saúde.

Promover o desenvolvimento de ações educativas, preventivas e curativas, com o fim de diagnosticar, tratar e acompanhar alunos com problemas de saúde, impedindo que estes interfiram no processo de aprendizagem.

Ampliar as ações de detecção precoce dos problemas de saúde, como hipertensão, diabetes, câncer de colo de útero, desnutrição, defeitos congênitos etc., garantindo condições para acompanhamento e tratamento.

Priorizar como política de saúde pública as ações educativas quanto ao tabagismo, uso do álcool e outras drogas, dietas adequadas,

direção perigosa, comportamento sexual seguro, de forma a evitar que esses fatores de risco se transformem em elementos desencadeadores de processos patológicos graves e irreversíveis (BRASIL, 2004).

Trinta anos depois, a exegese epistêmica da proteção ambiental sofreu críticas, desmontes e se reorganizou. Existem coletivos e organizações que identificam a permanência da colonialidade e seus efeitos de injustiça ambiental, denunciando sua dimensão global e uma divisão internacional orientada por uma alteridade radical cujas expressões são o racismo, a misoginia e a exclusão social (SANTOS, 2010). Sua agenda foi ampliada por uma complexa rede de saberes e práticas, passando a ter como elemento fundante a militância em defesa da vida e por condições de existência e modos de ser diversos à tríade moderno-ocidental capitalista. Elementos interpretativos de mundo como raiz, afeto e ancestralidade, passam a compor movimentos investigativos e explicativos para a relação entre as pessoas e a natureza (CARLE, 2019).

Participam desta rede de saberes e práticas diferentes corpos políticos que denunciam imposições de regulações de vida e morte, e expropriações de corpos e territórios. Morais et al. (2022) chamam a atenção para movimentos sociais cujas pautas falam contra opressões por meio de giros epistêmicos e que denunciam a dominação advinda da racialização, da colonização e da exploração capitalista, bem como do sistema heterossexual. Morais et al. (2022) destacam ainda que tais categorias operam em conjunto e devem ser disputadas de forma atenta a esta imbricação.

Rufino, Renaud Camargo e Sánchez (2020) também divulgam propostas que se voltam para as questões da natureza, a partir da descolonização dessas, tendo por argumento a Terreexistência como caminho para mudanças e como giro dentro do campo da educação. Rufino, Renaud Camargo e Sánchez (2020) apontam que este posicionamento político-epistêmico da Terreexistência nomeia e cria sentidos para a proteção ambiental a partir de desvelamentos de encruzilhadas que se abrem para outras possibilidades de interpretação de mundo e de condições de existência para o bem viver entre pessoas, natureza e seus encantamentos.

Neste ensaio, propomos revisitar a agenda ambiental, em específico a temática sobre proteção e promoção das condições da saúde humana, à procura de pensamentos críticos que questionam esta temática a partir de fundamentos do Sul

Global. Nesse sentido, analisamos a proteção e a promoção da saúde no Brasil, trinta anos depois da ECO-92, percorrendo argumentos contra hegemônicos investigativos de mundo, tendo a proteção ambiental como elemento crítico em disputa. Para isso, situamos esse giro a partir do Sistema Único de Saúde (SUS) por entendermos que o SUS, assim como a totalidade da Seguridade Social no Brasil, sofrem, desde seu nascedouro, constantes ataques e depreciações por precisamente apresentarem garantias em defesa da vida e da dignidade.

A dimensão ambiental da Proteção e Promoção da Saúde

De acordo com o boletim epidemiológico do Ministério da Saúde (2021), o Brasil, no ano de 2021, chegou a 619 mil mortes registradas desde o início da pandemia. Destas mortes, se têm como maioria a população negra e a indígena, caracterizando o que Sato et al. (2020) chamaram de “injustiças pandêmicas” sobre os “condenados da pandemia”. Neste mesmo contexto pandêmico, a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (REDE PENSSAN, 2021) denuncia que 19 milhões de pessoas se encontram em insegurança alimentar, sendo que, nos últimos dois anos, houve o agravamento desta condição para mais de 10 milhões de brasileiros. Novamente, as mesmas populações encontram-se na berlinda da fome.

Em paralelo, houve o crescimento do crédito para a agricultura patronal com fins à produção de *commodities*, o desfinanciamento da agricultura familiar, a extinção do Programa Minha Casa Minha Vida e do Bolsa Família. Melo e Morandi (2021) destacam que o momento pandêmico expressa fortemente a divisão internacional sexual do trabalho, exemplificando pela sobrecarga, adoecimento e morte das trabalhadoras do setor de cuidados, em especial as trabalhadoras da saúde.

No SUS, por sua vez, foi revogada a portaria que dispunha sobre os serviços do Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Básica (NASF-AB) (Nota Técnica nº 3/2020), houve o aprofundamento de ações proibitivas sobre álcool e outras drogas (nota técnica nº 11/2019-CGMAD/DAPES/SAS/MS) e o retrocesso na Política Nacional de Saúde Mental, com a Portaria nº 3.588/2017, ao retomar propostas como a eletroconvulsoterapia e a internação manicomial. Além disso, a

Política Nacional de Atenção Básica teve seu financiamento reorganizado pela Portaria Ministerial nº 2.979, de 12 de novembro de 2019, cujos fundamentos agregam sentidos de caráter privatizante e mercadológico para a universalidade do acesso (SETA et al., 2021).

Estas situações, acima descritas, se somam a um conjunto de tomadas de decisão que se voltam para o extermínio de povos e territórios a partir de necropolíticas (MBEMBE, 2018). O discurso em movimento pelo capital e pela modernidade tensionam para a ideia de um inimigo em estado permanente de alerta e que deve ser abatido pelo que representa (KRENAK, 2019). Esse argumento legitima a construção de políticas e de estruturas que intencionam o controle sobre corpos políticos. Historicamente, o Brasil se alicerça sobre práticas sociais de saúde que operam por essa lógica do controle, promovendo exclusões desiguais de vida e morte.

O fundamento científico que legitima essa relação assimétrica entre esses corpos políticos é organizado pelo modelo biomédico. Este modelo tem elementos constitutivos como ser curativista, hospitalocêntrico, centrado na doença e nos procedimentos, bem como na categoria médica (BARROS, 2002). Seu arcabouço epistêmico constrói uma ideia de ser humano condicionada a existências narcísicas da branquitude, codificando “proteção à saúde” como um privilégio. Dessa forma, a naturalização de saberes científicos “antiambientais” e “anti sociais” tornou-se uma estratégia para a validação da expropriação desejada pela tríade moderno-ocidental capitalista (LOUREIRO, 2004).

O modelo biomédico organiza-se por saberes e práticas estruturados por alteridades que racializam e gendrificam corpos e territórios a partir destes padrões. Paulo Rodrigues, Tiriba e Cordeiro Antunes (2021) reforçam que os fenômenos da saúde alicerçam modos de produção e de reprodução que precarizam a vida e destroem a natureza. Como exemplo destas afirmações têm-se as condições de existência e de permanência dos sujeitos na saúde a partir de marcadores sociais cujo padrão é o homem branco (COSTA, 2002). Rufino, Renaud Camargo e Sánchez (2020) apresentam estes marcadores como contratualidades raciais e antropocenas alicerçadas na construção histórica da Modernidade.

São exemplos de ação que se baseiam nesta ficção imposta pela tríade colonial: a demarcação de territórios tradicionais por marcos temporais

colonizadores, o desmonte dos Sistemas Únicos de Saúde (SUS) e de Assistência Social (SUAS) e a depredação do ar, do solo, da terra e da água pelas corporações empresariais. Ramalho e Leite (2020, p.5) descrevem esta hegemonia identitária como o “homem-branco-heterossexual-europeu” que, aqui, denunciemos como produtora de relações e acessos assimétricos entre as pessoas que fazem uso do SUS, desde o início de sua construção.

Não à toa, logo no período de redemocratização brasileira e, portanto, do SUS, são sancionadas leis (nº 8.080/1990 e nº 8.142/1990) com vetos ao detalhamento do financiamento pela gestão tripartite (em destaque a parte que caberia ao Governo Federal) e ao detalhamento do exercício do controle social no SUS. A privatização e a depredação da “coisa pública” se mantêm como forças paralelas que operam a favor da manutenção de privilégios representados na saúde pelo acesso e por itinerários terapêuticos desiguais.

No ano de 2021, conforme detalhado pela Auditoria Cidadã da Dívida, o Governo fez uso de 2,85% de seus gastos na saúde, frente aos 53,92% gastos em amortizações e juros da dívida (SINTUFRJ, 2021). Estes gastos recebem o respaldo do Banco Mundial, apoiado por estudos que reconstróem o argumento sobre o “risco ambiental e à saúde”, por narrativas de culpabilização dos indivíduos e da pobreza, isentando a relação entre consumo, valor, trabalho e capital (CEOLIN, 2014).

Nos artigos nº 196 a 200, da Constituição República Federativa do Brasil, de 1988, a saúde se delineou circunscrita à Seguridade Social. Na carta maior, a saúde, então, passa a ser compreendida como um direito, cujo arcabouço ético-político disputa saúde para todas e todos. Pretende-se com o SUS a universalização do acesso e do cuidado a partir de princípios e diretrizes como equidade, integralidade, descentralização e participação social. Dessa forma, a construção do SUS passa necessariamente por uma reinterpretação da relação do ser humano com seu entorno e, portanto, com a natureza. Sobre isso, o texto da Agenda 21 Global destaca cinco pontos:

Satisfação das necessidades de atendimento primário da saúde, especialmente nas zonas rurais; controle das moléstias contagiosas; proteção dos grupos vulneráveis; o desafio da saúde urbana; e a redução dos riscos para a saúde decorrentes da poluição e dos perigos ambientais (CNUMAD, 1992).

Para a construção de políticas públicas ambientais, a Agenda 21 apresenta termos e destaques sobre rural e urbano, e sobre grupo vulnerável e de risco. A evidência de um dado termo frente a outro se constitui na intelectualidade moderna e pós-moderna a partir de argumentos da alteridade racializada e hierarquizada (SPIVAK, 2010). Dessa forma, há interpretações do sujeito enquanto um outro inacessível, “enfraquecido” em sua existência, justificando o agenciamento deste por quem lidera ou governa.

Se rural existe por meio do urbano e vulnerabilidade pela ideia de risco, o que se produz é uma codificação de mundo que pratica “saúde” como forma de regulação para a manutenção da diferença entre urbano rural e entre risco e vulnerabilidade. Em última instância, isso configura a extinção radical dos corpos políticos pela codificação capitalista patriarcal racista, com autorização para a exploração com fins ao aprofundamento de exclusões abissais de vida e de morte.

Modos de vida diversos passam a representar um perigo iminente à existência do capital e das relações humanas organizadas por este. O argumento do consumo excessivo, por exemplo, não somente abarca na saúde o velamento sobre as iniquidades de acesso aos serviços de saúde, como também a exclusão desigual de cuidado a partir de interpretações de adoecimento atravessados por gênero, raça, religião e classe (RAMALHO; LEITE, 2020). Saúde torna-se mercadoria.

Neste sentido, pelo Sul global, o rural, o urbano, a vulnerabilidade e o risco perdem suas relações assimétricas para compreensões de mundo que se pautam por coalizões e co-constituições (LUGONES, 2014) interessadas no bem viver e na valorização da natureza e de seus encantamentos (RUFINO; RENAUD CAMARGO; SÁNCHEZ, 2020). O bem viver, por sua vez, participa da constituição de várias propostas de leituras de mundo e de horizontes que se abrem para futuros possíveis.

Na contramão da precarização das relações entre sociedade e natureza, encontra-se a Estratégia de Saúde da Família (BRASIL, 2011) e as políticas públicas que singularizam, pela integralidade, o cuidado a populações específicas (BRASIL, 2014, 2016). Pelo permanente exercício da participação social, houve, a partir da década de 1990, a construção de políticas públicas que se voltaram para abordagens comunitárias e territoriais, promovendo aproximações entre o SUS e modelos interpretativos de mundo diversos ao biomédico, hegemônico. No entanto,

como nos alerta Rocha e Rozendo (2015), apesar de inegáveis avanços, permanece a desvalorização das práticas populares pelos profissionais da área da saúde, o que provoca distanciamento na relação entre o SUS e tais práticas, bem como "a invisibilidade e falta de crédito deste conhecimento popular" (ROCHA e ROZENDO, 2015, p. 336).

Neste sentido, a coordenação da gestão do cuidado e seu compartilhamento mobilizam um permanente exercício de criticidade para estes profissionais. As trabalhadoras e os trabalhadores ao percorrerem os territórios, nas suas mais diversas expressões locais, encontram situações cujos caminhos de resolução passam por interpretações e proposições distantes ao modelo biomédico. A prática normatizada e prescritiva tem limites que dificultam o desenvolvimento de propostas centradas nas necessidades e no cuidado em saúde, o que nos leva ao segundo ponto deste ensaio: a atenção primária à saúde e a proteção ambiental pontuadas nas Agendas.

As "necessidades de atendimento primário da saúde da população" (CNUMAD, 1992) são tratadas neste ensaio a partir de dois argumentos: a compreensão de "necessidade" enquanto elemento que compõe os determinantes sociais de saúde, bem como, o entendimento sobre o atendimento primário estar correlacionado a uma estrutura de atenção primária (APS).

A Comissão Nacional sobre os determinantes sociais da saúde (CNDSS) introduz o conceito de determinantes como um conjunto de elementos "sociais, econômicos, culturais, étnicos/raciais, psicológicos e comportamentais" que atravessam e que constituem situações de saúde e de adoecimento. Para isso, a CNDSS mobiliza sentidos sobre risco, vulnerabilidade e justiça (CNDSS, 2005, p.2).

Para a Comissão, a promoção e a proteção são termos que falam sobre equidade e que estão implicados com o debate sobre o enfrentamento das iniquidades no Brasil (BUSS e PELLEGRINI FILHO, 2007). Por sua vez, a questão "iniquidade social" é um argumento partícipe do pensamento mobilizado pela educação crítica ambiental (LOUREIRO, 2004). Por sua vez, equidade, integralidade e universalidade são diretrizes importantes ao SUS.

No SUS, a atenção primária à saúde tem sua expressão máxima no modelo político técnico-assistencial denominado Estratégia Saúde da Família (ESF). A ESF teve seu início na década de 1990, como programa, para se complexificar como

política anos depois. No ano de 2011, a ESF passa a compor a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB). Conforme explicado por Oliveira e Pereira (2003), a caracterização da Estratégia de Saúde da Família atravessa ações que versam sobre a promoção, a proteção e a recuperação da saúde. As autoras destacam que tais ações demandam investimentos contínuos e perspectivas de cuidado integral.

A partir da ESF, as equipes de saúde mantêm vínculos com as pessoas em seus territórios, agregando questões ambientais, culturais e sociais ao conjunto de questionamentos da saúde. De acordo com Pereira e Oliveira (2013), isto redireciona as práticas e saberes dentro do SUS para as necessidades daquela população. Apesar desta proposta de modelo técnico-assistencial participar explicitamente da PNAB (2011), o projeto ético-político que a embasa a antecede há mais de duas décadas.

O Brasil, a partir da reforma sanitária mobilizada pela redemocratização, conquistou, em 1988, o Sistema Único de Saúde. No artigo 198, da Constituição da República Federativa do Brasil encontram-se os três pilares do SUS: “descentralização, com direção única em cada esfera de governo; atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; e participação da comunidade” (BRASIL, 2012, p. 6).

Tal centralidade promove-se a partir do encontro dos sujeitos históricos envolvidos em um processo mais abrangente de saúde. Sujeito aqui também compreendido como o “homem-sujeito que é parte integrante de uma sociedade igualitária, que também é sujeito”, conforme apresentado por Tiriba, Rodrigues e Antunes (2021, p.4). Pelo campo da saúde, estes sujeitos, como apontado por Ceccim e Feuerwerker (2004), representam a reconstrução do que seja saúde no Brasil e para quem ela se volta.

De acordo com os autores (2004, p.42), o “quadrilátero para a formação no trabalho em saúde” seria um encontro entre estes sujeitos. Os autores destacam que são parte dos sujeitos que compõem o SUS: as trabalhadoras e trabalhadores do SUS, a gestão, o controle social e a educação (CECCIM e FEUERWERKER, 2004). Por conseguinte, a ordenação da formação e da atuação no SUS reorganiza-se acompanhando os movimentos do SUS.

Como argumentado por Baptista, Guimarães e Sánchez (2020) para a educação ambiental crítica (EAC), a formação das pessoas envolvidas em um dado

projeto é pauta perene. Tal pressuposto é precioso, pois fortalece encontros interculturais e expressa nossa latinoamericanidade. Este encontro intercultural Dussel (2016), por sua vez, anuncia como um diálogo que foca interpretações de mundo para leituras transmodernas. A EAC provoca rupturas epistêmicas e ontológicas que direcionam os coletivos para proposições do bem viver.

A EAC enfrenta o processo de padronização globalizadora imposta pelo colonialismo ocidental e defende uma pedagogia autêntica à história das comunidades e dos territórios, destacando a identidade dos povos e os processos relacionais das culturas envolvidas (BAPTISTA, GUIMARÃES e SÁNCHEZ, 2020). Assim, as culturas não seriam, mas estariam dentro dos processos, culminando com transformações. Na saúde, romper com as relações orientadas por padrões significa romper com o controle sobre os corpos, com seu uso exploratório e com a ideia de homogeneidade pela dominação e anulação do outro.

O projeto ético-político da educação ambiental crítica possibilita, neste sentido, um necessário afastamento da tríade moderno-ocidental capitalista, oportunizando o resgate de pautas ambientais a partir de críticas à sociedade brasileira e às suas práticas sociais. Em detalhe e de forma potente, a ECA movimenta a temática ambiental para a saúde e a saúde para as questões ambientais. Isto desvela intenções e ações promotoras de exclusões, aproximando a promoção e a proteção da saúde a sentidos e projetos que promovem a dignidade humana. Neste ponto, a educação ambiental se transforma em caminhos de resistência e persistência a favor do SUS. E quando em giro, a ECA desloca a saúde para caminhos de re-existência, retomando as diretrizes da ECO-92, porém reorientando-a para o Sul Global.

Considerações finais

O ano de 2022 marca trinta anos da assinatura do acordo a favor da proteção ambiental debatido pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. A Agenda 21 já apontava o caráter predatório das sociedades organizadas pelo capital, pelo patriarcado e pelo racismo, denunciando o colapso ambiental. Constata-se, no entanto, o agravamento da exploração dos corpos e dos territórios, permanecendo uma divisão internacional que opera pela invasão,

exploração, genocídio e epistemicídio dos povos, acompanhados pelo desmonte da proteção ambiental.

Dentre as diretrizes pactuadas na ECO-92, o estudo destacou a proteção e a promoção das condições da saúde humana por ser elemento central para o debate das condições de existência impostas por essa divisão internacional do trabalho. Neste sentido, o estudo propôs a retomada do debate da saúde, situado a partir do Sistema Único de Saúde, para realçar e aprofundar conquistas e desafios após trinta anos da Eco-92.

Dentre estes desafios, destacamos a indissociabilidade entre saúde, ambiente e bem viver, o necessário questionamento de políticas excludentes e a permanência da luta pela dignidade dos povos e território latinoamericanos. Por aprofundamento, apontamos o fortalecimento do SUS agora orientado pela equidade e integralidade, a perenidade de propostas para a saúde que guardem sentido com os territórios e as comunidades, bem como a compreensão da força das trabalhadoras e dos trabalhadores envolvidos no cotidiano disruptivo do SUS.

Para tanto, apresentamos reflexões a partir da EAC, cujos elementos constitutivos apontam para um arcabouço teórico-prático que milita pela proteção ambiental. Isto possibilitou interpretações contemporâneas sobre a ECO-92, bem como o destaque de giros epistêmicos a partir do Sul Global que se lançam por trajetórias de defesa da vida a partir da relação entre povos, territórios e natureza, circunscrevendo saúde e proteção ambiental como potentes reveladores de condicionantes de existência.

Referências

ARRAIS, A. A. M.; BIZERRIL, M. X. A. A Educação Ambiental Crítica e o pensamento freireano: tecendo possibilidades de enfrentamento e resistência frente ao retrocesso estabelecido no contexto brasileiro. **REMEA - Revista Eletrônica Do Mestrado Em Educação Ambiental**, 37(1), 145–165, 2020. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/10885>. Acesso em 19 de fevereiro de 2022.

BARROS, J. A.. Pensando o processo saúde doença: a que responde o modelo biomédico? **Saúde e Sociedade [online]**, v. 11, nº 1, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/4CrdKWzRTnHdwBhHPtjYGWb/?lang=pt>. Acesso em 20 de fevereiro de 2022.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda Global 21**. Brasília, 2004. Disponível em:

<https://antigo.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global.html>. Acesso em 07 de março de 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Boletim epidemiológico especial, doença pelo coronavírus**. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/boletins/covid-19/2021>. Acesso em 03 de março de 2022.

BUSS, P. M.; PELLEGRINI FILHO, A. A saúde e seus determinantes sociais. **Physis: Revista de Saúde Coletiva [online]**, v. 17, nº 1, pp. 77-93, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/msNmfGf74RqZsbpKYXxNKhm/?lang=pt>. Acesso em 03 de março de 2022.

CARLE, C. B. A poética cosmogônica brasileira: arqueologia do imaginário afro-indígenas nas manifestações dos corpos ancestrais. Org Domenici, E; Rodrigues, E; Machado, L. **Cadernos do GIPE CIT**, Salvador, UFBA, ano 23, nº 42, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/gipe-cit/article/view/35378>. Acesso em 02 de março de 2022.

CEOLIN, G. F.. Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade [online]**, nº 118, pp. 239-264, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/yJQLmgRRmJ8XpYNmzYsP6kf/?lang=pt>. Acesso em 22 de fevereiro de 2022.

CISNE, M. Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. **Serviço Social & Sociedade [online]**, São Paulo, nº 132, p. 211-230, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/kHzqt9vwyWmMyFd6hZjDmZK/?lang=pt>. Acesso em 24 de fevereiro de 2022.

CNUMAD, Organização das Nações Unidas. **Agenda 21 da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro, Organização das Nações Unidas, 1992. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global.html>. Acesso em 19 de fevereiro de 2022.

DOS SANTOS BAPTISTA, C; GUIMARÃES, M.; SÁNCHEZ PEREIRA, C. Interculturalidade e educação ambiental: possibilidades e desafios com a cultura Guarani. **Revista de Educação Pública, [S. I.]**, Cuiabá, UFMT, v. 29, jan/dez, p. 1-16, 2020. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/7356>. Acesso em 26 março de 2022.

DUSSEL, Enrique. Transmodernidade e interculturalidade: interpretação a partir da filosofia da libertação. **Sociedade e Estado [online]**, v. 31, nº 1, 2016. Disponível

em: <https://www.scielo.br/j/se/a/wcP4VWBVw6QNbvq8TngggQk/?lang=pt>. Acesso em 23 de fevereiro de 2022.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2019.

LOUREIRO, C. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo: Ed. Cortez, 2004.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas** [online], v. 22, nº 3 pp. 935-952, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>. Acesso em 03 de março de 2022.

MANRIQUE, L. F. R. (Neo) Extrativismo e despojo no Sul Global: conflitos e resistências nos territórios. Introdução. **Revista Nera**, ano 18, nº. 28, 2015. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/3988>. Acesso em 05 de março de 2022.

MARQUES, L. **Capitalismo e colapso ambiental**. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2017.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: N 1 Edições, 1ª edição, 2018.

MELO, H. P. de; MORANDI, L. A divisão sexual do trabalho no contexto da pandemia. **Revista Trabalho Necessário**, v.19 nº 38, p. 105-125, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/45884>. Acesso em 19 de fevereiro de 2022.

MORAIS, A. L., QUEIROZ, I. S., CASTRO, R. D., PELICHEK, I. Feminismo decolonial no Brasil: da desobediência epistêmica a um projeto de coalizão. In: ROCHA, P. H. B, MAGALHÃES, J. L. Q., TEIXEIRA, S. G. (Org.). **Decolonialidade a partir do Brasil**. Belo Horizonte, MG: Ed. Dialética, Vol 7, 1ª ed., p. 279-304, 2022.

OLIVEIRA, T. C.; ABRANCHES, M. V.; LANA, R. M. **Cadernos de Saúde Pública** [online], v. 36, nº 4, 2020. Disponível em: <http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/artigo/1022/inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-por-sars-cov-2>. Acesso em 19 de fevereiro de 2022.

RODRIGUES, M. Cristina; TIRIBA, L.; ANTUNES, J. L.. Ano passado eu morri, mas esse ano eu não morro! **Revista Trabalho Necessário**, v. 19 nº 38, p. 1-6, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/48789>. Acesso em 03 de março de 2022.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR (REDE PENSSAN). **VIGISAN**: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Rio de Janeiro: Rede Penssan, 2021. Disponível em: <http://olheparaafome.com.br/>. Acesso em 27 de fevereiro de 2022.

ROCHA, L. dos S.; ROZENDO, C. A. Os sistemas de saúde popular e oficial sob a ótica de benzedeadas. **Revista de enfermagem**, v. 9 nº 1, p. 336-42, jan., 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/view/10344>. Acesso em 22 de fevereiro de 2022.

RUFINO, L.; RENAUD, D. C.; SÁNCHEZ, C. Educação Ambiental Desde El Sur: A perspectiva da Terexistência como Política e Poética Descolonial. **Revista Sergipana de Educação Ambiental**, v. 7 nº especial, p. 1-11, 2020. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/revisea/article/view/14520>. Acesso em 19 de fevereiro de 2022.

SANTOS, D. S. dos. **Jovens e rituais de passagem**: um estudo etnográfico de experiências de intercâmbios culturais de estudantes estrangeiros no Rio Grande do Sul. 2010. 182f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - UFRGS, Porto Alegre. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/27495>. Acesso em 02 de março de 2022.

SANTOS, C.; MAIA, D. S. A luta contra a opressão da mulher em Alexandra Kollontai. **Revista Trabalho Necessário**, v. 19, nº 38, p. 39-53, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/47776>. Acesso em 05 de março de 2022.

SATO, M. (coord.). **Os condenados da pandemia**. Cuiabá, MS: GPEA, UFMT & Editora Sustentável, 2020. Disponível em <https://editorasustentavel.com.br/os-condenados-da-pandemia/>. Acesso em 19 de março de 2022.

SETA, M. H. de; OCKÉ-REIS, C. O.; RAMOS, A. L. P. Programa Previne Brasil: o ápice das ameaças à Atenção Primária à Saúde? **Ciência & Saúde Coletiva [online]**, Rio de Janeiro: ABRASCO, v. 26, sup. 2, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/YDNxWmxtzxsfhTgn9zjcrhC/?lang=pt>. Acesso em 17 de fevereiro de 2022.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Trad. Sandra Regina Goulart. Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1ª ed. 2010.

TIRIBA, L; RODRIGUES, M. C.; ANTUNES, J. L. Opressores, oprimidos e contradições entre trabalho e capital. **Revista Trabalho Necessário**, v. 19, nº40, p.1-5, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/10083>. Acesso em 03 de março de 2022.

MOVIMIENTO AGROECOLÓGICO “CAMPEÑO A CAMPEÑO”: EXPERIENCIAS, PARTICIPACIÓN POPULAR Y CUESTIONES SOCIOAMBIENTALES EN CUBA¹

Jesús Jorge Pérez García²

Resumen

En el texto presentamos resultados de la investigación del doctorado realizada en comunidades rurales en Cuba (2010 – 2015). Tomando el materialismo histórico dialéctico como método, a partir de las categorías memoria y experiencia desde la revolución cubana hasta la actualidad; considerando los legados de generaciones como: campesinos y líderes revolucionarios, semillas de un proceso de construcción colectiva que atendió la formación de los recursos humanos y ubicó al hombre en un lugar prioritario, con métodos de participación colectiva, en articulación con los adelantos de la técnica, la ciencia y la preservación del medio ambiente en equilibrio entre la sociedad-naturaleza-economía.

Palabras-clave: Agroecología. Campesino-campesino. Socio ambiental. Participación.

MOVIMENTO AGROECOLÓGICO “CAMPEÑO A CAMPEÑO”: EXPERIÊNCIAS, PARTICIPAÇÃO POPULAR E QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS EM CUBA

Resumo

No texto apresentamos os resultados da pesquisa de doutorado realizada em comunidades rurais de Cuba (2010 - 2015), tomando como método o materialismo histórico dialéctico, a partir das categorias de memória e experiência desde a revolução cubana até o presente; considerando os legados de gerações como: camponeses e lideranças revolucionárias, sementes de um processo de construção coletiva que atendeu à formação de recursos humanos e colocou o homem em lugar prioritário, com métodos de participação coletiva, em coordenação com os avanços da tecnologia, ciência e a preservação do meio ambiente em equilíbrio entre sociedade-natureza-economia.

Palavras-chave: Agroecologia. Camponês-camponesa. Social ambiental. Participação.

AGRO ECOLOGICAL MOVEMENT “CAMPEÑO A CAMPEÑO”: EXPERIENCES, POPULAR PARTICIPATION AND SOCIO-ENVIRONMENTAL QUESTIONS IN CUBA

Abstract

In the text we present the results of the doctoral research carried out in rural communities in Cuba (2010 - 2015). Taking dialectical historical materialism as a method, based on the categories of memory and experience from the Cuban revolution to the present; considering the legacies of generations such as: peasants and revolutionary leaders, seeds of a process of collective construction that attended the formation of human resources and placed man in a priority seat, with methods of collective participation, in coordination with advances in technology, science and the preservation of the environment in balance between society-nature-economy.

Keywords: Agroecology. Peasant-peasant. Environmental partner. Participation.

¹ Artigo recebido em 11/06/2022. Primeira avaliação em 13/07/2022. Segunda avaliação 20/07/2022. Aprovado em 18/08/2022. Publicado em 10/11/2022. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v20i43.54856>.

² Doctor en Ciencias Pedagógicas por ICCP – Instituto Central de Ciencias Pedagógicas – Habana - Cuba. Docente, analista y gestor de proyectos en educación popular y EJA por NEAd - PUC-Rio.

E-mail: jerjor2014@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4393462117070720>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3691-8262>.

Introducción

Creando que el trabajo es la forma por la cual los seres humanos establecen relaciones con la naturaleza y entre sí, y que economía y cultura se van tejiendo en la misma red de relaciones, nuestro objetivo es avivar experiencias de clase, basadas en la participación popular que permanecen en la memoria colectiva y en la vida cotidiana de la gente, acciones cruciales para la continuidad de los valores de la Revolución y de la vida en Cuba.

Como E. P. Thompson (1981, p.15), entendemos que las experiencias vividas es una categoría indispensable a los historiadores y a otros investigadores, ya que, como mediación entre ser social y estructura social, representa “la respuesta mental y emocional, sea de un individuo o de un grupo social a muchos acontecimientos interrelacionados o a muchas repeticiones del mismo tipo de acontecimientos”. En especial, queremos avivar las experiencias de hombres y mujeres cuya intención es romper con la explotación de clase y construir nuevas relaciones entre los seres humanos y la naturaleza.

Sin desconsiderar las diferencias de las matrices teórico-metodológicas y de las concepciones del mundo de Thompson y de Maurice Halbwachs (2006), partimos del supuesto de que la memoria colectiva da sentido a las experiencias pasadas y maduras a lo largo del tiempo. La memoria es siempre memoria colectiva, es la reconstrucción de algo que, directa o indirectamente, es vivido y experimentado en el pasado, por un grupo o por el conjunto de la sociedad; es movilizadora en el presente, reteniendo lo que todavía sigue vivo del pasado y que es capaz de permanecer en la consciencia individual y colectiva.

Así, esta exposición de abordaje cualitativa, de base materialista histórico dialéctica, toma resultados de la investigación de doctorado entre 2010 e 2014³, obtenidos a través de observaciones-participante realizadas a través de oficinas, cursos, talleres, reuniones, conversaciones en grupos, conversas informales, anotadas en cuaderno de campo, con comunidades del Crucero Echevarría, el Cuchillo, Planta de Asfalto y la Comuna del municipio de Consolación del Sur, Pinar del Río Cuba. Envueltos en la experiencia con la Empresa Transporte Agropecuario

³Titulada: Estrategia de Formación en Educación Ambiental para los Directivos de la Empresa Transporte Agropecuario de Pinar del Río. Orientadores: Dra. C. Caridad Pérez García, Dr. C. Juan Alberto Mena Lorenzo y Dr. Jesús Torres Domínguez. - ICCP – Instituto Central de Ciencias Pedagógicas. La Habana, Cuba. 2016.

de Pinar del Rio, así como socializar los resultados al participar en los eventos del Grupo de Pesquisa GEA – Universidad Pedagógica Enrique José Varona Habana, Cuba.

Estas experiencias de investigación en Cuba, relacionadas con las experiencias del Movimiento Campesino – Campesino, verificadas en otros países, que en el caso de Brasil son operadas, por las acciones del MST, así como dentro de otros movimientos de América, ¿nos conduce a la cuestión, de cómo el pueblo cubano consigue mantener acciones y mediaciones por la vida en su territorio frente a las contradicciones operadas por el sistema capitalista y en especial por el criminal bloqueo del imperialismo norteamericano?

En busca de evidencias, que puedan ampliar estos breves análisis, dado al espacio restringido de este artículo, lanzamos algunas inferencias, conforme García (2022, p. 2) relacionadas a las “necesidades sentidas”, o sea, experiencias en curso, según Marx (2013) de hombres y mujeres que al transformar la naturaleza, se transforman a sí mismas, es decir, procesos dialécticos de construcción histórica, de un devenir constante, según Thompson (1987), llevándolos a construir alternativas segundo Guhur e Silva (2021) a partir de la epistemología Agroecológica, formas que mantienen viva la soberanía alimentaria cubana, hasta la actualidad.

Por tanto, se hace necesario resaltar que Cuba, es una pequeña isla, compuesta actualmente por una población general de 11.326.616 habitantes. Al cierre del año 2020 la población que residía en asentamientos humanos considerados como urbanos era de 8 622 504 habitantes, para el 77,1 por ciento de urbanización. La zona rural por su parte llegó a 2 559 091 habitantes, un 22.9 por ciento del total. Lo anterior reitera a Cuba como un país de elevada urbanización⁴.

Es aquí también, donde el socialismo florece y resiste al bloqueo económico de los Estados Unidos, por lo que es un campo fértil para el aprendizaje de esas experiencias. Ello porque, después del triunfo revolucionario, en 1959, se desarrolló un proceso de comunicación asamblearia participativa entre los dirigentes de la revolución y el pueblo, que marcó pautas significativas para la socialización colectiva de los problemas, propuestas de solución y procesos de decisión respecto al desarrollo político, económico, social y cultural del país.

⁴ http://www.onei.gob.cu/sites/default/files/estudios_y_datos_2020.pdf. Acceso en 30 de mayo de 2022.

Por lo tanto, creemos que experimentar prácticas colectivas de trabajo es la principal escuela, para en la práctica aprender a producir la vida asociativamente, con una racionalidad económica y cultural distinta a la lógica del capital. Además, en esta escuela una de las tareas es crear y recrear referentes prácticos-teóricos que orienten las nuevas relaciones entre los seres humanos y otros elementos de la naturaleza. En verdad, se trata de construir nuevos parámetros de calidad de vida, mediados por experiencias de participación popular en todas las esferas de la vida social. En este artículo nuestra intención es subrayar las experiencias socio-ambientales, en particular, la del Movimiento Agroecológico Campesino a Campesino.

El texto está estructurado en tres partes. Teniendo en cuenta la dialéctica presente-pasado-futuro, en la primera parte enfatizamos las condiciones de vida y trabajo en Cuba, antes y después del año 1959. Al referirnos a la calidad de vida de la población, subrayamos el protagonismo del Estado y de la participación popular en las experiencias de trabajo comunitario y en la toma de decisiones para satisfacer las necesidades sentidas de la población: trabajo, educación, vivienda, salud, cultura, deporte y seguridad social entre otras.

En la segunda parte, fundamentados en E.P. Thompson, presentamos la experiencia Movimiento Agroecológico Campesino a Campesino, considerándola como experiencia de clase, de carácter político-educativa, económica y cultural. Destacamos la importancia de la participación popular en la solución de los problemas socio-ambientales de lo cotidiano en Cuba, respecto a las necesidades básicas y participación social en general. Llamamos la atención que los términos trabajo, naturaleza, comunidad, participación popular y experiencia vivida/percibida y modificada son conceptos que se integran. Desde luego, son términos que nos ayudan a comprender los criterios para mejorar la calidad de vida de las personas en armonía con la naturaleza.

En la tercera parte del texto, para reflexionar sobre la experiencia del Movimiento Agroecológico Campesino a Campesino, recordamos algunos aportes de Carlos Walter Porto-Gonçalves (2012), Arturo Escobar (2017), Enrique Leff (2009), Carlos Frederico B. Loureiro (2012) y de los cubanos Orestes Valdés Valdés (2008) y Antonio Blanco Pérez (1997). Afirmamos que son ellos algunos de los autores que nos ayudan a identificar referentes teórico-metodológicos para analizar

las prácticas comunitarias en su vínculo con la dimensión ambiental en lo cotidiano, y cómo articularlos con la realidad cubana y latinoamericana.⁵

Calidad de vida y participación popular: ¿qué pasó después del año 1959?

¡Sesenta y cuatro años de la Revolución Cubana! A pesar que los propietarios de los medios de comunicación y (desinformación) nieguen las conquistas del pueblo cubano, no es posible encubrir que muchas cosas acontecen en la pequeñísima Isla de 109, 884 mil km². En Cuba, antes del triunfo de la revolución socialista, la calidad de vida de las personas era muy mala. Muchos niños y niñas morían al nacer, no tenían atención médica, ni escuelas, ni maestros suficientes. Sin derechos ciudadanos, oprimidos y sin acceso a la vida social y política, las personas no tenían donde vivir. Sin trabajo, abundaba la miseria, el hambre y las enfermedades. Antes de 1959, existía un millón treinta y dos mil, ochocientos cuarenta y nueve mil personas analfabetas y semi-analfabetas; seiscientos mil niños estaban sin escolarizar⁶. La mujer era un objeto, sin derechos, siendo su principal opción la prostitución. Las relaciones de trabajo eran de extrema explotación, sin derechos laborales, incluso, en muchos casos, sin derechos al retiro y al pago de vacaciones.

La gente tenía que trabajar como esclava, con relaciones de dependencia total de los dueños de los medios de producción, que incluían la compra de los alimentos, ropas y otros útiles de vida en las tiendas de los propios dueños. A veces, no mediaba el dinero, sino un bono emitido por el empleador que les daba derecho a las compras o a endeudarse hasta el próximo bono. Por otro lado, no se puede olvidar que una buena parte de las mejores tierras de Cuba, los centrales azucareros, la compañía de teléfonos, el comercio interno y externo, las salas de juegos y la prostitución eran negocios de mafiosos y burgueses norteamericanos.

De 1940/1944, y de 1952/1959 gobernó en el país Fulgencio Batista, un tirano que reprimía cualquier protesta y protegía a los burgueses y terratenientes que se apoderaban de muchas tierras por la fuerza o se las compraban a los campesinos a

⁵ Una primera versión de este artículo fue anteriormente publicada en el libro: MAGALHÃES, Livia Diana R.; TIRIBA, Lia (org.). **Experiência: o termo ausente?** Sobre história, memória, trabalho e educação. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018.

⁶ Cuba en cifras antes y después de la revolución. www.radiorevelde.cu. Acceso en 4 de julho de 2017.

“precios de banana podrida”. Tampoco se puede borrar de la memoria histórica, que los Estados Unidos, en su lógica imperial, no dudaron en difamar e intentar aplastar el proceso revolucionario.

El 1 de enero de 1959, los revolucionarios cubanos, habían derrotado un ejército de más de 80.000 efectivos equipados y entrenados con los armamentos más modernos de la época, del ejército norteamericano. Fidel Castro, el comandante en jefe de las fuerzas revolucionarias, en varias ocasiones refirió: José Martí es el autor intelectual del Asalto al Cuartel Moncada de Santiago de Cuba⁷, que fue el inicio de esta batalla. Nos inspiramos en el legado martiano que nos enseñó, que la primera ley de nuestra república debe ser el culto de los cubanos a la dignidad plena del hombre.

A partir de 1960, el gobierno de los Estados Unidos establece el bloqueo económico contra Cuba, y se inician las prácticas terroristas para intentar asesinar a Fidel Castro (más de 600 atentados). Fueron elaboradas leyes extraterritoriales aprobadas en su Congreso como la Ley Torricelli (1992) y la Ley Helms Burton Act (1996) que prohíben, condenan y sancionan a los países, grupos económicos y bancos que comercien con Cuba. Violando los derechos humanos del pueblo de Cuba. El gobierno norteamericano impuso a los países que no acataron esta ley, multas millonarias, pérdidas de licencias de comerciar con Estados Unidos, además de la eliminación de la “ayuda para el desarrollo” a estos países.

Actualmente, este proceso ha sido más agresivo y excepcionalmente criminal, primero con 240 nuevas medidas impuestas durante el único periodo del Gobierno de Donald Trump que impactó notablemente todas las esferas de la economía y de la vida social del país, las cuales fueron mantenidas durante la pandemia, impidiendo la compra de medicamentos, alimentos y materias primas para elaborar medicamentos y en especial los relacionados con el COVID 19. Situación mantenida hasta hoy por el nuevo presidente Joe Biden a pesar de las promesas realizadas en campaña.

Esta amenaza que implicó el COVID 19, para la salud de pueblo cubano, se convertía en una necesidad sentida y las comunidades del país: pueblo, académicos, científicos, trabajadores, campesinos, educadores, organizaciones sociales, centros científicos, empresas, universidades y estructuras del Estado se

⁷ Asalto organizado por las fuerzas revolucionarias de Cuba, para iniciar la lucha armada como vía para derrotar a la tiranía e instalar un gobierno revolucionario.

unirían al Ministerio de Salud Pública y pensarían como país, como Cuba y se crearían 3 vacunas (Abdala⁸, Soberana 2 y Plus Soberana) para proteger al pueblo en tiempo récord, con una cobertura actual de vacunados con el sistema completo del 90,1% de la población, que incluyen a los niños a partir de dos años de edad.

Tampoco faltó nuestra solidaridad, en los momentos más difíciles, y colaboramos con países hermanos; parafraseando a José Martí cuando dijo que: patria es humanidad, por lo que haciendo realidad esta frase, nuestra colaboración durante la pandemia llegó a más de 50 países, y en específico, Italia dijo:

Con profunda gratitud recibimos de manos de Ángel Sollazzo, presidente de la Confederación de Italianos en el Mundo, una placa en reconocimiento a la labor de las brigadas médicas Henry Reeve que enfrentaron en ciudades italianas la COVID-19, durante los momentos más complejos de la pandemia (CUBADEBATE, 2022)⁹.

Asimismo, fue realizado un homenaje al Doctor Julio Guerra Izquierdo quien recibió la Orden de la Estrella de Italia en el Grado de Caballero, por la labor desempeñada al frente de la brigada médica

[...] del Contingente Henry Reeve que asistió a la población de la localidad de Turín, afectada por la pandemia de la COVID-19. El galardón, firmado por Sergio Mattarella, presidente de Italia, refleja el agradecimiento de todo un país por la solidaridad del personal médico cubano, señaló Roberto Vellano, embajador de esa nación europea en Cuba (CUBADEBATE, 2022)¹⁰

Estas prácticas anteriores se ponen de manifiesto la solidaridad y el internacionalismo proletario, que han sido comunes, como parte de la formación de los médicos cubanos durante más de 60 años de revolución, resaltando el carácter altruista, humanista y de valores comprometidos con la vida y el bienestar de la humanidad. Y estas simientes, ya estaban presentes en el Programa de la Historia me Absolverá, que fue aplicado en el país a partir del triunfo de la revolución de 1959.

⁸<https://elpais.com/sociedad/2021-06-24/cuba-logra-la-primera-vacuna-latinoamericana-con-datos-de-efectividad-al-nivel-de-pfizer-y-moderna.html>. Cuba logra la primera vacuna latinoamericana con datos de efectividad al nivel de Pfizer y Moderna. Abdala muestra una eficacia del 92,28% contra la covid-19 tras la aplicación de tres dosis. Hoy se comercializa en más de 7 países.

⁹<http://www.cubadebate.cu/especiales/2022/06/01/brigadas-medicas-henry-reeve-que-enfrentaron-la-covid-19-en-italia-reciben-placa-de-reconocimiento/>

¹⁰<http://www.cubadebate.cu/noticias/2022/06/01/entregan-orden-de-la-estrella-de-italia-a-jefe-de-brigada-medica-cubana-en-turin/>

El programa de *La Historia me Absolverá* (CASTRO, 2007)¹¹, entre algunas de las acciones que implementó, se pueden mencionar: se convirtieron los cuarteles de la tiranía en círculos infantiles, escuelas y universidades, para garantizar que todos los cubanos/as pudieran estudiar, con la primera (1959) y la segunda ley de Reforma Agraria (1961), se nacionalizaron las tierras del país y se entregó a quienes la trabajaban. En 1961, se realizó con masiva participación popular la campaña de alfabetización en la nación. Las Naciones Unidas reconocieron a Cuba, como el “primer país libre de analfabetismo” de nuestra América.

Cómo decía José Martí (2015, p 154) “no hay obra perfecta, pero mucho menos si en ella no está la mano de la mujer”. Así se amplió la participación de las mujeres en el trabajo comunitario y en todas las esferas de la sociedad, con igualdad de derechos, salarios y las mismas condiciones que los hombres. Han ganado sus derechos de maternidad por lo que se les paga durante uno o dos años, manteniendo reservada su plaza de trabajo.

En este sentido, el trabajo comunitario ha sido un camino importante, que según las investigaciones realizadas en este campo:

La comunidad, es donde están las raíces de su historia, cultura, memoria, tradiciones, educación y experiencias de conocimientos, aptitudes, creatividad, resistencia, con pensamiento crítico, reflexivo para la toma de decisiones con habilidades para resolver los problemas: La comunidad, no es una forma de vida; “*sino, un sentido de la vida*”, de las familias, del trabajo con grandes sentimientos de amor, que crecen, articulan y genera fuerzas endógenas a partir de las necesidades sentidas conceptuadas y atendidas de manera colectiva en un territorio geográfico por el bien común de todos sus miembros; lo que interactúa con agentes externos en una perspectiva para, por y con la comunidad, que las identifica y al mismo tiempo las diferencia como tales (GARCIA, p. 15, 2021).

La experiencia educativa, el trabajo comunitario abrió los horizontes que encauzaron una desbordante satisfacción y fervor revolucionario, de sentirse parte de este proceso. Parfraseando a José Martí (2015), ser culto es el único modo de ser libre. Es importante evocar la memoria del proceso revolucionario cubano en contra del imperialismo y su modo de producción fundado en la explotación a sobremanera de los seres humanos y otros elementos de la naturaleza, produciendo

¹¹ Alegado hecho por Fidel Castro Ruz en la autodefensa de él y sus compañeros en el juicio, después que fueron presos en el Asalto al Cuartel Moncada de Santiago de Cuba. En este documento histórico explicaba que el asalto fue para derrotar y liberar al Pueblo Cubano de la dictadura sangrienta de Fulgencio Batista y proponía el programa que aplicaría el Gobierno Revolucionario al triunfar.

el trabajo precario y, por ende, una vida precaria. Por fin, se puede decir que, como experiencia de clase (THOMPSON, 1987).

La participación popular de hombres y mujeres ocurrió desde el inicio en la construcción del socialismo. Las necesidades sentidas humanas fueron atendidas en un paquete de medidas gubernamentales, creando estructuras que no existían, escuelas, círculos infantiles, maestros, puestos de trabajo, viviendas, áreas para practicar deporte, hospitales, escuelas especializadas, universidades, agua potable por acueducto para la población, estaciones de radio y TV al servicio de la población para educarlas, electricidad para las viviendas, carreteras e infraestructuras para mejorar la calidad de vida de las personas.

“Campesino a campesino” como experiencia educativa y de participación popular

Un paso importante de la revolución desde su inicio fue que, por primera vez, las tierras eran de los que la trabajaban y como acción nueva preciso del surgimiento de organizaciones nuevas, para atender los procesos que se desarrollaban y formaban en lo cotidiano, con las experiencias aportadas por los propios actores, los campesinos. Así surgió la ANAP, “Asociación de Pequeños Agricultores de Cuba”, la cual los agrupó, organizó y asesoró técnica-política-económicamente y compartió los saberes locales de las comunidades.

La revolución alfabetizó a los campesinos, para que pudieran estudiar y aplicar mejor la ciencia y la técnica, sus hijos pudieron estudiar carreras universitarias y prepararse para las urgencias de la sociedad, les garantiza asistencia médica. Su organización, la ANAP se convirtió en un espacio de análisis en sus asambleas y congresos desde el nivel de base hasta la nación donde discuten sus problemas y surgieron soluciones de la sabiduría legada durante muchos años de luchas y prácticas colectivas del campesinado cubano.

Durante este proceso enriquecedor se desarrollaron prácticas de construcción participativa en muchas esferas de la vida económica y social del país, entre las que se encuentra la experiencia de trabajo comunitario del Movimiento Agroecológico Campesino a Campesino, la cual se enriquece con los aportes de la educación popular. Este proceso evolucionó y durante los últimos años, la política nacional con

las comunidades incluyó en el gobierno una secretaría para orientar y atender el trabajo comunitario desde el nivel central hasta los gobiernos locales. Ello fortaleció el desarrollo local endógeno en los municipios y en las comunidades.

Los elementos anteriores, entre otros, fueron claves para la implementación de manera progresiva y masiva del Movimiento Agroecológico Campesino a Campesino, que, en el caso de Cuba, contó con el apoyo político, financiero y organizativo de la ANAP. Este proceso se inició desde el año 1997, pero tomó su mayor fuerza a partir del año 2001 en la formación, aprendizaje y sistematización, en los cuales también hubo colaboración de diferentes ONG como “Pan para el mundo” y la Oxfam que financiaron el proyecto en la etapa inicial.

En este sentido las relaciones que se producen están impregnadas del proceso histórico desarrollado en Cuba, el estableció nuevos roles y tipos de relaciones que se producen en lo individual y colectivo, en los modos de producción y la distribución de las riquezas en una nueva organización del trabajo. La sociedad forma parte de las mediaciones; un poder social que participa en la construcción colectiva para alcanzar una independencia libertaria en lo económico, social y cultural.

Los principios que rigen el programa campesino a campesino en Cuba, fueron contruidos de manera participativa a partir de los nuevos conceptos, que implicó la agroecología, las experiencias existentes de este movimiento y de los saberes de los propios campesinos cubanos, contruidas en las prácticas del día a día y socializadas en contactos, intercambios y en las reuniones de socios de la ANAP y en sus asambleas a nivel municipal, provincial y nacional (SOSA et al, 2013, p.71).

Principios del Movimiento Agroecológico Cubano Campesino a Campesino.

1. Comenzar despacio y en pequeña escala.
Facilita la evaluación, la reflexión, y la rectificación de errores, así como riesgos. Para que los campesinos puedan administrar mejor las plantaciones.
“Vísteme despacio que estoy con prisa”.
2. Limitar la introducción de tecnologías.
No es necesario la introducción de muchas técnicas agroecológicas al mismo tiempo. Es más rápido dominar una a una las innovaciones, dominándolas, consolidándolas e integrándolas poco a poco.
Se debe comenzar por las que enfrentan y resuelven los mayores problemas productivos y que al mismo tiempo tengan los menores costos iniciales, que sean más fáciles de realizar y lleven más rápido al resultado.

“Más vale una idea en la cabeza de cien, de que cien ideas en la cabeza de uno”.

3. Obtener éxito rápido e individual.
El entusiasmo es generador de nuevas ideas, las victorias obtenidas son el estímulo más eficaz. Buscan ser los motores morales de la construcción y reconstrucción en el trabajo cotidiano.
“La palabra convence, más el ejemplo arrastra”.
4. Experimentar en pequeña escala.
Experimentar es poner a prueba, comprobar, adaptar y adoptar a partir de las necesidades, una nueva técnica o solución. Este principio nos aleja de las recetas genéricas de los paquetes tecnológicos planificados para todos. Y todos los lugares.
“Es preciso gatear antes de caminar”
5. Desarrollar un efecto multiplicador.
La multiplicación entre los propios campesinos de los resultados y experiencias obtenidas es la única forma de poder llegar a la extensión y masificación del sistema de producción a fin de obtener un impacto real en el medio ambiente. La enseñanza permite conocer un tema a profundidad; y gran parte de esta enseñanza reside en ejemplo vivo, comunicado de campesino a campesino.
“Cuándo el campesino ve, el cree”.

Estos principios rigen el trabajo del Movimiento Agroecológico Campesino a Campesino, y en el proceso de construcción del mismo, en el cual, por un lado, aprenden, y por el otro, incorporan prácticas y experiencias de sus antecesores y las propias acumuladas a lo largo de su vida en el campo, en las plantaciones.

Entre las actividades que se desarrollan, en las asambleas de asociados están: los talleres donde participan los miembros del Movimiento Agroecológico Campesino a Campesino, cuyo objetivo es socializar experiencias y construir colectivamente nuevos conocimientos, contenidos, metodologías y resultados obtenidos, los cuales en muchas ocasiones se realizan en las propias plantaciones de los productores de manera práctica, constatando los resultados alcanzados en cada caso.

Entre las actividades de gran importancia, que se desarrollan están: la realización del diagnóstico rápido participativo, el cual permite identificar los problemas existentes en el terreno y cuál es el principal problema y sus causas; otra acción es la realización de visitas entre los campesinos en los terrenos para constatar los saberes prácticos, teóricos y los resultados de la producción, la atención a los suelos, el agua y otros componentes del medio ambiente contado por los protagonistas. También existen encuentros a nivel de zona, municipio, provincia y país; en los cuales se socializan los mejores resultados de cada lugar para su generalización a partir de las condiciones de cada lugar.

Los instrumentos de la metodología pueden ser usados en diferentes actividades con el fin de motivar, animar, llamar a la reflexión para lo cual son condiciones importantes crear un ambiente motivador y tratar de conseguir la mayor comprensión posible.

El terreno. Es instrumento básico y soporte de las diferentes actividades que se desarrollan por lo que requiere de ser cuidado y atendido con el mayor cuidado posible.

Los testimonios. Son de gran valor por cuanto son aseveraciones de los promotores u otro campesino sobre la solución de un problema o de la obtención de un resultado agroecológico. Es de gran valor didáctico, por la práctica y lenguaje sano de los campesinos.

Las demostraciones didácticas. Instrumento que sirve para demostrar de manera visual y práctica un proceso positivo o negativo, a partir de explicaciones que incentivan el debate, los análisis y el consenso sobre los aspectos que la gente construye.

Exposición de productos, semillas, materiales e innovaciones. Es una práctica válida para intercambios de experiencias, encuentros, y otros espacios de debate en los cuales los productores muestran sus resultados, explican cómo lo obtuvieron y se propicia un espacio de debate, intercambio y análisis, de aprendizajes, apropiaciones y motivaciones para el trabajo.

Dinámicas de animación. Son una vía básica en reuniones, talleres y encuentros para dinamizar la participación de los presentes en los temas que exponen a partir de juegos, y otras formas que sean más dinámicas, participativas y amenas.

Poesías y canciones. Es un elemento a considerar, conociendo que la cultura campesina se caracteriza por la música, la poesía, el repentismo que serían importantes para amenizar, desarrollar estos valores en la promoción y espiritualidad del trabajo realizado.

Socio-dramas. De gran valor para desde la cultura atender la problemática agroecológica, sus conceptos, sus problemas y soluciones desde esta otra perspectiva con otra mirada y forma de aprendizaje en obras teatrales y otras propuestas culturales.

Otros. En este proceso de aprendizaje, debate, crítica y de construcción son importante también otros instrumentos como fotos, audiovisuales, mapas, diseños, carteles etc.; que contribuyan a la promoción y divulgación de los resultados del trabajo (SOSA et al, 2013, p.71).

En el año 2001 se realiza el primer encuentro nacional del Movimiento Agroecológico Campesino a Campesino, con la participación de numerosos productores, especialistas y campesinos de las experiencias desarrolladas con éxito

en los sitios de intervención de las provincias de Cienfuegos, Ciego de Ávila, Matanzas y La Habana. En esta histórica reunión Lugo Fontes, el Presidente de la ANAP en Cuba expresó: “si no conseguimos financiamiento externo, el Movimiento Agroecológico en Cuba se va a desarrollar con nuestros propios recursos, aun cuando tengamos muy pocos”. (SOSA et al, 2013, p. 76).

Como resultado de este proceso, nace el Movimiento Agroecológico Nacional Campesino a Campesino, fortaleciendo la estrategia del campesinado de participar en la política agraria de la revolución aportando alimentos saludables y abundantes para el pueblo. Así como participar en la vida política, cultural y social del país organizado en la ANAP.

Una de las acciones importantes desarrolladas en esta etapa para la generalización en el país de la experiencia del Movimiento Agroecológico Campesino a Campesino (MACC), fue el aprovechamiento de la estructura organizativa de la ANAP, a nivel de base, municipio, provincia y nación, a partir de las potencialidades locales, las características de las plantaciones y la promoción de la continua experimentación a partir de las experiencias acumuladas en la memoria de trabajo teórico y práctico realizado. Para lo cual se organizaron cursos de capacitación para todas las provincias según sus condiciones, formando promotores y desarrollando actividades prácticas y visitas para constatar los resultados alcanzados.

Aspectos básicos considerados para la implementación de esta Estrategia:

1. Continuar utilizando la metodología campesina a campesino, así como continuar desarrollando el proceso de capacitación a fin de lograr una mayor sensibilización, y concientización de todos los actores sobre la necesidad de la agroecología.
2. Conservar todo lo que hay de positivo en la cultura productiva tradicional campesina. Además, aplicar y multiplicar de forma adecuada las conquistas de la ciencia cubana en materia de sustentabilidad y cuidado del medio ambiente.
3. Conseguir que los diferentes niveles de la estructura de la ANAP asuman de forma plena y efectiva como soportes funcionales y movilizados del proceso con la colaboración de los ministerios, organismos e instituciones.
4. Medir sistemáticamente los resultados e impactos de las mejoras en la producción, para monitorear los avances, alcances y contribuciones del Programa Campesino a Campesino (SOSA et al, 2013, p.80).

Desde el año 1996 se creó el Centro Nacional de Capacitación de la ANAP “Niceto Pérez”, el cual a partir de la evolución del Movimiento Agroecológico Campesino a Campesino incluyó en su currículo la agroecología y la agricultura sustentable. Unos años después se formó la Cátedra de Agroecología de la Universidad Agraria de la Habana, ambas contribuyeron significativamente a la formación de promotores y facilitadores. Así como a la capacitación metodológicamente de todo el personal a partir de cursos presenciales, a distancia, diplomados que evolucionaron hasta convertirse en temas de maestrías y doctorados de los diferentes actores participantes en este proceso. Estos espacios de capacitación y construcción, además fueron utilizados para preparar el personal dirigente de la ANAP. Dando una muestra de solidaridad con nuestra América, se impartieron cursos de formación de líderes agrarios a campesinos (as).

Las prácticas, resultados, impactos y transformaciones logradas por el Movimiento Agroecológico Campesino a Campesino en Cuba, mudaron la forma de pensar de muchos especialistas y políticas nacionales que se sustentaban en el uso de grandiosos recursos, muchas veces importados, y que no siempre alcanzaban los resultados esperados. Cuba en medio de una situación económica desfavorable por el bloqueo económico, los efectos del cambio climático y las relaciones comerciales desfavorables entre el norte y el sur, estaba obligada a otras prácticas, otras maneras de hacer y fue por eso que el movimiento alcanzó apoyo político, económico y social, así como un reconocimiento nacional e internacional.

La repercusión de la experiencia del Movimiento Agroecológico Campesino a Campesino su forma de hacer y construir, se ha ido extendiendo en el país y muchos proyectos de corte agroecológicos que se implementan en las comunidades agrícolas, asumen esta metodología participativa, porque el campesinado ha aprendido esta manera de hacer y facilita los análisis y compromisos, por el nivel de preparación de las personas. Un ejemplo de ello es el Proyecto OP/15, en la Cooperativa de Producción Agropecuaria Jesús Suárez Soca del municipio Consolación del Sur en la provincia de Pinar del Río (GARCÍA, 2014)

En relación a la importancia y necesidad del Movimiento Agroecológico en Cuba, Raúl Castro declaró:

¡La tierra está ahí, aquí están los cubanos, veremos si trabajaremos o no, si producimos o no, si cumpliremos o no nuestra palabra! No es

cuestión de gritar Patria o Muerte, abajo el imperialismo, el bloqueo nos golpea, y la tierra está ahí, esperando por nuestro sudor. A pesar de que los calores están cada vez mayores, no hay otro remedio sino hacerla producir...cada vez que hablamos del asunto, aparecen los funcionarios del ministerio de la agricultura...con una lista interminable con millones de pesos o divisas solicitados para la tarea a realizar. Y si no aparece un saquito plástico, no se puede sembrar. No se conque diablos nuestros abuelos sembraban los árboles, ahí están, y aquí estamos nosotros, comiendo los mangos que ellos plantaron (CASTRO, 2009, p. 143).

Considerar conforme Castro (2009) nos provoca a fundamental sabiduría de nuestros ancestros, es comprender que a perspectiva de agroecología que nos mueve es de los movimientos populares y se sustenta en la praxis campesina, pueblos originarios y tradicionales, con proceso de constitución social de más de 12 mil años de creación y recreación de las “agri-culturas”, o sea, clase social en sentido amplio conforme Guhur e Silva (2021).

En este sentido, cuando Castro nos afirma “la tierra está ahí, esperando por nuestro sudor” (p. 143), él nos invita a la praxis, pues como ele mismo reafirma la cuestión no es apenas “gritar Patria o Muerte, abajo el imperialismo, el bloqueo nos golpea”, es hacer y mantener la Revolución, pues no se trata de decir conforme Loureiro (2015, p. 169) que con “el fin del capitalismo, todo estará resuelto”. Por lo tanto, una invitación a las prácticas del propio proceso de estar en el mundo, para hacer, ser o/no mundo, transformándose e transformándolo (MÉSZÁROS, 2013), pues de acordó con Castro (ídem, ibidem) para la transformación social no “hay otro remedio que hacerla producir.

Trabajo, comunidad y naturaleza: aportes desde el sur

¿Cómo interpretar la experiencia del Movimiento Agroecológico Campesino a Campesino? Desde luego, el intenso bloqueo económico, político, social y cultural norteamericano no ha favorecido a los cubanos y a las cubanas a participar de las experiencias prácticas y teóricas latinoamericanas. Sin embargo, sabemos que, desde finales del siglo XX, ha ido corroborando cada vez más, las predicciones y tesis de muchos investigadores en relación a la problemática ambiental y a las prácticas globalizadoras en la producción, distribución y el consumo, que cada día se alejan y aplastan más las experiencias acumuladas por generaciones en las comunidades.

Entendemos que hay otras lógicas de interactuar con la naturaleza, otras prácticas alternativas viables, para enfrentar la actual pobreza de espíritu e iniciativa ante la grave crisis ambiental, cultural, social y económica que estremece al planeta Tierra. En Cuba, entre las experiencias de trabajo comunitario, con fuerte participación popular se destacan *Campesino a campesino* y otras socio-ambientales (PÉREZ GARCÍA, 2016), las cuales, aún hoy se enriquecen con los aportes de la educación popular, contribuyendo para el desarrollo endógeno de las comunidades. No se puede olvidar la obra de Paulo Freire (1978)¹², la cual es un referente importante en las prácticas educativas y comunitarias en Cuba.

En diferentes momentos históricos, hemos podido percibir “los comunes” que alimentan estas praxis muy arraigadas en la cultura e identidad de los pueblos, por lo que aprendimos en el intercambio con las personas de las comunidades sobre el trabajo comunitario que:

Son una vía de construcción de saberes de manera participativa vinculadas a proyectos de desarrollo local o no, en los cuales las personas de las comunidades tienen derecho y autonomía para presentar y realizar sus propias propuestas, que respondan a sus necesidades sentidas como vía de transformación, a partir de la fuerza y potencialidades existentes en las comunidades, organizados en grupos de trabajo. La comunidad como punto de partida, de unión y articulación de las políticas públicas y sociales. (GARCÍA, p. 20, 2022).

Respecto a las relaciones de los seres humanos con la naturaleza, ya Marx (1995, p.153) alertaba sobre su importancia al expresar: “algún día la ciencia natural se incorporará la ciencia del hombre, del mismo modo que la ciencia del hombre se incorporará a la ciencia natural; habrá sólo una ciencia”. Este pensamiento de vigencia ante los problemas que hoy nos ocupan y preocupan a los cubanos, nos presenta el camino de respeto y equilibrio de las leyes de la ciencia natural con las que el hombre construye, debería ser, lo construido por el hombre como una extensión que complementan armónicamente los modos de actuación de los seres humanos en lo cotidiano en una dimensión socio ambiental participativa.

En el caso de Cuba, todos estos años de explotación antes de la revolución, los parámetros del capital por la ganancia, a costa de la naturaleza convirtió al país

¹² En esta etapa Paulo Freire (1970) hace una afirmación muy importante, que fue práctica del proceso revolucionario cubano: El proceso educacional debe partir de la vida y la realidad local del educando, posibilitando el desarrollo de la conciencia crítica, los problemas de la educación no se limitan a los aspectos de orden pedagógico son también problemas éticos, políticos, sociales y económicos.

en monocultivista, mono-exportador e importador del mercado norteamericano. Se afectaron las tradiciones de los campesinos en el trabajo de cuidado y preservación de la tierra, y como consecuencia de este proceso de explotación intensiva de los recursos, incompatible con las leyes de la naturaleza: Prácticamente se extinguieron los bosques, las tierras se empobrecieron por el uso intensivo y en consecuencia la calidad de vida de las personas menguó.

El ejemplo anterior nos demuestra hasta donde se puede llegar cuando los intereses del capital en lo económico, social, en las relaciones de trabajo y de educación de las personas, cuando se desconocen las ciencias y leyes de la naturaleza. Esta situación anterior fue uno de los retos importantes al triunfo de la revolución en Cuba, por lo que la primera medida revolucionaria fue nacionalizar las tierras a quienes no la trabajaban, o tenían grandes latifundios de tierras ociosas. Se confiscaron así propiedades de más de 400 hectáreas de extensión y se entregó la tierra a numerosos campesinos. A partir de aquí, enormes territorios se convirtieron en granjas populares y se organizó la producción agrícola en productos como el arroz, cítrico, ganado, café, viandas, tabaco y otros alimentos.¹³

Estas nuevas relaciones de trabajo y educación, entre trabajadores y trabajadoras, la nueva distribución del espacio geográfico, generó empleos para los campesinos desposeídos, y por primera vez los que trabajaban las tierras eran sus dueños. Un nuevo propietario social que producía los principales alimentos que necesitaba el pueblo, sin mediadores, sin explotadores. La propiedad pasó a ser social sobre la tierra, los medios de producción y sus resultados agrícolas. Se inició un proceso de creación de lo que surgirían más tarde, las cooperativas de trabajo agrícolas organizadas por juntas de socios de los propios campesinos.

La experiencia de participación popular Movimiento Agroecológico Campesino a Campesino, es un ejemplo para muchos pueblos de nuestra América que han luchado por “la tierra para los que la trabajan”, buscando nuevas relaciones de las personas con la naturaleza. Sin embargo, las condiciones de dominación en las tierras, el esquema de trabajo del capital imperante y los intereses de las oligarquías nacionales, han sido elementos conspirativos permanentes. No obstante, el movimiento MST en Brasil, logró alcanzar un nivel de organización y gestión con

¹³ La Primera Ley de Reforma Agraria se firmó el 17 de mayo de 1959 en La Plata. Sierra Maestra. Cuba, dentro del proceso de la Revolución Cubana.

resultados concretos que nos muestran que existen otros caminos si nos organizamos y nos unimos por nuestros derechos comunes.

En esta dirección se debe tener en cuenta los estudios y aportes realizados por Carlos Walter Porto-Gonçalves sobre ordenamiento territorial, en Brasil y otros países de Latinoamérica. El autor analiza las causas del desenvolvimiento desigual del espacio geográfico, las contradicciones, conflictos rurales que se producen en el campo. En el libro del año 2008, “A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização”, obtuvo el Premio Internacional en Literatura Brasileña “Casas de las Américas” (Cuba). Para los cubanos y demás pueblos latinoamericanos, son significativos los aportes de esta producción científica para entender y enfrentar los viejos y nuevos problemas del aprovechamiento y utilización del espacio-territorio, y la necesidad de considerar el tema ambiental en el centro de las decisiones económicas y políticas que se adopten.

En relación a esta compleja situación de la globalización neoliberal, que nos impone el sistema capitalista mundial, basado en la ganancia, sin perspectivas y con afectaciones al medio ambiente, cada vez se hace más urgente, buscar otras racionalidades económicas y ambientales. En relación a lo cual, Porto-Gonçalves (2012, p.16-17) expresó: “el potencial emancipatorio que está inscrito en el contradictorio campo ambiental [...] todo indica que cualquiera que sea el proyecto (los proyectos) que se apliquen a partir del mundo-que-está-ahí, tendrá que incorporar la dimensión ambiental”. Aquí el investigador resume la importancia de introducir la dimensión ambiental en cualquier proyecto de desarrollo o investigación que se aplique. Resalta que existe otra manera de hacer: de las mujeres, de las indígenas, campesinos, comunidades y otros grupos organizados que, desde sus experiencias locales, proponen otras articulaciones con la naturaleza, con la vida. En esta misma perspectiva, Arturo Escobar antropólogo colombiano, parte de las luchas y pensamientos “desde abajo”, y aquellas que están sintonizadas con las dinámicas de la Tierra, declara que:

“los conocimientos de los pueblos en movimiento, de las comunidades en resistencia y de muchos movimientos sociales están en la avanzada del pensamiento para las transiciones, y cobran una relevancia inusitada para la reconstitución de mundos ante las graves crisis ecológicas y sociales que enfrentamos, más aún que los conocimientos de expertos, las instituciones y la academia (ESCOBAR, 2016, p.1).

Escobar analiza la fuerza de estos movimientos en Latinoamérica los que se basan en la reconstitución de lo comunal como el pilar de la autonomía, comunidad y territorialidad, conceptos claves de esta corriente. Esta dimensión se encuentra elocuentemente expresada en el arte, los mitos, las prácticas económicas y culturales de las personas en las comunidades. Por su parte, Enrique Leff, plantea la necesidad de buscar otras racionalidades ante la globalización, otra racionalidad ambiental, desde la cultura y la autonomía de los pueblos. Esta perspectiva requiere de atención y conocer las experiencias acumuladas por milenios, por nuestros pueblos y comunidades de Latinoamérica. Esta es la globalización que necesitamos, para construir de conjunto nuestros propios caminos.

Se puede inferir que esta perspectiva avalada por Leff, desde la cultura, es un elemento también considerado mucho antes por E.P. Thompson, unido a la economía, como diferentes dimensiones de la vida social. Para el historiador marxista que estudió la formación de la clase operaria inglesa, en el siglo 18, “es esencial mantener presente en el espíritu, el factor de los fenómenos sociales y culturales no estén “al remorque” siguiendo los fenómenos económicos a distancia, ellos están en su surgimiento, preso en la misma red de relaciones” (THOMPSON, 1981, p. 208). Sin dudas, en los momentos actuales se impone unirnos en una lucha que es económica y a la vez, cultural, pues como señaló Marx (1991, p.82):

Lo que exige explicación no es la unidad de los seres humanos vivos y activos con las condiciones naturales e inorgánicas del metabolismo con la naturaleza [...] lo que tiene que ser explicado en la separación entre esas condiciones inorgánicas de la existencia humana y la existencia activa, una separación apenas completada plenamente, en la relación entre trabajo asalariado y el capital.

En esta afirmación Marx magistralmente pone en la palestra como las condiciones y relaciones de trabajo que establece e impone el capital a partir del trabajo asalariado, es la principal contradicción que influye en este fenómeno, una de las premisas básicas a considerar para mudar las relaciones de desarrollo desigual del espacio geográfico y el aprovechamiento de los recursos naturales para superar las contradicciones que generan los principales conflictos que en la actualidad se producen en el mundo, en la lucha por un orden económico más justo y participativo.

Los conocimientos, el pensamiento, la resistencia, las prácticas de las comunidades, los pueblos y los movimientos sociales de Latinoamérica, marcan el

camino a seguir para repensar y reconstruir los efectos de esta crisis ambiental, social y económica. La fuerza de la cultura se constituye en un eje común para el establecimiento de nuevas relaciones de trabajo con el capital, que se mantiene ahí y debe ser considerado y enfrentado para poder avanzar. En esta dirección existen experiencias como ya explicamos anteriormente que hacen la diferencia ante la propuesta globalizadora.

En las investigaciones realizadas por Carlos Frederico B. Loureiro, importante especialista de educación ambiental de Brasil, profundiza en la importancia de realizar una educación ambiental crítica para la construcción de los nuevos saberes ambientales en enfrentamiento a las propuestas globalizadoras. Esta perspectiva es una vía importante para la capacitación y preparación de las personas y para asumir posiciones críticas ante estas propuestas neoliberales. La fuerza de la cultura, las tradiciones y las maneras de hacer y construir el conocimiento, son aspectos esenciales a considerar.

Orestes Valdés Valdés, especialista cubano en Educación Ambiental, en los estudios realizados, resalta la importancia de la cultura en comunidades rurales como elemento importante para conformar prácticas ambientales sostenibles que pueden ser replicadas en otros contextos. En el camino hacia la construcción de esa nueva realidad, Antonio Blanco sociólogo cubano, hace una propuesta importante con un grupo de indicadores para la comunidad, de manera de aprovechar sus potencialidades para la construcción colectiva del conocimiento desde las propias propuestas y potencialidades de las personas de la comunidad, sus experiencias y prácticas para la atención a la problemática socio- ambiental desde lo cotidiano.

Considerar indicadores para conocer el comportamiento de las comunidades puede ser algo que ayude a iniciar un proceso de socialización y acercamientos con las mismas, sobre todo cuando se inician estos procesos, y en lo sucesivo. Sin embargo, es imprescindible reconstruir de forma participativa estos indicadores, de manera que las personas de la comunidad den sus criterios, aportes y que sean partes activos de la formación de ese conocimiento. En esencia es una cuestión ética-educativa, porque cada comunidad, tienen sus condiciones histórico culturales, sociales, religiosas, económicas, de trabajo y educación, que las diferencian y a su vez las complementan.

Los autores consultados, tienen como punto común considerar que la globalización neoliberal capitalista que se nos impone desde arriba, no resuelve los

graves problemas ambientales, económicos, sociales de nuestros pueblos de Latinoamérica; sino que los profundiza, complejiza. Crea cada día más dependencia consumista, hambre, miseria, desigualdades, guerras, grandes oleadas migratorias, deterioro y contaminación de las tierras, el agua, afectaciones significativas a los bosques y la biodiversidad y como consecuencia el aumento exponencial de la desigualdad entre el norte y el sur, los ricos y los pobres.

Esta situación anterior ha tenido una resistencia de nuestros pueblos, a partir de su experiencia, creatividad y diversidades, de los movimientos agroecológicos surgidos en el continente vistos como un proyecto para enfrentar, criticar y transformar desde lo técnico, político e histórico el proyecto capitalista, por tanto,

La agroecología se anuncia como un terreno fértil para la creación de nuevas relaciones de trabajo, en dirección a la emancipación social en el compromiso con la humanidad y su futuro, en defensa de la vida, *la salud y el medio ambiente en una perspectiva de totalidad* (DIAS; STAUFFER; et al, p.17, grifos do autor).

Por tanto, consideramos que son posibles otros caminos, otras racionalidades, otras alternativas frente a la globalización neoliberal: en este sentido dar gran importancia a la memoria/experiencia acumulada, a la cultura, a los valores de la tierra, las tradiciones y la construcción colectiva en las comunidades, a los pueblos autóctonos, a los campesinos, a los indígenas, a los ribereños, a los sindicalistas, a los negros, a las mujeres, a los movimientos en defensa de los derechos de los pueblos. Estos grupos proponen otras maneras de vivir en armonía con la naturaleza, el buen vivir, como expresión de prácticas de vida milenarias, donde el cuidado de la tierra y la racionalidad, no son meras palabras; sino realidades tangibles.

Consideraciones finales: ¿hacia dónde caminamos?

En un mundo globalizado, donde las prácticas del agronegocio son promovido, comercializado por grandes trasnacionales, que procuran la ganancia, aún a costa de la naturaleza y la salud humana, donde los trabajadores son un mero objeto explotado, obligados a realizar prácticas que se distancian de los legados y tradiciones agrícolas de los pueblos. En este contexto contradictorio se insertan otras propuestas desde el sur, que en el caso de Cuba tiene una construcción

popular-participativa que potencia la memoria/experiencia local acumulada durante muchos años y se articula con la técnica, y la ciencia en función de lograr una calidad de vida plena de las personas, sobre la base del cuidado y preservación del medio ambiente.

Bajo estos preceptos anteriores se ha trabajado en Cuba, considerando los legados de generaciones anteriores de operarios, trabajadores, intelectuales, campesinos, líderes revolucionarios, que constituyeron las simientes de un proceso de construcción colectiva que atendió la formación de los recursos humanos y ubicó al hombre en un sitio prioritario, adecuando, actualizando y enriqueciendo estas prácticas en lo cotidiano, en articulación con los adelantos de la técnica, la ciencia y la preservación del medio ambiente como única forma de lograr un equilibrio entre la sociedad-naturaleza-economía.

Esta política desarrollada, permitió que el país sea uno de los pocos en el mundo, que cumplió con las metas del milenio aprobadas por las Naciones Unidas en relación al acceso de la población a: la educación, salud, deporte, trabajo, agua potable, alimentación, vivienda, seguridad ciudadana, índices de salubridad, acceso a la cultura, espiritualidad, equidad social, cuidado del medio ambiente entre otras, que han contribuido a mejorar la calidad de vida de las personas.

La historia de la Revolución Cubana ha sido contada, comentada, explicada en muchos libros, entrevistas, películas, relatos: cada cual tratando de satisfacer sus interrogantes sobre esta Isla Insurrecta que rompió con los códigos prediseñados por el imperialismo norteamericano (RAMONET, 2016, por ejemplo). Desde luego, insistimos en que la memoria social y colectiva de las experiencias vividas, percibidas y modificadas a lo largo del proceso histórico estructurado (THOMPSON, 1981) son esenciales para aprender la totalidad social donde hombre y mujeres se constituyen material y simbólicamente. De ahí la importancia de la historia vista desde abajo. La revolución no da tiempo para teorizar. Hay que hacerlo. En Cuba, la experiencia es entendida como experiencia práctica, alimentada de la teoría. La práctica fue y ha sido el primer criterio para transformar la realidad. Las cosas se hacían o se morían de hambre las personas, ya que los EEUU, impusieron desde los inicios, todo tipo de limitaciones para asfixiar a la joven revolución que nacía en nuestra América.

Hoy por hoy, sigue el trabajo creativo entre los dirigentes y la población para formar el modelo cubano de democracia, que desde la perspectiva socialista

garantice, de manera masiva, la calidad de vida de la población. Importante es no olvidar el trabajo de solidaridad internacional y colaboración en más de 100 países del planeta. Ejemplos como en Angola y Mozambique, en las décadas de 1970 y 1980. En la década de 2010, destacamos las brigadas médicas en Nepal, Ecuador, la solidaridad al combate del virus Ébola en África (DVE) y la participación en el *Programa Mais Médicos*, creado en 2013, por Dilma Rousseff en Brasil. Y recientemente, la atención a más de 50 países ante los peligros del COVID 19.

Lamentablemente, este preclaro pensamiento no ha sido considerado por los que desde arriba y sin preguntar o consultar, imponen este nuevo orden global. Sin embargo en medio de tanto desatino, donde los énfasis del capital, las relaciones entre trabajo y educación son para incrementar ganancias cada vez mayores; se mantiene una lucha de muchos pueblos y comunidades que se aferran a otro orden, a otras relaciones, un orden de respeto a la tierra, basado en las memorias/experiencias acumuladas y transmitidas de generación en generación, sobre la que muchos investigadores Latinoamericanos han profundizado, socializado y se ha convertido en un movimiento de referencia de nuestros pueblos que marcan otras realidades, ante este pensamiento único y colonizador.

En cuanto a estas relaciones, que se establecen entre el capital y la clase trabajadora, Thompson la define con mucha claridad al referir que al final, toda clase social es una formación tanto económica como cultural: “[...] la conciencia de clase es la forma cómo esas experiencias son tratadas en términos culturales: encarnadas en tradiciones, sistemas de valores, ideas y formas institucionales”. (THOMPSON, 1987, p. 10).

Según Halbwachs (2006), la duración de la memoria depende del tiempo que los grupos sobrevivan como referentes, es producida socialmente, por lo que se puede afirmar que no hay posibilidad de experiencia sin memoria, ya que está es la vía para transmitirla y socializarla por los grupos de clases sociales. “[...] cada memoria individual es un punto de vista sobre la memoria colectiva, y este punto de vista muda según el lugar que ahí ocupó y que ese mismo lugar muda según las relaciones que mantengan con otros ambientes” (HALBWACHS, 2006, p. 69).

En la perspectiva del materialismo histórico, experiencia y memoria de dan según el propio desarrollo económico, social, cultural, religioso de las sociedades, todos están integrados en un proceso de cambios y mudanzas muy interrelacionados con el desarrollo de las fuerzas productivas, los intereses de

clases y las luchas de las mismas para enfrentar en el caso de los obreros y la población, las imposiciones del capital; las cuales están mediadas por intereses de dominación y opresión por las clase dominantes. Lo que en la actualidad es un reflejo de las relaciones de producción, empleo, distribuciones de los recursos económicos, culturales, sociales y las políticas neoliberales que manejan estas relaciones.

Todavía en el siglo XXI, estamos frente a una maquinaria que, no sólo en Cuba sino, planetariamente funciona como una dictadura mundial, dándose el gobierno de USA el auto-derecho de decidir sobre los destinos del mundo. Es la mundialización de una fuerza económica que ignora las culturas y derecho de autodeterminación de los pueblos de Latinoamérica y el mundo. Es la guerra, la mentira, el engaño y la barbarie como nunca antes se ha visto en la historia de la humanidad.

Mientras, al comprender qué mismo haciendo varias tentativas, el capital no es la totalidad y como planteó Fidel Castro, tenemos tareas, no podemos olvidar y por eso luchamos siempre, pues la Revolución es unidad, es independencia, es luchar por nuestros sueños de justicia para Cuba y para el mundo, que es la base de nuestro patriotismo, nuestro socialismo y nuestro internacionalismo” (CASTRO, 2000). Luego para continuar la historia, conforme Silvio Rodríguez, cantante cubano, ¡“vamos andar”!

Referencias

BLANCO P, A.. **Introducción a la Sociología de la Educación**. Ciudad de la Habana. Cuba: Instituto Superior de Pedagogía. Enrique José Varona, 1997.

CASTRO R, F. **La historia me absolverá**. La Habana: Editora Ciencias Sociales, 2007.

CASTRO R, F. **Discurso pronunciado en el Acto Central de Conmemoración del 1ero de mayo**, 2000.

DIAS, A. P.; STAUFFER A. B.; et al (org.). **Dicionário de Agroecologia e Educação**. Rio de Janeiro/São Paulo: FIOCRUZ. Expressão Popular, 2021.

ESCOBAR, A. **Desde abajo, por la izquierda y con la Tierra**. Conferencia. 2012.

GARCÍA, P. J. J. **Necesidades sentidas: Ensayo sobre Luchas Comunitarias en Territorios Rurales en Cuba y en la Amazonía Tocantina Paraense – Brasil.** In.: **Revista Trabalho Necessário**, v. 20, n.41, jan/abr, 2022.

GARCÍA, P. J. J. **Ponencia.** La comuna, sitio de intervención y transformación comunitaria. Convención Internacional de Medio Ambiente. Habana. Cuba, 2014.

GARCÍA, P. J. J. **Estrategia de Educación Ambiental para la Empresa Transporte Agropecuario.** 2016. Tesis (Doctoral de Medio Ambiente) - Universidad de Ciencias Pedagógicas. La Habana.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva.** São Paulo: Centauro, 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

GUR, D; N. R. SILVA. Epistemologia da Agroecologia. In: DIAS, A. P. [et al]. **Dicionário da Agroecologia e Educação.** São Paulo: Expressão Popular. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021.

LEFF, E. **Ecologia, Capital e Cultura.** Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

LOUREIRO B, C. F (Org.) **Sustentabilidade e Educação:** um olhar da ecologia política. São Paulo: Cortez, 2012.

LOUREIRO B, C. F. Educação Ambiental e Epistemologia Crítica. **Rev. Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 32, n.2, p. 159-176, jul./dez. 2015.

MARTÍ, J. **Ideário Pedagógico.** La Habana: Centro de Estudios Martianos, 2015.

MARX, K. **Formações Econômicas Pré-Capitalistas.** São Paulo: Editora Paz e Terra, 1991.

PORTO-GONÇALVES, C.W. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização.** Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 2012.

RAMONET, I. **Fidel Castro:** biografia a duas vozes. São Paulo: Boitempo, 2016.

SOSA et al. **Revolução Agroecológica.** Movimento Camponês a Camponês de la ANAP en Cuba. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

THOMPSON, E. P. **Miséria da Teoria.** Rio Janeiro: Zahar, 1981.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. 1.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum.** Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo. Companhia das Letras, 1998.

TIRIBA, L; FISCHER, M. C. B. Aprender e ensinar a autogestão: espaços/tempos do trabalho de produzir a vida associativamente. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 31, n. 2, 2013.

VALDÉS V, O. **Escuela y comunidad adulta. Educación ambiental y previsión de desastres**. Cuba, 2008.

WIKIPÉDIA. **Primera Ley de Reforma Agraria**. La Plata. Sierra Maestra. Cuba, 1959. Disponível em: < [>https://es.m.wikipedia.org/wiki/<](https://es.m.wikipedia.org/wiki/)>. Acesso em: el 1 de jul. 2017.

EXPERIÊNCIAS E APROXIMAÇÕES TEÓRICO-PRÁTICAS DE MULHERES QUILOMBOLAS DA AMAZÔNIA PARAENSE COM O ECOFEMINISMO¹

Ellen Rodrigues da Silva Miranda²
Maria Jacqueline Girão Soares de Lima³

Resumo

Exponemos neste artigo, a partir de achados de uma pesquisa de mestrado concluída e pesquisas em andamento, a relação entre mulheres quilombolas, natureza e sociedade como processo de aproximação entre teoria e *práxis* interseccional ecofeminista na Amazônia Paraense. Ancoradas na abordagem qualitativa de enfoque materialista histórico-dialético, analisamos observações, anotações de campo e entrevistas semiestruturadas. As aproximações são apontadas em experiências de luta cotidiana ao realizarem ações contra as investidas de privatizações dos rios, florestas e animais, operadas pelo capitalismo.

Palavras-chave: Mulheres quilombolas; Experiência; Natureza-território; Interseccionalidade; Ecofeminismo.

MUJERES QUILOMBOLA Y ECOFEMINISMO: EXPERIENCIAS Y APROXIMACIONES TEÓRICO-PRÁCTICAS EN LA AMAZONIA PARAENSE

Resumen

Exponemos en este artículo, a partir de hallazgos de una investigación de maestría concluida y de una investigación en curso, la relación mujer quilombola, naturaleza y sociedad como proceso de aproximación entre teoría y praxis interseccional ecofeminista en la Amazonía Paraense. Anclados en el enfoque cualitativo del materialismo histórico-dialético, analizamos observaciones, notas de campo y entrevistas semiestruturadas. Las aproximaciones se apuntan en experiencias de lucha cotidiana al realizar acciones contra los embates de privatización de ríos, bosques y animales, operados por el capitalismo.

Palabras-clave: Mujeres quilombolas; Experiencia; Naturaleza-territorio; Interseccionalidad; Ecofeminismo.

QUILOMBOLAS WOMEN, NATURE AND TERRITORY: INTERSECTIONALITY AND THEORETICAL-PRACTICES-SECOFEMINIST APPROACHES IN THE AMAZON OF PARAENSE

Abstract

We expose in this article, based on findings from a completed master's research and research in progress, the relationship between quilombola women, nature and society as a process of approximation between theory and ecofeminist intersectional praxis in the Paraense Amazon. Anchored in the qualitative approach of historical-dialectical materialist approach, we analyzed observations, field notes and semi-structured interviews. The approximations are pointed out in experiences of daily struggle when carrying out actions against the onslaughts of privatization of rivers, forests and animals, operated by capitalism.

Keywords: Quilombola women; Experience; Nature-territory; Intersectionality; Ecofeminism.

¹ Artigo recebido em 30/05/2022. Primeira Avaliação em 28/06/2022. Segunda Avaliação em 13/07/2022. Aprovado em 05/09/2022. Publicado em 10/11/2022. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v20i43.54704>.

² Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação na Amazônia - PGEDA, Universidade Federal do Pará. E-mail: ellensilva@ufpa.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3349356526857497>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2030-463X>.

³ Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGE/UFRJ), professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (PPG/UFF). E-mail: giraojac@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5879472477884020>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4419-3468>.

Introdução

“[...] meu pai me ensinou o tempo da piracema, o tempo do florir, o tempo do fruto [...]” Mulher Quilombola 1, 87 anos, Quilombo Tambaí-Açu (2018)

A epígrafe da Mulher Quilombola 1 oferece-nos a instigante reflexão de que há tempo para tudo, inclusive para pensar e escrever sobre a necessária e urgente transformação de nosso mundo, em tempos tão adversos. Assim, convictas de que, embora sejam diversas as investidas do capitalismo, “a boiada não passará”, expomos neste artigo algumas análises, com base em achados de pesquisa de mestrado realizada de 2017 a 2019 (MIRANDA, 2019) e inferências construídas a partir de pesquisas⁴ em andamento sobre a relação Mulheres Quilombolas – Natureza – Território.

Procuramos contribuir com a discussão acerca da experiência de Mulheres Quilombolas na Amazônia Paraense, que lhes permite produzir ações diante das contradições operadas pelo capitalismo, analisando de que forma essas experiências se aproximam, em termos teórico-práticos, das lutas ecofeministas.

Na busca por problematizar essas inquietações, compreendemos que, para abordar qualitativamente um fenômeno, é necessário o entendimento de que partimos de uma realidade social permeada de significados, motivos, aspirações, crenças, valores, atitudes e culturas (MINAYO, 2016).

Com base nesse pressuposto, utilizamos anotações realizadas em atividades em campo, observações livres, conversas informais, oficinas, palestras, seminários, audiências públicas, produção de vídeos, feiras culturais com mulheres quilombolas em 2021 e entrevistas semi estruturadas, previamente esclarecidas e consentidas de forma livre, com três mulheres do Quilombo Tambaí-Açu, em 2018, Mocajuba, Amazônia Paraense⁵. Para não cairmos nas armadilhas do idealismo e analisarmos

⁴ “Processos de Formação da Classe Trabalhadora Ampliada: experiências da relação trabalho, cultura e educação em Territórios Quilombolas, na Amazônia Tocantina Paraense” (MIRANDA, 2020-2024) e pesquisas que tratam sobre a relação educação ambiental e ecofeminismo (LIMA, 2022). Registra-se que o encontro das autoras deste artigo se deu durante a disciplina Educação Ambiental Insurgente e Interseccional, ministrada pela Profa. Dra. Jaqueline Girão Lima e pelo Prof. Dr. Celso Sanchez, entre fevereiro e maio de 2021, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense – UFF.

⁵ A Amazônia tratada neste artigo, em termos geográficos, é referente à região do Nordeste Paraense. Em 2016, segundo o IBGE, sua população foi estimada em 1.942.216 habitantes. É formada pela união de 49 municípios, agrupados em cinco microrregiões, a saber: Bragantina ou Caetés, Cametá (Baixo Tocantins), Guamá, Salgado, Tomé-Açu. Fonte: IBGE (2016).

o concreto vivido, tomamos como enfoque o materialismo histórico-dialético (EVANGELISTA E SHIROMA, 2019).

Nestes termos, faz-se necessário ressaltar que as *Mulheres Quilombolas* tratadas neste artigo são mulheres que vivem em territórios rurais. Elas são, como nos diz a Mulher Quilombola 1 (87 anos, 2018) “filhas de preto trabalhador”, guardiãs das tradições, da cultura e da educação quilombola, transmitidas de geração em geração, conforme Selma dos Santos Dealdina⁶ (2020), ou seja, em experiências compreendidas como tudo aquilo que é produzido por mulheres, homens, crianças, jovens e anciões, na práxis e reprodução ampliada da vida (MAGALHÃES e TIRIBA, 2018). As experiências integradas em todas as relações, inclusive com não humanos, são históricas.

Essas mulheres em experiência histórica, de acordo com Loureiro (2018), na relação direta com a *Natureza* são a própria natureza, e não algo exterior a ela. Conforme a Mulher Quilombola 2 (62 anos, 2018), a natureza é “semente que cuidamos, plantamos, colhemos, entregamos, pois tudo que ela nos dá, temos que devolver”. Igualmente dotada de bio-socio-diversidade, a natureza, parafraseando a filosofia africana Ubuntu é: “o que nós somos”, tanto humanos quanto os não humanos.

Nesse sentido, *Território* é entendido como direito ao reconhecimento do sentimento de pertencimento e isso “implica o direito a viver de acordo com seus costumes e práticas, que formam seu patrimônio histórico e cultural”, conforme a percepção da quilombola Kalunga Vercilene Francisco Dias⁷ (2020, p. 83). Importa registrar também, de acordo com a jovem Mulher Quilombola 3 do Tambaí-Açu (21 anos), que território é o lugar em que “[...] a gente é feliz. A gente percebe. A gente é feliz ajudando o outro”, ou seja, o território é, com base em Marin e Castro (2004),

⁶ Optamos neste artigo por publicar o nome completo das autoras negras-quilombolas, no primeiro momento que forem citadas, em razão do reconhecimento de suas existências e da importância fundamental de suas pesquisas para a ciência. Assim, Selma dos Santos Dealdina é mulher quilombola, de Angelim III, Território do Sapê do Norte, no Espírito Santo. Membro da Coalizão Negra por Direitos, assessora da Coordenação Estadual de Comunidades Quilombolas do Estado do Espírito Santo (Zacimba Gaba) e o Coletivo de Mulheres da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ (DEALDINA, 2020).

⁷ Mulher Quilombola do Vão do Moleque, Território Kalunga, Cavalcante, Goiás. Mestre em Direito Agrário pela Universidade Federal de Goiás, é graduada em Estudo Internacional em Litígio Estratégico em Direito Indígena pela Pontifícia Universidade Católica do Peru. Atua como advogada popular na Conaq e na Terra de Direitos (DEALDINA, 2020).

espaço de direito, a forma estável ao uso e controle dos recursos socioculturais-biodiversos e de sua disponibilidade no tempo.

Desse modo, as falas da Mulher Quilombola 1⁸ (87 anos, 2018), Mulher Quilombola 2⁹ (62 anos, 2018) e Mulher Quilombola 3¹⁰ (21 anos, 2018), bem como da Mulher Quilombola 4¹¹ (2021) e Mulher Quilombola 5¹² (2021), todas de Mocajuba/PA, são reveladoras de um contexto de lutas-resistências por seus Territórios¹³: Tambaí-Açu, Segundo Distrito, São José de Icatu, compostos de forma geral por um número aproximado de 825 famílias e 3.239 habitantes (anotações de campo de 2021). Hoje, esses territórios estão por todos os lados, tal qual ilhas, cercados por empreendimentos do agronegócio: fazendas de gado, monocultivos de pimenta-do-reino, açaí irrigado e dendê, dentre outros.

Essas ações de viés capitalista se intensificaram a partir do cenário político nacional pós 2018 e têm se somado aos conflitos socioculturais-ambientais ocasionados pelos incentivos diretos ao agronegócio, operacionalizados pelo governo federal. Elas têm como alvo direto o uso de grandes áreas que, por necessidade da produção em larga escala visando à exportação, geram desmatamento, queimadas e uso desenfreado das águas dos rios para irrigação. Em consequência, afetam diretamente territórios de povos/comunidades tradicionais, a exemplo dos quilombolas, o que se configura como racismo ambiental, conforme Rita Maria da Silva Passos¹⁴ (2021).

Os dados das pesquisas (realizada e em andamento), produzidos por meio das falas de mulheres quilombolas, corroboram a hipótese de que, na Amazônia Paraense, essas mulheres se organizam em defesa de seus territórios diante da interseccionalidade: raça, classe e gênero e constroem experiências distintas de

⁸ Território Tambaí-Açu, Mocajuba, Pará.

⁹ Território Tambaí-Açu, Mocajuba, Pará.

¹⁰ Território Tambaí-Açu, Mocajuba, Pará.

¹¹ Território Segundo Distrito – Itabatinga, Mocajuba, Pará.

¹² Território São José de Icatu.

¹³ O município de Mocajuba/PA reconhece atualmente 12 (doze) Comunidades de Povos Tradicionais Quilombolas a saber: Vizânia, Santo Antônio do Vizeu, São Benedito do Vizeu, Itabatinga, Uxizal, Mangabeira, Porto Grande, Mojutapera, Tambaí-Açu, São José de Icatu, Bracinho de Icatu e Mazagão. Observação: os dois últimos estão em processo de reconhecimento e titulação territorial (Anotações de campo, 2021).

¹⁴ “Mulher preta de axé que acredita na magia e na ciência”, doutoranda em Planejamento Urbano e Regional no IPPUR/UFRJ, mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas e bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

lutas, enquanto identidade étnica, que, conforme Carlídia Pereira de Almeida¹⁵ (2020, p.149), “transcende características fenotípicas, como cor da pele. Processo de auto identificação abrange, também, formas de organização política, socioeconômica, linguagem, ancestralidade, aspectos culturais e religiosidade”.

Essas experiências podem, igualmente, ser compreendidas como aproximações com as lutas ecofeministas. De acordo com Givânia Maria da Silva¹⁶ (2020, p. 55): “As questões relativas a mulheres quilombolas não estão contempladas pelo feminismo branco, tampouco, em parte, pelo feminismo negro”. E continua,

Se consideramos certas especificidades e suas relações com elementos simbólicos, como por exemplo, os territórios, a cura, a relação com a sociobiodiversidade; a influência dos lugares, das regiões geográficas, dos biomas; a relação com a religião e aspectos culturais de forma mais ampla, vamos perceber que ainda há ausências de abordagens teóricas que aproximem as discussões correntes dos feminismos à realidade das mulheres quilombolas.

É a partir dessas ausências de abordagens, como nos diz Silva (2020), e compreendendo que também precisamos evidenciar essas especificidades como lutas ecosocialistas, que temos procurado pensar as diversas “outras” lutas das mulheres também pela ótica das mulheres quilombolas, que apontam elementos de “outros coletivos femininos”, como nos apresenta Miranda e Rodrigues (2020) e/ou experiências que se aproximam das lutas ecofeministas, conforme Lima (2020).

Isso porque, dentre as diversas batalhas cotidianas em prol da vida, há o enfrentamento, também, das Mulheres Quilombolas aos altos índices de desmatamento. Conforme Tiriba e Souza (2020, p. 173), fora constatado, através do “[...] Observatório do Clima, entre junho e setembro de 2018, que a taxa de desmatamento subiu 36% na Amazônia. Nesses quatro meses, foram 2.414 km² de floresta derrubada”. Logo, territórios quilombolas são vítimas desse processo patriarcal-colonialista-capitalista que tenta aniquilá-los a todo instante, desde quando seus ancestrais foram sequestrados de África.

¹⁵ Mulher Quilombola do Quilombo Lagoa de Peixe, em Bom Jesus da Lapa, Bahia. Engenheira Agrônoma formada pela Universidade do Estado da Bahia, com mestrado em Ensino e Relações Étnico-Raciais pela Universidade Federal do Sul da Bahia (DEALDINA, 2020).

¹⁶ Mulher Quilombola de Conceição das Crioulas, Salgueiro, Pernambuco. Membro fundadora da CONAQ (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas). (DEALDINA, 2020).

Além do alvo da exploração da floresta, há também os projetos que visam à privatização da água através de barragens hidroelétricas e hidrovias, a exemplo do já em curso Projeto Hidrovia Araguaia-Tocantins, que visa expandir o agronegócio entre as regiões centro-oeste e norte do Brasil. Assim, com base em estudos já realizados pelo Governo Federal, Universidade Federal do Pará, Universidade do Sul e Sudeste do Pará, dentre outros, é possível afirmar que os modos de vida das populações locais, inclusive povos/comunidades tradicionais, serão afetados de forma irreversível (CUT/Pará, 2019).

Defendemos que tornar explícita a força das mulheres quilombolas diante desse contexto de disputa entre Natureza e Capitalismo é crucial e necessário, já que essas mulheres são guardiãs de seus territórios e é a partir de suas ações diárias que esses espaços-tempos de vida têm resistido para continuar a existir. Nesse sentido, entendemos que as mulheres quilombolas são, conforme Nilma Lino Gomes¹⁷: “sinônimo de resistência. Isso significa carregar na identidade, no corpo, no cuidado com a família, na lida no campo ou na agitação do urbano uma história ancestral de dignidade” (2020, p. 11, grifo nosso).

Portanto, pensar na relação mulher quilombola – natureza – território é compreender que essas mulheres são seus próprios territórios, já que, como nos disse Dealdina (2020, p. 37): “Toda mulher negra é um quilombo”. Quilombos, que por vezes transcendem através desses corpos seus territórios, para além da delimitação geográfica, por exemplo, ao ocupar espaços fundamentais para dar visibilidade às suas lutas, como as lideranças de movimentos sociais, associações quilombolas, redes de mulheres quilombolas, cargos de chefia, cursos na universidade, dentre outros espaços. Quando a Mulher Quilombola ocupa espaços historicamente negados, seu corpo, sua vida expandem o quilombo. De tal modo, o quilombo se amplia que se torna cada vez mais o povo que a ela pertence e vice-versa.

Nesse sentido, os corpos das Mulheres Quilombolas são a expressão da luta de seus territórios, as evidências de um processo histórico que conduziu e ainda conduz, de acordo com Dealdina (2020, p.31), a resistência dos quilombos

¹⁷ Mulher Preta, Prof^a. Dr^a. Titular da Faculdade de Educação da UFMG. Pesquisadora, militante das causas em prol dos direitos humanos, publicou vários livros e artigos, dentre eles: “O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação” (2017).

[...] há muitos séculos, à violência do Estado brasileiro e de agentes privados detentores do poder. A luta negra quilombola está representada nos quilombos que até hoje lutam por igualdade social, racial e de gênero. Acesso à terra, à água, à moradia, à educação, valorização da agricultura tradicional, proteção de defensoras e defensores de direito humanos e salvaguarda das sementes e do meio ambiente são algumas das pautas de luta dos quilombos.

Lutar exige força e coragem, pois a violência do racismo, patriarcalismo e colonialismo é diária. Daí que tornar evidente as lutas das Mulheres Quilombolas por seus territórios de existência é demonstrar que o capitalismo não é a totalidade, que toda realidade é passível de transformação.

Diante desse contexto, optamos neste artigo por considerar, em termos de embasamento teórico, somente trabalhos de autoria de mulheres, por entendermos que há lutas no campo científico referentes às hierarquias da produção do conhecimento acadêmico que também precisam ser combatidas e transformadas, de forma a tornar visível as produções científicas das mulheres que, mesmo diante de suas várias tarefas cotidianas, também produzem ciência.

Organizado em duas seções que se integram, este artigo procura problematizar as mediações construídas pelas mulheres quilombolas na relação entre Natureza e Capitalismo, que, ao tentar submeter os ecossistemas à unidade contraditória entre capital e natureza, constroem o sofrimento de todos os seres do planeta Terra (TIRIBA, SOUZA, 2021). E, para continuarmos pensando e produzindo outras pesquisas, a exposição encerra com algumas considerações.

Mulheres quilombolas – natureza – território e as aproximações com fundamentos teóricos interseccionais ecofeministas

Aprende-se com as Mulheres Quilombolas na Amazônia que a água dança, que as trovoadas indicam mudança, que os animais têm muito a dizer, que os ventos ditam o tempo, que as flores, os cheiros da mata e da floresta dão sinais de vida e de morte. As e os encantados(as), mesmos invisíveis, exercem poder sobre nossos comportamentos. Se vai chover, seja temporal ou brisa, o céu com nuvens e cores anuncia suas previsões. O sentir de viver sobre as águas ou em terra firme; do

caminhar a pé ou em barcos; os rios, os igarapés, os furos são estradas, ruas como diz o carimbó¹⁸, música da Amazônia.

Embaladas pelo mexer da cintura quando dançam ritmos ancestrais e/ou dos braços firmes que seguram a enxada no roçado, nos mutirões, quando os homens resolvem sair “para trabalhar pro outro” como nos diz a Mulher Quilombola 1 - principalmente durante o período da colheita da pimenta-do-reino, nas propriedades dos grandes pimentalistas, os homens são atraídos pela perspectiva do trabalho assalariado e complementação de renda, devido à falta de investimento pelo poder público na agricultura familiar, conforme pode ser verificado na pesquisa de Miranda (2019). Contudo, com os sorrisos das mulheres pretas trabalhadoras, segue viva a história dos Quilombos na Amazônia.

Assim, de forma um tanto poética, compreendendo, pois, conforme Caldas (2021, p. 1), que o poético lenteia no próprio viver dessas mulheres, nos seus modos de vida, no cotidiano vivido, no coração da mata amazônica, iniciamos as análises sobre as Mulheres Quilombolas na Amazônia, sejam elas das águas, da floresta ou de terra firme, como elas costumam nos dizer.

São experiências vividas das Mulheres Quilombolas não ausentes de história, economia e cultura, como nos afirmam Magalhães e Tiriba (2018), que conduzem as linhas deste texto. As anotações de campo de algumas atividades de pesquisas atuais e entrevistas realizadas em 2018 nos permitem apresentá-las dessa forma, pois é com essa cadência entre poesia e produção de si que demonstram viver, fazer, lutar e pensar as Mulheres Quilombolas da Amazônia Paraense.

Se já são inúmeros os desafios enfrentados pelas mulheres no Brasil, quando se trata de mulheres pretas quilombolas esses desafios são potencializados, pois, de acordo com Djamila Ribeiro¹⁹ (2019, p. 22): [...], sobre a mulher negra incide a opressão de classe, de gênero e de raça, tornando o processo mais complexo”. O racismo e suas diversas faces também resiste e

¹⁸ Trata-se de música com ritmos ancestrais africanos inter relacionados à cultura indígena amazônica. Compreendido como patrimônio cultural paraense, o carimbó é canto, dança e encanto, pois suas letras descrevem o cotidiano amazônico (Anotações de campo, 2018).

¹⁹ Mulher Negra, membro do Movimento Negro Nacional Feminista, nasceu em Santos, em 1980. Mestre em Filosofia é ativista dos Direitos Humanos. Escritora, coordena a coleção Feminismos Plurais, da editora Pólen e é autora dentre vários livros: O que é lugar de fala? (2007) e Quem tem medo do feminismo negro? (2017) – Companhia das Letras (RIBEIRO, 2019).

[...] se materializa em violência e criminalização contra quilombolas. Segundo o relatório ‘Racismo e violência contra os quilombos no Brasil’²⁰, elaborado pela Conaq e Terra de Direitos em 2018, de 2016 a 2017 houve um aumento de 350% nos assassinatos de quilombolas que lutam por direitos (DEALDINA, 2020, p. 32).

O mais impressionante é que, ainda que as pesquisas revelem o aumento exponencial da violência aos quilombolas, o Estado em sua gestão atual se mantém inerte. A partir de falas do presidente da República, como “em meu governo não haverá mais nenhum centímetro de terra para indígenas e quilombolas”, a violência tem alcançado esses números alarmantes, pois, de fato, a promessa do governo se mantém na prática. Como se pode constatar, a configuração do racismo institucional é operada flagrantemente desde que o atual governo assumiu seu posto.

Em seu primeiro dia de mandato, por meio da medida provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019, o presidente Jair Bolsonaro transferiu, no organograma institucional do Poder Executivo, o Incra da Casa Civil da Presidência da República para o Ministério da Agricultura (Mapa). Por sua vez, a Secretaria Especial de Assuntos Fundiários, alocada no mesmo Ministério passou a coordenar os trabalhos do Incra, sob comando do presidente da União Democrática Ruralista (UDR) e notório opositor da política pública de titulação quilombola, Nabhan García. É fundamental ressaltar que essa mudança administrativa se deu sem a realização de consulta livre, prévia e informada à população quilombola, diretamente implicada e afetada pelas mudanças, violando o Artigo 6º da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Dessa forma, o que vemos hoje, depois dessa reorganização administrativa, é a vinculação da política pública de titulação de territórios quilombolas a um ministério cuja política hegemônica é pautada por setores do agronegócio historicamente contrários à efetivação da política de titulação de territórios quilombolas (Idem, p. 33).

Em que pese tudo isso, ainda precisamos adicionar a nomeação contraditória de um negro que trabalhou como “capitão do mato” na Fundação Palmares, instituição responsável pelas certificações nacionais dos Territórios Quilombolas e que, por razões ideológicas racistas, procura a todo custo manter as/os quilombolas atrelados ao “escravismo” – assim como ocorrera “em 1888, com a falsa abolição, ao implantar no Brasil um regime excludente, seguido por uma legislação cruel de

²⁰ Conaq e Terra de Direitos. Racismo e violência contra quilombolas no Brasil. Curitiba: Terra de Direitos, 2018. Disponível em: [https://terradedireitos.org.bra/uploads/arquivos/\(final\)-Racismo-e-Violência-Quilombola_CONAQ-Terra-de-direitos_FN_WEB.pdf](https://terradedireitos.org.bra/uploads/arquivos/(final)-Racismo-e-Violência-Quilombola_CONAQ-Terra-de-direitos_FN_WEB.pdf)

acesso à terra, fortalecera a concentração fundiária, a subjugação da população negra à condição de não sujeitos de direito” (Idem, p. 26).

Nesse sentido, de certo modo tenta-se reescravizar o povo negro ao paralisar os processos de reconhecimento, mantendo os títulos aprisionados, impossibilitando que sejam “alforriados” inúmeros Territórios Quilombolas brasileiros, em prol da conservação do *status quo*. Ao desconsiderar, além das terras indígenas, a existência de mais de 6 mil quilombos no Brasil – isto é, territórios de reserva de água, flora, fauna –, põe em evidência que consumo, acúmulo, lucro, individualismo e exploração são mais importantes do que a vida.

Por isso, os objetivos do capitalismo são compreendidos como perigosos tanto para humanos como aos não humanos, ou seja, são perigosos para o planeta como um todo. De acordo com Tiriba e Souza (2021, p. 173):

[...] as mudanças climáticas, a poluição ambiental e a devastação do planeta, decorrem tanto do saque das riquezas minerais e naturais consideradas na sua biodiversidade, quanto do próprio aquecimento global. E, como afirmou Philip Martin Fearnside (2018), a Amazônia “não é apenas uma vítima do aquecimento global, é também uma fonte de emissões antropogênicas por desmatamento, degradação florestal por exploração madeireira e incêndios, emissões de represas hidrelétricas”. Assim, não por acaso a floresta amazônica entrou em chamas, em agosto de 2019, tornando a Pacha Mama, manchete na imprensa internacional.

Essa, dentre outras ações, é a demonstração de que estamos diante da destruição da natureza e da nossa própria decadência enquanto natureza humana, pois, se entendemos que ao transformar a natureza em prol de nossas necessidades, transformamos a nós mesmos, é evidente que se nessa transformação afetamos a Pacha Mama²¹ forma irreversível, a nossa própria humanidade está ameaçada. E, para não cairmos nas armadilhas do antropocentrismo, faz-se necessário compreender que os não humanos também estão submetidos ao mesmo processo necro-socioeconômico-ambiental pensado e realizado com fins de dominação.

²¹ Além de sua representação como a divindade ligada à terra e à fertilidade da mesma, Pacha Mama representa o sentido da vida, o nascimento, a maternidade e a proteção da Terra e de seus filhos que nela habitam. Outra explicação também muito difundida cerca o termo de origem quíchua, que deu nome à divindade, onde *mama* refere-se à figura da maternidade e *pacha* abrange conceitos como o tempo e o espaço, a terra, o divino e o sagrado. Disponível em: <https://olma.org.br/2019/08/01/pachamama-a-mae-terra-da-cultura-andina/>

Logo, a relação mulher-natureza com o capitalismo-colonialista deve ser pensada como relação que envolve patriarcalismo e, no que se refere a mulheres negras-quilombolas, precisamos acrescentar outras intersecções: classe, raça e etnicidade, conforme Lélia Gonzalez²² (1979). Por isso, compreendemos que na sociedade capitalista-colonialista a dominação tanto da mulher como da natureza é uma necessidade para a manutenção do *status quo*, pois quanto mais empobrecidas estiverem as mulheres e a natureza, – e para isso vale toda a violência –, mais fácil se torna explorá-las, conquistá-las. Essa lógica é operada de diversas formas, através do moralismo, machismo, sexismo e misoginia, que se materializam no feminicídio em todas suas dimensões.

A relação mulher-natureza tem sido produzida pelo capitalismo-colonialista como expressão de desvalorização. Isso se dá desde a visão do masculino, “visto como sagrado, materializado num Deus situado no céu, que cria e governa sobre a Terra imaginada como feminina” (KHEEL, 2019, p. 23) até as relações mais íntimas e cotidianas que mantém mulheres e natureza atreladas à ideia de ingenuidade, fragilidade e que, portanto, necessitam do cuidado, proteção patriarcal-capitalista-colonialista para continuarem a existir. Daí que,

Embora não haja uma filosofia única do ecofeminismo, certos temas principais são comuns ao campo. No nível mais amplo, o ecofeminismo refere-se à ideia de que a desvalorização das mulheres e da natureza tem andado de mãos dadas na sociedade ocidental patriarcal. Essa desvalorização se reforça mutuamente, por exemplo, as mulheres são associadas com a natureza e por isso são desvalorizadas; e a natureza é vista como feminina e por isso também é desvalorizada. A desvalorização das mulheres é também comumente vista como conectada com outras formas de opressão, tais quais racismo, classismo [classism], heterossexismo e especismo. (KHEEL, 2019, p. 22).

Neste artigo, focamos em pensar nos feminismos não capitalistas, ou seja, aqueles que têm a compreensão histórica da luta contra o capitalismo, colonialismo, patriarcalismo, racismo, sexismo e misoginia, dentre outros “ismos”. Igualmente, faz-se necessário, também, pensar na ampliação do que pensamos sobre as lutas em prol da natureza, isto é, do meio ambiente, pois essa luta também se articula à luta pela terra, pela água, pelo ar que respiramos, pelas plantas, animais, enfim, a

²² Mulher Negra. Doutora em Antropologia. Militante do Movimento Nacional Negro. A pesquisadora possui várias publicações, dentre elas: “Categoria Político-Cultural da Amefricanidade”.

luta pela vida é uma luta integrada, é a unidade do diverso. Isabel Loureiro (2019, p. 15), ao estudar Rosa Luxemburgo, nos diz que:

Numa época em que o capitalismo para sobreviver precisa mais do que nunca extrair valor do meio-ambiente, o socialismo só pode ser entendido como ecossocialismo, numa rejeição ao desenvolvimentismo “fóssil” tal como posto em prática pelos governos “progressistas” na América Latina (e continuado pelos governos conservadores), apoiados na exportação de commodities, agronegócio, mineração, numa palavra, no extrativismo predador. O planeta precisa urgentemente de uma alternativa civilizatória antagônica ao desenvolvimento entendido como puro crescimento econômico, para o qual não importa que o preço a pagar seja a destruição do meio ambiente, como Belo Monte, ou cidades entupidas de automóveis, para mencionar apenas o Brasil.

A urgência, portanto, de uma alternativa civilizatória como nos sugere Loureiro (2019), exige pensar em caminhos que repensem também o papel da relação mulher-natureza. Nesse processo, o ecofeminismo desponta como uma em meio a tantas alternativas possíveis de contribuição a esse ampliar da luta em rejeição ao capitalismo-colonialista.

Para tanto, as cientistas e ecofeministas Mies e Shiva (1993) contribuem nesse ampliar de perspectivas feministas, conduzindo-nos a pensar sobre o que é o ecofeminismo para as mulheres dos países do Sul, a partir do que não é ecofeminismo. Para elas, ecofeminismo não pode ser tratado de forma essencialista, ou seja, não podemos ser entendidas como próximas da natureza apenas porque isso faz parte da nossa essência, dos nossos genes. Nós somos próximas da natureza porque é com ela que trabalhamos, alimentamos nossos filhos e por ela sobrevivemos.

Nesses termos, a luta ecofeminista tratada aqui é, também, luta contra a cultura social de “certos” feminismos que adotam a fragmentação e o reducionismo, características do patriarcado, à exemplo dos “movimentos de mulheres por Deus e a Família” aqui no Brasil, ou como feminismos de mulheres brancas da classe média, que, na luta por trabalho, oprimem outras mulheres, principalmente negras, que acabam assumindo suas casas e seus filhos, para que elas possam trabalhar.

Esses tipos de feminismos, embora contraditoriamente sejam organizações de mulheres, não representam a luta histórica, pois há, como defende González (2020), um sistema econômico que antagoniza a sociedade em dois projetos

fundamentais de classe: o da classe opressora que se mantém da exploração do trabalho do outro e o projeto da classe trabalhadora, que, em constante processo de formação e luta de classes, tem procurado construir bases de um outro mundo possível, em que não haja dominação de humanos sobre humanos, muito menos de humanos sobre não humanos. O projeto da classe trabalhadora e toda sua diversidade precisa ser, também, um projeto ecofeminista de base não capitalista, não colonialista, não patriarcal, não racista.

Faz-se necessário ressaltar que o ecofeminismo tratado aqui não acredita em “feminismos” que apostam na dominação da mulher sobre o homem, ou seja, um campo reducionista, simplista de disputa de poder, pois não podemos cair na mesma armadilha do patriarcado. A nossa luta é uma luta pela unidade. A luta ecofeminista precisa ser educativa e ocupar o máximo de espaços possíveis no sentido de contribuir na construção de outras formas de sociabilidade.

Assim como as mulheres que abraçam árvores e guardam sementes na Índia em prol da Vida e não do lucro, na Amazônia Paraense aprende-se com as lutas das mulheres quilombolas que as lutas são diversas, permeadas, de acordo com Gonzalez (1979), de etnicidade, que amplia o conceito de “Interseccionalidade” de Kimberlé Cresnschaw (1989) ao tratar sobre “a colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias, além do fracasso do feminismo em contemplar mulheres negras, já que reproduz o racismo” segundo Carla Akotirene²³ (2020).

A constatação de Kimberle Cresnschaw (1989), embora seja afro-americana, ou seja, mulher negra, não contempla os processos de racismo estrutural em outros espaços-tempos, a exemplo do que vivenciam as mulheres quilombolas, daí que o conceito de etnicidade de González (1989), ou melhor, amefricanidade, também precisa ser considerado nessa discussão.

O que propomos é pensar as lutas cotidianas das Mulheres Quilombolas como “intercruzadas” com lutas de outras mulheres – indígenas, ribeirinhas, pescadoras, peconheiras, roceiras, sindicalistas, do movimento social popular, dentre outras, conforme Sandra Maria Andrade²⁴ e Fernandes (2020). Essas lutas,

²³ Mulher Negra, militante, pesquisadora, autora e colunista no tema feminismo negro no Brasil. É professora assistente na Universidade Federal da Bahia.

²⁴ Mulher Quilombola, Quilombo Carrapatos da Tabatinga, Bom Despacho, Minas Gerais. Brincante do Moçambique, técnica de Contabilidade e cozinheira aposentada, é membro fundadora da Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais (N’Golo) e coordenadora executiva da CONAQ.

por possuírem objetivos comuns, podem se aproximar da práxis das lutas ecofeministas, por exemplo, no campo da agroecologia, e luta em Rede (COSTA, 2019), de forma a se fortalecerem ainda mais.

Mulheres quilombolas na amazônia tocantina paraense: experiências que se aproximam da práxis ecofeminista interseccional

As Mulheres Quilombolas e suas lutas têm nos possibilitado construir reflexões sobre o que são, como vivem, o que pensam, como e por que se organizam. Isso tem conduzido vários debates no sentido de ampliar, inclusive, o conceito de Interseccionalidade, conforme Andrade e Fernandes (2020, p. 121) “[...] classicamente utilizado para demonstração das implicações entre as categorias gênero, raça e classe e como elas podem influir sobre as mulheres negras”. Desse modo, considerando também o fator etnia como nos sugere González (1979), torna-se possível abordar os casos das mulheres quilombolas e indígenas e outras mulheres de povos/comunidades tradicionais²⁵, que, aos seus modos, também, se opõe às tentativas de aniquilamento socioeconômico-cultural do capitalismo e, portanto, podem ser compreendidas como lutas-resistência, constituídas como aproximações com a luta ecofeminista.

Contudo, vale ressaltar que a relação mulher quilombola-natureza é antes de tudo ação histórica de si mesmas, ou seja, é anterior a qualquer conceito, inclusive de ecofeminismo, pois são práticas centenárias com mais de trezentos anos de existência e, portanto, seus saberes construídos na produção da vida podem ser considerados como a própria base do que é pensado, falado, praticado e compreendido através do conceito ecofeminista. Por isso,

Ao analisar o histórico de lutas locais contra a destruição do meio ambiente ao redor do mundo, as mulheres sempre aparecem na linha de frente e em maior número, mesmo quando não são reconhecidas como principais lideranças. A luta das mulheres indianas no Movimento Chipko pela proteção das suas florestas; a resistência das camponesas bolivianas contra o processo de privatização das águas que ficou conhecida como a guerra da água

²⁵ De acordo com o Decreto Presidencial nº. 6.040/2007, são: “[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (BRASIL, 2007, s/p.).

no país; a mobilização das mulheres em Altamira contra a construção da barragem de Belo Monte; e a experiência das mulheres quenianas em torno do Movimento Cinturão Verde, são alguns exemplos de como, a partir dos seus diferentes contextos, as mulheres, especialmente em áreas periféricas e rurais, comunidades tradicionais e povos originários do Sul Global, constroem laços de solidariedade e mobilização social que se mostram centrais na luta pela justiça socioambiental, ao apontarem a relação entre a mercantilização da natureza e da vida e as desigualdades de gênero. As ações coletivas levadas a cabo no Brasil através dos movimentos de mulheres camponesas e da agroecologia apontam para propostas éticas, epistemológicas e políticas atravessadas por debates ecofeministas, agroecológicos e descoloniais na construção de feminismos camponeses, quilombolas, indígenas, comunitários, periféricos e populares (COSTA, 2019, p. 157).

Tais experiências demonstram a historicidade e ancestralidade que pulsa nas veias de diversas formas e que construíram e ainda constroem processos que, embora não sejam visibilizados como ecofeministas, são lutas muito anteriores. Talvez não convenha nomeá-las como ecofeminismos e nem com qualquer outro nome que as remeta a “ismos”, mas como “outras” lutas por justiça sociocultural-ambiental. Daí que, cuidadosamente pensadas como aproximações com a luta ecofeminista, cabe-nos pensar como fios de vida que se cruzam tal qual uma teia de aranha, em que linha e nó, unidos, tornam-se “comuns”, ou melhor, alternativas de “produção do Comum”, conforme Gutierrez e Navarro (2019).

Em termos práticos: como podemos perceber essas aproximações? Apresentamos a seguir alguns elementos que, pensados de forma integrada, podem apresentar evidências e responder tal indagação: *Primeiro*, quando o ecofeminismo, pensado e praticado age em razão do “cuidar do outro” se aproxima da luta das mulheres quilombolas, pois cuidar do outro é, como nos diz a jovem mulher quilombola 3 (2018), “um saber que aprendemos com a comunidade”, isto é, cuidar do outro faz parte da identidade quilombola.

Segundo, quando o ecofeminismo luta contra relações humanas em que, de uma forma ou de outra, um se põe superior ao outro, portanto, posiciona-se contra a hierarquia, por exemplo, em termos econômicos, em que os homens, por terem salários maiores que as mulheres, acabam sendo superiores. Isso vale também para mulheres que assumem posições hierárquicas e acabam também oprimindo o outro, ou seja, põem seu companheiro ou companheira em condição de opressão.

A luta das mulheres quilombolas existe desde as primeiras formações dos quilombos, quando elas lutaram por seus espaços de liberdade para manifestarem sua religiosidade, sua liderança de organização e, em lutas atuais, procuram ocupar seus espaços na universidade, na escola, na igreja, na família, cargos de chefia e liderança nas associações quilombolas, mesmo que isso lhes exija, em alguns momentos, entrar em conflito com os próprios companheiros, conforme verificado por Pinto (2010).

Terceiro, quando a luta ecofeminista mobiliza mulheres negras e mulheres não negras a se unirem em defesa da vida dos rios, do direito à água e constrói ações como as que têm ocorrido na região do Baixo Tocantins no Pará que, em unidade com vários outros movimentos sociais populares, opõem-se ao Projeto Hidrovia Araguaia-Tocantins e se aproximam das lutas das mulheres quilombolas.

No que se refere à experiência específica das Mulheres Quilombolas da Amazônia Paraense, ao possuir visão de natureza como parte do corpo humano e na defesa do rio que alimenta sua comunidade, diz: “[...] nossa Comunidade Quilombola São José de Icatu será muito afetada, pois o nosso rio é braço, é parte do Rio Tocantins e com a hidrovia esse braço vai secar e nós vamos sofrer muito” (MULHER QUILOMBOLA 5, Anotações de Campo, 2021).

Isso demonstra um pouco do panorama de como as ações do projeto do agronegócio na região afetam diversas comunidades. Esse braço do Rio Tocantins, como ela nos traz, chamado Rio Icatu, alimenta outras comunidades ribeirinhas além da comunidade à qual ela pertence, exigindo com isso que as ações em defesa dos rios sejam coletivas, ou seja, com a compreensão de que a relação natureza-mulher é uma relação de corpo inteiro, logo, necessita de outros braços, outros corpos afetados, de outros povos/comunidades tradicionais, para transformar essa realidade.

Assim, essas ações ocorrem através de várias reuniões, encontros de formação, seminários, audiências públicas, caravanas e fechamentos de estradas, como pode ser verificado em *sites*²⁶ de organizações como a CUT (Central Única

²⁶ Ver sites disponíveis em:
<https://mab.org.br/2022/01/31/caravana-em-defesa-do-rio-tocantins-denuncia-impactos-de-hidrovia-no-para/>;
<https://www.cut.org.br/noticias/hidrovia-araguaia-tocantins-repete-os-erros-do-passado-e-prejudica-pulacoes-lo-2ab0>;

dos Trabalhadores) e MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), bem como, em falas proferidas pela mulher quilombola 4, durante a gravação de vídeo²⁷, em caráter de denúncia sobre mais esse grande projeto do agronegócio, que não respeita o entendimento de que

[...] o rio, a terra, têm função social na vida das trabalhadoras e dos trabalhadores e os impactos gerados pelos grandes empreendimentos, que se imperam na região, têm impacto direto e indireto, levando a dissociar a cultura, dissociar os costumes do que a população está acostumada a vivenciar, levando aos conflitos, desigualdades sociais para as periferias, para o campo, mas também, para a vida integral das pessoas. O modo de se alimentar, o modo de viver, passa a ser interrompido, pois os grandes projetos não respeitam quem mora, quem depende do meio social, do meio ambiental. Os impactos são irreparáveis a vista do que nós já vivemos com outros impactos, de outros grandes projetos: da monocultura, dos grandes portos, das hidrovias, ferrovias. Por isso, para nós é fundamental se contrapor a um projeto que visa o lucro, para defender o nosso projeto que defende a vida (ANOTAÇÕES DE CAMPO, 2021).

Diante de todos esses elementos, os valores da mulher quilombola, em termos de luta, se aproximam do ecofeminismo no cuidar do outro, na luta contra hierarquias patriarcais e na luta contra os grandes projetos do agronegócio, ou seja, contra o projeto de sociedade capitalista-colonialista. Assim, no ato da ação, como nos diz Luxemburgo (2018), as mulheres quilombolas se tornam seres de experiência histórica, pois, conforme mulher quilombola 4 (2021), o projeto que as representa é o projeto a favor da Vida.

A partir dos interesses em disputa do Agronegócio e Povos/Comunidades Tradicionais na Amazônia, o *quarto* ponto a se considerar na aproximação da luta das mulheres quilombolas com o ecofeminismo é o que se refere à luta pelo direito de produzir outras economias, outras agriculturas efetivamente sustentáveis, baseadas no que foi e é aprendido com a práxis das próprias comunidades/povos tradicionais – a exemplo do ato das mulheres quilombolas em conseguir preservar, cuidar e melhorar sementes, tornando-as guardiãs desse processo. Cultivar é uma

<https://www.cnbb.org.br/caravana-fluvial-em-defesa-do-rio-tocantins-passa-por-11-municipios-e-comunidades-locais-que-devem-ser-afetados-com-as-obras-de-construcao-da-hidrovia-araguaia-tocantins/>
²⁷ Vídeo produzido e apresentado para fins do Movimento Social Popular Quilombola e acadêmico em evento internacional realizado através do GEASUR/UNIRIO, em setembro de 2021. Pode ser acessado em <https://www.youtube.com/watch?v=EgWmBcN9Zpl&t=9343s> e <https://www.youtube.com/watch?v=oOBtfljeCal>

prática cultural dos povos/comunidades tradicionais e “preservar suas próprias sementes, sementes de vida, que trazem uma carga do passado no presente e, ao mesmo tempo, lançam uma ponte para o futuro (ALMEIDA, 2020, p. 151)”, é um ato educativo, reproduzido de geração e geração. Valéria Pôrto dos Santos²⁸ nos diz que:

O saber tradicional traduzido nas práticas e fazeres das mulheres quilombolas, a exemplo do conhecimento das plantas medicinais, evidencia um diálogo profundo com os princípios agroecológicos. As mulheres quilombolas investem na agroecologia porque esse conhecimento há muitas gerações é repassado entre elas; por isso, muitas apresentam uma habilidade indiscutível na atividade. É preciso entender as demandas dessas mulheres, que valorizam o autoconsumo, que são responsáveis pela alimentação de toda família, a partir dessa atividade e desempenham um papel relevante no que se tem denominado economia solidária (2020, p. 139).

Neste sentido, o ecofeminismo, ao defender outras formas de produzir a vida, com base nos princípios da agroecologia e economia solidária praticados pelos movimentos sociais populares, aproxima-se das lutas das mulheres quilombolas, pois essa—é uma luta fundamentalmente entre projetos antagônicos. E a mulher quilombola 2, já em 2018, alertava-nos sobre esse antagonismo ao perceber que o “trabalho pro outro”, ou seja, o trabalho nos moldes capitalistas é diferente do que a comunidade produz. Como a monocultura da pimenta-do-reino, introduzida na região de forma intensiva a partir da década de 1970, afetou as comunidades tradicionais, como observado por ela a nos dizer:

a pimenta-do-reino, eu achei que mudou até assim... No serviço da gente, se a gente quiser entrar oito horas a gente entra, se a gente quiser sair nove a gente sai, e é assim que é, e no do outro não, você vai entrar sete horas/sete meia, sai meio-dia e de lá entra uma e meia/duas horas... (MULHER QUILOMBOLA 2, 2018).

Essa é uma expressão qualitativa de que o trabalho para o agronegócio “não produz a comunidade” como nos disse a mulher quilombola 1 (2018), pois o trabalho que produz as comunidades e povos/tradicionais é o trabalho em mutirão, que pode ser chamado pelo povo quilombola de *muxirum*, *curvidado* ou *putirum*,

²⁸ Mulher quilombola do Quilombo Pau D’arco e Parateca, em Malhada, Bahia. Graduada em Engenharia Agrônoma pela Universidade do Estado da Bahia e mestre em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais pela Universidade de Brasília (DEALDINA, 2020).

“[...] é uma forma de trabalho coletivo caracterizado pelo sistema de troca de dias; na região do Tocantins ganhou regras ritualizadas de antigos quilombos que tinham por finalidade celebrar e partilhar em grupos tarefas dos trabalhos das roças, principalmente as do plantio da roça de mandioca (PINTO, 2007, p. 42).

Assim, “[...] os mutirões quilombolas configuram-se como trabalho que se opõe ao trabalho nos pimentais²⁹, pois é colaborativo, festivo, criativo e os definiu e os define até o tempo histórico presente, em organização como comunidade quilombola [...]” (MIRANDA, 2019, p. 27). Compreendido como prática de trabalho coletivo, o mutirão tem se ressignificado na luta das mulheres quilombolas.

Isso dá base para o *quinto* elemento sobre as aproximações que estamos tratando, isto é, quando o ecofeminismo se propõe a lutar pelas organizações de mulheres em Rede, aproxima-se da luta das mulheres quilombolas. Com base na prática do trabalho em mutirão, elas têm procurado atuar na Rede Comunitária Agroecológica de Mulheres Quilombolas em Mocajuba/PA, como pode ser verificado em vídeo disponível no Youtube³⁰, em que, dentre as diversas ações em prol de fortalecer as mulheres, tem a experiência de geração de renda através de Feira Comunitária, Cultural e Agroecológica de Mulheres Quilombolas.

O *sexto* elemento que desponta em aproximação da luta das mulheres quilombolas com a luta ecofeminista se configura na luta por políticas públicas afirmativas, tanto em termos de elaboração quanto de implementação. As mulheres compreendem que nada para os povos/comunidades tradicionais pode ser construído sem a participação dos mesmos, ou seja, há que se respeitar e considerar sempre a consulta prévia e esclarecida, de acordo com o que prevê a Convenção 169 (2011), no sentido de se construir esses processos *com* e não *para* os povos/comunidades tradicionais.

À medida em que o ecofeminismo também se propõe a esse debate, aproxima-se da luta das mulheres quilombolas por educação pública, saúde pública, saneamento básico, agroecologia, geração de renda, energia elétrica de baixo custo, internet pública, lazer, segurança pública, enfim, contribui na construção de alternativas para outro mundo possível.

²⁹ Tratam-se de monocultivos de pimenta-do-reino.

³⁰ Trata-se de canal chamado “Putirum Quilombola”, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yDMQEvG2v-s>

Assim, as experiências das mulheres quilombolas entrelaçam-se a outras lutas, da mesma forma como as mulheres indianas abraçam suas árvores em defesa da vida. E dessa maneira, como o próprio ato de abraçar árvores, as mulheres de todo o mundo têm se abraçado ao lutarem por seus territórios. Suas bandeiras de luta unem-se às bandeiras de outras mulheres oprimidas e expressam lutas pelo Comum, pois não lutam por si mesmas apenas, mas pelo coletivo, em diversos espaços – sindicatos, associações, partidos, igrejas. Essas bandeiras de lutas são pelo direito à água, direito à floresta, direito ao trabalho, à soberania alimentar, saúde, educação, direito e justiça, fundamentais à vida e resistência de seus territórios compostos de humanos e não humanos. E lutam porque na “escola da experiência”, como diz Rosa Luxemburgo (2018, p. 24) aprenderam, por exemplo, que

[...] a Amazônia é palco de grandes disputas pelo Capital internacional, pelos interesses e isso tem gerado para nós grandes conflitos. De um lado os interesses do Capital, os interesses do Agronegócio, dos empreendimentos e do outro o povo, o território, o povo social, que quer manter a sua cultura, manter a dignidade em seus territórios. (MULHER QUILOMBOLA 4, 2021, Anotações de Campo).

Na Amazônia, as Mulheres Quilombolas enfrentam a seus modos o patriarcado capitalista que define a natureza como matéria morta e as mulheres como passivas. Portanto, são lutas que apontam aproximações teórico-práticas interseccionais e ecofeministas. Lutas que se aproximam, se entrecruzam, por compreender a fundamental e necessária razão do que é a Amazônia, expressa em poema³¹:

*Amazônia
Nossa Amazônia
Dos rios e seus afluentes
Dos furos e igarapés
Belas águas e nascentes
Amazônia
Ensinar da floresta
Mulheres quilombolas
Anciães, ribeirinhas
Indígenas, originárias*

³¹ Poema recitado em evento internacional do GEASUR (Grupo de Estudos em Educação Ambiental desde el Sur): Educação Ambiental de Base Comunitária e Ecologia Política na América Latina, outubro de 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/results?sp=mAEB&search_query=Geasur

Campesinas, cidadinas
Amazônia
Dos não-humanos
Árvores, ar
Água, fogo
Odoya, Nanã, Oxum
Curupira
Cabocla Jurema
Pássaros, peixe, boto
Amazônia
Queimada, estuprada
Seu gemido nos ensina
Clama, grita, chora
Agronegócio
Exclui, lucra, acumula
Salva-me Caipora
Amazônia
Nosso espaço de liberdade
De reaprender a ser e transformar
É necessário nos parir de novo
Fortalecer a economia do povo
Produzir vida, amar e se reflorestar
Amazônia
Nosso tempo, nossa luta
Nossos trabalhos, nossa existência
Somos seus filhos e proclamamos
És nossa rainha
Nossa luta, resistência!
(MIRANDA³² e COSTA³³, 2021).

Eis a síntese do que precisamos reconhecer, tornar visível: as Mulheres Quilombolas em toda sua plenitude. Evidenciá-las em todos os espaços é abrir caminhos para outras economias, outras políticas, outras filosofias, outras ciências, para além do capitalismo. O ecofeminismo também desponta como possibilidade, não como fim em si mesmo, mas como alternativa para o que acreditamos ser o mundo para além do capitalismo, sem opressão de nenhum gênero sobre outro gênero, muito menos de humanos sobre não humanos. Precisamos do equilíbrio, necessário e urgente para que continuemos a viver e morrer bem!

³² Mulher Preta, autora 1 desse artigo, quilombada, vive a experiência de comunidade quilombola desde 2012, no Território Tambaí-Açu, Mocajuba/PA.

³³ Mulher preta, quilombola, nascida, criada e residente no Quilombo São Benedito do Vizeu, Segundo Distrito de Mocajuba, Pará. Valdirene Rodrigues Costa atua como Secretária da Coordenação de Formação da Educação Escolar Quilombola, Secretária de Educação, Município de Mocajuba/PA.

Para continuar pensando-fazendo...

Procuramos, neste artigo, evidenciar as aproximações teóricas e práticas entre as lutas das mulheres quilombolas da Amazônia Paraense com as lutas ecofeministas. Na busca da realização desse propósito, compreendemos que havemos de sermos cuidadosas ao tentarmos trazer conceitos já estabelecidos para se pensar experiências centenárias construídas inclusive em resistência ao colonialismo em sua gênese, operado por europeus.

Ao olhar por essa ótica, precisamos ser cautelosas para não cairmos nas armadilhas, como nos diz Shiva (2003), do monocultivo do saber, procurando intersecções entre lutas feministas e lutas de mulheres quilombolas. De tal modo tomadas pelo que nos diz a epígrafe deste artigo e da certeza de que a “boiada não passará”, trazemos algumas considerações sobre o que é o tempo – *“tempo da piracema, tempo do florir, o tempo do fruto...”* conforme nos disse a mulher quilombola 1 (87 anos) do Quilombo Tambaí-Açu, Mocajuba, Amazônia Paraense, para continuarmos problematizando o que o tempo das experiências das mulheres quilombolas tem a nos ensinar sobre essas questões que nos oprimem, inclusive no campo da ciência.

Nesse sentido, como pensar no tempo diante de tantas investidas, que vão de ações aparentemente sutis, tentativas de produzir silenciamentos de mulheres através de ideologia moral, éticas colonizadas, reproduzidas em todos os espaços da sociedade por meio das ações mais perversas e violentas, operadas em casos de feminicídios que apagam corpos, identidades e sentimentos?

Afinal, o que é o tempo se não temos o direito de viver e morrer bem? O que é o tempo para quem não tem paz? O que é o tempo para quem tem fome de justiça? Tempo de espera ao qual se refere a mulher quilombola 1. Espera! Ela tenta nos dizer. Tudo tem seu tempo, é o que nos ensina. Mas, temos tempo para esperar? O tempo tem respeitado o nosso tempo?

As Mulheres Quilombolas têm cadenciado seu tempo, tempo de viver, tempo de lutar, tempo resumido em tempo, de que toda hora é hora de luta. O tempo-espaço dos Quilombos são as próprias mulheres, essa é a mensagem que fica, para continuarmos pensando, problematizando. Os corpos das Mulheres

Quilombolas estendem seus territórios e o ecofeminismo se desdobra em “outras” cores, “outras” formas.

E, para não finalizarmos com afirmações, pois a história precisa continuar sua caminhada, perguntamos, provocadas pelo que nos afirma Gonzalez (2011 p.14): “o feminismo latino-americano perde muito da sua força ao abstrair um dado da sua realidade que é de grande importância – o caráter multirracial e pluricultural das sociedades dessa região”, ou seja, o que estamos a perder ao desconsiderar os “outros” feminismos, a exemplo dos que estão presentes na Amazônia? O que pensam as Mulheres Quilombolas sobre feminismo? De que forma o pensar-fazer ecofeminista socialista pode contribuir com as lutas de caráter multirracial e pluricultural?

Na busca incessante pela vida e sabedoras de que não há neutralidade na ciência, ficamos na espera infinita do tempo que a Mulher Quilombola aprendeu com seus ancestrais e, através das diversas outras vozes que ecoam essa mesma força, reforçamos: as Quilombolas existem, resistem e, assim como o tempo, continuam.

Referências

AGUILAR, R. G.; TRUJILLO, M. L. N. Producir lo común para sostener y transformar la vida: algunas reflexiones desde la clave de la interdependência. **Revista Confluências**, v.21, nº 2, Niterói, 2019.

ALMEIDA, C. P. Sementes crioulas, da ancestralidade para a atualidade: o protagonismo dos saberes tradicionais do povo quilombola de Lagoa do Peixe. In: DEALDINA, S. S. (org.). **Mulheres Quilombolas: territórios de existências negras femininas**. São Paulo: Sueli Carneiro: Jandaíra, 2020.

ANDRADE, S. M S.; FERNANDES, A. C. A. “Eu sempre fui atrevida”: alguns movimentos de uma filha de Xangô na luta quilombola. In: DEALDINA, S. S. (org.). **Mulheres Quilombolas: territórios de existências negras femininas**. São Paulo: Sueli Carneiro, Jandaíra, 2020.

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen, 2019.

BRASIL. **Convenção nº 169**. Sobre povos indígenas e tribais e resolução referente à ação da OIT / Organização Internacional do Trabalho. Brasília: OIT, 2011.1 v.

_____. **Decreto nº. 6.040**, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/civil_03/-ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em 16 de agosto de 2021.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População do Nordeste Paraense: Regiões e Mesorregiões**. Brasília, 2016. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>

CRENSHAW, K.. “**Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics**”. University of Chicago Legal Forum, nº 1, 1989. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=uclf>. Acesso em 01 de maio 2022.

COSTA, M. G. Conhecimento e luta política das mulheres no movimento agroecológico: diálogos ecofeministas e descoloniais. In: ROSENDO, D. (Org.). **Ecofeminismos: fundamentos teóricos e práxis interseccionais**. Rio de Janeiro: Ape’Ku, 2019.

CUT. **Os impactos socioambientais da Hidrovia Araguaia-Tocantins**. Cartilha. Central Única dos e das Trabalhadoras/Pará, 2019.

DEALDINA, S. S. Mulheres Quilombolas: defendendo o território combatendo o racismo e despatriarcalizando a política. In: DEALDINA, S. S. (org.). **Mulheres Quilombolas: territórios de existências negras femininas**. São Paulo: Sueli Carneiro, Jandaíra, 2020.

DIAS, V. F. Eu Kalunga: Pluralismo jurídico e proteção da identidade étnica e cultural quilombola. In: DEALDINA, S. S. (org.). **Mulheres Quilombolas: territórios de existências negras femininas**. São Paulo: Sueli Carneiro, Jandaíra, 2020.

EVANGELISTA, O; E. SHIROMA. O caráter histórico da pesquisa em educação. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 4, 2019. Disponible en: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/retepe>

GOMES, N. L. Ser Mulher Quilombola. In: DEALDINA, S. S. (org.). **Mulheres Quilombolas: territórios de existências negras femininas**. São Paulo: Sueli Carneiro, Jandaíra, 2020.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, 1984.

GONZALEZ, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, nº 92/93, jan./jun. 1988.

GONZALEZ, L. Por um feminismo afrolatino-americano. **Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino**, nº 1, 2011. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br>

KHEEL, M. A contribuição do ecofeminismo para a ética animal. In: ROSENDO, D. (Org.). **Ecofeminismos**: fundamentos teóricos e práxis interseccionais. Rio de Janeiro: Ape’Ku, 2019.

LIMA, J. G. S. ECOsocialismo ou barbárie? Apontamentos em tempos de pandemia. In: **La revista de la Pátria Grande** – Nueva America: Cuidar la vida y la casa Común, nº 166, abr-jun, 2020.

LOUREIRO, I. **Rosa Luxemburgo**: os dilemas da ação revolucionária. 3ª. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

LOUREIRO, I (org.). **Rosa Luxemburgo e o protagonismo da lutas de massas**. 1ª. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LUXEMBURGO, R. A Revolução Russa (1918). In: LOUREIRO, Isabel. (org.). **Rosa Luxemburgo e o protagonismo das lutas de massas**. 1ª. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MAGALHÃES, L. D. R.; TIRIBA, L.. **Experiência**: o termo ausente? Sobre história, memória, trabalho e educação. Uberlândia, MG: Navegando Publicações, 2018.

MARIN, R. E. A.; CASTRO, E. M. R. **No caminho de Pedras de Abacatal**: experiência social de grupos negros no Pará. Belém: NAEA/UFPA, 2ª. ed. 2004. (1ª. ed. 1999).

MIES, M.; SHIVA, V. **Ecofeminismo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

MIRANDA, E. R. S. **Dos mutirões aos pimentais**: a (re)construção das Identidades na contradição Trabalho-Capital, em comunidade quilombola no nordeste paraense. 2019. 225f. Dissertação (Mestrado em Educação e Cultura) - UFPA, Cametá.

MIRANDA, E. R. S; RODRIGUES, Doriedson S. “Outros” coletivos femininos: Lutas e Resistências que formam mulheres quilombolas na Amazônia. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, vº 20, n. 67, out./dez. 2020.

PASSOS, R. M. Entrevista: **Como o racismo ambiental afeta a vida das pessoas negras e indígenas**. Concedida ao site Conectadas. Disponível em: <https://www.conectas.org/noticias/entrevista-como-o-racismo-ambiental-afeta-a-vida-das-pessoas-negras-e-indigenas/>

PINTO, B. C. M. **Memória, oralidade, danças, cantorias e rituais em um povoado amazônico**. Cametá, PA: BCMP, 2007.

PINTO, B. C. M. **Filhas das matas**: práticas e saberes de mulheres quilombolas na Amazônia Tocantina. Belém: Açaí, 2010.

RIBEIRO, D. **Pequeno Manuel Antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SANTOS, V. P. Quilombo Pau D'arco e Parateca: quando as vozes negras se (re)envolvem na construção de caminhos para a participação coletiva. In: DEALDINA, S. S. (org.). **Mulheres Quilombolas**: territórios de existências negras femininas. São Paulo: Sueli Carneiro, Jandaíra, 2020.

SILVA, G. M. Mulheres quilombolas: afirmando o território na luta, resistência e insurgência negra feminina. In: DEALDINA, S. S. (org.). **Mulheres Quilombolas**: territórios de existências negras femininas. São Paulo: Sueli Carneiro, Jandaíra, 2020.

SHIVA, V. **Monoculturas da mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. Tradução: Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Editora Gaia, 2003.

TIRIBA, L.; SOUZA, W. K. A. Culturas do Trabalho, Educação e Produção da Existência: Entre Quilombolas, Castanheiros e Seringueiros. In: LORIS, A. A. R.; NETO, V. J. **Fronteiras do Desenvolvimento na Amazônia**: Agroculturas, Histórias Contestadas, Novas Alteridades. Appris: Curitiba, 2021.

ECOPEDAGOGIA NA RELAÇÃO CAPITAL-NATUREZA¹

Ivo Dickmann²
Ana Maria de Oliveira Pereira³

Resumo

Este artigo estabelece uma crítica ao atual modelo de vida e produção capitalista, tendo como pano de fundo a Ecopedagogia. Para isso, discute os dilemas do desenvolvimento sustentável, sua história, limites e possibilidades, após apresenta a dialética do trabalho na relação entre seres humanos e natureza e, num último momento, trata a questão da formação humana e da práxis docente relacionado aos princípios da Ecopedagogia para repensar uma nova mentalidade socioambiental. Ao final, elenca um conjunto de considerações indicativas que se apresentam como resultado da reflexão ecopedagógica em diálogo com as teorias críticas da educação e da sociedade.

Palavras-chave: Natureza; Capital; Trabalho; Ecopedagogia.

ECOPEDAGOGÍA EN LA RELACIÓN CAPITAL-NATURALEZA

Resumen

Este artículo establece una crítica al actual modelo de vida y producción capitalista, teniendo como trasfondo la Ecopedagogía. Discute los dilemas del desarrollo sustentable, su historia, límites y posibilidades, luego presenta la dialéctica del trabajo en la relación del ser humano con la naturaleza y, en último momento, trata el tema de la formación humana y la praxis docente. relacionados con los principios de la Ecopedagogía para repensar una nueva mentalidad socioambiental. Al final, enumera un conjunto de consideraciones indicativas que se presentan como resultado de la reflexión ecopedagógica en diálogo con las teorías críticas de la educación y la sociedad.

Palabras clave: Naturaleza; Capital; Trabajo; Ecopedagogía.

ECOPEDAGOGY IN THE CAPITAL-NATURE RELATION

Abstract

This article establishes a critic to the current standard of capitalist life and production, having Ecopedagogy as background. For that reason, dilemmas about sustainable development are discussed, as well as its history, limits and possibilities, followed by an introduction to the working dialectic in the relation between human beings and nature and, at last, the issue of human training and teaching practices related to the principles of Ecopedagogy is addressed for the purpose of rethinking a new socio-environmental mentality. Finally, a set of indicative observations is elected as a result of the ecopedagogical reflection in dialogue with the critical theories of education and society.

Keywords: Nature; Capital; Work; Ecopedagogy.

¹ Artigo recebido em 02/06/2022. Primeira avaliação 26/07/2022. Segunda avaliação em 05/08/2022. Aprovado em 20/09/2022. Publicado em 10/11/2022. . DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v20i43.54.759>.

² Doutor em Educação pela UFPR e pós-doutor em Educação pela Uninove-SP. Professor do Mestrado em Educação e do Mestrado e Doutorado em Ciências da Saúde da Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Unochapecó. E-mail: educador.ivo@unochapeco.edu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1472497660681364>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6293-8382>.

³ Doutora em Diversidade Cultural e Inclusão Social pela Universidade FEEVALE (Brasil) e pós-doutora em Educação com ênfase em Ecopedagogia pela Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Unochapecó. Professora Adjunta na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). E-mail: anamaria.oliveira08@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4184522973273476>. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-6276-4282>.

Primeiras palavras...

O presente texto apresenta uma reflexão de cunho teórico, onde se procura articular as questões que relacionam a natureza e a reprodução social da vida, tanto a humana como as demais existentes no Planeta. Nesta seara, o eixo condutor do diálogo que se pretende é a Ecopedagogia em uma perspectiva de reinvenção, construindo novas abordagens e sinalizando que essa questão é atual e pertence ao processo de aproximação de novas temáticas emergentes.

Tomando o capital como resultado da acumulação alienada do trabalho humano que, por sua vez, se caracteriza como a ação humana no mundo para transformá-lo, não se torna possível entendê-lo desconectado das questões socioambientais, especialmente se percebermos o impacto ambiental e degradação causados nos últimos anos com o advento das mais elaboradas formas de exploração humana, em específico, e da natureza, em geral. Nesse sentido, pretendemos estabelecer um diálogo profícuo entre os aspectos sociais e ambientais tomando como base de referência a teoria crítica de educação e sociedade, percebendo o metabolismo social como parte integrante da totalidade do real-natural, e superar o mito da natureza intocada, como o lugar bucólico e puro, mas como resultado da história natural, que tem como parte integrante a humanidade como sua constituinte e constituidora.

Para tal tarefa traçamos um itinerário que perpassa três questões centrais: num primeiro momento discutiremos os dilemas do desenvolvimento sustentável tomando como base seu histórico, limites e possibilidades; depois trataremos da dialética que caracteriza a relação dos seres humanos com a natureza em vista da reprodução de todas as formas de vida no planeta e, por fim, tratamos da questão da formação humana que se inter-relaciona com a práxis docente - sempre tendo como pano de fundo dessas reflexões a Ecopedagogia como fundamento crítico radical para repensar uma nova mentalidade socioambiental na construção de uma nova civilização, mais justa, solidária e sustentável.

Dilemas do desenvolvimento sustentável

É inadiável a mudança de visão não só em relação à semântica da palavra “desenvolvimento” como também o que representa para o Planeta. Quando se fala

em preservação ambiental, logo vem em mente o desenvolvimento sustentável, a Agenda 21 e outras memórias que estão armazenadas em nosso consciente e subconsciente, e que remetem às questões socioambientais. Mas afinal, o que é desenvolvimento sustentável? Que relação o desenvolvimento sustentável tem com a sociedade capitalista neoliberal? Como a Ecopedagogia pode contribuir para uma maior consciência de que estamos vivendo uma convulsão ambiental e já vivemos decorrências irreversíveis das diversas formas de intervenção humana causadoras dos desequilíbrios dos ecossistemas?

A humanidade vem em um processo descontrolado de utilização dos recursos disponíveis na natureza que se intensificou após a Revolução Industrial que teve início no Século XVIII na Europa, e se espalhou pelos demais continentes, não de forma igualitária economicamente e nem em relação à exploração ambiental. As expressões dos impactos socioambientais são diversas e têm como fonte a exploração dos recursos naturais para a produção da acumulação de riqueza via a alienação do trabalho (ENGELS, 2004).

Em nome do “desenvolvimento econômico” que possibilite a inserção na sociedade globalizada, alguns governantes redimensionam e manipulam a legislação ambiental dos seus países de acordo com os interesses do Mercado. Dessa forma, colocam em risco uma possível sustentabilidade dos recursos naturais não-renováveis disponíveis em seu território bem como a desestruturação cultural e a intensificação da desigualdade social. O conceito de desenvolvimento, amplamente veiculado, tem relação aos aspectos econômicos de progresso, “[...] foi utilizado numa visão colonizadora, durante muitos anos, na qual os países do globo foram divididos entre ‘desenvolvidos’, ‘em desenvolvimento’ e ‘subdesenvolvidos’, remetendo-se sempre a um padrão de industrialização e de consumo” (GADOTTI, 2000, p. 59-60).

É sabido que isso de fato é uma divisão feita pelos países centrais e que está a serviço de uma exploração maior dos recursos econômicos, sociais e naturais dos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos, pelo poder econômico dos países desenvolvidos, gerando submissão e novas formas de colonização. Além disso, juntamente com a degradação ambiental, é notável o aumento da violência, da periferização e marginalização das comunidades negras, tradicionais, ribeirinhas, indígenas, autóctones, da homofobia, xenofobia, aporofobia, misoginia, resultado de

um conjunto de normas e condutas sociais excludentes que não se considera ao pensar a sustentabilidade do desenvolvimento.

No que tange aos Direitos Humanos fundamentais é premente o descaso com o acesso precário à saúde, como evidenciado na pandemia de COVID-19, a falta de emprego digno e bem remunerado, os problemas decorrentes da falta de habitação adequada, a acessibilidade e a mobilidade urbana, a produção e distribuição de alimentos e o direito a um meio ambiente saudável e garantidor da vida, sendo que, por outro lado, vemos esse mesmo modelo neoliberal de desenvolvimento, aumentar a concentração de renda e multiplicar a riqueza de poucos, contribuindo para o aumento da miséria de muitos nos países “desenvolvidos” e em todo o mundo de forma cada vez mais desigual.

Nesse momento em que é possível observar e sentir a agonia do Planeta, urge a necessidade de constituir uma visão menos predatória e mais Ecopedagogia, menos economicista e mais humanista do desenvolvimento que se deseja. Precisamos aprender a conviver entre nós humanos e com os demais seres, dentro dos limites da Terra. Aqui emerge a ideia de um retorno aos modos de vida sustentáveis dos povos primitivos em sua relação com a natureza, que respeitavam os ciclos e a resiliência do Planeta, em vista do estabelecimento de princípios orientadores para nosso atual e futuro modo de vida, produção e consumo, de modo especial considerando aspectos relativos a ancestralidade e tradicionalidade (LOUREIRO, 2019).

Partindo desses princípios, procura-se trazer à discussão algumas problematizações feitas nesta seção sobre o desenvolvimento sustentável e suas relações com a sociedade capitalista neoliberal, além das contribuições da Ecopedagogia, nesse processo de reinvenção, para problematizar essas questões.

No início da década de 1980 do século XX, inicia-se a difusão do conceito de “desenvolvimento sustentável”, primeiramente na Assembleia Geral das Nações Unidas em 1979 e algum tempo depois, no relatório de Brundtland, conhecido também com o nome “Nosso Futuro Comum” de 1987 (COMISSÃO, 1991). O termo traz em sua gênese a ideia de garantia da satisfação das necessidades presentes das sociedades, sem comprometer as demandas das futuras gerações, sem estabelecer um questionamento do atual modelo de reprodução da vida insustentável, ou seja, por um lado estabelece o que é sustentabilidade, mas contraditoriamente, não critica o modelo insustentável. Isso acontece porque não

são construídos critérios específicos para elencar quais são as necessidades que serão supridas, visto que no modelo atual para supri-las alguns países precisariam estar em um planeta até quatro vezes maior (EARTH OVERSHOOT DAY, 2022).

Nesse tempo, que ultrapassa quarenta anos, as discussões e interpretações em relação à sustentabilidade do desenvolvimento avançaram, porém, ainda não foi possível um consenso de que a natureza tem recursos finitos, que o termo “desenvolvimento sustentável” vai além da proteção e preservação ambiental. Refere-se ao tripé economia-ambiente-sociedade em sua relação complexa, que dificilmente é harmônica, muito mais percebida e entendida num equilíbrio dinâmico. Conforme o diretor do Conselho Metropolitano de Helsinque, capital da Finlândia: “[...] desenvolvimento sustentável significa usarmos nossa ilimitada capacidade de pensar em vez de nossos limitados recursos naturais”. (KRANZ, 1995, p. 13).

Quadro 01 – Características da cultura da sustentabilidade

Características	Percursos
Promoção da vida na cotidianidade	É a vida que conduz o desenvolvimento sustentável, o planeta é vivo e as ações precisam ser coerentes com a vida, para que se possa gerar mais vida.
Agir de maneira ética	O ser humano precisa entender que todas as suas ações geram reações, por esse motivo é necessário a preocupação com as consequências das suas ações sobre os outros.
Equilíbrio Dinâmico	Esse equilíbrio se dá a partir do respeito a sabedoria da natureza. O desenvolvimento econômico deve levar em conta a preservação ambiental/social em uma dimensão ética.
Convergência Harmônica	A perspectiva de convivência entre todos os seres do planeta formando uma teia de conexões, cada um sentindo-se parte do todo.
- Intuição e razão	Equilíbrio entre a intuição e a razão para que se estabeleça uma cultura de sustentabilidade em detrimento à cultura tecnicista que gera um desenvolvimento desequilibrado, como é possível perceber na economia contemporânea.
Visão integral do indivíduo	Também conhecida como visão holística, que possibilita a perspectiva do todo e das partes, porém com o entendimento de que o todo não é a soma das partes. Existe a dinâmica das relações das partes para formar o todo, que tem ligação com regulação, autogeração e organização dos sistemas. O planeta é dinâmico e as partes se relacionam entre si para formar o todo.
Consciência planetária	Essa consciência proporciona aos seres humanos o reconhecimento de pertencimento ao planeta e a possibilidade de viver em harmonia. Assim será possível ter o entendimento do planeta como nossa casa.

Fonte: Adaptado de Gutiérrez e Prado, 2013, pelos autores.

Nessa mesma perspectiva, porém, apontando alguns caminhos, Prado e Gutiérrez (2013), no livro *Ecopedagogia e Cidadania Planetária*, apresentam características possíveis de promover uma cultura da sustentabilidade. No quadro a seguir observar-se as características vislumbradas pelos autores e os potenciais percursos para a efetivação desta cultura.

A sustentabilidade, não é só uma palavra da moda, que chefes de Estado e alguns economistas gostam muito de usar, é uma necessidade da humanidade para poder prosseguir por mais tempo no planeta. As características apresentadas, também levam a uma “sociedade sustentável”. Ambos os termos estão interligados, não é possível imaginar um desenvolvimento sustentável sem uma sociedade sustentável. Porém, esse entendimento de sustentabilidade não se relaciona à sociedade de consumo, resultado de uma economia capitalista neoliberal, a qual não está preocupada com a finitude dos recursos naturais disponíveis e sim com o lucro proveniente da exploração de recursos e pessoas.

Para Gadotti (2000, p. 64):

Não resta dúvida de que esta concepção de desenvolvimento coloca em xeque o consumismo do modo de produção capitalista, principal responsável pela degradação do meio ambiente e pelo esgotamento dos recursos materiais do planeta. Esse modelo de desenvolvimento, baseado no lucro e na exclusão social, não só distancia cada vez mais ricos e pobres, países desenvolvidos e subdesenvolvidos, globalizadores e globalizados. Na era da globalização, o capitalismo está criando, em escala mundial, um ambiente favorável ao surgimento de alternativas políticas regressivas e antidemocráticas que se aproximam do fascismo.

Alternativas estas, possíveis de constatar em todos os países, dos mais desenvolvidos economicamente aos com menores índices de desenvolvimento, e que exigem da população restrições no que diz respeito a saúde, educação e moradia para sanar dívidas de financiamentos e hipotecas com altos juros. Reduções também nos auxílios sociais, dificultando ainda mais a sobrevivência dos invisíveis às vistas do capitalismo, mas que sofrem suas consequências.

Quando se fala em preservação dos recursos naturais do planeta é possível constatar o quão consumista e predatória do ambiente é a sociedade do século XXI. Em dados obtidos através de observação de satélites realizadas pela Agência Espacial da Europa (ESA) no mês de Março de 2020 na Europa, foi possível constatar uma drástica diminuição de poluentes na atmosfera. Isso devido ao

período de quarentena, motivado pelo espalhamento mundial do vírus SARS-CoV-2, causador da doença denominada COVID 19, implementado no continente que reduziu as atividades econômicas e a circulação de veículos.

Através da observação das imagens de satélite pesquisadores conseguiram constatar diminuição de dióxido de nitrogênio (NO₂), gás altamente tóxico que resulta da queima de combustíveis fósseis, entre 40% e 50% no início do confinamento, em março de 2020 especialmente na Itália França e Espanha (ESA, 2020). No Brasil, conforme pesquisa realizada por Eduardo Landulfo, pesquisador do CELAP, financiada pela FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) houve diminuição de 33% na emissão do NO₂ na região metropolitana de São Paulo (ZIEGLES, 2020).

Estes dados corroboram o que viemos dizendo até aqui sobre a relação da sociedade consumista com a insustentabilidade do planeta. Em poucos dias de confinamento parcial foi possível uma redução de até 50% dos poluentes nos maiores centros industriais e urbanos dos países. Isso evidencia a gravidade da poluição ambiental que estamos vivendo e, por consequência, a intensificação do aquecimento global, com desequilíbrio climático e o agravamento de doenças respiratórias bem como o surgimento de novos males, comprovando o que Gutiérrez e Prado (2013) defendem, que é o agir eticamente, ou seja, ter consciência de que todas as ações geram reações, pois o planeta é um só, não existe fora e dentro, está tudo enlaçado, enredado na teia da complexidade.

Dialética ser humano e natureza

É utópico realizar leitura referente à crise ambiental somente do “meio físico”, é necessário o entendimento das relações sociais historicamente produzidas, que constituem a totalidade, nesta relação dialética entre seres humanos e natureza. Inexiste separar a história humana e da natureza, pois as condições de existência do ser humano e da sociedade são retiradas da natureza e aí se estabelece relação de dependência (MARX; ENGELS, 2019, p. 14).

Conforme os autores acima é necessário que o homem esteja em condições de viver, suprir suas necessidades básicas (alimento, água, habitação, vestuário) para que possa construir a sua história “o primeiro ato histórico é, portanto, a produção dos meios para satisfazer essas necessidades, a produção da própria vida

material” (MARX; ENGELS, 2019, p. 23). Isso tudo em um processo de interação com a natureza, pois é ali que acontece a simbiose da vida.

Essa produção da vida se dá também pelo trabalho, um dos conceitos basilares do pensamento de Karl Marx. Nos diferentes tempos históricos o modo de produção da vida vai adquirindo características e necessidades conforme especificidades da sociedade. Com o aumento da população e como consequência o aumento das necessidades, nas sociedades progressistas, desenvolve-se a divisão do trabalho que inicia primeiramente com a divisão de força física, para os diferentes tipos de trabalho e posteriormente a divisão material e intelectual do trabalho.

Nessa divisão do trabalho, como força produtiva da materialidade da vida, dá-se a propriedade. Para Marx e Engels a divisão do trabalho é baseada:

na divisão natural do trabalho na família e na separação da sociedade em famílias individuais, opostas umas às outras, está dada também, ao mesmo tempo, a distribuição, mais precisamente a distribuição desigual, quantitativa e qualitativa, do trabalho e seus produtos, e, portanto, está dada a propriedade, que já tem seu germe, sua primeira forma na família, onde a esposa e os filhos, são os escravos do homem” (MARXS; ENGELS, 2019, p. 28).

Caracteriza-se assim a primeira condição e disposição de força de trabalho de outrem, fator importante na divisão do trabalho primeiramente em pequenos grupos familiares e posteriormente a nível de blocos de países, denominada Divisão Internacional do Trabalho – DIT. Essa divisão foi a maneira que os países industrializados, tidos como desenvolvidos, encontraram, de inserir os países em desenvolvimento (fornecedores de matéria-prima e mão de obra barata) na economia globalizada.

Na primeira condição da divisão do trabalho, a exploração é da mão de obra, cada indivíduo tem o seu papel na materialização da sua vida. Na DIT, com a intenção de estimular o desenvolvimento econômico em países periféricos, os países desenvolvidos exploram a mão de obra e os recursos naturais do país em questão, aumentando ainda mais as desigualdades entre os blocos de países. Isso porque, a tecnologia para produção dos bens materiais está com o país desenvolvido, portanto, o custo é maior e essa tecnologia é condição para que os países em desenvolvimento produzam os bens referentes ao seu papel na DIT.

Em uma leitura crítica do comportamento entre o desenvolvimento econômico e as questões ambientais, é importante uma análise dialética de como o ser humano se apropria historicamente da natureza e como suas práticas influenciam a materialização da vida no presente e no futuro.

A partir do século XX, com o maior desenvolvimento tecnológico, pois a sociedade industrial estava em pleno processo de expansão mundial, começam a evidenciar-se fenômenos climáticos até então despercebidos. Estes fenômenos, como por exemplo, a intensificação do “[...] efeito estufa, passam a significar a possibilidade do fim da humanidade, provocando suscitações sobre essa capacidade ilimitada do planeta” (CONCEIÇÃO, 2004, p. 02).

O percurso histórico de acumulação capitalista tem concretização na exploração colossal dos recursos naturais, que até bem pouco tempo, usava-se como se fossem inesgotáveis (algumas economias ainda o fazem), sustentando-se na acumulação ilimitada e de bens, de riqueza e mercadorias se constituindo como a forma mais letal de esgotamento dos recursos não-renováveis do planeta (LÖWY, 2014). Somente no início da década de 1970 do século XX, iniciam-se discussões e manifestações acerca dessa exploração. Em 1972, em Estocolmo, na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, o secretário geral da conferência, Maurice Strong na cerimônia de abertura lança “[...] um movimento de libertação, para livrar o homem da ameaça de sua escravidão diante dos perigos que ele próprio criou para o meio ambiente.” (GUSMÃO, 2006, p. 26).

A partir desta conferência, “[...] a sustentabilidade ecológica passa a ser apresentada como necessidade *indispensável* diante da situação crítica ambiental, das reservas naturais e da natureza do planeta.” (CONCEIÇÃO, 2004, p. 05). Os temas ambientais passam de um patamar de discussão diplomática, para mobilização mundial, não sem reações contrárias ao discurso de sustentabilidade ambiental e em defesa de um desenvolvimento econômico e industrial conforme a lógica do mercado.

Na década de 1990, no Rio de Janeiro, foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED, sigla em inglês) no qual participaram representantes de 172 países. No discurso de encerramento da conferência, o secretário geral Maurice Strong, que também estava a frente da atividade em Estocolmo em 1972, falou sobre a importância de criar estratégias para

promover o desenvolvimento sustentável adequado aos países e reduzir os efeitos da degradação ambiental (GUSMÃO, 2006).

Nessa conferência, também conhecida como ECO-92, é lançada a Agenda 21, que apresentou propostas para buscar equilíbrio entre o meio ambiente e o desenvolvimento. Essa agenda, com ênfase na atividade do indivíduo no ambiente, restringiu possibilidades de críticas ao papel do capital nesse processo. Para Conceição:

O centro da discussão passa a ser direcionado contra o modo de produção e de vida dos homens, estes considerados como responsáveis pela crise do meio ambiente, indicando a necessidade de encontrar a reintegração da relação homem versus natureza, através de ações práticas articuladas ao processo ecológico, tecnológico e cultural, conforme os estilos de vida, a partir das potencialidades ecológicas locais (CONCEIÇÃO, 2004, p. 5).

A partir da visão do materialismo histórico e dialético, a primeira condição histórica humana, conforme referido anteriormente, é produzir as condições de satisfazer suas próprias necessidades, ou seja, a materialização da sua vida. Dessa forma é impossível separar o ambiente do desenvolvimento econômico que dará condições de sanar as necessidades vitais, pois na própria satisfação da necessidade primária, já surgem outras necessidades que precisarão ser sanadas. Segundo Marx (2019), falar que o ser humano se relaciona com a natureza é o mesmo que dizer que a natureza se relaciona com ela mesma, sendo que essa visão integral de pertencimento do ser humano possibilita pensar novas formas de inter-relação mais sustentáveis em vista da defesa da vida no planeta.

Essas necessidades criadas, que com o desenvolvimento econômico da sociedade no século XXI se intensificam, cada vez mais afasta as questões relacionadas à preservação e recuperação ambiental do fator econômico. Isso porque a lógica do consumo é antagônica à lógica da preservação e conservação da sustentabilidade. Os produtos possuem vida útil cada vez menor, para que as pessoas possam adquirir mais bens, ter mais necessidades, aumentar a ilusão de que não conseguem viver sem determinado produto, ampliando consumo. Isso tudo, tendo como pano de fundo a garantia e aumento do lucro e, como consequência, a inviabilização da sustentabilidade. E tautócrono ao consumismo, tem-se a degradação ambiental, a produção de lixo, a poluição, que interferem diretamente na materialização das condições de vida do indivíduo.

Em matéria do G1 referente ao Meio Ambiente, publicada por Carolina Dantas (2022), referente ao aumento da temperatura nas regiões polares do planeta, o pesquisador prof. Dr. Francisco Eliseu Aquino, integrante do Centro Polar e Climático da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, afirma que isso é impacto da emergência climática que estamos vivendo. Essa emergência climática está relacionada à degradação ambiental, fomentada pela emissão de gases poluentes que influenciam no aumento da temperatura do planeta. Como consequência, o desequilíbrio das massas de ar que regulam a temperatura do planeta, provocando secas, enchentes, frio intenso, fortes ondas de calor e outros fenômenos.

Esse é somente um exemplo do que a relação sociedade e natureza com vistas ao desenvolvimento econômico desenfreado, apresenta como consequências. A sociedade como um todo, não tem ainda, apesar de todos os sintomas que o planeta está evidenciando, a dimensão do dano que estamos causando ao planeta. Tem-se a impressão que sabemos que estamos fazendo mal ao planeta e a nós mesmos, mas nos sentimos impotentes para agir, esquecemos ou desaprendemos a capacidade de saber cuidar (BOFF, 1999).

O planeta é um só, não existe fora, só existe dentro. As providências para resolver as complicações das nossas ações, precisam ser tomadas com vistas à preservação e também, à recuperação do planeta. Precisamos agir imediatamente e desenvolver novas maneiras, menos devastadoras de viver na Terra. Uma dessas possibilidades passa por uma nova leitura da perspectiva socioambiental de forma mais crítica, que precisa ser semeada e incentivada em espaços de educação formal e informal, a Ecopedagogia.

Práxis docente e Ecopedagogia

Entende-se que o papel do educador na sociedade é proporcionar condições para que os educandos possam desenvolver autonomia para materialização de sua vida no planeta, seguir aprendendo, ter consciência da sua incompletude, compreender que é aprendiz sempre. Nesse sentido, corroboramos com Freire (2011, p. 16): “[...] formar é muito mais do que puramente treinar o educando no desempenho de destrezas”, mas acima de tudo, desenvolver a capacidade de ler o mundo, começando pelo mais imediato, seu entorno de vida, seu lugar de vivência, até a dimensão global, planetária.

Nesse mesmo caminho, com as lentes da pedagogia histórico-crítica, interpreta-se o trabalho educativo como “[...] ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens.” (SAVIANI, 2015, p. 287). Ou seja, o ato pedagógico é um ato criador, gerador de humanidade, que só é possível num ambiente sadio e propício à reprodução de todas as formas de vida - incluindo a humana.

A partir dessa linha de pensamento, traz-se a Ecopedagogia como prática socioeducativa em uma perspectiva “[...] da transformação socioambiental, tendo os educadores o compromisso da construção do conhecimento com os educandos” (DICKMANN; CARNEIRO, 2021, p. 175) e estes, por sua vez, a construção de novos conhecimentos, de forma dialógica e crítica para a transformação da realidade-vida. Uma das principais características citadas pelos autores, é de que o “[...] educador ambiental precisa ser um sujeito politizado, fazendo da educação um processo problematizador das relações entre sociedade e natureza” (idem, p.177). Para tal, sua prática necessita grande respaldo em atividades cognitivas, uma depende da outra “[...] não há pensamento fora da ação humana, pois a consciência e as concepções se formulam a partir do movimento do pensamento que se debruça sobre o mundo das ações e das relações que elas geram.” (PEREIRA, 2019, p. 24).

A consciência ecológica que se intensifica na escolarização é o que estimulará a sustentabilidade ambiental e econômica, pois permite a compreensão de que o Planeta é um todo, que os atos praticados aqui, serão sentidos aqui. Gadotti (2010, p. 75) defende a ideia de que é necessário o desenvolvimento de uma “cidadania planetária”, pois assim é possível a conexão da cotidianidade com o universo, entendendo o vínculo existente nesta rede de conexões que é o Planeta.

Neste ano de 2022, o livro *Ecopedagogia e Cidadania Planetária* de Francisco Gutiérrez e Cruz Prado, completa 50 anos da sua primeira edição, e infelizmente pouco se avançou no que diz respeito à Ecopedagogia. Por esse motivo e por acreditar que este é um dos caminhos para a preservação da vida no planeta, entende-se que a Ecopedagogia precisa se reinventar no tempo atual, tomando como referência as suas origens latino-americanas, mas como princípios universais, estabelecer uma nova mentalidade e outras relações dos seres humanos em sociedade e destes com o meio ambiente.

Há pesquisadores que já vêm se preocupando com isso de forma sistemática, produzindo o que estamos chamando de “segunda Ecopedagogia”, apoiada em temas ligados ao cotidiano contemporâneo em três pilares principais: a luta contra o patriarcado que é gerador de todas as formas de violência decorrentes dele; a superação do modo de pensar moderno que desligou razão e emoção, para reconstruir o sentir-pensar e a luta contra a hegemonia capitalista geradora da pobreza humana e acumulação desmedida de riquezas, que é o maior desastre socioambiental.

Esse processo de reinvenção, então, precisa redimensionar também a semântica da cidadania planetária, transformando-a em *cuidadania*, focada no cuidado com todas as formas de vida e de vivência, humanas e não-humanas, dos ecossistemas ecológicos e dos ecossistemas sociais, tomando o cuidado como categoria fundamental e orientadora da nossa práxis como professor e como ser natural e sujeito social.

Nessa práxis, o conhecimento vai sendo construído pelos educandos, a partir das situações epistemologicamente organizadas pelo educador, de forma que possam desencadear reflexões sobre as situações concretas relacionadas às práticas sociais e como decorrência, estimular novas formas de pensar e agir.

Sabe-se que o “[...] conhecimento é o produto obtido a partir da elaboração dos elementos assimilados à luz do espaço social onde o indivíduo está inserido” (PEREIRA, 2019, p. 31). Assim, estamos em permanente processo de construção do conhecimento e, conforme Freire (2011), num infinito movimento de procura, uma busca de ser mais, o que nos caracteriza como seres inconclusos, inacabados.

É importante destacar novamente o papel do educador neste processo pois, conforme Gadotti (2000, p. 31), estamos passando do “modo de produção para o modo de destruição”, o planeta está padecendo e não é possível esperar soluções de entidades ligadas ao capital produtivo, é preciso que a sociedade seja proativa. Enfatiza-se que um dos fomentadores desta proatividade é o educador, nos espaços concretos da sala de aula, independente da modalidade ou nível que atua.

Urge a necessidade das pessoas enxerguem o Planeta como sua casa, só assim haverá mudanças no modo de ver e agir em relação ao ambiente. A Ecopedagogia é capaz de proporcionar uma reeducação na visão da realidade ambiental, pois conforme Gadotti (2000, p. 102):

Reeducar o olhar significa desenvolver a atitude de observar a presença de agressões ao meio ambiente, criar hábitos alimentares novos, observar o desperdício, a poluição sonora, visual, a poluição da água, do ar etc. e intervir no sentido de reeducar o habitante do planeta.

Assim, ressalta-se a contribuição da Ecopedagogia para diminuirmos e evitarmos as decorrências da convulsão ambiental que estamos vivendo. É insustentável reproduzir práticas com ações pontuais e individuais, o planeta é um todo. É necessário criar novas formas de ser e estar na Terra, que não sejam devastadoras do ambiente em nome da materialização de um modo de vida. A vida humana é inseparável do ambiente, nossa permanência e existência aqui depende dos nossos atos. Ser um cidadão planetário exige consciência da finitude dos recursos naturais e das consequências das práticas humanas destruidoras.

Considerações indicativas

Mais do que elencar o conjunto de problemas socioambientais que temos atualmente devido ao atual modo de vida, produção e consumo insustentáveis do atual sistema capitalista, que derivam das políticas neoliberais que estão em vigência no mundo, nossa intenção é apresentar ao final de nossa reflexão, alguns indicativos de possibilidades de superação desse modelo e de vislumbramento efetivo de uma nova civilização que passa pela crítica radical do atual modelo. Desse modo, apresentamos a seguir alguns desses indicativos e suas referências para iniciarmos o debate e o diálogo em torno deles:

- Superação da crença de que a tecnologia vai diminuir o impacto ambiental ao criar novos produtos “menos poluentes”, por um modo de vida focado no consumo consciente e centrado na economia solidária, acentuando a relação sustentável com a natureza e gerando menos trabalho alienado.

- Construção de modos de vida sustentáveis, amparados no respeito à resiliência do planeta, à diversidade socioambiental de todas as formas de vida, concebendo a Terra como um organismo vivo e compreendendo que toda vida é uma só, como o princípio Gaia (LUTZENBERGER, 1990; LOVELOCK, 2020).

- Produção de conhecimento pertinente à sustentabilidade, com base num outro saber ambiental, contextualizado e crítico a partir de uma racionalidade complexa, dialógica e dialética, constituindo uma nova cultura das relações

socioambientais na perspectiva de uma nova civilização e cidadania planetária (LEFF, 2011; GUTIÉRREZ; PRADO, 2013).

- Formação integral do ser humano a partir de princípios ecopedagógicos estabelecidos a partir de modos de vida e produção, tomando o *oikos* da casa comum como critério de formação humana e a *paideia* como resultado dos atos de aprender-e-ensinar na relação com a natureza em seu cotidiana (DICKMANN et al, 2022).

- Religação do ser humano com a natureza, superando a dicotomia construída pelo pensamento moderno, estabelecendo profundas relações de pertencimento à Terra, respeito aos ecossistemas, coalescência e ternura como orientador de ações éticas dos humanos com todas as formas de vida do planeta.

E, se tudo isso não bastasse para a constituição de uma visão sustentável da vida na Terra, espera-se que a compreensão crítica da intervenção humana no mundo pelo trabalho, estabeleça a possibilidade de repensar o sistema (in)produtivo, para restabelecer novos princípios orientadores da reprodução da vida.

Por fim, acreditamos que a Ecopedagogia ainda tem muitas contribuições para a reflexão consistente e radical sobre o atual sistema econômico que degrada o ambiente e a vida humana, através do trabalho alienado e do modo de produção capitalista. Cabe a cada um/uma estabelecer o diálogo de sua práxis político-pedagógica com os princípios da Ecopedagogia e auxiliar no processo de reinvenção.

Referências

BOFF, L. **Saber cuidar: ética do humano, compaixão pela Terra**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CONCEIÇÃO, A. L. A insustentabilidade do desenvolvimento sustentável. **III Encontro Nacional do Meio Ambiente**, Salvador. Conferência proferida no dia 14 de outubro de 2004. em:<https://gpect.files.wordpress.com/2013/11/a-insustentabilidade-de-desenvolvimento-sustentavel.pdf> Acesso em março de 2022.

DANTAS, C. **Terra registra recordes de calor nos polos**; entenda o que há de inédito e o que isso revela sobre a crise climática. Publicado em 23 de março de

2022. Disponível em <https://g1.globo.com/meio-ambiente/aquecimento-global/noticia/2022/03/20/antartica-registra-temperatura-30c-acima-do-esperado.ghtml>. Acesso em março de 2022.

DICKMANN, I; CARNEIRO, S. **Educação Ambiental Freiriana**. Chapecó: Livrologia, 2021.

DICKMANN, I; PEREIRA, A. M. de O; NEPOMUCENO, T. A. R.; LINDINO, T. C. Ecopedagogia e educação ambiental: entre a essência e a realidade. In: SILVA, José Bittencourt da; CAMPOS, Marília Andrade Torales (Orgs.). **Educação Ambiental: estudos de revisão do campo no Brasil**. Curitiba: Appris, 2022.

EARTH OVERSHOOT DAY. Disponível em: <https://www.overshootday.org/newsroom/press-release-july-2021-portuguese/> Acesso em 31 de maio de 2022.

ENGELS, F. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem.

ANTUNES, R. (Org.). **A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ESA – The European Space Agency. **Poluição do Ar em um Mundo pós-COVID-19**. (2020). Disponível em: https://www.esa.int/Space_in_Member_States/Portugal/Poluicao_do_ar_num_mundo_pos-COVID-19. Acesso em março de 2022.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GADOTTI, M. **Pedagogia da Terra**. São Paulo: Petrópolis, 2000.

GADOTTI, M. **A carta da Terra na Educação**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2010.

GUSMÃO, Fundação Alexandre de. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo o Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas**. 2006. Disponível em: www.funag.gov.br. Acesso em 31 de maio de 2022.

GUTIÉRREZ, F.. P., C. **Ecopedagogia e Cidadania Planetária**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.

KRANZ, P. **Pequeno Guia Agenda 21 local**. Rio de Janeiro: 1995. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/4963738/pequeno-guia>. Acesso março de 2022.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

LOUREIRO, C. F. B. **Educação ambiental: questões de vida**. São Paulo: Cortez, 2019.

LOVELOCK, J. **Gaia**: um novo olhar sobre a vida na Terra. Edições 70, 2020.

LÖWY, M. **O que é ecossocialismo?** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2014.

LUTZENBERGER, J.. **Gaia**: o planeta vivo (por um caminho suave). Porto Alegre: L&PM, 1990.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MARX, K; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stiner. Petrópolis: Vozes, 2019.

PEREIRA, A. M. de O. **Aprender e Ensinar Geografia na Sociedade Tecnológica**: possibilidades e limitações. Curitiba; Appris, 2019.

SAVIANI, D.I, Sobre a Natureza e Especificidade da Educação. **Germinal**: Marxismo e Educação em Debate, Salvador, v. 7, nº 1, jun. 2015.

ZIEGLES, M. F. **Imágenes satelitales confirman la disminución de la polución del aire en la ciudad de São Paulo**. Publicado em: 14 de mayo de 2020. Disponível em:

<https://agencia.fapesp.br/imagenes-satelitales-confirman-la-disminucion-de-la-polucion-del-aire-en-la-ciudad-de-sao-paulo/33163/> Acesso em 31 de maio de 2022.

A “QUESTÃO AMBIENTAL” NA OBTENÇÃO DA HEGEMONIA E O COMPROMISSO ÉTICO-POLÍTICO DOS EDUCADORES¹

Thiago Vasquinho Siqueira²

Resumo

O artigo aborda a apropriação da “questão ambiental” como artifício de obtenção do consenso sobre a concepção burguesa de mundo. Sua apreensão como especificidade social historicamente determinada deve buscar transcender a lógica instrumental criada pelo projeto de hegemonia burguesa, cabendo, especialmente aos educadores, apreender a totalidade determinada nas discussões da temática, possibilitando sua abordagem pelo compromisso ético-político com sua classe fundamental.

Palavras-chave: Questão ambiental; Hegemonia; Educação.

LA “CUESTIÓN AMBIENTAL” EN LA OBTENCIÓN DE LA HEGEMONÍA Y EL COMPROMISO ÉTICO-POLÍTICO DE LOS EDUCADORES

Resumen

El artículo discute la apropiación de la “cuestión ambiental” como artifício para obtener consensos sobre la concepción burguesa del mundo. Su aprehensión como especificidad social históricamente determinada debe buscar trascender la lógica instrumental creada por el proyecto de hegemonía burguesa, y corresponde especialmente a los educadores aprehender la totalidad determinada en las discusiones del tema, posibilitando su abordaje por el compromiso ético-político con su clase fundamental.

Palabras clave: Cuestión ambiental; Hegemonía; Educación.

THE “ENVIRONMENTAL ISSUE” IN THE OBTAINMENT OF HEGEMONY AND THE ETHICAL-POLITICAL COMMITMENT OF EDUCATORS

Abstract

The article discusses the appropriation of the “environmental issue” as an artifice to obtain consensus on the bourgeois conception of the world. Its apprehension as a historically determined social specificity must seek to transcend the instrumental logic created by the project of bourgeois hegemony, it is especially up to the educators to apprehend the totality determined in the discussions of the theme, making possible their approach through the ethical-political commitment with their fundamental class.

Keywords: Environmental issue; Hegemony; Education.

¹ Artigo recebido em 09/08/2022. Primeira avaliação 19/08/2022. Segunda avaliação 28/08/2022. Aprovado em 17/09/2022. Publicado em 10/11/2022. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v20i43.55545>

² Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pós-Doutorando em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc/UFRRJ). E-mail: tvasquinho@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5847-4001>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8571745523558612>.

Introdução

Este artigo realiza uma abordagem histórica sobre como a chamada “questão ambiental” foi apropriada e disseminada pela classe dominante como um dos artifícios de obtenção do consenso sobre a concepção burguesa de mundo. Busca-se compreender as funcionalidades da utilização da “questão ambiental” ou da dita “crise ambiental” no processo de reprodução da acumulação burguesa e de manutenção da hegemonia dominante, sobretudo, no que tange à sua utilização como artifício educativo na construção do consenso burguês, em sentido gramsciano. Desta forma, são analisadas as determinações fornecidas ao discurso ambiental como mecanismo de enfrentamento à “questão ambiental”, realizando um exame crítico das formas de apropriação e disseminação deste discurso – utilizando o processo sócio-histórico brasileiro como exemplo analítico –, bem como seus rebatimentos na materialidade concreta que contribuem na conquista e manutenção da hegemonia burguesa.

Para esta discussão foi necessário inserir a ideia de existência de uma suposta “crise ambiental” no cerne do projeto de reestruturação capitalista, sobretudo, no conjunto de reformas do Estado inseridas no contexto internacional, configurando uma nova modalidade de trato às “questões sociais” e à seguridade de direitos sociais elementares. No rol de transferência das responsabilidades do Estado estrito para a sociedade civil proclama-se uma suposta “crise” de caráter ambiental, em nível internacional, para legitimar a introdução da lógica neoliberal e, no interior desta, de expansão de “novos” mercados ligados à “questão ambiental”³, sem levar em conta os fundamentos desta “questão” no âmbito do desenvolvimento de uma crise do padrão de acumulação capitalista, ou como diria Mészáros (2009), de uma “Crise Estrutural do Capital”.

A “questão ambiental” vem ganhando destaque como tema socialmente relevante na história recente. Entretanto, esta mesma relevância impôs formas de apreensão da temática carregadas de tendências e determinismos, desvelando

³ A expressão “questão ambiental” é aqui empregada como derivação do entendimento da expressão “questão social” para alguns autores do Serviço Social. Conforme coloca Montaño (2012), a “expressão ‘questão social’ começa a ser empregada maciçamente a partir da separação positivista, no pensamento conservador, entre o econômico e o social, dissociando as questões tipicamente econômicas das ‘questões sociais’ (cf. NETTO, 2001, p. 42)”. Portanto, a “questão ambiental” assim como a “social” aparece como algo naturalizado, destituído de processos históricos, econômicos, políticos e sociais, bem como de origem apartada da luta de classes.

armadilhas e dificuldades aos educadores – e outros trabalhadores comprometidos com sua ética de classe – que decidem abordá-la. Aprender a funcionalidade concedida à “questão ambiental” para a reprodução da ordem determina distingui-la como meio para a realização da mesma, sendo essa instrumentalização forma de obtenção de finalidades (MONTAÑO, 2002).

A instrumentalidade do capital na “questão ambiental”

A instrumentalidade é categoria central para a análise de determinada funcionalidade em relação à sua finalidade (MONTAÑO, 2002). Compreender a instrumentalidade de um objeto ou processo social significa apreendê-lo como síntese possível, mas carregada de determinações, das disputas por sua apropriação no âmbito das correlações de forças sociais. Tal assimilação é funcional à luta de uma classe ou fração para imprimir sua concepção de mundo ao conjunto da sociedade, contribuindo para a reprodução ou superação das formas de dominação não somente através da coerção, mas também pelo consenso.

A cisão entre ambiente e sociedade cria uma imagem fragmentada e fetichizada da problemática ambiental, na qual a racionalidade burguesa busca escamotear a centralidade da luta de classes nas análises do desenvolvimento social, não partindo da materialidade concreta, mas de uma suposta independência entre frações de uma totalidade. Desta forma, se pensa a “questão social” e a “questão ambiental” apartadas, ambas, das relações sociais de produção capitalista. Estas “questões” aparecem como fenômenos naturais e isolados, produzidos pelos próprios indivíduos que os sofrem, sendo, portanto, responsabilidades compartilhadas por “todos”, fruto de uma suposta “sociedade de consumo” – independentemente da posição ocupada pelos sujeitos no processo de produção e das díspares possibilidades de consumo entre as classes e frações – dentre outros artifícios utilizados pela concepção dominante de mundo.

Como destaca Guerra (2000), a racionalidade burguesa é a lógica que reproduz a ordem social capitalista e elabora as formas sociais de ser, pensar e agir neste modo de produção. Desenvolve-se através de ações instrumentais que, baseadas no pragmatismo e na imediaticidade, buscam a criação de valores e princípios aderidos a este modo de produzir a vida social. Ações estas que buscam dar conta das contradições em um determinado nível da realidade, acabando por

elaborar barreiras para as análises de uma totalidade complexa. Contudo, sendo as demandas sociais totalidades repletas de determinações, as intervenções exigiriam mediações passíveis de ultrapassar os níveis de abstração expressos nesta razão.

Com o acirramento das lutas por acesso a um ambiente com a qualidade necessária à vida – que estão intimamente vinculadas ao acesso ao trabalho ou às formas de produzir a vida social – a razão instrumental burguesa forjou a ideia de uma “crise ambiental”, apartando-a de uma crise do modelo de produção ou, segundo Mészáros (2009), de uma “crise estrutural do capital”. Este processo se assenta no argumento da necessidade de se desenvolver economicamente garantindo a sustentabilidade ambiental, ocultando que a objetividade deste chamado “desenvolvimento” se trata da própria busca pela manutenção do processo de acumulação burguesa. Para sustentar esta ideia conjectura-se um “consenso” sobre a necessidade de proteger o meio ambiente, deslocando a responsabilidade das consequências do modo de produção para a sociedade civil – um ente que seria homogêneo – e ofuscando a diversidade de interesses e conflitos sociais aí inseridos (LAYRARGUES, 2008).

Portanto, buscando transcender análises fragmentadas pela razão instrumental⁴, intenta-se apreender a realidade concreta sobre a temática ambiental a partir da tentativa de análise de sua totalidade, “síntese de múltiplas determinações” e, por isso, “unidade do diverso” (MARX, 2008, p. 258).

Seguridade ambiental ou ordenamento da produção?

A partir dos anos de 1930, o impulsionamento da transição da economia brasileira – até então baseada na agroexportação – para uma economia de bases urbano-industriais, desencadeou a transformação dos processos de luta e correlações de forças entre as diferentes classes e frações. Este momento de desestabilização do desenvolvimento pôs em cena uma crise de hegemonia da burguesia cafeeira (MENDONÇA, 1986), então fração dominante. Colocada a recessão deste modo de acumulação e não existindo as condições de organização de uma burguesia industrial capaz de conduzir o processo, coube, portanto, ao

⁴ Guerra (2000) afirma que a razão instrumental “é uma dimensão da razão dialética (substantiva e emancipatória), e como tal, limitada a operações formal-abstratas e a práticas manipuladoras e instrumentais, fragmentadas, descontextualizadas e segmentadas, por isso ela é funcional à reprodução social da ordem burguesa”.

Estado, assumindo processos de relativa autonomia política, reorientar as diretrizes da política econômica do país para a realização do processo de industrialização, garantindo, assim, a reprodução do próprio modo de produção capitalista ao modernizá-lo. Ampliando suas funções de coordenação no período de 1930-50, o Estado fazia com que o núcleo principal do modo de acumulação anterior, para o qual a economia se inclinaria “naturalmente”, se orientasse no sentido de fazer da empresa capitalista industrial o novo centro do processo (OLIVEIRA, 2013, p. 40).

Não possuindo, as elites industriais brasileiras, condições de dirigir o processo político iniciado na década de 1930, seriam elas as privilegiadas com as decisões que passaram a ser adotadas. Não significava que as frações agrárias tradicionais, que ainda ocupavam espaços decisórios dentro do aparelho de Estado, detivessem uma postura totalmente contrária ao processo de industrialização, pois isto também possibilitava a criação de novos mercados para dispor suas mercadorias. Portanto, foi neutralizando as tensões em jogo que teve o Estado o papel de condução da modernização da economia brasileira no período (MENDONÇA, 1986).

Também foi a partir da década de 1930 que o Estado instituiu uma série de ações que devem ser tratadas como políticas ambientais implícitas (ANELLO, 2009), visando o controle do uso dos recursos naturais necessários ao processo de industrialização e urbanização, bem como sua regulação nas fronteiras do país. Entre 1930 e 1960 não havia uma política ambiental ou uma instituição gestora da temática propriamente ditas; a preocupação se voltava à administração ou controle dos recursos visando a sua utilização econômica.

Entretanto, somente a partir de meados da década de 1960 que os sintomas da dita “crise ambiental” passam a ter maior apelo social. Os antecedentes para a incorporação do tema na agenda internacional ganham espaço no debate público nesta década, sobretudo na Europa, nos países onde se desenvolvia o chamado “Estado de Bem-Estar Social”. Contraditoriamente, onde tudo parecia ir bem, surgiram insatisfações quanto aos padrões econômico-sociais e as dúvidas em relação aos riscos oriundos destes (LOUREIRO, 2006).

As lutas sociais que introduziram a problemática ambiental na agenda econômica e social se desenvolveram inicialmente, sobretudo, através dos movimentos pacifistas de contracultura, de juventude e estudantis, feministas e outros (LOUREIRO, 2006; SILVA, 2013). Estes portavam contestações às noções de progresso, industrialização, consumo e do papel desenvolvido pela ciência,

evidenciando a defesa de um meio ambiente de qualidade como um campo de lutas (LOUREIRO, 2006). A ação política destes movimentos possibilitou, em uma escala antes inimaginável, a reflexão sobre indícios de colapso ambiental e de esgotamento de recursos necessários à manutenção da vida, fornecendo concretude às críticas, que ganharam espaço em políticas estatais, discussões acadêmicas e nas práticas de movimentos sociais (LOUREIRO, 2013).

No Brasil, foram criadas neste período um conjunto de normativas legais visando à ordenação dos bens ambientais, como: Lei Delegada nº 10, de 1962, que criou a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca; Lei nº 4.771/65, que sancionou o Código Florestal de 1965; Decreto-Lei nº 221/67, que dispôs sobre o ordenamento pesqueiro; Decreto-Lei nº 227/67, que deu nova redação ao Código de Minas (visando o ordenamento da mineração); Lei nº 5.197/67, que dispôs sobre a proteção da fauna; e Decreto-Lei nº 289/67, que criou o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (ANELLO, 2009).

Apesar do arcabouço legal criado à época, não havia um alinhamento voltado para a direção de impor limites ao desenvolvimento capitalista através da regulação. Ao contrário, esse conjunto de leis dos anos 1960-70 possuía como estratégia principal atrair o capital internacional, voltando-se, sobretudo, para a “segurança nacional” e a soberania territorial. Isso se explica se analisarmos a lógica instrumental do desenvolvimentismo da ditadura empresarial-militar no Brasil e de seu período áureo, o chamado “Milagre Econômico”, voltado para o impulsionamento da industrialização e de um modelo de desenvolvimento desigual em relação aos países centrais (SANTOS; ARAÚJO, 2013).

Mesmo tendo sido fundamentadas no contexto da ditadura, estas iniciativas forneceram base para o desenvolvimento da discussão ambiental no Brasil, mais na direção de sinalizar aos organismos internacionais e ao mundo que, mesmo de forma superficial, estas políticas constavam da agenda do governo brasileiro (BATISTA, 2007). A política ambiental brasileira evoluiu, principalmente, devido à pressão de organismos internacionais (MOURA, 2016), que passaram a exigir o cumprimento de determinados padrões para o alcance e manutenção de investimentos nos países.

Nos anos de 1970, em nível internacional, os limites para a expansão indefinida do bloco histórico fordista-keynesiano se apresentam. Fundamentalmente, a crise iniciada na década de 1970 é uma crise do tipo orgânica. Tem uma

expressão de natureza política, de crise de direção – eclosão de movimentos e resistências – em uma conjuntura de crise de realização da produção que vinha se desenvolvendo desde o final da 2ª Guerra. Na concepção gramsciana, “crise orgânica” são crises de origem econômica, mas, ao mesmo tempo, constituem uma crise de poder – crise de representação ou crise de hegemonia (GRAMSCI, 2007). Estas crises representam a falência de um determinado “bloco histórico”⁵ e o início da criação de um novo.

Mészáros (2009) vai além, apontando que a crise que desponta nos anos de 1970 possui elementos estruturais, da ontologia do sistema do capital. Segundo o autor, a partir de então, todo e qualquer exercício realizado pela burguesia acaba por aprofundar os elementos limitadores da ordem vigente, como a ampliação/intensificação da dependência em relação ao fundo público e a destruição da natureza – limites para a livre expansão do consumo de massas. Portanto, é em meio a esta crise estrutural (MÉSZÁROS, 2009), desenvolvida, sobretudo, a partir da década de 1970, que se intensificam as preocupações com a problemática ambiental e a busca por alternativas de superação desta. Nesta direção, os países centrais do capitalismo passam a formular um conjunto de respostas na tentativa de revitalização do capital diante de uma sucessão de crises ocorridas, pautando-se pelo arcabouço neoliberal.

Neste contexto, em 1972 se realiza a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, na cidade de Estocolmo, que introduziu internacionalmente a necessidade de garantia de um ambiente com qualidade para as presentes e futuras gerações. As ações internacionais foram motivadas neste período, sobretudo, pela pressão do risco de finitude de determinados recursos de importância para a acumulação do capital, para a industrialização e para o crescimento econômico (IBAMA, 1993 *apud* SAISSE; LOUREIRO, 2012). Cabe ressaltar que a Conferência de Estocolmo e as sugestões da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) difundiram mundialmente a necessidade de inserção de premissas de ordenamento ambiental na década de 1970. Vários

⁵ Uma das principais noções do edifício teórico desenvolvido por Gramsci, sendo exatamente a expressão concreta da relação de unidade dialética do par estrutura-superestrutura. Segundo o filósofo: “A estrutura e as superestruturas formam um “bloco histórico”, isto é, o conjunto complexo e contraditório das superestruturas e o reflexo do conjunto das relações sociais de produção” (GRAMSCI, 1999, pp. 250-251), [...] as forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma, distinção entre forma e conteúdo puramente didática, já que as forças materiais não seriam historicamente concebíveis sem forma e as ideologias seriam fantasias individuais sem as forças materiais (GRAMSCI, 1999, p. 238).

países, dentre eles o Brasil, adotaram medidas na legislação para garantir a qualidade ambiental diante do processo de exploração dos recursos.

Somente a partir de Estocolmo que a dita “questão ambiental” passou a ser encarada com maior atenção, sobretudo devido às exigências impostas pelos organismos internacionais de financiamento para a concessão de empréstimos. Vários destes organismos fizeram uso de instrumentos de defesa ambiental, como os órgãos setoriais da Organização das Nações Unidas (ONU), o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), dentre outros. Um dos principais motivos para introdução destes instrumentos no Brasil se deu em resposta a estes organismos, que passaram a exigí-los como condição para o financiamento de projetos (CONSULTORIA LEGISLATIVA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2005).

A Declaração de Estocolmo assinalou a importância da garantia de um meio ambiente de qualidade como questão fundamental, e, ao mesmo tempo, considerou o desenvolvimento econômico e social como necessário para assegurar a qualidade de vida. Os acordos oriundos desta Conferência apontaram para um movimento de conveniência entre os países capitalistas centrais – que desejavam omitir a poluição oriunda da riqueza – e periféricos, que, buscando investimentos para o desenvolvimento capitalista, realizaram uma concertação entre seus interesses particulares (SILVA, 2013). O evento buscava discutir estratégias para enfrentar a “questão ambiental” a partir de metas de controle da população e de redução de crescimento econômico.

Contudo, o desenvolvimento de tais metas não se mostrou viável devido à diversidade de interesses reunidos, sendo destacada a posição de resistência dos rotulados países “subdesenvolvidos”. Estes acusaram os países industrializados de conter a sua liberdade e soberania, defendendo o crescimento a qualquer custo (SANTOS; ARAÚJO, 2013). No evento, o Brasil liderou 77 países, do total de 113, estendendo uma faixa em protesto com os seguintes dizeres:

Bem vindos à poluição, estamos abertos a ela. O Brasil é um país que não tem restrições, temos várias cidades que receberiam de braços abertos a sua poluição, porque nós queremos empregos, dólares para o nosso desenvolvimento. (SANTOS; ARAÚJO, 2013).

Associou-se, assim, às necessidades de enfrentamento dos problemas ambientais pela via do combate à pobreza, sendo esta, segundo tal análise,

resultante do “subdesenvolvimento”. Tal tese se manteve em voga até pelo menos a metade da década de 1990 (SANTOS; ARAÚJO, 2013).

Cabe ressaltar que, como principal centro hegemônico do capitalismo global, os Estados Unidos haviam promulgado, em 1969, a *National Environmental Policy of Act* (NEPA) que serviu como “inspiração” para a adoção de medidas legais de ordenamento ambiental no Brasil durante o período da ditadura empresarial-militar (THEODORO *et al.*, 2005). Com o desenvolvimento de uma economia baseada na produção de *commodities* e as recomendações dos organismos internacionais de financiamento econômico, foi iniciada a construção de mecanismos de ordenamento político para a exploração dos recursos ambientais no país, assegurando a continuidade do processo de utilização destes recursos.

Uma das primeiras normas legais em âmbito nacional a abordar esses procedimentos foi o Decreto-Lei nº 1.413, criado e regulamentado em 1975, durante o governo do presidente Ernesto Geisel, que dispôs sobre o controle da poluição do meio ambiente provocada por atividades industriais. Poucos anos após, a Lei nº 6.803, de 2 de julho de 1980, sancionada pelo presidente João Figueiredo, dispôs sobre as diretrizes básicas para o zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição. Estas normativas demonstram o incentivo do governo militar no período aos empreendimentos industriais, concedendo condições especiais para o financiamento de dispositivos industriais ou realocação dos empreendimentos para o ajustamento à legislação ambiental que se iniciava. Os custos de proteção ambiental dos empreendimentos podiam ser providos através de verbas públicas⁶.

Durante o período da ditadura militar a economia nacional foi caracterizada por uma grande intervenção do Estado, favorecendo o desenvolvimento de uma infraestrutura propícia aos interesses de grandes grupos capitalistas nacionais, sobretudo os que mantinham associação com o grande capital internacional. Os investimentos estatais eram financiados a partir de fundos obtidos junto às instituições internacionais de crédito, voltados a viabilizar o crescimento de investimentos estrangeiros no país. Este período foi marcado por projetos e construções de grande porte, a partir de uma política econômica que propiciava

⁶ O Decreto-Lei nº 1.413/75 em seu artigo 4º, parágrafo único, descreve que: “Para efeito dos ajustamentos necessários, dar-se-á apoio de Governo, nos diferentes níveis, inclusive por financiamento especial para aquisição de dispositivos de controle”. A Lei nº 6.803/80, em seu artigo 12º, parágrafo único, estabelece que: “Os projetos destinados à realocação de indústrias e à redução da poluição ambiental, em especial aqueles em zonas saturadas, terão condições especiais de financiamento, a serem definidos pelos órgãos competentes”.

financiamento nacional às indústrias estrangeiras. Tal orientação contribuiu profundamente para a monopolização do capital no país e o enorme aumento do endividamento externo (MENDONÇA; FONTES, 2006).

No Brasil, o movimento ambientalista só ganhou caráter público e social no início da década de 1980, ainda assim derivado de um viés conservacionista oriundo de grande influência da classe média europeia (LOUREIRO, 2012). Isso dificultou a entrada da “questão ambiental” nos ditos movimentos sociais populares, desvinculando essa pauta das lutas que envolvem a contradição capital-trabalho. Seguindo esta trajetória histórica, foi somente em 1981, ainda no final do período ditatorial, que se instituiu a Lei nº 6.938, que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA). Esta rege, ainda nos dias de hoje, boa parte dos instrumentos de regulação sobre as “questões ambientais” no país.

Art. 2º - A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, **condições ao desenvolvimento socioeconômico**, aos **interesses da segurança nacional** e à proteção da dignidade da vida humana, [...] (BRASIL, 1981, grifos meus).

A PNMA instituiu, dentro do conjunto de normas que tratam a problemática ambiental no Brasil, o Sistema Nacional de Meio Ambiente (Sisnama), que, apesar de ter sido modificado em inúmeros aspectos devido ao processo de redemocratização pós-ditadura e, sobretudo, devido à promulgação da Constituição Federal de 1988, continua pautado pela redação desta lei e por suas complementares e substitutivas. Contudo, para alguns autores, o Sisnama ainda não registra as tendências observáveis em outros Sistemas existentes na legislação nacional, por exemplo, quanto à centralidade em princípios como o de controle social na implementação dos instrumentos da gestão ambiental pública (SANTOS; ARAÚJO, 2013). Além disso, mesmo tendo sido pautada no período da ditadura, a lei ainda carrega a subordinação da “questão ambiental” aos interesses de desenvolvimento capitalista e da chamada “segurança nacional”, conforme o trecho acima.

Portanto, a instrumentalidade histórica estruturada com a criação da legislação ambiental no Brasil demonstra a centralidade da lógica de garantir o processo de expansão do capital, condizente com o modelo que se anunciava para o país no ciclo do capitalismo internacional, a posição periférica de exportador de

commodities. As políticas ambientais se desenvolveram no período, sobretudo, no sentido de garantir um ordenamento necessário à reprodução do processo de acumulação. Cabe destaque à instrumentação das políticas e normas ambientais criadas em resposta às finalidades impostas pelos organismos internacionais de fomento, com vistas a inserir o país no ciclo do capitalismo global.

O debate ambiental se instaurou no Brasil, nos anos de 1970, mais por força das pressões internacionais do que pelos movimentos de caráter ambiental consolidados no país. Até a Constituição de 1988, a política ambiental brasileira foi gerida de forma centralizada, estruturada sem a participação popular na definição de suas diretrizes (LOUREIRO, 2006). A Constituição de 1988, através de seu artigo 225, contribuiu para alterar a lógica legislativa da direção concedida pela ditadura civil-militar às políticas ambientais, reconhecendo o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, considerando-o como um bem comum. Ao menos em tese, implicitamente esta determinação rejeita o processo de apropriação e privatização dos bens ambientais, incluindo direitos sociais e políticos conquistados pelas lutas populares (BATISTA, 2007).

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

Apesar do avanço conferido através da promulgação da Constituição, que traz o meio ambiente equilibrado como direito de todos, em que pese o período de redemocratização pós-ditadura, a lógica instrumental da acumulação do capital não permitiu a garantia concreta do direito universal ao ambiente. A grande crise do modelo econômico mundial do pós-guerra, nos anos de 1970, abriu terreno para a inserção massiva do ideário neoliberal no contexto internacional. No Brasil, o processo de inserção destas estratégias, nos anos de 1990, impediu a concretização de avanços na direção da seguridade de um meio ambiente de qualidade para toda a sociedade.

A “questão ambiental” e a hegemonia burguesa

Analisando a formação sócio-histórica do capitalismo brasileiro, percebemos que o país experimentou um processo de modernização capitalista sem, no entanto, ter realizado uma revolução burguesa de caráter clássico. Aos poucos a grande propriedade latifundiária foi se transformando em empresa capitalista de bases agrárias, do mesmo modo que, como vimos, o capital estrangeiro contribuiu para aprofundar a transição do país para uma economia capitalista de bases urbano-industriais. Dirigidos “pelo alto” – de forma elitista e antipopular – ambos os processos dependeram da intervenção do Estado, ao invés de serem realizados através de movimentos populares organizados por uma burguesia que seria, então, revolucionária.

Da mesma forma, no Golpe de 1964, a classe dominante se utilizou do aparato repressivo e da intervenção econômica do Estado para dar continuidade “pelo alto” à modernização capitalista brasileira. Apesar da relevante ampliação quantitativa de organizações representativas do empresariado no âmbito da sociedade civil, durante a ditadura não houve o surgimento de organizações capazes de deter uma concreta hegemonia, conquistando o consenso de uma faixa ampla da população nacional. O consenso foi sim buscado e, por vezes, até obtido, porém se assentava em uma profunda redução da participação das massas, não se expressando como movimentos de organização destas em apoio ao regime. O fundamento de atuação do regime era a desmobilização e a coerção, como forma de enfrentamento a qualquer posicionamento contrário que, segundo os militares, colocariam em risco o “desenvolvimento” e a “segurança nacional”.

Com a crise de legitimidade do regime a partir da segunda metade da década de 1970 – o fim do chamado “milagre brasileiro”, que lhe conferia sustentação – uma ampla frente de movimentos diversos ressurgiu na vida política, desfazendo as bases mínimas de consenso necessário para a reprodução da ditadura empresarial-militar. Ainda que tenha logrado um substantivo desenvolvimento das forças produtivas, o desenvolvimento capitalista da sociedade brasileira durante a ditadura não foi capaz de assimilar o conjunto das classes a um projeto de nação, socializando a política, consolidando a sociedade civil brasileira e, portanto, conferindo a hegemonia a uma classe ou fração dirigente (COUTINHO, 1992).

De acordo com Gramsci, hegemonia seria a capacidade persuasiva de um grupo social dirigir processos históricos para além do exercício direto da coerção. A hegemonia, em termos gramscianos, se caracteriza por uma série de processos ligados ao exercício do poder em sociedades baseadas na divisão em classes. Ela se concretiza através da prática política de uma classe ou fração que busca sedimentar sua concepção de mundo às outras. A manutenção da hegemonia é também uma relação pedagógica, na qual a classe ou frações dominantes subordinam os grupos sociais através da persuasão ou da educação, organizando um suposto consenso social em torno de sua concepção dominante de mundo (MARTINS; NEVES, 2010).

A ampliação da categoria “Estado” no pensamento do autor – conforme seu conceito de “Estado Integral” ou Estado Ampliado, como preferem estudiosos de sua obra (BUCI-GLUCKSMANN, 1980) – possibilita uma forma didática de compreender os conflitos e disputas travados entre as classes e frações no contexto de complexificação do modo de produção capitalista, sobretudo em sua fase monopolista, na qual o processo de ampliação da sociedade civil e, portanto, incorporação das massas à vida política das nações, deslocou as formas de reprodução do processo de dominação de uma atuação mais baseada na coerção, para a utilização de estratégias assentadas no consenso⁷.

O padrão de acumulação desenvolvimentista instaurado na década de 1950 alcança seu ápice no período do “milagre econômico”, impelindo um processo de reestruturação produtiva vinculado à ampliação das bases industriais desenvolvidas sob o modelo fordista-taylorista de produção. Demonstrando o esgotamento do projeto desenvolvimentista baseado no modelo de “substituição de importações” e não tendo ainda formulado uma orientação própria para a década de 1990, o empresariado brasileiro inicia a construção de uma alternativa à crise do capitalismo brasileiro, o projeto neoliberal.

No contexto internacional, o neoliberalismo ascende como alternativa logo após a II Guerra Mundial, sobretudo, na Europa e América do Norte, como reação

⁷ Esta afirmação não significa que a utilização da coerção não seja importante para a autorreprodução da burguesia enquanto classe dominante na atualidade, nem que, necessariamente, a ampliação da utilização do consenso como estratégia diminua conseqüentemente a da coerção, mas sim que há uma elevação da relevância do convencimento enquanto estratégia de hegemonia na fase superior do modo de produção capitalista. Portanto, conforme Gramsci, poderia se dizer que: “Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia coraçada de coerção” (GRAMSCI, 2011, p. 269).

contra o chamado “Estado de Bem-Estar Social”. A principal referência para este projeto encontra-se no texto de Friedrich Hayek, “O Caminho da Servidão” (1944), que traz um ataque contundente a qualquer limitação econômica ou política imposta pelo Estado ao mercado, inserindo este tipo de intervenção como uma ameaça à liberdade (ANDERSON, 1995). Mesmo não sendo o responsável pela definição do termo “neoliberalismo”, Hayek pode ser considerado o grande fundador dessa vertente do liberalismo, procurando apresentar como o intervencionismo do Estado conduziria ao totalitarismo e à perda de liberdades (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

O projeto político de Hayek é baseado, sobretudo, na defesa de um sistema organizado na livre concorrência, a qual, por si só, seria fundamento da “liberdade”. A concorrência, desta forma, seria o meio pelo qual a sociedade se regularia, sendo o planejamento estatal um empecilho para este desenvolvimento. Segundo o autor, a soberania da ordem de mercado implicaria em uma sociedade livre, na qual a intervenção estatal deveria ser mínima, caso contrário subordinaria o poder supremo do mercado a um poder superior, o do Estado. A desigualdade social, nesta concepção, é mecanismo impulsionador da concorrência e, portanto, do desenvolvimento econômico-social (HAYEK, 2010).

Para o autor, o papel do Estado deve ser o de prover a livre concorrência, realizando somente serviços sociais que o mercado não pode fornecer. Para tal, a “questão social” e suas derivações constituiriam serviços que deveriam ser desenvolvidos por instituições que estariam no âmbito da sociedade civil. A seguridade social, portanto, só não estaria descartada para a manutenção de um mínimo de condições suficientes para garantir a saúde e a capacidade de trabalho, contudo, isso não deveria ser seguido em contextos históricos de crise e de baixa acumulação capitalista. A seguridade social não constituiria um direito, mas uma “possibilidade” para assegurar a capacidade de trabalho (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

O ideário neoliberal ganha terreno com a grande crise econômica iniciada em 1973, na qual uma profunda recessão combinou baixas taxas de crescimento a altas taxas de inflação (ANDERSON, 1995). Nos países centrais do capitalismo esta estratégia se desenvolveu desde a década de 1980, quando as condições objetivas para a reprodução do padrão de acumulação do capital foram alteradas pela crise econômica. Já na América Latina, esse processo foi atrasado pela instabilidade

política existente (LAMOSA, 2010). No caso do Brasil esta conjuntura propiciou a ascensão de Fernando Collor, tido como única opção viável pelas frações dominantes para derrotar Lula da Silva – liderança operária do Partido dos Trabalhadores (PT) na década de 1980 – e iniciar o rumo à construção do novo projeto neoliberal, ainda que este não fosse a primeira alternativa de parcelas expressivas do empresariado.

O governo Collor adotou um conjunto de medidas visando reverter a crise econômica que se arrastava desde os anos 1980. Dentre as principais medidas estavam o fomento ao processo de privatização das empresas nacionais, a abertura da economia para o capital estrangeiro e a diminuição dos gastos públicos na área social, apontando para um perfeito alinhamento com as recomendações dos organismos internacionais. No entanto, a dimensão mais duradoura do programa de governo de Collor seria o aspecto privatizante (MENDONÇA; FONTES, 2006). O governo Collor acabou por aprofundar a recessão e a crise interna do Estado, ou seja, a alternativa inicial da burguesia por sua eleição – que obstaculizou a participação das forças sociais organizadas – acabou por frear o próprio desenvolvimento ulterior, impedindo a constituição de um pacto de modernização capitalista com a participação de todos os setores da sociedade sob sua própria direção (MENDONÇA e FONTES, 2006).

Apesar de o projeto neoliberal formulado no Brasil possuir características próprias e de se afastar, em sua ortodoxia, da versão formulada por Hayek (BIANCHI, 2004), seguindo os fundamentos básicos da proposta neoliberal, o empresariado apontava em outra direção a que havia defendido durante as décadas anteriores. Enquanto advogavam o planejamento estatal como estratégia de desenvolvimento durante o regime militar, seria exatamente o discurso da “redução” do Estado e da sua mínima intervenção o fundamento básico da alternativa que se delineava. Contudo, o desenvolvimento destas políticas, mesmo nos países capitalistas centrais, acarretou uma série de consequências sociais, como o aumento da pobreza e do desemprego e a desestruturação da seguridade social construída nos anos das políticas baseadas no *welfare state* (MELO; FALLEIROS, 2005).

A partir desta conjuntura sócio-histórica, a classe dominante buscou a redefinição de suas estratégias de reprodução e legitimação. Passando a criticar posições a favor de uma “minimização” do Estado e sua subordinação ao mercado,

a classe dominante apontou para a necessidade de prover um “novo” Estado, que desse conta de promover o desenvolvimento social e o crescimento econômico. Nesta direção, foram produzidos uma série de documentos, pelos próprios antigos defensores do projeto neoliberal – como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a Unesco – criticando a ideia de um “neoliberalismo radical” (MELO; FALLEIROS, 2005). Desenvolveu-se, portanto, a ideia de criação de uma “Terceira Via”: nem o “antigo e pesado” Estado de Bem-Estar, nem a razão conservadora do neoliberalismo radical, mas algo entre estes, um “novo” neoliberalismo.

O projeto neoliberal da "Terceira Via", sobretudo sistematizado pelo sociólogo britânico Anthony Giddens, parte de questões centrais para a estratégia neoliberal, buscando refiná-las, torná-las compatíveis com os seus próprios princípios constitutivos fundamentais (LIMA; MARTINS, 2005). Desenvolvido como estratégia alternativa aos efeitos negativos deixados pelas políticas neoliberais, esse programa buscou manter uma agenda político-econômica nos limites do capital. Para Giddens (1997, p. 46), a modificação da estrutura da sociedade global é determinante para uma mudança de concepção quanto aos mecanismos sociais, sendo necessário, conforme o mesmo, uma “política radical reconstituída”. Giddens (1997, p. 47) aponta que “a intensificação da solidariedade em uma sociedade destradicionalizada depende do que poderia ser chamado *confiança ativa*, associada a uma renovação da *responsabilidade* pessoal e social para com os outros”.

É importante destacar como a chamada “questão ambiental” passou a ser um dos pilares do programa neoliberal de apassivamento e conciliação de classe. Utilizado como consenso, o discurso neoliberal da confiança e da responsabilidade social passou a ser demasiadamente empregado na discussão de distintas perspectivas da dita “crise ambiental”. Passou a se depositar na confiança e na responsabilidade equânime entre as classes sociais a chave para uma suposta alteração da realidade ambiental.

Lima e Martins (2005, p. 43) apontam que:

o processo de redefinição das estratégias destinadas a legitimar o consenso em torno da sociabilidade burguesa teve um impulso extraordinário ao ganhar formato e diretrizes diferenciados por meio de um único projeto político em meados dos anos 1990.

É comum, entre autores que analisam o processo de ampliação do Estado no Brasil, definir a implantação da primeira etapa do projeto de sociabilidade neoliberal

entre a entrada de Collor na presidência e a ascensão de Fernando Henrique Cardoso (FHC) a partir da implementação do Plano Real (NEVES, 2005; FONTES, 2005). Este Plano de estabilização monetária se apoiou no próprio processo de abertura da economia, logrando conter a escalada inflacionária, a qual várias tentativas que já haviam sido postas em prática não obtiveram sucesso. Elaborado por FHC, como Ministro da Fazenda no governo Itamar Franco, e uma equipe de economistas, o Plano Real consolidou a confiança dos setores empresariais no sociólogo (FONTES, 2005), possibilitando a sua eleição para presidente em 1994, mais uma vez vencendo Lula. Os resultados obtidos pelo Plano Real se constituíram em um relevante mecanismo para obter o consentimento da sociedade civil brasileira aos ideais e práticas da classe dominante (NEVES, 2005).

Se a força de oposição do PT desenvolveu um processo de requalificação da política para os setores dominantes, em resposta estes formularam um projeto de incorporação subalternizada dos setores populares à sua agenda, que passava a se expressar com um cunho democrático-filantrópico. Desde a realização da “Rio 92” o Brasil experimentaria um enorme crescimento das chamadas Organizações Não-Governamentais (ONGs), que se opunham à participação político-partidária e a referências políticas de cunho universalizante, que, apontadas como totalitárias, contribuíam para um real processo de desqualificação da política e do sentido de público – na essência da palavra. A política desdobrada pelo Estado durante o governo de FHC destruiria as características universalistas, estimulando uma associatividade despolitizada como forma política e contribuindo para que as relações de interesse de associações privadas no Estado não só se mantivessem, como passassem a ser aprofundadas com a penetração desta nova rede de bases filantrópicas (FONTES, 2005).

Na direção de utilizar a “questão ambiental” como plataforma do projeto neoliberal em busca de um amplo consenso social que, na própria “Rio 92”, ascende a utilização do termo “desenvolvimento sustentável”.

A Organização das Nações Unidas – ONU realizou, no Rio de Janeiro, em 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD). A CNUMAD é mais conhecida como Rio 92, referência à cidade que a abrigou [...] 179 países participantes da Rio 92 acordaram e assinaram a Agenda 21 Global, [...], que constitui **a mais abrangente tentativa já realizada de promover, em escala planetária, um novo padrão de**

desenvolvimento, denominado “desenvolvimento sustentável”
(MMA, 2014, *grifos meus*).

A ascensão do termo “desenvolvimento sustentável” aprofunda a ideia de que todas as pessoas são igualmente responsáveis pela degradação ambiental e destaca, para a superação desse problema, o compromisso individual e a responsabilidade social, enfatizando a participação social na promoção desse projeto. O conceito de “sustentabilidade” tem sido nas últimas décadas uma das principais bases de sustentação ideológica das políticas neoliberais. Este foi formulado oficialmente em 1987, quando a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU aprovou o relatório *Nosso Futuro Comum*:

a Comissão Brundtland, como ficou conhecida, publicou um relatório inovador, *Nosso Futuro Comum* – que traz o conceito de desenvolvimento sustentável para o discurso público. “O desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades.”

Em 1992, a relação entre o meio ambiente e o desenvolvimento, e a **necessidade imperativa para o desenvolvimento sustentável** foi vista e **reconhecida em todo o mundo**. Na Agenda 21, os governos delinearão um programa detalhado para a ação para **afastar o mundo do atual modelo insustentável de crescimento econômico**, direcionando para atividades que protejam e renovem os recursos ambientais, **no qual o crescimento e o desenvolvimento dependem** (ONU, 2014).

Apesar de reconhecer a insustentabilidade do modelo econômico, a ONU destaca ações para qual o crescimento e o desenvolvimento dependem. Ou seja, crescimento e desenvolvimento capitalista são necessidades imperativas, independentemente de sua insustentabilidade. Loureiro (2012, p. 72), ao remontar à construção histórica do conceito de desenvolvimento sustentável, partindo de documentos e discursos de organismos da ONU, aponta para um conteúdo reprodutor das práticas econômicas existentes:

associando desenvolvimento a crescimento e à expansão do mercado, desde que este se pautar pelos princípios solidários, garantindo hipoteticamente a compatibilidade entre preservação da natureza e justiça social.

No caso brasileiro, se a eleição de FHC expressou a opção do empresariado por um projeto que prometia não somente estabilidade e continuidade da política liberal, esta também compunha uma relativa pacificação dos movimentos sociais,

em particular dos sindicatos. Esta expressava às frações dominantes a possibilidade de superar a falta de capacidade de dirigência política do conjunto da nação, sendo, portanto, um caminho para ultrapassar a crise de hegemonia que se desenvolveu desde o começo da década de 1980 (BIANCHI, 2004).

Em verdade, buscava-se refuncionalizar os mecanismos de manutenção e legitimação do bloco histórico neoliberal, modificando para isso algumas das funções do Estado que, a partir de então, não deveria deixar de ter uma participação ativa no modo de produção da vida social – ainda que de forma específica – como vinha sendo propalado no momento da primeira vertente de neoliberalismo. Seria, portanto, necessário dar continuidade e aprofundamento das medidas liberalizantes anteriores, mantendo a ênfase no desenvolvimento capitalista como forma de promoção da riqueza social, no entanto deslocando o papel do Estado no reconhecimento e atuação em algumas falhas geradas, como a pobreza extrema, a “questão ambiental”, dentre outras.

A reorientação do rumo neoliberal dado pelas agências multilaterais passaria a ser a defesa de uma nova configuração do Estado, que deveria possuir então funções reguladoras da atividade econômica, além de realizar, em parceria com o setor privado, políticas emergenciais, focalizadas e assistencialistas, que buscassem minimizar o avolumamento das expressões da “questão social” e da própria “questão ambiental”. Desta forma, evitava-se a lógica do confronto em questões politicamente mais efusivas e possibilitava a adesão das camadas populares com o atendimento mínimo de demandas de caráter profundamente emergencial (CASTELO, 2013).

A proposta buscava a instauração de um modelo de condensação do poder que se estruturasse em torno da despolíticação da política e repolíticação da sociedade civil. Conforme Neves (2005), a despolíticação da política se daria no sentido de anular a discussão sobre projetos de sociedade que contestassem a relações capitalistas de produção da existência, limitando qualquer possibilidade de mudança apenas aos marcos de um reformismo político. A repolíticação da sociedade civil se dá na direção de redefini-la como uma esfera supostamente idílica, harmoniosa, sem antagonismos de interesses, no sentido de fortalecer práticas de conciliação de classes (NEVES, 2005).

Ainda que tenha se esforçado no sentido de ser visto como portador de um projeto diferente de sociedade em relação ao de FHC – por exemplo combatendo a expressão “Terceira Via” – os governos de Lula da Silva não conseguiram, e nem

pretenderam, se desvencilhar destes propósitos (MELO; FALLEIROS, 2005), sendo o mesmo para os governos subsequentes. Mesmo com o recente período de ascensão de um liberalismo ultraconservador, vemos o refluxo de retorno e de apoio das camadas dominantes aos antigos portadores de seus projetos hegemônicos – como é o caso dos Estados Unidos e do Brasil.

Portanto, até meados dos anos de 1990, os ideólogos do capital mantinham uma profunda relação entre pobreza e degradação ambiental. Conforme o Banco Mundial *apud* Santos e Araújo (2013), os pobres eram “ao mesmo tempo vítimas e agentes da degradação do meio ambiente”. Após esse período, há uma reorganização do ideário relativo à “questão ambiental”, coloca-se em toda a sociedade civil a responsabilidade pela degradação ambiental, isentando o modo de produção e, portanto, o padrão de acumulação capitalista.

A partir dos anos de 1990, o apelo à conciliação e ao consenso foram anunciados como condição para robustecer o enfrentamento às crises, representando estratégias de reconstituição da hegemonia burguesa. Reivindicando a educação como tarefa compartilhada entre Estado e sociedade civil, norteadas pelo princípio de uma suposta equidade (CÊA et al., 2019), educação e “questão ambiental” passaram a termos quase que fundidos, servindo como pilares do projeto neoliberal. Para Loureiro (2012), estas estratégias de atuação passam pelo julgamento moral, no qual os valores são definidos pela ideologia hegemônica ao invés de se situar na esfera do sujeito nas relações de produção e na vida cotidiana, o que não altera as condições de existência das relações de apropriação privada dos bens com vistas à acumulação. A centralidade se afasta das relações sociais para se situar no âmbito do indivíduo, no qual a mudança de comportamento que visa atingir a sustentabilidade perpassa pela aceitação da necessidade de manutenção de uma “viabilidade econômica” nos limites do capital, sociabilizada por via de mecanismos educacionais.

No processo de legitimação da ideia de “crise ambiental”, de sua utilização como forma de mobilização em torno do projeto burguês e de retirada do foco das contradições insolúveis do próprio modo de produção capitalista, do neoliberalismo de Hayek à “Terceira Via” de Giddens, pouco se alterou nas propostas de retirada dos direitos sociais universais. No processo de desenvolvimento das ideias neoliberais da segunda vertente de neoliberalismo – o chamado social-liberalismo (CASTELO, 2013) – a “questão ambiental” passou a ganhar maior centralidade

como um dos pilares de manutenção da hegemonia burguesa. Se hoje vemos nos rankings de “empresas verdes” as maiores corporações imperialistas mundiais, acabando por alcançar estas uma diversidade de incentivos dos Estados – inclusive no Brasil – é porque a utilização da “questão ambiental” como um dos pilares da manutenção da hegemonia burguesa funcionou.

Conclusão

O processo sócio-histórico de reprodução ampliada do capital busca abarcar dentro de sua racionalidade todos os elementos sociais, visando convertê-los em estratégias para a sua perpetuação. Se analisarmos o contexto de formulação da “questão ambiental”, podemos apreender que esta foi adequada aos projetos dominantes em determinado contexto histórico com vistas à obtenção da hegemonia burguesa. Com o desenvolvimento do ideário neoliberal, os significados da “questão ambiental” foram refuncionalizados como um dos pilares para adquirir capacidade operatória da fração dominante na manutenção da direção política das outras classes e frações.

A propalada importância e mobilização acerca da temática esconde o processo concreto de subsunção de uma totalidade de relações à reprodução ampliada do capital. A centralidade que a “questão ambiental” tomou no curso sócio-histórico serviu mais à mobilização das classes e frações ao projeto de sociabilidade dominante do que trouxe resultados concretos. Basta perceber a piora constante dos indicadores ambientais. Segundo a *Global Footprint Network* (WWF, 2022), organização internacional pelo cálculo da pegada ecológica, o índice para sustentar o padrão de consumo no planeta, em 2022, subiu em relação ao ano anterior⁸.

Portanto, a apreensão da “questão ambiental” como especificidade social historicamente determinada deve buscar transcender a lógica instrumental criada em torno do projeto de hegemonia burguesa, visando desenvolver o acesso aos bens ambientais como um direito universal elementar à vida. Devido à fusão entre educação e “questão ambiental”, cabe, especialmente aos educadores – mas também aos demais trabalhadores – apreender a totalidade determinada no

⁸ Segundo a organização, em 2021 era necessário 1,7 planeta para sustentar o padrão de consumo, neste ano o cálculo subiu para 1,75 (WWF, 2022).

processo sócio-histórico e explicitar suas lógicas fetichizadas, possibilitando sua abordagem através do compromisso ético-político com a classe fundamental a qual pertencem.

Referências

ANDERSON, P. In: SADER, E. & GENTILI, P. (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANELLO, L. de F. S. **Os programas de educação ambiental no contexto das medidas compensatórias e mitigadoras no licenciamento ambiental de empreendimentos de exploração de petróleo e gás no mar do Brasil: a totalidade e a práxis como princípio e diretriz de execução**. 2009. 189f. Tese (Doutorado em Educação Ambiental) – FURG, Rio Grande.

BATISTA, M. do S. da S. **Políticas Públicas de Educação Ambiental: a gestão do Programa Municipal de Educação Ambiental de Mossoró/RN**. 2007. 161f. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFRN, Natal.

BIANCHI, A. **O ministério dos industriais: a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990**. 2004. 288f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – UNICAMP, Campinas.

BUCI-GLUCKSMANN, C. **Gramsci e o Estado**. Coleção Pensamento Crítico, vol. 39. Tradução de Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª Ed., 1980.

CASTELO, R. **O social liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CÊA, G. S. dos SANTOS; SILVA, S. R. P.; SANTOS, I. M. De “Educação Para Todos” para “Todos Pela Educação”: diacronias e sincronias da ofensiva do capital na educação. **RTPS – Revista Trabalho, Política e Sociedade**, v. 4, n. 6, p. 181-210, 30 jun. 2019.

CONSULTORIA LEGISLATIVA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Maurício Boratto Viana (Consultor Legislativo da Área XI). **Legislação sobre licenciamento ambiental: histórico, controvérsias e perspectivas**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2005. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/>. Acesso em 4 de junho de 2012.

COUTINHO, C. N. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1992.

FONTES, V. **Reflexões im-pertinentes: História e capitalismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005.

GIDDENS, A. Admirável mundo novo: o novo contexto da política. In: MILIBAND, D. (org.). **Reinventando a esquerda**. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

GRAMSCI, A. In: COUTINHO, C. N. (Org.). **O leitor de Gramsci**: escritos escolhidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere, volume 3**. Edição e tradução: Carlos Nelson Coutinho. Coedição: Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere, volume 1**. Edição e tradução: Carlos Nelson Coutinho. Coedição: Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GUERRA, Y. Instrumentalidade no trabalho do assistente social. In: **Capacitação em serviço social e política social**. Módulo 4. Brasília: Unb, 2000, p.51-63.

HAYEK, F. A. **O caminho da servidão**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

LAMOSA, R. **A educação ambiental e o novo padrão de sociabilidade do capital**: um estudo nas escolas de Teresópolis (RJ). 2010. 168f. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFRJ, Rio de Janeiro.

LAYRARGUES, P. P. Educação para a Gestão Ambiental: a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais. In: LOUREIRO, C.F.B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. de (Orgs.) **Sociedade e Meio Ambiente**: a educação ambiental em debate. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LIMA, K. R. D. S.; MARTINS, A. S. Pressupostos, Princípios e Estratégias. In: NEVES, L. M. W. (Org.) **A Nova Pedagogia da Hegemonia**: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

LOUREIRO, C. F. B. **Trajetória e fundamentos da educação ambiental**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LOUREIRO, C. F. B. **Sustentabilidade e educação**: um olhar da ecologia política. Coleção Questões da nossa época, v.39. São Paulo: Cortez, 2012. 128 p.

LOUREIRO, C. F. B. Contribuições teóricas para pensar a prática da educação ambiental em uma perspectiva crítica-transformadora. In: ARAÚJO, N. M. S.; SANTOS, J. S.; SILVA, M. das G. e (Orgs.). **Educação Ambiental e Serviço Social**: o PEAC e o licenciamento na gestão pública do meio ambiente. 2ª ed. São Cristóvão: Editora UFS, 2013.

MARTINS, A. S.; NEVES, L. M. W. A nova pedagogia da hegemonia e a formação/atuação de seus intelectuais orgânicos. In: NEVES, L. M. W. (Org.). **A direita para o social e a esquerda para o capital**: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil. São Paulo: Xamã, 2010.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MELO, M. P. de; FALLEIROS, I. Reforma da aparelhagem estatal: novas estratégias de legitimação social. In: NEVES, L. M. W. (Org.) **A nova pedagogia da hegemonia**: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

MENDONÇA, S. R. **Estado e economia no Brasil**: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MENDONÇA, S. R. de.; FONTES, V. M. **História do Brasil recente**: 1964-1992. 5ª ed. São Paulo: Ática, 2006.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Editora Boitempo, 2009.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda 21 Global**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-global>. Acesso em 27 de outubro de 2014.

MONTAÑO, C. O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do “terceiro setor”. **Lutas Sociais**. São Paulo, vol. 8, jun. 2002. Disponível em: http://www.pucsp.br/neils/downloads/v8_carlos_montano.pdf. Acesso em 20 de outubro de 2014.

MONTAÑO, C; DURIGUETTO, M. L. **Estado, Classe e Movimento Social**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NEVES, L. M. (org.) **A nova pedagogia da hegemonia**: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

OLIVEIRA, F. de. **Crítica à razão dualista**: o ornitorrinco. 1ª ed. 4ª reimpr. São Paulo: Boitempo, 2013.

ONU. Organização das Nações Unidas. **A ONU e o meio ambiente**. Disponível em: <http://www.onu.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-o-meio-ambiente/>. Acesso em 15 de outubro de 2014.

SAISSE, M.; LOUREIRO, C. F. B. Histórico da educação ambiental no âmbito federal da gestão ambiental pública: um panorama desde a Sema ao ICMBio. In: LOUREIRO, C. F. B. (Org.) **Gestão pública do ambiente e educação ambiental**: caminhos e interfaces. São Paulo: RiMa Editora, 2012.

SANTOS, J. S.; ARAÚJO, N. M. S. O Serviço Social e a Gestão Pública do Meio Ambiente. In: ARAÚJO, N. M. S.; SANTOS, J. S.; SILVA, M. das G. e (Orgs.). **Educação Ambiental e Serviço Social**: o PEAC e o licenciamento na gestão pública do meio ambiente. 2ª ed. São Cristóvão: Editora UFS, 2013.

SILVA, M. das G. e. Questão ambiental e as principais formas de enfrentamento no século XXI. In: ARAÚJO, N. M. S.; SANTOS, J. S.; SILVA, M. das G. e (Orgs.).

Educação Ambiental e Serviço Social: o PEAC e o licenciamento na gestão pública do meio ambiente. 2ª ed. São Cristóvão: Editora UFS, 2013.

THEODORO, S. H. et al. (Org.) Uma crise anunciada. In: THEODORO, S. H. (Org.) **Mediação de conflitos socioambientais.** Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

WWF-Brasil. World Wildlife Fund. **Dia da Sobrecarga da Terra/Overshoot Day.** Disponível em: <https://www.wwf.org.br/overshootday/>. Acesso em 6 de agosto de 2022.

MIGRAÇÃO, TRABALHO E EXPERIÊNCIA NA OCUPAÇÃO CONTESTADO, EM SÃO JOSÉ/SC¹

Lyn Silva²
Célia Regina Vendramini³

Resumo

O artigo analisa a experiência de trabalhadores migrantes na Ocupação Contestado, em São José/SC. Apresentamos quatro trajetórias de trabalhadoras migrantes, as quais revelam sua experiência como trabalhadoras, migrantes, mães e participantes do processo político-educativo constituinte da Ocupação. Concluímos que a migração é determinada pela dinâmica do capital, e a ocupação é expressão, por um lado, do processo de expropriação/exploração no trabalho, da ausência de moradia e da violência do estado. De outro lado, revela a indignação e a força de luta dos trabalhadores organizados.

Palavra-chave: Trabalho e Educação; Ocupações urbanas; Migração; Experiência.

MIGRACIÓN, TRABAJO Y EXPERIENCIA EN LA OCUPACIÓN CONTESTADO EN SÃO JOSÉ/SC

Resumen

El artículo analiza la experiencia de los trabajadores migrantes en la Ocupación Contestado, en la ciudad de São José/SC. Presentamos cuatro trayectorias de trabajadoras migrantes, que revelaron su experiencia como trabajadoras, migrantes, madres y partícipes del proceso político-educativo constitutivo de la Ocupación. Concluimos que la migración está determinada por la dinámica del capital, y que la ocupación es expresión, por un lado, del proceso de expropiación/explotación en el trabajo, el desamparo y la violencia estatal. Por otro lado, revela la indignación y la fuerza de lucha de los trabajadores organizados.

Palabra clave: Trabajo y Educación; ocupaciones urbanas; Migración; Experiencia.

WORK, EDUCATION AND POLITICS IN THE EXPERIENCE OF MIGRANTS FROM THE CONTESTADO OCCUPATION IN SÃO JOSÉ/SC

Abstract

The article analyzes the workers migrant experience in the Contestado Occupation, which began in São José/SC. We present four trajectories of migrant workers, which revealed their experience as workers, migrants, mothers and participants in the political-educational process constituting the Occupation. We conclude that the migration is determined by the dynamics of capital, and occupation is an expression, on the one hand, of the process of expropriation/exploitation at work, homelessness and state violence. On the other hand, it reveals indignation and fighting strength of the organized workers.

Keyword: Work and education; Urban occupations; Migration; Experience.

¹ Artigo recebido em 18/06/2022. Primeira avaliação em 19/07/2022. Segunda avaliação em 14/07/2022. Aprovado em 06/09/2022. Publicado em 10/11/2022.

DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v20i43.54919>.

² Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGE/UFSC). Professor de História na educação básica.

E-mail: lyn82.novo@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4197314103652558>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5510-5980>.

³ Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos/SP (UFSCar). Docente titular vinculada ao curso de Pedagogia do Centro de Ciências da Educação (CED/UFSC) e ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFSC). E-mail: celia.vendramini@ufsc.br.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7441375272877530>. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-9600-2868>.

Introdução

*Quando morar é
um privilégio, ocupar é um direito⁴*

Como os processos históricos e contemporâneos de expropriação e exploração se relacionam com os fenômenos da migração e do déficit habitacional no Brasil? Como os/as migrantes da classe trabalhadora lutam para garantir a produção e a reprodução de suas vidas? Estas são questões complexas e de grande relevância. No entanto, para avançarmos na compreensão destes fenômenos, é preciso fazer um recorte na análise, focando em alguns aspectos ou manifestações desta totalidade. Neste sentido, o foco deste artigo se volta para as ocupações urbanas de trabalhadores sem-teto, tendo como objeto de análise a experiência de produção e reprodução da vida de trabalhadores e trabalhadoras migrantes na Ocupação Contestado, localizada na cidade de São José, Grande Florianópolis, no estado de Santa Catarina, buscando analisar elementos da trajetória de vida dos migrantes, tais como: trabalho, moradia, escolarização, educação e luta social.

Os processos originários e atuais de expropriação e exploração⁵ determinam em última instância o déficit habitacional e a migração forçada. A expropriação – seja dos processos originários que separaram o trabalhador dos meios de produção da vida (MARX, 2013), seja na atualidade, marcada pela mercantilização de todas as formas de vida social e pela disponibilidade total dos trabalhadores ao capital (FONTES, 2010) - cria as condições para a permanente exploração dos trabalhadores. Tal processo combinado resulta em condições de vida abaixo da existência, entre elas, a ausência de moradia, o que gera processos de organização e luta de trabalhadores urbanos e rurais.

A Ocupação Contestado foi fruto de um importante movimento de luta por terra e moradia, que contou com a presença de indivíduos e famílias trabalhadoras

⁴ Frase escrita em forma de pichação de protesto em muro próximo à Ocupação Contestado.

⁵ Alguns dos mecanismos da acumulação primitiva que Marx enfatizou foram aprimorados para desempenhar hoje um papel bem mais forte do que no passado. O sistema de crédito e o capital financeiro se tornaram, como Lenin, Hilferding e Luxemburgo observaram no começo do século XX, grandes trampolins de predação, fraude e roubo. A forte onda de financialização, domínio pelo capital financeiro, que se estabeleceu a partir de 1973 foi em tudo espetacular por seu estilo especulativo e predatório (HARVEY, 2003, p. 122).

migrantes desde seu início.⁶ Muitos destes sujeitos forjaram-se lideranças na própria experiência, alcançando vitórias significativas como a permanência provisória no local da ocupação e um acordo vinculado a políticas públicas habitacionais que prometia a construção das moradias demandadas. Entretanto, este processo foi violento por parte do poder público e das classes econômica e politicamente dominantes na região, inserindo-se no contexto de criminalização da pobreza e dos movimentos sociais tendo na especulação imobiliária uma força motriz significativa. O estopim para a Ocupação foi uma promessa de campanha em ano eleitoral, onde um candidato à prefeitura prometeu que iria conceder uma área para construção de moradias sociais destinadas aos trabalhadores empobrecidos.

A noite de quarta-feira, oito de outubro de 2012, transformaria radicalmente a experiência de um grupo de famílias trabalhadoras habitantes da cidade de São José-SC. Por volta das 20 horas, na Igreja Assembleia de Deus localizada no bairro José Nitro, adjunto ao Jardim Zanelatto, estas famílias participaram de uma atividade de campanha eleitoral que teria sido articulada pelo candidato Djalma Berger (na época PMDB), que concorria à reeleição ao cargo de prefeito da cidade. No contexto das eleições municipais daquele ano, as famílias foram orientadas a ocuparem uma área territorial gerenciada e de propriedade da Imobiliária Suvec Ltda, localizada também no mesmo bairro. No encontro “político-religioso” com os trabalhadores sem-teto realizado na Igreja Assembleia de Deus, o candidato do PMDB, juntamente com Dário Berger, prefeito de Florianópolis na época, fez uma promessa de campanha, “garantindo” que o terreno com uma área de 91.968,80m², que já vinha sendo ocupado de forma espontânea há algum tempo no bairro Serraria/José Nitro, seria desapropriado pela prefeitura de São José e destinado ao uso habitacional das famílias de baixa renda.

⁶ Muitas destas famílias são provenientes de outros estados (principalmente Rio Grande do Sul, Paraná e alguns estados do Nordeste, como Pernambuco e Ceará) e do interior do estado de Santa Catarina (especialmente da região Oeste, marcada pela expulsão recente dos trabalhadores rurais). A origem dos moradores da Ocupação Contestado é uma expressão da dinâmica das migrações internas no estado de Santa Catarina. De igual modo, a maioria das famílias possui um histórico de periferização na região da Grande Florianópolis, isto é, residem em locais cada vez mais afastados da região central, no que expressam, ainda, a dinâmica da ocupação do solo urbano, como vítimas dos processos de valorização da terra urbana em curso. Em ambos os movimentos, as famílias da Ocupação Contestado e suas trajetórias migratórias dizem muito sobre a dinâmica migratória existente no estado de Santa Catarina e também sobre a dinâmica dos movimentos intra-urbanos na região da Grande Florianópolis. (CANELA, 2016, p.3).

O prefeito de Florianópolis estava engajado na campanha de reeleição de Djalma Berger (PMDB) e, naquela ocasião, fez um discurso prometendo que as famílias dos trabalhadores sem-teto, as quais estavam em posse do terreno, teriam seu lote de terra cadastrado e legalizado, dando a entender que pessoas com problemas de moradia poderiam juntar-se a outras famílias que já ocupavam o terreno há cerca de dez anos. Eram aproximadamente cinquenta moradias simples que estavam sobre o terreno. A garantia da promessa de campanha foi endossada com a assinatura simbólica do Decreto nº 37.180/2012 de 21 de setembro de 2012, que trata da desapropriação da área.

Após o término do comício, cerca de 200 famílias passaram a ocupar o terreno prometido pelo candidato a prefeito.⁷ Habitações precárias, de madeira, foram construídas e somaram-se às demais que ali já estavam. A construção das “casas” ocorreu na perspectiva de conquista da moradia, as habitações precárias foram feitas pelos próprios trabalhadores sem-teto, algumas com materiais reciclados. Havia pessoas que no momento não tinham possibilidades de arcar com qualquer custo relativo ao material, por isso passaram a noite ao relento ou embaixo de lonas plásticas, a fim de garantir sua posse do terreno.

Ocorreu que o candidato não se elegeu e os trabalhadores sem teto que já tinham ocupado a área prometida foram expulsos do local de forma violenta pelas forças do estado. Tal evento indignou e mobilizou os trabalhadores, e com o apoio de movimentos sociais que se solidarizaram com a situação, no período da reintegração e posteriormente quando estas pessoas foram alojadas temporariamente em um estádio de esportes, foi realizada uma nova ocupação, a Ocupação Contestado. Neste contexto, a organização política Brigadas Populares teve e tem uma função central no desenvolvimento do processo de luta por moradia

⁷ A promessa foi registrada em câmeras de celular por algumas pessoas que ali estavam presentes na igreja, vejamos a seguir um trecho do discurso: “Hoje os companheiros estão com uma ordem de despejo. Uma ordem judicial de despejo. Então a partir já de setembro, como foi assinado o decreto, essa possibilidade de despejo, ela não existe mais. Portanto, a prefeitura vai indenizar o terreno, vai legalizar o terreno, e vai dar o terreno para os proprietários que estão em cima do terreno, ali da imobiliária Suvec (...). Segunda-feira a prefeitura vem com a equipe de cadastramento para cadastrar as famílias ali e para que possam fazer o loteamento, legalizar a área e deixar vocês na área onde vocês estão”. CENTRAL DE MÍDIA INDEPENDENTE (CMI). A casa que o prefeito deu pra nós. Vídeo Documentário – Curta Metragem. Florianópolis: CMI, 2012, segs., 0,10”- 0,50”. Disponível em: <https://vimeo.com/51933986>. Acessado em 10 de outubro de 2015.

travado pela Contestado. A rede de apoio⁸ aos trabalhadores da Contestado é efetiva e ativa, entretanto as Brigadas Populares se destacaram nesta tarefa.

Por meio de diferentes formas de atuação em diversos territórios, a organização da Ocupação está embasada por estruturas e instâncias de direção. Entre as estruturas de base estão brigadas territoriais, agindo em ocupações, periferias, universidades, e as Brigadas temáticas, agindo em pautas, eixos e temas como anti-prisional, feminismo, movimento negro, comunicação, transporte e sindicatos.⁹

Atualmente, centenas de pessoas travam uma batalha diária desde o ano de 2012 pela própria sobrevivência, moradia digna e o direito à cidade, batalha essa agravada pelas mazelas da pandemia da COVID-19 e a crise econômica. As questões da moradia e da migração se retroalimentam, atualmente levantamentos realizados pelas próprias lideranças da Ocupação indicam que o número de migrantes na Contestado se aproxima de 70%. Do conjunto total de trabalhadores

⁸ A notícia do desalojamento das famílias chegou ao conhecimento de movimentos sociais de Florianópolis e da região conurbada, os quais brevemente se solidarizaram com a causa destas famílias e trataram de articular uma “Rede de Apoio” aos desabrigados. A troca de experiência entre o movimento social organizado e os trabalhadores sem-teto contribuíram para o avanço da luta. Esta Rede era composta por diversas organizações populares, como as Brigadas Populares, Diretório Acadêmico 8 de Maio-DAOM/UDESC, CSP–Conlutas, Sindicato dos Bancários, Partido dos Trabalhadores (PT-Estadual), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), SindSaúde/SC, Gabinete Sargento Amauri Soares, Corrente Comunista Luís Carlos Prestes (CCLCP), CMAS-Fórum da Cidade, Movimento Negro Unificado (MNU/SC), SINDPREVS, Moradores do Maciço do Morro da Cruz, AGB – Associação dos Geógrafos Brasileiros, Movimento Passe Livre (MPL), Coletivo Anarquista Bandeira Negra, Portal de notícias Desacato.info, apoiadores independentes e demais movimentos. Fonte: SILVA, L. A experiência de trabalhadores migrantes na Ocupação Contestado em São José/SC. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

⁹ A estratégia de trabalho de base das Brigadas Populares tem como eixo fundamental a organização do povo e, para fazer frente aos desafios da conjuntura, trabalhar com a Resistência Popular Prolongada (RPP), disputando cotidianamente os espaços, tempos e territórios, visando um enfrentamento em um quadro de assimetria de forças em conflito, que é o caso brasileiro. Principal instrumento de materialização da RPP, as Comunas são unidades territoriais de organização social e política do povo. As comunas são um dispositivo político e físico implantado nos territórios com o objetivo de engajar a comunidade em atividades que elevem seu perfil de organização e seu comportamento político. Assim, o sujeito social se cria por meio do seu protagonismo e de sua identificação com uma narrativa alternativa à dominante (esta pautada no individualismo e na fragmentação das demandas comuns). As comunas desenvolvem atividades relacionadas à educação popular, organização comunitária, economia popular solidária, cursinhos populares, cultura, acolhimento de demandas do cotidiano, orientação jurídica e muitas outras ações. Essas atividades respondem a demandas imediatas e criam o contexto para o estabelecimento de uma identidade coletiva e de estruturas de afeto e solidariedade que se expressam em engajamento político. ” (Informação disponível na página das Brigadas Populares na internet: <https://brigadaspopulares.org.br/>).

que iniciaram o movimento, houve uma alteração de cerca de 25%, atualmente em torno de 130 famílias moram na ocupação.

É verdade que as reformas urbanas e rurais são possíveis de serem realizadas na própria dinâmica do sistema capitalista, tendo já ocorrido em países capitalistas. O próprio capital se realiza nesta relação de déficit e precariedade de acesso à terra e moradia e reformas urbanas e rural. Entretanto, as ocupações urbanas e de terras podem trazer consigo elementos que entram em contradição com o capitalismo, quando direta ou indiretamente agem e forjam lutas contra a propriedade privada capitalista. Tal ocorrência se dá de forma mais evidente quando as ocupações urbanas são realizadas, ou contam com o apoio e orientação de organizações políticas que tem em seu horizonte estratégico a superação do modo de produção capitalista. Pode-se observar que mesmo a demanda imediata e de curto e médio prazo para a conquista da moradia no âmbito do capitalismo, há uma compreensão da própria organização que hoje se funde com a Contestado, as Brigadas Populares, de que a disputa pela forma e conteúdo das reformas agrarias e urbanas fazem parte de um movimento dentro do processo histórico, empenhado no desenvolvimento de uma experiência econômica que forje uma cultura habitacional e de uso e utilização da terra superior a vigente no capitalismo.

Os participantes da Ocupação foram erguendo suas habitações e diversos problemas foram sendo superados no processo. No início se montaram cozinhas e banheiros coletivos, os materiais foram sendo arrecadados perante doações e também comprados pelos participantes que construíram as habitações em forma de mutirão. Esta prática é descrita por Ermínia Maricato, em sua obra “A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial”, da seguinte forma:

A autoconstrução, o mutirão, a autoajuda, a ajuda mútua são termos usados para designar um processo de trabalho calcado na cooperação entre as pessoas, na troca de favores, nos compromissos familiares, diferenciando-se, portanto, das relações capitalistas de compra e venda da força de trabalho. (MARICATO, 1979, p. 71).

Entendemos que todo este processo de autoconstrução é algo que compõe de forma central as estratégias observadas regularmente nas ocupações urbanas organizadas ou apoiadas por setores populares e progressistas da sociedade. Podemos, assim, entender o mutirão, a coletividade e a solidariedade de classe no

movimento dos sem teto e sem-terra como parte de uma cultura econômica e política forjada na experiência de resistir e sobreviver diante do processo de expropriação/exploração.

As experiências dos que constituem a Ocupação são compreendidas como expressão da experiência de classe dos trabalhadores, os quais vivenciam em comum a expropriação e a exploração, o que decorre, entre outros aspectos, na ausência de moradia. Da mesma forma, os trabalhadores têm em comum – enquanto classe – a insatisfação diante da sua condição de vida, a qual pode gerar processos de rebeldia, organização e luta, como é o caso da Ocupação Contestado. A categoria experiência tem como base teórica os estudos do historiador inglês Edward P. Thompson acerca da classe operária inglesa (1987), na qual abstrai a experiência dos que viveram e lutaram num determinado período histórico, considerando o processo e o sujeito na história. De acordo com o autor, a experiência “compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento.” (1981, p. 15)

Com base em entrevistas realizadas com quatro mulheres da Ocupação Contestado, apresentamos elementos que compõem suas trajetórias singulares de mães, trabalhadoras, migrantes e lutadoras. Em seguida, analisamos suas experiências numa perspectiva de totalidade, enquanto expressão do problema de moradia no país e o decorrente processo de migração e ocupação urbanas.¹⁰

¹⁰ Foi feita uma inserção no campo de estudos, afim de verificar a possibilidade de concretização da pesquisa. Nesta ocasião foi contatada uma das lideranças da Ocupação para apresentar a pesquisa. Assim, ao longo do processo de investigação no campo de pesquisa, contamos com o auxílio e a mediação desta liderança. A participação de um dos autores do presente artigo na rede de apoio e a parceria já feita dos trabalhadores do movimento com professores e estudantes da UFSC e da UDESC em outras pesquisas e no auxílio à Ocupação, favoreceram a confirmação da realização do trabalho. Obteve-se o apoio técnico na captação de imagem e som, na logística de transporte, e na mediação com as lideranças da Ocupação do doutorando do PPGE/UFSC Luiz Paiva. A rotina do trabalho de campo iniciava com o deslocamento até a Ocupação por volta das 7:00 horas da manhã, assim que chegávamos nos dirigíamos para casa da citada liderança, ficávamos cerca de 1:30h a 2 horas em sua residência. Neste meio tempo, ela nos oferecia café, atualizava informações sobre os acontecimentos políticos e conjunturais do movimento, e nos ajudava a selecionar o próximo trabalhador (a) migrante a ser entrevistado (a). Ao mesmo tempo dava atenção aos filhos, às tarefas da casa e às demandas cotidianas da reprodução da vida social em uma ocupação urbana. Estes períodos nos permitiram acompanhar a resolução de alguns problemas, como por exemplo a distribuição de cestas básicas realizadas por membros da Ocupação que participavam de uma igreja evangélica da região. Auxiliamos na preparação de uma festa junina que aconteceria no local, e demos início a um processo de atualização da numeração das casas e do número de habitantes, destacando questões de coabitação e da presença de migrantes. O surgimento da pandemia da COVID-19 impossibilitou nosso apoio na atualização do senso a ser realizado. A experiência concreta

Priscila: uma jornada de resistência e liderança¹¹

Depois que tu começa a conhecer os teus direitos tu começa a lutar por eles.

Priscila é considerada uma das lideranças da Contestado e foi por meio dela que pudemos concretizar esta pesquisa empiricamente. Além de conceder nossa primeira entrevista, ela mediou as demais, nos auxiliando a entender melhor a experiência da Ocupação. Priscila tem 37 anos e está em uma união estável com seu companheiro, com quem vive há aproximadamente vinte anos. Ela tem seis filhos e uma neta. Natural da cidade de Joinville, nos conta que a mãe nasceu na cidade de Braço do Norte e o pai em Urubici, ambos no estado de Santa Catarina. Sua mãe quando jovem migrou e foi morar na Serra Catarinense e depois no morro da Lagoa da Conceição, em Florianópolis. Priscila tem dois irmãos mais velhos que nasceram em Braço do Norte e outro irmão que assim como ela nasceu em Joinville. Foi em 1992 que Priscila veio para Florianópolis, quando tinha onze anos. Após sua chegada, morou no bairro Estreito próximo ao Hospital Florianópolis na parte continental da cidade. Depois sua mãe comprou uma casa na Praia de Fora no município de Palhoça-SC, onde morou cerca de dez anos. Priscila, assim que casou, mudou-se para São José-SC, onde morou na atual casa da mãe, no Jardim Zanellato, de 2005 até o início da Ocupação em 2012.

Entre os motivos que levaram a família de Priscila a migrar de cidade em cidade, temos o elemento dos laços familiares. Sua mãe se divorciou do seu pai, ela e a irmã ficaram sob a guarda da mãe e o seu pai ficou com a guarda dos seus outros dois irmãos. Sua mãe casou-se novamente e em seguida foi buscar as duas filhas. A maioria da família da mãe de Priscila morava na região da Grande Florianópolis, mas também em São Paulo, Urubici, Paulo Lopes e Criciúma. O amparo familiar foi importante quando a mãe da Priscila se separou. Criar duas filhas sozinha seria difícil e complicado, situação comum para mulheres trabalhadoras e migrantes no Brasil.

na Contestado nos proporcionou estreitar os laços de amizade, aprendizagem e solidariedade com os/as trabalhadores (as).

¹¹ Os nomes das trabalhadoras migrantes da Ocupação Contestado, entrevistadas nesta pesquisa, foram modificados com o intuito de preservar a identidade das mesmas.

Priscila conta que estudou até o ensino médio, porém não o completou. Parou de frequentar as aulas após um acidente e não retornou mais, nesta época Priscila já era casada e diz ter sido um período difícil. Em suas lembranças conta que em seu tempo de escola, ela era rebelde. Era inteligente, tirava notas boas, mas tinha divergências com alguns professores por não aceitar o método de ensino.

Depois que veio para a Grande Florianópolis, relatou que estudou em aproximadamente seis escolas. Priscila recorda a tentativa de um projeto de extensão que seria realizado na Ocupação, uma espécie de supletivo acontecendo de quinze em quinze dias. Se este projeto tivesse se concretizado poderia ter retornado aos estudos. Ela percebe que a demanda por educação formal não é uma exclusividade sua e que há um número grande de jovens e adultos na Contestado que não concluíram o percurso básico da educação. Muitos deles teriam vontade de retornar aos estudos, mas a falta de oportunidades dificulta este retorno.

O aprendizado sobre os processos complexos e dinâmicos vivenciados por Priscila nestes dez anos de Ocupação transformou a maneira como esta trabalhadora migrante sobrevive e define, entre as condições possíveis, os próximos caminhos a seguir. Toda essa experiência lhe permite fazer análises sobre o que se passou.

(...) foi mapeado esse terreno e a gente ocupou (...) aqui né, porque na verdade moradia é um direito de todos e como diz o ditado antigamente, se perguntasse para mim eu ia começar a rir porque para mim antigamente sem-terra era tudo maluco (...). Aí depois que tu começa a conhecer os teus direitos tu começa a lutar por eles. Vai trabalhar o resto da vida e tu não vai conseguir adquirir nada porque a gente hoje em dia trabalha de dia para comer à noite. Então ali a gente agarrou aquilo que eram famílias que realmente precisavam daquilo ali, a gente dependia que isso aqui desse certo, não voltar para aluguel para não voltar a morar de favor, então assim, foi uma resistência muito grande e eu fui me identificando com essa luta. (PRISCILA, entrevista 1, 2019).

A luta coletiva e organizada foi uma forma de interromper seu movimento migratório, trazendo novas características para a trajetória e experiência de Priscila, alterando sua própria compreensão sobre a questão da moradia e da justiça social.

Apesar de enfrentar muitas dificuldades em seu cotidiano e de sua família, ela já não paga aluguel e não precisa morar de favor na casa de parentes. Tal condição proporciona um alívio nas contas do mês e a oportunidade de cessar o

deslocamento contínuo. Faz dez anos que Priscila e sua família não mudam de casa, nem de bairro ou cidade.

A liderança real surge na base, trabalhadores tornando-se sujeitos políticos, Priscila é uma intelectual orgânica dos trabalhadores migrantes e dos sem-teto. Apesar de não ter uma função burocrática de líder da ocupação, a sua trajetória de vida e a maneira como ela foi lidando com sua experiência de classe dentro da ocupação a fez ser considerada uma liderança para os trabalhadores e para os apoiadores. Sua experiência nos recorda Gramsci, quando aponta que:

O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor momentâneo dos afetos e das paixões, mas num imiscuir-se ativamente na vida prática, como construtor, organizador, persuasor permanente, já que não apenas orador puro – e superior, todavia, ao espírito matemático abstrato, da técnica-trabalho, eleva-se a técnica – ciência e a concepção humanista histórica, sem a qual se permanece especialista e não se chega a dirigente. (GRAMSCI, 1979, p. 8).

Assim como Priscila, os militantes mais atuantes da Contestado ingressaram nas Brigadas Populares, motivados pela própria ação concreta e diária deste movimento popular, que esteve apoiando os sem-teto desde o início da Contestado. Atualmente, a Ocupação se identifica politicamente como “brigadista”, ou seja, compõe de forma orgânica o quadro de ocupações urbanas apoiadas pelas Brigadas Populares. Articula-se, assim, com a luta nacional por moradia e com as organizações políticas que lutam pelos direitos da classe trabalhadora.

Carmem: do sindicalismo ao movimento dos trabalhadores sem-teto

Eu luto com todas as minhas forças para não sair daqui antes de ter uma moradia, porque eu não tenho para onde ir.

Todas as pessoas têm uma identidade, um rosto, uma história. Aqui mais um desses indivíduos compartilha sua trajetória, experiência e luta. Carmem, a segunda trabalhadora migrante entrevistada começou seu relato se identificando, estou com 53 anos, estou em processo de separação e tenho três filhos. Quatro filhos, porque adotei meu neto. Assim como acontece com Carmen, essa história se repete e é recorrente em muitas famílias brasileiras. As avós ajudam a cuidar dos netos na

falta da mãe, ou mesmo para que a mãe possa trabalhar para prover o sustento de todos. Esta trabalhadora migrante viveu esta situação por doze anos, até o momento em que a criança voltou ao convívio pleno com a mãe. Carmem nasceu em São Paulo, capital, sua mãe no estado de Santa Catarina, na cidade de Garopaba, mudou-se para o Rio de Janeiro e depois para São Paulo. O pai era do Espírito Santo, ambos já são falecidos. Conheceram-se no Rio de Janeiro, tiveram uma filha lá, irmã carioca de Carmem e em seguida foram para São Paulo, onde tiveram duas filhas, Carmem é uma delas.

Observamos na sua trajetória familiar que a experiência da migração esteve sempre presente. Aos 11 anos, Carmem vai para Santa Catarina, especificamente para Imbituba, onde por falta de emprego para a mãe não ficaram por muito tempo. O que moveu a família a migrar inicialmente foi a questão da falta de trabalho e a saúde frágil de um dos irmãos que se agravava em função do clima e poluição na cidade de São Paulo. Mudaram-se novamente, desta vez para a Grande Florianópolis. Moraram no bairro Monte Cristo, Saco dos Limões, Forquilha e no jardim Zanelatto, onde tiveram contato com a Contestado. Carmem já tinha conhecimento de que havia um movimento de trabalhadores sem teto próximo ao local onde morava. Em conversa com uma amiga, a quem chama de Galega, ficou conhecendo melhor a Ocupação Contestado.

(...) assisti duas reuniões, primeiro assim sem vínculo (...) daí fui sorteada, não era todo mundo que pegava (...) daí fiz um empréstimo e fiz minha casinha, um chalezinho que caiu num dia de chuva forte. Mas daí vim para cá morar nesse chalezinho, eu vim para cá quinze dias depois que o pessoal entrou. (...) A gente não tinha água, a gente não tinha luz, daí foi feito um gato da água, (...) cada quadra tinha um local, uma torneira, daí a gente tinha que carregar, eu acordava às quatro da manhã para encher tudo, não tinha luz, depois que a gente conseguiu fazer um bico de luz, (...) era tudo feito na cozinha comunitária, então eu vim bem no começo. A maioria das casas era de lona. (CARMEM, entrevista 2, 2019).

Carmem ainda em São Paulo esteve com os irmãos no internato até seus 11 anos, quando se refere a esse período transparece uma certa tristeza por crescer afastada da família. Entretanto, demonstra gratidão ao se referir ao aprendizado no colégio interno. Educação de qualidade, limites, disciplina, horário são elementos que ela considera importantes para a sua vida. Reconhece que a prática pedagógica dentro do colégio de freiras foi fundamental para sua formação como ser humano.

Após o período no internato no interior de Taubaté-SP, um colégio Sírio não católico, curiosamente administrado por freiras, sua mãe retira os filhos dessa escola e vai com todos para o estado de Santa Catarina. Carmem completou o ensino médio e relata que sofreu muito, porque quando começou a migrar teve que repetir do quinto até o oitavo ano, sabendo tudo e não podendo mudar de ano escolar, repetindo tudo o que tinha estudado.

Sobre ter ingressado em uma universidade, esta trabalhadora migrante diz que por questões de saúde não foi possível. Relata ter tido problemas psicológicos que intensificaram suas dificuldades, encerrando o sonho que tinha de ser uma médica cirurgiã cardíaca. Ela chegou a fazer o curso técnico de enfermagem para se preparar para a medicina e conhecer melhor a área da saúde. Porém, permaneceu trabalhando na enfermagem até a aposentadoria. Nos dias de hoje, fala que se tivesse condições voltaria a estudar e constata que o maior problema das pessoas da Ocupação em relação ao estudo é o deslocamento e a conciliação da atividade educacional com as tarefas diárias.

Entende que se tivesse dentro da comunidade um espaço escolar, ela e as demais trabalhadoras poderiam completar seu percurso formativo. A demanda por um espaço de ensino e aprendizagem dentro da Ocupação é recorrente entre o conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Ao chegar no estado, mais especificamente em Florianópolis, Carmem trabalhou como empregada doméstica e camareira. Na sequência fez concurso público para a Prefeitura e trabalhou no município como merendeira, então com dezenove anos. Diferentemente das demais trabalhadoras migrantes entrevistadas nesta pesquisa, Carmem já havia vivenciado a organização política por meio da luta sindical. É com orgulho e satisfação que ela recorda do tempo que estava atuando organicamente no sindicato, onde chegou a ser dirigente por quatro anos, entre o final dos anos 1980 e início da década de 90.

À frente do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Florianópolis (Sintrasen), a diretoria que Carmem compunha foi responsável por conquistas de direitos importantes. O estatuto do sindicato, a data base, a construção de mais de 58 sindicatos em prefeituras do entorno (como na cidade de Rancho Queimado), a informatização dos diretórios dos trabalhadores, o dia oficial de pagamento, o direito de férias e o plano de carreira, foram algumas das

conquistas relatadas por essa trabalhadora. Ela nos conta que a maioria dos direitos que os trabalhadores do município têm hoje foram conquistados em sua época e que o setor do magistério foi o que mais avançou de lá para cá.

Bernadete: uma migrante nordestina na luta por moradia

A gente trabalhava meia/meia, lá o dono da terra, se a gente tirava seis sacos de feijão, nós tínhamos direito a dois sacos e eles tinham direito a quatro sacos.

Ao chegar em Florianópolis, Bernadete trabalhou como doméstica com registro na carteira, mas depois de ter seus filhos, parou de trabalhar fora, e foi cuidar de outras crianças para complementar a renda do casal. Já no início de seu relato, Bernadete citou a história que originou a Ocupação, articulando seu depoimento com a sua própria história. A dificuldade de pagar o aluguel em sua antiga residência é apresentada como um fator determinante na sua iniciativa de participar do movimento.

A incompreensão e intolerância das forças do estado no dia da reintegração de posse do primeiro terreno ocupado pelos trabalhadores, marcou sua memória. O contato com a rede de apoio convenceu-a a permanecer no grupo dos trabalhadores sem teto e ajudou-a a compreender os fatores determinantes sobre o problema da moradia por ela vivenciado. Bernadete contou que chegou a falar com o candidato à prefeitura na ocasião, relatando sua difícil situação de habitação e a falta de recursos para pagar o aluguel, nesta ocasião recebeu apenas uma confirmação de que o pessoal estava de posse do terreno. Após dez anos de Ocupação, esta trabalhadora se diz contente por ter pelo menos saído do aluguel, pois já estava muito nervosa com a falta de recursos para sustentar a casa e a família junto com seu companheiro.

No começo do movimento seu companheiro resistiu a ir com Bernadete para a Ocupação, mas acabou se convencendo após essa trabalhadora determinada ter uma conversa séria com ele, questionando-o se o mesmo pretendia passar o resto da vida pagando aluguel. Bernadete começava a acreditar na luta coletiva pela moradia, entendendo-a como forma possível de alterar sua trajetória pessoal e familiar, assim como a condição de sua vida material. A própria luta organizada

forjava por meio da experiência um processo educativo. Bernadete, assim como a maioria dos trabalhadores migrantes que, moraram de favor na casa de parentes e amigos ou de aluguel, vivenciou a realidade de mudar de residência várias vezes.

Quando chegou em Florianópolis, ainda solteira, morou com o pai e os irmãos que já haviam migrado para a região, na jornada por uma vida melhor. Bernadete relembra sua vida no Nordeste. Nascida em uma das regiões mais carentes do Brasil, experimentou na pele as mazelas da desigualdade social e dos problemas climáticos. Em períodos de seca as dificuldades sociais se agravavam, dificultando a produção e a reprodução, da vida material dos trabalhadores rurais no Nordeste. Situação que Bernadete e seus familiares conheceram de perto, tendo em vista que a produtividade dos roçados em que a família trabalhava dependia diretamente da presença das chuvas.

Assim como seus irmãos e a maioria de jovens e crianças oriundos do meio rural nordestino, filhos de trabalhadores do campo, Bernadete tem em sua trajetória de vida a experiência do trabalho infantil. Atividade essa que se desenvolveu em uma relação de trabalho análoga ao “meeiro”, assim como no trabalho doméstico auxiliando a mãe no cuidado dos irmãos menores e nas tarefas cotidianas. Bernadete vem de uma família numerosa, quatorze irmãos, pai e mãe. Relembra e compara a criação daqueles tempos com a de hoje. Constata que mesmo em meio às dificuldades econômicas, que eram muitas naquela época, era mais fácil ter uma família grande, longe da violência, onde os filhos eram criados mais livremente.

Bernadete fez a alfabetização no Nordeste, mas foi na Educação de Jovens e Adultos, quando já estava em Santa Catarina, que concluiu o ensino fundamental. No período em que estava estudando continuou a trabalhar como empregada doméstica, pois não tinha condições financeiras de se dedicar exclusivamente aos estudos, realidade da grande maioria dos trabalhadores migrantes que cursam o EJA. Sobre esta experiência compartilhada por trabalhadores migrantes é importante entender que:

[...] a escolarização é quase um artigo de luxo, mesmo que muito precarizada. As longas e duplas jornadas de trabalho, sobretudo no caso das mulheres, concorrem com o tempo escolar. O cansaço, o desânimo, a falta de estrutura para estudar, a fome, a timidez, a falta de condições necessárias para ir à escola, como transporte e vestimenta, são elementos que afastam o estudante deste processo. (PEREIRA e VENDRAMINI, 2019, p. 203).

Em relação à possibilidade de retorno aos estudos formais, Bernadete diz que as vezes tem vontade de voltar a estudar, mas por enquanto o retorno não está em seus planos de curto e médio prazo. Seria preciso melhorar algumas coisas em sua vida para ela conseguir reingressar na EJA.

Nos dias de hoje, morando na Ocupação, Bernadete concilia seu trabalho doméstico com a atividade informal de venda de produtos cosméticos, não fica parada. Diz que não tem interesse em buscar outro trabalho, pois já tem seu tempo comprometido com a casa e as vendas. Quando era solteira e tinha emprego ajudava a mãe e os irmãos no Nordeste mandando dinheiro, depois de casada dedicou-se à sua própria família. Em busca de melhores condições de vida, trabalhadores nordestinos, assim como a família de Bernadete, vivenciam em suas trajetórias o fenômeno migratório. Após uma longa e difícil jornada migratória, a Ocupação proporcionou que esta trabalhadora migrante saísse do aluguel.

O evento trágico que caracterizou a reintegração de posse do primeiro terreno foi um momento marcante na trajetória desses sujeitos. O grau de violência estatal foi tamanho, que somado à real falta de moradia, gerou naqueles trabalhadores resistência, alterou de certa forma sua consciência e suas ações. O terror policial praticado contra aquelas famílias é lembrado por Bernadete, que descreve o ocorrido da seguinte forma:

(...) nesse dia choveu muito, foi parecendo filme de terror, aquelas crianças na chuva, todo mundo na chuva, eu também com a minha lona, meu barraquinho erguido, vindo a cavalaria na frente, aquela operação de choque, helicóptero, soltando bomba na gente (...) aquelas armas assim (...) jogando spray de pimenta. (BERNADETE, entrevista 3, 2019).

Bernadete associa sua experiência no Nordeste, onde passava as noites cuidando do gado na fazenda de seu empregador, dormindo no mato em condições precárias, como uma vivência que a preparou para enfrentar aqueles dias difíceis, onde além da violência policial, passou sozinha dormindo no barraco de lona e telha antes da ação do estado. Paralelamente, tais vivências aprimoraram sua compressão sobre as estruturas sociais que determinam o déficit habitacional e impulsionam a migração que ocorre por questões econômicas.

Sônia: fé e trabalho na dinâmica migratória Brasil/Paraguai

Vou falar para vocês a partir da minha fé, a bíblia diz que você tem que receber bem o órfão, a viúva e o estrangeiro.

Sônia mora na Contestado com seu único filho, um jovem estudante. Os dois tem uma relação de companheirismo, um dando força ao outro nas demandas cotidianas. A migração faz parte da história da família de Sônia. Nascida em Coronel Sapucaia, Mato Grosso do Sul, cidade da fronteira do Brasil com Paraguai, cresceu entre os dois países da América do Sul, fato recorrente para famílias que moram em cidades fronteiriças na região. Devido à relativa facilidade de transitar entre os territórios, se estabelece uma dinâmica social transnacional. Inserida nos movimentos migratórios, esta trabalhadora tem um irmão que também mora na Grande Florianópolis e outro em São Paulo.

Sônia já foi casada e hoje está separada. Seu filho nasceu na cidade de Curitiba, quando ainda estava casada. Este jovem migrante que veio para o estado de Santa Catarina com a mãe é portador de TEA (Transtorno do Espectro Autista). Tal condição tem um agravante que é a péssima política pública implementada no estado para estudantes com alguma necessidade especial. Sônia contratou uma professora particular para ajudar seu filho na disciplina de matemática, tal gasto extra compromete uma parcela da renda mensal, tornando a situação econômica desta família migrante ainda mais difícil.

Sônia nos concedeu esta entrevista em sua casa na Contestado. De uma simpatia notável serviu café e suas deliciosas empadas que são comercializadas pela mesma para garantir o sustento da família. Desde de meados de 2017 na Contestado, conta que além do aspecto emocional da convivência, do cotidiano comunitário, a questão econômica é fator central para Sônia, em seu relato destacou que:

[...] a gente morava num lugar muito isolado, porque a gente morava tipo num prédio na parte de baixo e era só eu e ele e a nossa cachorra, não tinha vizinho para conversar, tinha tipo aquela coisa meio isolada, colocava a cachorra numa cordinha e saia para passear, mas não tinha aquela aglomeração que a gente adquiriu aqui, convivência assim de vizinhos bem de perto, isso foi uma coisa muito boa. E o lado bom, melhor ainda, foi ter parado de pagar

aluguel né, porque fazia muitos anos que eu pagava aluguel. (SÔNIA, entrevista 4, 2019).

Observando e analisando a trajetória e as condições de vida de Sônia, vemos em sua dinâmica de produção e reprodução da vida, os caminhos que a levaram a migrar da região fronteira entre Brasil e Paraguai para a região da grande Florianópolis. Com bom humor e otimismo fez uma brincadeira, dizendo que a única da casa que não era migrante seria a cachorrinha adotada pela família, a quem deram o nome de Vitória. Ainda disse: Na nossa casa moram três estados, Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul.

A família chegou à região da Grande Florianópolis no ano de 2011. O aluguel consumia a maior parcela da renda familiar, realidade compartilhada com a maioria dos trabalhadores assalariados no Brasil. No caso dos migrantes a questão é pior, pois estes indivíduos estão distantes das suas redes familiares, na maioria dos casos. Sônia deixou sua cidade de origem em busca de novas oportunidades de trabalho, renda e qualidade de vida, se não tivesse dificuldades socioeconômicas em sua terra natal, enfatizou que preferiria ficar em sua cidade e não ter migrado.

Observando e analisando a trajetória e as condições da vida material de Sônia, vemos os caminhos que a levaram a migrar da região fronteira entre Brasil e Paraguai para a região da Grande Florianópolis. Os movimentos migratórios na América Latina são determinados em última instância por fatores econômicos. Guardadas as especificidades, os trabalhadores latino-americanos compreendem a migração como um caminho para sua sobrevivência, Segundo Queiros:

[...] no mundo hoje são milhares de pessoas que se deslocam na condição de migrantes internacionais, nacionais ou como refugiados. Os dados (ONU, ACNUR, IBGE) revelam um intenso fluxo das migrações entre diferentes países, cidades, para diferentes direções (inclusive pequenas e médias cidades), com dificuldade cada vez maior de fixação dos trabalhadores. (QUEIROZ, 2018, p.177).

A Ocupação Contestado traz para Sônia a libertação do aluguel e a convivência em comunidade, fatores que melhoraram a qualidade de vida da família. Ela e seu filho encontraram no convívio cotidiano com os trabalhadores da Ocupação e suas famílias um sentimento de pertencimento. O fluxo migratório na região da fronteira é intenso, tanto que a mãe de Sônia é paraguaia e o pai é brasileiro, exemplos desse fluxo. Sônia afirma que é uma mistura de Paraguai com

Brasil, literalmente. Seu pai que faleceu quando ela ainda era criança conheceu sua mãe na fronteira, a “fronteira seca”, que é só uma avenida grande que separa os dois países. A irmã de Sônia busca roupas no Paraguai e vende no Brasil, outros irmãos também praticam este comercio. “Tia Sônia” (maneira como a chamam na Ocupação) é uma pessoa de fé, antes de migrar tinha muitas amizades ligadas à igreja e ao grupo de jovens, sua vida era “voltada para o lado da Igreja”, como diz. Agora, morando na Contestado, fez novos laços sociais, ligados à própria ocupação e à nova igreja que frequenta.

Migração, organização e trajetórias que se cruzam em uma ocupação urbana

Por caminhos diferentes, as quatro trabalhadoras migrantes entrevistadas chegaram à região da Grande Florianópolis, mais especificamente à cidade de São José, onde foram levadas pelas circunstâncias da vida a participar da Ocupação Contestado, no bairro Jardim Zanelatto¹². Apesar de constituírem trajetórias diversas, suas condições de vida guardam muitas semelhanças. São quatro mulheres, mães, migrantes, trabalhadoras, lutadoras e extremamente determinadas. As entrevistadas trabalharam com alimentação e no cuidado de crianças, fazendo limpeza e organizando residências, bem como na área da saúde. Portanto, todas relacionadas ao cuidado, em ocupações tradicionalmente delegadas às mulheres. Sem muitas opções, abraçaram as oportunidades de trabalho que iam surgindo, buscando conseguir seu sustento e de suas famílias. O cuidado com a casa e a família foi vivenciado por todas as trabalhadoras, configurando dupla e até tripla jornada de trabalho.

¹² O povo, unido, jamais será vencido! Madeira por madeira, lona por lona, os moradores da comunidade José Nitro estão, ao longo dos últimos dias, construindo suas casas e sua história em um espaço que é o germe da Ocupação Contestado, consolidada na madrugada desta quarta-feira [dia 7 de novembro]. O nome da ocupação homenageia os cem anos da Guerra do Contestado, conflito que ocorreu no Estado de Santa Catarina no início do século XX e que, assim como em nossa luta, questionou a propriedade das terras e foi manifestação de insatisfação popular diante dos problemas sociais. A ação deve sofrer retaliações nas próximas horas e dias e a Polícia Militar de Santa Catarina já esteve no local: antes das 4h desta madrugada, a polícia surgiu para intimidar os ocupantes, mas não foi o suficiente para desistirmos. Esses trabalhadores da cidade de São José, oriundos de tantos lugares do Brasil, estão protagonizando um ato histórico diante da desorganização dos sem-teto da capital catarinense nos últimos 20 anos.” (Carta: Ocupação Contestado nasce hoje em São José! O povo, unido, jamais será vencido! Disponível em: <http://brigadaspopularessc.blogspot.com.br/2012/11/ocupacao-contestado-nasce-hoje-em-sao.html>. (Acessado em: 10 de outubro de 2015).

Todas enfrentaram e enfrentam dificuldades, por vezes situações precárias. Entretanto, a Ocupação lhes proporcionou sair do aluguel e interromper suas rotas migratórias, tornando-se uma alternativa real à falta de habitação e ao deslocamento permanente. Estas trabalhadoras estão inseridas em um processo de migração interna, que é um processo social com causas estruturais que expulsa as pessoas de seus lugares. Estas causas são em sua maioria de base econômica, segundo Singer (1998). Assim, é possível afirmar que, em última instância, o fator econômico é o determinante para estas trabalhadoras migrarem.

Em se tratando das especificidades, podemos destacar inicialmente a jornada de resistência e liderança de Priscila. Considerada uma das principais lideranças por apoiadores e moradores da ocupação, Priscila teve uma trajetória de vida inserida na realidade da classe trabalhadora migrante. Vivenciando o problema da moradia, e sendo prejudicada por não ter seus direitos trabalhistas garantidos quando precisou deles por motivos de saúde, esta trabalhadora foi aprendendo pela necessidade a lutar por seus direitos sociais. Segundo Dalmagro (2016):

Os Movimentos Sociais são expressão dos limites e das contradições da sociedade atual e são, portanto, educativos uma vez que por sua atuação simultaneamente questionam as estruturas sociais e a educação delas proveniente, oferecendo pistas para novas formas de organização da vida social e da educação. (DALMAGRO, 2016, p. 2).

A luta social organizada por moradia e, conseqüentemente, pelo direito à cidade contribuiu para que esta trabalhadora migrante passasse a ter a condição de articular prática com teoria, nos termos de Gramsci (1994). Carmem teve em sua trajetória a experiência da luta sindical. Estudou em colégio interno, concluiu o ensino médio e fez curso técnico. Passou em um concurso na prefeitura de Florianópolis, onde trabalhou até se aposentar. A vivência do sindicalismo preparou-a politicamente, dando subsídios para a luta por moradia. O caminho percorrido por Bernadete desde o Nordeste até a Ocupação Contestado se fez em meio a condições difíceis de sobrevivência. A família numerosa, as carências de conforto, educação e alimento são um espelho de uma vida em condições desfavoráveis, enfrentando a seca, a exploração no trabalho e um conjunto de carências, como de acesso às políticas públicas. Analisando a vida material de Bernadete, de sua família e das pessoas do seu entorno, podemos reafirmar a

centralidade da questão da terra no Brasil. A “meação”, prática utilizada no campo em algumas regiões do Brasil, é um exemplo da materialização dos processos históricos e contemporâneos que combinam expropriação e exploração.¹³ Segundo Fontes (2010):

A expansão da expropriação dos recursos sociais de produção não diz respeito apenas à expropriação da terra, de forma absoluta, mas à supressão das condições dadas da existência dos trabalhadores, e sua conseqüente inserção, direta ou mediada pela tradição, nas relações mercantis (e no mercado de força de trabalho). As expropriações não se expandem sozinhas, de maneira mecânica, segundo leis abstratas do funcionamento geral do capital, ainda que sejam uma condição geral de sua expansão. Como já lembramos anteriormente, nem sempre a expropriação resulta imediatamente na relação capital trabalho, podendo também descambar para modalidades híbridas ou mesmo meramente de rapina. Varia segundo a capacidade, possibilidade, interesse ou necessidade de extração de sobre trabalho sob a forma mais-valor das classes dominantes e, portanto, de sua própria subordinação, cada vez mais plena, a um mercado concorrencial e regido pela produtividade. Se não é abstrata e conduzida por um mecanismo rígido e cego, é, entretanto, difusa e generalizada, ocorrendo, em cada país ou caso concreto, sob pressões diversas. Resulta, contudo, em seu conjunto, na produção de levas crescentes de populações disponíveis para – e necessitadas de vender força de trabalho, para assegurar sua existência, crescentemente dependente de mercados. (FONTES, 2010, p. 89).

Na história de Sônia, observamos como questões centrais relativas a saúde do filho, a vivência na fronteira do Brasil com o Paraguai, o trabalho árduo e a religiosidade afetam sua trajetória. Toda a movimentação familiar gira em torno do bem-estar do jovem, além de enfrentarem um cotidiano de muita dificuldade econômica, a situação do filho coloca mais um desafio. Essa família viu no cotidiano da Ocupação sua vida se transformar para melhor. A “questão emocional”, como diz Sônia, juntamente com a saída do aluguel, é o ponto mais importante da participação desta família na Ocupação Contestado.

No que diz respeito ao percurso de ensino formal, por não ter concluído os estudos pela questão da saúde, Priscila aprendeu com a própria experiência, com o

¹³ Fontes (2010), por meio do conceito de capital-imperialismo cujas características centrais são: concentração da propriedade, expropriações, redes de dominação, encapsulamento do trabalho e garantia de circulação do capital, expõe condições centrais do sistema socioeconômico, em que os trabalhadores migrantes na Contestado estão ou estiveram inseridos. Sobre isso ver: FONTES, Virginia. O Brasil e o Capital-Imperialismo: teoria e história. 2.ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

trabalho e a luta social. Bernadete é alfabetizada, concluiu o quinto ano do ensino fundamental na EJA. Carmem estudou em colégio interno, concluiu o ensino médio e fez curso técnico, com problemas de saúde, não pode cursar a faculdade de medicina, e acabou ficando impedida de realizar o sonho de ser médica cirurgiã. Sônia, apesar de começar a trabalhar como empregada doméstica aos treze anos, conseguiu concluir a educação básica antes de iniciar sua jornada migratória. Na opinião destas trabalhadoras migrantes, um espaço de ensino e aprendizagem voltado às especificidades da Ocupação e sediado na Ocupação poderia levar um grande número de trabalhadores da Contestado a retomar os estudos. Sobre a educação das crianças, há um esforço dos trabalhadores para que as mesmas estejam regularmente matriculadas e frequentando o espaço escolar. Essa é uma preocupação permanente, o risco do Conselho Tutelar alegar alguma ilegalidade ou descaso, afim de justificar a apreensão de seus filhos, preocupa a comunidade. Por outro lado, há um entendimento na ocupação referente à possibilidade da educação na transformação da vida material e da cultura dos indivíduos. Claro que tal entendimento é permeado pela ideologia difundida pelos aparatos estatais e privados de hegemonia do capital.

Muitos elementos se cruzam nas histórias destas quatro mulheres. Suas responsabilidades como filhas, mães e avós estão sempre presentes. Começaram a trabalhar muito cedo para ajudar na renda familiar, o trabalho se configura como central em suas vidas, seja o trabalho em casa, o cuidado dos irmãos, filhos e netos, os bicos, os trabalhos informais e, excepcionalmente, o trabalho formal. O trabalho também as moveu, ou suas famílias, a migrar, buscando melhores condições de vida. Mudaram de país, de estado, de cidade e de bairro diversas vezes. Na Ocupação, encontraram a possibilidade de se fixar num local, pelo menos por enquanto. A vida cotidiana é sofrida, os trabalhadores passam por dificuldades diárias.¹⁴ Entretanto, o fato de não pagarem aluguel é uma conquista concreta que é reconhecida pelos trabalhadores e trabalhadoras migrantes que viram na Ocupação um meio de cessar seus movimentos migratórios.

¹⁴ Apesar dos recursos financeiros limitados, a coletividade fortalece o movimento, que procura enfrentar os problemas da melhor maneira possível. Gastos com escola, comida, remédios, roupas, calçados são providenciados para as famílias com necessidades, que são ajudadas pelos outros trabalhadores e pela rede de apoio. Há muitas mulheres grávidas que foram abandonadas por seus companheiros, realidade que causa depressão e intensifica as dificuldades dessas mães, que tem na coletividade um auxílio fundamental.

Há uma organização de base bem estruturada na Ocupação por meio de núcleos, das reuniões de quadra e a Assembleia Geral que é soberana. Bernadete considera que as assembleias são atividades em que as pessoas vão adquirindo conhecimento. Sônia participa das divisões de tarefas na Ocupação quando pode, diz que a comunicação e as reuniões para discutir os assuntos comuns são muito positivas. Priscila constata a importância da existência de um barracão coletivo - um espaço onde as mães que não tem onde deixar os filhos poderiam se organizar e neste espaço terem seus filhos atendidos e cuidados, possibilitando que retomassem seus estudos com mais tranquilidade. O protagonismo feminino na vanguarda do movimento é uma marca da Ocupação. Carmem faz uma comparação com o movimento da Ocupação Dandara que conheceu quando estava em Belo Horizonte. Relata que na Dandara a maioria das lideranças são homens ao contrário da Contestado, onde são mulheres.

Os trabalhadores migrantes experimentam uma vivência coletiva no movimento dos trabalhadores sem-teto, deslocam-se com a própria ocupação que também migra. Ela começa no primeiro terreno prometido às vésperas da eleição, vai para o ginásio, depois para o atual local onde nasce a Ocupação Contestado. A perspectiva dos trabalhadores é poder ir para um novo terreno que está em negociação com a prefeitura. Priscila afirma que há um número grande de migrantes na Ocupação, pessoas do Pará, Bahia, Paraíba, Pernambuco, Mato Grosso do Sul na divisa do Paraguai, Rio Grande do Sul e interior de Santa Catarina, como Chapecó e Lages. Ela vê que a necessidade leva os migrantes a entrarem em uma ocupação urbana de luta por moradia e pelos demais direitos sociais¹⁵. Deixar tudo para trás e não saber o que vai encontrar é algo angustiante, a difícil adaptação em outro local não se caracteriza unicamente por questões econômicas, o modo de vida ou os costumes, nos termos de Thompson (1998) é uma questão importante no movimento migratório dos trabalhadores. O modo de vida, a maneira de falar, os hábitos alimentares, o vestuário, são fatores culturais que podem provocar discriminação e preconceito. A maneira como Priscila expõe sua própria condição de

¹⁵ O crescimento das migrações no Brasil e na Grande Florianópolis está ligado diretamente ao aprofundamento dos processos contemporâneos de expropriação que resultam em condições que deixam os trabalhadores mais suscetíveis e vulneráveis à exploração de sua força de trabalho. O discurso anti-imigração vem sendo difundido por setores de extrema direita no Brasil e no mundo. Vimos nos últimos anos crescer o número de ataques violentos contra migrantes.

migrante e a de seus companheiros aborda um ponto interessante. Considera que não existe nenhuma legislação que determine a permanência dos sujeitos nascidos em uma região que os impossibilite ou impeça de migrar, muito menos que precisem viver para sempre num mesmo lugar.

O discurso moralizador sobre a população pobre vigente até meados do século XX em Florianópolis e que foi, em grande medida, voltado para os moradores dos morros centrais, cedeu lugar à criminalização dos pobres e de seus bairros. Palavras como “favela” tomaram o sentido atribuído já em outras partes do país para áreas perigosas habitadas por populações sem o direito de morar na cidade. O crescimento urbano logo evidenciou as deficiências da cidade para a recepção da população em expansão. Nos novos bairros em expansão a situação era crítica. Em 1972, um jornal anunciava que uma comissão pretendia “acabar com favelas”, retirando famílias dos morros da cidade. Seriam retiradas “600 pessoas” do “morro do Mocotó, na Prainha”, juntamente com mais “100 famílias que moram no Pasto do Gado”, as quais, em sua maioria, eram “do interior do Estado” e “vieram para a capital em busca de trabalho. Pobres e sem profissão definida, se marginalizam e não tendo onde morar, constroem suas malocas nesses locais criando um grave problema social”. (CAMPOS, FALCÃO, LOHN, 2010, p. 66).

No entendimento de Priscila, famílias que migraram de outros estados e tentam se fixar na Grande Florianópolis terminam por constituir a população do local, trabalham e muitos têm seus filhos aqui. Faz uma crítica ao preconceito relativo aos migrantes e a “ameaça” ao emprego dos nativos. Lembra da época que pagavam passagens de volta para pessoas que vinham do Nordeste e de outros locais para que voltassem para as suas regiões de origem.

O estado de Santa Catarina, especialmente a região litorânea, tem recebido muitos migrantes nacionais e internacionais nas últimas décadas. Entre muitos problemas, eles enfrentam a grande dificuldade de conseguir um local para morar. A questão da moradia popular não é uma prioridade social, e sim parte de um projeto de manutenção da segregação das classes sociais, levando a uma forma de espacialidade do urbano com vistas ao barateamento da força de trabalho. As famílias expropriadas, enganadas, marginalizadas e desalojadas no bairro Jose Nitro, são compostas por pessoas de baixa renda, vivenciando condições precárias de trabalho, sendo na maioria migrantes. A experiência da Contestado desenvolve-se a partir de problemas sociais históricos do Brasil, forjados na desigual divisão do trabalho. Conservados ao longo do tempo por setores da sociedade que

se beneficiam economicamente e politicamente de um sistema de classes que produz e reproduz tal realidade visando a expansão do capital.

Neste contexto, não há outra forma de resolver o problema habitacional senão pela organização e luta dos trabalhadores. A experiência da Ocupação Contestado aqui apresentada revela tal situação. Em meio a muitas dificuldades, repressão, preconceitos, ausência de condições adequadas de vida, associada a problemas internos organizativos, a Ocupação segue viva e necessária.

A vida cotidiana na Ocupação é sofrida, os trabalhadores passam por dificuldades diárias. A falta de um espaço adequado de recreação para as crianças brincarem em segurança é um dos problemas que mais preocupa os trabalhadores. O acesso à água e à luz são problemas constantes, devido à falta de distribuição no local. Em razão do abastecimento de água ser improvisado, existem famílias que têm maior dificuldade de recebê-la.

A organização da Ocupação se deu por meio de Núcleos, divididos em setores. A gestão coletiva do local foi difícil, causando alguns atritos entre as pessoas que ali habitavam. A Ocupação buscava se organizar de maneira coletiva e cooperada. A solidariedade sempre foi algo presente em áreas de ocupação popular, as chamadas comunidades. No entanto, esta solidariedade de classe desenvolvia-se de forma mais espontânea. No modelo proposto na Ocupação Contestado, a questão da cooperação foi tratada de maneira estrutural, ato que causou dificuldades no começo, pois mexia de certa forma com o costume já adquirido pelas pessoas ao longo de suas vidas. A experiência de trabalho, de vida e de militância apresenta elementos educativos e também de consciência da classe trabalhadora. Nos termos de Thompson (2008), a experiência vivida altera a experiência percebida. Em uma sociedade de classes organizada por relações sociais exploradoras e opressoras oriundas dos processos históricos de expropriação, a tendência é que a percepção das contradições vigentes vá avançando em maior ou menor intensidade na história.

Não há fossas nas residências, nem coleta pública formal. Existe uma coleta coletiva feita pelos próprios trabalhadores que juntam os dejetos de cada moradia e conectam à rede de esgoto. Os trabalhadores têm consciência de que esta é uma estrutura precária e provisória, entretanto não podem esperar o poder público resolver uma questão imediata e importante para a sobrevivência na ocupação. O

cotidiano na ocupação tem seus altos e baixos. Tristeza, euforia, brigas, preocupações com a titularidade do terreno, a própria materialidade do trabalho cotidiano. Entretanto, o fato de não pagarem aluguel é uma conquista concreta que é reconhecida pelos trabalhadores, assim como pelos migrantes que viram na ocupação um meio de cessarem seus movimentos migratórios. Apesar dos recursos financeiros limitados, a coletividade fortalece o movimento, que procura resolver os problemas da melhor maneira possível. Gastos com escola, comida, remédios, roupas, calçados são providenciados para as famílias com necessidades, que são ajudadas pelos outros trabalhadores e pela rede de apoio. Há muitas mulheres grávidas que foram abandonadas por seus companheiros, realidade que causa depressão e intensifica as dificuldades dessas mães, que tem na coletividade um auxílio fundamental.

O modelo de cidade¹⁶ e urbanização do capital relaciona-se diretamente com os problemas da migração e da moradia. As ocupações de terras e edificações por movimentos sociais, ou na forma individual e familiar em ação espontânea, ocorrem no contexto de mercantilização da cidade. As condições vivenciadas pelos trabalhadores empobrecidos nas cidades são precárias, podendo até ser desumanas e insalubres. No caso específico dos trabalhadores migrantes em dificuldades econômicas, a realidade na cidade do capital pode ser ainda pior. Podem acabar na pior das hipóteses integrando a população em situação de rua, morando de aluguel em moradias precárias, situação que compromete a maior parte da escassa renda desta fração do proletariado urbano empobrecido. É importante compreender que:

O urbanismo é então a concretização da tarefa ininterrupta que resguarda o poder de classe, tendo como intenção nem sempre aplicável, a expulsão das áreas nobres e, em seguida, a atomização dos pobres em zonas consideradas periféricas, pobres cuja presença torna-se indesejável nas áreas de realização de lucros e status. (REIS, 2015, p. 84).

O problema da moradia não é um problema de capacidade técnica ou de recursos naturais em uma sociedade que busca o bem-estar e o desenvolvimento

¹⁶ A experiência dos trabalhadores na cidade do capital se desenvolve em um contexto sociocultural, onde os elementos da vida urbana tornam-se mercadorias. Na situação específica da região da Grande Florianópolis, ocorre que a base estrutural para a organização social e econômica ainda é permeado por um modelo de cidade forjado no período do regime militar.

das relações sociais de produção, é sim uma escolha política determinada em última instância por uma necessidade econômica estrutural da classe dominante, visando manter-se no poder. O lugar em que a classe trabalhadora habita, produz e reproduz sua vida material, está relacionado diretamente com a maneira como ela se insere no mundo do trabalho.

Considerações Finais

Há uma associação entre as expropriações históricas e contemporâneas, e entre os processos de expropriação e exploração que produzem os problemas da migração e da falta de moradia. Recebendo baixos salários ou em situação de desemprego, os trabalhadores experimentam situações de pobreza e precarização, muitas vezes sem moradia, com alimentação insuficiente e de baixa qualidade, pouca escolarização e qualificação, acabam sendo expulsos dos seus locais de origem e/ou compelidos a ocupar e lutar pelo direito à moradia e à cidade.

Os trabalhadores migrantes vivem uma experiência comum de expropriação/exploração no sistema capitalista e na sociedade burguesa, mas que contém em si a possibilidade de forjar uma organização e consciência, provocando o entendimento das relações sociais em que se encontram. A ocupação é uma ação fundamental para os trabalhadores sem-teto continuarem a produzir e reproduzir suas vidas, pois as saídas propostas pelo capital para a resolução de seus problemas não garantem sua sobrevivência. Sendo assim, concluímos que a Ocupação Contestado é expressão, por um lado, do processo de expropriação e exploração no trabalho, da ausência de moradia e da violência do estado. De outro, revela a indignação e a capacidade de luta dos trabalhadores que passam a se organizar. Esse processo forja uma experiência de vida com caráter educativo, nos termos de Thompson (2008), a experiência vivida altera a experiência percebida, levando-nos a afirmar que a ocupação educa.

As trajetórias das mulheres migrantes entrevistadas expressam a situação de vida dos trabalhadores em geral. Suas histórias se entrelaçam. Elas revelam uma vida de expropriação, mas também revelam determinação e bravura. Essas mulheres vindas de lugares diferentes do Brasil se encontraram na Ocupação

Contestado. Hoje são lideranças do movimento, forjadas na própria base, por meio da experiência.

Referências

CAMPOS, E. C.; FALCÃO, L. F.; LOHN, R. L. (Orgs.). **Florianópolis no tempo presente**. Florianópolis: UDESC e IOESC, v. 1, 2011.

CANELLA, F. O movimento dos sem-teto em Florianópolis: mudanças no perfil dos atores e práticas (1990 – 2014). **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 50, nº 2, 2016.

DALMAGRO, S. Movimentos sociais e educação: uma relação fecunda. **Revista Trabalho Necessário**, v. 14, nº 25, 2016.

FONTES, V. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. 2ª ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

MARICATO, E. **A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial**. São Paulo: Alfa-Omega. 1979.

MARICATO, E. **Metrópole, legislação e desigualdade**. Estudos Avançados, v. 17 nº 48, 2003.

MARICATO, E. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, K. **O Capital** - crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2013.

PEREIRA, L. L.; VENDRAMINI, C. R. Migração, jornada de trabalho e educação de jovens e adultos: (im)possibilidades de conciliação do trabalho e da escola. **Revista Trabalho Necessário**, v. 19, nº 40, 2021.

QUEIROZ, J. G. O. **As condições de vida, de trabalho e de escolarização dos migrantes nordestinos da construção civil na UFSC**. 2018. 231f. Dissertação (Mestrado em Educação) - UFSC, Florianópolis.

REIS, A. **Trabalho infanto-juvenil, impactos e dilemas do ECA: a luta por direitos na justiça do trabalho - TRT 12 (Florianópolis, década de 1990)**. 2016. 329f. Tese (Doutorado em História Econômica) - USP, São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-08092016-120826/>>. Acesso em 30 de maio de 2019.

SILVA, L. **A experiência de trabalhadores migrantes na Ocupação Contestado em São José/SC.** 2019. 137f. Dissertação (Mestrado em Educação) - UFSC, Florianópolis.

SILVA, L. **Cultura de ocupação urbana: histórias da luta popular por terra e moradia nas cidades de Florianópolis e São José.** 2015. 62f. Monografia (Graduação em História) – UESC, Florianópolis.

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre seu estudo. In: MOURA, H. A. de (Coord.). **Migração interna: textos selecionados.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil - BNB, Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste, t. 1, p. 211-244. (Estudos econômicos e sociais, 4), 1980.

THOMPSON, E. P. **A Economia Moral da Multidão na Inglaterra do Século XVIII.** Lisboa: Antígona, 2008.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum.** Trad. de Rosaura Eicheberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros.** Uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1981.

VENDRAMINI, C.R. **A categoria migração na perspectiva do materialismo histórico e dialético.** Revista Katalysis, v. 21, 2018.

A ESCOLA ÚNICA DO TRABALHO E A EXPERIÊNCIA EDUCACIONAL DE MOISEY M. PISTRAK: REFLEXÕES SOBRE O LEGADO DA PEDAGOGIA SOCIALISTA SOVIÉTICA¹

Marilei Leal da Cruz²
Franciele Soares dos Santos³

Resumo

Este trabalho tem por objetivo refletir sobre o legado da Pedagogia Socialista Soviética, principalmente no que se refere à compreensão da necessidade da relação entre trabalho e educação na formação humana. As reflexões pautam-se no estudo dos princípios e dos fundamentos da Escola Única do Trabalho, bem como da experiência educacional desenvolvida por Moisey M. Pistrak. Como resultado, destacamos que há legados importantes deixados pela Pedagogia Socialista Soviética, pois apresenta caminhos para repensarmos a relação trabalho, educação e ensino na atualidade.

Palavras-chave: Trabalho e educação; Pedagogia Socialista Soviética; Escola Única do Trabalho; Moisey M. Pistrak.

LA ESCUELA LABORAL ÚNICA Y LA EXPERIENCIA EDUCATIVA DE MOISEY M. PISTRAK: REFLEXIONES SOBRE EL LEGADO DE LA PEDAGOGÍA SOCIALISTA SOVIÉTICA

Resumen

Este artículo trata del legado de la Pedagogía Socialista Soviética, especialmente en lo que respecta a la comprensión de la necesidad de la relación entre el trabajo y la educación en la formación humana. Las reflexiones se basan en el estudio de los principios y los fundamentos de la Escuela Única de Trabajo, así como en la experiencia educativa desarrollada por Moisey M. Pistrak. Los resultados demuestran que hay importantes legados dejados por la Pedagogía Socialista Soviética, porque presenta en el camino de repensar la relación entre el trabajo, la educación y la enseñanza hoy.

Palabras clave: Trabajo y educación; Pedagogía Socialista Soviética; Escuela Única del Trabajo; Moisey M. Pistrak.

THE SINGLE LABOR SCHOOL AND MOISEY M. PISTRAK'S EDUCATIONAL EXPERIENCE: REFLECTIONS ON THE LEGACY OF SOVIET SOCIALIST PEDAGOGY

Abstract

This paper deals with the legacy of Soviet Socialist Pedagogy, especially in relation to the understanding of the need for the relationship between labor and education in human formation. The reflections are based on the study of the principles and the foundations of the Single School of Labor, as well as the educational experience developed by Moisey M. Pistrak. The results show that there are important legacies left by Soviet Socialist Pedagogy, as it presents ways to rethink the relationship between labor, education, and teaching today.

Keywords: Labor and Education; Soviet Socialist Pedagogy; Single School of Labor; Moisey M. Pistrak.

¹ Recebido em 27/07/2022. Primeira avaliação: 12/08/2022. Segunda avaliação: 17/08/2022. Aprovado em 17/09/2022. Publicado em 11/10/2022. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v20i4.55379>.

² Mestranda em Educação pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Professora de Educação Infantil efetiva no município de Marmeleiro-PR. E-mail: marileileal2015@outlook.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8498079368133214>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0045-2990>.

³ Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pelotas-UFPel. Professora do curso de Pedagogia e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: sfrancielesoares@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8310447915314417>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5115-0127>.

Introdução

Buscar compreender o legado que a Revolução Russa nos deixou, por meio de um arcabouço teórico e prático de experiências educativas que culminaram na construção da Pedagogia Socialista Soviética, é um grande desafio, especialmente no contexto atual. De acordo com Bahniuk e Dalmagro (2021), o período pós-revolucionário foi marcado pela existência simultânea entre as velhas e as novas políticas e relações sociais. A Revolução estava permeada de contradições, pois a Rússia e as demais nações que formavam a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) buscavam, em meio ao restante do mundo capitalista, a construção do socialismo. Além disso, o país vivia uma situação de desordem econômica, política e social, fome, pobreza, atraso industrial, analfabetismo, entre outras limitações, herdadas do imperialismo czarista. Portanto, para construir uma nova sociedade, os revolucionários enfrentaram muitos desafios, o que exigiu persistência, criatividade e muito trabalho. Esses dedicaram atenção especial às crianças e aos jovens, investindo no desenvolvimento da Pedagogia Socialista Soviética, a qual procurou a articulação entre o trabalho, a educação e o ensino, possibilitando a participação de todos na vida social e política.

A educação, desse modo, teve uma função fundamental, estando à serviço da construção do socialismo. O Comissariado do Povo para a Educação (Narkompros) desenvolveu um árduo trabalho no enfrentamento do analfabetismo, na organização das escolas, na formação dos professores, na organização dos coletivos infantis e da juventude, bem como na articulação do ensino com o trabalho produtivo socialmente útil, por meio da construção da Escola Única do Trabalho. Considerando a educação como prioridade, os revolucionários iniciaram uma campanha nacional para a alfabetização, visto que o alto índice de analfabetos no país impedia o acesso ao conhecimento, à cultura e à ciência. Com isso, foi realizado um grande investimento na educação, nunca feito, além do desenvolvimento de uma pedagogia fundamentada no materialismo histórico-dialético.

Diante disso, dois são os objetivos centrais neste texto: (i) refletir sobre o legado da Pedagogia Socialista Soviética, principalmente no que se refere à compreensão da necessidade da relação trabalho e educação na formação humana,

a partir do estudo dos princípios e fundamentos da Escola Única do Trabalho, e sobre a proposta educativa e experiência educacional de Moisey Mikhaylovich Pistrak (1888-1937); (ii) e situar, mesmo que brevemente, a relevância do legado da Pedagogia Socialista Soviética, reafirmando a sua importância para o avanço da pedagogia marxista e para o enfrentamento da Pedagogia do Capital na atualidade.

Para tanto, realizamos o estudo de alguns dos documentos históricos escritos pelo Comissariado do Povo para a Educação (Narkompros), presidido até 1929 por Anatoli Vassilievitch Lunatcharsky (1875-1933). Esses documentos estão anexados ao livro *A Construção da Pedagogia Socialista* (2017), de autoria de Nadezhda Konstantinovna Krupskaya (1869-1939). Além disso, revisitamos as principais obras escritas por Moisey Pistrak, a saber: *Fundamentos da Escola do Trabalho* (2003a, 2018b) e *A Escola-Comuna* (2009).

A fim de apresentarmos o resultado dessa investigação, na primeira parte do texto, abordamos aspectos relacionados aos princípios e aos fundamentos que foram determinantes para o processo de organização da proposta da Escola Única do Trabalho. Na segunda parte, explicitamos a experiência coordenada e desenvolvida por Moisey M. Pistrak na Escola-Comuna Lepeshinsky, assinalando a importância das categorias pedagógicas que reforçam a relação trabalho e educação como elemento fundamental que liga a prática educativa à vida, e que, portanto, deveriam ser constituintes da nova forma escolar. Nas considerações finais, reforçamos a necessidade de a pedagogia socialista soviética ser conhecida, apropriada e potencializada na atualidade, bem como ressaltamos a sua importância para o avanço da pedagogia marxista e para o enfrentamento da Pedagogia do Capital na atualidade.

Princípios e fundamentos da Escola Única do Trabalho

Freitas (2012) esclarece que a terminologia *Escola Única do Trabalho* estava vinculada à ideia de uma escola comprometida com a construção de uma nova sociedade, sendo um instrumento a favor da conscientização e da emancipação da classe trabalhadora. Os termos *única* e *trabalho* indicavam, respectivamente, a sua não dualidade, ou seja, há uma forma de organização escolar e curricular comum a

todos, e a compreensão do trabalho como princípio educativo, com ênfase na formação politécnica.

Antes mesmo da Revolução, os pedagogos socialistas já pensavam sobre a construção de uma nova escola. Esse movimento se tornou ainda mais forte com a tomada de poder pela classe trabalhadora, em outubro de 1917. No centro das discussões sobre a criação e a organização da nova escola, a educadora socialista Krupskaya reforçava a necessidade da transformação da escola do ensino em escola do trabalho de caráter politécnico. Ao refletir sobre o processo de construção da escola socialista, Krupskaya denunciava que a escola pública destinada aos trabalhadores até então estava pautada na ciência livresca, isolada da vida e pregava o culto ao Estado burguês: “[...] em poucas palavras, a tarefa da escola pública é manter os estudantes com a moral burguesa, diminuir sua consciência de classe, fazer deles um rebanho obediente, fácil de controlar” (KRUPSKAYA, 2017, p. 68). De acordo com a pedagoga socialista, a escola do trabalho somente prosperaria diante de uma democracia operária, caso contrário, permaneceria contra os interesses da classe trabalhadora.

Os educadores socialistas compreenderam a necessidade da organização de uma escola que rompesse com a forma histórica escolar capitalista, pois as propostas da Pedagogia Socialista Soviética tinham como um de seus objetivos principais repensar o trabalho pedagógico e construir uma antítese à forma escolar naquele contexto histórico, mesmo com limites e contradições, com vistas à sua transformação. Logo após a Revolução, foram criados vários órgãos educacionais que tratavam das questões relacionadas à educação: O Ministério da Educação Nacional; A Comissão Estatal para a Educação; O Comitê Executivo dos Sovietes; O Comitê Estatal para a Educação Nacional; e a Assembleia Constituinte (FREITAS, 2020). Os documentos históricos produzidos pelo Comissariado da Educação do Povo expressam a compreensão da importância da educação pelo trabalho na formação humana e para a construção da nova sociedade socialista, entre os quais citamos: a Proclamação do Comissário do Povo para a Educação (1917); a Deliberação do Comitê Executivo Central de Toda a Rússia (1918); e a Declaração sobre os Princípios Fundamentais da Escola Única do Trabalho (1918).

Na Deliberação do Comitê Executivo Central de Toda a Rússia (1918), documento que aborda o regulamento sobre a Escola Única do Trabalho da

República Socialista Federativa Soviética, o primeiro artigo esclarece que: “É atribuído o nome Escola Única do Trabalho a todas as escolas da República Socialista Federativa Soviética, que estejam na jurisdição do Comissariado do Povo para a Educação, com exceção das instituições de ensino superior.” (CVERDLOV et al., 2017). Nesse mesmo documento, a partir do artigo 12º, encontramos os princípios fundamentais da escola do trabalho e da relação entre trabalho e educação:

Artigo 12º. Na base da vida escolar deve estar o trabalho produtivo, não como meio de pagamento dos gastos de manutenção das crianças e não só como método de ensino, mas especialmente como trabalho produtivo socialmente necessário. Ele deve ser fortemente organizado em ligação com o ensino, lançando a luz do conhecimento a toda a vida circundante. Gradualmente sendo cada vez mais complexo, devendo ir além do entorno imediato da vida da criança, o trabalho produtivo deve familiarizar a criança com uma ampla variedade de formas de produção, até as mais complexas (CVERDLOV et al., 2017, p. 278-279).

No inciso 1, o artigo afirma que o trabalho assume um princípio educativo se for criativo, alegre, livre de violência física e psicológica contra a personalidade dos estudantes, bem planejado e organizado socialmente. No inciso 2, repudia a antiga forma repressiva de disciplinamento, pois, na nova escola, o trabalho tem o papel de educar e formar nas crianças uma disciplina saudável, com senso de responsabilidade e coletividade. Dessa forma, “[...] as crianças têm participação viva em todos os processos de trabalho da vida escolar, entre os quais as questões de organização que surgem da divisão do trabalho e que devem desempenhar um papel educativo muito importante” (CVERDLOV et al., 2017, p. 279).

Com isso, entendemos que o trabalho coletivo e a participação efetiva das crianças e dos jovens na organização de todo ambiente escolar eram as bases da formação daquela e das futuras gerações da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Podemos notar que, desde o início, o trabalho como princípio educativo era um elemento central na construção da Pedagogia Socialista Soviética.

Outro documento importante é a Declaração sobre os Princípios Fundamentais da Escola Única do Trabalho (1918), de autoria de Lunatcharsky, que apresenta as mudanças e as principais características das novas escolas soviéticas, ocasionadas pela reforma educacional após a revolução. O Comissário do Povo para a Educação, órgão responsável pela educação na reorganização estatal, ressalta que os resultados não seriam imediatos, pois a realidade naquele primeiro

momento era muito crítica. De acordo com Lunatcharsky (2017b), os obstáculos eram vários, a exemplo do número insuficiente de instituições de ensino, professores despreparados, dentre outras dificuldades herdadas da antiga escola. Os esforços eram grandes, e a relação do Comissariado com parte do magistério reacionário era conflituosa, o que tornava a complexa tarefa de reformar a escola ainda mais difícil, pois, para que isso acontecesse, era necessário o comprometimento de todos. O autor ainda comenta que, inicialmente, a reforma seria parcial, mas as mudanças continuariam acontecendo até se chegar a uma escola realmente popular. Para ele:

A reforma da escola, depois da Revolução de Outubro, tem obviamente o caráter de um ato de luta das massas pelo conhecimento, pela educação. O Comissariado da Educação deve, o mais rapidamente possível, destruir os privilégios de classe também neste campo, que talvez seja o mais importante. A questão não está em apenas torná-la acessível para todos na forma como ela é, pois que assim como ela foi feita pelo regime passado, ela não serve para as massas trabalhadoras. Trata-se de sua reconstrução radical no espírito de uma escola verdadeiramente popular (LUNATCHARSKY, 2017b, p. 286).

Do ponto de vista dos educadores socialistas, a nova escola, além de ser gratuita e acessível, deveria ser única e do trabalho. Contudo, destaca-se no documento que a escola não deve ser única em todos os níveis horizontalmente, mas precisava ser única verticalmente. Isso quer dizer que os estudantes tinham aptidões e disposições diferentes, mas que todos deveriam cursar disciplinas entendidas como unificadoras da formação e do ensino. A Escola Única do Trabalho não era encarada como um centro de treinamento profissionalizante, capaz de formar os sujeitos para desempenhar apenas um ofício na sociedade. Os educadores socialistas defendiam a educação politécnica, que proporcionava às crianças, “[...] na prática, o conhecimento dos métodos de todas as mais importantes formas de trabalho, em parte na oficina escolar ou na fazenda escolar, em parte nas fábricas, usinas e semelhantes” (LUNATCHARSKY, 2017b, p. 290). Podemos considerar que o trabalho seria o eixo articulador da escola, por meio do qual as crianças se familiarizavam com o meio ambiente natural e social. De acordo com Freitas (2017, p. 09), “para os pedagogos deste período, a escola deveria estar envolvida na criação da nova vida social, cujas possibilidades estavam sendo abertas pela revolução; portanto, deveria se envolver profundamente na formação de um novo ser humano imerso na vida social”.

Na Escola Única do Trabalho, a aprendizagem ativa e a autonomia dos estudantes eram elementos fundamentais. As crianças conduziam projetos e pesquisas individuais e em grupo, porém, é importante destacar que todas essas atividades eram realizadas com a mediação e a supervisão dos professores e dos colegas mais velhos. Todos os trabalhos feitos pelos alunos tinham conteúdo relevante e objetivo, e as ações dos professores continham intencionalidade pedagógica, já que a escola do trabalho precisava ser ativa e criativa, mas não espontaneísta e superficial.

Nos períodos de trabalhos livres, os estudantes faziam suas pesquisas, composições, modelos, desenhos, pinturas, coleções. Conforme a escolarização avançava, as disciplinas ocupavam espaço ao lado da enciclopédia, sendo que as disciplinas representavam o estudo sistemático ministrado por professores especializados. No primeiro nível, a enciclopédia infantil era formada por jogos, passeios, palestras, teatros, excursões, aulas teóricas, práticas e em laboratórios, atividades de desenho, pintura e colagem, realizadas de maneira individual e coletiva. No segundo nível, a apropriação sistematizada do conhecimento se torna a principal atividade, mas sem deixar de lado a enciclopédia infantil (LUNATCHARSKY, 2017b).

Para Lunatcharsky, nos níveis mais altos de ensino, priorizava-se o estudo da cultura humana em ligação com a natureza. A metodologia era pensada e efetivada por meio da apropriação pelo trabalho, ou seja, os conteúdos eram estudados não somente a partir da teoria, mas também combinados com o trabalho. Como já dito anteriormente, o trabalho era muito valorizado e sua prática levada a sério. Na Declaração, fica evidente que o trabalho é a base do ensino na nova escola, “[...] devendo ser trabalho verdadeiramente produtivo, com participação verdadeira do estudante na vida econômica do país” (LUNATCHARSKY, 2017b, p. 294). Contudo, o autor indica que o trabalho não poderia representar riscos à saúde das crianças e dos jovens. O trabalho desenvolvido nas escolas deveria ser de natureza politécnica, possibilitando a aprendizagem dos fundamentos científicos de vários ramos da produção, assim como a base das ciências sociais e naturais.

Além da categoria pedagógica trabalho, o plano de estudos contemplava disciplinas estéticas (modelagem, desenho e pintura, composição, canto e música), capazes de desenvolver a criatividade, a fantasia, a memória, a atenção, a

habilidade. A música, por sua vez, estava conectada ao aprimoramento do ouvido, apreciação dos sons. Nesse sentido, Lunatcharsky (2017b, p. 296) destacava a importância da educação estética como responsável pelo desenvolvimento dos órgãos dos sentidos e habilidades criativas, pois “[...] a educação científica e do trabalho sem este elemento estaria sem alma, porque a alegria da vida em apreciar e criar é o objetivo final tanto do trabalho, como da ciência”. Da mesma forma, o autor pontua que o princípio do trabalho estimula o desenvolvimento físico das crianças. Essa função, contudo, é mais trabalhada com o exercício da ginástica, das modalidades esportivas e dos jogos, desenvolvendo a força, a agilidade, e a habilidade, no sentido das ações sociais. Outra questão importante para os pedagogos soviéticos era a alimentação saudável e o bem-estar dos estudantes, que contavam com acompanhamento médico.

A organização da rotina das crianças era pensada de modo que a duração das aulas ou dos trabalhos programados se estendesse em torno de quatro horas diárias no primeiro nível e até seis horas no segundo nível, sendo o restante do tempo destinado a atividades livres e descanso dos alunos no ambiente escolar. Por conta das condições climáticas na URSS, com muita neve e baixas temperaturas, o ano letivo era dividido da seguinte forma: no inverno, eram realizadas atividades usuais; no verão, os trabalhos aconteciam ao ar livre, no estilo agrícola.

O desenvolvimento das habilidades pessoais contribuiria para a construção coletiva, uma vez que a individualidade dos estudantes deve ser respeitada, porém, a coletividade e a luta pelo bem comum precisavam estar acima das aspirações individuais. Outros objetivos da nova escola eram o de diminuir a quantidade de alunos atrasados e ser comum para todos, sem distinção de gênero.

A Declaração sobre os Princípios da Escola Única do Trabalho ainda registra outra categoria importante, a da auto-organização, sem a qual não seria possível o desenvolvimento da autonomia, da coletividade e do senso de responsabilidade, por exemplo. Segundo Lunatcharsky (2017b, p. 303-304), a auto-organização dos estudantes é dividida em três aspectos:

Primeiro, a participação dos estudantes nos conselhos administrativos das escolas, de acordo com as regras indicadas na Deliberação sobre a Escola Única. Segundo, esta auto-organização é de grupos puramente de estudantes. [...] A classe ou qualquer outro grupo de estudantes deve auto-organizar toda a massa. Para isso, organiza-se o maior número possível de postos de trabalho. [...]

Esses cargos não devem ser de longa duração. As crianças devem responder por eles de um dia até duas semanas. A mudança deve acontecer pela ordem ou por sorteio. [...] Terceiro, aos estudantes deve ser dada completa liberdade na questão da organização de qualquer tipo da sociedade temporária ou contínua. Deixe-os organizar círculos científicos, redação de jornais, clubes políticos, sociedades para organizar exposições, para esporte para organização de bailes, espetáculos, corais, orquestras etc.

A Declaração tinha função de estabelecer um tipo comum de escola, enfatizando que a realização dos planos elaborados depende dos recursos financeiros vindos do Estado e do nível de preparação dos professores. Para colocar os professores em contato com os princípios e o método de ensino da escola do trabalho, foram organizados cursos de formação para esses profissionais, estimando-se um período de quatro anos até que todos os educadores pudessem cursá-los. Foi a partir desses princípios e fundamentos que o Estado soviético incentivou a criação de escolas do trabalho demonstrativas, também conhecidas como Escolas-Comunas, que serviam como experiência para o desenvolvimento de organização e gestão da nova escola.

Moisey M. Pistrak foi um dos educadores que contribuiu no processo de construção e de materialização dos princípios da Escola Única do Trabalho, nas experiências que coordenou no âmbito das Escolas-Comunas. A partir da próxima seção, explicitamos a experiência coordenada e desenvolvida por Moisey M. Pistrak na Escola-Comuna Lepeshinsky.⁴ Ao fazermos isso, assinalamos a importância das categorias pedagógicas, destacando como essas retomam a concepção revolucionária de educação e de formação humana presentes nos escritos marxianos e como reforçam a relação entre trabalho e educação como elemento fundamental que liga a prática educativa à vida, e que, portanto, devem ser constituintes da nova forma escolar.

⁴ As Escolas-Comunas se configuravam como “[...] um local de agregação de grandes e experientes educadores que se dedicavam a criar as novas formas e conteúdos escolares sob o socialismo nascente com a finalidade de transferir conhecimentos para as escolas regulares, de massa”. (FREITAS, 2009, p. 13-14). De acordo com a Enciclopédia Pedagógica Russa citada por Freitas (2009, p. 14), “Lepeshinsky fundamentou o modelo de Escola-Comunas como instituição de ensino de novo tipo, isto é, comunidade constituída por princípios de autodireção, autosserviço e organização de uma ‘forma inteligente de trabalho’”.

Proposta e experiência educacional de Moisey M. Pistrak

Moisey Mikhailovich Pistrak, educador e militante nascido em 1888, foi um dos educadores responsáveis pela elaboração e organização da Pedagogia Socialista Soviética. Pistrak, atuou ativamente durante as duas primeiras décadas da Revolução Russa (1917-1931), na construção da Escola Única do Trabalho e no desenvolvimento da pedagogia marxista. Era doutor em Ciências Pedagógicas, professor e membro do Partido Comunista. Entre 1918 e 1931, trabalhou no Narkompros, e, no mesmo período, conduziu por cinco anos a Escola-Comuna do Narkompros, chamada Lepeshinsky. De 1931 a 1936, trabalhou no Instituto de Pedagogia do Norte do Cáucaso, sendo, em 1936, diretor do Instituto Central de Pesquisa Científica de Pedagogia, junto ao Instituto Superior Comunista de Educação (FREITAS, 2018).

Sob a direção de Pistrak, a Escola-Comuna Lepeshinsky foi a que mais se destacou, apresentando os primeiros resultados da nova organização escolar socialista. Ainda que pequeno, o progresso era visível. Com criatividade e muito esforço, o pedagogo russo tratava principalmente dos problemas educacionais, dos métodos de ensino e do papel do trabalho como o cerne da nova escola soviética, pois a escola em construção também fazia parte do projeto de transformação social. Portanto, suas reflexões foram embasadas em sua prática de professor e militante socialista que desejava construir uma proposta pedagógica direcionada aos interesses da sociedade comunista.

Em 1924, escreveu “Os problemas fundamentais da Escola do Trabalho”, em que apresentou elementos essenciais para a compreensão da proposta educacional socialista. Segundo Pistrak (2018), para o desenvolvimento de uma educação baseada nos fundamentos do socialismo, torna-se necessária a compreensão de três elementos centrais: a) sem teoria pedagógica revolucionária não pode haver prática pedagógica revolucionária; b) a teoria marxista é a teoria da transformação; c) a teoria pedagógica comunista só se tornará ativa e eficaz quando o próprio professor assumir o papel de um militante social ativo no seio da nova escola.

Para ele, a teoria pedagógica revolucionária é a teoria marxista, a qual o autor denomina, ao longo de sua obra, de *a teoria da transformação*. Em Pistrak, é imprescindível a instrumentalização dos alunos com o ensino do conhecimento

científico e da filosofia marxista, pois somente assim a classe trabalhadora poderia almejar a transformação social.

Os fundamentos teóricos da proposta educativa de Moisey Pistrak estavam conectados às teses pedagógicas de Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895), sendo essas suas principais influências. Com base na teoria desses autores, Pistrak foi um dos responsáveis pela criação e realização das primeiras experiências educativas de caráter socialista. O educador russo buscou nos escritos de Marx e Engels sobre trabalho e educação os fundamentos para a construção das experiências educativas no contexto pós-revolucionário na Rússia.

Como vimos anteriormente, a grande questão debatida pelos pedagogos socialistas soviéticos era sobre como deveria ser organizada a escola do trabalho soviética após a concretização da revolução. Assim como a nova sociedade socialista nasceu das ruínas do regime capitalista russo, a nova escola também surgiria por meio do anseio pela superação da forma escolar burguesa. Para ir além, os educadores soviéticos defendiam um novo conteúdo, uma nova forma de organização pedagógica, com novas finalidades educativas.

No contexto das Escolas-Comunas, temas importantes como o trabalho e a auto-organização foram experienciados sob o ponto de vista revolucionário da classe operária. Além disso, Pistrak (2018) afirma que a escola precisa ter finalidades socio pedagógicas, elencando categorias pedagógicas que formavam a base da escola do trabalho: a estreita ligação com a *atualidade* daquele período histórico, ou seja, a própria revolução; o *trabalho como princípio educativo*; e a *auto-organização* dos estudantes. Em síntese, a atualidade significava a luta contra o imperialismo capitalista, na busca pela solidificação da revolução, que era a construção de uma sociedade sem classes sociais. Com isso, ao mesmo tempo em que estuda a atualidade, a escola também tem o poder de transformá-la. Dessa forma, o autor explica:

Atualidade é tudo aquilo que na vida social de nosso tempo tem requisitos para crescer e se desenvolver, que se reúne em torno da revolução social vitoriosa e servirá para a construção da nova vida. Mas a atualidade também é aquela fortaleza capitalista contra a qual a revolução mundial conduz o cerco. Em resumo, a atualidade é o imperialismo em sua última fase e o poder soviético como ruptura no *front* do imperialismo, como brecha na fortaleza do capitalismo mundial [...] A atualidade deve ser compreendida como luta que se trava na brecha que foi aberta; toda esta luta será ampliada,

exacerbada e crescerá enquanto a vitória não vem pela revolução. (PISTRAK, 2018, p. 42).

Para educar pela atualidade, a escola precisava estar devidamente organizada, necessitando realizar um trabalho formativo com conteúdos diferentes daqueles lecionados na escola burguesa. A atualidade, antes ofuscada pelos velhos métodos da escola classista, naquele momento assumia a questão fundamental a ser entendida. Para isso, todo o trabalho pedagógico deveria estar focado no estudo da atualidade, compreendendo os fenômenos sociais a partir do ponto de vista marxista, de forma a romper com os antigos valores da velha escola.

A revisão dos conteúdos escolares para a escola do trabalho foi definida pela atualidade daquele período, que era a revolução socialista. A construção da pedagogia soviética aconteceu ao mesmo tempo em que os educadores socialistas se esforçavam para se distanciar das práticas do antigo programa, o que implicava um novo método de estudo, como destaca Pistrak (2018, p. 45):

O objetivo da escola não é apenas *conhecer* a atualidade, mas *dominá-la*. E aqui os métodos antigos de ensino são inúteis. É preciso tomar os fenômenos em suas relações mútuas, nas interações e dinâmica; é preciso demonstrar que os fenômenos da atualidade são parte essencial de um mesmo processo histórico geral de desenvolvimento; é preciso esclarecer a essência dialética do meio que nos cercam.

O autor se refere ao materialismo histórico-dialético como o método de análise que possibilita conhecer a essência dialética do processo histórico geral do desenvolvimento do mundo humano, algo que é possível por meio do estudo dos fenômenos e das suas relações que formam a totalidade social. Esse é um dos elementos que torna a pedagogia socialista essencialmente marxista, pois os pedagogos soviéticos utilizavam-se desse método para promover o ensino. Assim, entendemos que a finalidade da Pedagogia Socialista Soviética era a mesma da revolução social: a transformação da sociedade. Nesse contexto, para o educador socialista, a escola deve se assumir como parte integrante da atualidade, demonstrando para as crianças e os jovens que eles também fazem parte dessa luta. Isso significa que todos devem ter uma militância ativa, e, nessa batalha, a arma mais importante é o conhecimento. Desse modo, “cada estudante deve tornar-se um lutador e um construtor. A escola deve esclarecer a ele para quê,

contra quem e por quais formas ele deve lutar, o que e como ele deve construir e criar” (PISTRAK, 2018, p. 47).

Para desenvolver a auto-organização, as crianças precisavam passar por uma série de experiências organizativas nos mais variados órgãos. Cada estudante deveria saber dirigir as tarefas coletivas com a criatividade exigida para cada momento, mas também precisava aprender a se subordinar aos seus colegas. De acordo com Pistrak, tudo isso tem de ser encarado com discernimento e responsabilidade por cada criança e cada jovem. Nesse sentido, a auto-organização dos estudantes é um instrumento de formação e um meio para alcançar os objetivos da escola. Para entender melhor sobre o significado da auto-organização, Pistrak (2018) explica dois pontos importantes: o primeiro é que a constituição dos coletivos infantis é a base para a existência da auto-organização, pois esses órgãos desenvolvem a noção de coletividade, ao mesmo tempo em que unem as crianças em prol de um interesse coletivo; o segundo ponto elencado pelo pedagogo se refere às diversas formas de auto-organização dos estudantes, englobando todos os momentos em que as crianças se organizam coletivamente para tratar de assuntos, por exemplo, passeios, apresentações, recepções, pesquisas, trabalhos pedagógicos, entre outros temas que fazem parte da vida em grupo. Tudo isso contribui de maneira significativa no desenvolvimento infantil, além de acrescentar ao trabalho educativo.

Nas obras desse autor, podemos perceber a ênfase à conexão entre a escola e a vida, o que reafirma ainda mais a Pedagogia Socialista Soviética como uma pedagogia social. Se a atualidade é definida por Pistrak como o estudo da realidade atual vivida e as pessoas como protagonistas dessa história, então podemos entender a atualidade como o estudo da luta de classes travada historicamente entre a burguesia e o proletariado. Logo, o trabalho se torna o elemento central, pois a luta é justamente pela construção de uma nova sociedade, sem a existência de classes sociais e com formas sociais de trabalho mais justas. Dessa maneira, o trabalho também ocupa papel fundamental na escola, adentrando “[...] como um elemento social e socioeducativo, unificando ao redor de si todo o processo formativo-educativo” (PISTRAK, 2018, p. 56).

Na proposta educativa e escolar de Pistrak (2018), o trabalho era compreendido como elemento constituinte do ser humano, princípio educativo, e

condição necessária à emancipação humana e à formação omnilateral. Dessa forma, as Escolas-Comunas por ele coordenadas tinham como princípios-chave o trabalho, a auto-organização e a atualidade, sendo praticados desde o início do processo de escolarização.

O trabalho começou a ser introduzido nas escolas por meio de níveis crescentes de complexidade, que variavam de acordo com a idade e a disposição física das crianças: primeiro, o autosserviço formava hábitos de organização e de higiene; segundo, o trabalho nas oficinas com diferentes tipos de materiais; e terceiro, o trabalho fabril, que era visto como aquele que mais adentrava na atualidade e por isso estava no núcleo do processo educativo. Nesse sentido, todo o trabalho desenvolvido era de cunho socialmente útil, mas, para que isso ocorresse, a escola precisava estar ligada à atualidade e os estudantes devidamente auto-organizados.

O trabalho sob forma de autosserviço foi uma necessidade que nasceu em razão da condição miserável de existência das comunas, algo que passou a fazer parte do sistema educativo e formativo dos estudantes e professores. Nas palavras do autor:

[...] de um lado, é *necessidade*, causada pelas condições materiais de existência. [...]. Por outro lado, independentemente das condições materiais, nós transferimos para as mãos das crianças este ou aquele trabalho, particularmente aquele que ou tem caráter de autosserviço pessoal (arrumação da cama, remendos, costura parcial etc.), ou que dá espaço para iniciativa e criatividade (mutirão de fim de semana, trabalhos de massa), ou que são úteis pelas condições de trabalho, para a saúde das crianças (participação moderada nos trabalhos rurais no verão). [...] o trabalho em autosserviço reduz-se ao seguinte: *limpeza do prédio*, trabalho na *cozinha*, na *cantina*, organização da *sauna* e cuidados com a *lavanderia*, *calefação do prédio*, organização da *sala hospitalar e ambulatório*, entre outros tipos de trabalho (PISTRAK, 2009, p. 219-223).

O princípio de autosserviço - organização e comprometimento na execução das tarefas de cada membro - envolve toda a comunidade escolar, pois se um integrante não fizer seu trabalho bem-feito, compromete toda a organização da comuna, atrasando o andamento das tarefas e dos trabalhos diários. Para realização do serviço, eles eram divididos em grupos de 3 a 5 crianças, contando com um monitor em cada grupo responsável por acompanhar o trabalho realizado. As tarefas englobavam desde serviços domésticos a trabalhos no campo.

Para Pistrak, o autosserviço se remete ao trabalho mais simples, de menor complexidade laboral. Em contrapartida, ao mesmo tempo em que ele apoiava a prática do autosserviço, também defendia a necessidade de realização de trabalhos mais complexos nas Escolas-Comunas. Dessa forma, o autosserviço servia como um ponto de partida ou como uma base para os trabalhos que poderiam ser desenvolvidos para além de tarefas simples, pois o autosserviço precisava ir ganhando complexidade. A questão estava em formar, começando pelos trabalhos mais simples, por meio das mais variadas práticas de trabalho socialmente útil, de maneira que interligassem os conteúdos escolares com a realidade social.

Pistrak (2018, p. 72) alertava também, para o fato de que o autosserviço poderia dar uma noção desagradável do trabalho para os educandos, ou seja, segundo o educador, uma das limitações do autosserviço era quando este transformava o trabalho em um “[...] fardo pesado, às vezes pequenos trabalhos forçados, desenvolvendo aversão para com ele, o desejo de livrar-se mais depressa da obrigação desagradável, isto é, atinge-se em verdade um resultado contrário”. Por outro lado, também destacava a potencialidade do autosserviço, ao afirmar que este desenvolvia uma série de hábitos culturais importantes para o “novo modo de vida” presente no socialismo nascente. Assim, de acordo com Pistrak (2018, p. 72) “[...] é preciso examinar o autosserviço com este ponto de vista de luta por uma etapa superior ou, mais exatamente, com uma base para o desenvolvimento desta etapa superior de modo de vida cultural”.

A autodireção era necessária principalmente para desenvolver a autonomia nos estudantes. Era também uma forma de organizar a vida dos alunos, e, posteriormente, apoiá-los nas suas decisões e direções a serem tomadas fora do ambiente escolar. Por meio do Comitê Executivo (depois transformado em Comitê Organizacional), órgão de autodireção dos estudantes, eles participavam e opinavam nas reuniões que tratavam sobre os diversos assuntos ligados à comunidade escolar.

Todas as crianças se envolviam na direção e organização do trabalho escolar. Era “[...] a ideia básica da autodireção: autonomia razoável e real dos estudantes na esfera da sua vida espiritual, física e social” (PISTRAK, 2009, p. 262) na construção da nova escola para a nova sociedade, mediada pelo trabalho como princípio educativo e diretivo. Portanto, a tarefa da escola é, “[...] de forma *organizada*,

conduzir as crianças no meio ambiente social. [...] É preciso ajudar as crianças a tornarem-se participantes da grande vida social, [...] porque isso é a sua necessidade real atual” (PISTRAK, 2009, p. 271-272).

Já o trabalho nas oficinas funcionou com sucesso até 1921, quando a escola, aos poucos, foi deixando-as de lado. Em contrapartida, Pistrak afirma que as oficinas desempenham um papel importante na escola, por isso defendia a união delas com a grande indústria. O autor argumenta que “[...] a oficina deve ser o ponto de partida de uma série de fios que conduzem à produção. E estes fios definem o interesse ativo das crianças.” (PISTRAK, 2018, p. 83). O trabalho nas oficinas também contemplava os ofícios artesanais da cidade e do campo, que tinham grande relevância na economia soviética, pois seguiam uma série de exigências: elaboração de materiais diversos sobre as tecnologias e os ofícios mais necessários; as ferramentas e os métodos de trabalho devem ser os mais variados possíveis; e a possibilidade de ampla apropriação e criação técnica pelas crianças (PISTRAK, 2018). Nas oficinas as crianças trabalhavam com muitos tipos de materiais, entre eles a madeira, o metal, tecidos, papelão, assim, “[...] o significado fundamental das oficinas reside em ser o ponto de partida para a introdução na compreensão da moderna organização e técnica do trabalho.” (PISTRAK, 2018, p. 88).

O trabalho fabril estava no centro do processo educativo, pois abordava o estudo da fábrica na sua complexidade. Para Bahniuk e Dalmagro (2021, p. 119),

A Escola do trabalho envolvia o estudo da fábrica em toda sua amplitude e complexidade, desde a origem da matéria prima até o destino dos produtos, os aspectos geográficos, históricos, econômicos e culturais deste processo, o trabalho em toda sua cadeia, o lugar do produto na economia local e nacional. Desta forma, a escola não se restringe ao estudo da fábrica em si mesma ou de suas técnicas de trabalho, ainda que estas sejam importantes, mas inclui o trabalho e o estudo do trabalho dos jovens, numa visão de totalidade.

É importante deixar claro que a escola do trabalho não foi um projeto pensado e executado de forma assertiva, em todos os aspectos. Os educadores soviéticos tiveram que lidar com muitos problemas, de caráter teórico e prático. Os desafios eram grandes: havia professores que resistiam às mudanças, por estarem alinhados aos antigos métodos de ensino; as condições estruturais eram precárias; e os recursos financeiros bem limitados. Visto que a URSS vivia um contexto de pós-guerra, a realidade era difícil, havendo muitos órfãos e as escolas também

acabavam servindo de abrigo para as crianças, e não somente como centro cultural e de ensino da ciência.

As práticas educativas do educador russo estavam entrelaçadas à organização e à construção do socialismo. Pistrak realizou análises sobre a prática dos professores naquele contexto de mudanças e concluiu que não era somente o povo que precisava de uma nova educação, mas também os professores, de modo que pudessem desenvolver um trabalho articulado com a revolução. Os professores, compreendendo sua função política na edificação da nova sociedade, deveriam tornar-se sujeitos ativos e conscientes na criação do socialismo. Pistrak (2018) discute sobre problemas teóricos e práticos enfrentados pelos professores no cotidiano escolar, relacionados à metodologia, à didática, à organização e à escolha dos materiais. De acordo com o autor, essas questões eram fruto da velha forma escolar burguesa, que precisava ser superada pela nova escola do trabalho.

O educador dizia que, na busca da solução dos problemas teóricos e práticos, os professores devem ter consciência de que “[...] a pedagogia marxista pode e deve ser, antes de tudo, uma teoria socio pedagógica ligada às questões de desenvolvimento das relações sociais atuais, iluminadas pelo marxismo” (PISTRAK, 2018, p. 30). Nesse sentido, ele afirmava a influência política nas questões escolares, partindo dos discursos de Lenin:

Nossa tarefa no campo escolar é a luta pela derrubada da burguesia, e declaramos abertamente que a escola fora da vida, fora da política, é uma mentira e uma hipocrisia. [...] Chamar a educação de apolítica ou neutra não passa de uma hipocrisia da burguesia, isto não é outra coisa senão enganar as massas. [...] Em todos os estados burgueses constitui-se uma ligação extremamente forte do aparato político com a educação, embora a sociedade burguesa não possa reconhecê-lo abertamente. Entretanto, esta sociedade prepara as massas através da Igreja e por meio de toda organização da propriedade privada. Não podemos deixar de colocar francamente a questão, reconhecendo abertamente, apesar das antigas mentiras, que a educação não pode ser independente da política (LENIN apud PISTRAK, 2018, p. 30-31).

Nessa citação, evidenciamos a relevância da vinculação da escola à política em geral, visto que as instituições escolares promoviam formação política sólida para a juventude comunista. Essas formações também aconteciam com as massas, pois os revolucionários realizavam o trabalho de esclarecimento sobre a luta e a consciência de classe, aproximando-se cada vez mais do povo, em busca do

desenvolvimento dos princípios socialistas. Para Pistrak, a escola está conectada ao sistema social que rege a sociedade. Desse modo, no capitalismo, a educação se torna um instrumento ideológico e de dominação sob o controle da burguesia, o que fez com que uma das tarefas da revolução fosse revelar o caráter de classe da escola, rompendo com os laços classistas da escola burguesa, a fim de colocar a educação a serviço da revolução. Essa tarefa não era algo simples e fácil, haja vista que os educadores enfrentavam inúmeras dificuldades. A organização, os objetivos e os métodos precisavam ser novos, de acordo com as finalidades daquela escola do trabalho que estava em construção. Com a revolução, uma das funções assumidas por essa instituição foi de esclarecer os interesses de classe. Para tanto, era preciso que as pessoas entendessem, primeiramente, qual a natureza da luta da qual faziam parte, posteriormente, qual o lugar que a classe trabalhadora ocupava nessa luta e, por fim, qual o lugar que cada jovem deveria assumir nessa batalha, lutando a favor da construção da nova sociedade.

Para além dessas questões, era fundamental que considerassem as condições e o contexto em que a escola estava inserida, pois determinada prática pode funcionar bem em uma instituição, mas não em outra. Portanto, Pistrak afirmava que é necessário desenvolver ao máximo a criatividade individual e coletiva dos educadores, formando uma nova escola. Ele indica o compartilhamento das experiências nas escolas experimentais-demonstrativas para servir como referência para o magistério, bem como as críticas a elas dirigidas, vistas como oportunidade de aprendizagem.

Na ótica desse pensador, a teoria pedagógica comunista poderia tornar-se ativa na massa do magistério apenas quando cada professor fosse em alguma medida um ativista social. Isso envolveria que os docentes dominassem o método marxista e, conseqüentemente, as ideias comunistas da educação. Assim, todos os educadores, em todos os níveis de ensino deveriam tornar-se ativistas sociais (PISTRAK, 2018).

De acordo com Pistrak (2018), a escola do trabalho necessitaria refletir a realidade da revolução, respondendo aos anseios da classe trabalhadora. Compreendemos, desse modo, que o ensino escolar não é neutro, mas corresponde aos objetivos do regime social no qual está inserido, como afirma o autor:

Uma das tarefas básicas da revolução social consiste em esclarecer este caráter de classe da escola inserida em uma sociedade de classes e revelar esta natureza com a ditadura do proletariado. [...] a tarefa de educar as massas e assegurar o êxito da consolidação das conquistas e realizações revolucionárias. A revolução deve fazer isto também em relação à escola, porque a escola é uma superestrutura ideológica e um instrumento ideológico da revolução. (PISTRAK, 2018, p. 40).

Logo, a proposta educativa de Pistrak, a qual faz parte do legado educacional da Pedagogia Socialista Soviética, foi pautada na concepção marxista de educação e no método materialista histórico-dialético. Percebemos essas relações ao estudar as práticas pedagógicas do autor, as quais abordam a relação entre trabalho, educação e ensino; a formação omnilateral e politécnica; e a necessidade de compreender a realidade, a luta de classes e atuar sobre ela (BAHNIUK; DALMAGRO, 2021).

A questão central da pedagogia socialista, como consideramos, é o trabalho na escola. Além de ser o fundamento da educação, ele precisa estar conectado ao trabalho socialmente útil e à produção social. Junto ao trabalho, a atualidade e a auto-organização constituem-se elementos importantes que fundam a Pedagogia Socialista Soviética, como observamos tanto nas obras de Pistrak quanto nos documentos históricos apresentados.

Considerações finais

Experientiamos um momento de diferentes ofensivas direcionadas à educação, por isso, é urgente construirmos respostas, resistências e enfrentamentos contra a Pedagogia do Capital. Acreditamos que, apesar da Pedagogia Socialista Soviética ter sido uma experiência ensaiada há um pouco mais de 100 anos, ela tem enorme validade e potencialidade atualmente, considerando que ainda vivemos sob a égide do modo capitalista de produção.

A Pedagogia Socialista Soviética nos aponta caminhos importantes a serem seguidos, pois sua finalidade centra-se na emancipação humana, por meio da união entre trabalho e educação. Nesse sentido, avaliamos que estudar o pensamento pedagógico socialista soviético constitui-se como um caminho para lutarmos contra as pedagogias hegemônicas do capital. Por exemplo, aprendemos com Pistrak a importância de reconhecer a escola como fundamental na formação dos

trabalhadores, homens e mulheres, jovens e crianças, a fim de transformar a realidade atual e construir uma nova sociedade. Assim, a escola orientada por uma pedagogia revolucionária tornar-se-ia o espaço da ciência, da tecnologia e da cultura, responsável pela educação das futuras gerações.

Outro ensinamento é compreender a escola como espaço de disputa, o que envolve desde os conteúdos até a organização do trabalho pedagógico, para, desse modo, colocá-la a favor dos interesses da classe trabalhadora. Nessa perspectiva, concordamos com a afirmação de Bahniuk e Dalmagro (2021, p. 255):

[...] a Pedagogia Socialista é um projeto futuro, mas que se constrói desde já, recuperando em certo sentido experiências passadas, não para copiá-las, mas sim para refletir sobre elas e construir algo novo, condizente com o tempo histórico atual.

Por fim, afirmamos que há legados importantes deixados pela Pedagogia Socialista Soviética, como um rico arcabouço teórico e prático de experiências educativas, nas quais podemos apoiar nossas práticas educativas, com o intuito de repensarmos a relação entre trabalho, educação e ensino na atualidade, com vistas à formação humana integral de homens e mulheres.

Referências

BAHNIUK, C. Os desafios da construção da Pedagogia Socialista em tempos de ofensiva do capital e crise sanitária. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 22, nº 49, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/20681>. Acesso em 6 de julho de 2022.

BAHNIUK, C.; DALMAGRO, S. L. P. Shulgin e a pedagogia soviética nos anos de 1920. In: **Educação e Revolução: a Pedagogia Socialista Soviética**. MORAES, Leandro E. P. POMAR, Valter. (orgs). São Paulo: ELAHP: Escola Latino-americana de História e Política, 2021.

CVERDLOV, Y. M. et al. Deliberação do Comitê Executivo Central de Toda a Rússia (1918). In: KRUPSKAYA, Nadezhda K. **A Construção da Pedagogia Socialista**. 1ª ed. São Paulo, Expressão Popular, 2017.

FREITAS, L. C. A luta por uma pedagogia do meio: revisitando o conceito. In: PISTRAK, Moisey M. **A Escola-Comuna**. Tradução de Luiz Carlos de Freitas. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

FREITAS, L. C. Escola Única do Trabalho. In: CALDART, Roseli S. FRIGOTTO,

Gaudêncio (orgs). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro. São Paulo: EPSJV. Expressão Popular, 2012.

FREITAS, Luiz C. Prefácio. In: KRUPSKAYA, Nadezhda N. **A Construção da Pedagogia Socialista**. 1 ed. São Paulo, Expressão Popular, 2017.

FREITAS, L. C. **Pedagogia Socialista**: importância e atualidade. Entrevista cedida ao centro de estudos Karl Marx, Região Agreste. YouTube, 19 de jun. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cuFPwwqZ3hY&t=2327s>. Acesso em 13 de outubro de 2021.

FREITAS, L. C; CALDART, Roseli S. Apresentação. In: PISTRAC, Moisey M. **Fundamentos da Escola do Trabalho**. Tradução de Luiz Carlos de Freitas. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

KRUPSKAYA, N. K. **A construção da Pedagogia Socialista**. 1ª edição, São Paulo, Expressão Popular, 2017.

LUNATCHARSKY, Anatoli V. Proclamação do Comissário do Povo para a Educação (1917). In: KRUPSKAYA, Nadezhda K. **A Construção da Pedagogia Socialista**. 1ª edição, São Paulo, Expressão Popular, 2017a.

LUNATCHARSKY, A. V. Declaração sobre os Princípios Fundamentais da Escola Única do Trabalho (1918). In: KRUPSKAYA, Nadezhda K. **A Construção da Pedagogia Socialista**. 1ª edição, São Paulo, Expressão Popular, 2017b.

PISTRAC, M. M. **A Escola-Comuna**. Tradução de Luiz Carlos de Freitas. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

PISTRAC, M. M. **Fundamentos da Escola do Trabalho**. Tradução de Luiz Carlos de Freitas. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

EDUCAÇÃO INTEGRAL: UMA CONCEPÇÃO EM DISPUTA¹

Débora Spotorno Moreira Machado Ferreira²

Resumo

O presente artigo consiste na apresentação da educação integral sob a perspectiva dos projetos educacionais em disputa. Tomaremos como educação integral aquela que se baseia na concepção crítica e visa à superação da sociedade capitalista e à instauração do socialismo. Entretanto, esse é um termo comumente apropriado pelos discursos hegemônicos em uma perspectiva totalmente distinta da que defendemos. Por isso, compreender como a classe dominante vale-se dessa categoria é um esforço essencial para desconstruir seus argumentos e apresentar contra ela uma argumentação consistente.

Palavras-chave: Educação Integra; Escola unitária; Reforma do Ensino Médio.

EDUCACIÓN INTEGRAL: un concepto en disputa

Resumen

El presente artículo consiste en la presentación de la educación integral desde la perspectiva de los proyectos educativos en disputa. Tomaremos como educación integral, aquella que se base en la concepción crítica y tenga como objetivo la superación de la sociedad capitalista y la instauración del socialismo. Sin embargo, este es un término comúnmente apropiado por los discursos hegemónicos, en una perspectiva totalmente diferente a la que defendemos. Por lo tanto, comprender cómo la clase dominante usa esta categoría es un esfuerzo esencial para desconstruir sus argumentos y presentar una contraargumentación consistente.

Palabras clave: Educación Integral; Escuela Unitaria; Reforma Escolar.

INTEGRAL EDUCATION: a concept in dispute

Abstract

The present article consists of the presentation of integral education from the perspective of the educational projects in dispute. We will take as integral education, the one that is based on the critical conception and aims to overcome capitalist society and the establishment of socialism. However, this is a term commonly appropriated by hegemonic discourses, in a distinct perspective from the one we defend. Therefore, understanding how the ruling class uses this category is an essential effort to deconstruct its arguments and present consistent counter-argumentation.

Keywords: Integral Education; Unitary School; High School Reform.

¹ Artigo recebido em 14/07/2022. Primeira avaliação 07/09/2022. Segunda avaliação 17/09/2022. Aprovado em 23/09/2022. Publicado em 10/11/2022. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v20i4355215>.

² Doutoranda em Serviço Social na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Assistente social no Instituto Federal Fluminense, Campus Macaé. E-mail: deboraspotorno@gmail.com.
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6917562635160328>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9902-4683>.

Introdução

Pensar a educação integral e o que ela significa na educação básica brasileira do século XXI envolve compreender seus aspectos nas mais variadas, distintas e contraditórias percepções que resultam em projetos de educação em constante disputa na realidade, em pleno contexto de (contra)reforma do ensino médio.³

Nesse sentido, a compreensão de educação integral que aqui se apresentará como essencial e, de fato, integradora baseia-se em uma concepção crítica que defende a transformação da sociedade capitalista, sua superação e a instauração de uma outra forma de organização social: a saber, o socialismo.

Dito isso, o leitor está ciente de que a construção teórico-metodológica aqui usada irá conduzi-lo por uma leitura implicada, comprometida e radicalmente enraizada na concepção de que a educação, ao lado dos demais aparelhos de hegemonia, pode e deve ser constituída “para” e “pela” classe trabalhadora, para ela mesma, em um processo de autoformação que combata a alienação e promova uma nova concepção de mundo, fincada na filosofia da práxis. Logo, não há neutralidade neste ensaio, não há uma apresentação indiferente dos diversos pontos de vista acerca do que seja a educação integral e seus mais variados discursos e projetos, entre as distintas frações de classe da sociedade capitalista atual.

Toda exposição aqui realizada, mesmo que se mantenha fiel aos discursos apresentados, desde a escolha dos interlocutores até a seleção dos textos para a construção da análise, fizeram-se com base no envolvimento da autora com o tema e na sua defesa teórica e prática como assistente social da educação profissional e tecnológica de nível médio integrado ao técnico de um instituto federal brasileiro.

Para compreender a educação integral do ponto de vista da perspectiva crítica marxista, optamos por desenvolvê-la partindo do que defende Gramsci como Escola Unitária. Nesse sentido, temos o desenvolvimento dessa categoria como o primeiro ponto abordado no presente ensaio. Isso porque a compreensão de tal categoria deixará evidente o que defendemos como o verdadeiro modelo de educação integral, que seja capaz não de atender às transformações do capitalismo

³ Necessário ainda destacar que a educação integral aqui apresentada irá focar na sua concepção apenas para formação dos jovens entre 14 e 18 anos (que no Brasil diz respeito ao nível médio da educação básica), apesar de que, quando tratarmos da escola unitária em Gramsci, esta refere-se a um período que seria o que hoje conhecemos como a educação básica do fundamental ao médio.

e suas necessidades, mas sim de formar a classe trabalhadora para a luta pela superação desse sistema que a subjuga.

Posterior à apresentação da concepção gramsciana acerca de escola unitária, apresentamos as concepções de escola integral da burguesia, mais precisamente, do Banco Mundial, da burguesia nacional – do Centro de Estudos e Pesquisa em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec) – e o Programa de Educação Integral do Governo Federal (Programa Mais Educação de 2007), passando à análise da atual (contra) reforma do ensino médio como um espaço de disputa do empresariado nacional e internacional para a conformação da classe trabalhadora à lógica da acumulação flexível.

Discutimos a concepção de educação integral em disputa, e como essa se dá tanto no campo político e econômico quanto no ideológico, cuja educação constitui-se em espaço privilegiado, uma vez que contribui com a formação da classe trabalhadora. Para tanto, as diversas concepções acerca de educação integral são analisadas com a intenção de explicitar o real significado que elas carregam.

Posteriormente, são efetuadas a exposição e a análise da atual (contra) reforma do ensino médio, destacando todos os seus problemas, em especial o fato de ela alimentar uma formação dual, e institucionalizar o acesso desigual e diferenciado ao conhecimento, o que colabora com a precarização da formação da classe trabalhadora.

Por fim apresentamos uma perspectiva que aposta nas possibilidades de que se construam resistências e se fundem possibilidades concretas de instauração de uma educação forjada nos moldes da escola unitária. Para tanto, acreditamos que a intervenção pedagógica tem um papel decisivo nesse processo.

É diante dessa perspectiva, fundada em uma junção corajosa do pessimismo da razão com o otimismo da vontade, que este ensaio se posiciona, pois, uma vez que odiamos os indiferentes⁴, somos parte dos que não apenas fazem a crítica, mas se unem nas propostas de garantir novas alternativas.

⁴ Ver “Odeio os Indiferentes” (GRAMSCI, 2020). Nesse escrito, o filósofo pontua que a indiferença é apatia e não é vida, por isso ele odeia os indiferentes. A indiferença é o peso morto da história e o que atrasa as inovações. Ela afunda os entusiastas e desencoraja os empreendedores. Ela opera com força na história, opera passivamente, mas opera. Ao abdicar de decidir, de se expor, de tomar um lado, você acaba estando de um lado.

A escola unitária em Gramsci

Esse conceito gramsciano é provocador no sentido da compreensão de uma dimensão do real, ao oferecer apontamentos específicos, claros, objetivos e norteadores para a educação da classe trabalhadora, aqui entendida como a educação que o próprio trabalhador reivindica e constrói para si, pois a ele pertence a tarefa de exigir a escola do trabalho. Mais do que isso, não é um conceito puramente abstrato, pois carrega em sua formulação apontamentos concretos e práticos para essa escola de tipo unitário.

É no contexto da formação dos intelectuais orgânicos, e no debate de como se dá a formação de intelectuais de novo tipo que se vinculem organicamente às massas subalternizadas, que Gramsci constrói suas reflexões acerca dessa escola.

Nesse mesmo sentido, é também sobre as mudanças imbricadas na ciência e na tecnologia que destaca que as escolas de seu tempo estavam em descompasso com esses desafios, uma vez que se construía de maneira diferenciada para cada grupo social, reforçando a divisão existente no mundo do trabalho e reproduzindo-a no espaço formativo. A escola construía-se de maneira interessada, ou seja, vinculada aos interesses específicos da sociedade capitalista, com os destinos dos alunos já determinados de acordo com as funções socioeconômicas a eles destinadas.

Para o teórico, a forma de solução desse modelo e a forma de pensar a escola estavam na sua proposta de escola unitária, compreendida como uma escola capaz de assegurar autonomia, criação intelectual e prática e de, também, cada vez mais, garantir a capacidade de ser dirigente aos trabalhadores.

A crise terá uma solução que, racionalmente, deveria seguir esta linha: escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre de modo justo o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual. Deste tipo de escola única, através de repetidas experiências de orientação profissional, passar-se-á a uma das escolas especializadas ou ao trabalho produtivo. (GRAMSCI, 2001, p. 33).

Em Gramsci, a escola deve ser capaz de formar a todos de maneira igualitária, propiciando a qualquer ser humano o desenvolvimento de habilidades

semelhantes, tornando-os igualmente capazes de se tornarem dirigentes ou de controlarem os que dirigem.

Outro aspecto fundamental, e que está posto desde os seus primeiros escritos, é o de que seu embasamento filosófico é antitético às concepções filosóficas dominantes da época e, assim sendo, fundamenta-se nesse embasamento quando formula suas proposições para a escola unitária.

Cada ser humano, na sua individualidade, está imerso nas relações sociais das quais faz parte. A individualidade é socialmente construída e, em cada formação social, essa individualidade é distinta de outra, porque cada formação social, cada conjunto organizado de relações sociais, imprime aos que a constituem, enquanto um ser social coletivo ou individual, as suas marcas específicas. Logo, descarta qualquer teoria que pretenda justificar que alguns seres humanos, por sua natureza, são fadados à direção e à condução da vida social e outros são predestinados a ser alvo de determinações que lhe são exteriores, como meros executores.

Sua concepção de escola unitária desenvolve-se de maneira a opor-se ao processo escolar de seu tempo, em que a escola atendia aos interesses hegemônicos do capital. Oferecia-se aos dominantes e empresários uma formação propriamente intelectual para que perpetuassem seu processo de dominação sobre as massas, e a estas, uma formação exclusivamente instrumental ou para o trabalho, no seu sentido estrito e operário, mantendo-as, assim, na condição de dominadas. Logo, “a divisão fundamental da escola em clássica e profissional era um esquema racional: a escola profissional destinava-se às classes instrumentais, enquanto a clássica destinava-se às classes dominantes e aos intelectuais” (GRAMSCI, 2001, p. 33).

Segundo Gramsci (2001, p. 32), a civilização moderna tendeu a criar diversos tipos de escolas para formar os mais variados grupos de especialistas com vistas a atender às complexas práticas que se desenvolviam no interior do processo produtivo. Assim,

ao lado do tipo de escola que poderíamos chamar de “humanista” (e que é o tipo tradicional mais antigo), destinado a desenvolver em cada indivíduo humano a cultura geral ainda indiferenciada, o poder fundamental de pensar e de saber orientar-se na vida, foi-se criando paulatinamente todo um sistema de escolas particulares de diferentes níveis, para inteiros ramos profissionais ou para profissões já especializadas e indicadas mediante uma precisa especificação.

Para Gramsci, todos os seres humanos têm capacidades intelectuais. Nenhuma atividade é apenas motora; todas, uma vez sendo atividades humanas, pressupõem o movimento intelectual. Sua compreensão da humanidade permite-nos estabelecer que todo ser humano, por mais ignorante do ponto de vista de sua formação intelectual e por mais que seu ofício seja aparentemente essencialmente braçal e mecânico, é sempre capaz de pensar e, mais do que isso, sempre está pensando. É de Gramsci (1999, p. 93) a compreensão de que “[...] todos são filósofos, ainda que a seu modo, inconscientemente — já que, até mesmo na mais simples manifestação de uma atividade intelectual qualquer, na “linguagem”, está contida uma determinada concepção do mundo”.

Com isso ele quer dizer que, mesmo no exercício de trabalho manual ou instrumental, o homem pensa, exige-se dele um mínimo de atividade intelectual, pois, “[...] em qualquer trabalho físico, mesmo no mais mecânico e degradado, existe um mínimo de qualificação técnica, isto é, um mínimo de atividade intelectual criadora” (GRAMSCI, 2001, p. 18). Sendo assim, mesmo que não seja um filósofo de ofício, ele possui desenvolvimento de características filosóficas ou intelectuais, sem deixar de considerar que, apesar de todos os homens serem intelectuais, “[...] nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais” (GRAMSCI, 2001, p.18). E é em decorrência dessa compreensão que defende que a escola deve radicalizar esse princípio de que todos os seres humanos são intelectuais.

O teórico ressalta a importância de as escolas serem constituídas por intelectuais que saibam lidar com um método de ensino que comporte elementos pedagógicos e didáticos, que paulatinamente construam dimensões de autonomia dos sujeitos e das próprias instituições educacionais. Logo, a escola unitária “[...] deveria assumir a tarefa de inserir os jovens na atividade social, depois de tê-los elevado a um certo grau de maturidade e capacidade para a criação intelectual e prática e a uma certa autonomia na orientação e na iniciativa” (GRAMSCI, 2001, p. 36).

Ele estabelece como princípio da escola primária, ou elemento fundamental dela, a necessidade de definir agendas e conhecimentos políticos de enfrentamento ou proposta de superação ao que ele denomina de folclore, que pode ser compreendido como o senso comum ou aquelas concepções de mundo aleatórias,

sem reflexões críticas e repetidas instintivamente e automaticamente. Logo, “com seu ensino, a escola luta contra o folclore, contra todas as sedimentações tradicionais de concepções do mundo, a fim de difundir uma concepção mais moderna [...]” (GRAMSCI, 2001, p. 42).

Para Gramsci, essas concepções que necessitam ser superadas, também e principalmente pelo processo educativo escolar, são o que mantém as pessoas prisioneiras de uma concepção de mundo e ou uma ideologia que reitera elementos não científicos e reforça visões mágicas, religiosas e deterministas da realidade, garantindo a subordinação dos trabalhadores à classe dominante e, assim, a perpetuação do modo de produção capitalista, da alienação e da hegemonia dos ideais burgueses.

Esse enfrentamento, segundo o filósofo, tem que ser iniciado na escola primária, o que inevitavelmente gera uma tensão com as formas de pensamento das crianças quando chegam a elas. Assim nos anos iniciais, esse tipo de escola:

[...]deveria desenvolver sobretudo a parte relativa aos “direitos e deveres”, atualmente negligenciada, isto é, as primeiras noções do Estado e da sociedade, enquanto elementos primordiais de uma nova concepção do mundo que entra em luta contra as concepções determinadas pelos diversos ambientes sociais tradicionais, ou seja, contra as concepções que poderíamos chamar de folclóricas (GRAMSCI, 2001, p. 37).

Entendida como o ciclo básico – que, no Brasil, corresponde à parte da Educação Básica⁵ constituída pelo Ensino Fundamental e Médio, que atende à faixa etária que vai dos 6 aos 17 anos – a escola unitária tem por objetivo final e primordial o desenvolvimento da capacidade de uma formação materialista-histórica, rejeitando o humanismo abstrato, bem como o conhecimento puramente e exclusivamente técnico-científico.

Assim, a formulação da concepção de escola unitária ganha uma radicalidade e uma precisão imensas quando justamente estabelece que seu objetivo é a formação de todos os seres humanos como dirigentes ou capazes de controlar os que dirigem.

Esse modelo de escola prevê percursos formativos de quadros intelectuais na perspectiva de que todos os homens são intelectivos. Entretanto, o principal objetivo

⁵ Dizemos parte pois, no Brasil, a Educação básica também corresponde à Infantil, faixa etária não abrangida pela concepção gramsciana de Escola Unitária.

desse modelo de escola é construir um novo intelectual que, nesse caso, é o intelectual socialista: construtor, organizador, permanentemente persuasor, cuja técnica trabalho eleva-se à técnica ciência, em que a tecnologia e a concepção materialista histórica unificam-se para que o trabalhador se construa em especialista político.

A escola unitária associa instrução e educação de modo não idealista, pois aqui a formulação de Gramsci está sendo embasada pela concepção de trabalho inscrita em uma concepção materialista histórica. O conceito e o fato do trabalho (da atividade teórico-prática) é o princípio educativo imanente à escola primária, já que a ordem social e estatal (direitos e deveres) é introduzida e identificada na ordem natural pelo trabalho.

O conceito do equilíbrio entre ordem social e ordem natural com base no trabalho, na atividade teórico-prática do homem, cria os primeiros elementos de uma intuição do mundo liberta de toda magia ou bruxaria, e fornece o ponto de partida para o posterior desenvolvimento de uma concepção histórica, dialética, do mundo, para a compreensão do movimento e do devir, para a avaliação da soma de esforços e de sacrifícios que o presente custou ao passado e que o futuro custa ao presente, para a concepção da atualidade como síntese do passado, de todas as gerações passadas, que se projeta no futuro (GRAMSCI, 2001, p. 43).

E é por isso, assumindo esse compromisso, que o teórico destaca a necessidade de romper com as escolas elitizadas, e isso passa pelo enfrentamento ao intento que a burguesia tem de diferenciar as escolas. Além disso, ele entende que quanto mais níveis educacionais uma sociedade possui mais evoluída na sua capacidade organizativa ela é.

A complexidade da função intelectual nos vários Estados pode ser objetivamente medida pela quantidade das escolas especializadas e pela sua hierarquização: quanto mais extensa for a “área” escolar e quanto mais numerosos forem os “graus” “verticais” da escola, tão mais complexo será o mundo cultural, a civilização, de um determinado Estado. (GRAMSCI, 2001, p. 19).

Entretanto, é necessário, ao multiplicar e graduar os diversos tipos de escola e sobretudo as profissionais, lutar por um tipo único de educação que confira ao jovem a possibilidade de escolha profissional e que, nesse percurso formativo, ele seja capaz de pensar, estudar, dirigir e controlar quem dirige. Portanto, deve-se “[...] criar um tipo único de escola preparatória (primária-média) que conduza o jovem até

os umbrais da escolha profissional, formando-o, durante este meio tempo, como pessoa capaz de pensar, de estudar, de dirigir ou de controlar quem dirige” (GRAMSCI, 2001, p. 49).

Para isso, Gramsci considera ser necessário que o Estado assuma o papel de criar esse tipo de escola, pois ela precisa ser, em potencial, universal, apesar de reconhecer que será necessário que ela se inicie de maneira seletiva no sentido de progressivamente ser ampliada para todos. Gramsci reconhece que a escola unitária, tal como ele a propõe, precisará surgir ainda com um número reduzido de vagas, mas que deve ser gratuita e, por isso, ter processos seletivos que permitam que todas as frações de classe a acessem. Sendo assim, aos poucos, o Estado, por meio da ampliação de seus recursos financeiros investidos na política educacional, tornará esse tipo de escola o único existente e dará garantia de acesso a ela para todos.

A escola unitária requer que o Estado possa assumir as despesas que hoje estão a cargo da família no que toca à manutenção dos escolares, isto é, requer que seja completamente transformado o orçamento do ministério da educação nacional, ampliando-o enormemente e tornando-o mais complexo: a inteira função de educação e formação das novas gerações deixa de ser privada e torna-se pública, pois somente assim ela pode abarcar todas as gerações, sem divisões de grupos ou castas. (GRAMSCI, 2001, p. 36).

Seguindo em sua proposta, o filósofo enfatiza a necessidade de ampliar o corpo docente, uma vez que entende que a escola é tão mais eficiente em seu processo formativo quanto menor for a relação professor aluno. São suas palavras: “o corpo docente, em particular, deveria ser ampliado, pois a eficiência da escola é muito maior e intensa quando a relação entre professor e aluno é menor” (GRAMSCI, 2001, p. 36-37).

A escola unitária refere-se ao período que vai desde os 6 anos até por volta dos 17 anos. Ela unifica o preparo para a vida na perspectiva humanista e, também, para o trabalho em sua dimensão ontológica e técnico-operativa. Deve ser reorganizada tanto do ponto de vista do método de ensino quanto no que diz respeito à organização dos seus vários níveis de percurso formativo.

Aos jovens deve ser possibilitado esse modelo de formação em uma instituição cuja educação se dê em tempo integral e tenha características que

garantam um espaço escolar específico. A esse respeito, destaca que a garantia de uma escola de tipo unitário precisa atentar-se, inclusive, para a “questão dos prédios” o que, nas suas próprias palavras, “não é simples” (GRAMSCI, 2001, p. 37).

Essas instituições de ensino devem oferecer: alojamento, laboratórios, bibliotecas, refeitórios e espaços de discussão, garantindo-se, assim, que todos os jovens possam ter asseguradas as condições básicas para estudar. Assim vemos, mais uma vez, que Gramsci incorpora a defesa de um Estado educador responsável pela escola unitária, uma vez que ele tem clareza de que, se assim não for, os filhos da classe trabalhadora não terão acesso a esse modelo formativo.

Ademais, para que a escola unitária seja viável, é necessária, na perspectiva do teórico, a garantia de todo um aparato de instituições que lhe deem suporte, como as creches, nas quais as crianças, desde bem pequenas, sejam inseridas de maneira a se habituarem a uma disciplina coletiva que se fará necessária na vida educacional das escolas unitárias.

Nesse tipo de escola, o ensino é feito coletivamente, permitindo um aprendizado criativo, colaborando com o desenvolvimento da autonomia dos sujeitos e constituindo-se no que Gramsci denomina de escola criadora, na qual o professor é uma espécie de guia e facilitador do aprendizado. Assim sendo, segundo Gramsci (2001, p. 39), “toda escola unitária é uma escola ativa”, isso porque

A escola criadora é o coroamento da escola ativa: na primeira fase, tende-se a disciplinar e, portanto, também a nivelar, a obter uma certa espécie de “conformismo” que pode ser chamado de “dinâmico”; na fase criadora, sobre a base já atingida de “coletivização” do tipo social, tende-se a expandir a personalidade, tornada autônoma e responsável, mas com uma consciência moral e social sólida e homogênea. (GRAMSCI, 2001, p. 39).

Por fim, conclui-se, com destaque entre as suas concepções de escola, que “[...] o estudo ou a maior parte dele deve ser (ou assim aparecer aos discentes) desinteressado, ou seja, não deve ter finalidades práticas imediatas ou muito imediatas, deve ser formativo ainda que ‘instrutivo’, isto é, rico de noções concretas” (GRAMSCI, 2001, p. 49). Logo, a escola, seu percurso formativo e seu propósito não devem ser vinculados aos interesses hegemônicos, não devem ser interessados ao capital. O desinteresse refere-se exatamente a um tipo de escola cujo compromisso

não está previamente definido pelas concepções de mundo dominantes, mas com a formação integral, igualitária, libertadora e ampliada de todos.

Entende ainda, o estudo como um trabalho que envolve um esforço próprio e exige disciplina e dedicação. São suas palavras: “o estudo é também um trabalho, e muito cansativo, com um tirocínio particular próprio, não só intelectual, mas também muscular-nervoso: é um processo de adaptação, é um hábito adquirido com esforço, aborrecimento e até mesmo sofrimento” (GRAMSCI, 2001, p. 51).

Logo, há na sua proposta de escola unitária uma escola que possibilite a formação de um novo nexos psicofísico para que as pessoas se movam com desenvoltura em uma nova ordem social. Para isso, chama a atenção para o fato de que a educação integral, dita escola única/unitária, não é uma questão de um desafio apenas interno e específico da política de educação, dos educadores ou da própria instituição; a construção dessa escola é, necessariamente, uma tarefa da sociedade como um todo.

A educação integral para os interesses da classe burguesa: o Banco Mundial, a burguesia nacional (CENPEC) e o Programa de Educação Integral do Governo Federal

O que temos hoje no Brasil é um redimensionamento do Estado, no que diz respeito às suas responsabilidades, e um aumento das influências das organizações da sociedade civil vinculadas ao empresariado, seja nacional, seja internacional, as quais disputam as agendas das políticas sociais, entre elas a Educação. Com destaque para o Banco Mundial, esses organismos, apontam para uma escola em conformidade com os interesses da classe dominante, “desenvolvendo uma tarefa política de educador coletivo” (SILVA, 2018, p. 1614).

Os discursos empresariais partem da compreensão de que são os indicadores sociais que deixam explícita a necessidade de investimento na educação, uma vez que atribuem à melhoria na educação uma redução das desigualdades. Assim,

[...] Evidências internacionais indicam que a escolaridade é uma variável chave na determinação do progresso econômico de indivíduos e nações. [...] Adicionalmente, o maior nível de escolaridade produz maiores salários individuais e maiores taxas de crescimento econômico para os países. (IU, 2011a, p. 5).

Acredita-se que a melhoria nos índices educacionais resultaria em uma imediata e “milagrosa” melhoria da economia e das condições de vida do ponto de vista do indivíduo. Logo, os resultados se dariam como se a soma de resultados individuais fosse imediatamente convertida em mudanças sociais.

Entretanto, não é apenas essa a compreensão que dita as regras argumentativas da classe dominante acerca do investimento em educação. Valendo-se de métricas de desempenho que comparam o resultado dos países (muitas vezes desconsiderando as desigualdades explícitas entre eles, inclusive do ponto de vista da formação social), também adotam uma matriz descritora de competências que, supostamente, seriam aquelas necessárias para formar o “cidadão do século XXI”, termo eufemisticamente utilizado para designar os trabalhadores em tempos de superexploração.

Em conformidade com os interesses burgueses, novos valores passam a ditar a forma de constituição das relações na sociedade, entre eles ganham destaque, especialmente considerando os que impactam na política de educação, a pedagogia das competências,⁶ o *accountability* e o protagonismo juvenil,⁷ o empreendedorismo e a empregabilidade. Soma-se a isso a ênfase nas competências socioemocionais, tais como autocontrole, resiliência e trabalho em equipe.

O *accountability*, é um conceito que se origina de uma prática do mercado financeiro alcança ou expressa-se em “todos os atores da empresa, desde o dirigente ao assalariado de base” (DARDOT; LAVAL, 2009 *apud* QUADROS; KRAWCZYK, 2021, p. 14-15). Segundo eles, isso seria característico da forma como o mercado financeiro tornou-se ‘agente disciplinador’, ou seja, um importante ator na difusão de uma racionalidade. De acordo com essa concepção, o mercado agora não só é a métrica pela qual todas as condutas devem ser guiadas, mas também é o educador, por meio de práticas que procuram construir no indivíduo o consenso (BROWN, 2015 *apud* QUADROS; KRAWCZYK, 2021). No discurso empresarial, indicadores sociais no país justificam e indicam a necessidade de investimento

⁶ “Ocorre que, ao ser orientado pelas competências, a seleção e o ordenamento de conteúdos terão como fim os desempenhos profissionais e não a compreensão do exercício profissional como mediação de relações sociais de produção e dos processos produtivos como particularidade da realidade social” (CIAVATTA; RAMOS, 2012, p. 27).

⁷ O protagonismo juvenil é a maneira por meio da qual os jovens irão encarnar a lógica das competências e do *accountability*, “[...] se consolida como uma forma de submissão ativa dos jovens à sociedade neoliberal e à sua racionalidade” (QUADROS; KRAWCZYK, 2021, p. 22).

econômico na educação, sendo o mercado aquele que deve realizar e conduzir tal investimento, bem como determinar os tipos de resultados esperados.

Temos diante do conceito de *accountability* o fortalecimento, nas políticas sociais, entre elas a de educação, de discursos tais como o de que o progresso econômico tanto individual como da sociedade está atrelado de maneira imediata e inquestionável ao aumento da escolaridade. Logo, bastaria aumentar o nível de escolaridade dos indivíduos para que eles tivessem melhores salários e o país alcançasse crescimento econômico.

Nesse mesmo sentido, são considerados competentes os que sabem se mover nos diversos saberes para resolver problemas no campo da sua atuação profissional.

[...] as competências são consideradas comportamentos observáveis e sem relação com atributos mentais subjacentes, enfatizam a conduta observável em detrimento da compreensão, podem ser isoladas e treinadas de maneira independente, e são agrupadas e somadas sob o entendimento de que o todo é igual a mera soma das partes. (GÓMEZ, 2011, p. 83).

Nos modelos tayloristas e fordistas de produção, as competências são sinônimo de eficiência e eficácia. Os modelos flexíveis valorizam também os comportamentos, tais como trabalhar em equipe, saber se comunicar e outras capacidades comportamentais. Logo, “[...] se as competências compõem a subjetividade do trabalhador (no plano cognitivo e socio interativo), qualquer enunciado objetivo só pode reduzi-las a desempenhos” (CIAVATTA; RAMOS, 2012, p. 24).

Todos esses valores se justificam uma vez que a formação da mão de obra é construída para que ela atenda aos interesses do capital para que essa qualificação específica colabore com a alavancagem do processo produtivo.

Assim, para analisar a formação da classe trabalhadora no contexto da contrarreforma do ensino médio, é necessário, em uma perspectiva de totalidade, considerar

[...] a análise das relações entre a agenda de incremento da produtividade do trabalho demandada pela fração burguesa industrial no Brasil e a mais recente política pública de reformulação do ensino médio, [...] entendendo que essa agenda e sua relação com a referida contrarreforma [...] se apresenta como uma importante

mediação no que diz respeito à relação entre o mundo do trabalho e a formação da força de trabalho no Brasil contemporâneo. (GAWRYSZEWSKI; MELLO, 2020, p. 3).

Nesse sentido, a dominação não se desenvolve apenas no campo político e econômico. A luta e a disputa pela hegemonia dão-se no aspecto ideológico, e neste “[...] a educação, entendida por estes [membros da classe dominante] enquanto locus de (con)formação objetiva e subjetiva da força de trabalho para o atendimento de seus interesses mercantis” (GAWRYSZEWSKI; MELLO, 2020, p. 12).

A Educação Integral e em tempo integral, fundamentada pelo Centro de Estudos e Pesquisa em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), instituição que teoricamente é sem fins lucrativos (apesar de gerida pelo Itaú), na concepção desse Centro, desenvolveu-se de maneira exemplar em alguns locais. Por esse motivo, tais locais passaram a funcionar como uma espécie de laboratório, servindo de exemplo às demais unidades de ensino.

Essa instituição disseminou uma concepção de educação integral que subsidiou aquela desenvolvida pelo Governo Federal no Programa Mais Educação em conformidade com a Meta 6 do Plano Nacional de Educação (PNE) – Lei nº 13.005/2014 que estabelece que, até 2024, pelo menos 50% das escolas públicas devem ampliar a jornada de atividades escolares.

Tanto para o referido Centro quanto para o governo federal e todos os seus projetos, a educação precisa ser de mais qualidade e de maior tempo de duração. Essas defesas assumem compromissos específicos com um determinado projeto de sociedade. Vistas sem conexões com suas ideologias fundadoras e com o perfil de seus promulgadores (Banco Itaú, Instituto Ayrton Senna e outros), aparentemente, podem ser tomadas como progressistas e até, em certa medida, revolucionárias, bem diferente do que de fato acreditam, defendem e implementam. Entretanto, para entender essas concepções de educação integral, é necessário construir uma análise crítica e pertinente dos discursos desses diversos atores, seja o Banco Mundial, seja o CENPEC, seja o Governo Federal via Programa Mais Educação.

Faz parte da compreensão desses a de que educação integral “(...) não é uma modalidade de ensino (...) é uma concepção de educação que coloca o estudante no centro do processo e busca o desenvolvimento em todas as suas dimensões física, emocional, intelectual, cultural e social” (CEI, 2016).

Da mesma maneira, o Instituto Ayrton Senna defende a ressignificação da educação brasileira argumentando que ela está muito distante daquilo que o jovem brasileiro está buscando. Vale-se da defesa do desenvolvimento da capacidade de sonhar e de “correr atrás dos sonhos” trazendo para o âmbito do indivíduo a responsabilidade pelo seu futuro, por sua empregabilidade, por seu “sucesso” profissional (INSTITUTO AYRTON SENNA, 2018).

No que diz respeito ao papel que o Banco Mundial desempenha na construção dessa ideologia educacional, importa compreender que, ao focar na pobreza como um elemento que atrapalha o avanço do desenvolvimento nos países dependentes, o banco ideologicamente a desloca como resultado desse atraso e a coloca no papel de motivo dele. Pode parecer simples essa inversão, mas não o é, pois ela torna a pobreza funcional e lucrativa, na medida em que passa a ser usada de subterfúgio para a construção de projetos de ampliação da exploração do trabalho, como um modelo educacional que educa o trabalhador para o conformismo e a docilidade.

Segundo o Banco Mundial, países cujos empréstimos são recorrentes precisam investir na educação dos seus trabalhadores para diminuir a pobreza absoluta, mesmo que mantenham a relativa (esta deve inclusive ser preservada). Para eles,

Como a mão de obra é o principal ativo das pessoas de baixa renda, torná-la mais produtiva é a melhor forma de reduzir a pobreza. Isso exige o aumento das oportunidades de ganhar dinheiro e de desenvolver o capital humano a fim de aproveitar essas oportunidades. O crescimento econômico a partir de uma base ampla é importante. São igualmente importantes a educação básica e os cuidados de saúde, especialmente para as crianças, a fim de proporcionar os fundamentos para as aptidões básicas e o bem-estar. (BANCO MUNDIAL, 2006, p. 2).

O Banco Mundial entende que, pela escolarização, a mão de obra se qualifica, e é a escola a instituição capaz de evitar os problemas decorrentes da pobreza que são experienciados pelos jovens. Em uma espécie de missão salvadora, a escola, em especial a de tempo integral, evita comportamentos negativos e “resultados desfavoráveis”.

Segundo destaca Silva (2018, p. 1618), “o que o BM possui como princípio é que a pobreza é uma problemática passível de regulação e atribui à escola pública,

principalmente, a responsabilidade por isso”. Na verdade, a escola pode exercer e exerce um duplo papel tanto de reproduzir a pobreza quanto de combatê-la e promover uma proposta revolucionária. Entretanto, para esse último papel, a possibilidade depende de investimento e oferta de condições para que tal intenção se efetive de fato, saindo apenas do campo do idealismo.

De acordo com o CENPEC, por sua vez, a educação integral é uma estratégia para a garantia da equidade e para melhorar as condições da política de educação. De acordo com sua concepção, a educação integral seria capaz de atender às demandas das classes populares, e, para alcançá-la, duas ações são propostas:

- 1) atuação de organizações não governamentais junto às escolas para a composição da EITI, por meio de atividades no contraturno escolar realizadas em diferentes espaços educativos; 2) assessoria para a implantação, formulação e acompanhamento de políticas e planos voltados para a EITI (SILVA, 2018, p. 1620).

Para essa instituição, a educação integral cumpre o papel de ser um meio para que a escola pública exerça a função de aliviar os resultados provenientes da pobreza e da desigualdade. Alguns autores que discutem essa educação integral e(m) tempo integral, entre eles Carvalho (2006), demandam que a escola pública não é, sozinha, capaz de garantir essa integralidade e deveria se articular com outras instituições, sejam públicas ou privadas, para que isso fosse possível.

Assim, se une tal influência empresarial com a difusão de uma ideologia de justiça social, em que a burguesia tem um papel funcional de atender ao duplo interesse do capital: i) promover uma formação em massa do seu ideal do consentimento e do conformismo, e o alívio das tensões provocadas pela pobreza, cooperando com a coesão social; ii) garantir a preservação da concepção de que o melhor modo de produção permanece sendo o capitalista.

Assim, a lógica da educação integral, para esses atores, passa pelo discurso de uma formação de integralidade do ser, na qual todos os elementos da vida humana são considerados, sejam suas dimensões físicas, emocionais, afetivas e espirituais. Nesse projeto de totalidade humana,

A ideia de formação integral do homem está presente, principalmente, em projetos de educação para a paz, dos direitos humanos e da educação para valores, todos eles fundamentados em princípios éticos e humanistas. Nesse sentido, a formação integral

dos indivíduos não está adstrita ao processo formal e intencional de ensino, pois tem suas bases nas esferas da vida cotidiana, como nos lembra Heller (1994). Inicia-se no nascimento e prossegue com a aprendizagem sobre o universo cultural, durante todo o processo de desenvolvimento das pessoas, pois é na vida cotidiana que se objetivam as ações humanas e nela se inscrevem os resultados do conhecimento humano, de suas conquistas e desafios. (GUARÁ, 2006, p. 16).

A escola não é central no processo de formação humana, processo esse que deve ser dividido com todas as demais esferas da vida social. Essa defesa em si parece ser compatível com a perspectiva crítica, uma vez que a vida e todas as suas dimensões são parte da formação dos sujeitos, de suas concepções de mundo, da formação de suas consciências e/ou de sua alienação. O próprio Gramsci entende que os partidos políticos e o Estado, na sua dimensão ampliada⁸, cumprem o papel educador de intelectuais orgânicos. Entretanto, essa concepção ampliada não é a que o CENPEC e os representantes burgueses nacionais e internacionais defendem, uma vez que, para eles, a escola serve apenas para a manutenção da pobreza em níveis toleráveis (SILVA, 2018).

Como forma de unificar os interesses dos organismos internacionais para o país e a concepção da burguesia nacional exemplificada pelo discurso do CENPEC, o governo brasileiro, no ano de 2007, promulgou, via Portaria Interministerial n° 17, o Programa Mais Educação (PME) com o objetivo de “[...] fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades socioeducativas no contraturno escolar” (BRASIL, 2007, p. 1).

Os ditames e as orientações desse programa do governo estavam atendendo aos interesses dos empresários que compunham o chamado movimento Todos pela

⁸ O conceito de Estado Ampliado em Gramsci considera que a divisão entre a dimensão restrita (político-administrativa do Estado) e a dimensão conhecida por sociedade civil (composta pelos aparelhos privados de hegemonia) deve ser considerada apenas didaticamente. Para o filósofo, o Estado é a junção indissociável entre sociedade civil e política. Nesse sentido, todos os espaços, as instituições, as organizações sociais existentes na sociedade são parte constituinte do Estado, determinam e constroem as mais variadas relações sociais que, por sua vez, dão forma ao Estado e tanto garantem a manutenção da hegemonia quanto a construção das possibilidades de sua superação. É nesse sentido que podemos considerar que o Estado cumpre a função de educador, e a escola é a que maior contribuição dá para isso. Sobre o papel educador do Estado, temos um artigo publicado recentemente no III Colóquio Internacional de Antonio Gramsci sob o título: O ESTADO EDUCADOR: o papel do Estado na formação de intelectuais orgânicos para construção de hegemonia (no prelo).

Educação,⁹ os quais estavam supostamente interessados e preocupados com a qualidade da educação pública do nosso país. Eles assumem uma agenda com a educação do país que cumpre uma função cujo interesse é econômico (qualificar e adestrar a mão de obra das massas) e, também, pedagógico, no sentido de produção e manutenção de hegemonia, assim entendendo, em conformidade com Gramsci, que toda relação de hegemonia é pedagógica.

Essa dimensão pedagógica fica evidente quando percebemos com clareza que o foco é o indivíduo e suas necessidades particulares de formação, deixando de lado a instituição educacional e suas demandas por capacitação e estruturação. Logo, não apresentam qualquer preocupação com garantir reais condições de oferta da educação integral e(m) tempo integral que esteja preocupada com a sociedade como um todo, e com a superação do modo de produção promotor das desigualdades sociais.

A reforma do ensino médio e a educação: espaço de disputa?

De acordo com a Nova Reforma do Ensino Médio¹⁰, defende-se e constrói-se todo um debate sobre a flexibilização das práticas pedagógicas, compreendendo suas novas formas de mediação decorrentes, entre outros motivos, do aumento das chamadas Tecnologias da Informação e Comunicação – as TICs.

Existe um movimento pela flexibilização do ensino médio sob a alegação de que ele é rígido e apresenta um único percurso sem considerar as diversidades de aptidões e interesses dos jovens. Aqui, conforme veremos, a flexibilização caminha no compasso da precarização.

Temos nos documentos do Novo Ensino Médio diversos pontos essenciais à sua compreensão. Muitos deles serão trabalhados neste ensaio com suas necessárias ponderações críticas. A fim de elencar algumas dessas características

⁹ Formaram esse grupo fundações e associações sem fins de lucro, vinculadas aos diferentes grupos empresariais, tais como Banco Itaú, Gerdau, Camargo Correa, Banco Bradesco, Rede Globo de Televisão, dentre outros.

¹⁰ O chamado Novo Ensino Médio encontra-se regulamentado por diversas legislações. Entre elas, a Lei nº 13.415/2017 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e estabeleceu uma mudança na estrutura do ensino médio, ampliando o tempo mínimo do estudante na escola de 800 horas para 1.000 horas anuais (até 2022) e definindo uma nova organização curricular. O Ministério da Educação, por meio da Portaria nº 1.145/2016 substituída pela Portaria nº. 727/2017, instituiu o Programa de Fomento à Implementação de Escolas em Tempo Integral e ainda elaborou uma cartilha com orientações acerca desse novo Ensino Médio.

presentes nos documentos oficiais, apresentamos ao leitor: a ampliação de 800 horas anuais para 1000 horas anuais (carga horária atual 25% maior que a anterior); destinação de 1200 horas do total dos três anos para os chamados itinerários formativos (deixando o estudante escolher em que e como investir na sua formação); garantia de que os itinerários formativos respeitarão que as opções dos estudantes sejam organizadas por meio da oferta de diferentes arranjos curriculares; as disciplinas e conteúdos comuns na BNCC ficam garantidas nas 1800 horas restantes.

De acordo com o projeto desse Novo Ensino Médio, o horário escolar será estendido até um total de 7 horas diárias, caracterizando a escola como de tempo integral. Essa expansão, segundo a legislação, será gradual até o prazo de 5 anos (prazo este que se conclui neste ano de 2022). Além da questão da carga horária, o documento prevê que até 20%¹¹ dela poderão ser compostos pela modalidade a distância, realidade que, em decorrência da pandemia, pode ser agora funcional e servir de argumentação para alegações de que, uma vez que temos experiência no assunto (ensino na modalidade *on line*), podemos permitir a massificação de tal oferta de diversos conteúdos para, assim, sermos capazes de cumprir tal extensão de jornada letiva.

Faz parte desse projeto de ensino médio a criação dos chamados itinerários formativos diversificados. Sobre estes, o documento apenas explicita que as unidades escolares deverão ofertar pelo menos dois deles, mas não deixa claro como esse processo se dará. Observando tal indefinição, tentando prever o que ela significa na possibilidade de criação dos itinerários, e pensando a diversidade da realidade brasileira, resta-nos trazer diversas questões sem qualquer pretensão de apresentar respostas objetivas e/ou precisas. Como farão cidades pequenas onde existe apenas uma escola de ensino médio? Como ficará garantido ao estudante o direito de escolha considerando sua residência, e quais modalidades serão ofertadas em sua escola de referência? Essas são apenas alguns dos importantes questionamentos para os quais não encontramos quaisquer respostas nesse projeto.

Além disso, nessa previsão de reforma, não estão claramente contemplados os estudantes em ensino noturno. Para estes, a carga horária de 7 horas diárias fica complicada até mesmo pensando em ensino a distância, a não ser que sejam

¹¹ No caso da educação de jovens e adultos esse percentual pode ser de até 80%.

realizadas as famosas *atividades assíncronas*, nas quais o horário atribuído é explicitamente fictício haja vista ser calculado pelo docente a depender da atividade proposta.

Em semelhante situação, encontram-se os estudantes na modalidade de educação de jovens e adultos (EJA) que já possuem uma formação mais precarizada em relação aos demais do ensino regular e não tiveram suas particularidades consideradas nessa reforma.

Do ponto de vista curricular, essa formação, que diminui o ensino de conteúdos comuns e amplia os de caráter optativo, em vez de garantir uma educação mais integral, acaba por torná-la ainda mais pulverizada,¹² uma vez que esse modelo diminui os conhecimentos que são comuns a todos os estudantes e amplia aqueles que o jovem “escolhe aprender”, sem sequer uma base firme no conhecimento generalista para realizar essa “escolha”.

A formação comum (estabelecida pela BNCC) é então reduzida para no máximo 1800h. Além disso, essa reforma estabelece a definição precoce por parte do jovem da área em que quer se especializar, quando deveria estar tendo contato com as diversas opções para, só assim, poder se decidir com mais maturidade.

Outro problema já pontuado refere-se à incapacidade de todas as escolas ofertarem todas as possibilidades formativas. A não obrigatoriedade de se fazer tal oferta acaba levando sempre à opção por aqueles itinerários formativos cujas despesas e condições para seu oferecimento são menores, seja devido a perfil docente, seja devido a orçamento e avanços tecnológicos. Por fim e não menos importante, precisamos reforçar que a extensa carga horária de período integral exclui o jovem trabalhador dessa possibilidade de ensino.

Não podemos deixar de destacar ainda que uma das essências dessa proposta da reforma é a ênfase na flexibilidade no processo de formação do jovem para o mercado de trabalho. A sua possibilidade de escolher deve estar atrelada à sua capacidade de agir autonomamente e de se adaptar às constantes transformações do sistema.

¹² Optamos pelo termo pulverizados a fim de caracterizar os caminhos formativos que passam a poder ser realizados a partir de várias especificidades sem que respeitem um núcleo básico sólido comum.

Dessa forma, a aprendizagem flexível se materializa em grupos que apresentam interesses em comum e se reúnem para trocar experiências e, assim, apresentar respostas às demandas de uma sociedade exigente. Portanto,

[...] concebida como resultado de uma metodologia inovadora, que articula o desenvolvimento tecnológico, a diversidade de modelos dinamizadores da aprendizagem e as mídias interativas; neste caso, ela se justifica pela necessidade de expandir o ensino para atender às demandas de uma sociedade cada vez mais exigente e competitiva. (KUENZER, 2017, p. 337).

O discurso desse tipo de defesa vem carregado de demagogia, como se o estudante precisasse de maior autonomia e protagonismo, como se o modelo de educação fosse centrado no docente, rígido, conteudista, e não considerasse as diversidades de condições e interesses dos estudantes.

Em síntese, esse modelo coloca-se como o que abarca o respeito à vivência de cada um, permitindo-lhes escolha. Na verdade, ele direciona as “escolhas” para os interesses capitalistas, já que a acumulação flexível exige a formação de profissionais também flexíveis, que consigam acompanhar as transformações tecnológicas.

A flexibilização dos percursos institucionaliza o acesso desigual e diferenciado ao conhecimento. As diversas formas de inserção nesse mercado de trabalho flexível separam ainda mais aqueles que investem em uma maior qualificação intelectual do seu trabalho, e os que se limitam aos aprendizados práticos do próprio exercício profissional.

Nesse sentido, podemos tomar que

[...] o ensino médio na atual versão integra a pedagogia da acumulação flexível e tem como finalidade a formação de trabalhadores com subjetividades flexíveis, por meio de uma base de educação geral complementada por itinerários formativos por área de conhecimento, incluindo a educação técnica e profissional; a formação profissional é disponibilizada de forma diferenciada por origem de classe, de modo a levar os que vivem do trabalho a exercer, e aceitar, de forma natural, as múltiplas tarefas no mercado flexibilizado. (KUENZER, 2017, p. 341).

A Reforma do Ensino Médio tem propostas que se atam explicitamente aos interesses burgueses nacionais e internacionais. Há, entretanto, alternativas e espaço de luta, e é sobre isso que trataremos em nossas considerações finais.

Considerações finais

Contraditoriamente ao exposto, quando tratamos da produção do conhecimento nos marcos do materialismo, estamos nos referindo à compreensão de que esse conhecimento resulta de uma recriação, ou seja, da reprodução do real no pensamento por meio de ação humana. É nesse processo dialético e teleológico que a realidade passa a ter significado para os homens.

Segundo Marx e Engels (2011), os homens e as mulheres só são capazes de conhecer o que é objeto da sua prática, da sua vida e do cotidiano, e acabam por conhecer porque atuam praticamente sobre isso. Sendo assim, apreender o real e produzir conhecimento não é possível apenas por meio de abstrações. Não se conhece o real apenas teoricamente ou somente intelectualmente.

O conhecimento e a produção de conhecimento real fazem-se no confronto entre a teoria e a prática; é por meio dessa relação contraditória, histórica e dialética que novas sínteses são possíveis e se tornam, até mesmo, potenciais de transformação do real. Segundo Vázquez (1968, *apud* KUENZER, 2017, p. 343), é dessa maneira de compreender a produção do conhecimento que “[...] emerge a concepção de práxis, atividade teórica e prática que transforma a natureza e a sociedade; prática na medida em que a teoria, como guia da ação, orienta a atividade humana; teórica na medida em que essa ação é consciente”.

A prática, entretanto, não é em si a realidade na sua essência; o real seus fenômenos e expressões precisam ser interpretados, estudados, analisados e refletidos teoricamente. Isso porque, o real não se deixa a conhecer de imediato, apenas na sua expressão fenomênica. É preciso ir para além das aparências, apesar de ser imprescindível considerá-las como parte inalienável da sua essência. Logo, o fenômeno na sua aparência ainda não constitui conhecimento.

Por isso, apenas tratar dados empíricos e expor diálogos com sujeitos do real, explicitando suas falas e seus modos de perceber o objeto estudado, não pode se traduzir, de imediato, sem o estabelecimento de mediações intelectuais e reflexivas, como resposta de produção de conhecimento. A superação da aparência faz-se essencial para conhecer as estruturas, as relações, as conexões, as finalidades, os propósitos, as expectativas, as verdadeiras determinações e sobre determinações que conformam esse real, e que não se mostram de imediato a olho nu.

Assim compreendido, o ato de conhecer não prescinde do trabalho intelectual e teórico, que se desenvolve no pensamento do sujeito que, necessariamente, para conhecer um determinado fenômeno do real, tem que se debruçar sobre a realidade a ser conhecida. E esse debruçar não é apenas ir a campo empírico, dialogar com os sujeitos envolvidos no objeto a ser pesquisado, realizar entrevistas, colher dados, participar ativamente de uma determinada comunidade ou envolver-se praticamente nesse real; depende, com tamanha importância, de um movimento de pensar.

É nesse movimento de pensar, em que se parte “[...] das primeiras e imprecisas percepções para relacionar-se com a dimensão empírica da realidade que são construídos os significados” dos processos investigados. (KUENZER, 2017, p. 343).

Esse processo dialético leva-nos à incrível conclusão de que, na medida em que o trabalho intelectual vem como resultado de uma ação humana que surge de uma dada intencionalidade ou finalidade específica, ele se torna também ação já que se refere à realidade e desenvolve-se com vistas a transformá-la. Diferentemente, quando o trabalho intelectual tem seu desenvolvimento exclusivamente como pensamento, descolado do real, sem se preocupar com dar a ele algum retorno, constitui-se necessariamente apenas em uma reflexão. Assim, é preciso se ter clareza de que

[...] em decorrência de ser um processo de apropriação da realidade pelo pensamento, não transforma, por si, a realidade. Ainda que a atividade teórica mude concepções, transforme representações, produza teorias, em nenhum desses casos transforma, sozinha, a realidade. É preciso que as ideias se transformem em ações. (KUENZER, 2017, p. 343).

A aprendizagem flexível toma a prática como um fim em si mesma. Sobre ela, não se produz reflexões teóricas necessárias, ou seja, não se estabelece uma relação de mediação com a teoria. Assim, o conhecimento é adquirido de uma prática pela prática. Nessa perspectiva, é verdadeiro aquilo que é útil, e “o conhecimento limita-se à prática imediata e reduz-se à experiência sensível, aos limites do empírico enquanto fim em si mesmo, e não enquanto ponto de partida e de chegada da produção do conhecimento na perspectiva da transformação” (KUENZER, 2017, p. 346).

Para que os sujeitos, no caso os estudantes, desenvolvam competências para um agir teleológico, envolvendo planejamento, intencionalidade e ações idealizadas, é preciso que eles experimentem processos sistematizados de aprendizagem, e não apenas meras apreensões práticas mecanicistas e repetitivas. É nesse sentido que Vygotsky (1984, *apud* KUENZER 2017, p. 350), defende que:

[...] a transição do senso comum e dos saberes tácitos para o conhecimento científico não se dá espontaneamente, conferindo à intervenção pedagógica decisivo papel; ou seja, se o homem é capaz de formular seus conceitos cotidianos espontaneamente, isso não se dá no caso do desenvolvimento de conceitos científicos, que demandam ações especificamente planejadas, e competentes, para esse fim.

Esse mesmo autor entende que toda produção de conhecimento se dá por uma relação entre diversos sujeitos, como por exemplo, entre os estudantes e os docentes. A relação entre o que vai ser conhecido e os sujeitos do aprendizado se dá mediante as relações com outros indivíduos. Logo, mesmo quando uma aprendizagem parece ser produzida individualmente, ela é, na verdade, a síntese de processos históricos anteriores.

[...] o processo que faz a mediação entre teoria e prática é o trabalho educativo; é por meio dele que a prática se faz presente no pensamento e se transforma em teoria. Do mesmo modo, é pelo trabalho educativo que a teoria se faz prática, que se dá a interação entre consciências e circunstâncias, entre pensamento e bases materiais de produção, configurando-se a possibilidade de transformação da realidade. (KUENZER, 2017, p. 350-351).

Segundo Kosik (1976, *apud* KUENZER, 2017, p. 349):

Em síntese, o método de produção do conhecimento é um movimento que leva o pensamento a transitar continuamente entre o abstrato e o concreto, entre a forma e o conteúdo, entre o imediato e o mediato, entre o simples e o complexo, entre o que está dado e o que se anuncia. Esse processo tem como ponto de partida um primeiro nível de abstração composto pela imediata e nebulosa representação do todo e como ponto de chegada as formulações conceituais abstratas; nesse movimento, o pensamento, após debruçar-se sobre situações concretas, volta ao ponto de partida, agora para percebê-lo como totalidade ricamente articulada e compreendida, mas também como prenúncio de novos conhecimentos que estimulam novas buscas e formulações.

Portanto, muito do que defende na atual reforma para o ensino médio e os discursos ideológicos da burguesia educacional evidenciam uma apropriação dúbia, camuflada, nebulosa e perigosa das defesas históricas do movimento revolucionário para uma educação realmente transformadora. Os termos e discursos são facilmente confundidos com os adotados pelos educadores de vanguarda e intelectuais orgânicos da classe trabalhadora, na luta por um projeto de educação revolucionário.

Não há contradição evidente na aparência desse real. É preciso compreender os discursos na sua essência, desvelar os projetos nas suas determinações não aparentes e que se constroem para reproduzir a hegemonia burguesa vigente. Uma educação integral nos moldes da atual reforma é aquela que coloca os sujeitos com aparente igualdade de condições, mas que, na verdade, aprofunda ainda mais o fosso entre uma educação de excelência para os filhos da classe dominante e uma educação empobrecida, dividida, ultra especializada para os filhos da classe trabalhadora.

Na realidade, não se garante condição de igualdade de escolha, não se constrói possibilidade de autogoverno, nem de realização de sonhos e projetos da juventude. O que se estabelece é que esses jovens sejam resilientes, solidários entre si mesmos e flexíveis para se adaptar às mais variadas e extremas formas de exploração dos avanços do capitalismo imperialista e da acumulação flexível.

A esses jovens filhos da classe trabalhadora, um ensino médio com itinerários de formação, em que eles, sem qualquer base para “decidir”, escolhem entre as opções que existem, e não entre as que gostariam. Em um mundo de impossibilidades são levados a construir os sonhos que não são sequer deles, mas daqueles que sobre eles constroem e reconstroem a exploração.

Entretanto, mesmo com essa realidade evidente, as máscaras permanecem, e é por causa delas que se defende o empreendedorismo e a crença de que todos são capazes, como argumento para dizer que estamos diante de um modelo falido de educação que precisa se adequar aos avanços do mundo capitalista moderno e tecnológico. Por isso, fica evidente que a educação integral nos moldes em que se constrói no nosso país tem tido sucesso do ponto de vista do capital, e caminha para o sentido oposto do que defendemos na perspectiva materialista histórico-dialética e crítica de uma educação para além do capital.

Conhecer os diversos projetos de educação integral é essencial para, na relação de disputa entre eles, desenvolver capacidade de enfrentamento real às concepções hegemônicas dentro da ordem do capital, e de construção de um novo tipo de educação que busque nova hegemonia e superação do capitalismo.

Como condição para a construção da hegemonia pelos trabalhadores, então, a escola deve ser disputada na direção de uma “escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre com equanimidade o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente (tecnicamente, industrialmente) e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual” (GRAMSCI, 1991, p. 118).

Disputamos uma escola cuja educação seja realmente integral, onde a formação se dá no trabalho, pelo trabalho e para o trabalho, do ponto de vista ontológico. O trabalho é a primeira mediação entre o homem e a realidade, e é prática econômica. A formação para o trabalho se opõe à formação para o mercado de trabalho, uma vez que a primeira “[...] incorpora valores ético-políticos e conteúdos históricos e científicos que caracterizam a *práxis* humana” (CIAVATTA; RAMOS, 2012, p. 25).

Perceber o currículo como o que estabelece a relação trabalho e educação é tomá-lo diante do problema da relação entre “[...] a particularidade dos processos produtivos e a totalidade das relações sociais de produção” (CIAVATTA; RAMOS, 2012, p. 26). Essa compreensão parte do pressuposto de que o real é um todo dialético, o qual, assim tomado, permite que qualquer fato seja compreendido na sua essência. Nesse sentido, a totalidade define-se em oposição ao pragmatismo que, por sua vez, impede a compreensão da realidade nas suas legalidades, detendo-se apenas à aparência dos fenômenos.

Logo, uma vez que cada fato do real reflete a totalidade da realidade, torna-se possível compreender e conhecer a totalidade por meio de suas partes, já que, nos fatos ou a partir deles, é possível se identificar aqueles que contenham mais da essência desse real, que permitam distinguir com maior e melhor clareza o que é essencial e o que é acessório.

Assim, tomando essa concepção de método de conhecimento da realidade, no que diz respeito aos fins formativos e processos pedagógicos, significa que podemos identificar, nos currículos e seus componentes, conteúdos que permitam aos estudantes “[...] fazer relações sincrônicas e diacrônicas cada vez mais amplas

e profundas entre os fenômenos que se quer apreender – nesse caso, uma profissão – e a realidade em que eles se inserem” (CIAVATTA; RAMOS, 2012, p. 26).

Os conteúdos e conhecimentos de origem geral e ampliada, não específicos e generalistas, são essenciais e devem ser garantidos mesmo que os específicos sejam também ofertados. Porém, é preciso investir em uma formação de base comum que carregue a perspectiva de totalidade.

A formação pragmática permite que o homem se oriente no mundo, maneje coisas, mas não garante que as compreenda. Para a filosofia da práxis, a teoria é resultado do processo de conhecer a realidade, que envolve o processo de elevar essa experiência concreta ao pensamento de tal forma que permita a compreensão das contradições internas dos fenômenos que existem no real. Logo,

[...] a prática transformadora no contexto da realidade – que não é somente utilitária e adaptadora – depende da atividade realizada no contexto da teoria, posto que o homem não pode conhecer o real a não ser pela análise dos fatos, reordenando-os, posteriormente, nas intrínsecas relações com a totalidade concreta. (CIAVATTA; RAMOS, 2012, p. 28).

Por isso, mesmo com as dificuldades impostas pelo cenário político, social e econômico brasileiro, é preciso continuar na luta pela educação politécnica. Sem deixar de considerar que,

[...] a defesa, hoje, de uma educação que tenha por horizonte a politecnicidade passa necessariamente pela negação do avanço do Capital sobre o Trabalho; passa necessariamente pela negação de uma pedagogia societária, baseada no cinismo; passa necessariamente pela negação de uma educação escolar fragmentada e direcionada para a competitividade e a empregabilidade; passa, enfim, pela afirmação da solidariedade e da liberdade humanas. (RODRIGUES, 2005, p. 278-279).

Lutar por uma educação politécnica é uma luta nossa, de todos os que, apesar da atual política educacional, lutam por uma formação *omnilateral* da classe trabalhadora.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa Interministerial nº 17**, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa Mais Educação que visa fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades

socioeducativas no contraturno escolar. Diário Oficial da União; Brasília, 26 de abril de 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/mais_educacao.pdf. Acesso em 13 de janeiro de 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.415.** de 16 de fevereiro de 2017. Dispõe sobre a reforma do ensino médio brasileiro, Brasília, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em 19 de setembro de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa Interministerial nº 1.145/2016 substituída pela Portaria Normativa Interministerial nº. 727/2017.** Estabelece novas diretrizes, novos parâmetros e critérios para o Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral - EMTI, em conformidade com a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Diário Oficial da União: Brasília, 13 de maio de 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/debor/Downloads/Portaria%20N%C2%BA%20727,%20de%2013%20de%20junho%20de%202017.pdf>. Acesso em 19 de setembro de 2022.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2007:** o desenvolvimento e a próxima geração – visão geral. Washington DC: Banco Mundial, 2006. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/416221468158073649/pdf/449630WD R0PORT1070overview01PUBLIC1.pdf>. Acesso em 13 de janeiro de 2022.

CARVALHO, M. do C. B. O Lugar da Educação Integral na Política Social. **Cadernos CENPEC**, São Paulo, nº 02, 2006.

CENTRO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL – CEI. **O que é educação integral?** YouTube, 7 de novembro de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=glRCZUfjnlc>. Acesso em 21 de fevereiro de 2022.

CIAVATTA, M.; RAMOS, M. A “era das diretrizes”: a disputa pelo projeto de educação dos mais pobres. **Revista Brasileira de Educação**, Universidade do Estado do Rio De Janeiro, v. 17, nº 49, jan. – abr. 2012.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **La nouvelle raison du monde:** essai sur le société néolibérale. Paris: La Découverte, 2009.

GAWRYSZEWSKI, B; MELLO, L. M. A agenda da produtividade da Confederação Nacional da Indústria: qual o papel da (contra) reforma do ensino médio? **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 22, 2020. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/5798>. Acesso em 12 de janeiro de 2022.

GÓMEZ, A. Competências ou pensamento prático? A construção dos significados de representação e ação. In: SACRISTÁN, J. G. **Educar por competências.** O que há de novo? Porto Alegre: Artmed, 2011.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GRAMSCI, A. Caderno 11. Introdução ao estudo da filosofia. Introdução e seções I e II. In: GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. v. 1. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. Edição C. N. Coutinho, M. A. Nogueira e Henriques, L. S. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, A. Caderno 12. Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais. In: GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. v. 2. Intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo, 2001.

GRAMSCI, A. **Odeio os indiferentes**: escritos de 1917, tradução Daniela Mussi, Alvaro Bianchi. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

GUARÁ, I. M. R. É Imprescindível Educar Integralmente. **Cadernos CENPEC**, São Paulo, v. 1, nº 2, 2006.

INSTITUTO AYRTON SENNA. **O que é educação integral para o Instituto Ayrton Senna**. YouTube, 5 de setembro de 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=A8avOMyFNyY>. Acesso em 21 de fevereiro de 2022.

IU - INSTITUTO UNIBANCO. **Ensino Médio**: como aumentar a atratividade e evitar a evasão? São Paulo - SP: Fundação Santillana, 2011a. Disponível em: https://www.institutounibanco.org.br/wp-content/uploads/2013/07/ensino_medio-com_o_aumentar_a_atratividade_e_evitar_a_evasao.pdf. Acesso em 12 de janeiro de 2022.

IU - INSTITUTO UNIBANCO. **Avaliação de impacto dos fatores escolares na evasão**. São Paulo - SP: Fundação Santillana. 2011b. Disponível em: https://www.institutounibanco.org.br/wp-content/uploads/2013/07/ensino_medio-com_o_aumentar_a_atratividade_e_evitar_a_evasao.pdf. Acesso em 19 de setembro de 2022.

KUENZER, A. Z. Trabalho e escola: flexibilização do ensino médio no contexto do regime de acumulação flexível. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, nº139, abr./jun. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v38n139/1678-4626-es-38-139-00331.pdf>. Acesso em 20 de janeiro de 2021.

MARX, K.; ENGELS, F. **O Manifesto do Partido Comunista**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

MELLO, L. M. de; GAWRYSZEWSKI, B. A agenda da produtividade da confederação nacional da indústria: qual o papel da (contra) reforma do ensino médio? **Revista Pedagógica**, v. 22, 2020.

QUADROS, S. F; KRAWCZYK, N. R. Educando pelas métricas do mercado: as propostas do empresariado para a juventude da classe trabalhadora e a reforma do ensino médio. **SciELO Preprints**, 2021. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/2239/3724>. Acesso em 12 de janeiro de 2022.

RODRIGUES, J. Ainda a educação politécnica: o novo decreto da educação profissional e a permanência da dualidade estrutural. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 3 nº 2, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tes/v3n2/02.pdf>. Acesso em 12 de janeiro de 2022.

SILVA, B. A. R. da. A concepção empresarial da educação integral e(m) tempo integral. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 43, nº 4, out./dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/NSGWd9T5BbVsrN9tc8djgn/?lang=pt>. Acesso em 10 de janeiro de 2022.

O OLHAR DO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE PARA A SUA PRÁTICA PROFISSIONAL: ENTRE O TRABALHO REAL E O TRABALHO PRESCRITO¹

Monique Nunes Fiuza Dias²

Resumo

Neste artigo apresento as atribuições do Agente Comunitário de Saúde (ACS) em seu trabalho real e prescrito sob a ótica do próprio profissional, e o valor que lhes atribui. Optou-se por um estudo qualitativo que analisou dados primários. Constatou-se que o trabalho real destoa do prescrito. Entre as atribuições, aquelas que envolvem a presença no território e participação em grupos de educação em saúde, são valorizadas pelo ACS. Mesmo após constantes reformulações direcionadas ao cargo, o ACS valoriza as suas raízes, enquanto promotores de saúde.

Palavra-chave: Atenção Primária à Saúde; Agente Comunitário de Saúde; Trabalho em saúde.

LA MIRADA DE LOS AGENTES COMUNITARIOS DE SALUD SOBRE SU PRÁCTICA PROFESIONAL: ENTRE LO REAL Y LO PRESCRITO

Resumen

En este artículo presento las atribuciones del Agente Comunitario de Salud (ACS) en su trabajo real y prescrito desde la perspectiva del profesional, y el valor que les atribuye. Opté por un estudio cualitativo que analizara datos primarios. Se constató que el trabajo real es diferente al prescrito. Entre las asignaciones, las que involucran la presencia en el territorio y la participación en grupos de educación para la salud son valoradas por la ACS. Aún después de constantes reformulaciones encaminadas al cargo, la ACS valora sus raíces, como promotoras de salud.

Palabra clave: Atención Primaria em la Salud; Agente de Salud Comunitaria; Trabajo em la Salud.

THE COMMUNITY HEALTH AGENTS' LOOK AT THEIR PROFESSIONAL PRACTICE: BETWEEN THE REAL AND THE PRESCRIBED

Abstract

In this article I present the attributions of the Community Health Agent (ACS) in their real and prescribed work from the perspective of the professional, and the value he attributes to them. I opted for a qualitative study that analyzed primary data. It was found that the real work differs from the prescribed. Among the assignments, those that involve the presence in the territory and participation in health education groups are valued by the ACS. Even after constant reformulations aimed at the position, the ACS values their roots, as health promoters.

Keyword: Primary Health Care; Community Health Agent; Health Work.

¹ Artigo recebido em 18/07/2022. Primeira avaliação em 17/08/2022. Segunda avaliação em 12/09/2022. Aprovado em 30/09/2022. Publicado em 10/11/2022.

DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v20i4.55269>.

² Mestre em Educação em Saúde – Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fundação Oswaldo Cruz – EPSJV/FIOCRUZ – Brasil. Profissional da Escola Nacional de Saúde Pública/Fundação Oswaldo Cruz – ENSP/FIOCRUZ. E-mail: moniquenfd@gmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4865842621028394>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7761-7768>.

Introdução

A Constituição Federal de 1988 representa um grande marco no cenário da saúde, considerando a sua inscrição enquanto direito do cidadão. Logo, contribuiu para a construção do sistema de saúde pública – o Sistema Único de Saúde (SUS) - de caráter nacional, norteado por princípios como a universalidade, integralidade e a participação social (GUIMARÃES *et. al*, 2017).

A Atenção Primária em Saúde (APS), classificada enquanto a principal ferramenta organizacional da atenção à saúde e, ao mesmo tempo, como a principal resposta às necessidades de saúde da população, ganhou força no cenário internacional a partir da década de 60 e 70 (MATTA, MOROSINI, 2008).

Considerando os importantes movimentos internacionais envolvendo a APS, especialmente a Conferência de Alma-Ata em 1978, bem como a sua repercussão no Brasil, figuram enquanto fatores contribuintes para a incorporação da APS no contexto nacional, especialmente a partir da década de 90. A partir de então, observou-se a ampliação do acesso aos serviços de saúde, especialmente para os mais vulneráveis, considerando a priorização destas áreas para a sua implantação (FAUSTO, MATTA, 2007); (MOROSINI, 2010).

Na década de 90, no Brasil, foram instituídos dois programas importantes e que objetivaram reduzir, indicadores negativos, com destaque à morbimortalidade infantil e materna, especialmente no Nordeste: Programa Nacional de Agentes Comunitários de Saúde (PNACS), posteriormente Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS). Na mesma década, ocorre a criação do Programa de Saúde da Família (PSF) como forma de viabilizar a realização de ações integrais na atenção básica (AB). Neste formato, surge, em um contexto de influências sociais, ideológicas, políticas e técnicas, envolvendo demandas nacionais e internacionais, a categoria ACS (BARROS *et al*. 2010).

Posteriormente, o PSF é reintitulado para estratégia de saúde da família (ESF) e, desde a sua implantação, observa-se o aumento das implantações das equipes. Em 2019, o Brasil já contava com a assistência prestada por 43.756 equipes, o que representou uma cobertura de 71,42% (BRASIL, 2019a).

Ao analisar especificamente a composição destas equipes, o Agente Comunitário de Saúde (ACS), entre outras categorias profissionais, compõe a

equipe mínima da ESF. Representa uma categoria expressiva numericamente: em 2019. O Brasil contava com 268.037 ACS, o que representou uma cobertura de 74,38% da população brasileira, contando com o acompanhamento destes profissionais (BRASIL, 2017); (BRASIL, 2019).

As atribuições do ACS são norteadas pela Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), desde 2006. Em sua última publicação (2017), há o redesenho de algumas atribuições do ACS. Aquelas consideradas como gerais – comuns a todos os membros da ESF – e as específicas ao cargo de ACS (BRASIL, 2017). Entre as atribuições gerais, encontram-se:

Participar do acolhimento dos usuários, proporcionando atendimento humanizado, realizando classificação de risco, identificando as necessidades de intervenções de cuidado, responsabilizando-se pela continuidade da atenção e viabilizando o estabelecimento do vínculo; Articular e participar das atividades de educação permanente e educação continuada; Realizar ações de educação em saúde à população adstrita, conforme planejamento da equipe e utilizando abordagens adequadas às necessidades deste público (BRASIL, 2017, p. 19 - 20).

Entre as atribuições específicas do ACS:

Desenvolver atividades de promoção da saúde, de prevenção de doenças e agravos, em especial aqueles mais prevalentes no território; Identificar e registrar situações que interfiram no curso das doenças; Orientar a comunidade sobre sintomas, riscos e agentes transmissores de doenças e medidas de prevenção individual e coletiva; Identificar casos suspeitos de doenças e agravos; Informar e mobilizar a comunidade para desenvolver medidas simples de manejo ambiental e outras formas de intervenção no ambiente para o controle de vetores (BRASIL, 2017, p. 25 – 27).

Partindo da premissa de que as suas atribuições sofreram intensas modificações frente às reformulações da PNAB, o presente estudo objetiva identificar, através da fala dos participantes, as atribuições reais e previstas ao cargo e, e destas quais realmente são valorizadas pelo profissional.

Portanto, o estudo se justifica ao passo que propõe identificar aquelas atribuições executadas no cotidiano prático, valorizadas ou não pelo ACS, e que nem sempre estão previstas e, ao mesmo tempo, identificar o domínio da zona de atuação do ACS, dentro do que está previsto para a sua função.

Com o objetivo de realizar a análise do problema exposto anteriormente, optou-se por um estudo de caráter qualitativo. Para alcançar aos objetivos propostos, foi realizada a análise de dados primários. O banco de dados foi produzido em 2016 a partir do projeto de pesquisa intitulado como “Processo de Trabalho dos Técnicos em Saúde na perspectiva dos saberes, práticas e competências” – Projeto SABERES, vinculado ao Observatório dos Técnicos em Saúde da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV/FIOCRUZ). O objetivo geral do estudo (Projeto SABERES) consiste em analisar o processo de trabalho dos técnicos em saúde que atuam na atenção básica do SUS, especificamente na ESF, nas cinco regiões brasileiras.

Para compor a amostra do estudo, originalmente, o Projeto Saberes contou com todos os profissionais técnicos inseridos na ESF: Agente Comunitário de Endemias (ACE), ACS, Técnico de Saúde Bucal (TSB), Auxiliar de Saúde Bucal (ASB), Técnico e Auxiliar de Enfermagem. No entanto, tendo em vista o objeto do presente estudo e o alcance do objetivo previamente estabelecido, somente a categoria de ACS foi eleita, compondo, portanto, a amostra de participantes que participaram do presente estudo.

Após analisar o conteúdo transcrito a partir de cada entrevista, a amostra do presente estudo conta com 20 ACS, garantindo a representatividade de todos os municípios contemplados no projeto saberes. Foram excluídas 24 entrevistas, uma vez que o conteúdo de algumas falas não contemplava aos objetivos traçados no presente estudo.

Os dados foram coletados no período de janeiro e abril de 2016. Dois pesquisadores acompanharam as atividades dos profissionais de nível técnico da ESF selecionada por cinco dias, realizando a observação participante de sua rotina de trabalho, assim como entrevistas individuais semiestruturadas. As entrevistas foram registradas em gravador digital e transcritas integralmente. Foram analisados com base na análise de discurso proposta por Bardin (1979), procedendo a categorização.

Os procedimentos da pesquisa foram autorizados pelo Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo Seres Humanos (CEP) da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV-FIOCRUZ) (CAAE: 43320275.L.0000524I).

Valorização das atribuições sob a ótica do próprio profissional

Ao analisar o conteúdo das falas, constatou-se como o ACS descreve a sua rotina de trabalho e atribui diferentes graus de importância às ações desenvolvidas. Fica evidente a dicotomia entre o tipo de trabalho reconhecido pelo ACS: aquele desenvolvido no território - para o qual atribuem maior valor - e o trabalho interno, visto como burocrático, de menor relevância.

Ainda neste mote, é possível identificar aquelas atribuições que o ACS entende como algo inerente à sua ocupação – e que de fato os compete - e aquelas que constam em sua rotina de trabalho e que não os compete, consideradas pelos próprios profissionais enquanto desvio da sua função.

Do ponto de vista do tipo de trabalho desenvolvido pelo ACS, dos 20 participantes, 17 (85%) citam a realização da visita domiciliar (VD) como parte integrante da rotina diária de trabalho; 6 (30%) referem a participação em grupos educativos; 2 (10%) comparecem no domicílio para a entrega de consultas agendados, e 2 (10%) referem ir ao domicílio para auxiliar em situações emergenciais de saúde. A atuação do ACS no território é extremamente presente e valorizada na fala dos participantes:

ACS 1: *“Gosto de fazer tudo na comunidade, eu não gosto de fazer vento aqui no posto, eu não gosto de palestra, eu gosto de fazer tudo lá. Porque onde você está é aonde está seu público, o que você está almejando, as pessoas estão ali, é o dia a dia delas. Então para você tirar elas e trazer para a unidade é mais complicado. Eu gosto de fazer tudo lá.”*

Muito em virtude da constante presença territorial, o ACS é considerado como o elo entre a comunidade e a ESF. Sua inserção do território é importante para desenvolver uma gama de atividades para a população adscrita e promover saúde naquele espaço:

[...] monitoramento de casos e resultados de intervenções; facilita o acesso à unidade; cadastra famílias e identifica situações de risco; visita domicílios; encaminha para consultas; promove vigilância e ações de educação em saúde; reflete sobre trabalho e mobilidade comunitária; realiza atividades com grupos prioritários e ações para agilizar o trabalho (SAMUDIO *et. al*, 2017, p. 754).

A VD consiste no acompanhamento realizado pelo ACS das condições de saúde das famílias de sua microárea, e busca ativa que realiza, quando necessário. Representa a principal expressão da presença do ACS no território, sendo uma das suas atribuições previstas na PNAB. Deve ser realizada de forma periódica e planejada com base nas necessidades de saúde da população (MOROSINI, FONSECA, 2018); (BRASIL, 2017).

Desde os primórdios da profissão, o ACS realiza o monitoramento territorial prioritário, direcionado a determinados segmentos populacionais, com o intuito de contribuir para a redução da morbimortalidade mais frequente nestes grupos, especialmente entre crianças. Também, são potentes ao oportunizar o acesso ao exame diagnóstico em condições como tuberculose (SAMUDIO et. al. 2017).

Os participantes revelam que a atuação territorial do ACS é planejada a partir das linhas de cuidado prioritárias, entre elas: gestantes, crianças, nutrízes, sintomáticos respiratórios e casos de tuberculose. Também descreve o investimento educativo para prepará-los para tal acompanhamento:

ACS 2: *“Sim. Eu entrei em 2005 e fiz o Introdutório. E sempre houve, sempre houve muitos, Cursos, muitos, muitos. Cursos desde... Tipo... Tinham Cursos sobre Amamentação, por exemplo... Doenças... De tudo o que você pensar de Cursos a gente tinha. Mesmo que alguns fossem palestras para que a gente soubesse mais o que é uma Tuberculose, como trabalhar com isso... Foi um tempo melhor de Curso no passado, hoje, essa Gestão... Se eu te dizer que a gente...”*

Portanto, a fala do ACS traduz a importância que agrega a sua presença no território e, ao mesmo tempo, lamenta a redução da sua presença neste espaço. É em sua microárea que pratica ações importantes para a saúde da população, consegue fortalecer o vínculo com os seus cadastrados e identifica condições de risco e vulnerabilidades, ratificando o seu papel essencial enquanto o elo entre a comunidade e equipe técnica.

No entanto, os participantes salientam que, em algumas situações, apesar de estar no território, a sua presença é puramente burocrática, citando a entrega de documentos ou insumos aos usuários:

ACS 3: *“Aí na terça eu tenho, de manhã, ou eu venho para cá, ou eu vou no morro já com algumas consultas, porque a gente vem aqui na segunda à tarde, pega consulta com a Dona do Taissa (médica), ali a*

da semana. Aí entrego as consultas, na segunda de manhã se tiver alguma consulta eu entrego.”

ACS 2: *“Então, isso você tem que ficar falando, tem que ficar... “Nossa! Dona Marcela (paciente), a senhora tem que ir lá”. Ela tem um filho que consegue trazer, mas eu acabo fazendo por ele, né? Às vezes, ela quer ir no tempo dela, e o tempo dela tem que ser o tempo dela, não o nosso. Então, ao invés de eu pegar a medicação, por exemplo o remédio controlado dela e levar para ela... A receita, na verdade. A receita. Eu já vou ali na farmácia, já pego o remédio, já levo o remédio. Eu já faço isso por ela. Porque eles, na verdade, tem que levar receita e eles se virem para ir na farmácia. Aí qualquer farmácia perto... Já vou ali, já pego, já levo o remédio, já faço isso.”*

O caráter burocrático de algumas ações, ainda que realizadas no território, também é prevista na PNAB, com destaque ao seu papel de informar quanto aos agendamentos dos usuários. (BRASIL, 2017)

Nestes casos, mesmo o ACS estando no território, nem sempre atua em direção ao acompanhamento. Frequentemente, vai ao território apenas para a entrega de consultas/agendamentos.

Tendo em vista o número expressivo de consultas a serem entregues, essa visita deixa de ser um momento produtivo, de qualidade e troca entre ACS e usuário. Não há tempo hábil para adentrar ao domicílio. O ACS comparece na residência, entrega o agendamento e dali, já segue para o outro endereço. Esta situação é chamada de “VD burocrática”, com o viés quantitativo:

Observa-se que a visita se transformou em um ato sumário, burocrático, com objetivo de cumprir uma agenda predeterminada, avisar de consultas e exames, e registrar a produção. Sem dúvida, há um desvio da função de ACS, e uma perda na qualidade do cuidado (CHUENGUE, FRANCO, 2018, p. 12).

A entrega de *kits* de odontologia pelo ACS também integra a VD burocrática. Este tipo de VD, apesar de prevista e importante, representa um ato sumário, cujo objetivo é o de cumprir uma agenda, avisar de consultas, exames e registrar a produção, apontando para o desvio da função do ACS e perda da qualidade do cuidado (MOROSINI, FONSECA, 2018); (CHUENGUE, FRANCO, 2018).

Sob a ótica do ACS, ele enxerga a VD burocrática - entrega de receitas/medicações/consultas - como algo fruto do vínculo, com o intuito de facilitar para o usuário, principalmente para o público idoso, ou por ser algo puramente

mecânico, inserido em sua rotina, sem problematizar o real motivo pelo qual lhe foi atribuído tal função.

Quanto à participação do ACS em grupos educativos, esta atribuição aparece nas falas dos participantes (30%) e constam enquanto suas atribuições na PNAB. Estes grupos consistem em ações coletivas de caráter educativo, que visam o aprendizado, mudança de hábitos e criação de vínculo. (BRASIL, 2017); (MATIAS, 2017):

ACS 12: *“Aí também tem duas vezes por mês tem o grupo de caminhada que a gente faz lá da terceira idade que é segunda quarta e sexta que a gente participa e durante a semana é visita, tem a época de campanha a gente faz palestra, vacina, assim a gente convida o pessoal, ajuda também na época da campanha da vacina. (...) a gente trabalha nas escolas que ele vai fazer palestra ou alguma coisa, ensinar escovação né, aí a gente acompanha você entendeu, fora disso, é mas assim nas escolas que a gente trabalha ou então no grupo também da caminhada da terceira idade eles vão pra ensinar os cuidados, aquele pessoal que usa prótese, dá escovação, assistência, sempre faz palestra.”*

Os grupos de educação em saúde estão fortemente incorporados à rotina de trabalho do ACS. A maior parte dos grupos, são realizados no território, junto ao enfermeiro, outro ACS ou até mesmo sozinho (COSTA *et. al*, 2013).

Entre as suas atribuições de cunho educativo, o Programa Saúde na Escola (PSE) é extremamente potente e sua importância é reconhecida pelo ACS. O PSE:

Constitui uma estratégia para a integração e a articulação permanente entre as políticas e ações de educação e de saúde, com a participação da comunidade escolar, envolvendo as equipes de saúde da família e da educação básica (BRASIL, 2007, art. 3).

O ACS compreende que as ações de educação em saúde são de sua competência e as valoriza como tal, inclusive, muitos citam a realização de grupos de forma fixa em sua rotina semanal. O ACS que atua há mais de 10 anos na ESF, demonstra valorizar ainda mais as ações de educação em saúde, ratificando o seu papel de promotor de saúde.

O trabalho burocrático, realizado no interior da unidade, também está presente na fala dos profissionais. Dos 20 profissionais entrevistados: 11 (55%) citam ações de digitação (cadastro, lançamento de VD no E-SUS, lançamento de acompanhamento das condicionalidades do BF); 7 (35%) participam de reuniões

com periodicidade distintas (reuniões gerais, de equipe, intersetoriais); 4 (20%) citam o acolhimento; 3 (15%) citam a realização do agendamento de usuários nas agendas dos profissionais da equipe técnica. E ainda: 4 (20%) realizam atividades assistenciais (aplicação de vacina, realização de curativos, sinais vitais); 2 (10%) auxiliam na limpeza da unidade; 1 (5%) cita o serviço de esterilização, assim como 1 (5%) realiza atividades vinculadas à farmácia.

Algumas falas revelam a maior permanência no interior da unidade como algo obrigatório, com o intuito gerar dados/alimentar ao sistema de informação por meio da digitação, seja das fichas de cadastro (cadastramento/atualização), seja por meio do registro simplificado das visitas como forma de alcançar à meta/produção mensal estipulada para o ACS:

ACS 3: *“É. Aí nos outros dias quando eu não estou aqui. Agora, eu acho errado, mas a gente está mais aqui do que no campo de trabalho, com essa produção. Se você não ficar aqui, bem dizer direto, você não consegue fazer produção. Você tem que fazer produção para poder mostrar que você trabalhou no final do mês, então tem hora que você tem até que inventar serviço [...]”*

Ao avaliar o sentimento atribuído à sua permanência no interior da unidade, fica evidente a insatisfação do ACS. Apesar de ser uma atribuição, o ACS não lhe atribui valor:

ACS 3: *“Aí na terça eu tenho, de manhã, ou eu venho para cá, ou eu vou no morro já com algumas consultas, porque a gente vem aqui na segunda à tarde, pega consulta com a Dona do Cristiane (médica), ali a da semana. Aí entrego as consultas, na segunda de manhã se tiver alguma consulta eu entrego. Terça a gente tem que estar aqui, e terça é o dia que eles me escolheram para poder digitar. Se não tiver a Comissão Local de saúde na segunda terça do mês, aí eu tenho que ficar digitando até as seis. Agora até as seis, graças a Deus. Não é até as sete mais não.”*

O cadastramento e sua constante atualização é uma atividade prevista e comum a todos os membros das equipes que atuam na ESF (BRASIL, 2017).

No entanto, naturalmente esta atribuição foi direcionada especificamente ao ACS e que o profissional julga ser importante em sua rotina, sendo citada por todos os ACS quando são questionados sobre as atividades desenvolvidas em sua rotina (PEDRAZA, SANTOS, 2017).

A atualização cadastral, apesar de importante para o planejamento em saúde, apresenta uma faceta quantitativa, com o foco na produção e, principalmente financeira, de modo a garantir os repasses proporcionais.

Observa-se, portanto, o viés quantitativo na produção de informações, já que a digitação das visitas, resulta em uma produção individual a qual será acompanhada e contrastada com a meta estipulada, representando o olhar gerencial direcionado ao processo de trabalho do ACS (ALONSO *et. al*, 2018).

Um agravante que observamos ao manipular o sistema de informação utilizado na atenção primária à saúde (APS) – o e-SUS - e que fortalece o ponto de vista quantitativo/produção, diz respeito ao fato de que o ACS não dispõe de campos corridos para relatar informações importantes no prontuário eletrônico (PE) e suas VD resumem ao preenchimento de fichas com respostas de múltipla escolha. Resta ao ACS se organizar em suas próprias anotações, geradas por conta própria.

As reuniões ordinárias também representam um trabalho interno para o ACS, por acontecerem sempre na unidade:

ACS 4: *“A reunião de equipe acontece toda quinta-feira das 11:00 ao meio-dia, a gente tem uma reunião de matriciamento que a gente chama, que é com a nossa equipe normal, mais o CAPS adulto, o CAPS infantil e o NASP. Aí é uma vez no mês, toda a última quinta-feira do mês e outras reuniões que acontecem [...]”*

Mesmo sendo um momento em que estão na unidade, o ACS atribui valor às reuniões de equipe, por considerar um momento propício para discussão em equipe de questões inerentes ao território, bem como de atualização de informações:

ACS 4: *“A gente divide o território, divide a sala de reuniões, a gente divide problemas, porque quando eu identifico um problema aqui e é da competência deles a gente sempre discute juntos, assim quando eles sabem de alguma coisa ele sempre passa entre a gente.”*

É um momento fértil, onde a sua função de elo e mediador é ressaltada, já que consegue compartilhar problemas e necessidades identificadas no território com toda a equipe e traçar estratégias. Muitos desses encontros, resultam em visitas domiciliares programadas (SPERONI, *et. al*, 2016).

As reuniões contribuem para ressaltar a figura do ACS enquanto membro de uma equipe multiprofissional e a sua atuação em equipe. O ACS se sente parte

importante da equipe, consegue dialogar de forma horizontal com todos os membros da equipe:

ACS 4: *“Aqui eu trabalho em equipe e tudo, a gente já passou por pessoas que tinham muitas dificuldades de trabalhar com a gente, eu vejo assim a equipe que a gente tem hoje uma equipe madura, ela não tem medo de expor, porque assim, antes eu via, eu não sei se tinha essa coisa de se sentir inferior, a pessoa nem falava, nem abria a boca pra falar do paciente só falava quando era chamado, hoje não, hoje eu vejo que todo mundo fala, todo mundo expõe, todo mundo questiona, ninguém tem medo de questionar, o outro pode passar informação nas reuniões que é onde a gente mais fala, a equipe inteira.”*

“Eu acho que foi a convivência entre a gente mesmo, e aquela coisa a gente passou para o profissional, que não se valorizava também, não levava em consideração aquilo que você falava, e hoje a gente tem uma equipe que ela te escuta, então a gente ganhou a confiança deles, de trazer aquilo que a gente tá vendo lá pra aqui dentro [...]”

O ACS, como todo integrante da ESF, deve ter o seu espaço de voz respeitado e valorizado, uma vez que representa a extensão da comunidade na equipe e, portanto, deve ter ocupação valorizada na análise de saúde do território e planejamento das ações.

Outra atividade realizada no interior da unidade, diz respeito ao acolhimento. Quando questionados sobre a sua rotina de trabalho, 7 (35%) ACS identificam o acolhimento como uma atribuição e que, em muitos momentos, é vista como algo obrigatório, imposto por meio de escala confeccionada envolvendo a todos os ACS:

ACS 6: *“Quando tem, assim, um cronograma de palestras, a gente segue. E no dia do acolhimento a gente tem que vir. E os demais, são as visitas. [...] assim, visita, eu trabalho todos os dias, na semana que eu não estou no acolhimento.”*

“[...] a questão do acolhimento é da própria secretaria de saúde. Porque, as vezes, eu até questiono, né. Eu questionei até com a minha coordenação. Porque, assim, o acolhimento, o correto é a gente ficar só 2 horas e ir pra área. Só que depende da demanda do posto, às vezes tem uma demanda menor e às vezes tem uma demanda maior. E tem horas que não dá pra sair, tem dias que tem uma demanda grande, que a gente quer ajudar, às vezes, não dá pra ficar só aquelas 2 horas. Até porque a gente tem que acolher a comunidade no posto e bem, a gente não vai ficar só essas 2 horas e sair, e deixar a comunidade ali. Às vezes, tem que ficar.”

Mesmo com escalas para o acolhimento, fica evidenciada, em sua fala, a insatisfação em deixar de estar no território, para atuar no acolhimento, citando o termo “perder” turno de visita:

ACS 6: *“A gente antes tinha que fazer 5 visitas depois do acolhimento. Aí mudou agora, então, naquele dia de acolhimento, a gente tem que dobrar a visita do outro dia. Aí a gente se questiona por isso, porque a gente termina perdendo. O acolhimento é bom, mas a gente deixa de fazer visitas, de ver alguma coisa na área que poderia ser feito. Como hoje, eu estou aqui, mas tem alguém na minha área que eu estou precisando ver. E eu estou no acolhimento. Então, termina, de qualquer forma, o acolhimento tirando a gente da área.”*
[...] *“eu perguntei por que a coordenadora, eu questionei, foi até quinta-feira passada. Eu questionei, por que a gente está no acolhimento. Ela foi questionada e veio dizer que o Ministério da Saúde prioriza que a gente esteja 2 horas no posto. Eu questionei quinta-feira. Eu vejo que é bom, porque a gente acolhe os pacientes, mas a gente deixa os pacientes na área. Veja, são 2 horas aqui, e eu tenho família que é mais de 8 KM, até eu chegar nessa última casa... Que horas eu vou chegar lá, né? Porque a realidade da zona urbana para a rural é diferente. Tem casa que a gente anda meia hora, 40 minutos para achar outra.”*

O acolhimento consiste no ato de receber, escutar e interpretar as necessidades dos usuários. No contexto da ESF, o ato de acolher contribuiu para a mudança no modelo assistencial ao possibilitar ao usuário o acesso a um cuidado justo, ampliado e integral (MOROSINI, FONSECA, 2018); (LEITE et. al, 2016).

Partindo da premissa de que a APS consiste na porta de entrada preferencial do usuário ao SUS, o acolhimento realizado especialmente pelo ACS, garante este acesso.

A permanência física de cada ACS na unidade como forma de acolher o usuário que comparece na unidade, normalmente é garantida por escalas de turnos. No entanto, a permanência por maior tempo neste espaço – muito em função da redução do número de ACS nas equipes da ESF - é sinalizada pelo ACS enquanto um grande problema para a sua prática. Assim, mesmo sendo uma atribuição de extrema importância, o ACS não enxerga como algo importante e não lhe atribuiu valor, tornando o acolhimento um momento estressante.

É importante, portanto, chegar ao meio termo entre as atividades burocráticas e territoriais, sem que haja sobreposição:

Ainda que o fato de o ACS trabalhar dentro da unidade não descaracterize completamente seu papel, uma vez que possa haver conciliação das suas atividades específicas com esse ambiente de saúde, como o registro de novos cadastros e acolhimento inicial ao usuário, diminui-se o tempo disponível para boa parte do processo de vigilância de território, que só pode ser feito na comunidade (PEDEBOS *et al*, 2018, p. 947).

Três (15%) dos ACS referem dedicar parte do seu tempo a realizar a marcação de consultas para os usuários nas agendas dos profissionais que compõem a equipe técnica, como médicos e enfermeiros:

ACS 16: *“Na quarta-feira... na terça eu já marco os atendimentos da quarta. Na quarta eu já vou fazer a marcação dos atendimentos que são consultas gerais pra quinta. Aí [inaudível] criança, gestante, gestante não, demanda geral. Resultado de exame, resultado de PCCU, [inaudível], pode ser pela [inaudível]... parte de enfermagem, os que não, a gente já vai até conseguir.”*
“Aí, na sexta-feira a gente já abre aqui e vê a marcação segundo nível. A gente coloca aquelas pessoas, tudinho, que vão ser mandadas na segunda, tanto pra médica, quanto para a enfermeira. Aí já marca comigo, aí já faz esse procedimento. E, também a reunião com a equipe na sexta-feira.”

Apesar de presente entre as atribuições do ACS, o agendamento é considerando um excesso de função (ALONSO, 2018); (SAMUDIO *et al*, 2017).

O que se observa na rotina de uma unidade é que o agendamento vai de acordo com o que é pactuado internamente, na equipe. Muitas vezes, os agendamentos são realizados em reuniões de equipe.

É importante correlacionar a atuação do ACS e as alterações nas diretrizes da AB promovidas, principalmente pela PNAB 2017. Esse documento configura um grande marco na ruptura do papel basilar do ACS enquanto promotores de saúde e elo entre a UBS e a população, caminhando em direção a uma atuação cada vez mais burocrática e interna (MOROSINI, FONSECA, LIMA, 2018).

Algumas modificações importantes nesse documento, direcionadas especificamente para a categoria do ACS, alimentam esta atuação mais interna do ACS e ressaltam o caráter utilitarista de suas atividades.

Assim, é possível destacar alguns pontos trazidos na PNAB publicada em 2017 que contribuem para tal, entre eles: a flexibilização dos parâmetros da cobertura populacional pelo ACS, a indefinição do quantitativo de ACS por equipe, a omissão de padrões diferenciados de ações e cuidados para a AB, o que contribui

para o desconhecimento dos procedimentos e ações que integram o padrão básico assistencial, admite e incentiva outras estratégias de organização da AB, alterações nas regras de composição profissional e de distribuição da carga horária dos trabalhadores nas equipes de AB, onde a presença dos ACS não é requerida na composição mínima das equipes de AB, e, por fim, a ideia de fundir as atribuições dos ACS e dos Agentes de Combate às Endemias (ACE), tornando-os um único tipo de profissional (BRASIL, 2017).

Assim, Morosini, Fonseca, Lima (2018) concluem que a presença do ACS nas equipes de saúde da família e a continuidade das ações por ele estão em risco. O maior impacto desta ameaça recai sobre as ações educativas e de promoção da saúde, e ao se tornar predominante entre as suas atribuições específicas, as atividades de produção e registro de uma série de dados e informações, o que contribuiu para a descaracterização do seu trabalho, bem como a intensificação do trabalho dos agentes que restarem nas equipes.

Outros resultados apontam para a possibilidade de identificar, na fala dos participantes, atividades que desenvolvem e julgam ser de sua competência, estando presente em sua rotina de trabalho, assim como, aquelas que não são de sua competência e acabam por realizar. Estes resultados, compõem o trabalho real do ACS, composto por atribuições que informam compor a sua rotina de trabalho, e aquelas que estão previstas, ou seja, atribuições que são desenhadas para o cargo do ACS, mas que nem sempre são postas em prática em seu cotidiano.

O trabalho real descrito pelo ACS encontra-se sintetizado através das seguintes atribuições: 17 (85%) ACS citam a VD; 12 (60%) citam burocracias de forma geral (agendamentos, cadastramento, turnos de digitação, alimentação da plataforma para acompanhamento do bolsa família, atividades de secretariado); 7 (35%) citam os grupos educativos; 6 (30%) citam as reuniões; 4 (20%) citam o acolhimento; 3 (15%) citam procedimentos assistenciais (verificação de PA, HGT, curativo, injeções); 3 (15%) citam atividades de limpeza; 2 (10%) citam entrega de medicamentos/exames/consultas; 2 (10%) citam a atuação conjunto aos agentes de endemias; e por fim: 1 cita as palestras, bem como atividades de apoio na farmácia, PSE, esterilização e comissão local (colegiado).

Quanto ao trabalho previsto, uma análise um tanto quanto preocupante é o fato de que os 20 (100%) ACS entrevistados conseguem narrar o seu trabalho real;

no entanto, apenas 5 (25%) ACS são capazes de descrever as atividades previstas para o seu cargo – aquelas que verdadeiramente deveriam desempenhar – com a nucleação em duas categorias de respostas: grupos educativos (2 ACS) e procedimentos assistenciais (3 ACS). Vale ressaltar que 1 ACS não quis responder quando questionado às atribuições prescritas.

A VD é citada como a atribuição mais presente em sua rotina. No entanto, é frequente a ideia de que a VD poderia ser mais eficaz caso o ACS estivesse apto a realizar procedimentos assistenciais:

ACS 1: *“Porque como a gente se aprofundou na área técnica, né, de técnico de auxiliar de enfermagem, foi tudo de bom para a gente. Por exemplo, a gente ia olhar um paciente que precisava fazer um curativo, a gente chegava e já dizia as técnicas, e no final de semana eu ia muito pedir o material no posto aí fazia esses curativos para eles não ficarem assim. E assim, foi muito bom porque abriu a mente da gente, pra gente poder ser mais útil...”*

ACS 9: *“Eu vejo assim, o que é que a gente deveria fazer e não faz: verificar a pressão arterial e verificar o açúcar. Devia ser, também, da nossa função.”*

ACS 13: *“Igual eu te falei, sobre aferir pressão. Porque tem gente que não tem condições de vir aqui no postinho, tão ali decadente, ou já é pessoa de idade. Eu acho assim, que eles deveriam dar um treinamento pra gente, porque acho que não tem dificuldade da pessoa aprender.”*

Assim, no entendimento do ACS, a realização de procedimentos assistenciais pelo ACS durante a VD, ampliaria a sua resolutividade, especialmente durante o acompanhamento de usuários inseridos em linhas de cuidado específicas:

[...] gostariam de contribuir mais para o processo de trabalho, visto que poderiam auxiliar no controle dos hipertensos, já que sabem aferir, atividade poucas vezes realizada na frequência orientada pela equipe pela impossibilidade de o hipertenso fazê-lo (PEDEBOS *et. al*, 2018, p. 946).

O fato de o próprio ACS valorizar a realização de procedimentos técnicos e assistenciais como forma de aumentar a resolutividade da sua VD, perpassa por questões culturalmente impregnadas, em torno da valorização curativa das ações em saúde (RIQUINHO *et. al*, 2018).

A presença das ações de educação em saúde na rotina do ACS ratifica o papel basilar do ACS, enquanto promotores de saúde, desde os primórdios da

profissão e que, desde então, impactaram positivamente nos indicadores morbidade e mortalidade (MOROSINI, FONSECA, 2018).

ACS 8: *“O nosso trabalho é a orientação, a prevenção né lá fora da unidade nós não fazemos, nós não olhamos pressão, nós não fazemos injeção né, tudo que nós fazemos é ir lá orientar, aquilo que nós não conseguimos fazer lá a gente vem aqui, chama a enfermeira, passa pra enfermeira e a enfermeira se precisar da técnica ir lá ver uma pressão, tirar um ponto, alguma coisa aí a enfermeira chama a técnica e a técnica desce com nós até onde nós tem aquele caso.”*

O trabalho burocrático, apesar de compor o seu trabalho real e consumir grande parte do trabalho do ACS, o ACS não atribui valor a esta atribuição e, muitas vezes, são executadas para cumprir ordens:

ACS 1: *“Todo dia a gente tem que estar aqui. Eu não venho à tarde porque eu coloquei para outra enfermeira que eu não entendia o que eu tinha que fazer aqui à tarde. Que aqui o pessoal vem e fica na sala, não sei, trocando ideias... eu não sei qual a minha função em ficar aqui. Enquanto estou fora faço minhas visitas, eu costumo dizer as meninas que as vezes a gente se envolve tanto que a gente quando faz o que a gente ama a gente se envolve numa forma que nem percebe o que está acontecendo. Vai numa casa: “ei, você está aí? Venha aqui que eu quero lhe mostrar minha medicação”. Daí a gente vai. Isso para mim é gratificante. Eu sei que onde eu vou estou produzindo, e aqui eu não tenho atividade para mim. Aqui você tira um prontuário, você ouve um comentário de uma colega que não satisfez você... entendeu?”*

“Que a gente tem que fazer, são questionamentos meus dessa última formação que a gente teve, a questão da digitação que a gente precisa fazer digitação, isso não é... mas pelas normas técnicas, segundo a gente ficou sabendo, a gente teria que fazer essa digitação.”

“A gente faz pela questão do andamento do processo da equipe. Agora mesmo a gente está vendo a questão do Bolsa Família. Eu não concordo com o Bolsa Família. Eu sou extremamente contra e disse. Eu sou extremamente contra porque foi um processo criado por três Ministérios e sobrecarregou os agentes de saúde.”

ACS 10: *“Então, assim... nós estamos num período que eu não gosto. Cadastro. É necessário? É bem assim, a norma é assim, todo o dia eu tenho que fazer dois cadastros. Todo dia eu tenho que fazer dois cadastros, mas eu não faço segunda e terça porque leva muito tempo e eu não vejo as minhas prioridades.”*

O acompanhamento dos beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF) é algo de extrema resistência por parte do ACS, justamente por estigmatizarem esses beneficiários como pessoas “proveitadoras”, as quais beneficiam-se do dinheiro

para não trabalhar e continuar tendo mais filhos e não trabalhar (CHUENGUE, FRANCO, 2018).

Assim, o conjunto de atividades burocráticas, apesar de compor trabalho real do ACS, acaba sendo realizado sem o real entendimento do profissional, por representarem atribuições obrigatórias e não valorizadas pelo ACS:

[...] além de encontrarem dificuldades para identificar, nomear e descrever as fichas que precisam preencher para alimentar o SIAB, também não conseguem compreender variáveis, termos e patologias que compõem esses instrumentos. Como consequência, tarefas ligadas à vigilância em saúde, apesar de sua importância para a ESF, incidem no trabalho dos ACS como meras atividades de coleta de dados estatísticos, com pouco sentido para esses trabalhadores (ALONSO et. al, 2018, p. 8).

É fortemente recomendado que as atribuições burocráticas sejam repensadas para o trabalho do ACS, objetivando dar sentido a estas ações na visão do ACS, pois muitas vezes, são realizadas norteadas pela produtividade individual de cada profissional (ALONSO et al, 2018).

ACS 3: *“É. Aí nos outros dias quando eu não estou aqui. Agora, eu acho errado, mas a gente está mais aqui do que no campo de trabalho, com essa produção. Se você não ficar aqui, bem dizer direto, você não consegue fazer produção. Você tem que fazer produção para poder mostrar que você trabalhou no final do mês, então tem hora que você tem até que inventar serviço. Porque, não tem lógica, eu tenho 750 pessoas, família eu tenho 150, 140, mas pessoas são 720, 730. Você digitar todo mês as 700. Falando tudo que tem. Eu acho impossível, falei com a Ana, acho impossível, mas a gente tenta chegar mais ou menos nesse número. Quem consegue Deus abençoa, mas eu acho que aí está mentindo. Aí na terça tem, na segunda, na segunda de manhã eu fico para ver o que vai fazer. Essa agenda minha que eu comprei, não posso perder ela de jeito nenhum. Terça a gente tem que estar aqui, e terça é o dia que eles me escolheram para poder digitar. Se não tiver a Comissão Local de saúde na segunda terça do mês, aí eu tenho que ficar digitando até as seis. Agora até as seis, graças a Deus. Não é até as sete mais não.”*

ACS 6: *“A gente antes tinha que fazer 5 visitas depois do acolhimento. Aí mudou agora, então, naquele dia de acolhimento, a gente tem que dobrar a visita do outro dia. Aí a gente se questiona por isso, porque a gente termina perdendo. O acolhimento é bom, mas a deixa de fazer visitar, de ver alguma coisa na área que poderia ser feito. Como hoje, eu estou aqui, mas tem alguém na minha área que eu estou precisando ver. E eu estou no acolhimento. Então, termina, de qualquer forma, o acolhimento tirando a gente da área.”*

[...] o PACS não tinha tanta burocracia, né. Não tinha tanto papel pra preencher. Antes era um cadastro de auxiliar, era uma ficha, a ficha A, que ali só tinha nome, idade, data de nascimento, a profissão e algumas doenças, né. E hoje, a gente preenche a ficha domiciliar. No domicílio, cada pessoa é uma folha frente e verso. E nunca dá pra fazer o cadastro totalmente na casa. Você tem que trazer trabalho para casa, porque a parte burocrática... Jesus! É muita cobrança. E também tem a parte das metas, meta de visitas, que a equipe tem que ter metas de atendimento, e de visita domiciliar também. É muita coisa. Pelo PACS era mais, vamos dizer, light, né. Não tinha tanta informação quanto hoje.”

ACS 18: *Aí 16 horas vem para cá. E quem é do horário das 6, pega as 9 e larga às 6, fica no acolhimento. Então, assim... A Estratégia mudou muito, se falava muito da qualidade, hoje não é só qualidade que você tem que fazer, é um atropelamento... É quantidade também (...) Das metas. É estranho. Até eu conseguir lidar com isso foi horrível. A qualidade é instantânea.... Você pegar uma criança, fazer aquele relatório todo com a mãe dentro de casa, tem que ficar preocupada que tem que colocar no computador. Ai de você se não colocar no computador.... Não é igual antigamente, agora você tem que fazer tudo correndo, fazer a qualidade e a quantidade. Tudo correndo. Mesmo assim eu amo a Estratégia, amo o que faço.”*

A lógica quantitativa termina por nortear as ações do ACS, considerando os indicadores de monitoramento e resultado, que refletem, numericamente, o seu desempenho. Para cada indicador, há uma meta a ser alcançada, o que corrobora para a realização de VD breves e superficiais. (MOROSINI, FONSECA, 2018)

O trabalho real do ACS também é composto por atividades outras que o profissional desempenha com o intuito de ajudar, aproveitando os turnos em que se encontra na unidade:

ACS 4: *“A equipe acaba abraçando, gosta da ideia gosta de fazer, é por gosto mesmo. Igual é uma coisa de parte da rotina mas não seria nosso fazer o que é a esterilização, mas às vezes está corrido pra caramba e eles vem e pedem pra colocar gaze no pacotinho, sei lá, pra poder esterilizar depois, são coisas do dia a dia que vão surgindo e se você está ali, normalmente a Barbara (técnica de enfermagem) faz isso, pede você pode ajudar, você não vai sair em alguma coisa importante, você pode ficar e fazer tal coisa, normalmente é solicitado por ela e as suas rotinas de trabalho aqui dentro.”*

ACS 2: *“[...] eu sou formado em Educação Física, na terça-feira eu chego aqui no horário, e eu poderia fazer essas atividades com os hipertensos e diabéticos. Mas tem o Educador Físico, que ganha para isso.”*

ACS 7: *“Quando a gente fez a primeira capacitação, o que foi passado pra nós, a gente atuaria na área fazendo as visitas*

domiciliar. E, chamando essas pessoas, quando tivessem campanhas, ou qualquer coisa, a gente trazer pra cá. Eu acho que nas campanhas... nas campanhas nós temos que atuar, ajudar. Na recepção, eu acho que não... recepção é parte administrativa, a gente só faz porque... às vezes não é nem determinado, mas se a gente bater o pé e disse que não vai, a gente não vai. Mas, às vezes, a gente gosta do gestor, muitas vezes gosta dos recepcionistas, dos atendentes, aí às vezes elas estão sozinhas, por exemplo, se tem dois, faltou um, aí ligam, pedem pra gente.”

A execução de trabalhos administrativos é frequentemente citada pelo ACS e, justificada pela deficiência de técnicos administrativos para ações que envolvam o contato com o usuário. Este auxílio, acaba por sobrecarregar o ACS e reduz o tempo para realizar as próprias atividades (PEDEBOS et. al, 2018).

A intensa cobrança da população ao ACS, também força ao profissional a tomar para si atividades que competem a outros cargos, extrapolando o trabalho previsto ao seu cargo (SANTOS et. al, 2018).

O fato de o ACS residir na comunidade, a dificuldade que o usuário apresenta em separar o profissional ACS da pessoa, acaba gerando uma carga demandante do ACS mesmo quando não se encontra em horário de trabalho. O ACS acaba por incorporar estas demandas com o intuito de não ameaçar a sua credibilidade junto à população:

[...] encontraram que a credibilidade do ACS junto à comunidade está diretamente associada à resolução das demandas dos usuários e que a manutenção dessa credibilidade é dificultada por aspectos relacionados à estruturação do serviço e à inoperância do sistema de saúde (ALONSO et. al, 2018, p. 7).

Somado à dificuldade em dissociar a imagem do trabalhador e morador, a comunidade cobra ao ACS condições que vão além dos determinantes da saúde, extravasando para outros espaços de atuação de equipamentos inseridos na rede de assistência. O ACS, principalmente aqueles que não têm muita clareza do funcionamento e da estruturação da rede, muitas vezes não consegue resolver a demanda, aumentando cada vez mais o sentimento de frustração por parte do usuário e ao próprio profissional:

Também há questões que ultrapassam o alcance das ações de saúde. Condições de vida da população, como pobreza, falta de alimentos, moradia insalubre, água contaminada, lixo, são oriundas

de determinantes socioeconômicos que fazem o ACS se sentir impotente (SAMUDIO *et. al*, 2017, p. 760).

No que diz respeito ao trabalho interno, a realização deste tipo de trabalho não descaracteriza o trabalho do ACS. As atribuições burocráticas, no interior da unidade, também compõem o trabalho previsto para a categoria. No entanto, a frequência com que são citadas no trabalho real é preocupante, e reflexo da redução do quantitativo de ACS que compõe cada equipe da ESF.

O que se observa em termos práticos é a diminuição do tempo disponível para o trabalho de vigilância territorial, o que, só pode ser feito uma vez presente no território. Portanto, com uma demanda burocrática cada vez mais crescente, o ACS tem permanecido de forma predominante no interior da unidade (PEDEBOS, 2018).

Este distanciamento do território, compromete o monitoramento, bem como as ações de promoção da saúde, e contribui para descompensar a condição de saúde de alguns usuários (RIQUINHO *et. al*, 2018):

ACS10: *“Situação tipo, tava trabalhando normalmente e disse: (...) minha vó está morrendo! ”. E era uma senhorinha que a gente visita porque ela é acamada e tudo. Ela sempre está na cadeirinha, sentada. E eu tive que deixar tudo e ir ajudar ela e ela tava apavorada. Ela fechou muito isso aqui e não tava conseguindo respirar. Ela tava sem oxigênio e aí a gente levantou, botou ela pra respirar. E ela não tava morrendo, ela estava passando mal, porque ela não estava conseguindo respirar. Fechou as vias aéreas.”*

Considerando a contextualização realizada até o momento em torno do trabalho do ACS, é essencial trazer a luz conceitos chaves em torno do trabalho real e o prescrito, com base em Christophe Dejours.

Segundo Dejours, o trabalho prescrito corresponde ao que antecede a execução da tarefa. Assume o formato de orientação, burocratização, fiscalização e parâmetro para avaliar da qualidade da ação. Já o trabalho real é a própria execução da ação real do trabalhador e que, acaba por não abarcar a complexidade do trabalho prescrito. Portanto, o trabalho real complementa o trabalho prescrito. (ANJOS *et al*. 2011)

A teoria de Dejours em torno do trabalho real e o prescrito contribui para entender a realidade da concepção do próprio ACS em torno das suas atribuições, mas principalmente, contribui para entender a dificuldade que esses profissionais apresentam para descrever suas atribuições quando foram questionados sobre.

Observa-se o intenso movimento de precarização e intensificação do processo de trabalho na ESF. Especificamente para o ACS, este fato tem contribuído para que o ACS abrace cada vez mais atribuições e tenha dificuldade em discernir o que de fato lhe compete e o que não compete.

Por fim, quando são questionados quanto à atribuição que mais atribui valor: 11 (55%) ACS citam o maior cuidado quanto à vigilância das principais linhas de cuidado (gestantes, crianças, idosos, hipertensos, diabéticos); 4 (20%) citam o cuidado com a realização dos cadastros/meta cadastral, 4 (20%) citam a ética profissional na rotina de trabalho, principalmente durante o contato domiciliar; 2 (10%) citam a VD, a presença territorial; e 1 ACS cita a análise do cartão vacinal, a escuta qualificada e o vínculo com as famílias e cadastrados.

O ACS reconhece a importância do seu trabalho de vigilância do território e associam a sua constante vigilância, principalmente voltadas às linhas de cuidado prioritárias, ao planejamento das suas ações. Entende que o seu trabalho não se resume apenas a identificação de problemas no território para que a equipe possa resolver, mas enxerga a potência que suas orientações podem ter na saúde dos seus cadastrados (PEDEBOS et al, 2018):

ACS2: *“Eu acho que o ACS é estar transmitindo o que existe na sua área, para seu Posto de Saúde saber... O Médico, Enfermeiro coordenador, que é nosso caso, até para Técnica, enfim... Até para recepção e tudo mais. O que existe na sua área, o que tem de problemas na sua área. Mas o ACS, em si, é um monte de coisas porque acaba sendo psicólogo, que tem gente que quer você lá só para conversar. Você não é Enfermeiro, mas a pessoa quer saber.... Aí você tem que dizer que você não é, entendeu? Você não tem capacidade para dizer que aquilo é uma doença...Mas ele quer falar com você. É criar vínculo com esse pessoal. Acho que o Agente de Saúde é mais ou menos isso.”*

A estadia no território é entendida enquanto uma oportunidade importante tanto para a coleta de informações e planejamento das ações em equipe, quanto para identificar as demandas da comunidade e difundir orientações à população. Assim, a VD contribuiu para manter a boa comunicação em mão dupla: tanto da comunidade em direção ao serviço de saúde, quanto do serviço de saúde em direção à comunidade. O vínculo é reconhecido enquanto uma ferramenta que facilita a comunicação com os usuários e, mesmo após estabelecido o vínculo, é de extrema importância manter uma relação ética (PEDEBOS et al, 2018):

ACS 1: *“Eu acho que é já chegar e receber as pessoas com muito amor e muito carinho, né? É a primeira coisa, você chegar e receber com amor e carinho porque é ali que elas começam a confiar em você. Do jeito que você chega, já começam a confiar. Que eles contam.... Você sabe a vida de todo mundo. Mas é por quê? Porque você já chega com amor e carinho, é aquilo ali que eles estão precisando, é aquilo ali que eles não têm, o amor e carinho das pessoas. Porque você vê uns que não tem filho, não tem nada. Tem gente que não tem filho, não tem família.... Então você chega ali, você é, naquele momento, a família deles. Então, eles só têm você para conversar. Então, quer dizer.... Eles querem contar os problemas da vida, você tem que escutar. Agora, eles estão contando, você vira as costas e vai embora? No outro dia que você voltar ele já vai te receber com duas pedras na mão.”*

Outro resultado aponta em direção ao tempo de atuação na ESF: 4 (20%) ACS apresentam 15 anos de atuação, seguidos por: 2 (10%) com 10 anos, 2 (10%) com 14 anos, 2 (10%) com 16 anos, 2 (10%) ACS com 20 anos, 2 (10%) com 22 anos e por fim, um ACS com 11 anos, apresentando o mesmo valor para o tempo de 12, 13, 17, 18 e 24 anos de atuação na ESF.

A atuação madura e experiente é uma característica do ACS da ESF, aponta para a baixa rotatividade desta categoria e favorece a formação de um forte vínculo com a população (PINTO *et al*, 2018); (CASTRO *et al*, 2017).

Considerando toda a experiência e vivência ao longo do tempo em que atua, justifica o fato de atribuírem grande valor a atribuições como a VD e aquelas que envolvem a promoção de saúde. Nos primórdios da profissão, o ACS se via menos envolvido com questões burocráticas, atuando, basicamente no território e em contato constante com a população.

Por fim, um achado importante encontrado diz respeito ao fato de que poucos profissionais 5 (25%) foram capazes de descrever as atividades prescritas para o seu cargo. Pode ser um ponto de preocupação, pois revela a pouca clareza às atribuições do próprio cargo, o que abre precedentes para a incorporação de inúmeras atribuições em seu trabalho real:

[...] o ACS se insere em um espaço de indeterminações e incertezas, sem definição clara de suas competências, habilidades e saberes. Os dados do estudo apontaram que essa indefinição pode estar abrindo precedentes para que elas assumam atividades que se distanciam de seu lócus de intervenção, o território vivido (RIQUINHO, *et al*, 2018, p. 167).

Considerando a pouca clareza em torno do que se espera para o cargo, o ACS incorpora demandas que identifica na área, muitas das quais, fogem da sua governabilidade (SAMUDIO *et al*, 2017); (KRUG *et al*, 2017).

Além da pouca clareza em relação às próprias atribuições, o fato de ser uma profissão composta por profissionais extremamente experientes e que em seus primórdios, manteve relação com a caridade, o ACS ainda assume para si algumas responsabilidades, muito em função da solidariedade e caridade ao próximo (ALONSO *et. al*, 2018).

Considerações finais

Em condições ideais, o trabalho prescrito para o ACS deveria ser sinônimo do trabalho real. Assim como, todo o trabalho prescrito, deveria dialogar com a realidade vivenciada na rotina dos serviços de saúde e, conseqüentemente, ter a sua relevância reconhecida e valorizada pelo ACS.

No entanto, foi possível observar que existe o trabalho dicotômico do ACS: o real – composto pelas atribuições que o profissional executa na rotina de trabalho, dentro das possibilidades laborais, e o prescrito – que consta em documentos norteadores para as suas atribuições – e que, nem mesmo, é reconhecido pelo ACS, ao ser identificada a dificuldade para descrevê-lo ou, simplesmente, a falta de conforto para tal. No interior do trabalho real, o ACS atribui diferentes valores as suas atividades, ressaltando a importância da sua presença no território e em grupos educativos.

Ao analisar as atribuições presentes em sua rotina de trabalho e que, portanto, compõem o seu trabalho real, ainda observamos a predominância de ações desenvolvidas no território, ainda que não desenvolvidas com a qualidade desejada pelo ACS, por se tratar de VD puramente burocráticas e com viés quantitativo. Assim, a visita do ACS perde, cada vez mais, a essência do acompanhamento e vigilância territorial, fruto da significativa presença das ações burocráticas em sua rotina de trabalho.

Outro ponto que chama a atenção é o desempenho de atividades pertencentes a outras categorias profissionais, entre elas, atividades assistenciais - majoritariamente vinculadas a categoria da enfermagem - e a maior integração e

fusão de atribuições com os agentes de endemias. A presença destas práticas em sua rotina, é a prova de que muitas das alterações presentes no texto da PNAB 2017, já estão sendo praticadas pelo ACS.

Tais achados, abrem precedentes para que o ACS sofra intensas modificações em sua atuação basilar, tendo a sua atuação raiz – enquanto promotores de saúde – sendo deslocada para uma atuação assistencialista e burocrática. Este movimento gera uma sobrecarga do ACS e corrobora com um dos achados do presente estudo: a dificuldade, que o próprio profissional refere, em relatar as atividades previstas ao seu cargo.

Outra variável analisada é o tempo em que este profissional atua enquanto ACS e a influência desta experiência em torno da percepção das suas atribuições enquanto ACS. A ESF é composta majoritariamente por ACS experientes – com mais de 10 anos de atuação. O ACS, apesar das constantes e intensas reformulações direcionadas ao cargo, valoriza as suas raízes, que envolve a atuação territorial e ações de promoção da saúde, em detrimento das atividades burocráticas e no interior da unidade.

Referências

ALONSO, C.M.C.; BÉGUIN, P.D.; DUARTE, F.J.C.M. Trabalho dos agentes comunitários de saúde na Estratégia Saúde da Família. **Revista de Saúde Pública**. Vol. 52, nº14, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/PjNYDyTH3wkVvffVP9cG8Sc/?lang=pt>. Acesso em 19 de setembro de 2019.

ANJOS, F. B. D. *et al.* Trabalho Prescrito, Real e Estratégias de Mediação do Sofrimento de Jornalistas de um Órgão Público. **Sistemas & Gestão**, v. 6, n. 4, p. 562–582, 2011. Disponível em: <https://www.revistasg.uff.br/sg/article/view/V6N4A11>. Acesso em 20 de setembro de 2022.

BRASIL. **Decreto n. 6286**, de 5 de dezembro de 2007. Institui o Programa Saúde na Escola - PSE, e dá outras providências. Diário Oficial. Seção 1, Brasília, p. 2.

_____. **Portaria n. 2.436**, de 21 de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial. Seção 1, Brasília, p. 68.

_____. **Portaria n. 2.539**, de 26 de setembro de 2019. Altera as Portarias de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, e nº 6, de 28 de setembro de 2017, para instituir a equipe de Atenção Primária - eAP e dispor sobre o financiamento de equipe de Saúde Bucal - eSB com carga horária diferenciada. Diário Oficial. Seção 1, Brasília, p. 164.

CASTRO, T.A *et al.* Agentes Comunitários de Saúde: perfil sociodemográfico, emprego e satisfação com o trabalho em um município do semiárido baiano. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 25, p. 294–301, 9 out. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadsc/a/ZrxpxGtjBGQPbG3zkYVLS5B/?lang=pt>. Acesso em 20 de julho de 2019.

CHUENGUE, A.P.G.; FRANCO, T. B. O reconhecer e o lidar dos agentes comunitários de saúde diante da bioética: entre a ética do cuidado e os poderes disciplinares. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 28, n. 4, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/5HLSv4TBz3qJFGDKDQZMKMd/abstract/?lang=pt>. Acesso em 10 de julho de 2019.

COSTA, S.M *et al.* Agente Comunitário de Saúde: elemento nuclear das ações em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, p. 2147–2156, 1 jul. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/Hp8zXRHDfctm6vFb58dRhj/abstract/?lang=pt>. Acesso em 10 de julho de 2019.

DE BARROS, D. F. et al. O contexto da formação dos agentes comunitários de saúde no Brasil. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 19, p. 78–84, 1 mar. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/nYHWR7LTww7xz5SD7WGL9yx/>. Acesso em 20 de setembro de 2022.

FAUSTO, M.C.R.; MATTA, G.C. Atenção Primária à Saúde: histórico e perspectivas. In: MOROSINI, M.V.G.C.; CORBO, A.D.A (org.). **Modelos de atenção e a saúde da família**. Rio de Janeiro: EPSJV/FIOCRUZ, 2007.

GUIMARÃES, M.S.A *et al.* Estratégia saúde da família e uso racional de medicamentos: o trabalho dos agentes comunitários em Palmas (TO). **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 15, n. 1, p. 183–203, 5 jan. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/h4zrYFwbPVcYSvz4cBsv44R/?lang=pt>. Acesso em 8 de maio de 2019.

KRUG, S.B.F *et al.* Trabalho, sofrimento e adoecimento: a realidade de agentes comunitários de saúde no Sul do Brasil. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 15, n. 3, p. 771–788, dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/DMrHxCdNGQnmGcjKSQ957KR/abstract/?lang=pt>. Acesso em 6 de agosto de 2019.

LEITE, R.S. *et al.* Estratégia Saúde da Família versus centro de saúde: modalidades de serviços na percepção do usuário. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 24, n. 3, p. 323–329, set. 2016. Disponível em: <http://old.scielo.br/pdf/cadsc/v24n3/1414-462X-cadsc-24-3-323.pdf>. Acesso em 10 de janeiro de 2019.

MATIAS, P.S. **Grupos de educação em saúde nas unidades básicas de saúde: concepções de quem faz.** 2017. 113f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Cuidado em Saúde) – UFF, Niterói.

MATTA, G.C.; MOROSINI, M.V.G. Atenção à Saúde. In: PEREIRA, I.B.; LIMA, J.C.F. (org.). **Dicionário da Educação Profissional em Saúde** – 2ªed. rev. ampl. Rio de Janeiro: EPSJV/FIOCRUZ, 2008, v, p. 44-50. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l43.pdf>. Acesso em 8 de maio de 2019.

MOROSINI, M.V. **Educação e trabalho em disputa no SUS: a política de formação dos agentes comunitários de saúde.** Rio de Janeiro: EPSJV, 2010.

MOROSINI, M.V; FONSECA, A.F. Os agentes comunitários na Atenção Primária à Saúde no Brasil: inventário de conquistas e desafios. **Saúde Debate**. Rio de Janeiro, v. 42, número especial 1, p. 2610274. Setembro 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/CtVJJm7MRgkGKjTRnSd9mxG/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 15 de agosto de 2019.

MOROSINI, M.V; FONSECA, A. F.; LIMA, L. D. DE. Política Nacional de Atenção Básica 2017: retrocessos e riscos para o Sistema Único de Saúde. **Saúde em Debate**, v. 42, n. 116 jan-mar, p. 11–24, 31 mar. 2018. Disponível em: <https://revista.saudeemdebate.org.br/sed/article/view/125/19>. Acesso em 20 de setembro de 2022.

PEDEBOS, L.A.; ROCHA, D.K.; TOMASI, Y. A vigilância do território na atenção primária: contribuição do agente comunitário na continuidade do cuidado. **Saúde em Debate**, v. 42, n. 119, p. 940–951, out. 2018. Disponível em: <https://saudeemdebate.org.br/sed/article/view/1099/220>. Acesso em 19 de julho de 2019.

PEDRAZA, D.F.; SANTOS, I. Perfil e atuação do agente comunitário de saúde no contexto da Estratégia Saúde da Família em dois municípios da Paraíba. **Interações (Campo Grande)**, v. 18, n. 3, p. 97, 31 jul. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/krgDw5DT6qr7PB4bmSknWsJ/abstract/?lang=pt>. Acesso em 10 de julho de 2019.

PINTO, E.S.G *et al.* Coordination of health care with the community in the clinical management of tuberculosis. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 71, p. 1122–1127, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/Tjx7TL4NSSpHySgP9Np5KPC/?lang=en&format=pdf> Acesso em 10 de julho de 2019.

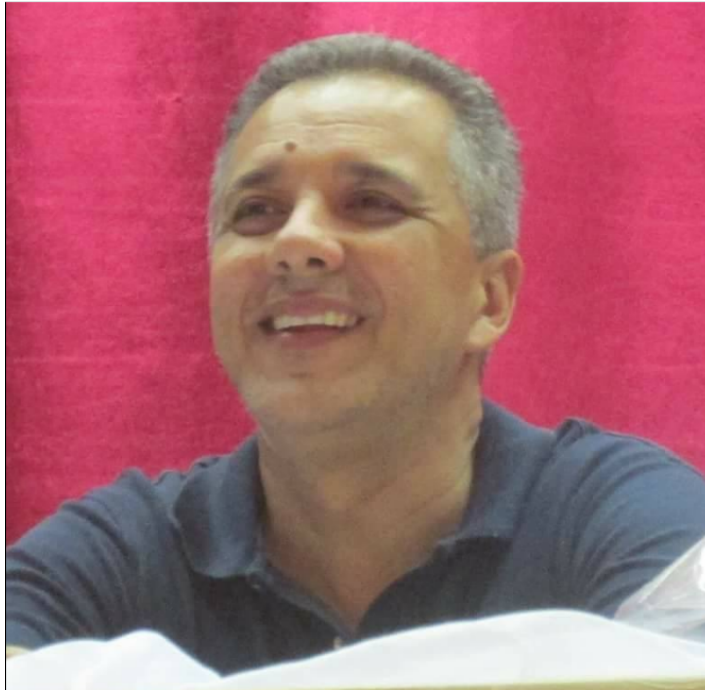
RIQUINHO, D.L. *et al.* O cotidiano de trabalho do agente comunitário de saúde: entre a dificuldade e a potência. **Trabalho, Educação e Saúde**. Rio de Janeiro, v. 16 n. 1, p. 163-182, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://www.scienceopen.com/document?vid=e9ca566b-3810-4313-b2c2-b72d6d541d0f>. Acesso em 28 de agosto de 2019.

SAMUDIO, J.L.P *et al.* Agentes comunitários na atenção primária no Brasil: multiplicidade de atividades e fragilização da formação. **Trabalho, Educação e Saúde**. Rio de Janeiro, v. 15 n. 3, p. 745-770, set./dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/jHzZsHcsCfynpHYNXjz7YCx/abstract/?lang=pt>. Acesso em 8 de janeiro de 2019.

SANTOS, A.C.D.; HOPPE, A.D.S.; KRUG, S.B.F. Agente Comunitário de Saúde: implicações dos custos humanos laborais na saúde do trabalhador. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 28, n. 4, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/scdymWdvjsNxxHNRJ7ZZsnC/abstract/?lang=pt>. Acesso em 18 de julho de 2019.

SPERONI, K. S *et al.* Percepções dos agentes comunitários de saúde: contribuições para a gestão em saúde. **Revista CUIDARTE**, v. 7, n. 2, p. 1325, 1 jul. 2016. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S2216-09732016000200010&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 8 de janeiro de 2019.

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA EM PESSOA: ENTREVISTA COM CARLOS FREDERICO LOUREIRO¹



**Entrevista com realizada pelo Grupo de Pesquisa Trabalho-educação e
Educação Ambiental (GPTEEA) do IFRJ (Campus Nilópolis)²**

Alexandre Maia do Bomfim³
Patrícia Maria Pereira do Nascimento⁴
Juliana Rodrigues de Souza⁵

¹ Entrevista recebida em 20/07/2022. Avaliado pelos editores em 29/07/2022. Aprovado em 02/08/2022. Publicado em 10/11/2022. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v20i43.55411>.

² Essa entrevista foi concedida no dia 10 de fevereiro de 2022, de forma remota. Vale dizer que sintetizamos um pouco a entrevista, e editamos para facilitar o entendimento. Tivemos que fazer algumas interferências exatamente para recolocar o sentido, dentro do texto, que julgamos ter apreendido no contexto da oralidade. Não obstante, mantivemos um pouco da conversa coloquial.

³ Doutor em Ciências Humanas-Educação. Professor Associado III do Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências (Propec) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) E-mail: alexandre.bomfim@ifrj.edu.br ORCID: [0000-0002-5617-2229](https://orcid.org/0000-0002-5617-2229).

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9426535856477661>

⁴ Doutoranda e Mestre em Ensino de Ciências (PROPEC-IFRJ); Graduada em Ciências Biológicas. Docente no Senac-RJ (Curso Técnico em Segurança do Trabalho).

Email: prof.pattynascimento@gmail.com . Lattes <http://lattes.cnpq.br/9696813281691492>;

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8654-8506>.

⁵ Graduanda do curso de bacharelado de Produção Cultural do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), campus Nilópolis. Email: jully.rodrigues2012@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8660-7107>; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1261988630021649>.

Nosso entrevistado é Carlos Frederico Bernardo Loureiro, com certeza uma das principais referências em Educação Ambiental Crítica do país. Loureiro é professor titular da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, professor do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UFRJ. Líder do Laboratório de Investigações em Educação, Ambiente e Sociedade (LIEAS/UFRJ). Foram suas graduações pela UFRJ (seu Bacharelado em Ecologia e Licenciatura em Ciências Físicas e Biológicas) que o levaram à Educação Ambiental, mas certamente foi seu percurso acadêmico posterior, seu percurso como pesquisador, assim como suas atividades profissionais e inclusive sua militância, que o conduziram para uma postura ainda mais crítica, para uma práxis sociológica-filosófica-política. Além de ser muito lido, Loureiro é formador de muitos formadores. Busca apreender a problemática ambiental, trazendo relevantes contribuições para processos educativos que se contraponham às respostas e soluções apregoadas pela educação hegemônica capitalista.

Alexandre: (...) Aqui estamos no dia 10 de fevereiro de 2022, infelizmente, ainda em tempos pandêmicos. O meu grupo de pesquisa é o Grupo de Pesquisa em Trabalho-Educação e Educação Ambiental (GPTEEA), grupo que uniu minha trajetória, a que tive na UFF com a área de Trabalho e Educação, com a pegada marxista e meu envolvimento com o GT 09 [da ANPED], somada agora à minha trajetória profissional, que fez me encontrar com você, né? [sic]. (...) Embora eu tenha visto um movimento seu em outras frentes, nos últimos tempos... Nós queremos saber de você: quem é o Fred? Além disso, por ser um intelectual orgânico, queremos conhecer sua trajetória a partir do seu próprio olhar...

Frederico: (...) Minha trajetória é toda, toda ela pessoal, ela toda vinculada às minhas discussões e à minha escolha pela Educação Ambiental. Isso aparece com mais força nos meus textos do último livro, quem não sei se já teve contato... *Educação Ambiental: questões de vida*⁶. Na verdade, eu até coloco aquele terceiro capítulo que é sobre isso, porque as pessoas me perguntavam muito sobre isso, assim... *mas você não fala muito de você e parece que é uma coisa muito visceral em você*, e é! Trouxe naquele capítulo, porque minhas escolhas todas foram feitas

⁶ Publicado em 2019, pela Editora Cortez, São Paulo.

em cima de uma inquietação que eu tinha desde pequeno. É que era, que era isso, olhar pro mundo e vê... Sentir um incômodo profundo, com a barbárie que a gente vive, com as formas de destruição, com o desprezo pelo outro. Enfim, sempre tive uma ligação muito estreita com a Baía de Guanabara, né? Fui criado em Paquetá. Então, ver a Baía de Guanabara se destruindo, se acabando. Eu sou do tempo em que ainda peguei, ainda via cavalo-marinho, né? Eu tinha que tomar cuidado nadando porque podia esbarrar numa arraia, hoje em dia não tem mais nada disso. Até arraia voltou um pouco agora, enfim... Mas a situação virou um quintalão do parque industrial, de navios, né? Então, essa inquietação que vinha desde criança em relação ao que eu via na vida, foi se vinculando às minhas escolhas profissionais. Então, eu fui fazer Biologia, na verdade motivado por isso, achei inicialmente que a Biologia ia dar conta dessa discussão e depois eu fui vendo que não, que a Biologia tinha contribuição bacana e tal, importante... Mas, enfim, essa relação sociedade e natureza traz a questão ambiental, porque demanda esse lado social, né? Porque, na verdade, as questões são sociais! O problema ambiental só existe em função de uma questão social. E aí, fui buscando uma série de outras formações e estudos, mas sempre vinculado à minha vivência, né? Movimento ambientalista, meninos e meninas de rua, que viviam em situação de rua. Enfim, nas favelas do Rio e depois isso foi se ampliando para vários grupos sociais, escolares, não escolares. E mais especificamente, para os últimos [anos], eu diria, talvez os últimos dez, quinze anos vim me aproximando do debate dos povos tradicionais, por vários motivos, né? Eu acabei me vinculando muito...

Ah... Por vários motivos, um mais estrutural, que eu diria, é a questão de que sem dúvida nenhuma é esse processo de desenvolvimento que a gente tem no Brasil, diante dessa reprimarização, essa base do extrativismo, né? Muito forte, de uma perda do processo de desindustrialização no Brasil, isso gera uma pressão enorme sobre os povos tradicionais porque na verdade (...) É o agronegócio, é a extração mineral, da madeira, e por aí vai, minério total, muito forte... Então, quem acaba sendo o sujeito prioritário aí desse [sic] debate todo? Acaba sendo/são os povos tradicionais, porque eles sofrem mais diretamente, né (...) Fui me apaixonando... por esse mundo dos povos tradicionais, pelas tradições africanas (...) e aprendi muita coisa com esses grupos e aprendo até hoje, sou totalmente vinculado a todos eles.

E aí foi uma paixão pessoal numa situação conjuntural do padrão de desenvolvimento do país que me levou a essa guinada pra [sic] povos tradicionais e aí sem dúvida nenhuma as minhas discussões acadêmicas começaram a ganhar mais essa cara nos últimos anos. Antes eu discutia muita coisa ligada à escola ou às questões teóricas mais gerais da Educação Ambiental. É mais que visivelmente, se olhar as produções dos últimos anos, elas começam assim, explícita ou implicitamente começa a aparecer muita coisa da tradicionalidade, desses povos tradicionais, de aprendizado com esses povos e de trabalho com esses povos. (...) É, tem uma relação direta com questões de entendimento de leitura de mundo [sic] do que tá [sic] se passando no país e com a minha vida mesmo. Assim, daquilo que eu gosto e de possibilidade de aprender. Assim, sou muito grato, na verdade, a esses grupos porque sem dúvida nenhuma amadureci muito como pessoa. Depois que comecei a ter contato com eles, conviver mais, estar dentro de um quilombo, estar numa vila de pescadores artesanais, de marisqueiras, de extrativistas, no norte do país, de frutas... Enfim, então, isso realmente me encantou, eu diria que a minha trajetória pessoal sempre teve [sic] vinculada às minhas escolhas acadêmicas. Na verdade, eu diria até que o meu caminho acadêmico foi em decorrência das minhas inquietações pessoais desde pequeno e a guinada nesse momento para os povos tradicionais tem a ver com essa conjuntura e com a paixão, [essa] mesma que eles despertam, são encantadores, são pessoas maravilhosas... Assim, hoje acho que dificilmente vou dar outra uma guinada [ainda que tenha] essa característica...

Realmente, na Educação Ambiental, talvez seja uma das poucas pessoas que já transitou senão por todos, por quase todos os espaços possíveis, se você reparar assim se for lendo ao longo do tempo trabalhei muito com a escola, trabalhei em unidade de conservação, gestão de água, licenciamento ambiental, movimentos sociais e por aí vai. Eu consigo transitar muito fácil por temáticas muito diferentes na Educação Ambiental e já tive ênfases ao longo da minha vida, mas acho que os povos tradicionais chegam pra ficar até minha aposentadoria.(...)

Patrícia: Sobre todo esse contexto que estamos vivendo, eu falo de todo o contexto social, saúde, ambiente. (...) a gente fica na Academia muita das vezes encastelado e falando, né? Assim, como que a gente poderia sair desse castelo, há alguma solução, você acha que tem assim uma luz no fim do túnel em relação a toda essa

conjuntura que estamos vivendo? E nós, vamos dizer assim, intelectuais, que estamos desenvolvendo trabalho de pesquisa, a gente consegue sair dessa, desses muros, é possível essa libertação?

Frederico: Olha, eu acho que a curto prazo não, né? A gente vê um momento de crise estrutural (...). Marx falava da própria dinâmica do capitalismo, ele reconhecia certas, certas condições assim que são realmente impressionantes, né? Nenhuma formação social outra consegue ter tanta maleabilidade, ser tão dinâmico e tão universal como o capitalismo conseguiu, né? Então, é claro que é uma forma social, um sistema, que tem uma capacidade de se adaptar muito grande e de superar as suas crises, [ainda que] criando outras crises também, sem igual. (...) Não tenho esse otimismo... [Há] contradições muito agudas, elas criam possibilidades pra gente, em alguma medida, por exemplo, do ponto de vista teórico, acho que cria primeiro essas possibilidades, assim hoje eu vejo pessoas retomando o debate que dentro da própria Academia assim, já se tinha se jogado fora... E hoje as pessoas tão voltando, dando passo pra trás, no bom sentido da palavra e reconhecendo alguns extremos também... Por exemplo, toda essa discussão do negacionismo, discussões de ciência, anti-razão, de relativizar por absoluto a verdade (...) tudo é só discurso, tudo é só opinião, tudo é só interpretação... E aí, esses caras começam a ficar numa situação difícil, né? Porque eles começam a ficar igual ao cara que diz que a terra é plana... E aí, fica complicado pro acadêmico... Que mobiliza pessoas, uma ideologia que mobiliza muitas pessoas no mundo, né? Mas, não para você dizer que é uma verdade. Então, acho que primeiro ponto é esse, está [se] forçando um debate crítico para ganhar um novo lugar, [algo] que estava meio perdido e hoje há [esse] reconhecimento de todo esse pensamento crítico, dessas sinucas que a gente foi se enfiado no mundo, né? Eu vejo também essas possibilidades para uma diversificação maior.

Do entendimento de quem é o expropriado nessa sociedade, a gente fica muito centrado no trabalhador assalariado, no desempregado, e hoje você é isso, você precisa entender o conjunto dos expropriados que passa pelos povos tradicionais, que passa pelos trabalhadores informais, esses caras também são sujeitos da história... E acho que hoje há uma ampliação desse entendimento importante para a própria esquerda, um amadurecimento para a própria esquerda, um reconhecimento

dessas questões de identidade que tinha de fato um certo desprezo por muitos, né? Que a gente não lê pela lógica da identidade, mas assim são questões importantes que a gente consegue hoje, a gente consegue amadurecer numa perspectiva crítica... Então, assim do ponto de vista teórico acho que tem caminhos também no sentido dessa articulação com esses sujeitos, com esses movimentos... Eu acho que isso são caminhos possíveis e que vejo que trazem coisas muito interessantes. É lógico, assim quando a gente tá no momento de crise aguda, a gente tende a não enxergar essas coisas, mas elas estão presentes, elas existem... E acho que são elementos que criaram raízes e que vão frutificar em breve. Assim, as possibilidades de algumas mudanças no plano da política para 2023, poderá recolocar algumas questões na pauta brasileira de novo... Em relação à escola, à universidade, à questão da mulher, à questão da criança, enfim, e por aí vai. Então, assim eu vejo, vejo como, com alguma esperança. Essa possibilidade de algo novo...

Agora, lógico, tem que ter muita serenidade, né? Porque se for espremido pelo imediato você tende a ficar com pessimismo muito grande, imediato é muito ruim, [temos] que ter uma paciência histórica. Entender os tempos da história também, o tempo histórico e tempo da história não é o nosso, o nosso tempo é muito *curtinho*. Então, precisamos entender isso também, os ciclos que a própria história estabelece, na dinâmica humana, no planeta, das espécies de modo geral. Acreditar na possibilidade da mudança sempre, essa é até uma condição ontológica, não é uma questão de fé, né? É ontológica para o marxismo, a mudança vem da ideia da possibilidade da transformação, porque o trabalho transforma (...). Eu acho que essas possibilidades do ponto de vista teórico, da possibilidade de articulação, de ampliar a luta antissistêmica, de estabelecer interlocuções que não existiam... [São caminhos!]

Eu acho que isso traz, do ponto de vista mais econômico, [outras] experiências interessantes: da Agroecologia, de práticas econômicas alternativas, que mostram assim que há caminhos. E aí, lógico que, se isso vai se estabelecer ou não, se isso vai preponderar ou não, aí... Eu fico muito sereno em relação a isso sempre. Porque a gente tem que fazer de qualquer forma, né? Então, a gente tem que continuar, continuar acreditando, com pé no chão, evidentemente. Agora, se isso ainda vai estar no nosso horizonte da vida ou não, mudanças mais agudas, não sei dizer,

entende? Acho que pra mim particularmente, acho que não... Enfim, mas assim não me prendo a essa discussão em particular, sei que estará no meu horizonte de vida (...).

Thiago: Eu tenho muito me preocupado muito com essas novas alternativas, porque quando eu penso muito na mudança estrutural do capitalismo... (...) Mas, enfim, aí, eu tenho lido muito, tem uma [leitura] *Outra economia é possível* do Castells⁷, muito interessante esse livro, que vai trazendo alguns [elementos novos], mas enfim... Na verdade, o que eu quero perguntar, eu estou com uma leitura muito fresca do Polanyi, né? E o Polanyi, é sobre o futuro, né? Que eu quero falar ou do presente talvez... Ele mostra que se continuar assim, você vai ter um problema social, que o problema na verdade, para o capitalismo, [para a sociedade] do livre mercado e vai destruir realmente a sociedade em si. (...) Essa galera [fascista] tá conseguindo conversar mais com a sociedade do que a gente? E por que isso acontece? (...)

Frederico: Tem dois pontos aí importante na sua fala... O primeiro vou começar, por esse final... Por que essa galera fascista (vamos simplificar aqui) acaba dialogando mais fácil, né? É interessante... Por exemplo, quando você lê os teóricos marxistas dos anos 1970... Eles estavam sinalizando para isso, lá nos anos 70, todos eles, falando assim que a América Latina iria entrar num ciclo de dependência e que iria gerar um retrocesso muito grande, uma pauperização muito violenta e que isso ia forçar para dois [possíveis] caminhos: ou as pessoas iam entender esse lugar e se convenceriam, da importância de uma perspectiva socialista ou isso iriam se radicalizar à direita... E aí, uma nova onda fascista surgiria no mundo, infelizmente acabou acontecendo o segundo caminho, mas acho que tem uma explicação muito simples pra isso... Na verdade, o diálogo se dá porque as respostas que eles dão são muito simples e de aplicação muito imediata, entende? Então, é tipo assim: [Alguém pergunta] “Tá uma merda?” (Desculpa a palavra) [Outro responde para todos:] “porque tem muito vagabundo, a gente mata vagabundo e tá resolvido o problema”... Essa lógica de raciocínio, ela funciona muito bem, né? [Mais fácil de explicar] do que você ter que explicar porque que existe gente que tá vivendo na rua, desempregada, porque que o negro é vítima de intolerância na sociedade, [pois] isso exige um complexo de argumentos que as pessoas nessa necessidade atual, que é

⁷ O livro de Castells foi publicado em 2019 pela editora Zahar, Rio de Janeiro.

muito imediata, não estão dispostas a ouvir, isso explica em parte o próprio fenômeno neopentecostal no Brasil...

Se você conversar com pessoas que são neopentecostais, eu não sei se aqui tem alguém, conversei com vários que são militantes de esquerda e que também são... Eles trazem assim a questão... O pastor [é aquele que] chega primeiro, que dá uma atenção, supre a necessidade imediata... É uma lógica muito simples, assim o que tá dentro disso aqui é bom, o que tá fora disso aqui é ruim... Essa forma de pensar atrai demais, ela é muito sedutora, até pra gente é, até quando a gente brinca de negócio futebol no fundo você cai nessa lógica, quem torce pro meu time é legal e quem não é, quero que se exploda, assim eu quero que o outro perca... A gente mesmo vai pra esse lugar, né? O que tá aqui é bom, o que tá fora não é bom. Então, é uma forma muito simplória, né? Mas que funciona, cola e responde muito rápido, responde muito rápido às nossas necessidades.

E a esquerda não sabe dar essa resposta rápida, ela não consegue dar essa resposta muito rápida. Então, é por isso, que Bolsonaro, o povo escuta mais, escuta muito mais o Bolsonaro do que a mim, entende? Não tenho a menor dúvida em relação a isso. Por que que o Lula às vezes consegue convencer? Porque ele consegue às vezes mandar um recado assim bem direto, bem pá-pum, [mas] ele sofre críticas. Na verdade, você tem que entender o que o Lula está falando, ele tá querendo alcançar exatamente esse cara, não adianta o Lula vir com sofisticação... Olha só, "eu sei que você quer comer amanhã", entendeu? Sei que você não quer morrer tomando porrada na rua, eu vou dar resposta pra isso aí... Então, eu sinto que a direita responde muito rápido porque é uma lógica muito binária mesmo, do bem contra o mal... Quem tá aqui é do bem, quem tá contra é do mal, [assim] isso cola muito fácil e aí você quer resolver, resolver é isso, matar, exterminar... A culpa é por quê [de quem]? Dos comunistas que acabaram com a família tradicional, a culpa é porque há muito pobre na rua, a culpa é porque tem muito preto que cismou que quer comer carne... São umas aberrações, mas cola, funciona. Aí você vê, o próprio assassinato do lá menino lá do congolês. Hoje até pegaram lá imagens, hoje não, ontem, anteontem conseguiram outras imagens, várias pessoas passaram.(...) Te garanto que muitos pensaram que é uma desgraça, mas que também é a realidade, né?

[Outro ponto que] me lembrei, da questão das alternativas, eu acho assim... Qual o limite dessa discussão? Por exemplo, eu acho que tem uma galera da Educação Ambiental legal, que está fazendo toda uma discussão das vivências, das experiências, experimentações... Pessoal que trabalha com povos tradicionais ou economias alternativas, economia solidária e tal. Eu acho ótimo, acho que aí tem sim algo importante, mas faltam exatamente o debate mais crítico, entender o seguinte, isso não vai se replicar naturalmente do dia pro outro. Eu acho legal pelo seguinte... Você pegar uma economia solidária, pegar a Agroecologia, pegar o modo de vida dos povos tradicionais, o modo de vida quilombola, porque eles mostram objetivamente que existe possibilidade de você viver de outra forma. O que eu mais vejo, quando estou com os povos tradicionais, é isso, quando eu estou no quilombo, numa comunidade indígena ou estou numa comunidade de pescadores é o que eu vejo, que aquelas pessoas são felizes do modo que eles vivem, que é o modo comunitário. Então, significa que existem outras formas de se viver bem, você pode ser feliz, sem precisar ser dessa forma burguesa, branca, eurocêntrica, capitalista, industrial.. Mas, daí você transpor e achar que um dia só, porque isso é legal, eu vou mostrar isso pro burguês e um dia todo mundo... Ou [mesmo] achar que o capitalismo vai tolerar... Aí (...) fica uma idealização boba, né?

É isso, a comunidade indígena vai sobreviver enquanto o capital (...) [não souber que] aqui tem uma mina de não sei quantos trilhões... (...). Então, essa idealização assim fica muito romântica, então, acho aí que está o limite, né? É muito bacana, a Ecovila... Eu orientei uma menina que estudou Ecovila, ela fez um balanço mundial, né? É uma tese que vale a pena ser lida. Ela falou de um limite hoje reconhecido no movimento de Ecovila.. É uma classe média que vai e se organiza uma vila alternativa, mas aquele que tem dinheiro acaba sendo aquele que dirige a Ecovila, porque tem dinheiro... (...)

Alexandre: Fred, algumas questões eu antecipei, não foi? [“Que autores marcaram/marcam sua formação e militância? E sendo a *Revista Trabalho Necessário* uma revista que acolhe mais as reflexões críticas especialmente as do materialismo histórico... “Como enxerga isso para a questão do ambiente e como vê em seus trabalhos?” Acrescento essas duas: (...) Que tipo de Educação Ambiental atrapalha mais do que ajuda? Que tipo de Educação Ambiental a gente ainda

consegue fazer? E como você vê as políticas que envolvem o Meio Ambiente, atualmente?

Frederico: Então tá! Vou, mas deixar assim, vou responder pontualmente [as duas primeiras] pra facilitar a vida. Então, assim, autores que me inspiraram desde o começo, né? Marx, evidentemente, né? Paulo Freire desde o começo, Saviani também, o próprio Gaudêncio [Frigotto], foram leituras importantes no começo da minha formação. Depois foram chegando alguns autores, assim como muita força, o Sartre durante um tempo, (...) Mészáros, os frankfurtianos de um modo geral. E mais recentemente o Jameson e na América Latina em particular, o Enrique Dussel... Assim de longe, assim, o cara [Dussel] mais impressionante que eu já vi em termos de domínio desses autores e pensando, a partir da América.

(...) A importância do materialismo histórico na questão ambiental é total, né? (...) Sociedade e a natureza não tem como pensar [de outra maneira sem se desejar] caminhos para superar o que tá se passando, sem entender que sociedade é essa e que interage com a natureza, que tem um metabolismo, [de como] a natureza evolui... (...) E sua destruição em massa da vida como um todo...Pra mim sem marxismo é impossível entender a questão ambiental, entender o que tá se passando atualmente no planeta.

Que tipo de educação atrapalha mais do que ajuda? Acho que, assim, eu não vou classificar tendências que atrapalham, acho que têm posturas dentro de certas tendências que atrapalham muito. Então, por exemplo, pego muito o que o Phillippe [Layrargues] classificou como Educação Ambiental pragmática, essa mais me preocupa, até [mais do que os] conservadores *stricto sensu* (...) [Muitas vezes, os conservadores estão] querendo realmente discutir questões de ecossistema, de biodiversidade... Então, acho [que é até] mais transparente naquilo que quer, tem limite, no meu ponto de vista, porque é isso... [Esse viés conservador] quer discutir uma preservação ambiental, uma proteção ambiental, há um amor à natureza, um respeito à biodiversidade como se fosse uma questão individual, ética, pessoal e não entra nas questões das relações sociais que define a materialidade desse processo e as possibilidades... Mas, acho que tem uma Educação Ambiental pragmática que apresenta posturas muito mais preocupantes, que é essa coisa de que “tudo se resolve a partir daquilo que eu faço”. É tudo muito pragmático, assim,

descartam teoria, descartam reflexão sobre o mundo e vão muito pro [sic] para o “faça sua parte”, ‘resolva aí e vamos em frente”. Isso é muito preocupante, não o “fazer a nossa parte”, evidentemente. Por isso, que eu falei de postura, porque fazer a nossa parte tem que fazer... Claro, é evidente que não vou desperdiçar coisa, jogar, deixar a torneira aberta, né? Claro, não faz sentido nenhum, mas quando você coloca como se aí resolvesse a questão, se cada um faz o que pode e aí as coisas vão se resolver, [só vai se] deslocar pro indivíduo, é cair numa lógica individualista, é não compreender as determinações sociais, é não compreender que esse indivíduo se constitui em sociedade. Portanto, também é um indivíduo contraditório que carrega suas contradições, seus limites de classe, enfim. Então, eu acho que banaliza o processo pedagógico e leva à uma simplificação e leva à uma ilusão, gera, eu já vi isso objetivamente em vários projetos, né? As pessoas ficam iludidas achando que estão [sic] resolvendo o problema, né? E, por exemplo, isso em escola eu já vi resultados que não é assim, quando você estimula demais a coleta seletiva com premiação, sem fazer o projeto pedagógico propriamente dito, muitas vezes as pessoas passam a consumir mais, ela não repensa seu consumo, porque ficam aliviadas que estão destinando pra reciclagem, pro reaproveitamento. Isso acontece, já vi isso em escola, em condomínio, entendeu? Isso cria um alívio para as pessoas. Então, é aquela história assim, se eu tomar coca-cola vai reciclar o pet, então, é tudo legal, aí o cara toma quatro litros de coca-cola. O problema é que a coca-cola não é exatamente a pet, o que vão dizer de você que não quer reciclar a garrafa pet, né? Entendeu?

Alexandre: Você lembrou, meus alunos sabem dessa história... A história de que eu tinha um aluno, que fazia gincana... Um dia ele se deu conta que a meninada estava trazendo muito óleo pra reciclar, aí começou fazer um cálculo de óleo por criança... E aí: “O que vocês estão fazendo?”. “Ah, professor, agora a gente frita tudo pra poder ganhar a competição, a gente frita tudo que pode”. Então, é essa a compreensão. E outra coisa... De uma forma mais macro, acho que até o ano 2000, um dos maiores investidores em Meio Ambiente era Souza Cruz, é quase uma indulgência, né?

Frederico: Pois é! Essa pra mim é a pior, as posturas dentro da Educação Ambiental pragmática, na classificação que o Philippe [Layrargues] fez, é a mais

preocupante, é a que tem mais aderência... Claro que há também limite na visão conservacionista... (...) [Aí no máximo] pensam em política pública em Educação Ambiental, mas como uma coisa restrita ao diálogo, como se as contradições do capitalismo não fossem determinantes e como se as questões de classe não fossem significativas...

Alexandre: A ideia do “Conciliatório”!

Frederico: É! Uma visão conciliatória, exatamente! Isso me preocupa também do ponto de vista político, porque ela se mostra como um discurso crítico, mas na hora de apresentar os encaminhamentos, principalmente no que diz respeito à política pública, vai pro [sic] tom conciliatório. É muito frágil e muito aposta nesse negócio de diálogo como se fosse problema de diálogo... Como se o problema do MST com o agronegócio fosse uma questão de não diálogo. É um projeto de sociedade diferente. Então, acho que tem aí, uma vez ouvi de um desses, tem que lembrar que no Brasil tem, o Brasil é muito grande, tem espaço pro pessoal do agronegócio, tem espaço pra Agroecologia como se fosse uma questão de espaço. Não tem espaço pra Agroecologia porque tem um projeto de campo liderado pelo agronegócio, encarnada pelo agronegócio, né? Que não é isso, não cabe Agroecologia. A questão é outra, eu diria que são dois limites consideráveis, essa visão “crítico liberal” e a visão “conservacionista”, mas, ainda assim, a que preocupa mais é a pragmática, que tem um discurso que cola muito fácil. É um pouco do que a gente estava falando da extrema-direita. Quando se fala do bem e do mal, é muito fácil. Opa! Isso aqui é beleza dá pra fazer, é como você falou, “ah, vou lá e frito tudo” depois a gente recicla óleo e tá tudo legal e vamos em frente. Putz, isso é perigoso, é muito perigoso, no momento atual é o mais perigoso...

Vou responder essas duas próximas questões [“Como vê as questões políticas que envolvem o meio ambiente atualmente?” / “Governos anteriores foram diferentes quanto às questões políticas para o meio ambiente?”] em bloco...

Há elementos visivelmente de continuidade do governo, porque o Brasil é isso, é um país periférico do capitalismo, capitalismo dependente... E cumpre um papel na geopolítica e na economia mundial muito claro. Esse movimento de desindustrialização, reprimarização, expansão do agronegócio exportador de

matéria-prima... Isso não é de agora, é um lugar que pode entrar o governo que for, isso não vai mudar muito, você consegue obviamente criar mais ou menos limites. Mas ao mesmo tempo você está ali fomentando o agronegócio, produzindo políticas pra agricultura familiar, pra Agroecologia que foi o caso do governo PT, tentou ali conciliar. Beleza, pro agronegócio, segue aí, vocês são os carros-chefes do nosso PIB junto com petróleo, mineração e tal...[sic]. Então, é preciso entender que há um elemento, uma continuidade visivelmente. Eu também não tenho essa idealização. Ah, no governo PT tudo mudou... Não, não é isso, [trata-se de um] país capitalista periférico, mas, é claro, você tem que considerar que isso não é um elemento menor... Há uma análise conjuntural, não dá pra comparar o governo PT com Bolsonaro. Porque eu conheço outros colegas da esquerda que pensam assim... Não! [Precisamos garantir] ao menos o campo democrático que vai reforçar políticas sociais importantes, garantir certos direitos, impedir uma coisa avassaladora no campo... (...) Ainda tem o aspecto ideológico: o governo [atual] é altamente conservador, fascista, então é isso... Não só eles [fascistas] querem isso, mas querem aniquilar todos aqueles que eles consideram que não tão [sic] dentro da norma. Então é isso aí, exterminar pobre, exterminar negro, exterminar LGBT, exterminar quilombola, exterminar indígena porque isso é um resquício de humanidade que tem que ser eliminado do planeta, então vem todo um arcabouço ideológico, vem junto e torna a coisa [ainda mais] absurda. Então... Há elementos de continuidade, nesse sentido do lugar econômico político do Brasil, mas obviamente isso é qualificado de um modo completamente diferente com uma política econômica de liberalização total e acabar com qualquer amarra do ponto de vista trabalhista, normativo legal da política ambiental.

Há realmente uma intolerância total e isso impõe a gente uma série de necessidades de luta de sobrevivência, algo que a gente nunca tinha vivido dessa forma. Talvez só na época da ditadura, mas mesmo assim tem situações atuais que você fala: “caramba, acho que nem na época da ditadura, isso aconteceu dessa forma”. Por exemplo, você tem hoje no governo muito mais militar do que durante a própria ditadura. Há um nível de censura, de perseguição, identificação de pessoas que são críticas ao governo, vem sendo um negócio absurdo, é isso. Essa subjetividade chegou nas redes, então, você é censurado pelos próprios bolsominions, não precisa nem ser o governo, não é nem o Estado brasileiro, [ou seja] você tem uma

malha feroz. Os caras ameaçam, os caras matam, vão atrás, perseguem. Isso realmente é algo muito ruim, é muito diferente, que legitima o que tá sendo feito, isso não existia em nenhum outro governo anterior. Então, tem aí uma marca muito forte, além dessa liberalização total, flexibilização das políticas ambientais, agora há uma política (...) perto de passar o rodo no licenciamento ambiental, [estão vindo com o] auto licenciamento, algo absurdo, o cara que vai ser empreendedor e vai se auto licenciar, é a mesma coisa, sei lá que pedir pra mim, né? (...) É o limite do impossível, (...) pedir pro [sic] empreendedor se auto licenciar é um erro, ele mesmo vai se estabelecer regras? “Olha só... Eu estou querendo explorar petróleo, então vou estabelecer a regra do que eu vou/devo fazer”.. Coisa de maluco. (...)

Alexandre: É assustador, assustador! Então, quando foi você falou assim, quando se compara com a ditadura, não sei nem se na ditadura tinha bem isso...

Frederico: É... e pensando assim nos rumos... Em relação ao agronegócio, acho que é o que tá aí, é uma força econômica enorme, que está no interior e que possui uma força política total. Eles definem governadores do centro-oeste, definem prefeito de grande parte das regiões do Brasil... [E vão assim] liberando agrotóxico, flexibilizando acesso às terras mais variadas, áreas de proteção, território indígena, eu acho que a tendência é o agronegócio expandir cada vez mais... Sei que existe um conflito interno dentro no agronegócio, uma galera que é *hard* mesmo, bota tudo abaixo e vamos em frente, mas tem um pessoal do agronegócio que é visto inclusive, como ambientalistas. É curioso isso, né? Claro que “sustentável” pelo ponto de vista do próprio capital, né? Garantir o mínimo de razoabilidade no processo até por questão de reprodução do próprio agronegócio, uma tensão que acho que pode explodir para o agronegócio “mais ecológico” pode ir pra frente. [De qualquer forma] eu acho que o agronegócio vai ser dominante por muito tempo.

Não vejo nenhuma perspectiva de ser o contrário. Acho que Agroecologia pode entrar mais um governo mais à esquerda, pode avançar, pode efetivamente do ponto de vista de política pública ganhar espaço e se consolidar como uma alternativa. Mas acho que vai ficar muito circunscrito aos limites, desde que não atrapalhe o agronegócio. (...) Gera alguma esperança que o grupo visto como ambientalista dentro do agronegócio ganhe mais força, talvez com outro governo ganhe realmente

mais força e aí favoreça um agronegócio menos destrutível que o atual, mas é sempre agronegócio...

Em relação à Educação, eu acho que vai ter que desempenhar uma batalha violenta (...). A Educação ainda é algo que está sendo explorado, que ainda tem o lastro de exploração... E os setores que fazem essa exploração na Educação? Tem um peso econômico e político maior do que tem atualmente, não estão consolidados como o agronegócio, mas é uma força sem dúvida nenhuma. Também é uma coisa que se você for ver, vem desde os governos do PSDB, passou pelos governos petistas, chega na atual lógica da privatização, de tratar como sujeito prioritário o empresariado, enfim... Que tem diferença que é isso liberais de fato na época do PT e agora são conservadores fascistas, né? Então, a Educação ganha um ar de disputa ideológica, do ponto de vista econômico é a mesma coisa, de privatizar, sucatear ensino público e por aí vai desvalorizar a carreira do docente, flexibilizar as formas de contratação do professor, enfim, a lógica é a mesma. Mas, agora tem o ideológico, não é um mais qualquer, é não pode tocar em certos assuntos e por aí vai, uma perseguição visível dentro dos espaços da Educação... [Quer dizer] ainda é um espaço têm mais possibilidade de disputa a curto prazo, eu acho que a gente tem possibilidade de conseguir reverter alguns aspectos ainda que o movimento seja muito forte, acho que tem espaço pra luta dos trabalhadores, pra gente recuperar um certo prestígio da Educação pública, recuperar, redemocratizar a universidade, entende? No sentido das eleições dos seus reitores, seu corpo diretor, de recursos para pesquisa, que é o que acabou, né? Noutro governo, eu vejo como uma possibilidade a curto prazo, de maior liberdade de possibilidade de conversa sobre certos assuntos. [De forma semelhante, num novo governo], acho que a gente tem melhores perspectivas comparativamente com o agronegócio.

Mas não quer dizer que são excelentes perspectivas, porque acho que do ponto de vista do trabalho a gente tá muito mal, dada às condições de hoje, o nível de precarização da condição do trabalho do docente é impressionante, as formas de contratação hoje. Hoje mais de 50% não são concursados. Então, existem várias formas de contratação, [inclusive] as mais precárias que vão criando prejuízos reais ao trabalho pedagógico e num desenvolvimento de qualidade. Porque, pô [sic] o cara ser contratado por tipo “uberização”, literalmente, ser contratado por hora que

alguém faltou, você cobrir a pessoa... Pior ainda, o cara está lá, vai lá trabalhar uma coisa que nem é área dele imediata, a condição da própria vida do professor a possibilidade dele se qualificar, de ter tranquilidade de vida, de estudar. Eu acho que nesse sentido a gente tá muito mal e não vejo reversão a curto prazo não, eu vejo mais no sentido do campo ideológico de uma revalorização do espaço público, da universidade, da redemocratização no sentido de reocupar certas conferências, certos espaços de discussão que a gente perdeu tudo, né? (...)

E pra área ambiental, eu já falei de modo geral, [vale reiterar] agora é devastador. Claro que tem uma esperança entrando com um candidato mais à esquerda, para recompor, como tenho visto falas do Lula, enquanto candidato favorito. Ele incorporou mais elementos de discussões de sustentabilidade, preservação, enfim. Isso pode ajudar, eu tenho esperança assim, porque ainda que não se avance muito, que se reverta o que foi perdido. (...) É... A base do Lula vai puxar pra esse lado... Mesmo porque assim, o empresário “terra arrasada” está vinculado ao Bolsonaro, né? O grande capital vinculado ao que quer derrubar tudo e explorar ao máximo não vai apoiar o Lula.

Alexandre: Pode atrapalhar o próprio agronegócio. Esse “empresário da terra arrasada” pode atrapalhar, pois os mercados internacionais estão todos de olho.

Frederico: Sim, sim! Eu tenho conversado com algumas pessoas do agronegócio e eles falam isso... Eu vejo com otimismo, assim, o PT, e sei que vai precisar fazer uma base de um empresariado verde, digamos assim. Tem alguns parâmetros, senso ético, que entende que exploração tem que ter um limite, pra própria manutenção da forma de exploração. Que hoje você conviver com esses povos tradicionais atrai o mercado internacional, né? Que se você manter a Amazônia em pé atrai o mercado internacional. Então, acho que o Lula vai por aí, vai recuperar uma regulamentação forte que tinha no Brasil, retomar a estrutura de Estado que era importante ao Brasil, IBAMA, ICMBIO, MMA. Ainda que dentro desse limite, de um capitalismo verde, mas de uma economia mais diversificada. Acho que a gente tem possibilidades razoáveis no campo ambiental, no campo da educação, vejo menos no campo *stricto sensu*, na produção agrícola e também menos, de certa forma, na questão mineral que é muito destrutiva, feroz. Mas, ainda assim, eu vejo possibilidade nesses limites de pensar algo mais no capitalismo verde, capitalismo

mais democrático, minimamente humanitário. Certos princípios éticos de respeito ao outro, coisas que hoje a gente não vive. Acredito nisso sim, acho que é uma possibilidade real pro país.

E assim, então é isso, pensando no imediato como em 2023 e 2022, é passar o ano e ganhar a eleição, ou melhor, não deixar o Bolsonaro ganhar eleição. A médio prazo imediato, pensando em 2023, e um pouco mais pra frente, eu acredito sim, nessas possibilidades de uma governabilidade petista moderada com certos princípios incorporados, de um capitalismo mais verde, uma economia mais sustentável e maior respeito aos direitos básicos de dignidade humana. E assim, pergunta que eu faria pra mim mesmo. Rapaz, eu não sei, essa é a pergunta mais difícil de todas. Não sei! O que vocês estavam pensando quando botaram essa aí.

Alexandre: (...). Então, você pode fazer o fechamento.

Frederico: Meu fechamento é nesse caminhar que eu tenho feito aí, no último livro... Assim, eu recomendo muito fortemente que vocês tenham fortes raízes nos autores marxistas, latino-americano, europeu. É claro, uma leitura latina é necessária, latino-americana pra pensar o mundo. Que vocês possam mergulhar cada vez mais nisso, sempre abertos para as lutas antissistêmicas, pra essa diversidade que se apresenta, pra outros saberes também, que é uma coisa que me ajudou muito na vida, até pra ter serenidade pra enfrentar tudo que a gente vive.

(...) Eu estou chamando atenção pra importância do diálogo com as tradições, olhar pra essas outras formas de saberes porque isso enriquece muito a nossa experiência acadêmica, profissional, de vida. E nesse caminhar da construção de um novo mundo porque eles trazem muitos elementos nessa perspectiva cada uma no seu modo de pensar o mundo, mas traz muitos elementos pra gente pensar um outro mundo. Então, vale a pena esse diálogo aí, tradições, marxismo e abertura para o diálogo.

Alexandre: [Fred, não conhecia esse seu lado de fazer lutas marciais...] De fato é um homem de luta. Oh, Fred, eu queria muito agradecer a sua generosidade... Porque você nem sabia como seria aqui, não sabia que seria uma roda de conversa... E no tempo que a gente está vivendo é muita coisa doar um tempo assim, é muita coisa, estar aqui por duas horas, sua família entrando aí,

participando... Então, assim, isso pra mim é tão militante quanto um *front* muito evidente, sabe... Tão importante quanto estar lá no agronegócio, no cerrado diante dos quilombolas, pra mim é muito parecido ao de dedicar esse tempo que você nos deu...Hoje foi um dia muito prazeroso e foi uma honra recebê-lo aqui no nosso grupo. E espero que, em breve, essa interlocução possa acontecer em situações presenciais, saudáveis e também de luta. Porque acho como você falou, 2022 é decisivo e a gente vai ter que se mostrar mesmo. porque eles são capazes ainda de se organizar. E como a gente falou aqui, refletiu aqui, como é um discurso muito fácil mesmo aqueles que parecem não estar mais com eles, são rapidamente seduzidos. Te agradeço muito! Agradeço a todos vocês, a gente tá no momento de se despedir. É muito legal você ter vindo aqui...

Frederico: Obrigado a todos pela presença e vamos continuar, tem muita coisa pra falar, conversar. Quem tá lendo o livro ⁸aí, depois se quiser, a gente pode marcar mais um encontro... Tá joia? Agora vou lá cuidar do meu pequeno..

Alexandre: Valeu, Fred! Tudo de bom.

⁸ Frederico refere-se ao livro de Karl Polanyi, publicado pela editora Campus, em 1990, intitulado “A grande transformação: as origens da nossa época.

A LUTA DOS TRABALHADORES É A LUTA AMBIENTAL E VICE-VERSA: ENTREVISTA COM DERCY TELES¹



Entrevista realizada pelo Grupo de Pesquisa Trabalho-educação e Educação Ambiental (GPTEEA) do IFRJ – Campus Nilópolis²

Alexandre Maia do Bomfim³
Thiago da Silva Oliveira⁴
Juliana Rodrigues de Souza⁵

¹ Entrevista recebida em 20/07/2022. Avaliada pelos editores em 29/07/2022. Aprovada em 10/08/2022. Publicada em 11/11/2022. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v20i43.55419>.

² Entrevista realizada no dia 03 de fevereiro de 2022, de forma remota. Resumimos um pouco a entrevista, assim como editamos parcialmente para facilitar o entendimento. Não obstante, mantivemos o tom coloquial da conversa.

³ Doutor em Ciências Humanas-Educação. Professor Associado III do Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências (Propec) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) E-mail: alexandre.bomfim@ifrj.edu.br ORCID: 0000-0002-5617-2229. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9426535856477661>

⁴ Mestre em Ensino de Ciências pelo Programa Pós-graduação em Ensino de Ciências (Propec) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) - Brasil. E-mail: thiagosilvaoliveira1989@gmail.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7417803107136987>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8855-470X>

⁵ Graduanda do curso de bacharelado de Produção Cultural do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), campus Nilópolis. E-mail: jully.rodrigues2012@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8660-7107>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1261988630021649>.

Nossa entrevistada é Dercy Teles, seringueira, primeira mulher a presidir um Sindicato de Trabalhadores Rurais na Amazônia, exatamente o mesmo sindicato que seria liderado depois por Chico Mendes. Antes da presidência e martírio de Chico, era ela quem liderava os trabalhadores rurais em Xapuri-Acre. Sua formação política se deu no interior das Comunidades Eclesiais de Base, influenciada pela Teologia da Libertação da Igreja Católica. O mandato de Dercy no Sindicato iniciou em 1981, ainda sob o Regime Militar e conforme suas próprias palavras, esteve sob “duas ditaduras: a ditadura militar e a ditadura dos camaradas homens”. A força de Dercy não deve ser registrada só nesse passado relativamente remoto, porque ela continuou militando e refletindo a situação dos trabalhadores por muito tempo, especialmente com esses que ficaram, assim como ela, nas “colocações” e na própria Reserva Extrativista Chico Mendes. A Dercy ainda tem muito a nos dizer e vai nos dizendo; ouvi-la é mexer também com nossas próprias convicções políticas...

Alexandre: Dercy, vou explicar para você qual a intenção dessa entrevista e logo depois vamos fazer as perguntas. Eu coordeno um grupo chamado Grupo de Pesquisa em Trabalho Educação e Educação Ambiental (GPTEEA). É um grupo ligado à educação, mas sempre reflete sobre educação ambiental. A gente está fazendo essa entrevista por conta da revista Trabalho Necessário, que é uma revista da UFF de colegas envolvidos principalmente com a reflexão em Trabalho-Educação, mas que acolhe várias outras perspectivas, de movimentos sociais à universidade. Então, viemos conversar com você, de maneira geral, sobre como você vê os problemas do Acre, os problemas nacionais que envolvem os trabalhadores do campo, os trabalhadores rurais, o desafio de ter essa questão ambiental sendo posta. É um pouco sobre isso que vamos conversar hoje. Eu queria começar devagar. Você disse que está agora na sede do PSOL...

Dercy: Sim... No momento estou numa rua das mais antigas, uma das primeiras ruas fundadas na cidade... Estou na chamada Rua Major Salinas, próximo ao Hospital Epaminondas Jácome, bem no centro antigo da cidade de Xapuri, à beira do Rio Acre. A casa onde eu estou, o quintal dela, vai para as margens do rio. Essa casa é onde funciona o diretório municipal do PSOL.

Alexandre: Dercy, qual a distância de Xapuri para Rio Branco? mais ou menos

Dercy: Pra Rio Branco? A distância é de 185 quilômetros.

Alexandre: E a estrada, está boa?

Dercy: Ela está razoável, sempre tem uns tapa-buracos, e a gente consegue fazer entre duas horas e duas horas e meia esse trecho, sem correr muito.

Alexandre: Mas hoje você ainda mora em Xapuri?

Dercy: Eu morei em Xapuri de 2006 a 2017, quando estive na direção do sindicato, aí, em 2017 a gente perdeu a eleição e eu retornei à minha propriedade na zona rural, que estava entregue às traças. Eu fui reativar [a propriedade] porque foram 11 anos afastada. Hoje eu moro lá na zona rural, que fica a 10 quilômetros aqui da cidade.

Alexandre: É perto da reserva Chico Mendes?

Dercy: Eu moro no entorno da reserva [Chico Mendes], ela está mais ou menos de três a quatro quilômetros distante de onde eu moro. A estrada de terra que dá acesso à reserva Chico Mendes corta a minha propriedade. Toda a movimentação que acontece lá dentro passa por onde eu moro.

ENFRENTADO DUAS DITADURAS

Alexandre: Vou passar pra [sua] história. Por onde você quiser, Dercy... Se você quiser resgatar sua infância...

Dercy: Minha história é como a história da maioria dos acreanos. Sou filha de nordestino que migrou para o Acre na época da guerra... Nasci no seringal. Aos 4 anos de idade meus pais se mudaram para esse lugar que eu moro atualmente. A gente⁶ foi criado lá e continuamos morando lá, com exceção da minha irmã que mora em Rio Branco e do meu irmão mais novo que já é falecido há três anos.

⁶ Referência aos quatro irmãos, na ordem de nascimento: Pedro Teles de Carvalho; Dercy Teles de Carvalho; Bernadete Teles de Carvalho; Emi Teles de Carvalho.

Eu me criei no seringal Boa Vista, na Colocação Pimenteira, que hoje já não é mais colocação⁷, porque houve uma divisão da área. Com a desvalorização do extrativismo, a falta de mercado e de uma política de incentivo para o extrativismo, as colocações foram loteadas e a nossa não foi diferente.

Fiz um pouco de tudo na roça, roçando as estradas de seringa, preparando as seringueiras pro [sic] corte, ajudando meus irmãos. Sempre tive uma vida ativa, tanto no trabalho de campo, como no trabalho doméstico. Tanto que hoje, apesar da idade, moro só e consigo administrar minha propriedade, cuidar da criação. Só eu e Deus. [São] Os deuses e os anjos que dão a força pra gente continuar essa luta...

Muita gente me pergunta como é que eu cheguei aonde cheguei. Porque muita gente procura conhecer minha história. Não é comum as mulheres nascidas e criadas na zona rural terem destaque no campo político e eu comecei a me destacar quando meu pai morreu. Meu pai faleceu em 1974, eu tinha 20 anos. A minha mãe era aquela mulher do lar, aquela mulher que o marido escolhia a cor do tecido. Naquele tempo, a gente comprava a “fazenda”, não se chamava tecido, era fazenda pra confeccionar as roupas. Meu pai comprava pra ela e pra nós, escolhia o modelo, ia na costureira. Ele que decidia tudo. Então, quando meu pai faleceu a minha mãe ficou perdida, e aí eu fui forçada a assumir o comando, porque meu irmão mais velho era alcoólatra e a gente sabe que quando a pessoa é dependente é um problema, nem precisa detalhar... Então, eu assumi a governança da colocação. A partir daí, eu vou me inserindo no campo político.

Em 1977, é fundado o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Xapuri, que se inicia a partir dos conflitos que começaram nos anos 1970 com a transição do extrativismo pra [sic] pecuária intensiva. Os seringalistas começaram a vender os seringais com as famílias de seringueiros morando lá dentro. E os novos donos das terras começaram a expulsar as pessoas e cometer sérias atrocidades. E aí começou o grande problema do Acre, que foi o inchamento das periferias, principalmente em Rio Branco, que é a maior cidade e por ser a maior cidade as pessoas sempre

⁷ “Colocação” é uma média extensão de terra, geralmente área que cabe a uma família, onde se encontra a casa do extrativista e as plantações de subsistência, rodeadas pela floresta. Cada colocação é formada por no mínimo por três “estradas de seringa”. “Colocação” é uma expressão muito utilizada no Acre.

migravam pra Rio Branco na expectativa de conseguir trabalho, de ter uma vida digna.

Nessa história, em 1977 é fundado o sindicato e em 1978 inicia a Teologia da Libertação aqui no Acre. Capitaneada pelo bispo Dom Moacyr Grechi, que também já partiu pra eternidade, mas, assim, foi um excelente pastor, que ajudou muito no fortalecimento dos sindicatos e incentivou muito esse trabalho da Teologia da Libertação, que propiciou a formação política de trabalhadores e trabalhadoras, assim como eu. Com isso a gente conseguiu fazer o sindicato de Xapuri, (...) um sindicato reconhecido nacional e internacionalmente, que fez muitas badalações, muitas lutas, né, nos anos 70, 80... A gente fez muita luta aqui, teve muitas conquistas também.

Essa formação da Teologia da Libertação, do Moacyr, trazia grandes pensadores, cientistas pra promover formação pros [...] animadores de grupo, [grupo] que se chamava Grupo de Evangelização nas Comunidades. Tinha Clodovis Boff, Carlos Mesters, Leonardo Boff, grandes figuras. Hoje uma colega de São Paulo mandou uma página de um livro, que o Clodovis escreveu sobre o Acre, que se chama "*Deus e o homem no inferno verde*", não sei se vocês conhecem... Ela conseguiu localizar esse livro e me mandou uma página onde ele me cita.

A gente com essas formações aprendeu muita coisa e continua aprendendo. Essa conversa que a gente está tendo aqui é uma troca, a gente conta a história e ouve a história de vocês, essa troca de experiência, de vivência de cada lugar, é uma coisa que enriquece e fortalece as esperanças de cada um de nós... Então, em 78, eu ingressei nas Comunidades Eclesiais de Base e comecei a participar dessas formações dada pela igreja.

Eu fui delegada sindical da minha comunidade, não era comum as mulheres serem sindicalizadas, só as viúvas. Mas, eu me sindicalizei, fui delegada sindical da minha comunidade e, em 1981, fui a primeira mulher a presidir um sindicato na Amazônia: o Sindicato de Trabalhadores Rurais da Amazônia. Os sindicatos iniciaram como um espaço extremamente masculino e eu sempre falo que enfrentei duas ditaduras: a ditadura militar e a ditadura dos camaradas homens, que eu convivi no sindicato. Muitos não aceitavam que uma mulher presidisse um sindicato dos trabalhadores

rurais. Mas, a gente conseguiu descobrir estratégias e quebrar esse paradigma. Tem pessoas que me perguntam como eu sobrevivi a isso tudo. Eu descobri que eu tinha que me nivelar nas informações para debater de igual pra igual com eles, [saber sobre] os problemas que eram comuns à classe trabalhadora rural naquele momento, procurei me informar e me nivelar nos debates e por aí a gente foi socializando as ideias de homens e das mulheres... A gente conseguiu trazer outras mulheres pra se sindicalizar. Eu fui a segunda presidente do sindicato de Xapuri. O primeiro foi o fundador, Luiz Damião do Nascimento, e depois de mim teve o Osmar Facundo, que também é nordestino, depois do Osmar que entra o Chico Mendes, ele foi o quarto presidente...

Alexandre: O Wilson Pinheiro não foi presidente do sindicato de Xapuri, ele era de outro lugar...

Dercy: Do município de Brasiléia, que foi fundado em 1975, fica bem próximo de Xapuri. [Foi] o primeiro sindicato a ser fundado aqui na nossa região, que a gente chama região do Alto Acre. Ele [Wilson Pinheiro] era muito parecido com Chico Mendes, parecido no sentido de lutar. Era um negro de estatura média, uma pessoa muito simpática e tinha o mesmo carisma que o Chico Mendes, de aglutinar pessoas, de conquistar a confiança dos trabalhadores, uma pessoa simples e muito responsável.

Alexandre: Eu ia te perguntar sobre ele. Ele também tinha formação católica?

Dercy: Tinha. Eventualmente ele participava desses eventos de formação, que aconteciam no mês de julho de cada ano, era uma semana de evento que acontecia em Rio Branco, na capital do estado.

Alexandre: Ele morreu em 1980. Isso foi um baque muito duro, né? Como foi a morte dele?

Dercy: Foi muito duro e teve uma repercussão local muito grande. Inclusive, os trabalhadores de Brasiléia revidaram assassinando um capataz de [da] fazenda [dos proprietários suspeitos de encomendarem a morte de Wilson Pinheiro]. A primeira e última vez que eu estive em um presídio foi visitando esses camaradas [os que

mataram o capataz] que foram presos após esse episódio... Eles ficaram lá uma porção de tempo, mas depois foram liberados.

Os fazendeiros, os proprietários das terras, eles nem andavam aqui, tinham os capatazes, os chamados gerentes, que comandavam as fazendas. Esse [tal capataz] foi assassinado porque ele era visto pelos trabalhadores de Brasília como um dos mandantes do assassinato do Wilson.

Alexandre: Qual era a maior motivação para esses embates?

Dercy: A principal motivação desses embates era garantir a posse da terra para os seringueiros, para as famílias seringueiras. Tanto que, a partir dessa organização do movimento sindical, a gente foi diagnosticando alguns instrumentos essenciais para fortalecer a luta, um deles foi a alfabetização de jovens e adultos, porque a maioria era analfabeta... Só tinha escola para os filhos dos gerentes e dos funcionários que trabalhavam ali pros [sic] seringalistas e depois pros funcionários dos fazendeiros.

A gente conseguiu fazer, com um grupo de intelectuais, a partir de uma tese de doutorado da Maria Allegretti, que estudou a vida e o modo de vida dos seringueiros do Juruá... [A gente conseguiu] elaborar uma cartilha específica pra essa alfabetização, com palavras geradoras, toda dentro do contexto do vocabulário do seringal.

A gente começou a abrir escolas alternativas. Havia, digamos, ONGs que financiaram, como a (...) CEDI, que financiou a elaboração de cartilhas⁸, (...) e o próprio Ministério da Cultura. Tinha um departamento chamado de Pró Memória que investia na Cultura, na Educação, que era do governo, lá do Ministério da Cultura, em Brasília. E junto com a alfabetização de jovens e adultos, a gente trabalhou também a inserção da assistência à saúde. Para resolver o problema econômico, trabalhamos com a questão do cooperativismo, que culminou com a fundação da Cooperativa Agroextrativista de Xapuri, inaugurada no ano que o Chico foi assassinado, em junho de 88 [alguns meses antes do assassinato]. E foi um sucesso muito grande [a organização dos trabalhadores entorno da Cooperativa].

⁸ Cartilha Poronga era o nome de um conjunto de materiais didáticos destinados à alfabetização dos seringueiros do estado do Acre. Foi elaborada pelo Centro de Trabalhadores da Amazônia (CTA) com a colaboração do Centro Ecumênico de Documentação e Informação.

Infelizmente, depois da morte do Chico teve várias dissidências. Porque começou a chegar muito recurso e o pessoal começou a brigar e deixou de dar importância para aquilo que custou tantas vidas (...).

Nessa história toda, além das escolas, da assistência à saúde e de tentar resolver a questão financeira com a cooperativa, a gente fundou, também em 1985, o Conselho Nacional dos Seringueiros, para que essa entidade trabalhasse exclusivamente propondo políticas que fortalecesse o extrativismo e garantisse a permanência das famílias de seringueiros sobrevivendo do extrativismo. Também foi criada uma entidade chamada Centro dos Trabalhadores da Amazônia, para trabalhar exclusivamente a questão da educação e da saúde. Porque a gente precisava ter um CNPJ para poder receber recursos, tanto do governo, como de entidades não-governamentais, para investir no fortalecimento dessas ideias. É tanto que, a gente conseguiu reconhecer as primeiras escolas, a gente conseguiu contratar os professores, [fazer] reconhecer o material didático utilizado. Tudo isso a gente conseguiu no primeiro governo eleito depois da ditadura, que foi o governador Nabor Júnior. Não porque eles fossem bonzinhos, mas porque a classe trabalhadora estava organizada, a da cidade, da periferia ao campo... Toda a categoria estava organizada, desde a lavadeira aos trabalhadores domésticos, até chegar na zona rural.

Nós conseguimos contratar o pessoal, os agentes de saúde, construir postos de saúde para fazer os primeiros socorros na zona rural (...). Porque acontecia muito acidente e não tinha ninguém que soubesse fazer nada [sic]. A gente conseguiu treinar pessoas, até dentista amador que extraia dente e fazia prótese, porque o pessoal tinha muito problema por causa da falta de educação com a saúde bucal. Muito problema de dor de dente, de dente estragado, e a gente conseguiu fazer tudo isso.

Alexandre: Eu fiquei curioso, como foi a sua formação?

Dercy: Olha, a minha formação se deu assim, o meu pai era um dos poucos seringueiros que dominavam a leitura e a escrita. Ele ensinou a gente a ler e escrever em casa. Quando ele morreu, eu e meus irmãos sabíamos ler e escrever. (...) Ler e escrever, não éramos alfabetizados... Porque a alfabetização é uma coisa

bem complexa, muito mais refinada. Mas, como eu sempre gostei muito de ler, aquilo que eu não entendia as pessoas foram me ajudando...

Eu consegui um dicionário e fui aprendendo sozinha, nunca tive muito tempo para ir para escola, porque estava na luta, uma hora eu estava aqui, uma hora eu estava acolá.

Eu consegui me certificar no Ensino Fundamental e no médio através daquele provão que se fazia antigamente, a gente se inscrevia, ia lá, fazia a prova e, se alcançasse a pontuação, era certificado. Não consegui fazer o curso superior por falta de tempo. Porque tinha que ficar na cidade e a minha vida sempre foi muito instável, sempre acompanhando as escolas, viajando para outros estados pra [sic] falar da experiência que a gente tava trabalhando, e aí não dava pra estudar e frequentar a escola. Até fiz dois vestibulares, fui classificada na primeira fase para pedagogia e, na segunda fase, eu fiquei reprovada. Quando as pessoas me perguntam em qual escola me formei, eu digo “na escola da vida”, que continua me formando a cada dia.

A SUPERIORIDADE DA RAZÃO

Alexandre: Dercy, você é super bem formada, super articulada, por isso essa sua política que nos dá muita coisa... Mas, uma coisa chamou a atenção, no momento que você assume como presidente, o Wilson tinha morrido há um ano mais ou menos... Era um momento de medo.

Dercy: E assumi em 1981, quando o terror estava instalado, quando estava todo mundo estremecido. Tem pessoas que dizem que os homens me usaram porque não tinham coragem de assumir a presidência. Que a presidência sempre foi muito visada. Mas, aí a gente articulou algumas estratégias de defesa. Porque o presidente não é o dono do sindicato, não é ele que decide. Inclusive, nas discussões com fazendeiros, que eles tentavam me cooptar para eu poder baixar a guarda (...), para eles conseguirem os seus objetivos, que era desocupar a área, eu falava: não! (...) *Eu tô aqui em nome de uma categoria e eu só estou autorizada a falar isso que estou falando.* Mas você é a presidente! [Interpelavam os fazendeiros] *Eu sou a presidente representante política da classe, eu não sou a dona da classe,*

eu não estou autorizada a decidir pela classe sem ter uma ata registrando que eles me autorizaram a fazer em tal negociação... E aí, eles me xingavam, sabe. O presidente da UDR⁹ era, assim, tipo um leão enjaulado, ele gritava, xingava, palavrão e eu me mantinha calma... Ele não conseguia me tirar do sério. Geralmente, uma estratégia de quem não está com a razão é fazer com que você perca a sua, para ficar igual a ele. (...)

Teve uma oportunidade que eu fiquei estremecida sabe, não fiquei apavorada, eu fiquei preocupada. Todos os poderes do estado estavam a favor do latifúndio e quando eu estava na presidência, foram presas 112 pessoas, em um “empate”. Antes de acontecer essa prisão, o delegado mandou me chamar na delegacia e juntou um pacote de papel em cima da mesa. Que eram os mandatos, as ordens que ele tinha do secretário de segurança para agir. E para me pedir que evitasse que o episódio acontecesse. Eu falei: *“Olha, teve uma assembleia geral, onde se discutiu essa situação e eu não posso desfazer o que uma assembleia deliberou. Infelizmente, está todo mundo ciente do que pode acontecer”*. Eu passei trinta dias dentro dessa área, foi no período da semana santa (...). Eu passei trinta dias dentro dessa área discutindo minuciosamente o que podia acontecer. Porque o Estado estava em peso contra a gente, o poder do Estado pesa, mas os trabalhadores decidiram que íamos fazer o empate. E o empate foi feito (...).

Alexandre: Dercy, nem todos sabem o que é empate...

Dercy: O empate no futebol é quando os dois times fazem o mesmo total de gols. Na nossa linguagem, o empate era um mutirão de pessoas que ia lá dialogar com os peões e com os capatazes, do chefe lá do desmatamento e convencê-los a desistir do desmatamento pacificamente. Ia homem, mulher, criança, ia todo mundo e aí se denominou de empate. Empatamos a derrubada.

Eu não participei de nenhum empate porque, como estratégia, nessa época matava tudo que era gente de cabeça... Tinha sido assassinado Wilson Pinheiro recentemente, então eu não ia, nem eu e nenhum presidente ia aos empates. Tinham outros diretores, mas a gente ficava fazendo o trabalho de articulação política, mas não ia lá porque eles tinham que se desiludir de que matar o presidente

⁹ União Democrática Ruralista

não resolvia... Porque a luta continuava, porque a luta não era do presidente, mas do sindicato, [que] era uma luta de classe. Nesse período, Chico Mendes era vereador do MDB. Na época só existiam os dois partidos: A ARENA e o MDB¹⁰, e tinha uma ala progressista dentro do MDB. O Chico Mendes se identificava com esse pessoal, se identificava com a luta do povo, como Aluísio Bezerra, (...) tinha Arthur Virgílio, do Amazonas.

Nesse período, da minha primeira experiência como presidente, o Chico dava apoio político na câmara. Ele denunciava da tribuna tudo que estava acontecendo e dava suporte para gente, assim como o [bispo] Moacyr e os padres da nossa paróquia. Tinha um grupo da universidade do Acre, inclusive uma dessas pessoas era doutor em enfermagem e ajudou na formação dos agentes de saúde da zona rural.

O Chico terminou o mandato filiado ao PT, mas no PT não conseguiu se reeleger a nada, nem para vereador e nem para deputado. Ele fez várias tentativas, mas não conseguiu. O primeiro vereador do PT no Acre foi o presidente do Sindicato de Xapuri que me sucedeu em 1983, ele tinha que se desincompatibilizar para assumir a cadeira de vereador e aí o Chico assumiu a presidência do sindicato.

Alexandre: Muitos foram ameaçados. Por que o Chico foi martirizado?

Dercy: Olha, o Chico levou mais ou menos 10 anos sobrevivendo em ameaças. Por ser a pessoa que mais se articulava nacional e internacionalmente, ele conseguiu arranjar muitos aliados e, como ele foi aos Estados Unidos denunciar a abertura da BR 364, que liga Rondônia ao estado do Acre, que foi uma estrada extremamente perversa... Ela [essa estrada] foi feita de uma forma desordenada, sem nenhum estudo de impacto ambiental. O Chico fez essa denúncia pro [sic] banco que estava financiando a obra e isso criou uma rixa muito grande por partes daqueles que tinham interesses na abertura dessa estrada. Ele também denunciava a questão do desmatamento, da pecuarização dos seringais. [Esses seringais] que estavam sendo devastados para dar lugar ao pasto e à criação de gado intensiva.

O estado de Rondônia foi desconstruído e reconstruído dentro de uma outra lógica dessa cultura, porque lá também era um estado extrativista, mas se você chegar lá

¹⁰ Aliança Renovadora Nacional e Movimento Democrático Brasileiro

hoje, tem gente de todo lugar do Brasil e até de outros países, mas você não encontra os originários. Os que ainda existem, estão lá nas cabeceiras dos rios, no isolamento dos índios Suruí. (..).

O Darcy Alves e seu filho (Darcy Alves) foram apenas bodes expiatórios [os assassinos condenados pela morte do Chico Mendes], mas, na verdade, tinha todo um complô que articulou esse assassinato. Tanto é que... São 185 quilômetros, numa estrada de terra na época e, no período chuvoso, que foi dezembro, mas, uma hora depois do tiro que assassinou o Chico, o jornal que pertencia a uma das figuras que mais odiava já estava fazendo a cobertura. Então, se imagina que já estava tudo preparado para acontecer naquele dia, naquela hora. Porque a gente conhecia a estrada, a gente tinha absoluta certeza que era impossível, no período de uma hora, andar 185 quilômetros numa estrada de terra, no inverno e cheia de buracos, lá em Xapuri... (...).

Alexandre: É a expressão do próprio sistema do capital... Um detalhe importante, até pro [sic] nosso grupo, em que a luta dos trabalhadores convergiria com a ambiental. O próprio Chico enxergava essa convergência?

Dercy: Teve uma distorção. Na verdade, o Chico não era ambientalista ou um ecologista propriamente dito, mas ele defendia a permanência da floresta e dos trabalhadores que sobreviviam dela, automaticamente, ele defendia o meio ambiente. Mas, na verdade, o foco da luta dele mesmo era as condições de vida para as pessoas que nasceram, cresceram e viveram da floresta. Tanto que, a gente idealizou a Reserva Extrativista Chico Mendes como um modelo de reforma agrária específico para os seringueiros. Porque os assentamentos, esses tradicionais que o governo já fazia, a gente já sabia que não funcionavam. Aqui, o primeiro assentamento que o governo fez no estado do Acre, que foi o governador Jorge Kalume, no final dos anos 1960, você pode perguntar, ninguém conhece, porque os bem-sucedidos vão comprando os lotes dos menos sucedidos.

Quando eu estava no sindicato, o INCRA vivia me mandando ofício perguntando se o sindicato tinha interesse em desapropriar o seringal Aquidaban. E eu me perguntava, *mas que seringal é esse?* O Aquidaban foi desapropriado nos anos 1960. Mas, já era uma segunda desapropriação, porque o governo desapropriou,

assentou, os assentados venderam, virou duas ou três fazendas, se não me engano... E aí o INCRA queria desapropriar pra assentar de novo. Eu falei, *não faz sentido, o povo vai ficar no assentamento onde só tem pasto e que o governo não dá assistência para que eles possam produzir?*

A CENTRALIDADE DA LUTA DE CLASSES

Alexandre: [Agora] Queria caminhar no período que você entra no PT... O PT daquele momento é um partido progressista, de intelectuais, de pessoas dos movimentos sociais, cria uma grande esperança, de maneira geral... Como é que foi esse período: a relação com o Estado, a questão agrária, a ecologia?

Dercy: Olha, é lamentável, mas foi uma grande decepção... O rebanho bovino nunca se multiplicou tanto como no período que o PT governou. Hoje, o rebanho bovino do estado do Acre é maior, mais populoso do que a população do Estado, tem mais boi do que gente. Então, isso é uma contradição muito grande e que deixa a gente muito triste, porque a gente lutou muito para construir esse partido. Suou a camisa, gastou o solado do sapato e teve essa grande decepção e o mais triste e revoltante é eles usarem o nome do Chico, dizendo que os sonhos do Chico estavam sendo realizados. [Especialmente o sonho:] “Que era o homem sobreviver da floresta com dignidade”. Agora me diga que dignidade é essa? As famílias ficaram numa situação de vulnerabilidade total, porque eles não conseguiram construir uma política de geração de renda para garantir sua sobrevivência com dignidade... Então, os que eram seringueiros naquela época foram forçados a virarem criadores de gado, porque é o produto que tem mercado garantido.

Alexandre: E a luta sindical, a luta de classes?

Dercy: A luta sindical praticamente foi anulada. A maioria dos sindicatos foram subornados. Passaram a ser cabos eleitorais. Com cargo de confiança no governo, deixaram a causa dos trabalhadores de lado. E quem se atreveu, como eu, modéstia à parte, não me vendi. Eu fui muito perseguida, muito marginalizada. Você precisava ver no dia da eleição do Sindicato de Xapuri, parecia eleição do município. Você olhava a rua na frente do sindicato e só tinha chapa branca, deputado do secretário, do chefe de gabinete, tudo que é gente do governo fazendo pressão e fazendo

campanha pra chapa deles, que era chapa da situação. Mas, a gente conseguiu vencer três eleições. Na quarta a gente perdeu. Eles conseguiram comprar o presidente da atualidade, que foi secretário geral do sindicato na minha primeira gestão e vice-presidente na segunda. Na terceira, houve uma inversão, ele foi presidente e eu fui a vice dele. E olha que eu investi nesse cara, era a grande expectativa da minha vida... Porque ele era um jovem e eu investi alto na formação dele, para que ele desse continuidade à luta, mas infelizmente essa questão da corrupção é uma coisa que parece estar no sangue da maioria dos seres humanos...

Eu não sei se aquilo foi articulado propositalmente, porque a primeira coisa que ele fez foi começar a roubar o dinheiro do sindicato e eu não poderia ignorar... Convoquei a diretoria, foi feita uma auditoria, foi comprovado [o roubo] e a gente seguiu os passos que o estatuto nos permitia, até a Assembleia Geral, que decidiria se ele seria expulso ou não. Nessa assembleia, o governo entra com tudo, lota o auditório, e a gente não tinha condições para concorrer, [então] eles conseguiram manter o cara no poder, para que ele facilitasse o acesso na próxima eleição, como de fato eles conseguiram.

Hoje ele continua na direção do sindicato, mas o sindicato só tem o prédio, não tem mais nenhuma ação, até porque não tem autoridade. O pessoal que está lá no sindicato é todo esse pessoal que o governo cooptou, esse pessoal que passou esses 20 anos na cola do governo e não apresentou nenhuma política pública que garantisse a sustentabilidade das famílias na forma tradicional, [que pudesse ser um caminho] sem devastação, sem que tivessem que virar criadores de boi.

Com que autoridade eles vão questionar o governo atual se eles passaram 20 anos e não apresentaram nenhuma proposta que viabilizasse a manutenção da floresta? Eles não têm como fazer [essa] luta, porque eles tiveram 20 anos pra transformar e nem sequer tentaram.

Alexandre: Hoje eles não podem nem fazer oposição...

Dercy: Eles tiveram um posicionamento no governo idêntico ao da direita. Trouxeram as madeireiras para roubar a reserva extrativista, empobrecer as pessoas cada vez mais. Trouxeram tudo o que você pode imaginar que é nocivo ao

ser humano, eles destruíram as comunidades. Eles destruíram a cultura. Aumentou o nível de prostituição infantil, de alcoolismo e droga dentro da zona rural. Todo esse pessoal chama isso de projeto de desenvolvimento dos produtos florestais comunitários. Mas, não tinha nada comunitário, era tudo feito por empresas que vinham de fora, que eram contratadas por agentes de fora, que se inseriram dentro das comunidades destruindo toda organização, todo modo de vida.

Alexandre: E o PSOL está se articulando com os trabalhadores?

Dercy: O PSOL faz essa tentativa, mas, ele tem uma aproximação muito grande com o PT, inclusive, nas eleições eles sempre fazem aliança... Então, assim, as pessoas veem e tem gente que já perguntou assim pra mim: *O PSOL é tão ligado ao PT, por que por que esse pessoal não fica numa sigla só?*

Alexandre: Agora, como é que está o cenário, o governo estadual tem um representante do latifúndio, né?

Dercy: Está muito difícil Alexandre! Porque teve toda uma desarticulação. Primeiro, abriram-se as estradas de terra no meio da floresta, levaram-se rede de energia para o meio da floresta. Ninguém tem mais aquele hábito dos anos 70, do vizinho visitar vizinho. Todo mundo se fala quando precisa ou se fala por telefone, porque tem antena, tem torre em tudo quanto é lugar. Não tem mais aquela de parar na casa do vizinho para tomar uma água ou café, porque todo mundo anda de carro, anda de moto. Assim, foi um desastre total. Eu sempre digo que eu não consigo ver um horizonte que se possa voltar a articular esse povo, a não ser quando eles caírem na real... As escolas que trabalhavam isso, que propiciaram esse fortalecimento do sindicato no passado, se transformaram em escolas tradicionais. As crianças sequer aprendem o ofício de trabalhar na zona rural porque eles ficam naquela ilusão de que se estudam para arranjar emprego e não aprendem a trabalhar na zona rural, com isso o índice de marginalidade aumentou. O presídio está com superlotação e essa população, essa juventude, ficou na terra de ninguém. Eu chamo “terra de ninguém” porque eles nem são rural e nem são urbano [sic], eles acabam se envolvendo com as facções e terminando atrás das grades.

Alexandre: E como está a reserva Chico Mendes hoje?

Dercy: Com essa desvalorização do extrativismo, as “colocações de seringa” deixam de ter importância para quem mora naquele local e aí eles começaram a lotear, eu chamo de favela rural. Onde morava uma família, já chegou a ter doze e, como eu falei antes, os bem-sucedidos vão comprando dos menos sucedidos e acaba ficando um ou dois donos daquela área enorme, que antes era uma colocação de seringa. Porque as colocações de seringa eram de 400, 500 até 1000 hectares, dependendo da localização, eram áreas extensas. Com esses loteamentos as pessoas ficam sem ter onde morar e migram para a periferia da cidade. As propriedades se tornam propriedades de pessoas da zona urbana, que investem no setor rural para criar boi, mas aí não mora ninguém. Por exemplo, daqui, nesses dez quilômetros, se você depender de tomar um copo de água nesse trecho, você não consegue, porque todas as propriedades têm dono, mas as casas estão todas fechadas, porque os donos moram na cidade. Eles vão lá no final de semana olhar o gado e domingo à tarde retornam. É uma pastagem só! Nesses dez quilômetros, daqui até onde eu moro, você só vai ver floresta lá onde eu moro. Mas, daqui até lá, é uma pastagem só...

E na reserva não é diferente, porque não tem como sobreviver sem pensar na geração de renda para que as pessoas possam adquirir os bens que se tornam [cada vez mais] necessários, [ainda mais] com a chegada da energia e com a chegada da estrada. Com a estrada no meio do sol ninguém consegue andar. Debaixo da floresta a gente andava o dia inteiro. Aí chega a energia e a primeira coisa é uma televisão, né?

Outro detalhe que também está contribuindo pra esse amortecimento das lutas são as igrejas protestantes. Porque elas pregam que Jesus está prestes a fazer o arrebatamento, então, a gente não precisa se preocupar com a situação, porque Jesus vai levar todos os seus para o céu, e pra entrar no céu tem que entrar na igreja primeiro... Tem igrejas nos recantos mais longínquos que você pode imaginar, dentro da floresta...

Alexandre: E nenhuma articulação da igreja católica?

Dercy: A Teologia da Libertação também foi banida. Porque, a gente às vezes se recusa a admitir que as igrejas são grandes empresas e que elas têm interesses

capitalistas por trás. A Teologia da Libertação estava levando as pessoas a fazerem esses questionamentos.

Alexandre: Como foram as eleições de 2018 e qual a perspectiva para 2022?

Dercy: O Bolsonaro teve a maioria dos votos dos acreanos. Como as pessoas não têm formação política para fazer o discernimento, eles querem saber de se vingar. [Embora] às vezes eu fale de informação, de falta de instrução, nem sempre é assim, porque, inclusive um amigo meu, que trabalhou num projeto que eu falei de educação e saúde, ficou tão decepcionado com as atitudes dos governos petistas, que se filiou ao PSDB e passou a ser formador político do PSDB. Então, [para esse caso] não é falta de informação... É, tipo assim, uma forma de manifestar a insatisfação. De manifestar o ódio. Isso não resolve nada. O que deveríamos ter feito, era ter sido vigilante. Porque eu acho que uma coisa nos faltou (...): que foi a gente não vigiar. Eu sempre digo que a gente tem que confiar, mas tem que vigiar para que antes que o barco afunde a gente possa se salvar. O PT deixou um saldo tão negativo, que só quem defende são aqueles poucos que se beneficiaram. Por isso a maioria votou no Bolsonaro e no Gladson [de Lima Cameli, atual governador do Acre], independentemente de ser o que são... E as pesquisas que estão sendo feitas previamente tão dizendo que, se as eleições fossem hoje, Bolsonaro ganharia no Acre e o Gladson ganharia no primeiro turno.

Alexandre: Dercy onde você depositaria sua esperança?

Dercy: Nessas conversas que a gente tem, [que possam] despertar a juventude para retomar a luta, que alguém inicie esse chamamento de retomada da luta de classes, para poder botar ordem nessa baderna que virou o Brasil. Que é cada um por um e Deus por todos [sic]. Mas, aqui em Xapuri, que já foi o berço da luta no passado, eu não consigo visualizar muita esperança... Porque os jovens do próprio Chico Mendes não conhecem a história dele. As filhas do Chico Mendes participaram de toda essa barbárie que o PT cometeu no governo. Elas estavam juntas apoiando e legitimando esse falso discurso que [deturpava] os ideais do Chico [dizendo que] estavam sendo realizados. Tudo em troca de dinheiro.

Alexandre: Sobre partidos, representação partidária, participação democrática e futuro...

Dercy: Em relação às perspectivas, no momento são um tanto remotas... Eu, por exemplo, acredito muito na organização de classe, eu acho que a mudança só vai ocorrer se as classes estiverem organizadas, para, a partir disso, conduzir os partidos políticos através da eleição. Na representação eleita onde eles ficam lá e nós cá, nada vai mudar e a prova já aconteceu... Então, a gente tem que aproveitar todos esses erros que a gente viveu e quando tiver a oportunidade de ter um partido de confiança da maioria dos brasileiros, quando um parlamentar for eleito [sic], a gente tome o cuidado de acompanhar e de fazer com que essa pessoa entenda que ela não é dona do mandato, o mandato pertence a quem o elegeu. Eu, como presidente do sindicato, sempre usei essa estratégia: eu sou a presidente dos trabalhadores, não a dona. O mandato pertence a eles, eles me deram e tiram quando quiser. O problema é que a gente ainda não aprendeu a lidar com essa função, a gente elege e aí deixa o cara lá, ninguém procura cobrar o plano que ele apresentou no decorrer da campanha. Isso é um aprendizado que eu, particularmente, acho que prevalece.

Em relação ao que fazer para manter a coragem, acho que a questão está em compreender o nosso papel de cidadão e cidadã, a nossa história de vida, do nosso país, do nosso município, no nosso estado, da nossa comunidade. Nós temos uma responsabilidade enquanto cidadãos. As pessoas sempre perguntam como que eu resisto, porque desde os 24 anos de idade que eu vivo nessa luta. Agora eu dei uma recuada, mas digo assim: *agora eu só conto a história e vocês fazem a luta*. Não dou mais conta, mas, o que faz a gente ter coragem é a compreensão do dever. Eu sempre uso o exemplo da beija-flor: “estava acontecendo um incêndio na floresta e a beija-flor, um pássaro minúsculo, começou a carregar água no bico, gotículas d’água, e jogar no incêndio; os outros pássaros disseram, ‘Mas você tá ficando louca? Você não está vendo que com essas gotinhas d’água você não combate esse incêndio?’ e ela responde, “Estou fazendo minha parte, se cada um fizer a sua a gente constrói o todo, a gente consegue apagar o fogo”. É isso que mantém a esperança viva, de que cada um de nós tem que fazer a nossa parte. Se a gente

não conseguir, não vamos ficar com o peso na consciência. A gente só vai saber se dá resultado ou não se a gente tentar...

Em relação aos partidos políticos, como eu disse, a gente tem que ser vigilante, tem que estabelecer compromissos. Fazer como o PT iniciou fazendo... No início, o PT agia assim. Inclusive, o primeiro deputado estadual eleito no Acre foi expulso por não cumprir o que estava estabelecido no regimento interno do partido. Só depois que assumiram os poderes executivos de fato, eles começaram a mudar o comportamento, porque era cômodo para quem estava lá no poder.

Eu fico muito feliz por ter essa oportunidade de dialogar com vocês e acho que é trocando ideia que a gente se fortalece e constrói uma nova estratégia de luta pra esse Brasil, para essa moçada aí, essa moçada que precisa de uma sociedade justa e igualitária. Porque eu já estou descendo a serra...

Alexandre: Dercy, eu discordo totalmente do “descendo a serra”. Você tem muita luta ainda pela frente. Agora queria aproveitar para dar realmente o fechamento dessa conversa. Você está dizendo que só está contando história, mas essa história é importantíssima para gente. Ela precisa ser contada e recontada e não é só contar história, como se fosse pouco, mas o fato de você tentar se organizar para estar aqui hoje, sei o quanto foi difícil, por isso queria reforçar uma coisa que é o seguinte: a luta é importante e a gente luta também com as armas que tem. No momento você nos deu quase duas horas de fala, isso é muita coisa... Temos todas as contradições pela frente. Os desafios dessa luta de classes que você reivindicou e que eu reivindico também, essa luta que tem nuances, tem aprendizados, tem revisões... O que a gente não pode deixar de ter à frente é a compreensão de que ela é necessária enquanto luta de classes e cada vez isso fica mais claro. É fato que a gente tem diante de nós alguns desafios, um é, pelo menos, recuperar uma trilha ou um caminho, trazer, de novo, a luta, a esperança política e, sobretudo, a discussão política. Agora, eu queria muito agradecer porque você veio firme, como sempre, na sua integridade, você nos deu muita coisa e muito do que você nos deu a gente vai [precisar] debater e conversar. Te agradeço muito, Dercy... Foi um dos maiores momentos do nosso grupo, um momento muito bonito.

Dercy: Para mim também foi muito importante, até porque esse período de pandemia [Covid 19], aliado com o momento político que a gente tá vivendo, está afastando muito mais as pessoas, umas das outras, impedindo esses debates de forma presencial, que é muito mais salutar... [De qualquer maneira,] a tecnologia nos possibilitou fazer um debate, uma discussão dessas, sem ter que se deslocar. Eu estou aqui sentada confortavelmente e vocês também...

Agradeço pelo convite, pela escolha, de fazer parte dessa conversa com vocês e dizer também que estou à disposição para outras oportunidades, se porventura forem necessárias. Eu já tive aí no instituto de vocês duas vezes, agora é nosso terceiro diálogo. Eu espero que a gente continue dialogando para fortalecer as ideias e trocar as experiências que são necessárias. Um grande abraço para todos vocês e sucesso aí na luta, a gente continua junto...

Alexandre: Obrigado, querida Dercy...

AGRONEGÓCIO ACIMA DE TUDO, AGRONEGÓCIO ACIMA DE TODOS: DESCONSTRUINDO A EDUCAÇÃO ANTIAMBIENTAL DOS HOMENS DE (AGRO)NEGÓCIO¹

Alexandre Maia do Bomfim²

Resumo

Este artigo é desdobramento de uma pesquisa intitulada "O agronegócio e seu rastro de mentiras e destruição: um estudo sobre trabalho-educação e ambiente na perspectiva da luta de classes". O objetivo foi estudar a campanha publicitária "Ágro: A indústria-riqueza do Brasil", para destacar seus objetivos, observar a estética, ressaltar seu conteúdo, mostrar suas contradições. Isso foi feito sobre as peças publicitárias, compartilhando inferências no percurso da análise. Constatou-se que a campanha é um velamento de um lado do agronegócio, especialmente antiambiental, excludente e desigual.

Palavras-chave: agronegócio e meio ambiente; agronegócio e educação; agronegócio e mídia; hegemonia; educação midiática.

AGRONEGOCIOS SOBRE TODO: DECONSTRUYENDO EDUCACIÓN ANTIAMBIENTAL DE (AGRO)EMPREENDEDORES

Resumen

Este artículo es una derivación de una investigación titulada "La agroindustria y su rastro de mentiras y destrucción: un estudio sobre el trabajo-educación y el medio ambiente en la perspectiva de la lucha de clases". do Brasil", para resaltar sus objetivos, observar la estética, resaltar su contenido, mostrar sus contradicciones. Esto se hizo sobre las piezas publicitarias, compartiendo inferencias en el transcurso del análisis. Se constató que la campaña es un velo de un lado del agronegocio, especialmente antiambiental, excluyente y desigual.

Palabras clave: agronegocios y medio ambiente; agroindustria y educación; agronegocios y medios de comunicación; hegemonía; educación en medios.

AGRIBUSINESS ABOVE ALL: DECONSTRUCTING ANTI-ENVIRONMENTAL EDUCATION FROM (AGRO)BUSINESS MEN

Abstract

This article is an offshoot of a research entitled "Agribusiness and its trail of lies and destruction: a study on work-education and the environment from the perspective of class struggle". do Brasil", to highlight its objectives, observe the aesthetics, highlight its content, show its contradictions. This was done on the advertising pieces, sharing inferences in the course of the analysis. It was found that the campaign is a veil on one side of agribusiness, especially anti-environmental, exclusionary and unequal.

Keyword: agribusiness and environment; agribusiness and education; agribusiness and media; hegemony; media education.

¹ Artigo recebido em 17/08/2022. Primeira avaliação em 02/09/2022. Segunda avaliação 19/08/2022. Terceira avaliação em 01/09/2022. Aprovado em 23/09/2022. Publicado em 10/11/2022.

DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v20i43.55646>.

² Doutor em Ciências Humanas-Educação. Professor Associado III do Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências (Propec) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ)

E-mail: alexandre.bomfim@ifrj.edu.br. Lattes <http://lattes.cnpq.br/9426535856477661>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5617-2229>.

Introdução

Lá em cima daquele morro,
Passa boi, passa boiada,
Mas, só passa se for pouco...
Se for do agronegócio...
Segura seu moço
Porque não sobrar um toco (Adaptação da canção popular)

Antes da introdução deste ensaio, vale registrar que é fruto de uma pesquisa de pós-doutorado realizada entre março de 2020 e março de 2021, ou seja, um estudo realizado no período crítico da pandemia. Pesquisa que gerou um relatório intitulado “O agronegócio e seu rastro de mentiras e destruição: um estudo sobre trabalho-educação e ambiente na perspectiva da luta de classes”. Apesar das adversidades que vieram com a pandemia, o escopo principal foi mantido: estudar o agronegócio e suas implicações para o meio ambiente, para o trabalho e para a educação. A primeira parte (de apelo mais teórico) do relatório dessa pesquisa foi uma breve teorização sobre como esse agronegócio se atrelaria ao conceito de neodesenvolvimentismo e se contraporía ao conceito de agroecologia. O trabalho de campo foi realizado a partir de um roteiro para o “centro do agronegócio”, uma viagem de aproximadamente 3.700km que começou no Rio de Janeiro e se estendeu pelo interior de São Paulo, sul e noroeste de Minas, até o sul e norte de Goiás. Outros capítulos importantes tiveram ou terão desdobramentos noutras publicações, como os estudos que fizemos com as imagens do trabalho de campo, confrontando com as imagens de satélites, como as entrevistas de educadores ambientais, pesquisadores, trabalhadores e militantes de movimentos sociais ligados à questão ambiental (BOMFIM, 2022). O que trouxemos para cá, para constituir este artigo, foi o quadro analítico sobre a campanha publicitária “Agro, a Indústria-Riqueza do Brasil”.

Aqui apresentaremos uma análise direta sobre as propagandas de TV (peças publicitárias) da Campanha “Agro: A indústria-riqueza do Brasil” disponíveis no portal G1 da Rede Globo (PORTAL G1, 2022). Focamos nessa Campanha da maior Rede de TV do Brasil, embora outras emissoras também possuam suas campanhas de apoio ao agronegócio (BAND, 2018), muito por conta de seu tamanho, seu destaque, por ter sido posta entre as propagandas comerciais, pela apresentação estética, por sua penetração na sociedade etc. Fizemos um quadro qualitativo que

buscou apreender elementos de destaque entre os 140 *links* disponibilizados no portal G1. Vale dizer que há erros na disponibilização dos vídeos por parte do site, há alguns que se repetem integralmente, como exemplo. Não podemos garantir que as datas apresentadas no site foram exatamente as mesmas das veiculadas à época na televisão. Há alguns temas que reaparecem depois de algum tempo, mas, nesse caso, é para renovar os números e informações de conteúdo dentro da peça publicitária.

Pretexto: pode o agro ser tudo?

O primeiro e um dos itens principais que a campanha quer instalar é que “o agronegócio está em tudo”. Isso é mais importante de se dizer, até mais do que tentar mostrar a força tecnológica do setor ou do quanto é popular. Mostrar que dependemos do agro, de que ele é estruturante, cria uma relação de dependência e de fatalidade ao ponto de ser impossível enxergar alternativas para a sociedade.

Vale ressaltar algumas características gerais antes de inferirmos alguns pontos mais à frente. As peças sempre iniciam com seus temas após a chamada da campanha (em que o narrador diz: “Agro: A indústria-riqueza do Brasil”). Pode-se dizer que são seus próprios títulos iniciais os quais já revelam o que a propaganda intenciona promover, como: “borracha é agro”, “pêssego é agro”, “batata é agro”, passando por outros que não são itens exatamente da agricultura ou da criação de animais como “gente é agro”, “pesquisa é agro”, assim vai... Alguns itens reapareceram em vários momentos, especialmente em novos anos da campanha, pois em cada ano algumas peças voltam para reiterar o setor e atualizar seus números. As propagandas, na maior parte dos casos, em relação ao produto em questão, tentaram demonstrar: a) sua força histórica; b) sua internacionalização; c) seus números expressivos; d) sua rede, sua malha com outros setores; e) sua ligação com a tecnologia e pesquisa; f) sua sustentabilidade; g) sua força econômica; h) sua participação no mundo do trabalho; i) seu valor social etc. O que buscamos foi ver o quanto essas intenções se sustentam ou o que escondem...

Sobre como estão organizados no Portal G1, simplesmente seguimos a ordem oferecida pelo site e na data exposta (que estão no quadro 1 abaixo). Notamos que algumas peças não somente se repetiram em anos diferentes, mas no

mesmo e ao lado uma da outra. Caso haja erros, caso haja incompatibilidades, caso não estejam parelhos com o momento que foram exibidos na TV, não nos coube e não nos interessou investigar, pois não haveria nenhuma interferência significativa nisso para nossas análises.

Quadro 1: Analisando os 140 *links* dos Vídeos (peças) da Campanha Publicitária “**Agro: A indústria-riqueza do Brasil**” disponíveis no Portal G1, datados entre 27 de junho de 2016 até 16 de fevereiro de 2022.

Número do link em fevereiro de 2022	Título (frase inicial) da peça	Números na propaganda		Sobre pessoas envolvidas	Comentários, curiosidades, contradições. A rede que estabelece...		
		Sobre exportações	Sobre movimentações e faturamentos				
1	Pêssego é Agro (16 de fevereiro de 22)		1 bilhão de reais ano	7 mil pessoas	Sucos, caldas, licor...		
2	Borracha é agro		28 bilhões de reais ano				
3	Gergelim é agro	70 milhões de dólares por ano		Mais de 5 milhões	“Agro é gente” É mostrado o pequeno agricultor, mas o que tem a ver com grande?		
4	Fruta é água	1 bilhão de dólares (em 2021)					
5	Agro é gente (2021)						
6	Pastel com cana de cana é agro						
7	Orgânico é agro						
8	Abelha é agro					100 milhões de dólares	Elas polinizam...
9	Batata é agro						
10	Acerola é agro						
11	Agricultura familiar é agro						
12	Tecnologia é Agro						Plasma do cavalo serve até para produção de medicamentos
13	Cavalo é agro						
14	Romeu e Julieta é agro						
15	Cana é agro						
16	Maracujá é agro		1 bilhão de reais				
17	Ovo é agro		48 milhões de dólares	16 bilhões de reais			
18	Agro está presente em						

	todas as horas do dia				
19	Banana é agro	26 milhões de dólares	13 bilhões de reais		
20	Tempero é agro				Novos mercados
21	Bambu é agro				
22	Arroz é agro				
23	Carne vegetal é agro				
24	Pesquisa é agro				
25	Irrigação é agro				
26	Maçã é agro	40 milhões de dólares	7 bilhões de reais		
27	Energia é agro				Brasil está entre os maiores produtores de energia renovável no mundo
28	Feijoada é agro				
29	Agricultura familiar é agro (2020)				
30	Leite é agro				
31	Abacate é agro				
32	Couro é agro		1 bilhão de dólares ano		
33	Mandioca é agro	120 milhões de dólares (castanha)			Quanto vale um cafezinho?
34	Caju é agro				
35	Você sabe quanto vale um cafezinho?				
36	Tecnologia digital é agro				
37	Agro é gente				
38	Milho é agro		75 bilhões		100 milhões de toneladas
39	Produção sustentável é agro				Brasil tem como dobrar produção sem desmatar. Plantio direto. Usar área degradada é um caminho (Mas, por quem foi degradada?)
40	Cooperativa é agro		200 bilhões de reais	209 mil pessoas no setor	
41	Agro está no que você usa				
42	Pão com manteiga é agro		Trigo - 40 bilhões de reais		

43	Madeira é agro				Cultivo de árvore diminui desmatamento
44	Guaraná é agro				
45	Confiança é agro				Trajeto do arroz e feijão (continuam trabalhando...)
46	Confiança é agro				Agro na pandemia
47	Produtividade é agro				Produtividade do cerrado... 20 a 35% da área deveria ser preservada... é? (10% do café, 50% da soja e milho e quase a totalidade do algodão)
48	Bem-estar animal é agro				
49	Goiaba é agro		800 milhões de reais	6 mil pequenos produtores	
50	Porco é agro		16 bilhões		Cada fêmea tem 30 leitões ano
51	Tecnologia é agro				Sobre agroflorestal
52	Feijão é agro		9 bilhões (vemos atualizações dos dados)		Ganhou mercado internacional
53	Uva é agro (2019)		5 bilhões/ano		
54	Tecnologia e agro				Tecnologia do Nordeste
55	Fruta é agro		4 bilhões		
56	Pecuária é agro				Pecuária de precisão
57	Melancia é agro		1 bilhão reais		2 milhões de melancia toneladas
58	Cana é agro				8% da energia do país por conta do vapor?
59	Horta é agro				Dispensa de agrotóxicos... Só o lado positivo
60	Agro é diversificação				
61	Agro é diversificação (repetido)				
62	Algodão é agro		41 bilhões de reais		Segundo maior exportador mundial
63	Gente é agro			8 milhões de jovens ocupados	8 milhões de jovens ocupados com o agro? Como assim?
64	Frango é agro		62 bilhões de reais		Que orgulho: crescimento em 42 dias
65	Bicho da Seda é agro			7 mil pessoas no campo	
66	Peixe é agro				
67	Agro é tech				
68	Plantio direto é agro				Plantio direto é sustentável
69	Peru é agro	270 milhões de dólares			

70	Café é agro	5 bilhões de dólares	20 bilhões			
71	Mamão é agro		900 milhões		Menor impacto? E até o chifre vira berrante.	
72	Irrigação é agro			33 mil		1,6 bilhão
73	Armazém é agro					
74	Soja é agro		140 bilhões/ano	1,4 milhão		
75	Amendoim é agro		1 bilhão			
76	Boi é agro		76 bilhões			
77	Limão é agro (2018)		80 milhões de dólares	1,2 bilhão		
78	Agro na Globo em 2018					
79	Manga é agro			60 mil pessoas só no Nordeste		
80	Ração é agro		58 bilhões		Soja e milho nessa base	
81	Palmeiras é Agro		600 milhões de reais (só açaí)			
82	Abacaxi é agro			74 mil pessoas		
83	Controle biológico é agro		500 milhões por ano (farmácias)			
84	Flor é agro		7 bilhões	200 mil empregos		
85	Erva-mate é agro		2 bilhões	500 mil pessoas		
86	Cabra é agro					
87	Cabra é agro					
88	Cabra é agro			10 milhões de cabras na mão de agricultura familiar		
89	Agro é gente...					
90	Girassol é agro					
91	Cavalo é agro					
92	Cavalo é agro (repetiu)		16 bilhões por ano (roda)	600 mil pessoas		
93	Energia é agro				Energia sustentável... cínicos	
94	Agro é mais pop e tech que do você conhece					
95	Coco é agro		1,1 bilhão de reais	700 mil		
96	Borracha é agro		346 milhões de reais			
97	Búfalo é agro		1,1 bilhão de reais			
98	Abelha é agro		121 milhões de dólares			
99	Água é agro					
100	Presença feminina no agro					
101	Porco é agro			600 mil empregos	Serve até para "fazer" órgãos	
102	Batata é agro		3,6 bilhões			

103	Tomate é agro (2017)		14 bilhões de reais		
104	Mandioca é agro		11 bilhões reais		Amido na roupa, na lubrificação...
105	Agro é gente			34 milhões de pessoas	
106	Cogumelo é agro				Pratos sofisticados...
107	Ovelha é agro				Lã, leite, queijos finos Agricultores familiares
108	Orgânico é agro				Versões orgânicas... Adubo e nutrientes da natureza, pragas combatidos pelos inimigos naturais
109	Castanha é agro	130 milhões de dólares			Equilíbrio saúde e meio ambiente?
110	Boi é agro		5,3 bilhões de dólares	1,6 milhão	Maior exportador do mundo. 215 milhões de cabeças
111	Trigo é agro		41 bilhões de reais	500 mil pessoas	
112	Agro é tudo!				Remédios, indústria farmacêutica, Plásticos biodegradáveis
113	Ovo é agro	41 milhões de dólares			39 bilhões de ovos
114	Agro tecnologia é				Florestas uniformes!? Películas transparentes!? Dobrou a produção? Agricultura sustentável?!
115	Agro é leite		27 bilhões de reais	4 milhões de pessoas	Pequenas fazendas (1,2 milhão)
116	Agro é cooperativa				
117	Cebola é agro		3 bilhões de reais		Flores para a salada, agricultura familiar (180 mil)
118	Agro é transporte				Caminhões que levam...
119	Melão é agro			80 mil (no Nordeste)	Suco, sorvete, sobremesas
120	Quem faz a riqueza do agro?				Gente?!
121	Cana é agro		52 bilhões de reais	1 milhão	Combustível e muitos outros elementos
122	Cacau é agro				Amigo do meio ambiente. 56 milhões de ovos de chocolate. Está nas balas também...
123	Agricultura familiar é agro			11 milhões de trabalhadores	4 milhões de sítio. Metade criação de frangos e suíno
124	Soja é agro	25 bilhões de dólares (em 2016)	117 bilhões de reais (em 2016)	1 milhão	Maior exportador do mundo. Mais do que ração animal, biodiesel, até remédios tintas

125	Banana é agro	20 milhões dólares	14 bilhões de reais		Sucesso no exterior	
126	Feijão é agro		9 bilhões de reais		Da agricultura familiar	
127	Maçã é agro		4,3 bilhões de reais		Cremes	
128	Peixe é agro		4,5 bilhões de reais		1 milhão	Comidas, couro, sapato
129	Agro é gente (2016)				19 milhões	
130	Uva é agro		4 bilhões reais			Vinhos, sucos, sorvetes
131	Dendê é agro		1,250 bilhão reais			Cosméticos, sabonete... Plantações na Amazônia em equilíbrio com o meio ambiente
132	Madeira é agro		69 bilhões reais			Floresta plantada? Maior exportador dessa matéria. Na escola, na carteira...
133	Algodão é agro		13 bilhões reais			Roupas até o jeans que está na moda. Caroço vira ração
134	Agro está em tudo		6 bilhões reais			
135	Flor é agro					Alegria, lembrança, saudade
136	Laranja é agro	1,8 bilhão de dólares (x 5,12 em reais em fevereiro de 2022) igual a 9,2 bilhões de reais	200 mil	Maior produtor e exportador de suco de laranja. Suco, óleo, perfume		
137	Milho é agro	6 bilhões dólares - receita	43 bilhões reais			Milhões de dados na variedade de sementes. Grão mais consumido no mundo. Base da ração animal, etanol, amido do talco infantil
138	Café é agro	6 bilhões dólares - receita 2015				3 milhões
139	Frango é agro	6 bilhões de dólares de exportação	50 bilhões reais por ano	3,5 milhões de empregos		158 países consomem nosso frango. Rede com milho, soja, caminhões
140	Sabe onde está a riqueza do Agronegócio brasileiro? (27 de junho de 2016)					

Elaboração própria. Fonte: PORTAL G1, 2022.

A culpa é das estrelas...: os artifícios criados pela propaganda do agronegócio para dar a falsa ideia de sua indispensabilidade

Quando pegamos a campanha da Rede Globo a qual apoia o agronegócio para analisar, certamente não poderíamos esperar outra coisa que não fosse a tentativa deles de levantar suas supostas virtudes. Uma forma de mostrar o

contraditório é colocar os números nocivos do agronegócio em oposição ao conteúdo das peças da campanha publicitária, ou seja, trazer a própria materialidade – característica da Filosofia da Práxis (KONDER, 1992). A contrapropaganda também poderia ser um caminho fecundo, ainda mais se for assentada elementos de contraposição. De qualquer forma, ainda poderá estar restrita a uma disputa de discursos, especialmente para os que veem isso de fora, para quem não tem acesso aos números da realidade, não tem acesso a fatos e/ou que não tem como enxergar os interesses antagônicos por detrás dessas propagandas. Por conta disso, queríamos tentar levantar as intenções, os limites e as contradições da campanha a partir dela própria. Não se trata de uma análise de discurso (ORLANDI, 2009), quanto metodologia consagrada, mas a apreensão de alguns elementos que podemos livremente fazer uma interpretação (ANJOS; RÔÇAS; PEREIRA, 2019) (procurando demonstrar como chegamos até essa interpretação) sobre o conteúdo das peças. Começamos pelo conteúdo integral da primeira peça (Sabe onde está a riqueza do Agronegócio brasileiro?) da Campanha (a de número 140 no quadro, aparecendo no site como sendo de junho de 2016):

Sabe onde está a riqueza do Agronegócio brasileiro? Tá na roupa, tá no carro, tá na lata, tá na cara, tá no móvel, tá no copo, tá no passo, tá na mesa, tá na arte, tá na massa, tá na pele, tá no pão, no papo, na escola, na feira, tá na praia, tá na busca, tá na indústria, tá lá fora, tá na bolsa, tá na moda, tá no pasto... Tá em tudo que o Brasil faz. Tá em tudo que o Brasil consome. Agro é tech. Agro é pop. Agro é tudo! Agro, a Indústria-riqueza do Brasil (PORTAL G1, 2022).

A campanha desde o início já quer nos mostrar que o agro está em tudo, que está associado a todos os outros setores da economia, que é responsável direta ou indiretamente por praticamente todos os produtos que temos e acessamos, que a nossa vida não pode existir desassociada do que vem da agricultura e da criação dos animais. É especialmente importante mostrar ao morador da cidade, aquele que consome leite em caixinha, anda de carro sobre o asfalto, usa celular, precisa se vacinar, tem suas vestimentas, usa mel, come frango congelado, faz churrasco, absolutamente tudo que usa e acessa tem origem no setor agrário, mesmo os produtos manufaturados, mediados pela indústria, inclusive os de maior complexidade tecnológica: nada, absolutamente nada pode existir sem ter origem no agro. A estética da propaganda é tão importante quanto o conteúdo, nela é possível

ouvir um narrador, supostamente um adulto ainda jovem, que transmite o texto em forma de *rap*, enquanto vão se sobrepondo imagens de variadas pessoas, variados produtos e variados lugares.

Essa primeira ideia da primeira peça é muito bem apresentada, tanto pelo conteúdo quanto pela forma. Essa peça publicitária dá o tom estético do que virá nas próximas, marca a rede que começa no campo e chega à casa das pessoas, mostra como os itens estão numa malha de relação, mas com destaque à origem de tudo isso: o setor rural. Não obstante, há incongruências nessa ideia e nesse aparato todo. Há uma retórica que precisa ser revista.

Dizer que tudo vem do agro e que tudo se relaciona é tão vazio quanto dizer que tudo nasce das estrelas ou que tudo que temos é constituído por átomos. O agro apresentado como a origem de tudo ou que se relaciona a tudo é uma forma inclusive de esvaziar o seu próprio conceito, pois fica inclusive difícil de distingui-lo de outros, difícil de dar seus contornos e suas fronteiras. Enquanto setor econômico, o agro é do setor primário. O conceito do agro posto de outra forma é uma aporia. Mesmo porque o conceito que a campanha vai tentando imprimir ao agro, poderia ser dado à própria compreensão de “natureza”, porque dela sim, quanto um conceito ampliado, poderia vir tudo. Ao agro pertencem as atividades humanas da agricultura e da criação dos animais, ainda que básicas, estão no âmbito da Cultura (em seu sentido mais amplo e antropológico) e na maneira que esses homens processam a natureza para a reprodução de suas vidas individuais e em coletivo. Definitivamente, o agro não é tudo!

Apesar do agro não ser evidentemente tudo, a primeira peça já mostra aonde querem chegar, inclusive atribuindo ao agro itens inusitados, como dizer que “agro é passo”, “agro tá no papo”, “agro tá na praia”, “agro tá na busca”... Quando fracionamos a propaganda assim, conseguimos ver como foram mirabolantes os criadores dessa campanha, pois querem dar onipresença ao agro. Como também não esquecem de mostrar que há poder econômico por detrás disso, quando dizem: “agro tá lá fora, tá na bolsa”. É um jogo pesado, de uma estrutura de poder que de fato “passa o trator”!

Depois disso, outras intenções são postas nas peças, destacamos a que tenta mostrar a importância que teria o agro para as pessoas, não somente para o consumo de alimentos e produtos, mas também para manutenção de suas

atividades laborais. Assim, em várias peças há apresentação do quanto a atividade em questão emprega direta e indiretamente trabalhadores e produtores (destaque aos da agricultura familiar); em vários momentos aparece uma propaganda intitulada “Agro é gente” (no quadro: 5, 37, 89, e 105), em que se mostra pessoas diretamente com seu trabalho no campo; em outra peça (a de número 105) do ano de 2017 diz que o setor do campo emprega 34 milhões de pessoas em suas atividades; em mais uma peça de 14 de agosto de 2020 diz que o agro emprega 15 milhões, sem diferenciar essas pessoas³. O “agro é gente” não distingue os trabalhadores, entre os que são explorados pelo agronegócio, os sazonais e precarizados, entre os que produzem somente o suficiente para seu próprio sustento imediato em relação aos produtores de médio porte, os profissionais dos setores gerenciais do agronegócio e os próprios grandes produtores ou os latifundiários... Claro que não pretendiam fazer essa distinção, mas vale registrar um movimento oposto: trata-os como se fossem os mesmos, como se fossem iguais! Não obstante, “agro não é pop”!

Outra função da campanha é mostrar a força econômica do setor com números exuberantes nas peças, ora para mostrar o faturamento (geralmente em bilhões de reais), ora para mostrar as exportações (em milhões de dólares), ora para mostrar a produtividade (milhões de toneladas de grãos). Numa peça de 2020 (40 do quadro 1), como exemplo, intitulada “Cooperativa é agro”, eles apontam que as cooperativas são responsáveis por quase metade da produção de alimentos por ano e alcançam 200 bilhões de reais em faturamento⁴. “Soja é agro” aparece duas vezes, no ano de 2017 (peça 124), apresenta dois números emblemáticos: o faturamento de 117 bilhões de reais alcançados em 2016 (também menciona que o Brasil é o maior produtor do mundo); e em 2019 (peça 74, já atualiza para 140 bilhões de reais em faturamento).

Um caminho de problematização desses números poderia estar em mostrar com outros números da economia como esse setor se estabelece no Brasil.

³ Essa confusão com os números parece proposital para sugerir que os números em milhões (quando se trata de pessoas) ou bilhões (quando se trata de faturamento) venham para impressionar. Não obstante, mesmo que venhamos a usar os 34 milhões (da peça de 2017), isso só revela que em termos de empregabilidade não é um setor tão expressivo assim em comparação aos demais. A população do Brasil em 2017 era de aproximadamente 208 milhões de pessoas, 212,5 milhões em 2020, sendo que a população economicamente ativa se encontra geralmente em torno de 65% (BANCO MUNDIAL, 2017).

⁴ Considerando que o PIB do Brasil em 2020 foi de aproximadamente 7,5 trilhões de reais (<https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>), só as cooperativas representariam 2,6% do PIB.

Confrontar, por exemplo, números de investimentos e subsídios governamentais em relação ao retorno que o agronegócio devolve ao país, assim como a avaliação de como tem se dado o incremento tecnológico e participação de máquinas no campo em relação à dispensa de mão-de-obra etc. Apesar desses caminhos, voltemos às contradições visíveis na própria campanha.

Uma contradição importante que encontramos na campanha é quando a todo momento se revela, ainda que timidamente, em muitas ocasiões, o quanto a agricultura familiar, os pequenos produtores rurais são os responsáveis pela alimentação da população do país. Enquanto, a maior parte do agronegócio passa longe da alimentação de sua própria população. Então, o que tenta fazer a campanha? Tenta fundir a agricultura familiar ao agronegócio, independentemente da rede que eventualmente exista. A intenção é que no agronegócio caiba o pequeno produtor e o grande, porém há situações em que os negócios correm em paralelo e em muitos outros casos são diametralmente antagônicos, porque grande produtor e pequeno produtor estão em lados e com objetivos opostos, onde em comum só o lugar que ocupam: o campo. A intenção da campanha é velar esses conflitos, por vezes de forma cínica, como as duas peças intituladas “Orgânico é agro” (7, 108 do quadro). A própria definição de orgânico vai no sentido contrário ao que tem sido o agronegócio no Brasil, porque, enquanto o Orgânico deseja o controle de pragas através de mecanismos naturais, distanciamento da monocultura, uma agricultura diversificada, desenvolvimento de mercado paralelos, uso quase zero de pesticidas etc., esses seriam caminhos que o agronegócio no capitalismo não poderia trilhar. “Orgânico é agro” é a própria sofisticação do cinismo e da ironia.

E, dessa forma, continua a campanha da Rede Globo, buscando mostrar que o agro é sustentável, moderno e incluyente, quando, na verdade, é exatamente o contrário. Claro que uma parte dos grandes produtores do agronegócio não se vê no lastro do atraso do capitalismo dependente que sempre tivemos, claro que não quer se ver atrelado aos velhos senhores de engenho, às oligarquias ainda fortes nesta América Portuguesa. Uma parte do agronegócio procura, no mínimo, garantir uma capa de verniz a qual lhe permita acessar os mercados do mundo inteiro, procurando obter certificações e ingressos internacionais para escoar seus produtos e ainda manter prestígio. O fato é que essa distinção entre empresários *clean* do agronegócio de um lado e empresários *dirty* do outro, é uma situação falaciosa

dentro do capitalismo periférico. As peças da propaganda já mostram isso e vale dizer que elas estão interessadas apenas no lado *clean* desse agronegócio. Vejamos alguns exemplos, a seguir.

Na peça “Madeira é agro” (item 43 do quadro), o narrador chega dizer: “as florestas plantadas ajudam a preservar o meio ambiente, o cultivo de árvores pelos agricultores reduz a derrubada das florestas naturais (...)”. Até dizer: “(...) a exportação de celulose e os produtos derivados da madeira renderam 12 bilhões de dólares em 2019, o que faz da madeira plantada o mais importante produto agrícola brasileiro depois da soja (...)”. Os trechos acima ficam tão estridentes, quando assim separados, que até esquecemos o quanto esse conteúdo associado à estética da propaganda nos hipnotiza a aceitar meia-verdades ou mentiras de fato. O narrador chama de “florestas plantadas” as lavouras de eucalipto⁵. Como pode isso? E diz que esse cultivo de árvore reduz o desmatamento. O desmatamento que ocorre nas novas fronteiras? Mesmo porque onde se planta árvores como lavoura certamente é porque não há mais floresta. Por fim, a propaganda, com orgulho, anuncia que a madeira plantada é o segundo maior produto agrícola brasileiro em exportação. A exportação a que se refere é a de celulose e produtos de madeira. Não há como não conjecturar: quanto dessa exportação não sai das madeiras do desmatamento?

E sobre uma possível sustentabilidade ambiental por parte do agronegócio, é possível? É bem provável que esse é um dos pontos que perpassou várias vezes pelas peças, onde foi possível ver um esforço para esconder algo importante: o agronegócio é insustentável em termos de ambiente, o agronegócio é antiecológico. A peça “Produção sustentável é agro” (39) menciona como soluções para o meio ambiente: o plantio direto, o uso da área degradada para o cultivo... É inacreditável o que se ouve nessa peça, o texto diz que será possível dobrar a produção sem

⁵ Esses desatinos não são privilégios da Rede Globo, vale a transcrição de um trecho de uma reportagem do Jornal da Band de 11 de fevereiro de 2022 para apoiar o uso dos pesticidas pelos agricultores: “[repórter-âncora faz a chamada:] (...) *especialistas e produtores rurais repercutem a aprovação na câmara da nova lei dos defensivos agrícolas (...)*. [repórter:] *seria um sonho se produtor rural pudesse plantar e colher sem o uso de defensivos, mas é preciso fazer uma escolha... [entrevistado, pesquisador do EMBRAPA:] precisamos lembrar que os insetos também gostam de frutas, também gostam de hortaliças... Quem é que gosta de pegar uma fruta, um pêssego, por exemplo, dar uma mordida e encontrar uma larva de moscas dentro? Você precisa manter umas medidas de controle... (...)* [repórter:] (...) *nossos produtores perdem dinheiro, por isso a nova lei de defensivos aprovada pela Câmara vai ajudar na salvação da lavoura (...), em vez de esperar até dez anos pela liberação de um produto, a expectativa é que com a nova lei, os pesticidas (...) terão liberação em no máximo dois anos (...), apenas o ministério da agricultura será o responsável (...)* [pelo] tema (...). [refestela o repórter].”

desmatar, desde que sejam usadas as terras degradadas por uma agropecuária moderna. Ou seja, joga a solução para o futuro ou para situação das contingências. E a cena alterna uma agropecuária moderna para uma imagem de floresta preservada, mantém-se, na melhor das hipóteses, a proposta de “Desenvolvimento(ismo) Sustentável, em que se coloca para as gerações futuras a solução e não questiona no momento presente a busca desenfreada por aumento da produção. Na melhor das hipóteses, o que há mesmo é uma tentativa de amenizar a vocação estrutural imposta ao agronegócio pelo capitalismo global, que é a busca de produtividade imediatamente à revelia dos problemas ambientais (“passa boi, passa boiada”), escondendo-se numa capa de verniz ao se dizer sustentável. Na peça “Agro é tecnologia” (item 114 no quadro) vão se revelando emblematicamente, no texto do narrador, de tal forma que, fora das imagens, não parece ser crível que consigam dizer isso. Nessa peça falam em “florestas uniformes”, mais uma vez são capazes de oferecer um termo para esconder, pois são, na verdade, lavouras de árvores, eucaliptos, pinus, pinheiros etc. Ainda nessa peça (114), dizem que há, hoje em dia, películas transparentes que dão durabilidade às frutas... Como assim, películas? Que películas são essas? Que propriedades físico-químicas possuem? Ainda que sejam boas para alimentação, chama atenção como é negada informação à população. Definitivamente, agro não é tech.

Certamente, há produtores rurais trabalhando por este país, especialmente os pequenos e médios, os que realmente alimentam a população. Certamente, há também produtores de maior tamanho que cresceram no desenvolvimento de sua atividade, através de trabalho, ciência, investimentos, inclusive com ousadia. Sabemos que há essas histórias dentro do capitalismo. Elementos da contradição, semelhante aos trabalhadores que se fizeram e se organizaram ao longo da história do trabalho, mesmo precisando vender sua força-de-trabalho sob um estado opressor ou sob o poderio hegemônico de seu patrão, se organizaram em sindicatos e centrais. Apesar desses senões, não podemos deixar de perceber a estrutura excludente, nefasta, desumana que alguns setores dentro do sistema capitalista podem alcançar se não forem freados. O Brasil dos últimos anos vem optando pela reprimarização de sua economia, está cada vez mais subordinado ao capitalismo global, enquanto assiste a países que buscam manter e desenvolver seu parque industrial ampliando suas classes médias e elevando o bem-estar de sua população

em geral (como é o caso da China). Ou seja, se o capitalismo é ruim, o que fazemos é ainda pior. Mesmo que o Brasil ainda continue entre as maiores economias do mundo, isso prossegue com duas características: 1) ainda muito longe da força econômica dos primeiros lugares desse ranking, em termos de PIB; 2) e o mais grave, mesmo relativamente rico em comparação ao resto do mundo e mesmo que eventualmente oscile para cima, os nossos números sociais continuam e continuarão terríveis, ao menos por bom tempo. Isso ocorre porque sempre escolhemos que os setores mais atrasados e reacionários nos conduzam dentro do capitalismo periférico que nos cabe, esses setores que crescem à revelia de sua população e completamente apartados de um projeto de país. Nas peças (itens 76 e 110 do quadro) com o título “Boi é agro!”, diz-se que o Brasil é o maior exportador de carne bovina do mundo, mostra como tudo desse animal é aproveitado (até o chifre vira berrante) e que possuímos mais de 215 milhões de cabeças de gado, quer dizer, temos mais bois do que gente. Na verdade, essas peças são representativas do que vamos escolhendo para o Brasil há séculos: nunca escolhemos o bem-estar de nossa própria população, não escolhemos alimentá-la, não queremos sua participação. Temos condição de alimentar alguns brasis, considerando nosso atual momento, sem ter que apelar ao avanço das fronteiras agrícolas, basta ver nosso potencial em criação de animais e do quanto exportamos de grãos para o mundo.

Essa campanha do “Agro: A Indústria-riqueza do Brasil” precisa mesmo ser fantasiosa, precisa mesmo dizer que nossa criação bovina é moderna e sustentável, porque precisa esconder que esses mais de 215 milhões de indivíduos estão pisoteando o solo, estão avançando por áreas de preservação ambiental, estão liberando gases de efeito estufa e, ainda tem isso, estão longe do que vamos chamando de bem-estar animal...

Agro não é tudo. Agro não é pop. Agro não é tech. Agro é ruim! E todo trabalhador do campo, agricultor familiar, todo produtor rural, todos deveriam dar um sonoro não ao agronegócio. Nós não somos agro(negócio)!

Referências

ANJOS, M. B.; RÔÇAS, G.; PEREIRA, M.V. Análise de livre interpretação como uma possibilidade de caminho metodológico. **Ensino, Saúde e Ambiente**. V12 (3), 27- 39, Dez. 2019.

BANCO MUNDIAL. **População Brasileira em 2017**. 2017. Disponível em. <https://www.google.com/search?q=popula%C3%A7%C3%A3o+do+brasil+em+2017&oq=popula%C3%A7%C3%A3o+do+brasil+em+2017&aqs=chrome.0.69i59l2j0i22i30j69i64l3j69i60.11686j0j4&sourceid=chrome&ie=UTF-8>. Acesso em fevereiro de 2022.

BAND. **“Somos Agro” da Rede Bandeirante**. Rede Bandeirantes. 2018. Disponível em: <https://www.band.uol.com.br/videos/conheca-a-campanha-somos-agro-16368447>. Acesso em fevereiro de 2022.

BOMFIM, A. M. **O agronegócio e seu rastro de mentiras e destruição**: um estudo sobre trabalho-educação e ambiente na perspectiva da luta de classes. Relatório de Pesquisa de pós-doutorado. Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal de Pernambuco. 2022.

KONDER, L. **O futuro da filosofia da práxis**: o Pensamento de Marx no século XXI. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

KONDER, L. **A Questão da Ideologia**. São Paulo: Cia da Letras, 2002.

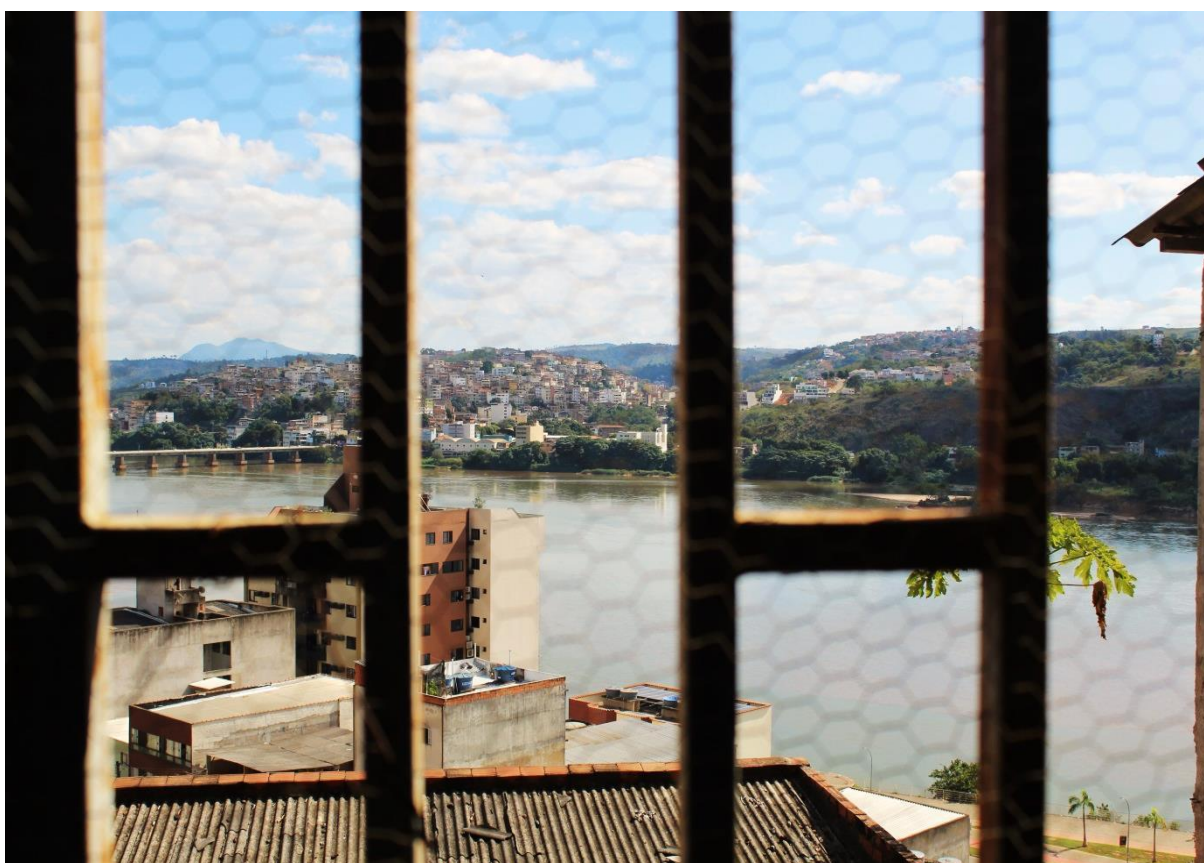
ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios & procedimentos. 8 ed. Campinas: Pontes, 2009.

PORTAL G1. **Agro**: a Indústria-riqueza do Brasil. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/agronegocios/agro-a-industria-riqueza-do-brasil/playlist/videos-agro-a-industria-riqueza-do-brasil.ghtml>. Acesso em 17 de fevereiro de 2022.

Reportagem fotográfica ([acessar fotos](#))

VIAGEM DE CAMPO: A EXTENSÃO DO CRIME AMBIENTAL NA BACIA DO RIO DOCE¹

Mahalia Aquino²



Rio Doce: o rio proibido. Vista da janela da residência de uma família de pescadores que se mudaram para o bairro São Judas Tadeu (Colatina – Espírito Santo) - 10 de junho de 2022.

Autoria: Mahalia Aquino

¹ Ensaio recebido em 29/07/2022. Aprovado pelos editores em 02/08/2022. Publicado em 10/11/2022. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v20i43>.

² Professora de Geografia e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: mahaliagcaquino@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1716949253761324>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1392-8487>.

“Morar à beira do rio é ter contato com a natureza. Hoje a gente não tem mais esse contato com a natureza. Antes tínhamos o rio como algo nosso. Escolhemos ser pescadores pelo direito e ir e vir, e de ser livre.” Pescadora de Maria Ortiz, vila pesqueira em Colatina (ES). Junho/2022.

Como pesquisadora do campo Trabalho-Educação, tenho valorizado o que Edward P. Thompson chama de “história vista de baixo” ou “história vista pelos de baixo”. Isso significa olhar a sociedade na sua historicidade pelo viés da classe trabalhadora: operários, camponeses, ribeirinhos, quilombolas e outros homens e mulheres que resistem como povos e comunidades tradicionais. São histórias de vida e trabalho tecidas por memórias, tradições, valores e saberes violentamente apagados pelas narrativas da classe dominante e pelo poderio do capital que expropria territórios, e com eles, modos de vida calcados em relações estreitas aos demais elementos da natureza.

Estar presente de corpo e alma nos espaços historicamente ocupados e reivindicados pela classe trabalhadora; ouvir sobre anseios, vitórias e derrotas são práticas que inspiram pesquisadores das ciências humanas e sociais e, também a mim, como trabalhadora. Nessa perspectiva, não me caberia uma pesquisa apenas ancorada em documentos ou pautada em relatos de fontes secundárias. Seria necessário ir até a experiência, aos modos de existência e resistência de trabalhadoras e trabalhadores. Em síntese, é uma possibilidade de apreender a história sob o olhar daqueles que têm sido subjugados, pelo capital, à condição de subalternidade.

Acredito que a indignação é o primeiro passo para a movimentação das engrenagens da mudança. Sendo assim, para a pesquisa desenvolvida no doutorado em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense³, parto da indignação gerada pela forma com que o meio ambiente – seres humanos e natureza em relação –, vem sendo, cada vez mais, explorado, expropriado e tornado mercadoria pelo modo de produção capitalista, o qual é hegemônico em relação a outros modos de produzir a vida social. Não por acaso, destruição, poluição, contaminação, fome, crimes e violência

³ Sob orientação da Profa. Dra. Lia Tiriba, que esteve comigo na viagem de campo em junho de 2022.

ambiental são visíveis nos territórios ocupados por povos e comunidades tradicionais.

Para essa reportagem fotográfica apresentada a *Revista Trabalho Necessário*, o lócus da viagem de campo consiste na Bacia do Rio Doce⁴, região diretamente atingida pelo crime ambiental que repercutiu no rompimento de uma das barragens de rejeitos minerários do Complexo de Germano Fundão (Mariana – MG), em novembro de 2015. A barragem é de responsabilidade da mineradora Samarco e suas acionistas, as multinacionais extrativistas Vale e BHP Billiton.

As primeiras localidades atingidas foram os subdistritos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo (na zona rural de Mariana). A enchente de lama também destrói o distrito de Gesteira e centro urbano de Barra Longa (MG). De Barra Longa em diante a contaminação se estende aos Rios Gualaxo do Norte (primeiro rio atingido), do Carmo e Doce. A lama chegou a Regência Augusta (Linhares – ES), no encontro



com o mar, na tarde do dia 21/11/2015. Veja o mapa abaixo:

⁴ O Rio Doce localiza-se na região Sudeste, banha os estados de Minas Geais e Espírito Santo. Com extensão de 879 km, o Rio Doce é um dos principais rios da Bacia Hidrográfica do Rio Doce e abastece mais de três milhões de pessoas. Fonte: <https://www.cbhdoce.org.br/institucional/a-bacia>.

Mapa do percurso do rejeito de Mariana (MG) até Regência (Linhares – ES)
Fonte: Mahalia Aquino (arquivo pessoal)

O processo de chegada da lama até os municípios, distritos e vilas pesqueiras foi caótico, com muita desinformação e ausência do poder público e das empresas responsáveis em mediar, controlar e gerar explicações sobre o que estava acontecendo. A chegada da empresa Samarco na região se resumiu a reuniões às portas fechadas com comerciários, prefeitos, vereadores, presidentes das colônias de pesca, enquanto a maioria da população atingida foi excluída, sem saber sequer o que havia acontecido.

Com esse crime ambiental que devastou o Rio Doce e seus afluentes, os modos de vida dos trabalhadores mudaram radicalmente. Para as pessoas que vivem nas vilas pesqueiras foi uma grande tristeza vivenciar a morte em massa de peixes. Pescadoras e pescadores foram convocados às pressas para salvar o máximo de fauna antes da chegada da lama na foz do Rio Doce. E com a chegada da lama, foram novamente convocados para tirar da água toneladas e toneladas de peixes mortos da água contaminada. Para uma pescadora de Mascarenhas, em entrevista realizada em junho de 2017, além da lembrança do cheiro forte no ar, “foi desesperador ver os peixes correndo da água (...)”.

Entende-se que os desdobramentos do crime recaíram, de forma mais adensada, sobre os pescadores, agricultores familiares, indígenas e quilombolas. Esses sujeitos vivenciaram o rompimento de suas práticas econômico-culturais (entre elas as ambientais), que tinham como ponto de partida o Rio Doce – como seus laços históricos de convivência, as formas de subsistência, o trabalho com a pesca, seus conhecimentos tradicionais, entre outros. Suas práticas laborais e a relação com o rio foram extintas pelo crime ambiental. Inicia-se assim, um longo processo de exclusão de inúmeros pescadores e pescadoras de seus territórios, o que perdura até hoje, quase 7 anos após o ocorrido. A expropriação desses modos de vida faz parte de um projeto de violência ambiental do capital, que separa (historicamente) seres humanos e natureza, trabalhadores e seus meios de produção da existência.

Para essa reportagem fotográfica, tem-se como recorte espacial o estado do Espírito Santo, margeando o rio principal até o seu encontro com o mar. A pesquisa de campo ocorreu entre os dias 08 e 14 de junho de 2022 e foram entrevistados: I.

Pescadores nas vilas pesqueiras de Mascarenhas (Baixo Guandu – ES), Maria Ortiz (Colatina – ES) e Povoação (Linhares – ES); II. Trabalhadores rurais no Assentamento Sezínio Fernandes de Jesus (Linhares – ES), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); III. Lideranças (e ex-pescadores) do bairro São Judas Tadeu em Colatina – ES, juntamente com representantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) que participaram da atividade da Roda de Conversa sobre o crime ambiental⁵. Para realizar a pesquisa de campo, foi utilizado como meio de transporte o trem de passageiros da Vale que se desloca pela Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM)⁶ de Ipatinga (MG) com destino a Colatina (ES)⁷, percorrendo as margens do Rio Doce.

Busca-se com esta reportagem fotográfica evidenciar o meio ambiente da Bacia do Rio Doce após o crime do rompimento da barragem de Fundão e de como esse ambiente não favorece, ou não propicia mais, as condições necessárias para a realização do trabalho com a pesca e com a terra. O crime atingiu rios, mar, a agricultura e a água que não pode ser bebida ou ser utilizada como meio de lazer. Ou seja, a relação histórica entre trabalhadores ribeirinhos e o Rio Doce – entre seres humanos e natureza – fora rompida. Apesar da beleza na paisagem retratada, a contaminação, as precárias condições de vida e os riscos à saúde, são evidenciados nas falas e nos corpos da classe trabalhadora ribeirinha, que convivem diariamente com as consequências desse crime ambiental. Os impactos são inúmeros, atingindo água, terra, ar, fauna e flora.

Sendo assim, retrato alguns aspectos ambientais da realidade vivenciada por trabalhadores atingidos pelo crime, os quais tiveram seus modos de vida expropriados e coexistem hoje com os problemas socioambientais, que estão longe de ter resolução. Essas fotografias denunciam o abandono e sofrimento que passa a classe trabalhadora atingida do Rio Doce, que encontra na luta coletiva um meio de

⁵ A roda de conversa foi proposta pela pesquisadora e a orientadora, Lia Tiriba, como parte da pesquisa de campo para a região.

⁶ A estrada de ferro liga Belo Horizonte (MG) a Vitória (ES) e está sob concessão, até 2027, para a Vale.

⁷ A intenção inicial do campo era começar por Belo Horizonte, mas por conta das fortes chuvas durante o verão de 2022 em Minas Gerais, o trajeto está interrompido até a estação Mário Carvalho, em Timóteo (MG). Sendo assim, a estação escolhida para começar o trajeto para a EFVM, foi Intendente Câmara, em Ipatinga (MG), pela facilidade de deslocamento por Juiz de Fora (MG), ponto de partida da viagem.

falar sobre suas experiências e de se fazer ouvir. Desejamos que essa reportagem se some à luta, e que as pessoas e a natureza não sejam esquecidas.

Deixemos que falem as imagens... [Link de acesso às fotografias.](#)

BRASKEM E BRUMADINHO: O CINEMA E A POESIA EM CARLOS PRONZATO¹

Denise Belo²



*Agora
Atravessado como uma estaca
No peito da lama
O corpo é subterrâneo
Gesto petrificado
Na solidão do mineral.*

¹ Ensaio recebido em 10/10/2022. Primeira avaliação 13/10/2022. Segunda avaliação 13/10/2022. Aprovado em 14/10/2022. Publicado em 10/11/2022. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v20i43.56159>.

² Licenciada em Letras pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora de Língua Portuguesa na rede municipal de Betim (Minas Gerais). E-mail: deniserbello@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3223495468729899>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7404-6269>.

Nascido em Buenos Aires em 1959 para o mundo, Carlos Pronzato é escritor, cineasta, teatrólogo, ativista social e anarquista. O interesse pelo universo cinematográfico foi herdado de seu pai, Victor Pronzato, que era roteirista e ator, músico compositor de inúmeras trilhas de filmes, programas de TV e teatro, dentre outras coisas. Além da inspiração para a sétima arte, o pai tinha uma biblioteca onde Pronzato iniciou também, ainda na infância, seu gosto pela literatura. Desde então, Pronzato se dedica à produção cinematográfica e literária, evidência disso é que lançou mais de 80 documentários e tem algumas dezenas de livros publicados. Seus documentários são conhecidos por quem circula na militância política pelo Brasil afora, pois, a maioria dos seus trabalhos tem como recorte questões sociais e políticas, fundamentam-se em denunciar as tantas mazelas causadas pelo modo de vida capitalista, culpabilizando seus mais diversos dirigentes: políticos, mineradoras, organizações, dentre outros.

Uma das principais lutas contra o capitalismo se encontra no âmbito da luta contra o ecocídio, pois o capitalismo mantém a prática de apropriação e comercialização da natureza levando ao limite a nossa forma de subsistência, transformando em mercadoria até mesmo os pedaços das montanhas. Segundo essa lógica (KRENAK, 2019, p. 23):

(...) tudo é mercadoria, a ponto de projetar nela tudo o que somos capazes de experimentar. A experiência das pessoas em diferentes lugares do mundo se projeta na mercadoria, significando que ela é tudo o que está fora de nós. Essa tragédia que agora atinge a todos é adiada em alguns lugares, em algumas situações regionais nas quais a política — o poder político, a escolha política — compõe espaços de segurança temporária em que as comunidades, mesmo quando já esvaziadas do verdadeiro sentido do compartilhamento de espaços, ainda são, digamos, protegidas por um aparato que depende cada vez mais da exaustão das florestas, dos rios, das montanhas, nos colocando num dilema em que parece que a única possibilidade para que comunidades humanas continuem a existir é à custa da exaustão de todas as outras partes da vida.

Fenômeno inédito na história humana forjado pelo capitalismo é a produção da vida humana estar centrada na mercadoria, e para tanto é justificável a completa destruição da natureza em prol de produzi-la incessantemente ao bel consumo. Mas porque, como dizia Chico Mendes, “ecologia sem luta de classe é jardinagem” é que se faz fundamental denunciar e inflamar as massas.

Por isso, no catálogo dos documentários sociais de Pronzato encontram-se trabalhos com essa temática ambiental, como é o exemplo do *Lama: o crime Vale no Brasil*, feito em parceria com Richardson Pontone, gravado em 2019 após o rompimento da barragem do Córrego do Feijão em Brumadinho/Minas Gerais, resultando em 272 pessoas mortas e 6 desaparecidas, além do desastre ambiental que atingiu parte do rio Paraopeba, intoxicando e matando as formas de vida na água. Atrelado a esse trabalho está o *Alguma poesia para Brumadinho*, título que foi inspirado na obra *Alguma Poesia* de Carlos Drummond de Andrade, poeta que sofreu com a mineração desde sua cidade natal – Itabira/MG – onde surgiu a Companhia do Vale do Rio Doce, em 1942. Sobre Brumadinho, Pronzato escreveu:

*O meio-dia
Cravou seu punhal
Na hora anunciada
E vertical*

Nesses versos o poeta revela um dado sobre a tragédia de Brumadinho: o rompimento da barragem se deu no início do horário de almoço, meio-dia, que é um horário que mantém os ponteiros na vertical, posição marcante na relação entre a mineração e a população, pois que não há horizontalidade na tomada de decisões, não há diálogo, apenas o lucro sobrepujando a vida. Talvez tenha sido essa a imagem poética projetada nos versos do autor.

*Às margens do rio
Os peixes mortos
O sangue das folhas
E o dilacerado grito
Da paisagem*

O rompimento da barragem do Córrego do Feijão espalhou rejeitos tóxicos por boa parte da extensão do rio Paraopeba, causando a intoxicação dos peixes, o que prejudicou, também, as comunidades ribeirinhas que tinham na pesca sua forma de sobrevivência. A aldeia Naô Xohã do povo pataxó há-hã-hãe, em São Joaquim de Bicas, às margens do Paraopeba, bem como a ocupação Pátria Livre, do MST, tiveram suas rotinas alteradas devido ao contágio do rio. Um crime que além de ambiental configurou-se como humano, tendo não somente precarizado existências, mas também ceifado vidas, como Pronzato registrou em seus poemas:



*Dona Vicentina
Viu o filho partir
Funcionário da Vale
Em Córrego do Feijão*

*O dia foi o mesmo de todos os dias
O som do portão
O beijo no rosto
O até logo*

A humanização de sua poesia encontra-se, inclusive, em trazer para os versos a particularidade, um rosto definido e não abstrato, afinal de contas, o poeta escreve com os pés nos trilhos. Dona Vicentina é uma das entrevistadas no documentário. O período de luto na região do Córrego do Feijão em Brumadinho se estendeu, e dados da Prefeitura de Brumadinho apontaram que o município registrou alta de suicídio e prescrição de remédios após a tragédia. Os dados da prefeitura mostram que o uso de antidepressivos por pacientes da rede pública de saúde foi, em agosto de 2019, 60% maior que no mesmo período do ano de 2018. Em relação aos ansiolíticos, o crescimento foi de 80%. Por isso, a importância de transformar a tristeza que estagna na justa indignação que movimenta, transformar o substantivo “luto” no verbo “luta”:

*Queria ver milhares de punhos em alto
Na porta desta empresa
Rios de gente
Interrompendo o silêncio da manhã*

Silêncio esse que foi interrompido brutalmente com o rompimento da barragem no fatídico dia 25 de janeiro de 2019. O documentário, por sua vez, também cumpre a importante função de denunciar o crime, de deixar registrado para que não seja esquecido, e serve de instrumento de luta. É uma forma de amplificar a voz das atingidas e atingidos pelo crime ambiental da Vale, que, aliás, não é o primeiro: lembremo-nos de Mariana. O documentário *Lama, o crime Vale no Brasil*

conta com mais de 50 entrevistas de especialistas no assunto, moradores da região, militantes de movimentos sociais e representantes de órgãos oficiais.

Lançamento na Bahia

LAMA

O CRIME

VALE NO BRASIL

A TRAGÉDIA DE BRUMADINHO

UM DOCUMENTÁRIO DE CARLOS PRONZATO E RICHARDSON PONTONE

05 de Abril | Sexta-feira | 20h30

Espaço Itaú de Cinema - Glauber Rocha
Praça Castro Alves, s/n - Centro, Salvador - BA

Glauber Rocha
Itaú cinema

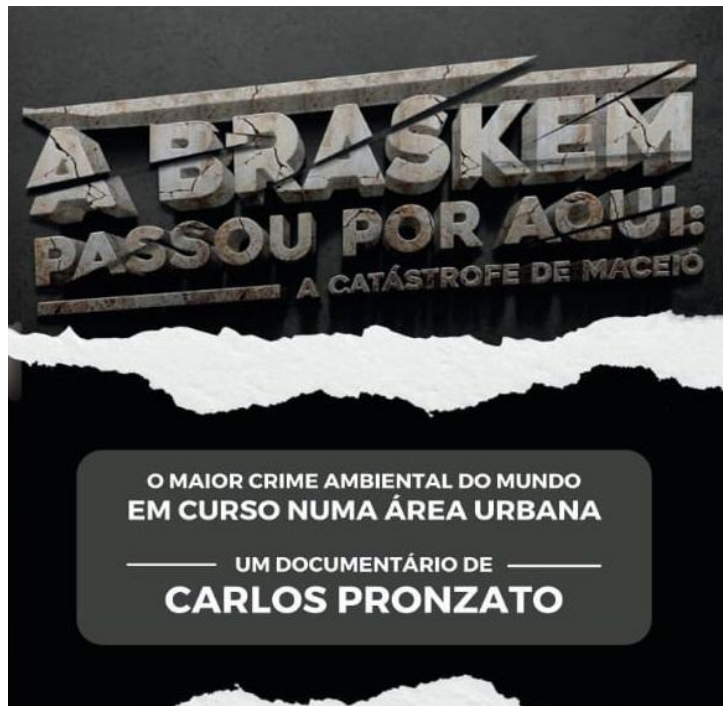
AMESTIZA

USINA hiper mídia

Sindae

ENTRADA FRANCA | ÚNICA EXIBIÇÃO

Além desse trabalho, no ano passado foi gravado o *A Braskem passou por aqui: a catástrofe de Maceió*, documentário que denuncia a petroquímica Braskem pelo afundamento de cinco bairros na capital alagoana, que vem causando enormes rachaduras em edifícios e abrindo crateras nas ruas, tragédia que afeta mais de 50 mil pessoas por causa do lucro retirado das minas de sal subterrâneas. O documentário traz depoimentos de moradores, associações de vítimas, líderes comunitários, cientistas, militantes de movimentos sociais e representantes de órgãos públicos.



Sobre esse episódio criminoso da ganância capitalista, Pronzato escreveu o *Poemas para resistir: o caso Braskem*, uma coletânea com 20 poemas de resistência feito sobre as ruínas dos edifícios abandonados. Coletânea que também traz os rostos e amplifica a voz dos vitimados:



*Dona Geni
Não saiu da sua casa
Resistiu até o fim*

*As paredes que escutaram o pranto
Quanto ela nasceu há 90 anos
Decidiram proteger
A última habitante do bairro*

Foram solidárias

*O teto de antigas telhas
– Testemunhas de chuvas e noites de estrelas –
Decidiu não aceitar as migalhas da Braskem*

Dona Gení, moradora do bairro Pinheiros, um dos bairros afetados pela catástrofe, não aceitou deixar sua residência. Resistiu até o fim.

*Mas uma noite
A porta se abriu
Para deixar passar Dona Geni
O dia em que seu corpo
Decidiu partir*

Os poemas de Pronzato contam história, são registros da vida do povo, do operário, dos trabalhadores da sofrida América Latina, tão explorada por interesses capitalistas. Poemas que seguem empunhando palavras e, de modo humano, traduzindo o cansaço e persistência das lutas contra-hegemônicas que são travadas em toda região dos tristes trópicos:

*Até quando
Os braços vão segurar
Faixas de protesto?*

*Até quando
As vozes vão insistir
Neste deserto?*

*Os anos de luta se sucedem
A empresa provoca desistências
Esgota as paciências
Num plano certo e criminal
De tempo*

*O ânimo cede
A saúde vira um fio
Movido pelo vento
Paredes se erguem
Em torno do indivíduo
E a asfixia o elimina
Inexoravelmente*

*No entanto
Sempre há resistências
E essas empresas
Aliadas de governos
Sabem que tudo tem um preço
Algozes sempre foram pegos
Aqui
Ou no inferno.*

A Braskem se instalou em Maceió ainda durante o regime militar, nos anos 70, e durante todo o processo foram acontecendo acidentes sucessivamente, sinalizando o que seria a presença da mineradora no estado de Alagoas. Desde então, como disse uma das entrevistadas no documentário, “os lucros são privados e os danos são coletivos”. As casas começaram a apresentar rachaduras e afundar, fato que foi descrito no poema intitulado Resistência 1:

*O que afunda
Não é uma casa
Paredes
Azulejos
Janelas tampadas com cimento
Portas fechadas
Pela última vez*

*O que afunda
Não é uma escola
Um Hospital
O campo de treinos
Do CSA
Tijolos infinitos
Como lágrimas de sal
O que afunda
É a luz
Do quarto das crianças
As flores que ficaram
Os gatos perdidos
No silêncio do bairro*

*O que afunda
Somos nós*

Por fim, percebe-se que pelas lentes de sua câmera e pela esfera de sua acurada caneta, Pronzato constata a situação de opressão e olha para ela com a justa indignação de que nos fala Paulo Freire. Os documentários de denúncia e os poemas de testemunho vão se construindo a partir de um olhar de dentro, sintonizado com outros olhares que testemunharam a tragédia. Seus trabalhos partem de uma longa trajetória de formação política fazendo-se na prática, de uma consciência que se sabe sujeito da história. Um olhar que convoca para a luta, não por pretensão de ser “poema de protesto”, mas por ser o autor um sujeito político, que traz consigo mesmo, nas plasticidades da sua produção, a rosa da revolução, flor que nasce do asfalto e, por vezes, da lama.

Para assistir ao documentário *Lama, o crime Vale no Brasil* (2019), acesse o seguinte link:

<https://libreflix.org/i/lama-o-crime-vale-no-brasil#:~:text=LAMA%3A%20%20Crime%20Vale%20no%20Brasil%204.8&text=Vozes%20amplificadas%20dos%20atingidos%20e.Gerais%20no%20in%C3%A9rcio%20de%202019>.

Para assistir ao documentário *A Braskem passou por aqui: a catástrofe de Maceió* (2021), acesse o link <https://www.youtube.com/watch?v=zBOJbOGcBwo&t=1028s>

Para conhecer mais do trabalho do autor, acesse o catálogo: <http://www.lamestizaaudiovisual.com.br/>
Canal de Carlos Pronzato no YouTube:
https://www.youtube.com/channel/UCpQbUHc34JoE-j_qQ8UOXCg

Referências

A BRASKEM PASSOU POR AQUI: a catástrofe de Maceió. Direção: Carlos Pronzato. Brasil: **La Mestiza Audiovisual**, 2021. YouTube.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 50ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2019.

LAMA, O CRIME VALE NO BRASIL: a tragédia de Brumadinho. Direção: Carlos Pronzato e Richardson Pontone. **Brasil**: La Mestiza Audiovisual, 2019. YouTube.

PEDAGOGIA DAS ÁGUAS EM MOVIMENTO: EXPERIÊNCIA DE EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE AMBIENTAL¹

Alexandre Pessoa Dias²
Maria Amélia Costa³
Leonardo Maggi⁴

As águas do Brasil estão poluídas, eutrofizadas, assoreadas, soterradas, turbulentas, capturadas em barragens, privatizadas e exportadas na forma de água virtual por meio das commodities agrícolas e minerais.

O Brasil passa por uma crise ecológica derivada da emergência climática, somada à destruição ambiental produzida pelo agro-minero-hidro-fóssil-negócio em seu território. A crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2011), tem ampliado crises ecológica e sanitária que expande espacialmente e intensifica no tempo a exploração do trabalho, a mercantilização da vida e amplia a vulnerabilidade socioambiental e os danos à saúde das populações de baixa renda das cidades, das periferias urbanas, do campo, das florestas e das águas (DIAS; CARNEIRO, 2021).

De acordo com o Painel Internacional das Mudanças Climáticas (IPCC), diversas sociedades já estão vivenciando efeitos da emergência climática por meio da redução da biodiversidade, aumento do nível do mar, processos erosivos nas regiões costeiras e ondas de calor. No Brasil, destacam-se os efeitos dos eventos hidrológicos extremos, marcados pelo prolongamento das secas, pela frequência e intensidade das inundações.

¹ Resenha recebida em 02/05/2022. Aprovado pelos editores em 30/05/2022. Publicada em 10/11/2022. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v20i43.54297>.

² Engenheiro civil sanitaria. Doutor em Medicina Tropical pelo IOC/Fiocruz. Mestre em Engenharia Ambiental pela UERJ. Professor - pesquisador da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz. E-mail: alexandre.pessoa@fiocruz.br.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6160512059771433>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5594-7221>.

³ Geógrafa. Doutora em Ciência pela Clínica Médica/UFRJ. Mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ. Tecnologista em Saúde Pública da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/FIOCRUZ). E-mail: maria.costa@fiocruz.br

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5498261570436385>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0569-4473>.

⁴ Eng. Agrônomo, Mestre em Desenvolvimento Regional pela UNESP. Membro da Coordenação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). E-mail: leobmaggi@gmail.com.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9822623812208586>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7797-524X>.

Os problemas relacionados ao saneamento ambiental inadequado promovem a degradação das bacias hidrográficas ampliando a insegurança hídrica; portanto, um conjunto de ações precisam ser priorizadas para ampliar a capacidade de adequação das populações diante da agudização dos impactos socioambientais que não podem ser postergados para as futuras gerações. Os conflitos pela água se amplificaram! A atuação dos atingidos pelas barragens, ampliada pela compreensão da determinação social da saúde, está em fortalecer sua capacidade organizativa na luta pelos seus direitos à saúde pública e pela soberania hidroenergética.

O livro em tela, publicado em 2021, pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV/Fiocruz), em cooperação com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) constituíram, desde o início do projeto, uma coordenação política-pedagógica (CPP). A publicação resulta da sistematização do *Curso de Educação Popular em Saúde Ambiental em Comunidades: Pedagogia das Águas em Movimento*, realizado em 2019, no município de Cachoeiras de Macacu, Rio de Janeiro.

O curso objetivou avançar no estudo e desenvolvimento de práticas teórico-metodológicas e científicas tendo nos princípios da educação popular em saúde (diálogo, amorosidade, construção compartilhada do conhecimento, problematização, emancipação e defesa da democracia participativa) aprofundar a compreensão da realidade capaz de influenciar a organização popular no território, de maneira que os participantes se reconhecessem agentes transformadores da realidade.

A publicação foi estruturada em dois formatos - um livro e cinco fascículos que abordam temas construídos coletivamente pela coordenação política-pedagógica e com os autores, incluindo: (i) território, caminhos das águas e da saúde ambiental; (ii) disputas socioambientais contemporâneas e os interesses que cercam nosso território (iii) acesso e acessibilidade à água no Leste Metropolitano (iv) recuperação e conservação ambiental: elementos para segurança hídrica no Leste Metropolitano do Rio de Janeiro e (v) agroecologia e agroecoturismo.

O livro é estruturado seguindo os caminhos das águas, tendo como ponto de partida (nascente) o território, sua história de lutas pela terra, os sujeitos pedagógicos, agentes sociais e públicos envolvidos. No capítulo do *per-curso* do rio, os afluentes são os princípios do curso: filosofia da *práxis*, estudo enquanto

construção social, organicidade, troca de experiências, auto-organização, aprendizagem significativa e politécnica (RODRIGUES, 2009).

A estruturação e metodologia do curso são apresentadas enquanto construção coletiva em constante transformação, utilizando diversos instrumentos pedagógicos, onde os educadores se colocavam na condição de aprendizes como preconiza a educação ambiental crítica e a educação popular em saúde. Os educandos, por sua vez, exercitando a apresentação, seja com recurso dos mapas falante, da arte e cultura, utilizando filtros de barro como material pedagógico para a discussão sobre as águas e o saneamento domiciliar, ampliando o diálogo com as escolas públicas do município. O próprio território em trabalhos de campo se torna o espaço educador.

No capítulo da *foz*, a metáfora do encontro das águas representa a riqueza do intercâmbio entre os saberes acadêmicos e populares e sua ampliação na busca da compreensão da realidade, a partir de uma educação territorializada.

Os resultados indicam a importância da formação dos agentes populares em saúde ambiental e as perspectivas de replicação dessa metodologia e do material pedagógico em outros territórios a partir de temas geradores (FREIRE, 2005) mobilizadores que expressam as necessidades das localidades.

Os fascículos indicam que a saúde foi abordada não como ausência de doença, no modelo biomédico reducionista, mas a partir da determinação social da saúde; considerando a necessidade de articulação das categorias produção, trabalho, ambiente e saúde que não podem ser compreendidas desprovidas de historicidade (TAMBELINNI, MIRANDA, 2022). Foram temas relacionados à formação sociopolítica, econômica e ecológica e a constituição histórica do território por meio das suas relações de conflitos e de cooperação.

A água foi abordada nas perspectivas multiescalares, e multidimensionais e, a partir daí, foi sendo realizado um processo de territorialização por meio das ações pedagógicas, de pesquisa e de trabalho coletivo.

A pedagogia das águas, constructo elaborado a partir das experiências da EPSJV com os movimentos sociais do campo, da floresta e das águas, não apenas indica a água como tema gerador na acepção da pedagogia freiriana (FREIRE, 2005). A água nos educa, o que possibilita o reconhecimento de sua relação com a terra e a partir dos caminhos das águas uma compreensão espacial e histórica das lutas das comunidades pelos direitos humanos à água, ao território e à saúde.

O desafio assumido pela EPSJV e o MAB foi de criar uma pedagogia em movimento, capaz de apoiar moradores a reconhecerem a teia de contradições que os cercam e os fundam, a partir de uma metodologia que permitisse todos serem protagonistas pela sua realização, utilizando um arcabouço científico e devolvendo essa nova interpretação da realidade em que vivem na forma de arte e de luta.

Processos de formação, participação e controle social devem ser ampliados no país para o enfrentamento do racismo ambiental e das desigualdades socioambientais a partir da formação de agentes populares de saúde ambiental. Sua formação possibilitará o reconhecimento de conflitos nos territórios, seus atores, interesses de classe e o papel dos grandes empreendimentos e do estado, a exemplo das pesquisas e experiências em educação ambiental crítica, educação popular em saúde. Seguindo os caminhos da educação territorializada (DIAS et al, 2021; CASTRO et al, 2017) já estão ocorrendo outros processos formativos da EPSJV com o MAB em Santa Catarina. A elaboração desses materiais pedagógicos territorializados trazem experiências e lutas locais visando a organização comunitária, necessário para a promoção de territórios sustentáveis e saudáveis. Espera-se que possam ser reaplicados em outros territórios adequando-os a suas realidades, como motivadores ao exercício e elaboração de processos de formação tecnopolítica de outros agentes populares em saúde ambiental.

Referências

CASTRO, G. Curso Técnico em Meio Ambiente, ênfase em saúde ambiental das populações do campo. In: CASTRO, G.; BÚRIGO, A.C. BRAGA, L.Q.V.; BARCELOS, E.A.S. (org.). **O curso**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2017. (Coleção Tramas e Tessituras, 1). Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/series/livros/732>. Acesso em 03 de abril de 2022.

DIAS, A.P.; CAETANO, A.P.L.; MAGGI, L.; COSTA, M.A.; BORGES, S.; DINIZ, T.C. (org.). **Pedagogia das águas em movimento**: experiência de educação popular em saúde ambiental. Rio de Janeiro: EPSJV, 2021. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/pedagogia-das-aguas-em-movimento>. Acesso em 03 de abril de 2022.

DIAS, A.P.; CARNEIRO, F.F. Saúde das populações do campo da floresta e das águas. In: **Dicionário de Agroecologia e Educação**. DIAS et al (coord). São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 44ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria de transição. São Paulo: Boitempo, 2011. 1102p.

RODRIGUES, J. Educação Politécnica. In: **Dicionário da educação profissional em saúde**. Pereira, I.B.; Lima, J.C.F. (org.). 2ed.rev.ampl. Rio de Janeiro: EPSJV, 2009.

TAMBELLINI, A.T.; MIRANDA, A.C. Determinação social da saúde. In: **Dicionário de Agroecologia e Educação**. Dias et al (coord.). São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021.

DICIONÁRIO DE EDUCAÇÃO E AGROECOLOGIA: A DENÚNCIA E O ANÚNCIO DE PRÁXIS QUE VISEM À EMANCIPAÇÃO HUMANA¹

Anakeila de Barros Stauffer²
Alexandre Pessoa Dias³
Maria Cristina Vargas⁴

O Brasil sofre, atualmente, uma profunda crise ecológica e, diante dessa realidade, precisamos analisar o que denominamos de desenvolvimento, fruto do ímpeto destruidor do capital que se apropria da natureza para manter sua sanha acumuladora. O Painel Internacional das Mudanças Climáticas (IPCC, 2022) demonstra cientificamente que vivemos numa época de emergência climática mundial, de eventos extremos hidrológicos, de ondas de calor, de perda de biodiversidade, do aumento do nível do mar e da erosão costeira, da espoliação e destruição ecológica dos biomas. No caso brasileiro, tais eventos são potencializados pela expansão desenfreada do agronegócio, incrementado pelas políticas neoliberais, avançando incontrolavelmente com seu modelo de monocultura hidrointensivo, químico-dependente e exportador de *commodities*.

Como analisa Mézáros (2011), a crise ecológica é mais uma face da crise estrutural do capital que compromete a (re)produção da vida, exacerba a espoliação, reduz os direitos ao trabalho, à terra, à água, às sementes, desmantelando a democracia e os processos participativos. No Brasil, essa realidade é potencializada

¹ Resenha recebida em 02/05/2022. Aprovado pelos editores em 30/05/2022. Publicado em 10/11/2022.

DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v20i43.54296>.

²Doutora em Ciências Sociais e Educação pela PUC-RJ. Pesquisadora e professora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz, professora de Educação Especial e Inclusiva do município de Duque de Caxias (RJ). E-mail: anakeila.stauffer@fiocruz.br.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3826070513693069>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4089-0891>.

³ Doutor em Medicina Tropical pelo IOC/Fiocruz. Professor-pesquisador da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz. E-mail: alexandre.pessoa@fiocruz.br.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6160512059771433>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5594-7221>.

⁴ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da UFRJ. Militante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Email: vargasmcristina@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5635160695041865>. O

RCID: <https://orcid.org/0000-0001-8645-8933>.

pela fragilização das instituições do Estado e das políticas públicas de proteção social e ambiental. Tal conjuntura impingida pelo capital e suas grandes corporações, exige uma análise multiescalar e multidimensional, para que possamos criar estratégias de reversão deste quadro.

Considerando a materialidade da vida sob o capital, e visando contribuir para processos de resistência e de defesa da vida, foi organizado o ***Dicionário de Agroecologia e Educação*** – uma produção coletiva coordenada pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e com parceira da Editora Expressão Popular.

O referido ***Dicionário*** busca dialogar com um público diverso – educadores/as e educandos/as das escolas do campo, das florestas, das águas e das cidades, envolvidos em distintos processos de educação e de formação, estudantes e trabalhadores de áreas como saúde, meio ambiente e agrárias, militantes nos processos formativos e de organização da classe trabalhadora.

A obra é composta por 106 verbetes, escritos por 158 autores/as (educadores/as, militantes, pesquisadores/as) de 68 instituições e universidades públicas de pesquisa, institutos federais de educação, movimentos sociais, ONG's e redes. Como as veias da América Latina ainda sangram, envolveu autores de, pelo menos, três países latino-americanos – Brasil, Guatemala e México.

Esta miríade de sujeitos possibilitou explicitar na obra que, desde suas origens, a Agroecologia desenvolve metodologias de trabalho popular e diagnósticos da realidade que, articuladas a sistemas de aperfeiçoamento e inovação horizontais dos agroecossistemas, produzem uma diversidade de iniciativas nos distintos biomas do país. A organização dessas experiências pelos movimentos populares camponeses converteu a Agroecologia em diretriz programática e como único projeto viável para o campesinato brasileiro, organizando forças para o enfrentamento ao agronegócio.

A obra demonstra que a Agroecologia se anuncia como terreno fértil na criação de novas relações de trabalho que visam a emancipação social, promove a saúde nos territórios, a elaboração de políticas públicas que efetivem a soberania alimentar, defenda a vida, a saúde e o ambiente. Dessa forma, a Agroecologia compromete-se com a humanidade e seu futuro, numa perspectiva de totalidade.

A obra também explicita a relação entre Agroecologia e Educação, ressaltando que as experiências educativas agroecológicas precisam estar baseadas nos fundamentos e nas matrizes teóricas da Pedagogia do Trabalho e da Educação Popular. A Educação é compreendida como ferramenta decisiva para a construção de novas relações que intencionem a emancipação humana, mesmo estando cerceada pelas relações sociais configuradas sob o capitalismo. A obra almeja contribuir na constituição da consciência, fortalecendo e aprofundando a ação educativa do/a educador/a do campo e da cidade, compreendendo que os seres humanos são produtos deste tempo histórico, mas podem transformar as circunstâncias e a si mesmos, se autoeducando enquanto sujeitos coletivos.

Interessante ressaltar, numa obra desse porte, sua construção metodológica. Inicialmente foi realizada consulta às pessoas e instituições parceiras que produzem sobre Agroecologia, para que indicassem verbetes para sua constituição. Com este primeiro conjunto de potenciais verbetes, agrupou-se alguns conceitos e temáticas em verbetes síntese e estabeleceu-se eixos agregadores. A partir desta organização realizou-se uma oficina, em junho de 2018, no Rio de Janeiro, para que o material fosse apresentado e discutido coletivamente. A partir desta oficina aprimoraram-se os eixos, suas ementas e os verbetes. Constituiu-se, assim, quatro eixos: 1. Metabolismo socioecológico: questão agrária, sociedade e natureza; 2. Agroecologia e bases ecológicas da agricultura; 3. Organização popular, agroecologia e Estado; e 4. Educação, Saúde, Cultura e Agroecologia.

O primeiro eixo discute a complexa interdependência entre seres humanos e natureza, analisando tal relação inscrita no modo de produção capitalista tardio que cria o antagonismo campo e cidade, o conflito entre o agronegócio e o campesinato, a depredação da natureza e a superexploração do trabalho, entre outros. Identifica também os sujeitos que se rebelam, se organizam e lutam contra o sistema, suas propostas e elaborações teóricas, na construção da Agroecologia. Aborda, enfim, as tecnologias que impulsionaram o desenvolvimento do capital no campo e a industrialização da agricultura, e as modernas tecnologias de manipulação da vida.

O segundo eixo – **Agroecologia e bases ecológicas da agricultura** – traz o debate sobre a Agroecologia em sua dimensão de ciência, fornecendo as bases teóricas e metodológicas para o manejo sustentável dos agroecossistemas, estabelecendo o diálogo entre os conhecimentos tradicionais e os sistemas que usam os recursos locais para minimizar a necessidade de insumos externos. Os

verbetes deste eixo trazem os princípios centrais da Agroecologia – compreendendo-a como um campo multidisciplinar de conhecimentos – e das práticas agroecológicas enquanto estratégias dos agricultores familiares, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais que lutam por autonomia e segurança alimentar, nas suas relações internas e com o meio no qual estão inseridos.

O terceiro eixo – **Organização popular, agroecologia e Estado** – abarca a Agroecologia como elemento dinâmico da totalidade de um projeto emancipatório dos povos, não circunscrita a um projeto autárquico do campesinato, mas sim, a uma perspectiva de superação da ruptura metabólica empreendida pelo desenvolvimento do modo de produção capitalista. Nessa perspectiva, a Agroecologia se relaciona dialeticamente entre a organização popular e o Estado, uma vez que seus sujeitos – trabalhadores do campo e da cidade – se articulam e se mobilizam, realizando o embate em torno dos aparelhos estatais e da efetivação de políticas públicas.

O quarto eixo – **Educação, Saúde, Cultura e Agroecologia** – explicita a necessidade de novas exigências formativas, na interface entre natureza, trabalho e cultura em contraposição à pedagogia do capital. A relação entre Agroecologia e Educação tem por centralidade o trabalho no campo, desenvolvido pelos movimentos e sujeitos sociais em luta na direção da emancipação social – relacionando-se com a defesa da vida, da saúde e do ambiente, numa perspectiva de totalidade. Fundamenta-se, assim, nos pressupostos da Pedagogia Socialista, da Pedagogia do Movimento, da Educação do Campo e da Educação Popular. Engloba as distintas formas de produzir e reproduzir a cultura e o conhecimento nos processos educativos formais, não formais e informais, fomentando a constituição de novas relações e práticas sociais.

Quem deseja sentidos fixos e imutáveis não se debruce sobre a obra. Sua riqueza se encontra justamente na ousadia de apresentar uma diversidade de concepções sobre a Agroecologia – o que possibilitou a criação de conceitos, assim como a resignificação de alguns. O debate propiciado pela obra envolve, portanto, convergências e contradições que explicitam a não neutralidade na construção do conhecimento, entendendo-o como aproximações sucessivas sobre a realidade.

Referências

DIAS, A. P.; STAUFFER, A. B.; MOURA, L. H. G. e VARGAS, M. C. **Dicionário de Educação e Agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: EPSJV, 2021. Disponível em <https://www.epsjv.fiocruz.br/publicacao/livro/dicionario-de-agroecologia-e-educacao>. Acesso em 07 de abril de 2022.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). **Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability. Summary for Policymakers**. IPCC: Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change, 2022. 36 p. Disponível em <<https://www.ipcc.ch/report/sixth-assessment-report-working-group-ii/>>. Acesso em 17 de dezembro de 2021.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria de transição**. São Paulo: Boitempo, 2011.

CONTRADIÇÕES ENTRE TRABALHO, CAPITAL E VIDA: “A ASSIM CHAMADA ACUMULAÇÃO PRIMITIVA” E SUA ATUALIDADE HISTÓRICA¹

Mahalia Aquino²
Lia Tiriba³

Resumo

São analisados trechos do capítulo XXIV de O capital, de Karl Marx (2013), articulando-os à problemática das relações seres humanos/ natureza mediadas pela produção destrutiva do capital e, em particular, pelas políticas anti-ambientais do governo Jair Bolsonaro. Destaca-se a importância da obra no atual momento em que o agronegócio e neoextrativismo destroem a flora e a fauna, desestruturando os modos de vida de povos e comunidades tradicionais. Conclui-se que “a assim chamada acumulação primitiva” pode ser considerada como acumulação permanente do capital, e que os crimes ambientais têm levado às últimas consequências as contradições entre trabalho, capital e vida.

Palavras-chave: Karl Marx. Acumulação primitiva. Crime ambiental.

CONTRADICCIONES ENTRE TRABAJO, CAPITAL Y VIDA: LA ACTUALIDAD HISTÓRICA DE LA LLAMADA ACUMULACIÓN PRIMITIVA

Resumen

Son analizadas citas del capítulo XXIV de El Capital, de Karl Marx (2013), articulando a la problemática de las relaciones seres humanos/naturaleza, mediadas por la producción destructiva del capital y, en particular, por las políticas anti-ambientales del gobierno Jair Bolsonaro. Se destaca la importancia de esta obra en el actual momento en que el agronegocio y el neoextractivismo destruyen la flora y la fauna, desestructurando los modos de vida de los pueblos y comunidades tradicionales. Se concluye que “la llamada acumulación primitiva” puede ser considerada como acumulación permanente del capital, y que los crímenes ambientales han llevado a las últimas consecuencias las contradicciones entre trabajo, capital y vida.

Palavras-clave: Karl Marx. Acumulación primitiva. Crimen ambiental.

CONTRADICTIONS BETWEEN WORK, CAPITAL AND LIFE: THE HISTORICAL TOPICALITY OF “THE SO-CALLED PRIMITIVE ACCUMULATION”

Abstract

Excerpts from chapter XXIV from The Capital, by Karl Marx (2013), are analyzed, being articulated with the question of human beings/nature relations, mediated by the destructive production of capital and, in particular, by the anti-environmental policies of Jair Bolsonaro's government. The importance of such a work is highlighted in the current moment when agrobusiness and neo-extractivism destroy the flora and fauna, disorganizing the ways of life of traditional peoples and communities. It is concluded that “the so-called primitive accumulation” can be considered as permanent accumulation of capital, and that environmental crimes have led the contradictions between work, capital and life to the ultimate consequences.

Keywords: Karl Marx. Primitive accumulation. Environmental crime.

¹ Artigo recebido em 03/07/2022. Aprovado pelos editores em 18/07/2022. Publicado em 10/11/2022. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v20i43.55199>.

² Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. Professora de Geografia. E-mail: mahaliagcaquino@gmail.com
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1716949253761324>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1392-8487>.

³ Doutora em Ciências Políticas e Sociologia pela Universidade Complutense de Madrid. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. E-mail: liatiriba@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2006259738336754>. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-0117-4160>.

Introdução

Data de 1867 a publicação do Livro I de *Das Kapital. Kritik der politischen oekonomia* de Karl Marx. Interessante observar que, 155 anos depois, o capítulo XXIV intitulado “A assim chamada acumulação primitiva” mantém sua atualidade histórica. Sabemos que os textos se tornam clássicos pela sua capacidade de transcender determinadas épocas históricas e, sendo assim, ajudam-nos a compreender a realidade em que vivemos.

Na verdade, os escritos de Marx (2013) sobre o segredo da acumulação primitiva, bem como o conjunto de sua obra sobre a sociedade produtora de mercadorias nos ensinam que é infinita a ganância voraz dos homens de negócio, ou melhor, daqueles que vivem da exploração do trabalho alheio. Ao longo da história do capitalismo, a riqueza tem sido produzida à custa dos seres humanos e dos demais elementos da natureza, o que significa não apenas a força de trabalho se tornou uma mercadoria, mas a própria natureza.

Sendo parte integrante da natureza, sofrem os seres humanos e não humanos; sofre também o Planeta Terra, ameaçado por pandemias, secas, alagamentos e outras manifestações da natureza enlouquecida pelo antropocentrismo e pelos desmandos do capital. Como advertia Engels (1979) em “Dialética da Natureza”, as relações entre seres humanos e natureza, por serem construídas em mão dupla e não de forma unidirecional, algum dia, mais cedo ou mais tarde, poderia chover torrencialmente no deserto de Saara se dele retirarmos uma grande quantidade de areia. O autor se refere nessa passagem de sua obra que, a forma predatória e destrutiva com a qual agimos sobre a natureza, gera consequências que modificam, permanentemente, todo um ecossistema.

Neste presente artigo, analisamos, em primeiro lugar, alguns trechos do Capítulo XXIV de *O capital*, de Marx (2013), indicando sua atualidade histórica. Em seguida, ao articular a problemática atual das relações seres humanos e natureza mediadas pelo capital, reproduzimos notícias veiculadas em redes sociais que atestam o caráter anti-ambiental das políticas públicas no governo Jair Bolsonaro.

Destacamos a relevância deste capítulo da obra de Marx (2013), tendo em conta o atual momento em que o agronegócio e neoextrativismo têm destruído a flora, fauna e desestruturando modos de vida de povos e comunidades tradicionais. Por fim, indicamos que “a assim chamada acumulação primitiva” pode ser

considerada como a acumulação permanente do capital (BRANDÃO, 2010, p. 51), resultado das contradições entre trabalho, capital e vida e que os “crimes ambientais” tornam-se manifestações do processo dessa acumulação nos territórios.

Pecado capital e o segredo da acumulação primitiva

No capítulo XXIV, a crítica realizada por Marx (2013) teve como propósito desmitificar a categoria acumulação primitiva do capital. Utilizada pelos economistas clássicos, esses defendiam que o fenômeno havia se dado em um momento histórico e que se constituiu como a base necessária para a acumulação do capital e, portanto, para a constituição do modo de produção capitalista. Por ainda ser compreendida como algo que ocorreu em um passado distante, chamamos a atenção que o autor inicia sua argumentação apresentando elementos historiográficos que nos indicam que as expropriações da acumulação primitiva são parte integrante dos processos de expansão e dominação contínua do capitalismo sobre o espaço geográfico.

Marx (2013) critica a perspectiva idílica de que aqueles sábios indivíduos que souberam poupar e multiplicar suas riquezas, foram capazes de contratar aqueles muitos vadios que não acumularam o suficiente para sobreviverem autonomamente. Deram a esses a alternativa e a quantia (salário) para sua manutenção em troca de um trabalho prestado. Mas, na verdade, essa perspectiva oculta a essência da acumulação primitiva. Partindo das determinações desse sanguinário processo, o autor descreve como ocorreram expropriações de terras dos camponeses na Europa, afirmando que foi por meio da privação das massas populares de seus meios de trabalho e de subsistência, que o processo de acumulação do capital teve seu início.

Marx (2013) aponta que nem mesmo a presença de leis que permaneceram em vigor por 150 anos, como a “lei de Henrique VII” (em vigor a partir de 1489), impediu, na prática, que a classe dominante retirasse, de forma abrupta e sangrenta, os meios de reprodução da vida dos trabalhadores do campo. Sem nenhum resultado prático da referida lei, as expropriações continuaram avançando sobre as terras comuns, da Igreja (a partir do século XVI) e do Estado. Foram sucessivas demolições de casas, expulsão dos moradores e destruição de lavouras. Ocorreu a expropriação (o roubo, a rapina) nas terras comunais, sendo implementado à força o

regime da propriedade privada, transformando os trabalhadores e seus meios de produção da vida em capital⁴.

A expropriação dos camponeses, realizada de forma violenta, foi à mediação necessária para a conformação dos trabalhadores a uma nova dinâmica de social, cultural, econômica e de trabalho – esse último não mais para a sobrevivência/subsistência coletiva, mas para torna-se mercadoria voltado à produção de valor. O monopólio da terra significou a divisão entre proprietários e não proprietários. Ou seja, dá-se a “gênese dos arrendatários capitalistas” (MARX, 2013, p. 529)⁵. Em síntese, “a assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção” de sua existência (MARX, 2013, p. 515).

Importante lembrar que na obra intitulada “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”, publicado em 1845, Engels (2010) descreve, minuciosamente, a vida nos aglomerados urbanos, onde, para fugir da fome, os antigos camponeses, agora como proletariado, passam a viver apinhados, respirando ar poluído oriundo das fábricas. Indignado, o autor descreve as precárias condições de vida do proletariado nos bairros feios da cidade: alimentação, qualidade do ar, baixa higiene, lixo, instrução, a privação dos prazeres/lazer, alcoolismo.

Nesse longo estudo de campo, Engels (2010, p. 69) destaca que se os camponeses expropriados “têm sorte de encontrar trabalho, isto é, se a burguesia lhe faz o favor de enriquecer à sua custa, espera-o um salário apenas para manter vivo; se não encontrar trabalho e não temer a polícia, pode roubar; pode ainda morrer de fome”. Sobre essa massa de trabalhadores entregues à própria sorte, o autor assinala que, quando a classe dominante

(...) priva milhares de indivíduos do necessário à existência, pondo-os numa situação que lhes é impossível subsistir; quando ela [a classe dominante] está farta de saber que os indivíduos hão de sucumbir nesta situação e, apesar disto a mantém [a exploração e expropriação], então o que ela comete [a classe dominante] é um assassinato, [que dizer um] assassinato social (ENGELS, 2010, p. 136)⁶.

⁴ Considerando que a luta de classes é, ao mesmo tempo, luta por valores, Thompson (1981) analisa as experiências da plebe na Inglaterra do século XVIII para afirmar seus modos de vida e resistir ao advento do modo de produção capitalista.

⁵ As páginas estão numeradas conforme a versão digital de “O Capital”, da Editora Boitempo que consta em anexo na seção da revista ao qual esse texto se destina.

⁶ No livro “O campo e a cidade na história e na literatura”, Williams (2011) reconhece ter sido Engels um dos primeiros a ver na cidade moderna uma consequência social do capitalismo. Para além de

Sobre os processos de acumulação primitiva do capital, vale registrar que Thompson (1987), em sua obra “Senhores e caçadores”, o autor estuda o longo processo de expropriação das terras comunais, que levou à Lei Negra de 1723. Essa Lei, a qual pode ser considerada como a primeira lei ambiental que busca a preservação da Floresta de Windsor⁷ sob o pretexto de conter a desordem na região da floresta real, na verdade veio como forma de se contrapor à cultura costumeira e ao direito costumeiro dos camponeses. A Lei⁸ passa a ser cruelmente aplicada por meio do perdão, prisão ou pena de morte.

Uma lei para punição mais eficaz de pessoas perversas e mal intencionadas usando armas e disfarces e praticando agressões e violências às pessoas e propriedades dos súditos de Sua Majestade, e para o encaminhamento mais rápido dos infratores à justiça (THOMPSON, 1987, p. 363).

Como comenta Thompson (1987), a longa extensão de arvoredos e matas com diversas plantas silvestres da floresta, onde animais selvagens, inclusive os cervos podiam correr à vontade, havia se tornado um local onde estava em jogo os costumes em comum (THOMPSON, 1998)⁹ em relação ao uso das terras comunais, em detrimentos dos interesses da realeza, que se constituía como burguesia. Nesta Floresta ainda hoje está o famoso Castelo de Windsor, utilizada como casa de descanso e de veraneio da realeza inglesa.

Voltando ao Capítulo XXIV de O capital de Marx (2013), objeto de nossa análise, a classe dominante buscou, por meio do Estado inglês, instituir, de forma legal no século XVIII, o cerceamento (a usurpação) das terras comuns que

uma visão romântica de campo, afirma, na Inglaterra, a Revolução Industrial “não transformou só a cidade e o campo: ela baseou-se num capitalismo agrário altamente desenvolvido, tendo ocorrido muito cedo o desaparecimento do campesinato tradicional” (WILLIAMS, 2011, p. 12).

⁷ Localizada em Windsor em Berkshire (Inglaterra, Reino Unido), com 48 km de circunferência, abrangendo 40 mil hectares.

⁸ Nesta obra, o Direito é concebido como realização cultural, o que quer a apreensão das experiências de classe – experiências estas entendidas como manifestação da luta de classes entre os camponeses e nobreza, mediadas pela burocracia florestal. Criticando os marxistas estruturalistas e em particular sobre a dicotomia entre superestrutura e infraestrutura, distingue a noção de poder arbitrário e domínio da lei; Para Thompson (1987, p. 358), a “lei não foi apenas imposta de cima sobre os homens: tem sido um meio onde outros conflitos têm se travado. Em parte, as próprias relações de produção só têm sentido nos termos de suas definições perante a lei: o trabalhador livre, o trabalhador rural com direitos comunais, o habitante sem eles, o proletário não-livre, o grevista consciente de seus direitos; o diarista rural sem terras que ainda pode processar o seu patrão”.

⁹ Importante registrar que, ao considerar que a classe trabalhadora como formação tanto econômica como cultural, o conjunto da obra do historiador marxista Edward Palmer Thompson retrata as experiências vividas pela plebe, no Século XVIII, em defesa de seus modos de vida em contraposição ao novo modo de vida que o capitalismo busca imprimir Inglaterra.

pertenciam ao povo. Nesse sentido, é possível perceber que o Estado se configura como uma mediação conivente para a expulsão das massas e para a destruição da natureza – natureza entendida enquanto bem público e parte fundante dos modos de vida de comunidades tradicionais. No caso da Europa, a servidão, que garantia o mínimo da sobrevivência camponesa dentro da instituição feudal, cai em desuso e é substituída pelo trabalho assalariado e “livre” dentro dos moldes restritos da sociedade do capital – “a liberdade de manter os trabalhadores na escravidão!” (MARX, 2013, p. 529).

Os processos de colonização na América Latina e África também evidenciaram as inúmeras relações pautadas na expropriação da natureza, do trabalho, da dependência econômica, de extermínio dos povos tradicionais e seus modos de vida. As expropriações no período das grandes navegações, no século XV dá início a um intenso processo de expropriação fora do continente europeu, não só dos recursos naturais, mas também da cultura a partir da aniquilação de povos originários. Terra e cultura são expropriadas, apropriadas e transformadas em mercadorias no processo da acumulação primitiva do capital nas colônias por parte dos colonizadores¹⁰.

É possível compreender que faz parte do processo de expansão do capitalismo à formação, cada vez mais constante, de trabalhadores expropriados. Isso significa que a forma mais eficaz de produzir valor é a formação de uma massa empobrecida de trabalhadores disponíveis para produção de capitais e suscetíveis a aceitar submissão e condições de trabalho precárias. “Tais métodos conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram o solo ao capital e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado inteiramente livre.” (MARX, 2013, p. 524). A situação da classe trabalhadora piora à medida que o capital expande seus domínios e, em última instância, para Marx (2013, p. 533), a “violência é a parteira de toda sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova. Ela mesma é uma potência econômica”.

A transformação dos meios de vida dos trabalhadores em valor, bem como o saque da terra (da natureza), continua subordinando os povos originários, tradicionais e o conjunto da classe trabalhadora às necessidades produtivas do

¹⁰ Ver também o Capítulo XXV de O Capital, intitulado “A teoria moderna da colonização”, no qual Marx (2013, p. 547), assegura que nas colônias europeias no Novo Mundo “o modo capitalista de produção e acumulação e, portanto, a propriedade capitalista exige o aniquilamento da propriedade privada baseado no trabalho próprio, isto é, a expropriação do trabalhador”.

capital. Sem ter alternativa, a grande massa de trabalhadores vende sua força de trabalho – ou, no caso da escravidão, é explorada ao limite pelos grandes proprietários latifundiários –, transformando o seu trabalho em enriquecimento da burguesia.

Ocorre, portanto, a separação entre trabalhadores e natureza, de seus objetos e meios de trabalhos, que passam a serem subsumidos à lógica produtiva e destrutiva do capital. Essa é a história do capitalismo: que se expande geograficamente através do roubo, saque, escravização, assassinato, destruição do meio ambiente e dos modos de vida de comunidades tradicionais, privando todos de seus meios de subsistência e lançando-os a própria sorte no competitivo mercado de trabalho.

Entendemos que, por não se tratar de algo que ocorreu em um passado distante do capitalismo, é preciso trazer, para o centro do debate, as expropriações como um processo que faz parte da acumulação permanente do capital até os dias atuais. Assim, é fundamental trazer a crítica de Marx (2013) para o século XXI, em pleno neoliberalismo e em meio às crises econômica, política e sanitária, nas quais o Brasil se vê (também) submerso em crimes ambientais que destroem – de forma voraz –, territórios de indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pela usurpação das terras e destruindo a cultura local, e buscando dar fim à propriedade comunal.

Como havia assegurado Luxemburgo (1970, p. 317), “o capitalismo aparece e se desenvolve historicamente num meio social não capitalista”. Para sua própria existência e realização, o capitalismo necessita “estar cercado de formas de produção não capitalista” (LUXEMBURGO, 1970, p. 317), visando sua desintegração e dissolução contínua. Tendo em conta o conjunto de políticas econômicas, calcadas em práticas socioambientais que assolam o país, podemos afirmar que ao largo do processo histórico de longa duração (BRAUDEL, 1965), o capital, ainda hoje, adentra os territórios em que homens e mulheres produzem sua existência tendo como horizonte a reprodução ampliada de vida, e não do capital (TIRIBA, 2018). Sendo assim, como Brandão (2010, p. 51), podemos afirmar que se trata de um longo processo de “acumulação primitiva permanente” do capital.

Brasil em chamas: a acumulação permanente do capital.

Trazendo os ensinamentos de Marx (2013) para contemporaneidade, não é difícil reconhecer que o Estado brasileiro e sua desenvolvida legislação ambiental, não é capaz (ou não quer se fazer capaz) de conter as expropriações calcadas sobre ideário do agronegócio e do neoextrativismo¹¹. Trata-se de um modelo econômico pautado na exploração e importação das *commodities* (minerais e agrícolas), que foi expandido territorialmente e economicamente por meio de incentivos políticos, dos anos 2000 em diante.

Em diálogo com a crítica de Marx (2013) ao Estado, ao poder jurídico e sua inutilidade em garantir os direitos à classe trabalhadora, é possível analisar que o Estado brasileiro está em consonância com os interesses capitalistas para a expropriação dos modos de vida de povos e comunidades tradicionais. Ou seja, ao destituir o direito à natureza retira-se desses sujeitos a sua capacidade coletiva de produzir seu próprio sustento, condicionando-os à sua própria sorte no competitivo mercado de trabalho.

A devastação da natureza, e com ela, os conflitos e a luta de classe em torno do meio ambiente têm sido recorrentes ao longo da história do Brasil, tendo se intensificado no governo Jair Bolsonaro (2019-2022). O golpe parlamentar jurídico e mediático de 2016, que colocou Michel Temer no poder, se configurou como chave-mestre para o desmonte da Constituição de 1988, atingindo sobremaneira os trabalhadores do campo e da cidade. A precarização do trabalho, a mercantilização da saúde e da educação, o aumento do desemprego, da pobreza e da fome tem repercutido na precarização da própria vida. Racismo estrutural, homofobia, machismo, xenofobia e intolerância religiosa compõem o cenário de violência contra homens e mulheres trabalhadoras.

Com o aprofundamento das políticas neoliberais e o crescimento da extrema direita, também se tornaram opositores políticos os povos e comunidades tradicionais, ou seja, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pantaneiros, seringueiros, castanheiros, pescadores, pequenos agricultores e outras populações do campo, das florestas e das águas. Sofrem os povos originários e tradicionais com a

¹¹ Como, por exemplo, a Lei nº 6.938/81 que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente; a Lei nº 9.605/98 sobre os Crimes Ambientais; Lei nº **9.433/97** que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos; A Lei 12.651/2012, também conhecida como novo "Código Florestal"; entre outras.

contaminação dos rios, do solo, com os processos de desertificação que destroem a flora e a fauna, ameaçam a biodiversidade, contribuem para o aquecimento global e, com isso, as mudanças climáticas.

Os perigos para a humanidade decorrem tanto do saque das riquezas minerais e naturais consideradas na sua biodiversidade, quanto do próprio aquecimento global. Para Fearnside (2018)¹², a Amazônia “não é apenas uma vítima do aquecimento global, é também uma fonte de emissões antropogênicas por desmatamento, degradação florestal por exploração madeireira e incêndios e emissões de represas hidrelétricas”.

Entre agosto de 2020 e julho de 2021, o desmatamento da Amazônia foi de 13 mil km²; em outubro de 2021, esta região teve 877 Km² devastados. No final de novembro do mesmo ano, em Brotas, interior de São Paulo, centenas de búfalos tinham sofrido abandono em uma fazenda onde não havia água, comida e nem vegetação suficiente para alimentação dos animais. A área havia sido reduzida para fins de plantação de soja (lembrando que o Brasil é o maior produtor de soja no mundo).

A empresa de Agronegócio Estrondo¹³, que organiza um condomínio de fazendas localizadas no Cerrado, e que produz e vende soja para ração de animais, renova licença para desmatar 25 mil hectares de Cerrado, pressionando e ameaçando as comunidades tradicionais com o uso da força policial. Sem falar que, para incrementar a produtividade do agronegócio, foram aprovados 1.411 registros de produtos agrotóxicos no governo Bolsonaro, nos últimos três anos. Como indica o filme “O veneno está na mesa” (TENDLER, 2011) o Brasil se tornou, em 2008, o maior consumidor de agrotóxicos: cada brasileiro consumia em média 5,2 litros de agrotóxicos por ano.

Também, no final de 2021, garimpeiros fizeram um paredão com balsas no rio Madeira para se livrar da fiscalização¹⁴. Em cinco anos, o garimpo ilegal destruiu mais de 600 km de rios que correm nas das terras dos Munduruku, no Pará; o ataque às comunidades indígenas atingidas pelo garimpo e pelo desmatamento

¹² Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/amazonia-e-o-aquecimento-global-1-resumo-da-serie>, acesso em 01/07/2022, às 11h52min.

¹³ Ver a reportagem em: <https://reporterbrasil.org.br/estrondo/>, acesso em 01/07/2022, às 11h56min.

¹⁴ Ver a reportagem em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/11/24/centenas-de-balsas-de-garimpo-ilegal-desafia-m-fiscalizacao-e-tomam-conta-de-trecho-do-rio-madeira-na-amazonia.ghtml>, acesso em 01/07/2022, às 12h57min.

geram abusos físicos e psicológicos; seus mandantes ameaçam suas lideranças de morte.

A ocorrência do garimpo ilegal na região amazônica - em especial no Rio Madeira e regiões do Pará (vale do Rio Tapajós) – tem contaminado uma das bacias hidrográficas mais importantes do mundo. A utilização do mercúrio afeta a saúde de comunidades terras indígenas e provocam bruscas mudanças dos modos de vida de comunidade ribeirinhas - que convivem com intenso fluxo gerado pelo comércio do ouro e com a presença de forasteiros que se utilizam da violência, inclusive contra as mulheres.

Nesse contexto de devastação da natureza, importante reconhecer que o problema não radica na legalidade ou não legalidade do desmatamento e garimpo ilegal, tanto que podemos destacar as constantes investidas das mineradoras Vale S.A., Gerdau, Samarco, BHP Billiton, Sul Americana de Metais (SAM), entre outras, na exploração de territórios de povos e comunidades tradicionais em diversas regiões do Brasil.

Com metas de proteção ambiental que mais empurram o problema para futuro, do que os resolve, o Estado brasileiro promete zerar o garimpo e desmatamento ilegal em 2030 (sic). Em meio a esse caos ambiental, haverá meio ambiente para ser salvo até lá? Como pode, por exemplo, um ribeirinho viver sem rio, ou seja, como pode produzir sua existência, quando a água do rio está escassa e/ou contaminada?

A expropriação dos modos de vida acontece, entre outras, nas comunidades ribeirinhas da bacia do Rio Doce, atingidas pelo crime ambiental produzido, em 2015, pela Samarco e suas acionistas Vale e BHP (AQUINO, 2018b); acontece, em maior ou menor grau, em todas as comunidades que sofrem com o avanço da monocultura ou com a construção de hidroelétricas, barragens e estradas abrem passagem para as *commodities* da mineração e do agronegócio.

Nesse contexto, o Estado forte, guardião do direito privado, mediado pelo governo empresarial capitalista e por fábricas de sujeitos neoliberais (DARDOT; LAVAL, 2017), promove a devastação socioambiental, aqui entendida como crime ambiental anunciado e premeditado (AQUINO, 2018a). Mas, evidentemente, isso não ocorre sem a resistência dos movimentos sociais, entre eles o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Em nosso entendimento, a acumulação primitiva se manifesta através dos crimes ambientais e esses são cada vez mais frequentes nos tempos atuais. Os crimes ambientais podem se entendidos como um mecanismo de expulsão, expropriação e violência contra os modos de produzir a vida de povos e comunidades tradicionais através da destruição da natureza – que é uma mediação fundamental para a manutenção modos de vida tradicionais dessas comunidades, principalmente, no âmbito do trabalho e da cultura desses sujeitos.

Em diálogo com Marx (2013), os crimes ambientais consistem como um meio para o capital romper/destruir os meios e objetos de trabalho e sobrevivência de trabalhadores e povos tradicionais. É a separação entre seres humanos e natureza sob a ótica do bem comum e de sua relação ontológica do ser social, no qual, no lugar é imposta – violentamente –, a lógica do valor e o modo de produção capitalista.

Ao longo de toda história, a classe trabalhadora e os povos tradicionais resistem e lutam pela afirmação de seus modos de vida e pela defesa da natureza (SOUZA, 2020). Organizados por meio dos movimentos sociais, mobilizam os trabalhadores atingidos ou ameaçados pelos crimes ambientais na tentativa de reverter à situação desigual que se estabelece sobre o meio ambiente.

Conclusão: acumulação permanente, ‘assassinato social’ e crime ambiental

No editorial da Revista Trabalho Necessário, número 36, cuja temática é “Lutas no campo e o comum na América Latina”, indicamos que:

No pequeno planeta chamado Terra habitam 7,79 bilhões de pessoas. Ainda que estudos sobre questões socioambientais nos alertassem que a produção destrutiva do capital ameaça sobremaneira a flora, a fauna e o próprio planeta, o COVID-19 nos pegou desprevenidos, deixando-nos atônitos diante da ameaça de morte de uma grande parte da humanidade. Ou desaparecemos todos para renascer das cinzas? (TIRIBA; RODRIGUES; ANTUNES, 2020, p. 1).

Nesse contexto em que se acirram as contradições entre trabalho, capital e vida, torna-se atual a expressão “assassinato social”, indicado por Engels (2010). O termo também nos remete ao que compreendemos por crime ambiental, que em seu sentido amplo, pode ser entendido como resultado, e ao mesmo tempo parte

integrante do longo processo de expropriação do povo do campo de sua base fundiária.

Importante sublinhar as contradições entre trabalho, capital e vida se fazem presentes não apenas durante a chamada acumulação primitiva do capital, que não pode ser entendida como algo anterior ao capitalismo, mas como parte integrante dos processos permanentes de reprodução ampliada do capital. Na perspectiva de um conceito ampliado de “acumulação primitiva”, devemos considerá-la acumulação permanente do capital, ou mesmo, como acumulação primitiva e permanente do capital (BRANDÃO, 2010). Primitiva não apenas porque diz respeito à sua gênese, mas também, no sentido pejorativo das formas violentas com que ela se dá, e nas quais os seres humanos se animalizam.

Historicamente, os processos de acumulação ampliada do capital pressupõem o desmonte dos modos de vida baseados na cultura costumeira de defesa do que é ou deveria ser comum: os rios, o céu, os mares, a floresta. Mas como dizem Dardot & Laval (2017), o comum só se torna comum quando nós, seres humanos, na prática, nos apresentamos e nos colocamos politicamente em sua defesa.

A luta pelo comum requer de nós um novo entendimento (e sentimento) em relação à natureza, compreendendo a existência de uma racionalidade ambiental (LEFF, 2006). Nessa perspectiva, Engels (1979) compreendeu que há uma dialética da natureza, na qual as relações estabelecidas a partir dela, são mutáveis ao longo da história, sendo a natureza a base para o desenvolvimento e sobrevivência humana. Dito de outra maneira, precisamos compreender as maneiras como, historicamente, a natureza se comporta na relação com os seres humanos, que também são natureza. Ou seja, como se dá esta relação dialética entre seres humanos e natureza.

Conforme compreende Marx (2013, p. 522), ocorre uma “*clearing of estates* (clareamento das propriedades rurais, o que significa, na verdade, varrê-las de seres humanos)”, na qual homens e mulheres trabalhadoras que, historicamente, ocupavam as terras (até então comunais), são expulsos da terra. Natureza e seres humanos passam, nesse sentido, a serem quantificados e valorados em capital. Mas claro, há resistências, lutas, embates, conflitos. A luta de classes em torno do direito ao meio ambiente (ao acesso à terra, rios, florestas, ao alimento), permanece viva até os dias atuais. Mesmo com a intensa violência e a ocorrência, cada vez mais frequente, dos crimes ambientais, esse processo de resistência da classe

trabalhadora parte de uma luta pela reafirmação de seus modos de vida e contra as expropriações do capital.

Os embates travados em torno das questões ambientais indicam que a capacidade expropriativa do capital se aprofunda após 2018, com o início do discurso e da política genocida do Governo de Jair Bolsonaro. O reforço às desigualdades sociais, ao ódio e à morte faz com que o governo cumpra sua proposta de “passar a boiada¹⁵” e não deixar pedra sobre pedra para trás. A política de morte é alicerçada na violenta destruição ambiental e, com ela, a morte das práticas econômicas e culturais que constituem os modos de vida alicerçados na relação umbilical entre seres humanos e natureza – base fundamental para a reprodução social de povos e comunidades tradicionais.

Mesmo com a resistência desses povos e da classe trabalhadora em geral, os ataques não cessam e os crimes ambientais são inúmeros. Povos/comunidades tradicionais e demais trabalhadores/as do campo tem sido “repentinamente arrancados de seu modo de vida costumeiro tampouco conseguiram se ajustar à disciplina da nova situação.” (MARX, 2013, p. 524), impondo-os um modo de vida condizente com a sociedade capitalista. Esse é meio pelo qual o capital se expande e mantém seus domínios sobre a formação cada vez maior de uma massa de trabalhadores disponíveis ao modo de produção capitalista, modo este que é hegemônico em relação a outros modos de produção da existência.

Como já dito, Marx (2013) fez a crítica ao conformismo do Estado frente aos interesses da burguesia. O poder jurídico estatal se resume a estabelecer parâmetros legais que vão beneficiar os grandes proprietários e pauperizar, ainda mais, a classe trabalhadora. Por meio de influências e golpes, a burguesia toma espaço nas esferas decisórias do Estado. Nas palavras de Marx (2013, p. 528), “nada mais característico que o pretexto deste golpe de Estado burguês”: da apropriação ou subversão do poder estatal para atender seus próprios interesses em detrimento da massa de trabalhadores entregues à fome, doenças, más condições de moradia e trabalho, por exemplo.

Algo corriqueiro no Brasil, em sua curta experiência democrática passou por vários golpes (como o de 1964 e 2016, por exemplo), que favoreceram unicamente ao capital estrangeiro e uma pequena parcela da sociedade brasileira – os

¹⁵ Fazendo referência a fala do ex-ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles, durante a reunião ministerial ocorrida em 22 de abril de 2020, no início da pandemia do vírus COVID-19 no Brasil.

latifundiários, industriais e herdeiros –, enquanto o povo é reprimido, torturado, sem direitos e vivendo sob “leis grotescas e terroristas” (MARX, 2013, p. 526).

Marx (2013), em sua reflexão sobre a acumulação primitiva, argumenta e analisa que essa acumulação faz parte do modo de produção e dominação capitalista. Passamos por um desmonte de direitos e destruição em massa do meio ambiente que compromete em todos os âmbitos da sociedade. Para nós, latino-americanos, a descoberta de ouro e prata levou ao extermínio de povos indígenas e implementou o terror na caçada lucrativa por recursos humanos e naturais do novo continente. Até a contemporaneidade, os crimes ambientais e o terrorismo da aniquilação rondam entre nós. Para superar essa violência em escalas cada vez mais alarmantes, Marx já nos deu a resposta: somente com o fim do modo de produção capitalista.

Desde o século XV, é crescente o aumento da violência contra camponeses e povos originários. O extermínio desses modos de produzir a vida relacionada intimamente à natureza vem ganhando espaço dentro da economia capitalista. A destruição da natureza acarreta impactos muitas vezes permanentes e em uma escala de destruição progressiva. Os crimes ambientais, por exemplo, se tornam uma mediação que compromete diretamente os modos de vida de homens e mulheres das comunidades tradicionais atingidas pelos processos subsequentes da expropriação capitalista sobre o meio ambiente. Para esses sujeitos não resta alternativa, a não ser resistir à migração para as cidades e lutar contra a sua sujeição ao modo de vida capitalista.

Contra a ofensiva do capital, também em um movimento histórico de longa duração, as populações originárias e tradicionais insistem em conservar seus modos de vida, ainda que subordinados ao modo capitalista de produção da existência. No horizonte do fim da sociedade produtora de mercadorias, eleger como objeto de pesquisa as relações sociais de produção da vida em povos e comunidades tradicionais, não significa, necessariamente, que nos situemos no campo da ecologia ou das chamadas questões ambientais.

Para Nancy Fraser, em entrevista ao Blog da Boitempo¹⁶, o projeto por um ecossocialismo radical, em nível global, deve ser concebido como uma luta anticapitalista e, ao mesmo tempo, uma luta transambiental. Transambiental “por que as contradições ecológicas do sistema são intrinsicamente enredadas com outras contradições (econômica, política, social) e não podem ser resolvidas abstraído-se”. Para ela, o ecossocialismo, “desmantelaria a ‘lei do valor’, aboliria a exploração e a expropriação e reinventaria as relações entre a sociedade humana e a natureza não-humana, entre a produção de bens e o trabalho de cuidado, entre o político e o econômico”.

Referências

AQUINO, M. **Trabalho e educação diante do rompimento da barragem de Fundão (Mariana – MG) no Rio Doce e afluentes**. Anais do II Seminário Estado, Trabalho, Educação e Desenvolvimento, 2ª edição – nov. 2018a.

AQUINO, M. **“Aprender a ser atingido”**: Educação e lutas socioambientais diante do rompimento da Barragem de Fundão (Mariana – MG) no Rio Doce e afluentes. CCH – UNIRIO, Rio de Janeiro, 2018b.

BRANDÃO, C. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo. In: ALMEIDA, A. W. (et. al.). **Capitalismo globalizado e recursos territoriais**: fronteiras de acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

BRAUDEL, F. História e Ciências Sociais: a longa duração. **Revista de História**, v. 30, nº 62, p. 261-294, 1965. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/123422>. Acesso em 19 de maio de 2022.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.

ENGELS, F. **A dialética da natureza**; prólogo de J.B.S. Haldane. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

ENGELS, F.. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Tradução B. A. Schumann. Supervisão, apresentação e notas José Paulo Netto. São Paulo: Boitempo, 2010.

¹⁶ A entrevista feita por Martín Mosquera para a *Jacobin*. Traduzida por Natanael Alencar e Isadora Xavier. Publicada em 30 de novembro de 2021, sob o título “Só um radical ecossocialismo democrático pode mudar o horizonte”. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2021/11/30/so-um-radical-ecossocialismo-democratico-pode-mudar-o-horizonte/>.

LEFF, E. **Racionalidade Ambiental**: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LUXEMBURGO, R. **A acumulação do capital**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

MARX, K. **O capital**: a crítica da economia política : Livro I : o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

SOUZA, W. K. do A.. **Trabalho-Educação, Economia e Cultura em Povos e Comunidades Tradicionais**: A (Re) Afirmação de Modos de Vida como Forma de Resistência. 2020. 222f. Tese (Doutorado em Educação) – UFF, Niterói.

TENDLER, S. **O veneno está na mesa**; Campanha Permanente Contra o Agrotóxico e Pela Vida – Documentário, 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SHkRolvahpg>

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**: Uma crítica ao pensamento de Althusser. Tradução: Waltensir Dutra; Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

THOMPSON, E. P. **Senhores e Caçadores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. Estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TIRIBA, L. Reprodução ampliada da vida: o que ela não é, parece ser e pode vir a ser. **Otra Economía**, v. 11, nº 20 p. 74-87, 2018. Disponível em: <https://www.revistaotraeconomia.org/index.php/otraeconomia/article/view/14757>

TIRIBA, L.; RODRIGUES, M. C. P.; ANTUNES, J. L. C. O coronavírus e o “comum” na América Latina. **Revista Trabalho Necessário**, v. 18, nº 36, p. 1-5, 2020.

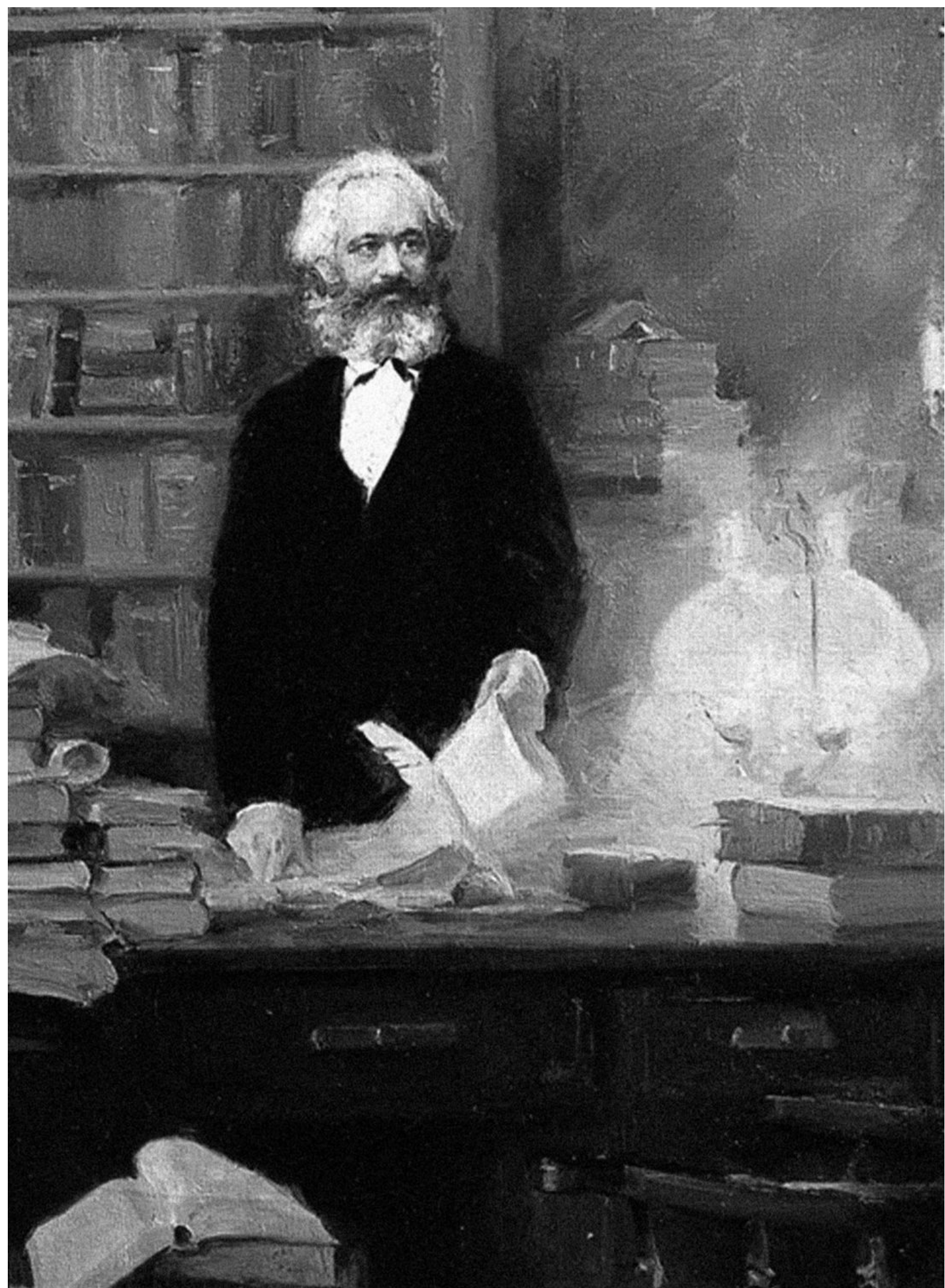
WILLIAMS, R. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

KARL MARX

o capital

LIVRO I





Karl Marx

O CAPITAL
CRÍTICA DA ECONOMIA POLÍTICA

LIVRO I

O processo de produção do capital

Tradução
Rubens Enderle

NOTA DA EDIÇÃO ELETRÔNICA

Com a finalidade de aprimorar a experiência de leitura no formato digital e manter a coerência entre a versão eletrônica (em suas diversas plataformas de leitura) e a versão impressa deste livro, optou-se por manter a numeração de páginas da versão impressa nas remissões desta edição eletrônica. Desta forma, procurou-se manter unidade para fins de referência e citação entre versão eletrônica e impressa. É possível que o leitor perceba sutis diferenças de numeração entre as remissões e as numerações apresentadas pela plataforma de leitura. Adverte-se, portanto, que o conteúdo original do livro se mantém integralmente reproduzido.

CAPÍTULO 24

A assim chamada acumulação primitiva

1. O segredo da acumulação primitiva

Vimos como o dinheiro é transformado em capital, como por meio do capital é produzido mais-valor e do mais-valor se obtém mais capital. Porém, a acumulação do capital pressupõe o mais-valor, o mais-valor, a produção capitalista, e esta, por sua vez, a existência de massas relativamente grandes de capital e de força de trabalho nas mãos de produtores de mercadorias. Todo esse movimento parece, portanto, girar num círculo vicioso, do qual só podemos escapar supondo uma acumulação “primitiva” (“*previous accumulation*”, em Adam Smith), prévia à acumulação capitalista, uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas seu ponto de partida.

Essa acumulação primitiva desempenha na economia política aproximadamente o mesmo papel do pecado original na teologia. Adão mordeu a maçã e, com isso, o pecado se abateu sobre o gênero humano. Sua origem nos é explicada com uma anedota do passado. Numa época muito remota, havia, por um lado, uma elite laboriosa, inteligente e sobretudo parcimoniosa, e, por outro, uma súcia de vadios a dissipar tudo o que tinham e ainda mais. De fato, a lenda do pecado original teológico nos conta como o homem foi condenado a comer seu pão com o suor de seu rosto; mas é a história do pecado original econômico que nos revela como pode haver gente que não tem nenhuma necessidade disso. Seja como for. Deu-se, assim, que os primeiros acumularam riquezas e os últimos acabaram sem ter nada para vender, a não ser sua própria pele. E desse pecado original datam a pobreza da grande massa, que ainda hoje, apesar de todo seu trabalho, continua a não possuir nada para vender a não ser a si mesma, e a riqueza dos poucos, que cresce continuamente, embora há muito tenham deixado de trabalhar. São trivialidades como essas que, por exemplo, o sr. Thiers, com a solenidade de um estadista, continua a ruminar aos franceses, outrora tão sagazes, como apologia da *propriété*^a. Mas tão logo entra em jogo a questão da propriedade, torna-se dever sagrado sustentar o ponto de vista da cartilha infantil como o único válido para todas as faixas etárias e graus de desenvolvimento. Na história real, como se sabe, o papel principal é desempenhado pela conquista, a subjugação, o assassinio para roubar, em suma, a violência. Já na economia política, tão branda, imperou sempre o idílio. Direito e “trabalho” foram, desde tempos imemoriais, os únicos meios de enriquecimento, excetuando-se sempre, é claro, “este ano”. Na realidade, os métodos da acumulação primitiva podem ser qualquer coisa, menos idílicos.

Num primeiro momento, dinheiro e mercadoria são tão pouco capital quanto os meios de produção e de subsistência. Eles precisam ser transformados em capital. Mas essa transformação só pode operar-se em determinadas circunstâncias, que

contribuem para a mesma finalidade: é preciso que duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias se defrontem e estabeleçam contato; de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que buscam valorizar a quantia de valor de que dispõem por meio da compra de força de trabalho alheia; de outro, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, por conseguinte, vendedores de trabalho. Trabalhadores livres no duplo sentido de que nem integram diretamente os meios de produção, como os escravos, servos etc., nem lhes pertencem os meios de produção, como no caso, por exemplo, do camponês que trabalha por sua própria conta etc., mas estão, antes, livres e desvinculados desses meios de produção. Com essa polarização do mercado estão dadas as condições fundamentais da produção capitalista. A relação capitalista pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista esteja de pé, ela não apenas conserva essa separação, mas a reproduz em escala cada vez maior. O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como “primitiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde.

A estrutura econômica da sociedade capitalista surgiu da estrutura econômica da sociedade feudal. A dissolução desta última liberou os elementos daquela.

O produtor direto, o trabalhador, só pôde dispor de sua pessoa depois que deixou de estar acorrentado à gleba e de ser servo ou vassalo de outra pessoa. Para converter-se em livre vendedor de força de trabalho, que leva sua mercadoria a qualquer lugar onde haja mercado para ela, ele tinha, além disso, de emancipar-se do jugo das corporações, de seus regulamentos relativos a aprendizes e oficiais e das prescrições restritivas do trabalho. Com isso, o movimento histórico que transforma os produtores em trabalhadores assalariados aparece, por um lado, como a libertação desses trabalhadores da servidão e da coação corporativa, e esse é único aspecto que existe para nossos historiadores burgueses. Por outro lado, no entanto, esses recém-libertados só se convertem em vendedores de si mesmos depois de lhes terem sido roubados todos os seus meios de produção, assim como todas as garantias de sua existência que as velhas instituições feudais lhes ofereciam. E a história dessa expropriação está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo.

Os capitalistas industriais, esses novos potentados, tiveram, por sua vez, de deslocar não apenas os mestres-artesãos corporativos, mas também os senhores feudais, que detinham as fontes de riquezas. Sob esse aspecto, sua ascensão se apresenta como o fruto de uma luta vitoriosa contra o poder feudal e seus privilégios revoltantes, assim como contra as corporações e os entraves que estas colocavam ao livre desenvolvimento da produção e à livre exploração do homem pelo homem. Mas se os cavaleiros da indústria desalojaram os cavaleiros da espada, isso só foi possível porque os primeiros exploraram acontecimentos nos quais eles não tinham a menor

culpa. Sua ascensão se deu por meios tão vis quanto os que outrora permitiram ao liberto romano converter-se em senhor de seu *patronus* [patrono].

O ponto de partida do desenvolvimento que deu origem tanto ao trabalhador assalariado como ao capitalista foi a subjugação do trabalhador. O estágio seguinte consistiu numa mudança de forma dessa subjugação, na transformação da exploração feudal em exploração capitalista. Para compreendermos sua marcha, não precisamos remontar a um passado tão remoto. Embora os primórdios da produção capitalista já se nos apresentem esporadicamente, nos séculos XIV e XV, em algumas cidades do Mediterrâneo, a era capitalista só tem início no século XVI. Nos lugares onde ela surge, a supressão da servidão já está há muito consumada, e o aspecto mais brilhante da Idade Média, a existência de cidades soberanas, há muito já empalideceu.

Na história da acumulação primitiva, o que faz época são todos os revolucionamentos que servem de alavanca à classe capitalista em formação, mas, acima de tudo, os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres. A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo. Sua história assume tonalidades distintas nos diversos países e percorre as várias fases em sucessão diversa e em diferentes épocas históricas. Apenas na Inglaterra, e por isso tomamos esse país como exemplo, tal expropriação se apresenta em sua forma clássica^{b 189}.

2. Expropriação da terra pertencente à população rural

Na Inglaterra, a servidão havia praticamente desaparecido na segunda metade do século XIV. A maioria da população¹⁹⁰ consistia naquela época, e mais ainda no século XV, em camponeses livres, economicamente autônomos, qualquer que fosse o rótulo feudal a encobrir sua propriedade. Nos domínios senhoriais maiores, o arrendatário livre tomara o lugar do *bailiff* (bailio), ele mesmo servo em outras épocas. Os assalariados agrícolas consistiam, em parte, em camponeses que empregavam seu tempo livre trabalhando para os grandes proprietários, em parte, numa classe de trabalhadores assalariados propriamente ditos, classe essa independente e pouco numerosa, tanto em termos relativos como absolutos. Ao mesmo tempo, também estes últimos eram, de fato, camponeses economicamente autônomos, pois, além de seu salário, recebiam terras de 4 ou mais acres para o cultivo, além de *cottages*. Ademais, junto com os camponeses propriamente ditos, desfrutavam das terras comunais, sobre as quais pastava seu gado e que lhes forneciam também combustíveis, como lenha, turfa etc.¹⁹¹ Em todos os países da Europa, a produção feudal se caracteriza pela partilha do solo entre o maior número possível de vassalos. O poder de um senhor feudal, como o de todo soberano, não se baseava na extensão de seu registro de rendas, mas no número de seus súditos, e este dependia da quantidade de camponeses economicamente autônomos¹⁹². Isso explica por que o solo inglês, que depois da conquista normanda se dividiu em gigantescos baronatos, um único dos quais costumava incluir 900 dos antigos senhorios anglo-saxônicos, era entremeado de pequenas propriedades camponesas, apenas aqui e ali interrompidas

por domínios senhoriais maiores. Tais condições, somadas ao florescimento simultâneo das cidades, que caracteriza o século XV, permitiam aquela riqueza popular que o chanceler Fortescue descreve com tanta eloquência em seu *Laudibus Legum Angliae*, mas excluíam a riqueza capitalista.

O prelúdio da revolução que criou as bases do modo de produção capitalista ocorreu no último terço do século XV e nas primeiras décadas do século XVI. Um massa de proletários absolutamente livres foi lançada no mercado de trabalho pela dissolução dos séquitos feudais, que, como observou corretamente *sir James Steuart* “por toda parte lotavam inutilmente casas e castelos”^c. Embora o poder real, ele mesmo um produto do desenvolvimento burguês, em sua ânsia pela conquista da soberania absoluta tenha acelerado violentamente a dissolução desses séquitos, ele não foi, de modo algum, a causa exclusiva dessa dissolução. Ao contrário, foi o grande senhor feudal que, na mais tenaz oposição à Coroa e ao Parlamento, criou um proletariado incomparavelmente maior tanto ao expulsar brutalmente os camponeses das terras onde viviam e sobre as quais possuíam os mesmos títulos jurídicos feudais que ele quanto ao usurpar-lhes as terras comunais. O impulso imediato para essas ações foi dado, na Inglaterra, particularmente pelo florescimento da manufatura flamenga de lã e o conseqüente aumento dos preços da lã. A velha nobreza feudal fora aniquilada pelas grandes guerras feudais; a nova nobreza era uma filha de sua época, para a qual o dinheiro era o poder de todos os poderes. Sua divisa era, por isso, transformar as terras de lavoura em pastagens de ovelhas. Em sua *Description of England. Prefixed to Holinshed’s Chronicles*, Harrison descreve como a expropriação dos pequenos camponeses significa a ruína do campo. “*What care our great incroachers!*” (Mas o que isso importa a nossos grandes usurpadores?) As habitações dos camponeses e os *cottages* dos trabalhadores foram violentamente demolidos ou abandonados à ruína.

“Se consultamos” – diz Harrison – “os inventários mais antigos de cada domínio senhorial, vemos que inúmeras casas e pequenas propriedades camponesas desapareceram, que o campo alimenta muito menos gente, que muitas cidades estão arruinadas, embora algumas novas floresçam [...]. Eu teria algo a contar sobre cidades e aldeias que foram destruídas para ceder lugar a pastagens de ovelhas e onde só restaram as casas dos antigos senhores.”

As queixas dessas velhas crônicas são invariavelmente exageradas, mas ilustram exatamente a impressão que a revolução nas condições de produção provocou nos homens daquela época. Uma comparação dos escritos do chanceler Fortescue com os de Thomas More evidencia o abismo entre os séculos XV e XVI. De sua idade de ouro como diz Thornton corretamente, a classe trabalhadora inglesa decaiu, sem qualquer fase de transição, à idade de ferro.

A legislação se aterrorizou com esse revolucionamento. Ela ainda não havia alcançado aquele ápice civilizacional em que a “*wealth of the nation*”, isto é, a formação do capital e a exploração e empobrecimento inescrupulosos das massas populares são considerados a última Thule de toda a sabedoria de Estado. Em sua história de Henrique VII, diz Bacon:

“Naquele tempo” (1489) “aumentaram as queixas sobre a transformação de terras de lavoura em pastagens” (para criação de ovelhas etc.), “fáceis de vigiar com poucos pastores; e as propriedades arrendadas temporária, vitalícia

ou anualmente (dos quais vivia grande parte dos *yeomen*^d) foram transformados em domínios senhoriais. Isso provocou uma decadência do povo e, em decorrência, uma decadência das cidades, igrejas, dízimos [...]. Na cura desse mal, foi admirável, naquela época, a sabedoria do rei e do Parlamento [...]. Adotaram medidas contra essa usurpação que despovoava os domínios comunais (*depopulating inclosures*) e o despovoador regime de pastagens (*depopulating pasture*) que o acompanhava.”

Uma lei de Henrique VII, de 1489, c. 19, proibiu a destruição de toda casa camponesa que tivesse pelo menos 20 acres de terra. Numa lei 25^f, de Henrique VIII confirma-se a disposição legal anterior. Diz-se, entre outras coisas, que

“muitos arrendamentos e grandes rebanhos de gado, especialmente de ovelhas, concentram-se em poucas mãos, provocando um aumento considerável das rendas fundiárias e, ao mesmo tempo, uma grande diminuição das lavouras (*tillage*) e a demolição de igrejas e casas, de maneira que enormes massas populares se veem impossibilitadas de sustentar a si mesmas e a suas famílias.”

A lei ordena, por isso, a reconstrução das propriedades rurais arruinadas, determina a proporção entre campos de cereais e pastagens etc. Um decreto de 1533 se queixa de que um número considerável de proprietários possuíam 24 mil ovelhas e restringe seu número a 2 mil¹⁹³. As queixas populares e a legislação, que desde Henrique VII, e durante 150 anos, condenou a expropriação dos pequenos arrendatários e camponeses, foram igualmente infrutíferas. O segredo de seu fracasso nos é revelado por Bacon, sem que ele se aperceba disso.

“A lei de Henrique VII” – diz ele em seus *Essays, Civil and Moral* (seção 29) – “foi profunda e admirável por ter estabelecido explorações agrícolas e casas rurais de determinado padrão, isto é, por ter garantido aos lavradores uma parcela de terra que os capacitava a trazer ao mundo súditos dotados de uma riqueza suficiente e de condição não servil, conservando o arado nas mãos de proprietários e não de trabalhadores mercenários (*to keep the plough in the hand of the owners and not hirelings*).”^{193a}

O que o sistema capitalista exigia, ao contrário, era uma posição servil das massas populares, a transformação destas em trabalhadores mercenários e a de seus meios de trabalho em capital. Durante esse período de transição, a legislação procurou também conservar os 4 acres de terra contíguos ao *cottage* do assalariado agrícola e proibiu-lhe abrigar subinquilinos em seu *cottage*. Ainda em 1627, sob Carlos I, Roger Crocker de Fontmill foi condenado por ter construído, no solar de Fontmill, um *cottage* desprovido dos 4 acres de terra como anexo permanente; ainda em 1638, sob Carlos I, nomeou-se uma comissão real para a implementação das velhas leis, especialmente a que estabelece os 4 acres de terra; também Cromwell proibiu a construção de qualquer casa, num raio de 4 milhas ao redor de Londres, que não estivesse dotada de 4 acres de terra. Ainda na primeira metade do século XVIII havia queixas quando o *cottage* do trabalhador agrícola não dispunha, como complemento, de 1 ou 2 acres de terra. Hoje, tal trabalhador está feliz quando sua casa é dotada de uma pequena horta ou quando pode arrendar, longe dela, umas poucas varas de terra.

“Os proprietários fundiários e os arrendatários” – diz o dr. Hunter – “agem, nesse caso, de comum acordo. Uns poucos acres no *cottage* tornariam os trabalhadores demasiado independentes.”¹⁹⁴

Um novo e terrível impulso ao processo de expropriação violenta das massas populares foi dado, no século XVI, pela Reforma e, em consequência dela, pelo roubo colossal dos bens da Igreja. Na época da Reforma, a Igreja católica era a proprietária feudal de grande parte do solo inglês. A supressão dos mosteiros etc. lançou seus

moradores no proletariado. Os próprios bens eclesiásticos foram, em grande parte, presenteados aos rapaces favoritos do rei ou vendidos por um preço irrisório a especuladores, sejam arrendatários ou habitantes urbanos, que expulsaram em massa os antigos vassallos hereditários e açambarcaram suas propriedades. A propriedade, garantida por lei aos camponeses empobrecidos, de uma parte dos dízimos da Igreja foi tacitamente confiscada¹⁹⁵. *Pauper ubique jacet*, exclamou a rainha Elizabeth após um giro pela Inglaterra. No 43º ano de seu reinado não havia mais como impedir o reconhecimento oficial do pauperismo, mediante a introdução dos impostos de beneficência.

“Os autores dessa lei se envergonharam de enunciar suas razões e, por isso, violando toda tradição, lançaram-na ao mundo sem nenhum *preamble* (exposição de motivos).”¹⁹⁶

A lei 16 Carolus I, 4 estabeleceu a perpetuidade desse imposto, e, na realidade, somente em 1834 ela recebeu uma nova forma, mais rígida¹⁹⁷. Esses efeitos imediatos da Reforma não foram os mais perduráveis. A propriedade da Igreja constituía o baluarte religioso das antigas relações de propriedade da terra. Com a ruína daquela, estas não podiam se manter¹⁹⁸.

Ainda nas últimas décadas do século XVII, *yeomanry*, uma classe de camponeses independentes, era mais numerosa que a classe dos arrendatários. Ela constituía a força principal de Cromwell e, como reconhece o próprio Macaulay, era superior aos sórdidos fidalgos bêbados e seus lacaios, os curas rurais, obrigados a desposar a “criada favorita” do senhor. Os assalariados rurais ainda eram coproprietários da propriedade comunal. Em torno de 1750, *yeomanry* havia desaparecido¹⁹⁹ e, nas últimas décadas do século XVIII, o último resquício de propriedade comunal dos lavradores. Abstraímos aqui as forças motrizes puramente econômicas da revolução agrícola. O que procuramos são os meios violentos por ela empregados.

Sob a restauração dos Stuarts, os proprietários fundiários instituíram legalmente uma usurpação, que em todo o continente também foi realizada sem formalidades legais. Eles aboliram o regime feudal da propriedade da terra, isto é, liberaram esta última de seus encargos estatais, “indenizaram” o Estado por meio de impostos sobre os camponeses e o restante da massa do povo, reivindicaram a moderna propriedade privada de bens, sobre os quais só possuíam títulos feudais, e, por fim, outorgaram essas leis de assentamento (*laws of settlement*), que, *mutatis mutandis*, tiveram sobre os lavradores ingleses os mesmos efeitos que o édito do tártaro Boris Godunov sobre os camponeses russosⁱ.

A “*Glorious Revolution*” (Revolução Gloriosa) conduziu ao poder, com Guilherme III de Orange²⁰⁰, os extratores de mais-valor, tanto proprietários fundiários como capitalistas. Estes inauguraram a nova era praticando em escala colossal o roubo de domínios estatais que, até então, era realizado apenas em proporções modestas. Tais terras foram presenteadas, vendidas a preços irrisórios ou, por meio de usurpação direta, anexadas a domínios privados²⁰¹. Tudo isso ocorreu sem a mínima observância da etiqueta legal. O patrimônio do Estado, apropriado desse modo fraudulento, somado ao roubo das terras da Igreja – quando estas já não haviam sido tomadas durante a revolução republicana –, constituem a base dos atuais domínios

principescos da oligarquia inglesa²⁰². Os capitalistas burgueses favoreceram a operação, entre outros motivos, para transformar o solo em artigo puramente comercial, ampliar a superfície da grande exploração agrícola, aumentar a oferta de proletários absolutamente livres, provenientes do campo etc. Além disso, a nova aristocracia fundiária era aliada natural da nova bancocracia, das altas finanças recém-saídas do ovo e dos grandes manufatureiros, que então se apoiavam sobre tarifas protecionistas. A burguesia inglesa atuava em defesa de seus interesses tão acertadamente quanto os burgueses suecos, que, ao contrário, em aliança com seu baluarte econômico, o campesinato, apoiaram os reis na retomada violenta das terras da Coroa em mãos da oligarquia (desde 1604, mais tarde nos reinados de Carlos X e Carlos XI).

A propriedade comunal – absolutamente distinta da propriedade estatal anteriormente considerada – era uma antiga instituição germânica, que subsistiu sob o manto do feudalismo. Vimos como a violenta usurpação dessa propriedade comunal, em geral acompanhada da transformação das terras de lavoura em pastagens, tem início no final do século XV e prossegue durante o século XVI. Nessa época, porém, o processo se efetua por meio de atos individuais de violência, contra os quais a legislação lutou, em vão, durante 150 anos. O progresso alcançado no século XVIII est em que a própria lei se torna, agora, o veículo do roubo das terras do povo, embora os grandes arrendatários também empreguem paralelamente seus pequenos e independentes métodos privados²⁰³. A forma parlamentar do roubo é a das “*Bills for Inclosures of Commons*” (leis para o cercamento da terra comunal), decretos de expropriação do povo, isto é, decretos mediante os quais os proprietários fundiários presenteiam a si mesmos, como propriedade privada, com as terras do povo. Sir Francis Morton Eden refuta sua própria argumentação espirituosa de advogado, na qual procura apresentar a propriedade comunal como propriedade privada dos latifundiários que assumiram o lugar dos senhores feudais, quando exige “uma lei parlamentar geral para o cercamento das terras comunais”, admitindo, com isso, ser necessário um golpe de Estado parlamentar para transformar essas terras em propriedade privada, e, por outro lado, quando reivindica ao poder legislativo uma “indenização” para os pobres expropriados²⁰⁴.

Enquanto o lugar dos *yeomen* independentes foi ocupado por *tenants-at-will*, arrendatários menores sujeitos a ser desalojados com um aviso prévio de um ano, isto é, um bando servil e dependente do arbítrio do *landlord*, o roubo sistemático da propriedade comunal, ao lado do roubo dos domínios estatais, ajudou especialmente a inchar aqueles grandes arrendamentos, que, no século XVIII, eram chamados de fazendas de capital²⁰⁵ ou arrendamentos de mercador²⁰⁶, e a “liberar” a população rural para a indústria, como proletariado.

No entanto, o século XVIII ainda não compreendia, na mesma medida que compreendeu o século XIX, a identidade entre riqueza nacional e pobreza do povo. Disso resulta a mais encarniçada polêmica na literatura econômica da época em torno do *inclosure of commons* [Cercamento de terras comuns]. Da grande quantidade de material de que disponho, apresento aqui algumas poucas passagens, pois assim será possível obter uma ideia viva das circunstâncias.

“Em muitas paróquias de Hertfordshire” – escreve uma pena indignada – “24 arrendamentos, cada um deles com uma média de 50 a 150 acres, foram fundidos em 3 arrendamentos.”²⁰⁷ “Em Northamptonshire e Lincolnshire tem predominado o cercamento das terras comunais, e a maior parte dos novos senhorios surgidos dos cercamentos foi convertida em pastagens; em razão disso, hoje muitos senhorios não têm 50 acres sob o arado, onde antes eram arados 1.500 acres [...]. Ruínas de antigas habitações, celeiros, currais etc.” são os únicos vestígios dos antigos habitantes. “Em alguns lugares, 100 casas e famílias foram reduzidas [...] a 8 ou 10 [...]. Na maioria das paróquias em que o cercamento se deu há apenas 15 ou 20 anos, o número de proprietários fundiários é muito pequeno em comparação com o daqueles que cultivavam a terra no regime de campos abertos. Não é nada incomum ver 4 ou 5 ricos pecuaristas usurparem senhorios recém-cercados, que antes encontravam-se em mãos de 20 a 30 arrendatários e outros tantos pequenos proprietários e camponeses. Estes últimos e suas famílias foram expulsos de suas propriedades juntamente com muitas outras famílias, que eram por eles ocupadas e mantidas.”²⁰⁸

O que o *landlord* vizinho anexava, sob o pretexto do cercamento, não era apenas terra alqueivada, mas eram frequentemente terras cultivadas comunalmente ou mediante um determinado pagamento à comunidade.

“Refiro-me aqui ao cercamento de campos abertos e terras já cultivadas. Mesmo os autores que defendem os *inclosures* admitem que estes últimos aumentam o monopólio dos grandes arrendamentos, elevam os preços dos meios de subsistência e provocam despovoamento [...] e mesmo o cercamento de terras desertas, como o praticam agora, despoja os pobres de uma parte de seus meios de subsistência e incha arrendamentos que já são grandes demais.”²⁰⁹ “Quando” – diz o dr. Price – “a terra cai em mãos de alguns poucos grandes arrendatários, os pequenos arrendatários” (anteriormente caracterizados por ele como “uma multidão de pequenos proprietários e arrendatários, que se mantêm a si mesmos e a suas famílias com o produto das terras cultivadas por eles mesmos e com as ovelhas, aves, porcos etc. que criam nas terras comunais, tendo assim pouca necessidade de comprar meios de subsistência”) “se transformam em pessoas que têm de obter sua subsistência trabalhando para outrem e que são forçadas a ir ao mercado para obter tudo de que precisam [...]. É possível que mais trabalho seja realizado, porque há mais compulsão para isso [...]. Cidades e manufaturas crescerão, porque mais pessoas em busca de trabalho serão impelidas para elas. Essa é a forma como a concentração dos arrendamentos naturalmente opera e o modo como efetivamente tem operado, neste reino, há muitos anos.”²¹⁰

Assim ele resume o efeito global dos *inclosures*:

“Em termos gerais, a situação das classes inferiores do povo tem piorado em quase todos os sentidos; os pequenos proprietários fundiários e arrendatários foram rebaixados à condição de jornaleiros e trabalhadores mercenários, ao mesmo tempo que se tornou cada vez mais difícil ganhar a vida nessa condição.”²¹¹

Com efeito, a usurpação da terra comunal e a conseguinte revolução da agricultura surtem efeitos tão agudos sobre os trabalhadores agrícolas que, segundo o próprio Eden, entre 1765 e 1780 o salário desses trabalhadores começou a cair abaixo do mínimo e a ser complementado pela assistência oficial aos pobres. Seu salário, diz ele, “já não bastava para satisfazer as necessidades vitais mais elementares”.

Ouçamos ainda por um instante um defensor dos *enclosures* e adversário do dr. Price.

“Não é correto concluir que haja despovoamento pelo fato de não se ver mais gente desperdiçando seu trabalho em campo aberto [...]. Se, após a conversão dos pequenos camponeses em gente que tem de trabalhar para outrem, mais trabalho é posto em movimento, isso constitui, de fato, uma vantagem que a nação” (à qual os convertidos naturalmente não pertencem) “deve desejar [...]. O produto será maior se seu trabalho combinado for empregado num só arrendamento: desse modo, formar-se-á produto excedente para as manufaturas e, por meio deste, as manufaturas, uma das minas de ouro desta nação, se multiplicarão em proporção à quantidade de cereais produzida.”²¹²

A imperturbabilidade estoica com que o economista político encara as violações mais inescrupulosas do “sagrado direito de propriedade” e os atos de violência mais grosseiros contra as pessoas, sempre que estes sejam necessários para produzir as

bases do modo de produção capitalista, demonstra-nos, entre outros, o “filantrópico” *sir* F. M. Eden, que, além de tudo, apresenta certa tendênciatory. Toda a série de pilhagens, horrores e opressão que acompanha a expropriação violenta do povo, do último terço do século XV até o fim do século XVIII, induz Eden apenas a esta “confortável” reflexão final:

“Era necessário estabelecer a proporção correta (*due*) entre as terras de lavoura e de pastagens. Ainda durante o século XIV, e na maior parte do século XV, para cada acre de pastagens havia 2, 3 e até mesmo 4 acres de lavoura. Em meados do século XVI, essa proporção transformou-se em 2 acres de pastagens para 2 acres de lavoura; mais tarde, 2 acres de pastagens para 1 acre de lavoura, até que, por fim, alcançou-se a proporção correta de 3 acres de pastagens para 1 acre de lavoura.”

No século XIX, naturalmente, perdeu-se até mesmo a lembrança do nexo entre o lavrador e a propriedade comunal. Para não falar de tempos posteriores, que *farthing* de indenização recebeu alguma vez a população rural pelos 3.511.770 acres de terras comunais que lhes foram roubados entre 1810 e 1831 e que os *landlords* apresentaram aos *landlords* mediante o parlamento?

O último grande processo de expropriação que privou os lavradores da terra foi a assim chamada *clearing of estates* (clareamento das propriedades rurais, o que significa, na verdade, varrê-las de seres humanos). Todos os métodos ingleses até agora observados culminaram no “clareamento”. Como vimos na parte anterior, ao descrevermos a situação moderna, agora, quando já não há camponeses independentes a serem varridos, passou-se ao “clareamento” dos *cottages*, de modo que os trabalhadores agrícolas já não encontram o espaço necessário para suas moradias, nem mesmo sobre o solo cultivado por eles. Mas o real significado de *clearing of estates* só se pode aprender na terra prometida da moderna literatura de romance, na alta Escócia. Lá, o processo se distingue por seu caráter sistemático, pela magnitude da escala em que foi executado com um só golpe (na Irlanda, os senhores fundiários o implementaram ao ponto de varrer várias aldeias ao mesmo tempo; na alta Escócia, trata-se de áreas do tamanho de ducados alemães) e, finalmente, pela forma particular da propriedade fundiária subtraída.

Os celtas da alta Escócia formavam clãs, sendo cada um deles o proprietário do solo em que se assentava. O representante do clã, seu chefe ou “grande homem”, era apenas o proprietário titular desse solo, do mesmo modo como a rainha da Inglaterra é a proprietária titular do solo nacional inteiro. Quando o governo inglês logrou reprimir as guerras intestinas desses “grandes homens” e suas contínuas incursões nas planícies da baixa Escócia, os chefes dos clãs não abandonaram de modo nenhum seu velho ofício de bandoleiros; apenas modificaram a forma. Por conta própria, transformaram seu direito titular de propriedade em direito de propriedade privada, e, como os membros do clã impusessem resistência, decidiram expulsá-los por meios violentos.

“Com o mesmo direito, um rei da Inglaterra poderia ser autorizado a lançar seus súditos ao mar”, diz o prof. Newman²¹³. Essa revolução, que teve início na Escócia depois do último levante do pretendente^k, pode ser acompanhada em suas primeiras fases, nas obras de *sir* James Steuart²¹⁴ e James Anderson²¹⁵. No século XVIII proibiu-se também a emigração dos gaélicos expulsos de suas terras, a fim de impeli-

los violentamente para Glasgow e outras cidades fabris²¹⁶. Como exemplo dos métodos dominantes no século XIX²¹⁷, bastam aqui os “clareamentos” realizados por ordem da duquesa de Sutherland. Essa pessoa, instruída em matérias econômicas, decidiu, logo ao assumir o governo, aplicar um remédio econômico radical, transformando em pastagens de ovelhas o condado inteiro, cuja população já fora reduzida a 15 mil em consequência de processos de tipo semelhante. De 1814 até 1820, esses 15 mil habitantes, aproximadamente 3 mil famílias, foram sistematicamente expulsos e exterminados. Todos os seus vilarejos foram destruídos e incendiados, todos os seus campos transformados em pastagens. Soldados britânicos foram incumbidos da execução dessa tarefa e entraram em choque com os nativos. Uma anciã morreu queimada na cabana que ela se recusara a abandonar. Desse modo, a duquesa se apropriou de 794 mil acres de terras que desde tempos imemoriais pertenciam ao clã. Aos nativos expulsos ela designou cerca de 6 mil acres de terras, 2 acres por família, na orla marítima. Até então, esses 6 mil acres haviam permanecido ermos, e seus proprietários não haviam obtido renda nenhuma com eles. Movida por seu nobre sentimento, a duquesa chegou ao ponto de arrendar o acre de terra por 2 xelins e 6 *pence* às pessoas do clã que por séculos haviam vertido seu sangue pela família Sutherland. Toda a terra roubada ao clã foi dividida em 29 grandes arrendamentos, destinados à criação de ovelhas; cada arrendamento era habitado por uma só família, em sua maioria servos ingleses de arrendatários. No ano de 1825, os 15 mil gaélicos já haviam sido substituídos por 131 mil ovelhas. A parte dos aborígenes jogada na orla marítima procurou viver da pesca. Tornaram-se anfíbios, vivendo, como diz um escritor inglês¹, metade sobre a terra, metade na água e, no fim das contas, apenas metade em ambas²¹⁸.

Mas os bravos gaélicos deviam pagar ainda mais caro por sua idolatria romântica de montanheseiros pelos “grandes homens” do clã. O cheiro de peixe subiu ao nariz dos grandes homens. Estes farejaram algo lucrativo nesse assunto e arrendaram a orla marítima aos grandes comerciantes de peixes de Londres. Os gaélicos foram expulsos pela segunda vez²¹⁹.

Por último, no entanto, uma parte das pastagens para ovelhas foi reconvertida em reserva de caça. Na Inglaterra, como é sabido, não há florestas propriamente ditas. Os animais que vagam pelos parques dos grandes são inquestionavelmente gado doméstico, gordo como os *aldermen* [conselheiros municipais] londrinos. A Escócia é, assim, o último asilo da “nobre paixão”.

“Nas Terras Altas” – diz Somers em 1848 – “as áreas florestais se ampliaram muito. Aqui, temos, de um lado de Gaick, a nova floresta de Glenfeshie, e lá, do outro lado, a nova floresta de Ardverikie. Na mesma linha, temos o Bleak-Mount, um imenso deserto, recém-inaugurado. De leste a oeste, das vizinhanças de Aberdeen até os penhascos de Oban, há uma linha contínua de florestas, ao passo que, em outras regiões das Terras Altas, encontram-se as novas florestas de Loch Archaig, Glengarry, Glenmoriston etc. [...]. A transformação de sua terra em pastagens de ovelhas [...] impeliu os gaélicos para terras estéreis. Agora, o veado começa a substituir a ovelha e lança os gaélicos numa miséria ainda mais massacrante [...]. As florestas de caça^{219a} e o povo não podem existir um ao lado do outro. Um ou outro tem inevitavelmente de ceder espaço. Se no próximo quarto de século deixarmos que as florestas de caça continuem a crescer em número e tamanho, como ocorreu no último quarto de século, logo não se encontrará mais nenhum gaélico em sua terra natal. Esse movimento entre os proprietários das Terras Altas se deve, por um lado, à moda, aos pruridos aristocráticos, à paixão pela caça etc.; por outro lado, porém, eles praticam o comércio da caça exclusivamente com um olho no lucro. Pois é fato que uma parte das terras montanhosas, convertida em reserva de caça, é em muitos casos incomparavelmente mais lucrativa do que

se convertida em pastagens de ovelhas [...]. O aficionado que procura uma reserva de caça só limita sua oferta pelo tamanho de sua bolsa [...]. Nas Terras Altas, foram impostos sofrimentos não menos cruéis do que aqueles impostos à Inglaterra pela política dos reis normandos. Aos veados foi dado mais espaço, enquanto os seres humanos foram acossados num círculo cada vez mais estreito [...] Roubou-se do povo uma liberdade atrás da outra [...]. E a opressão ainda cresce diariamente. Clareamento e expulsão do povo são seguidos pelos proprietários como princípios inexoráveis, como uma necessidade agrícola, do mesmo modo como são varridos as árvores e os arbustos nas florestas da América e da Austrália, e a operação segue sua marcha tranquila, adequada aos negócios.”²²⁰

O roubo dos bens da Igreja, a alienação fraudulenta dos domínios estatais, o furto da propriedade comunal, a transformação usurpatória, realizada com inescrupuloso terrorismo, da propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna, foram outros tantos métodos idílicos da acumulação primitiva. Tais métodos conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram o solo ao capital e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado inteiramente livre.

3. Legislação sanguinária contra os expropriados desde o final do século XV. Leis para a compressão dos salários

Expulsos pela dissolução dos séquitos feudais e pela expropriação violenta e intermitente de suas terras, esse proletariado inteiramente livre não podia ser absorvido pela manufatura emergente com a mesma rapidez com que fora trazido ao mundo. Por outro lado, os que foram repentinamente arrancados de seu modo de vida costumeiro tampouco conseguiam se ajustar à disciplina da nova situação. Converteram-se massivamente em mendigos, assaltantes, vagabundos, em parte por predisposição, mas na maioria dos casos por força das circunstâncias. Isso explica o surgimento, em toda a Europa ocidental, no final do século XV e ao longo do século XVI, de uma legislação sanguinária contra a vagabundagem. Os pais da atual classe trabalhadora foram inicialmente castigados por sua metamorfose, que lhes fora imposta, em vagabundos e *paupers*. A legislação os tratava como delinquentes “voluntários” e supunha depender de sua boa vontade que eles continuassem a trabalhar sob as velhas condições, já inexistentes.

Na Inglaterra, essa legislação teve início no reinado de Henrique VII.

Henrique VIII, 1530: mendigos velhos e incapacitados para o trabalho recebem uma licença para mendigar. Em contrapartida, açoitamento e encarceramento para os vagabundos mais vigorosos. Estes devem ser amarrados a um carro e açoitados até sangrarem; em seguida, devem prestar juramento de retornarem à sua terra natal ou ao lugar onde tenham residido durante os últimos três anos e de “se porem a trabalhar” (*to put himself to labour*). Que ironia cruel! Na lei 27 Henrique VIII^h, reitera-se o estatuto anterior, porém diversas emendas o tornam mais severo. Em caso de uma segunda prisão por vagabundagem, o indivíduo deverá ser novamente açoitado e ter a metade da orelha cortada; na terceira reincidência, porém, o réu deve ser executado como grave criminoso e inimigo da comunidade.

Eduardo VI: um estatuto do primeiro ano de seu reinado, 1547, estabelece que quem se recusar a trabalhar deverá ser condenado a se tornar escravo daquele que o denunciou como vadio. O amo deve alimentar seu escravo com pão e água, caldos fracos e os restos de carne que lhe pareçam convenientes. Ele tem o direito de forçá-lo

a qualquer trabalho, mesmo o mais repugnante, por meio de açoites e agrilhoamento. O escravo que fugir e permanecer ausente por 14 dias será condenado à escravidão perpétua e deverá ser marcado a ferro na testa ou na face com a letra S; se fugir pela terceira vez, será executado por alta traição. Seu dono pode vendê-lo, legá-lo a herdeiros ou alugá-lo como escravo, tal como qualquer outro bem móvel ou gado doméstico. Os escravos que tentarem qualquer ação contra os senhores também deverão ser executados. Os juízes de paz, assim que informados, deverão perseguir os velhacos. Quando se descobrir que um vagabundo esteve vadiando por 3 dias, ele deverá ser conduzido à sua terra natal, marcado com um ferro em brasa no peito com a letra V e acorrentado para trabalhar nas estradas ou ser utilizado em outras tarefas. Se o vagabundo informar um lugar de nascimento falso, seu castigo será o de se tornar escravo vitalício dessa localidade, de seus habitantes ou da corporação, além de ser marcado a ferro com um S. Todas as pessoas têm o direito de tomar os filhos dos vagabundos e mantê-los como aprendizes: os rapazes até os 24 anos, as moças até os 20. Se fugirem, eles deverão, até atingir essa idade, ser escravos dos mestres, que poderão acorrentá-los, açoitá-los etc., como bem o quiserem. Todo amo tem permissão para pôr um anel de ferro no pescoço, nos braços ou nas pernas de seu escravo, para poder reconhecê-lo melhor e estar mais seguro de sua posse²²¹. A última parte desse estatuto prevê que certos pobres devem ser empregados pela localidade ou pelos indivíduos que lhes deem de comer e de beber e queiram encontrar trabalho para eles. Esse tipo de escravos paroquiais subsistiu na Inglaterra até o avançar do século XIX sob o nome de *roundsmen* (circulantes).

Elizabeth, 1572: mendigos sem licença e com mais de 14 anos de idade devem ser severamente açoitados e ter a orelha esquerda marcada a ferro, caso ninguém queira tomá-los a serviço por 2 anos; em caso de reincidência, se com mais de 18 anos de idade, devem ser executados, caso ninguém queira tomá-los a serviço por 2 anos; na segundaⁿ reincidência, serão executados sem misericórdia, como traidores do Estado. Estatutos similares: 18 Elizabeth, c. 13^o e os do ano 1597^{221a}.

Jaime I: alguém que vagueie e mendigue será declarado um desocupado e vagabundo. Os juízes de paz, nas *Petty Sessions*^p, têm autorização para mandar açoitá-los em público e encarcerá-los, na primeira ocorrência, por 6 meses, e na segunda, por 2 anos. Durante seu tempo na prisão, serão açoitados tanto e tantas vezes quanto os juízes de paz considerarem conveniente... Os vagabundos incorrigíveis e perigosos devem ser marcados a ferro no ombro esquerdo com a letra R^q e condenados a trabalho forçado, e se forem apanhados de novo mendigando devem ser executados sem perdão. Essas disposições legais, vigentes até o começo do século XVIII, só foram revogadas por 12 Ana c. 23.

Leis semelhantes foram promulgadas na França, onde, em meados do século XVII estabeleceu-se um reino de vagabundos (*royaume des truands*), em Paris. Ainda nos primeiros anos de reinado de Luís XVI (ordenança de 13 de julho de 1777) dispôs-se que todo homem de constituição saudável, entre 16 e 60 anos, caso desprovido de meios de existência e do exercício de uma profissão, devia ser mandado às galés. De modo semelhante, o estatuto de Carlos V para os Países Baixos, de outubro de 1537, e o primeiro édito dos Estados e Cidades da Holanda, de 19 de março de 1614, e *oplakaat*^r

das Províncias Unidas de 25 de julho de 1649 etc.

Assim, a população rural, depois de ter sua terra violentamente expropriada, sendo dela expulsa e entregue à vagabundagem, viu-se obrigada a se submeter, por meio de leis grotescas e terroristas, e por força de açoites, ferros em brasa e torturas, a uma disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado.

Não basta que as condições de trabalho apareçam num polo como capital e no outro como pessoas que não têm nada para vender, a não ser sua força de trabalho. Tampouco basta obrigá-las a se venderem voluntariamente. No evoluir da produção capitalista desenvolve-se uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição e hábito, reconhece as exigências desse modo de produção como leis naturais e evidentes por si mesmas. A organização do processo capitalista de produção desenvolvido quebra toda a resistência; a constante geração de uma superpopulação relativa mantém a lei da oferta e da demanda de trabalho, e, portanto, o salário, nos trilhos convenientes às necessidades de valorização do capital; a coerção muda exercida pelas relações econômicas sela o domínio do capitalista sobre o trabalhador. A violência extraeconômica, direta, continua, é claro, a ser empregada, mas apenas excepcionalmente. Para o curso usual das coisas, é possível confiar o trabalhador às “leis naturais da produção”, isto é, à dependência em que ele mesmo se encontra em relação ao capital, dependência que tem origem nas próprias condições de produção e que por elas é garantida e perpetuada. Diferente era a situação durante a gênese histórica da produção capitalista. A burguesia emergente requer e usa a força do Estado para “regular” o salário, isto é, para comprimi-lo dentro dos limites favoráveis à produção de mais-valor, a fim de prolongar a jornada de trabalho e manter o próprio trabalhador num grau normal de dependência. Esse é um momento essencial da assim chamada acumulação primitiva.

A classe dos assalariados, surgida na segunda metade do século XIV, constituía nessa época, e também no século seguinte, apenas uma parte muito pequena da população, cuja posição era fortemente protegida, no campo, pela economia camponesa independente e, na cidade, pela organização corporativa. No campo e na cidade, mestres e trabalhadores estavam socialmente próximos. A subordinação do trabalho ao capital era apenas formal, isto é, o próprio modo de produção não possuía ainda um caráter especificamente capitalista. O elemento variável do capital preponderava consideravelmente sobre o constante. Por isso, a demanda de trabalho assalariado crescia rapidamente com cada acumulação do capital, enquanto a oferta de trabalho assalariado a seguia apenas lentamente. Grande parte do produto nacional, mais tarde convertida em fundo de acumulação do capital, ainda integrava, nessa época, o fundo de consumo do trabalhador.

A legislação sobre o trabalho assalariado, desde sua origem cunhada para a exploração do trabalhador e, à medida de seu desenvolvimento, sempre hostil a ele²²², foi iniciada na Inglaterra, em 1349, pelo *Statute of Labourers* [Estatuto dos trabalhadores] de Eduardo III. A ele corresponde, na França, a ordenança de 1356 promulgada em nome do rei João. As legislações inglesa e francesa seguem um curso paralelo e são idênticas quanto ao conteúdo. Na medida em que os estatutos dos trabalhadores procuram impor o prolongamento da jornada de trabalho, não voltarei a

eles, pois esse ponto já foi examinado anteriormente (capítulo 8, item 5).

O *Statute of Labourers* foi promulgado em razão das reclamações insistentes da Câmara dos Comuns.

“Antes” – diz ingenuamente um *tory* – “os pobres exigiam salários tão altos que ameaçavam a indústria e a riqueza. Hoje, seu salário é tão baixo que igualmente ameaça a indústria e a riqueza, mas de outra maneira, e talvez com muito maior perigo do que então.”²²³

Uma tarifa legal de salários foi estabelecida para a cidade e para o campo, para o trabalho por peça e por dia. Os trabalhadores rurais deviam ser contratados por ano, e os da cidade, “no mercado aberto”. Proibia-se, sob pena de prisão, pagar salários mais altos do que o determinado por lei, mas quem recebia um salário mais alto era punido mais severamente do que quem o pagava. Assim, as seções 18 e 19 do Estatuto dos Aprendizizes da rainha Elizabeth impunham 10 dias de prisão para quem pagasse um salário mais alto, e 21 dias para quem o recebesse. Um estatuto de 1360 tornava mais rigorosas as penas e, inclusive, autorizava o patrão a empregar a coação física para extorquir trabalho pela tarifa legal de salário. Todas as combinações, convênios, juramentos etc. pelos quais pedreiros e carpinteiros se vinculavam entre si, eram declarados nulos e sem valor. Desde o século XIV até 1825, ano da revogação das leis anticonalhão, considerava-se crime grave toda coalizão de trabalhadores. O espírito do estatuto trabalhista de 1349 e de seus descendentes se revela muito claramente no fato de que o Estado impõe um salário máximo, mas de modo algum um mínimo.

No século XVI, como se sabe, a situação dos trabalhadores piorou consideravelmente. O salário em dinheiro subiu, mas não na proporção da depreciação do dinheiro e ao conseqüente aumento dos preços das mercadorias. Na realidade, portanto, o salário caiu. Todavia, permaneceram em vigor as leis voltadas a seu rebaixamento, acompanhadas dos cortes de orelhas e das marcações a ferro daqueles “que ninguém quis tomar a seu serviço”. O estatuto dos aprendizizes 5 Elizabeth c. 3 autorizou os juizes de paz a fixar certos salários e a modificá-los de acordo com as estações do ano e os preços das mercadorias. Jaime I estendeu essa regulação de trabalho aos tecelões, fiandeiros e a todas as categorias possíveis de trabalhadores²²⁴, e Jorge II estendeu as leis anticonalhão a todas as manufaturas.

No período manufatureiro propriamente dito, o modo de produção capitalista estava suficientemente fortalecido para tornar a regulação legal do salário tão inaplicável como supérflua, mas se preferiu conservar, para o caso de necessidade, as armas do velho arsenal. A lei 8 Jorge II ainda proibia que os oficiais de alfaiataria recebessem, em Londres e arredores, salários acima de 2 xelins e 7¹/₂ *pence* por dia, salvo em casos de luto público; a lei 13 Jorge III c. 68 transferiu aos juizes de paz a regulamentação dos salários dos tecelões de seda; em 1796, foram necessárias duas sentenças dos tribunais superiores para decidir se os mandatos dos juizes de paz sobre salários também valiam para os trabalhadores não agrícolas; em 1799, uma lei do Parlamento confirmou que o salário dos mineiros da Escócia devia ser regulado por uma lei da época da rainha Elizabeth e por duas leis escocesas, de 1661 e 1671. O quanto as condições se haviam alterado nesse ínterim o demonstra um fato inaudito, ocorrido na Câmara Baixa inglesa. A qui, onde há mais de 400 anos se haviam fabricado leis fixando o máximo que o salário não deveria, em nenhum caso, ultrapassar,

Whitbread propôs que se fixasse um salário mínimo legal para os jornaleiros agrícolas. Pitt opôs-se, porém admitiu que “a situação dos pobres era cruel (*cruel*)”. Por fim, em 1813, as leis de regulação dos salários foram revogadas. Elas eram uma ridícula anomalia, desde que o capitalista passara a regular a fábrica por meio de sua legislação privada, deixando que o imposto de beneficência complementasse o salário do trabalhador rural até o mínimo indispensável. As disposições do Estatuto do Trabalho sobre contratos entre patrões e assalariados, prazos para demissões e questões análogas, que permitem apenas uma ação civil contra o patrão por quebra contratual, mas uma ação criminal contra o trabalhador que cometer essa mesma infração, permanecem em pleno vigor até o momento atual.

As cruéis leis anticondições caíram em 1825, diante da atitude ameaçadora do proletariado. Apesar disso, caíram apenas parcialmente. Alguns belos resíduos dos velhos estatutos desapareceram somente em 1859. Finalmente, a lei parlamentar de 29 de junho de 1871 pretendeu eliminar os últimos vestígios dessa legislação classista, reconhecendo legalmente as *trades' unions*. Mas uma lei parlamentar da mesma data (*An act to amend the criminal law relating to violence, threats and molestation*) restaurou, de fato, a situação anterior sob nova forma. Por meio dessa escamoteação parlamentar, os meios a que os trabalhadores podem recorrer numa greve ou *lock-out* (greve dos fabricantes coligados, realizada mediante o fechamento simultâneo de suas fábricas) são subtraídos ao direito comum e submetidos a uma legislação penal de exceção, cuja interpretação cabe aos próprios fabricantes, em sua condição de juízes de paz. Dois anos antes, a mesma Câmara dos Comuns e o mesmo sr. Gladstone, com a proverbial honradez que os distingue, haviam apresentado um projeto de lei que abolia todas as leis penais de exceção contra a classe trabalhadora. Porém, jamais se permitiu que tal projeto chegasse a uma segunda leitura, e assim a questão foi protelada até que o “grande partido liberal”, por meio de uma aliança com os *tories*, ganhou finalmente a coragem de se voltar resolutamente contra o mesmo proletariado que o conduziu ao poder. Não satisfeito com essa traição, o “grande partido liberal” autorizou os juízes ingleses, sempre a abanar o rabo a serviço das classes dominantes, a desenterrar as proscritas leis sobre “conspirações” e a aplicá-las às coalizões de trabalhadores. Como vemos, o parlamento inglês só renunciou às leis contra as greves e *trades' unions* contra sua vontade e sob a pressão das massas, depois de ele mesmo ter assumido, por cinco séculos e com desavergonhado egoísmo, a posição de uma permanente *trades' union* dos capitalistas contra os trabalhadores.

Já no início da tormenta revolucionária, a burguesia francesa ousou despojar novamente os trabalhadores de seu recém-conquistado direito de associação. O decreto de 14 de junho de 1791 declarou toda coalizão de trabalhadores como um “atentado à liberdade e à Declaração dos Direitos Humanos”, punível com uma multa de 500 libras e privação, por um ano, dos direitos de cidadania ativa²²⁵. Essa lei, que por meio da polícia estatal impõe à luta concorrencial entre capital e trabalho obstáculos convenientes ao capital, sobreviveu a revoluções e mudanças dinásticas. Mesmo o regime do Terror^t a manteve intocada. Apenas muito recentemente ela foi riscada do *Code Pénal* [código penal]. Nada mais característico que o pretexto deste golpe de Estado burguês. “Ainda que seja desejável” – diz Le Chapelier – “que c

salário ultrapasse seu nível atual, para que, desse modo, aquele que o receba escape dessa dependência absoluta condicionada pela privação dos meios de primeira necessidade, que é quase a dependência da escravidão”, os trabalhadores não devem ser autorizados, contudo, a pôr-se de acordo sobre seus interesses, a agir em comum e, por meio disso, a mitigar sua “dependência absoluta, que é quase a dependência da escravidão”, porque assim feririam a “a liberdade de seus *ci-devant maîtres* [antigos amos], dos atuais empresários” (a liberdade de manter os trabalhadores na escravidão!), e porque uma coalizão contra o despotismo dos antigos mestres das corporações – adivinhe – equivaleria a restaurar as corporações abolidas pela constituição francesa!²²⁶

4. Gênese dos arrendatários capitalistas

Depois de termos analisado a violenta criação do proletariado inteiramente livre, a disciplina sanguinária que os transforma em assalariados, a sórdida ação do Estado, que, por meios policiais, eleva o grau de exploração do trabalho e, com ele, a acumulação do capital, perguntamo-nos: de onde se originam os capitalistas? Pois a expropriação da população rural, diretamente, cria apenas grandes proprietários fundiários. No que diz respeito à gênese do arrendatário, poderíamos, por assim dizer, tocá-la com a mão, pois se trata de um processo lento, que se arrasta por muitos séculos. Os próprios servos, e ao lado deles também pequenos proprietários livres, encontravam-se submetidos a relações de propriedade muito diferentes, razão pela qual também foram emancipados sob condições econômicas muito diferentes.

Na Inglaterra, a primeira forma de arrendatário é a *dobailiff*, ele mesmo um servo da gleba. Sua posição é análoga a do *villicus*^u da Roma Antiga, porém com um raio de ação mais estreito. Durante a segunda metade do século XIV, ele é substituído por um arrendatário, a quem o *landlord* provê sementes, gado e instrumentos agrícolas. Sua situação não é muito distinta da do camponês. Ele apenas explora mais trabalho assalariado. Não tarda em se converter em *metayer* [meeiro], meio arrendatário. Ele investe uma parte do capital agrícola, o *landlord* a outra. Ambos repartem entre si o produto global em proporção determinada por contrato. Essa forma desaparece rapidamente na Inglaterra e dá lugar ao arrendatário propriamente dito, que valoriza seu capital próprio por meio do emprego de trabalhadores assalariados e paga ao *landlord*, como renda da terra, uma parte do mais-produto, em dinheiro ou *in natura*.

No século XV, enquanto o camponês independente e o servo agrícola – que trabalha ao mesmo tempo como assalariado e para si mesmo – se enriquecem com seu próprio trabalho, a situação do arrendatário e seu campo de produção continuam medíocres. A revolução agrícola, que ocorre no último terço do século XV e se estende por quase todo o século XVI (com exceção, porém, de suas últimas décadas) enriqueceu o arrendatário com a mesma rapidez com que empobreceu a população rural²²⁷. A usurpação das pastagens comunais etc. permite-lhe aumentar, quase sem custos, o número de suas cabeças de gado, ao mesmo tempo que o gado lhe fornece uma maior quantidade de adubo para o cultivo do solo.

No século XVI, a isso se soma mais um elemento de importância decisiva. Naquel

época, os contratos de arrendamento eram longos, frequentemente por 99 anos. A contínua queda no valor dos metais nobres e, por conseguinte, do dinheiro, rendeu frutos de ouro ao arrendatário. Ela reduziu, abstraindo as demais circunstâncias anteriormente expostas, o nível do salário. Uma fração deste último foi incorporada ao lucro do arrendatário. O constante aumento dos preços do cereal, da lã, da carne, em suma, de todos os produtos agrícolas, inchou o capital monetário do arrendatário sem o concurso deste último, enquanto a renda da terra, que ele tinha de pagar, estava contratualmente fixada em valores monetários ultrapassados²²⁸. Desse modo, ele se enriquecia, a um só tempo, à custa de seus trabalhadores assalariados e de seu *landlord*. Não é de admirar, pois, que a Inglaterra, no fim do século XVI, possuísse uma classe de “arrendatários capitalistas”, consideravelmente ricos para os padrões da época²²⁹.

5. Efeito retroativo da revolução agrícola sobre a indústria. Criação do mercado interno para o capital industrial

A intermitente e sempre renovada expropriação e expulsão da população rural forneceu à indústria urbana, como vimos, massas cada vez maiores de proletários, totalmente estranhos às relações corporativas, uma sábia circunstância que faz o velho Adam Anderson (não confundir com James Anderson), em sua história do comércio crer numa intervenção direta da Providência. Temos de nos deter, ainda por um momento, no exame desse elemento da acumulação primitiva. À rarefação da população rural independente, que cultivava suas próprias terras, correspondeu um condensamento do proletariado industrial, do mesmo modo como, segundo Geoffroy Saint-Hilaire, o condensamento da matéria cósmica em um ponto se explica por sua rarefação em outro²³⁰. Em que pese o número reduzido de seus cultivadores, o solo continuava a render tanta produção quanto antes, ou ainda mais, porque a revolução nas relações de propriedade fundiária era acompanhada de métodos aperfeiçoados de cultivo, de uma maior cooperação, da concentração dos meios de produção etc., e porque não só os assalariados agrícolas foram obrigados a trabalhar com maior intensidade²³¹, mas também o campo de produção sobre o qual trabalhavam para si mesmos se contraiu cada vez mais. Com a liberação de parte da população rural, liberam-se também seus meios alimentares anteriores. Estes se transformam, agora, em elemento material do capital variável. O camponês deixado ao léu tem de adquirir de seu novo senhor, o capitalista industrial, e sob a forma de salário, o valor desses meios alimentares. O que ocorre com os meios de subsistência também ocorre com as matérias-primas agrícolas locais da indústria. Elas se convertem em elemento do capital constante.

Suponha, por exemplo, que uma parte dos camponeses da Vestfália, que no tempo de Frederico II fiavam linho, ainda que não de seda, fosse violentamente expropriada e expulsa da terra, enquanto a parte restante fosse transformada em jornaleiros de grandes arrendatários. Ao mesmo tempo, ergueram-se grandes fiações e tecelagens de linho, nas quais os “liberados” passaram a trabalhar, agora por salários. O linho tem exatamente o mesmo aspecto de antes. Não se modificou nem uma única de suas

fibras, mas uma nova alma social instalou-se em seu corpo. Ele constitui, agora, uma parte do capital constante dos patrões manufatureiros. Antes, ele era repartido entre inúmeros pequenos produtores, que, com suas famílias, o cultivavam e fiavam em pequenas porções; agora, ele se concentra nas mãos de um capitalista, que coloca outros para fiar e tecer para ele. Anteriormente, o trabalho extra gasto na fiação do linho resultava em receita complementar para inúmeras famílias camponesas ou, à época de Frederico II, em impostos *pour le roi de Prusse* [para o rei da Prússia]. Ele se realiza, agora, no lucro de poucos capitalistas. Os fusos e teares, antes esparsos pelo interior, agora se concentram em algumas grandes casernas de trabalho, do mesmo modo que os trabalhadores e a matéria-prima. E fusos, teares e matéria-prima, que antes constituíam meios de existência independentes para fiandeiros e tecelões, de agora em diante se transformam em meios de comandá-los²³² e de deles extrair trabalho não pago. Quando se observa as grandes manufaturas, bem como os grandes arrendamentos, não se percebe que são constituídos de muitos pequenos centros de produção, nem que se formaram pela expropriação de muitos pequenos produtores independentes. No entanto, um olhar imparcial não se deixa enganar. À época de Mirabeau, o leão da revolução, as grandes manufaturas ainda eram chamadas de *manufactures réunies*, oficinas reunidas, assim como falamos de lavouras reunidas.

“Veem-se apenas” – diz Mirabeau – “as grandes manufaturas, onde centenas de seres humanos trabalham sob as ordens de um diretor e que são habitualmente chamadas de manufaturas reunidas (*manufactures réunies*). Já aquelas onde há um número muito grande de operários trabalhando de modo disperso, e cada um por sua própria conta, quase não merecem atenção. São colocadas em segundo plano. Trata-se de um erro grave, pois só estas últimas constituem um componente realmente importante da riqueza do povo [...]. A fábrica reunida (*fabrique réunie*) enriquece prodigiosamente um ou dois empresários, mas os trabalhadores são apenas jornaleiros melhor ou pior remunerados e não têm qualquer participação no bem-estar do empresário. Na fábrica separada (*fabrique séparée*), ao contrário, ninguém fica rico, mas uma porção de trabalhadores se encontra em situação confortável [...]. O número de trabalhadores aplicados e parcimoniosos crescerá, pois eles mesmos reconhecem que uma vida baseada na prudência e na atividade é um meio de melhorar substancialmente sua situação, em vez de obter um pequeno aumento salarial que nunca poderá significar algo importante para o futuro e cujo único resultado será, no máximo, que os homens vivam um pouco melhor, mas sempre com uma mão na frente e outra atrás. As manufaturas individuais e separadas, geralmente vinculadas à pequena agricultura, são as únicas livres.”²³³

A expropriação e expulsão de uma parte da população rural não só libera trabalhadores para o capital industrial, e com eles seus meios de subsistência e seu material de trabalho, mas cria também o mercado interno.

De fato, os acontecimentos que transformam os pequenos camponeses em assalariados, e seus meios de subsistência e de trabalho em elementos materiais do capital, criam para este último, ao mesmo tempo, seu mercado interno. Anteriormente, a família camponesa produzia e processava os meios de subsistência e matérias-primas que ela mesma, em sua maior parte, consumia. Essas matérias-primas e meios de subsistência converteram-se agora em mercadorias; o grande arrendatário as vende e encontra seu mercado nas manufaturas. Fios, panos, tecidos grosseiros de lã, coisas cujas matérias-primas se encontravam no âmbito de toda família camponesa e que eram fiadas e tecidas por ela para seu consumo próprio, transformam-se, agora, em artigos de manufatura, cujos mercados são formados precisamente pelos distritos rurais. A numerosa clientela dispersa, até então condicionada por uma grande

quantidade de pequenos produtores, trabalhando por conta própria, concentra-se agora num grande mercado, abastecido pelo capital industrial²³⁴.

Desse modo, a expropriação dos camponeses que antes cultivavam suas próprias terras e agora são apartados de seus meios de produção acompanha a destruição da indústria rural subsidiária, o processo de cisão entre manufatura e agricultura. E apenas a destruição da indústria doméstica rural pode dar ao mercado interno de um país a amplitude e a sólida consistência de que o modo de produção capitalista necessita.

No entanto, o período manufatureiro propriamente dito não provocou uma transformação radical. Recordemos que a manufatura só se apodera muito fragmentariamente da produção nacional e tem sempre como sua ampla base de sustentação o artesanato urbano e a indústria subsidiária doméstica e rural. Toda vez que a manufatura destrói essa indústria doméstica em uma de suas formas, em ramos particulares de negócio e em determinados pontos, ela provoca seu ressurgimento em outros, pois tem necessidade dela, até certo grau, para o processamento da matéria-prima. Ela produz, assim, uma nova classe de pequenos lavradores, que cultivam o solo como atividade subsidiária e exercem como negócio principal o trabalho industrial para a venda dos produtos à manufatura, diretamente ou por meio do comerciante. Essa é uma causa, embora não a principal, de um fenômeno que, inicialmente, desconcerta o investigador da história inglesa. A partir do último terço do século XV, tal pesquisador encontra reclamações contínuas, interrompidas apenas durante certos intervalos, sobre o avanço da economia capitalista no campo e a aniquilação progressiva do campesinato. Por outro lado, volta sempre a reencontrar este campesinato, ainda que em menor número e em situação cada vez pior²³⁵. A causa principal é a seguinte: a Inglaterra é predominantemente, ora cultivadora de trigo, ora criadora de gado, em períodos alternados, e com essas atividades varia o tamanho da empresa camponesa. Somente a grande indústria proporciona, com as máquinas, o fundamento constante da agricultura capitalista, expropria radicalmente a imensa maioria da população rural e consome a cisão entre a agricultura e a indústria doméstica rural, cujas raízes – a fiação e a tecelagem – ela extirpa²³⁶. Portanto, é só ela que conquista para o capital industrial todo o mercado interno²³⁷.

6. Gênese do capitalista industrial

A gênese do capitalista industrial²³⁸ não se deu de modo tão gradativo como a do arrendatário. Sem dúvida, muitos pequenos mestres corporativos, e mais ainda pequenos artesãos independentes, ou também trabalhadores assalariados, transformaram-se em pequenos capitalistas e, por meio da exploração paulatina do trabalho assalariado e da correspondente acumulação, em capitalistas *sans phrase* [sem floreios]. Durante a infância da produção capitalista, as coisas se deram, muitas vezes, como na infância do sistema urbano medieval, quando a questão de saber qual dos servos fugidos devia se tornar mestre ou criado era geralmente decidida com base na data mais ou menos recente de sua fuga. Entretanto, a marcha de lesma desse método não correspondia em absoluto às necessidades comerciais do novo mercado mundial,

que fora criado pelas grandes descobertas do fim do século XV. Mas a Idade Média havia legado duas formas distintas do capital, que amadureceram nas mais diversas formações socioeconômicas e, antes da era do modo de produção capitalista, já valiam como capital *quand même* [em geral]: o capital usurário e o capital comercial.

“Hoje em dia, toda a riqueza da sociedade passa primeiro pelas mãos do capitalista [...] ele paga a renda ao proprietário da terra, o salário ao trabalhador, ao coletor de imposto e dizimo aquilo que estes reclamam e guarda para si mesmo uma parte grande – que na realidade é a maior e, além disso, aumenta a cada dia – do produto anual do trabalho. O capitalista pode agora ser considerado o primeiro proprietário de toda a riqueza social, ainda que nenhuma lei lhe tenha concedido o direito a essa propriedade [...]. Essa mudança na propriedade foi realizada pela cobrança de juros sobre o capital [...] e não é menos estranho que os legisladores de toda a Europa tenham procurado deter esse processo mediante leis contra a usura [...]. O poder do capitalista sobre a riqueza inteira do país é uma revolução completa no direito de propriedade, e por meio de que lei ou série de leis ela foi realizada?”²³⁹

O autor deveria ter dito que revoluções não se fazem por meio de leis.

O regime feudal no campo e a constituição corporativa nas cidades impediram o capital monetário, constituído pela usura e pelo comércio, de se converter em capital industrial²⁴⁰. Essas barreiras caíram com a dissolução dos séquitos feudais e com a expropriação e a parcial expulsão da população rural. A nova manufatura se instalou nos portos marítimos exportadores ou em pontos do campo não sujeitos ao controle do velho regime urbano e de sua constituição corporativa. Na Inglaterra se assistiu, por isso, a uma amarga luta das *corporate towns*^v contra essas novas incubadoras industriais.

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva. A eles se segue imediatamente a guerra comercial entre as nações europeias, tendo o globo terrestre como palco. Ela é inaugurada pelo levante dos Países Baixos contra a dominação espanhola, assume proporções gigantescas na guerra antijacobina inglesa e prossegue ainda hoje nas guerras do ópio contra a China etc.

Os diferentes momentos da acumulação primitiva repartem-se, agora, numa sequência mais ou menos cronológica, principalmente entre Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra. Na Inglaterra, no fim do século XVII, esses momentos foram combinados de modo sistêmico, dando origem ao sistema colonial, ao sistema da dívida pública, ao moderno sistema tributário e ao sistema protecionista. Tais métodos, como, por exemplo, o sistema colonial, baseiam-se, em parte, na violência mais brutal. Todos eles, porém, lançaram mão do poder do Estado, da violência concentrada e organizada da sociedade, para impulsionar artificialmente o processo de transformação do modo de produção feudal em capitalista e abreviar a transição de um para o outro. A violência é a parteira de toda sociedade velha que está prenhe de uma sociedade nova. Ela mesma é uma potência econômica.

Sobre o sistema colonial cristão, afirma W. Howitt, um homem que faz do cristianismo uma especialidade:

“As barbaridades e as iníquas crueldades perpetradas pelas assim chamadas raças cristãs, em todas as regiões do

mundo e contra todos os povos que conseguiram subjugar, não encontram paralelo em nenhuma era da história universal e em nenhuma raça, por mais selvagem e inculta, por mais desapiadada e inescrupulosa que fosse.”²⁴¹

A história da economia colonial holandesa – e a Holanda foi a nação capitalista modelar do século XVII – “apresenta-nos um quadro insuperável de traição, suborno, massacre e infâmia”²⁴². Nada é mais característico que seu sistema de roubo de pessoas, aplicado nas ilhas Celebes para obter escravos para Java. Os ladrões de pessoas eram treinados para esse objetivo. O ladrão, o intérprete e o vendedor eram os principais agentes nesse negócio, e os príncipes nativos eram os principais vendedores. Os jovens sequestrados eram mantidos escondidos nas prisões secretas das ilhas Celebes até que estivessem maduros para serem enviados aos navios de escravos. Um relatório oficial diz: “Esta cidade de Macassar, por exemplo, está repleta de prisões secretas, uma mais abominável que a outra, abarrotadas de miseráveis, vítimas da cobiça e da tirania, acorrentados, arrancados violentamente de suas famílias”.

Para se apoderar de Málaga, os holandeses subornaram o governador português. Este, em 1641, deixou-os entrar na cidade. Os invasores apressaram-se à casa do governador e o assassinaram, a fim de se “absterem” de pagar-lhe as £21.875 prometidas como suborno. Onde pisavam, seguiam-nos a devastação e o despovoamento. Banjuwangi, uma província de Java, contava, em 1750, com mais de 80 mil habitantes; em 1811, apenas 8 mil. Eis o *doux commerce* [doce comércio]!

É sabido que a Companhia Inglesa das Índias Orientais obteve, além do domínio político nas Índias Orientais, o monopólio do comércio de chá, bem como do comércio chinês em geral e do transporte de produtos para a Europa. Mas a navegação costeira na Índia e entre as ilhas, assim como o comércio no interior da Índia, tornaram-se monopólio dos altos funcionários da Companhia. Os monopólios de sal, ópio, bétel e outras mercadorias eram minas inesgotáveis de riqueza. Os próprios funcionários fixavam os preços e espoliavam à vontade o infeliz indiano. O governador-geral participava nesse comércio privado. Seus favoritos obtinham contratos em condições mediante as quais, mais astutos que os alquimistas, criavam ouro do nada. Grandes fortunas brotavam de um dia para o outro, como cogumelos; a acumulação primitiva realizava-se sem o adiantamento de 1 único xelim. O processo judicial de Warren Hastings está pleno de tais exemplos. Eis um caso. A certo Sullivan é atribuído um contrato de fornecimento de ópio, e isso no momento de sua partida – em missão oficial – para uma região da Índia totalmente afastada dos distritos de ópio. Sullivan vende seu contrato por £40.000 a certo Binn. Este, por sua vez, vende-o, no mesmo dia, por £60.000, e o último comprador e executor do contrato declara que, depois disso tudo, ainda obteve um lucro enorme. Segundo uma lista apresentada ao Parlamento, de 1757 a 1766 a Companhia e seus funcionários deixaram-se presentear pelos indianos com £6 milhões! Entre 1769 e 1770, os ingleses provocaram um surto de fome por meio da compra de todo arroz e pela recusa de revendê-lo, a não ser por preços fabulosos²⁴³.

O tratamento dispensado aos nativos era, naturalmente, o mais terrível nas plantações destinadas exclusivamente à exportação, como nas Índias Ocidentais e nos países ricos e densamente povoados, entregues à matança e ao saqueio, como o México e as Índias Orientais. Tampouco nas colônias propriamente ditas se desmentia o

caráter cristão da acumulação primitiva. Esses austeros e virtuosos protestantes, os puritanos da Nova Inglaterra, estabeleceram em 1703, por decisão de sua *assembly* [assembleia], um prêmio de £40 para cada escalpo indígena e cada pele-vermelha capturado; em 1720, um prêmio de £100 para cada escalpo; em 1744, depois de Massachusetts-Bay ter declarado certa tribo como rebelde, os seguintes preços: £100 da nova moeda para o escalpo masculino, a partir de 12 anos de idade; £105 para prisioneiros masculinos, £50 para mulheres e crianças capturadas, £50 para escalpos de mulheres e crianças! Algumas décadas mais tarde, o sistema colonial vingou-se nos descendentes – que nesse ínterim haviam se tornado rebeldes – dos piedosos *pilgrim fathers* [pais peregrinos]^x. Com incentivo e pagamento inglês, foram mortos a golpes de *tomahawk*^w. O Parlamento britânico declarou os cães de caça^y e o escalpelamento como “meios que Deus e a Natureza puseram em suas mãos”.

O sistema colonial amadureceu o comércio e a navegação como plantas num hibernáculo. As “sociedades *Monopolia*”^z (Lutero) foram alavancas poderosas da concentração de capital. Às manufaturas em ascensão, as colônias garantiam um mercado de escoamento e uma acumulação potenciada pelo monopólio do mercado. Os tesouros espoliados fora da Europa diretamente mediante o saqueio, a escravização e o latrocínio refluíam à metrópole e lá se transformavam em capital. A Holanda, primeiro país a desenvolver plenamente o sistema colonial, encontrava-se já em 1648 no ápice de sua grandeza comercial. Encontrava-se “de posse quase exclusiva do comércio com as Índias Orientais e do tráfico entre o sudoeste e o nordeste europeu. Sua pesca, frotas e manufaturas sobrepujavam as de qualquer outro país. Os capitais da República eram talvez mais consideráveis que os de todo o resto da Europa somados”^{aa}.

Gulich se esquece de acrescentar: em 1648, a massa do povo holandês já estava mais sobrecarregada de trabalho, mais empobrecida e brutalmente oprimida do que as massas populares do resto da Europa somadas.

Hoje em dia, a supremacia industrial traz consigo a supremacia comercial. No período manufatureiro propriamente dito, ao contrário, é a supremacia comercial que gera o predomínio industrial. Daí o papel preponderante que o sistema colonial desempenhava nessa época. Ele era o “deus estranho” que se colocou sobre o altar, ao lado dos velhos ídolos da Europa, e que, um belo dia, lançou-os por terra com um só golpe. Tal sistema proclamou a produção de mais-valor como finalidade última e única da humanidade.

O sistema de crédito público, isto é, das dívidas públicas, cujas origens encontramos em Gênova e Veneza já na Idade Média, tomou conta de toda a Europa durante o período manufatureiro. O sistema colonial, com seu comércio marítimo e suas guerras comerciais, serviu-lhe de incubadora. Assim, ele se consolidou primeiramente na Holanda. A dívida pública, isto é, a alienação [*Veräußerung*] do Estado – seja ele despótico, constitucional ou republicano – imprime sua marca sobre a era capitalista. A única parte da assim chamada riqueza nacional que realmente integra a posse coletiva dos povos modernos é... sua dívida pública^{243a}. Daí que seja inteiramente coerente a doutrina moderna segundo a qual um povo se torna tanto mais rico quanto mais se endivida. O crédito público se converte no credo do capital. E

ao surgir o endividamento do Estado, o pecado contra o Espírito Santo, para o qual não há perdão, cede seu lugar para a falta de fé na dívida pública.

A dívida pública torna-se uma das alavancas mais poderosas da acumulação primitiva. Como com um toque de varinha mágica, ela infunde força criadora no dinheiro improdutivo e o transforma, assim, em capital, sem que, para isso, tenha necessidade de se expor aos esforços e riscos inseparáveis da aplicação industrial e mesmo usurária. Na realidade, os credores do Estado não dão nada, pois a soma emprestada se converte em títulos da dívida, facilmente transferíveis, que, em suas mãos, continuam a funcionar como se fossem a mesma soma de dinheiro vivo. Porém, ainda sem levarmos em conta a classe de rentistas ociosos assim criada e a riqueza improvisada dos financistas que desempenham o papel de intermediários entre o governo e a nação, e abstraindo também a classe dos coletores de impostos, comerciantes e fabricantes privados, aos quais uma boa parcela de cada empréstimo estatal serve como um capital caído do céu, a dívida pública impulsionou as sociedades por ações, o comércio com papéis negociáveis de todo tipo, a agiotagem, numa palavra: o jogo da Bolsa e a moderna bancocracia.

Desde seu nascimento, os grandes bancos, condecorados com títulos nacionais, não eram mais do que sociedades de especuladores privados, que se colocavam sob a guarda dos governos e, graças aos privilégios recebidos, estavam em condições de emprestar-lhes dinheiro. Por isso, a acumulação da dívida pública não tem indicador mais infalível do que a alta sucessiva das ações desses bancos, cujo desenvolvimento pleno data da fundação do Banco da Inglaterra (1694). Esse banco começou emprestando seu dinheiro ao governo a um juro de 8%, ao mesmo tempo que o Parlamento o autorizava a cunhar dinheiro com o mesmo capital, voltando a emprestá-lo ao público sob a forma de notas bancárias. Com essas notas, ele podia descontar letras, conceder empréstimos sobre mercadorias e adquirir metais preciosos. Não demorou muito para que esse dinheiro de crédito, fabricado pelo próprio banco, se convertesse na moeda com a qual o Banco da Inglaterra tomava empréstimos ao Estado e, por conta deste último, pagava os juros da dívida pública. Não lhe bastava dar com uma mão para receber mais com a outra: o banco, enquanto recebia, continuava como credor perpétuo da nação até o último tostão adiantado. E assim ele se tornou, pouco a pouco, o receptáculo imprescindível dos tesouros metálicos do país e o centro de gravitação de todo o crédito comercial. À mesma época em que na Inglaterra deixou-se de queimar bruxas, começou-se a enforcar falsificadores de notas bancárias. Nos escritos dessa época, por exemplo, nos de Bolingroke, pode-se apreciar claramente o efeito que produziu nos contemporâneos o aparecimento súbito dessa malta de bancocratas, financistas, rentistas, corretores, *stockjobbers* [bolsistas] e leões da Bolsa^{243b}.

Com as dívidas públicas surgiu um sistema internacional de crédito, que frequentemente encobria uma das fontes da acumulação primitiva neste ou naquele povo. Desse modo, as perversidades do sistema veneziano de rapina constituíam um desses fundamentos ocultos da riqueza de capitais da Holanda, à qual a decadente Veneza emprestou grandes somas em dinheiro. O mesmo se deu entre a Holanda e a Inglaterra. Já no começo do século XVIII, as manufaturas holandesas estavam

amplamente ultrapassadas, e o país deixara de ser a nação comercial e industrial dominante. Um de seus negócios principais, entre 1701 e 1776, foi o empréstimo de enormes somas de capital, especialmente à sua poderosa concorrente, a Inglaterra. Algo semelhante ocorre hoje entre Inglaterra e Estados Unidos. Uma grande parte do capitais que atualmente ingressam nos Estados Unidos, sem certidão de nascimento, é sangue de crianças que acabou de ser capitalizado na Inglaterra.

Como a dívida pública se respalda nas receitas estatais, que têm de cobrir os juros e demais pagamentos anuais etc., o moderno sistema tributário se converteu num complemento necessário do sistema de empréstimos públicos. Os empréstimos capacitam o governo a cobrir os gastos extraordinários sem que o contribuinte o perceba de imediato, mas exigem, em contrapartida, um aumento de impostos. Por outro lado, o aumento de impostos, causado pela acumulação de dívidas contraídas sucessivamente, obriga o governo a recorrer sempre a novos empréstimos para cobrir os novos gastos extraordinários. O regime fiscal moderno, cujo eixo é formado pelos impostos sobre os meios de subsistência mais imprescindíveis (portanto, pelo encarecimento desses meios), traz em si, portanto, o germe da progressão automática. A sobrecarga tributária não é, pois, um incidente, mas, antes, um princípio. Razão pela qual na Holanda, onde esse sistema foi primeiramente aplicado, o grande patriota de Witt o celebrou em suas máximas como o melhor sistema para fazer do trabalhador assalariado uma pessoa submissa, frugal, aplicada e... sobrecarregada de trabalho. A influência destrutiva que esse sistema exerce sobre a situação dos trabalhadores assalariados importa-nos aqui, no entanto, menos que a violenta expropriação do camponês, do artesão, em suma, de todos os componentes da pequena classe média. Sobre isso não há divergência, nem mesmo entre os economistas burgueses. Sua eficácia expropriadora é ainda reforçada pelo sistema protecionista, uma de suas partes integrantes.

O grande papel que a dívida pública e o sistema fiscal desempenham na capitalização da riqueza e na expropriação das massas levou um bom número de escritores, como Cobbett, Doubleday e outros, a procurar erroneamente naquela a causa principal da miséria dos povos modernos.

O sistema protecionista foi um meio artificial de fabricar fabricantes, de expropriar trabalhadores independentes, de capitalizar os meios de produção e de subsistência nacionais, de abreviar violentamente a transição do modo de produção antigo para o moderno. A patente desse invento foi ferozmente disputada pelos Estados europeus, que, a serviço dos extratores de mais-valor, perseguiram esse objetivo não só saqueando seu próprio povo, tanto direta, por meio de tarifas protecionistas, quanto indiretamente, por meio de prêmios de exportação etc., mas também extirpando violentamente toda a indústria dos países que lhes eram contíguos e deles dependiam, como ocorreu, por exemplo, com a manufatura irlandesa de lã por obra da Inglaterra. No continente europeu, que seguia o modelo de Colbert, o processo foi simplificado ainda mais, e parte do capital original do industrial passou a fluir diretamente do tesouro do Estado.

“Por que”, exclama Mirabeau, “procurar tão longe a causa do fulgor manufatureiro da Saxônia antes da Guerra dos Sete Anos? 180 milhões de dívidas públicas!”²⁴⁴

Sistema colonial, dívidas públicas, impostos escorchantes, protecionismo, guerras comerciais etc., esses rebentos do período manufatureiro propriamente dito cresceram gigantescamente durante a infância da grande indústria. O nascimento desta última é celebrado pelo grande rapto herodiano dos inocentes. Como a marinha real, as fábricas recrutam por meio da coerção. Sir F. M. Eden, tão impassível diante dos horrores da expropriação da população rural, que se viu despojada de suas terras desde o último terço do século XV até a época desse autor, isto é, o final do século XVIII, e que tão vaidosamente se regozija com esse processo, por ele considerado “necessário” para “estabelecer” a agricultura capitalista e “a proporção devida entre lavoura e pastagem”, não dá provas, no entanto, da mesma compreensão econômica no que diz respeito à necessidade do roubo de crianças e da escravidão infantil para a transformação da empresa manufatureira em empresa fabril e o estabelecimento da devida proporção entre capital e força de trabalho. Diz ele:

“Talvez mereça a atenção do público a questão de se uma manufatura, que, para ser operada de modo eficaz, tem de saquear *cottages* e *workhouses* em busca de crianças pobres, que serão divididas em turmas, esfalfadas durante a maior parte da noite e terão seu descanso roubado; uma manufatura que, além disso, amontoa uma multidão de pessoas de ambos os sexos, de diferentes idades e inclinações, de tal modo que a contaminação do exemplo tem necessariamente de levar à depravação e à licenciosidade, se tal manufatura pode aumentar a soma da felicidade nacional e individual.”²⁴⁵

“Em Derbyshire, Nottinghamshire e especialmente em Lancashire” – diz Fielden – “a maquinaria recém-inventada foi empregada em grandes fábricas, instaladas junto a correntezas capazes de girar a roda-d’água. Nesses lugares, afastados das cidades, requeriam-se subitamente milhares de braços, e principalmente Lancashire, até então comparativamente pouco povoado e infértil, agora necessitava, antes de mais nada, de uma população. O que mais se requisitava eram dedos pequenos e ágeis. Logo surgiu o costume de buscar aprendizes” (!) “nas diferentes *workhouses* paroquiais de Londres, Birmingham e outros lugares. E assim muitos, muitos milhares dessas pequenas criaturas desamparadas, entre os 7 e os 13 ou 14 anos, foram despachadas para o norte. Era habitual que o patrão” (isto é, o ladrão de crianças) “vestisse, alimentasse e alojasse seus aprendizes numa casa de aprendizes, próxima à fábrica. Capatazes eram designados para vigiar o trabalho. O interesse desses feitores de escravos era sobrecarregar as crianças de trabalho, pois a remuneração dos primeiros era proporcional à quantidade de produto que se conseguia extrair da criança. A consequência natural foi a crueldade [...]. Em muitos distritos fabris, especialmente de Lancashire, essas criaturas inocentes e desvalidas, consignadas aos senhores de fábricas, foram submetidas às torturas mais pungentes. Foram acossadas até a morte por excesso de trabalho [...] foram açoitadas, acorrentadas e torturadas com os maiores requintes de crueldade; em muitos casos, foram esfomeadas até restar-lhes só pele e ossos, enquanto o chicote as mantinha no trabalho. Sim, em alguns casos, foram levadas ao suicídio! [...] Os belos e românticos vales de Derbyshire, Nottinghamshire e Lancashire, ocultos ao olhar do público, converteram-se em lúgubres ermos de tortura e, com frequência, de assassinato! [...] Os lucros dos fabricantes eram enormes. Mas isso só aguçava mais sua voracidade de lobisomem. Implementaram o trabalho noturno, isto é, depois de terem esgotado um grupo de operários pelo trabalho diurno, já dispunham de outro grupo pronto para o trabalho noturno; o grupo diurno ocupava as camas que o grupo noturno acabara de deixar, e vice-versa. Em Lancashire, dizia a tradição popular que as camas nunca esfriavam.”²⁴⁶

Com o desenvolvimento da produção capitalista durante o período manufatureiro, a opinião pública europeia perdeu o que ainda lhe restava de pudor e consciência. As nações se jactavam cinicamente de toda infâmia que constituísse um meio para a acumulação de capital. Leia-se, por exemplo, os ingênuos anais comerciais do ínclito A. Anderson. Neles é trombeteado como triunfo da sabedoria política inglesa o fato de que, na paz de Utrecht, a Inglaterra arrancara dos espanhóis, pelo Tratado de Asiento^{ab}, o privilégio de explorar também entre a África e a América espanhola o tráfico de negros, que até então ela só explorava entre a África e as Índias Ocidentais inglesas. A Inglaterra obteve o direito de guarnecer a América espanhola, até 1743,

com 4.800 negros por ano. Isso proporcionava, ao mesmo tempo, uma cobertura oficial para o contrabando britânico. Liverpool teve um crescimento considerável graças ao tráfico de escravos. Esse foi seu método de acumulação primitiva, e até hoje a “respeitabilidade” de Liverpool é o Píndaro do tráfico de escravos, que – cf. o escrito citado do dr. Aikin, de 1795 – “eleva até a paixão o espírito de empreendimento comercial, forma navegantes afamados e rende quantias enormes de dinheiro”^{ac}. Em 1730, Liverpool empregava 15 navios no tráfico de escravos; em 1751, 53; em 1760, 74; em 1770, 96; e, em 1792, 132.

Enquanto introduzia a escravidão infantil na Inglaterra, a indústria do algodão dava, ao mesmo tempo, o impulso para a transformação da economia escravista dos Estados Unidos, antes mais ou menos patriarcal, num sistema comercial de exploração. Em geral, a escravidão disfarçada dos assalariados na Europa necessitava, como pedestal, da escravidão *sans phrase* do Novo Mundo²⁴⁷.

Tantae molis erat [tanto esforço se fazia necessário]^{ad} para trazer à luz as “eternas leis naturais” do modo de produção capitalista, para consumir o processo de cisão entre trabalhadores e condições de trabalho, transformando, num dos polos, os meios sociais de produção e subsistência em capital, e, no polo oposto, a massa do povo em trabalhadores assalariados, em “pobres laboriosos” livres, esse produto artificial da história moderna²⁴⁸. Se o dinheiro, segundo Augier, “vem ao mundo com manchas naturais de sangue numa de suas faces”²⁴⁹, o capital nasce escorrendo sangue e lama por todos os poros, da cabeça aos pés²⁵⁰.

7. Tendência histórica da acumulação capitalista

No que resulta a acumulação primitiva do capital, isto é, sua gênese histórica? Na medida em que não é transformação direta de escravos e servos em trabalhadores assalariados, ou seja, mera mudança de forma, ela não significa mais do que a expropriação dos produtores diretos, isto é, a dissolução da propriedade privada fundada no próprio trabalho.

A propriedade privada, como antítese da propriedade social, coletiva, só existe onde os meios e as condições externas do trabalho pertencem a pessoas privadas. Mas, conforme essas pessoas sejam os trabalhadores ou os não trabalhadores, a propriedade privada tem também outro caráter. Os infinitos matizes que ela exhibe à primeira vista refletem apenas os estágios intermediários que existem entre esses dois extremos.

A propriedade privada do trabalhador sobre seus meios de produção é o fundamento da pequena empresa, e esta última é uma condição necessária para o desenvolvimento da produção social e da livre individualidade do próprio trabalhador. É verdade que esse modo de produção existe também no interior da escravidão, da servidão e de outras relações de dependência, mas ele só floresce, só libera toda a sua energia, só conquista a forma clássica adequada onde o trabalhador é livre proprietário privado de suas condições de trabalho, manejadas por ele mesmo: o camponês, da terra que cultiva; o artesão, dos instrumentos que manuseia como um virtuoso.

Esse modo de produção pressupõe o parcelamento do solo e dos demais meios de

produção. Assim como a concentração destes últimos, ele também exclui a cooperação, a divisão do trabalho no interior dos mesmos processos de produção, a dominação e a regulação sociais da natureza, o livre desenvolvimento das forças produtivas sociais. Ele só é compatível com os estreitos limites, naturais-espontâneos, da produção e da sociedade. Querer eternizá-lo significaria, como diz Pecqueur com razão, “decretar a mediocridade geral”^{ae}. Ao atingir certo nível de desenvolvimento, ele engendra os meios materiais de sua própria destruição. A partir desse momento, agitam-se no seio da sociedade forças e paixões que se sentem travadas por esse modo de produção. Ele tem de ser destruído, e é destruído. Sua destruição, a transformação dos meios de produção individuais e dispersos em meios de produção socialmente concentrados e, por conseguinte, a transformação da propriedade nanica de muitos em propriedade gigantesca de poucos, portanto, a expropriação que despoja grande massa da população de sua própria terra e de seus próprios meios de subsistência e instrumentos de trabalho, essa terrível e dificultosa expropriação das massas populares, tudo isso constitui a pré-história do capital. Esta compreende uma série de métodos violentos, dos quais passamos em revista somente aqueles que marcaram época como métodos da acumulação primitiva do capital. A expropriação dos produtores diretos é consumada com o mais implacável vandalismo e sob o impulso das paixões mais infames, abjetas e mesquinamente execráveis. A propriedade privada constituída por meio do trabalho próprio, fundada, por assim dizer, na fusão do indivíduo trabalhador isolado, independente, com suas condições de trabalho, cede lugar à propriedade privada capitalista, que repousa na exploração de trabalho alheio, mas formalmente livre²⁵¹.

Tão logo esse processo de transformação tenha decomposto suficientemente, em profundidade e extensão, a velha sociedade; tão logo os trabalhadores se tenham convertido em proletários, e suas condições de trabalho em capital; tão logo o modo de produção capitalista tenha condições de caminhar com suas próprias pernas, a socialização ulterior do trabalho e a transformação ulterior da terra e de outros meios de produção em meios de produção socialmente explorados – e, por conseguinte, em meios de produção coletivos –, assim como a expropriação ulterior dos proprietários privados assumem uma nova forma. Quem será expropriado, agora, não é mais o trabalhador que trabalha para si próprio, mas o capitalista que explora muitos trabalhadores.

Essa expropriação se consuma por meio do jogo das leis imanentes da própria produção capitalista, por meio da centralização dos capitais. Cada capitalista liquida muitos outros. Paralelamente a essa centralização, ou à expropriação de muitos capitalistas por poucos, desenvolve-se a forma cooperativa do processo de trabalho em escala cada vez maior, a aplicação técnica consciente da ciência, a exploração planejada da terra, a transformação dos meios de trabalho em meios de trabalho que só podem ser utilizados coletivamente, a economia de todos os meios de produção graças a seu uso como meios de produção do trabalho social e combinado, o entrelaçamento de todos os povos na rede do mercado mundial e, com isso, o caráter internacional do regime capitalista. Com a diminuição constante do número de magnatas do capital, que usurpam e monopolizam todas as vantagens desse processo de transformação,

aumenta a massa da miséria, da opressão, da servidão, da degeneração, da exploração, mas também a revolta da classe trabalhadora, que, cada vez mais numerosa, é instruída, unida e organizada pelo próprio mecanismo do processo de produção capitalista. O monopólio do capital se converte num entrave para o modo de produção que floresceu com ele e sob ele. A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho atingem um grau em que se tornam incompatíveis com seu invólucro capitalista. O entrave é arrebatado. Soa a hora derradeira da propriedade privada capitalista, e os expropriadores são expropriados.

O modo de apropriação capitalista, que deriva do modo de produção capitalista, ou seja, a propriedade privada capitalista, é a primeira negação da propriedade privada individual, fundada no trabalho próprio. Todavia, a produção capitalista produz, com a mesma necessidade de um processo natural, sua própria negação. É a negação da negação. Ela não restabelece a propriedade privada, mas a propriedade individual sobre a base daquilo que foi conquistado na era capitalista, isto é, sobre a base da cooperação e da posse comum da terra e dos meios de produção produzidos pelo próprio trabalho.

A transformação da propriedade privada fragmentária, baseada no trabalho próprio dos indivíduos, em propriedade capitalista, é, naturalmente, um processo incomparavelmente mais prolongado, duro e dificultoso do que a transformação da propriedade capitalista – já fundada, de fato, na organização social da produção – em propriedade social. Lá, tratava-se da expropriação da massa do povo por poucos usurpadores; aqui, trata-se da expropriação de poucos usurpadores pela massa do povo²⁵².

Dissertação de Mestrado¹

NASCIMENTO, Patrícia Maria Pereira do². **A Educação Profissional Diante da Educação Ambiental Crítica**: um estudo interdisciplinar de um curso Técnico em Segurança do Trabalho numa Unidade de Conservação³. 2018. 112f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ensino de Ciências, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), *Campus Nilópolis*, Rio de Janeiro.

Resumo Expandido

O ponto de partida da pesquisa é a vinculação da Educação Profissional com Educação Ambiental, assim, utilizou-se de visitas técnicas em Unidades de Conservação (UC) com estudantes do curso Técnico em Segurança do Trabalho (TST) como instrumento de observação e análise da relação ser humano x natureza (WILLIAMS, 2011). Nosso pressuposto foi que a Educação Ambiental Crítica (EA-Crítica) (LOUREIRO, 2012) constitui um caminho favorável para a elaboração de atividades didáticas nos ambientes de formação profissional e que podem romper com as dualidades: (a) ser humano *versus* natureza; (b) ambiente produtivo *versus* ambiente natural, em cursos de Educação Profissional de Nível Médio.

Escolhemos esse curso, primeiro por fazer parte de minha atuação profissional por mais de dez anos e porque seria uma oportunidade de reflexão

¹ Resumo expandido recebido em 26/07/2022. Aprovado pelos editores em 18/08/2022. Publicado em 10/11/2022. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v20i43.55412>.

² Doutoranda e Mestre em Ensino de Ciências do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ensino de Ciências (PROPEC-IFRJ). Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO-RJ). Atua como docente no curso Técnico em Segurança do Trabalho no Senac/RJ desde 2011. Email: prof.pattynascimento@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9696813281691492>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8654-8506>.

³ Uma versão de uma das atividades que compõe a visita técnica realizada na Unidade de Conservação durante a construção da pesquisa na disciplina Prática de Ensino Supervisionada 2 (PES-II), ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências, na modalidade Mestrado Profissional (PROPEC-MP/IFRJ-Nilópolis) foi apresentada no formato de comunicação oral no XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências - XIII ENPEC EM REDES - 27 de setembro a 01 de outubro 2021, com o seguinte título - Educação Ambiental Crítica em uma Prática de Ensino Supervisionada: experiências em um Curso Técnico em Segurança do Trabalho.

sobre minha prática docente e segundo por ser o TST⁴ um dos cargos principais dentro de uma empresa de médio e grande porte. Esse profissional é parte integrante do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT), grupo responsável pelo monitoramento dos procedimentos operacionais em uma atividade, pela prevenção de riscos que possam resultar em possíveis incidentes e/ou acidentes de trabalho e por desenvolver programas de melhorias contínuas junto ao meio ambiente e à saúde do trabalhador.

Para tanto, foi proposto para os docentes desses cursos parâmetros de elaboração de atividades didáticas a partir da abordagem crítica e da utilização da visita técnica como ferramenta de trabalho docente. Essa ação visou contribuir na formação dos estudantes do curso de TST, promovendo uma educação um pouco mais emancipatória (apesar de todas as contradições do setor) na qual o discente consiga refletir criticamente sobre os acontecimentos da realidade. Os parâmetros propostos para os docentes fazem parte do produto educacional fruto das atividades exercidas ao longo da pesquisa.

A reflexão sobre o contexto do ambiente de trabalho contribuiu na tomada de decisão desses profissionais, na possibilidade de enfrentarem as dificuldades para realizarem alguma atividade nas empresas ao qual irão atuar no futuro, de modo que os estudantes terão uma visão integral da realidade para fazer a reflexão e não apenas apreender técnicas pré-concebidas para agir mecanicamente. Essa compreensão é o caminho para torná-los ativos nas decisões em que houver a necessidade de transformação do meio ambiente.

O objetivo foi verificar as potencialidades do uso de UC como local para se trabalhar a EA a partir da abordagem crítica dentro do curso TST, como forma de superar o caráter tecnicista na formação desse profissional. Os objetivos secundários foram: (i) relacionar os debates sobre Educação Profissional e EA; (ii) dialogar com as possibilidades de uso público com o fazer do TST em UC; (iii) debater a formação do TST a partir do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos; (iv) elaborar um manual em formato e-book com parâmetros para a preparação de atividades a serem realizadas em uma UC, com pressupostos teóricos da EA-Crítica e favorecendo práticas de uso público, a partir da visita técnica realizada no Parque Estadual da Pedra Branca (PEPB).

⁴ A lei 7.410/1985 regulamenta a profissão do técnico em Segurança do Trabalho.

Definimos quatro capítulos na dissertação, onde o primeiro apresentou a trajetória das UC no Brasil com a intenção de situar o leitor sobre as possibilidades de uso público (VALLEJO, 2015) do PEPB e sua articulação com o ensino profissional, além da apresentação do perfil do TST e sua integração dentro das unidades. No segundo capítulo foi apresentado nosso referencial teórico que sustentou a linha da pesquisa, articulada entre uma educação profissional e a EA-Crítica.

No terceiro capítulo, delimitamos a metodologia da pesquisa e o caminho traçado para a construção dos diferentes instrumentos de coleta de dados. Nele também mostramos os participantes, os cenários da pesquisa, as ações pedagógicas realizadas e os percalços encontrados. No quarto capítulo, discutimos os resultados encontrados ao longo da pesquisa, o Produto Educacional e a validação realizada junto aos docentes atuantes no curso TST sobre as atividades que o compõem. As considerações finais encerram a dissertação.

Os estudantes do curso TST faziam parte de uma rede particular de ensino localizada em Duque de Caxias. À época da pesquisa tinham entre 16 e 18 anos e estavam matriculados no 2º ano do ensino médio concomitante. Iniciamos a problematização nas atividades em sala de aula e partimos para a visita técnica com uma estrutura metodológica em que unisse questões teóricas e práticas, seguindo o caminho: Pesquisa Participante – Visita Prévia na UC (visita para verificação da UC); Grupo Focal (na instituição de ensino como avaliação diagnóstica); Visita Técnica (na UC com os estudantes e as diferentes atividades didáticas).

As atividades realizadas na UC formam: (i) visita ao espaço Museal (observação das características e riscos do local); (ii) trilha na rota da trilha do mel (projeto Espaço Doce - habitat de abelhas nativas sem ferrão) os estudantes tiveram contato com as abelhas e observação dos impactos ambientais; (iii) inspeção na estação de tratamento da CEDAE (observação do método de tratamento, uso da água e dos conflitos com os moradores do parque; (iv) grupo focal (debate sobre os aspectos observados ao longo da visita técnica).

De acordo com os depoimentos colhidos na visita técnica notamos que ela cooperou e auxiliou a elucidar a compreensão dos estudantes sobre EA, a visualizarem a existência da dicotomia ser humano e natureza e as potencialidades de atuação do TST em ações de uso público.

No início a visão que tinham era rasa, e de se ouvir falar sobre a EA, inclusive com algumas nuances da visão conservadora; no entanto, quando experimentaram da visita na observação e diálogo em um local como uma UC, que apresenta a possibilidade do uso público e a participação da sociedade, a partir de uma abordagem crítica, os discentes entenderam a importância da relação reflexiva junto ao meio ambiente para se obter alguma mudança na sociedade.

Uma última ação foi feita no parque, com a participação dos docentes especialistas do curso TST. Eles foram levados ao PEPB para validar a atividade realizada com os estudantes. Percorreram os mesmos caminhos e em seguida preencheram uma ficha de validação, onde aprovaram as ações de modo a ser possível sua reprodução. O que contribuiu para a finalização do produto educacional.

O Produto Educacional⁵, fruto da presente pesquisa foi criado no modelo de um *eletronic book* (*e-book*), ou seja, um livro em formato digital, uma vez que essa configuração tem a capacidade de facilitar a divulgação por meio virtual. Nosso *e-book* apresenta parâmetros orientadores para a realização de atividades didáticas que podem ser utilizadas no curso de TST e/ou outros que abordam a EA em seu currículo.

O livro é composto de duas partes. Na primeira são apresentados parâmetros norteadores para os docentes elaborarem as atividades. Os parâmetros foram pensados para serem orientadores na construção de atividades didático-pedagógicas. Ao construir um planejamento, que serve como um guia de orientação, o docente precisa considerar os seguintes aspectos: a ordem sequencial, a objetividade, a coerência e a flexibilidade. Tais parâmetros ajudarão a traçar o caminho para o desenvolvimento das atividades e apresentar rotas para fugir de possíveis impasses no trajeto.

Na segunda parte do *e-book*, apresentamos os roteiros das atividades didáticas, frutos da experiência como docente em curso técnico de nível médio. Elas foram elaboradas e ressignificadas a partir de nossa reflexão, da performance dos estudantes no seu cotidiano em sala de aula e durante as visitas técnicas realizadas

⁵ O produto educacional está registrado na plataforma EDUCAPES e pode ser acessado pelo link: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/431264>

ao longo de nossa atuação no curso. As atividades presentes no produto são a visita técnica, o grupo focal, o quiz, e o júri simulado.

A participação dos estudantes em todo o processo da pesquisa serviu de ponto de apoio para se confirmar que, ao se trabalhar com a abordagem crítica na EA, o educando pode superar a visão conservadora e romper com a ideia do ambiente natural visto como distante do produtivo, ou seja, que as ações praticadas pelo ser humano reflete de forma direta ou indireta no ambiente, sendo possível provocar impacto na natureza, tanto de cunho positivo como negativo.

Referências

LOUREIRO, F. **Sustentabilidade e Educação**: um olhar da ecologia política. São Paulo: Cortez, 2012.

VALLEJO, L. R. et. al. **Uso Público em Unidades de Conservação**: Planejamento, turismo, lazer, educação e impactos. 2015. Niterói: Alternativa, 2015.

WILLIAMS, R. Ideias sobre a natureza. In: **Cultura e Materialismo**. São Paulo: UNESP, 2011. p. 90-114.

Tese de Doutorado¹

SOUZA, Vanessa Marcondes de². **“Educação para permanecer no território”**: a luta dos povos caiçaras frente a expansão do capital em Paraty-RJ, 2017. 112f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Resumo expandido

O município de Paraty-RJ, por conta de sua história vinculada aos grandes ciclos econômicos do país (ouro, cana-de-açúcar e café), possui uma reconhecida diversidade sociocultural, forjadas nesses contextos, constituída por povos tradicionais caiçaras, indígenas e quilombolas.

A Península da Juatinga é a região mais isolada do município, o acesso às dezenas de comunidades dessa região se faz pelo mar ou por longas trilhas, não havendo acesso por estradas. Os residentes dessa localidade se autorreconhecem como povos tradicionais caiçaras. Esses grupos enfrentam diversos conflitos socioambientais decorrentes dos diferentes modos de uso e apropriação do território em disputa e suas formas de regulação (especulação imobiliária, grilagem de terras, leis ambientais), ameaçando a permanência em seus territórios tradicionais.

Diante do modelo de desenvolvimento econômico que se estabeleceu no município e da sua inserção na dinâmica industrial capitalista, a educação escolar se tornou necessária como condição objetiva e material de existência desses povos, uma vez que a falta de escolas em algumas comunidades e a impossibilidade de

¹ Resumo expandido recebido em 25/08/2022 . Aprovado pelos editores em 25/08/2022. Publicado em 10/11/2022. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v20i43.55710>.

² Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora de Ciências e Biologia. E-mail: vanessamarcondes@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2462602472243239>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5866-0050>. Defendida em março de 2017, sob orientação do Prof. Dr. Carlos Frederico Bernardo Loureiro. Disponível em: http://pos.eicos.psycologia.ufrj.br/wp-content/uploads/2017_DOUT_Vanessa_Marcondes_de_Souza.pdf.

concluir o ensino básico em outras têm trazido uma série de dificuldades, tais como: impossibilidade de tirar diversos documentos (como a carteira de pescador); a perda de benefícios do governo; pressão do conselho tutelar para a matrícula de crianças e jovens na escola; migração compulsória para outros lugares.

A luta política em particular pelo acesso à educação escolar dos povos e comunidades tradicionais, como parte constitutiva de suas lutas pelo direito de reproduzir seus modos de vida, está inserida no contexto da resistência contra o sistema do capital. Esta se estabelece na contradição entre modos de vida tradicionais, que historicamente educam pela oralidade e pela vivência, e as necessidades desses grupos de se apropriar da linguagem, do código escrito e de um conjunto de instrumentos legais e institucionais que regulam a sociedade moderna capitalista. Esse processo contraditório os leva a lutar e exigir uma escolarização pública (a partir da sua realidade e sua organização sociocultural) na afirmação de seus direitos e busca de reconhecimento de suas tradições, modo de vida e protagonismo.

Desta forma, esta pesquisa teve como objetivo geral analisar a relação entre a luta pela permanência no território tradicional dos povos caiçaras da Península da Juatinga e o acesso à educação escolar, explicitando os conflitos territoriais que os expropriam dos seus meios de produção e a disputa em torno do projeto de educação pela conquista da hegemonia frente à expansão do capital em Paraty.

Para tanto, foram realizadas entrevistas com caiçaras, lideranças do Fórum de Comunidades Tradicionais – movimento social local -, representante do Sindicato dos servidores públicos municipais de Paraty, professores que atuam nas escolas localizadas nas comunidades tradicionais, coordenadores das escolas e da Secretaria Municipal de Educação.

A presente pesquisa teve como fundamento teórico metodológico o materialismo histórico-dialético (MARX, 2011; GRAMSCI, 2007; 2001). A estrutura do texto está dividida em quatro capítulos. O primeiro capítulo traz um debate sobre povos e comunidades tradicionais e a origem histórica dos povos caiçaras no município de Paraty. Traz também o conceito de território utilizado nesta pesquisa, tendo como principal referencial Harvey (2006) e Porto-Gonçalves (2006) e os conflitos nos quais os povos tradicionais caiçaras estão submetidos diante da expansão capitalista sob seus territórios. Para isso, apresentou-se também as

Unidades de Conservação presentes no município de Paraty e as formas como elas vêm sendo apropriadas pelas classes dominantes, reforçando o quadro de conflitos na região. Por último, fez-se um debate de como a educação escolar vem se conformando como uma questão de justiça ambiental, cuja conceituação é apresentada, principalmente, através de Acselrad (2010) e Martinez-Alier (2011).

No segundo capítulo, apresenta-se os dados sobre a situação e a realidade do oferecimento da educação formal no município de Paraty e os elementos de expropriação aos quais os povos caiçaras estão submetidos através da negação do acesso à educação escolar. Discute-se também o processo de disputa pelo projeto de educação entre diferentes classes na sociedade capitalista, apresentando quem são os agentes que tencionam essa disputa em Paraty.

No terceiro capítulo, apresentamos a discussão sobre o empresariamento da educação pública e as implicações do oferecimento de uma educação vinculada aos interesses hegemônicos às classes populares. Em seguida, apresenta-se a proposta educacional da Fundação Roberto Marinho e como esta se materializou em Paraty.

Tanto o capítulo 2, quanto o capítulo 3, têm como principal orientação teórica Algebaile (2009), Fontes (2006), Leher (2010; 2003), Martins (2009), Martins e Neves (2010), Mendonça (2007) e Saviani (2011; 2008).

No quarto capítulo, à luz da Ecologia Política e Educação Ambiental Crítica (LOUREIRO, 2012), discutimos a relação entre a educação e a luta pelo território, apresentando o Fórum de Comunidades Tradicionais e suas ações políticas em busca de uma educação crítica. Finalizando este capítulo, buscamos dialogar e contribuir na construção de uma proposta que leve em consideração as relações sociais estabelecidas e impostas nesses territórios.

Podemos concluir que a escola vem sendo reivindicada pelos povos tradicionais, mas a educação escolar não é uma realidade pronta, estando em disputa, cabendo às lutas sociais consolidá-la como uma instituição de fato pública. Evidencia-se uma clara disputa pelo projeto de educação em Paraty. De um lado, o poder público, através de parcerias públicas privadas, ofereceu, entre 2011 e 2015, uma educação escolar aligeirada vinculada à ideologia das classes dominantes, que através dos seus aparelhos privados de hegemonia, como a Fundação Roberto Marinho, subordinaram a classe trabalhadora ao empresariado, contribuindo, através da educação, para reproduzir uma ideologia de fim dos conflitos de classe,

enfraquecendo a luta histórica de resistência contra os mecanismos de expropriação e dominação social.

Do outro lado, temos os povos tradicionais, organizados no Fórum de Comunidades Tradicionais, lutando por uma educação que fortaleça não só o movimento, mas, principalmente, que garanta a permanência dos povos tradicionais em seus territórios, construindo uma outra hegemonia.

Se antes a expulsão dos caiçaras de seus territórios se dava de modo violento (coerção), atualmente se dá basicamente por mecanismos materiais e ideológicos de convencimento (consenso) dos caiçaras para aderirem ao projeto hegemônico de sociedade. Tais mecanismos materiais envolvem dificuldades de continuarem exercendo suas práticas tradicionais, a negação de direitos sociais e a precarização dos seus modos de vida, que apoiados em uma malha discursiva, reproduzida pela educação escolar, difunde uma ideologia favorável à vida urbano-industrial como única opção, levando-os a deixar seus territórios em busca de acesso às políticas públicas e a direitos, na certeza de melhores condições de vida na cidade.

Referências

ACSELRAD, H. **Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental**. Estudos Avançados, 24 (68), 2010.

ALGEBAILLE, E. **Escola pública e a pobreza no Brasil: a ampliação para menos**. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2009.

FONTES, V. Sociedade civil no Brasil contemporâneo: lutas sociais e luta teórica na década de 1980. In: LIMA, J.; NEVES, L.M.W. (Org.). **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Volume 3. Maquiavel: notas sobre o estado e a política. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. 428p.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**. Volume 2. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2006.

LEHER, R. A reforma do Estado: o privado conta o público. **Trabalho, educação e saúde**, v. 1 nº 2, 2003.

LEHER, R. Prefácio. Uma penetrante perspectiva teórica para compreender como os dominantes dominam. In: NEVES, L.M.V. (org.) **Direita para o social e esquerda**

para o capital: intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil. São Paulo: Xamã, 2010.

LOUREIRO, C. F. B. **Sustentabilidade e Educação:** um olhar da ecologia política. São Paulo: Cortez, 2012.

MARTINEZ-ALIER, J. M. **O ecologismo dos pobres.** São Paulo: Contexto, 2011.

MARX, K. **O capital:** crítica da economia política. Livro 1, volume 1, O processo de produção do capital. 29ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MARTINS, A. S. **A direita para o social:** a educação para a sociabilidade no Brasil contemporâneo. Juiz de Fora: UFJF, 2009.

MARTINS, A. S; NEVES, L. M. W. A nova pedagogia da hegemonia e a formação de seus intelectuais orgânicos. In: NEVES, L. M. V. (org.) **Direita para o social e esquerda para o capital:** intelectuais da nova pedagogia da hegemonia no Brasil. São Paulo: Xamã, 2010.

MENDONÇA, S. R. Estado e políticas públicas: considerações político-conceituais. **Outros Tempos**, v. 1, 2007.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SAVIANI, D. **Escola e democracia.** Edição comemorativa. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica:** primeiras aproximações. 11ª ed. Campinas: Autores Associados, 2011 (a).

TRATADO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA SOCIEDADES SUSTENTÁVEIS TRINTA ANOS DEPOIS: HAVERÁ MAIS 30?¹

Marcelo Stortti²
Michelle Sato³
Celso Sanchez⁴

e todas e todos que construíram as memórias de luta do Fórum Global

Escrito para a seção “Memória e Documentos” da Revista Trabalho Necessário (TN 43), o objetivo deste texto consiste em fazer uma breve reflexão e teorização sobre o “Tratado de Educação Ambiental”. Na primeira parte é resgatado o contexto histórico-cultural de sua data de publicação na Rio-92. Depois, são analisados os desdobramentos do Tratado na sociedade, demonstrando como resultados as centenas de políticas públicas e de pesquisas e programas de formação no campo das pesquisas. Na terceira parte são analisadas as concepções teóricas acerca do processo de construção desse documento. E no final, apresenta-se como esse “Tratado” ainda tem um papel fundamental na sociedade atual.

¹ Artigo recebido em 01/08/2022. Aprovado pelos editores em 03/09/2022.. Publicado em 10/11/2022.

DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v20i43.55046>.

² Doutor em Educação pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO-Brasil). Pesquisador do Grupo de Estudos em Educação Ambiental Desde El Sur (GEASur) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO-Brasil). E - mail: marcelostortti@gmail.com.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2106651931972194>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1400-9834>.

³ Pós-doutorado em Educação no Canadá (Montréal), na Espanha (Coruña) e na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO-Brasil). Docente da Universidade Federal de Mato Grosso no Programa de Pós-Graduação em Educação. Grupo Pesquisador em Educação Ambiental. E-mail: michelesato@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9834-4642>.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8536226415824413>.

⁴ Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO-Brasil). Docente da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Estado Rio de Janeiro (UNIRIO-Brasil). E-mail: celso.sanchez@hotmail.com.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3777970267731343>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5634-023X>.

O caminho que nos fazia chegar até a Eco-92 e suas tendas verde e brancas estendidas no Aterro do Flamengo, pintavam aquele cenário, como o que hoje Krenak chamaria de “paraquedas coloridos”. O início da década de 1990 nos obrigava atravessar muitas avenidas, hiperinflação, eleições diretas frustrantes para presidente, a morte inesperada de Tancredo, o Brasil dos anos 1990 vivia de sustos.

Havia um cheiro de ditadura ainda, que não saía das narinas pelas injustiças e atrocidades causadas pelo golpe de 1964. A dor foi intensa e se prolongou nos ecos da ditadura, repressão, cortes das liberdades de expressão, controle e manipulação da imprensa e período de muito medo. E hoje, o que mudou? Continuamos sob a hegemonia militar, agora misturada com igreja evangélica da Idade Média e com a emissão de gases estufa do agronegócio.

Entravam em choque as contradições que nos constituem, expostas ali nos 1,2 milhão de metros quadrados, entre o centro e a zona Sul da cidade do Rio de Janeiro que sediou a conferência oficial da ONU para debater o meio ambiente: a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, ou simplesmente a Rio- 92. Evento considerado “divisor de águas” no Brasil, com início de inúmeras políticas ecologistas a partir desta data, inclusive a abertura de vários programas de pós-graduação com o ambiente em suas políticas.

No Aterro, a Eco-92 ou Fórum Global, reunia outra fauna, flora e outros “seres” diferentes dos engravatados que selavam acordos sobre clima, biodiversidade e Agenda 21. Nas tendas circulavam diferentes sotaques, pessoas com roupas coloridas, trajes indianos, monges tibetanos, jovens com seus bottons e reivindicações, cabelos compridos e raspados e sacolas coloridas carregando sonhos encharcados de utopias.

Em uma dessas tendas, o “fogo no canavial da fazenda” era lançado e um outro mundo era pensado e gestado. E o sentir-pensar-fazer da educação ambiental pulsava nos corações dos presentes para construir um documento internacional que tornou a Carta de princípios da educação ambiental: “Tratado de Educação Ambiental Para Sociedades Sustentáveis e de Responsabilidade Global⁵”.

E que saudade daqueles tempos, de ver a liderança indígena, o grande cacique Raoni exibindo a pele de uma onça e sendo irônico dizendo que queria

⁵ Um encontro de gerações com o Tratado no coração: versos, imagens e poéticas, mas sobretudo um compromisso político que hoje orienta a educação ambiental brasileira: <https://observatorioea.blogspot.com/p/tratado-ea.html>.

vendê-la a algum “gringo” que pagasse mais, assim como os governantes queriam vender o Brasil. Ah, que saudade enorme de ver Paulo Freire dizer:

Na história da experiência de viver, que caracteriza a experiência dos outros animais, das árvores e da experiência humana, nós, homens e mulheres, fomos os únicos capazes de inventar a existência. (...) Nós temos que colocar a existência decentemente a frente à vida, em sua contradição com a vida, em sua dialética, de tal maneira que a existência não mate a vida e que a vida não pretenda acabar com a existência, para defender os riscos que a existência lhe impõe. Isso para mim faz parte dessa briga pelo verde. Lutar pelo verde, tendo certeza de que sem homem e mulher o verde não tem cor. (VIEZZER; OVALES, 1995, p. 14).

Depois de 30 anos olhando para o Tratado, podemos ver como ele permanece atual e quanto de suas reivindicações hoje não apenas contemporâneas, mas ainda parecem ser distantes de concretização em função do caótico momento de retrocesso político e de colapso ambiental. Nesse período, aprimoramos os discursos da questão ambiental, criando diferentes e diversos movimentos de institucionalização da educação ambiental. Um dos exemplos é o caso da Política Nacional de Educação Ambiental, de 1999, com evidente inspiração nas diretrizes e princípios destacados no Tratado. Infelizmente, vale ressaltar que o atual governo de Bolsonaro busca destruir as vanguardas conseguidas, destruindo as políticas ambientais e deixando os espaços ao agronegócio - maior responsável pela emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) no Brasil (SATO, 2021).

Esse documento internacional ainda ajudou a constituir grupos de pesquisa para fundamentar determinados discursos e debates em torno da educação ambiental. Com especial atenção à América Latina, a Educação Ambiental se revestiu de uma narrativa política e, portanto, com argumentos para muito além da ingênua conservação da natureza, com políticas explícitas da intrínseca relação entre humano e natureza.

O Tratado traz à tona a responsabilidade das sociedades e dos governos à saúde ambiental, em contrapartida do discurso hegemônico que prioriza o individual em detrimento do coletivo e comunitário. A Carta de Princípios é essencial, porque desafia a hegemonia instituída do “desenvolvimento” sustentável, sob a tática instituinte de “sociedades sustentáveis”. Esta política dialoga com as atuais teorias do Capitaloceno (MOORE, 2016), que denuncia as disparidades socioeconômicas,

dando nomes, endereços e telefones dos maiores emissores de GEE, que são as minorias atuando internacionalmente na promoção da riqueza individual e gerando a injustiça socioambiental na Terra.

Como podemos observar nas palavras de Paulo Freire e nas muitas vozes mundiais, o Tratado considera esse processo educativo permanente, em diálogo com as responsabilidades sobre a equidade ambiental de todas as formas de vida e as suas diferentes inventividades sobre a própria existência e as suas experiências de viver, ser e existir no mundo. Também busca fazer uma leitura de mundo “outra” e refletir sobre os valores e caminhos que possam surgir para transformar a realidade imposta pelo sistema mundo capitalista colonial em nível local, nacional e planetário.

O Observatório da Educação Ambiental (Observare) republicou recentemente o Tratado na sua íntegra, com seus **16 princípios**⁶: a educação como um direito de todos; baseada em um modelo freireano, onde todos somos educandos e educadores. A sua base é o pensamento crítico e inovador em todos os modos formais e não formais; ela permite constituir sujeitos que valorizam e obedecem a autodeterminação, a soberania, as culturas e a territorialidade dos povos originários, dos povos de terreiro, dos quilombolas e de diferentes grupos sociais em situação de vulnerabilidade. Assume que a educação ambiental é um ato político; apresenta uma perspectiva holística, embasada na relação integrada do ser humano com a natureza. Visa incentivar e fortalecer os grupos populares da sociedade; valorizar e estimular as diferentes formas de conhecimentos e saberes. Requer a publicização e enfrentamento dos conflitos socioambientais; ampliação dos diálogos entre diferentes segmentos da sociedade e entre os indivíduos; democratizar os meios de comunicação de massa; desenvolver a eticidade, o respeito e a solidariedade a biodiversidade, os seus ciclos vitais e a exploração das diferentes formas de vida.

O Tratado estimula a universalização da educação permanente e incentiva atividades pedagógicas de maneira presencial, remota ou de forma difusa, para diferentes idades e segmentos da sociedade. A educação ambiental é muito importante pois possibilita a troca de saberes entre os indivíduos da sociedade e as suas diferentes culturas, permitindo que saberes milenares sejam compartilhados.

⁶ A arte é do artista russo, Vladimir Gerasimov, que na ocasião, permitiu a licença para usarmos as imagens: https://1drv.ms/b/s!ArAwKvScjHNvhL09_uvivQVaAH7yUA.

Possibilita, igualmente, a divulgação e a abertura dos diálogos entre os diversos e diferentes saberes: leste e oeste; norte e sul; saberes científicos, tradicionais ou outros saberes que, por direito, não possuem hierarquia em suas legítimas existências. Esse modelo pensado fora do sistema mundo capitalista colonial tenta diminuir as relações de poder entre educando e educadores buscando construir novas relações e estabelecer que todos somos eternos aprendizes de alguns saberes e fazeres e mestres de outras formas de conhecimento.

Esse processo educativo pode estar embasado no pensamento crítico, que pode estar associado por um determinado ponto de vista pela Escola de Frankfurt, por meio de Max Horkheimer e a sua ilustre publicação “teoria tradicional e teoria crítica”. Que na concepção desse autor pode ser diferenciada como:

A teoria em sentido tradicional, cartesiano, (...) organiza a experiência à base da formulação de questões que surgem em conexão com a reprodução da vida dentro da sociedade atual. (...) A gênese social dos problemas, as situações reais, nas quais a ciência é empregada e os fins perseguidos em sua aplicação, são por ela mesma considerada exterior. A teoria crítica da sociedade, ao contrário, tem como objeto os humanos/os homens⁷ como produtores de todas as suas formas históricas de vida. As situações efetivas, nas quais a ciência se baseia, não é para ela uma coisa dada. O que é dado não depende apenas da natureza, mas também do poder do humano/homem sobre ela (HORKHEIMER, 1983a, p.163-164).

Como podemos observar, a teoria crítica proposta por Horkheimer envolve um olhar para além da pura análise das transformações econômicas, pois trata-se de um prognóstico do contexto local, de reflexões sobre as dificuldades que os sujeitos sociais têm em se emancipar das amarras da dominação e da opressão, envolvendo um outro olhar sobre os processos educativos para a emancipação e a construção de um pensamento e ações com viés crítico.

Esse intelectual pode ter contribuído também com outros princípios do Tratado, com a sua preocupação pelos processos psicológicos dos sujeitos e as transformações que ocorrem na dimensão cultural, chamando atenção para a necessidade de envolver outras áreas da sociedade, como lazer, as atividades artísticas, esportivas, religiosas, os direitos de todos os seres coexistentes na natureza entre outros.

⁷ No texto traduzido de Horkheimer, prevalece a linguagem sexista (do “HOMEM”). Contudo, consideramos que seja uma linguagem sexista e colonizadora, dissonante com os princípios do Tratado. Por isso, os autores modificaram a linguagem da citação sob a licença poético-política.

Nesse novo momento de rememorar esses dias e essas ideias, dialogando com a tenebrosa realidade atual de desmonte de direitos e aumento de exploração e opressão, vale a pena lembrar da reflexão de Horkheimer (1983b) que a classe trabalhadora tinha sido subsumida pelo modelo capitalista, através da dimensão mercantil da indústria de cultura de massa e não desenvolvia o seu papel de antagonista desse modelo de desenvolvimento e de modos de ser e viver explorados no mundo.

Trinta anos depois da publicação do Tratado, estamos muito distantes de alcançar seus objetivos e aspirações. Entretanto, apesar dos desmontes em função das políticas de extrema direita instaladas no Brasil em 2018, há avanços nos campos teóricos e ideológicos, que seguem mobilizando diversas gerações e não podem ser parados. As universidades públicas estão mais diversas e com isso, novos temas têm entrado em pauta nas pesquisas e conhecimentos antes negligenciados, estão ganhando evidência e sendo valorizados; o racismo, o machismo e a LGBTfobia não são mais tolerados como há três décadas; os debates sobre questões ambientais estão cada vez mais presentes no cotidiano das pessoas e tem sido amplificados com as novas tecnologias.

Referências

HORKHEIMER, M. Filosofia e teoria crítica. In: HORKHEIMER, M. et al. **Textos escolhidos**: Benjamin, Horkheimer, Adorno, Habermas. São Paulo: Abril Cultural, 1983a.

HORKHEIMER, M. Teoria tradicional e teoria crítica. In: HORKHEIMER, M. *et al.* **Textos escolhidos**: Benjamin, Horkheimer, Adorno, Habermas. São Paulo: Abril Cultural, 1983b.

MOORE, J.. **Anthropocene or Capitalocene?** Nature, history, and the crisis of capitalism. Oakland: PM Press. 2016.

SATO, M. Aurora e crepúsculo do capitaloceno. In: SATO, M & DALLA-NORA, G. (Orgs). **Turbilhão de ventanias e farrapos, entre brisas e esperanças**. Cuiabá: Ed Sustentável, p. 9-18, 2021.

VIEZZER; M.; OVALES, O. **Manual Latino-Americano de Educação ambiental**. São Paulo: Gaia, 1994.



SEGUNDA JORNADA
INTERNACIONAL DE
EDUCAÇÃO AMBIENTAL
PARA SOCIEDADES
SUSTENTÁVEIS COM
RESPONSABILIDADE
GLOBAL 2008 - 2012



Uma nova Jornada de Educação Ambiental

O Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global resultou da 1ª Jornada Internacional de Educação Ambiental realizada no Rio de Janeiro, em 1992, durante o Fórum Global da Eco/92, paralelo à 2ª Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio/92.

Construído durante um ano de trabalho internacional, o Tratado contou com a participação de educadoras e educadores de adultos, jovens e crianças de oito regiões do mundo (América Latina, América do Norte, Caribe, Europa, Ásia, Estados Árabes, África e Pacífico do Sul). Inicialmente publicado em cinco idiomas, ele serviu de apoio a ações educativas, inspirou a criação de Organizações da Sociedade Civil e Redes de Educação Ambiental, bem como, ao longo dos anos, inspirou políticas públicas de Educação Ambiental.

Em 2006, o Tratado foi revisitado por pesquisa via internet e em um encontro presencial no V Congresso Ibero-Americano de Educação Ambiental (Joinville,

Santa Catarina/Brasil). Também foi tema de workshop durante a 7ª Assembleia do ICAE - Conselho Internacional de Educação de Adultos (Nairobi/Quênia, 2007) e foi divulgado no Congresso Internacional sobre os 30 anos da 1ª Carta de Educação Ambiental de Tbilisi (Ahmedabad/Índia, 1997). Essas ações e eventos internacionais permitiram constatar a atualidade do Tratado e deram origem à 2ª Jornada Internacional de Educação Ambiental, iniciada em 2008 e chegando fortalecida a Rio +20.


A Segunda Jornada espera sensibilizar, mobilizar e aglutinar o maior número de movimentos pelo Planeta que caminham na direção da construção de sociedades sustentáveis, com pessoas que se ecoeducam e educam umas as outras na perspectiva do diálogo permanente. Assumida por ONGs brasileiras e internacionais, a Jornada conta com o apoio de governos, empresas, universidades e abre oportunidades para mobilizar novos olhares sobre o Tratado de Educação Ambiental, mantendo sua característica participativa em âmbito planetário.


Os passos da Jornada

Como numa grande “caravana”, vão se somando à Jornada pessoas, grupos e instituições comprometidas com a educação para sociedades sustentáveis com responsabilidade global. A Jornada é uma iniciativa de organizações da sociedade civil que buscam trabalhar em interface com diversos atores sociais, particularmente com órgãos de governos, empresas públicas e privadas, bem como meios de comunicação para incidir em políticas públicas, na formação de gestores e formadores de opinião e especialmente educadoras e educadores socioambientais. Acompanhe os passos desta Jornada:

 **Momentos de Encontros Globais presenciais:** a Segunda Jornada de EA marcou presença em eventos globais, nacionais e regionais como: Fórum Social Mundial, Fórum Mundial de Educação (Belém, Brasil, 2009); Reunião de Avaliação de Meio Termo da Década do Desenvolvimento (Bonn, Alemanha, 2009); V Congresso Internacional de EA (Montreal, Canadá, 2009); FISC – Fórum Internacional da Sociedade Civil e CONFINTEA – VI Conferência das Nações Unidas sobre Educação de Adultos (Belém, Brasil, 2009); VI Congresso Ibero-Americano de Educação Ambiental (Buenos Aires, Argentina, 2009); VI Fórum Brasileiro de EA (Rio de Janeiro, Brasil, 2009); COP 16 (Dinamarca, 2009) e COP 17 (México, 2010); Conferência das Partes pelo Clima e VI Assembleia Mundial do ICAE (Suécia, 2011); Seminário Ibero-Americano sobre o Holocausto (Jerusalém, Israel, 2011); Workshop Internacional

de EA (Guarulhos, Brasil, 2011); Encontro Cultivando Água Boa Rumo a RIO +20, da Itaipu Binacional (Foz de Iguaçu, Brasil, 2011). Como preparação estratégica à RIO +20, a Jornada se integra com atividades autogestionadas ao Fórum Social Temático e Fórum Mundial de Educação (Porto Alegre, Brasil, 2012) e ao VII Fórum Brasileiro de EA (Salvador, Brasil, 2012).

 **Comunicação Global/Local:** além da alimentação participativa do site do Tratado; com o apoio do ICAE, em dezembro 2011/ Janeiro 2012, a Jornada estabeleceu uma articulação internacional através de um Fórum Virtual para intercâmbio de iniciativas e aprendizagens da Rede de Educadoras e Educadores Ambientais.

 **Materiais Ecopedagógicos em apoio à Educ-Ação Socioambiental:** a Jornada está produzindo, disseminando e promovendo intercâmbio de materiais ecopedagógicos impressos, em áudio, visuais e eletrônicos sobre temas ligados ao Tratado, buscando apoiar a mobilização local, regional e internacional.

 **Comitê Facilitador Internacional do Tratado:** consolidado a partir de 2010, é o responsável pela coordenação permanente das atividades da Rede do Tratado de EA, desde a preparação, realização e articulação dos eventos da Segunda Jornada no contexto da RIO +20, e a sua continuidade pós RIO +20 com a construção da “*Rede Planetária do Tratado de Educação Ambiental*”.

Resultados esperados da Jornada de Educação Ambiental – Rio+20

♥ Aprofundamento e ampliação da reflexão internacional sobre o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, com leituras integradas e diálogos junto aos documentos planetários: Carta da Terra, Carta das Responsabilidades Humanas, Declaração Universal dos Direitos Humanos, Declaração do Rio92, entre outros.

♥ Processo participativo internacional com desdobramentos possíveis em políticas públicas na perspectiva da educação ambiental com cidadãos e cidadãos ecoeducados e que ecoeducam.

♥ Presença efetiva da Educação Ambiental inclusiva e permanente baseada nos

princípios do Tratado em processos nacionais, regionais e internacionais.

♥ Produção, disseminação e intercâmbio de materiais ecopedagógicos de apoio à construção de sociedades sustentáveis com responsabilidade global.

♥ Plano de Ação do Tratado com base nos princípios e valores que o regem.

♥ Criação do Círculo do Tratado de Educação Ambiental com Plano de Ação atualizado para assegurar, de forma permanente e contínua, o encaminhamento das propostas emergentes da Jornada e a criação e animação da Rede Planetária do Tratado de Educação Ambiental.

Como você pode participar?

A 2ª Jornada Internacional de Educação Ambiental é um momento histórico para quem acredita que a educação ambiental é o centro de nossas ações cotidianas e de nossas vidas na construção de sociedades sustentáveis. Você é nosso convidado especial para conhecer, integrar e praticar, em sua realidade e atuação local, os princípios deste Tratado, estabelecendo as devidas conexões com a realidade planetária. Conheça (págs. 08 e 09) as 22 diretrizes do Plano de Ação que podem apoiar e direcionar a sua participação!

SEJA PARCEIRO (A)
DESTA INICIATIVA! ASSINE O TRATADO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AJUDE A IMPLEMENTAR A REDE PLANETÁRIA DO TRATADO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. E PARA QUE ESTA JORNADA CONTINUE, CRESCA E APAREÇA, COLABORE CONTANDO O QUE VOCÊ VEM FAZENDO EM SUA LOCALIDADE E COMO O TRATADO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL SE INTEGRA A SUA VIDA E AS SUAS AÇÕES.

ACESSE:
www.tratadoeducacaoambiental.net

Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global

Este Tratado, assim como a educação, é um processo dinâmico em permanente construção. Deve portanto propiciar a reflexão, o debate e a sua própria modificação. Nós signatários, pessoas de todas as partes do mundo, comprometidos com a proteção da vida na Terra, reconhecemos o papel central da educação na formação de valores e na ação social. Nos comprometemos com o processo educativo transformador através do envolvimento pessoal, de nossas comunidades e nações para criar sociedades sustentáveis e equitativas. Assim, tentamos trazer novas esperanças e vida para nosso pequeno, tumultuado, mas ainda assim belo planeta.

Introdução

Consideramos que a educação ambiental para uma sustentabilidade equitativa é um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida. Tal educação afirma valores e ações que contribuem para a transformação humana e social e para a preservação ecológica. Ela estimula a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas, que conservam entre si relação de interdependência e diversidade. Isto requer responsabilidade indi-

vidual e coletiva a nível local, nacional e planetário. Consideramos que a preparação para as mudanças necessárias depende da compreensão coletiva da natureza sistêmica das crises que ameaçam o futuro do planeta. As causas primárias de problemas como o aumento da pobreza, da degradação humana e ambiental e da violência podem ser identificadas no modelo de civilização dominante, que se baseia em superprodução e superconsumo para uns e subconsumo e falta de condições para produzir por parte da grande maioria. Consideramos que são inerentes à crise a erosão dos valores básicos e a alienação e a não participação da quase totalidade dos indivíduos na construção de seu futuro. É fundamental que as comunidades planejem e implementem suas próprias alternativas às políticas vigentes. Dentre estas alternativas está a necessidade de abolição dos programas de desenvolvimento, ajustes e reformas econômicas que mantenham o atual modelo de crescimento com seus terríveis efeitos sobre o ambiente e a diversidade de espécies, incluindo a humana. Consideramos que a educação ambiental deve gerar com urgência mudanças na qualidade de vida e maior consciência de conduta pessoal, assim como harmonia entre os seres humanos e destes com outras formas de vida.

Princípios da Educação para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global

1 A educação é um direito de todos, somos todos aprendizes e educadores.

2 A educação ambiental deve ter como base o pensamento crítico e inovador, em qualquer tempo ou lugar, em seus modos formal, não formal e informal, promovendo a transformação e a construção da sociedade.

3 A educação ambiental é individual e coletiva. Tem o propósito de formar cidadãos com consciência local e planetária, que respeitem a autodeterminação dos povos e a soberania das nações.

4 A educação ambiental não é neutra, mas ideológica. É um ato político, baseado em valores para a transformação social.

5 A educação ambiental deve envolver uma perspectiva holística, enfocando a relação entre o ser humano, a natureza e o universo de forma interdisciplinar.

6 A educação ambiental deve estimular a solidariedade, a igualdade e o respeito aos direitos humanos, valendo-se de estratégias democráticas e interação entre as culturas.

7 A educação ambiental deve tratar as questões globais críticas, suas causas e inter-relações em uma perspectiva sistêmica, em seu contexto social e histórico. Aspectos primordiais relacionados ao desenvolvimento e ao meio ambiente tais como população, saúde, democracia, fome, degradação da flora e fauna devem ser abordados dessa maneira.

8 A educação ambiental deve facilitar a cooperação mútua e equitativa nos processos de decisão, em todos os níveis e etapas.

9 A educação ambiental deve recuperar, reconhecer, respeitar, refletir e utilizar a história indígena e culturas locais, assim como promover a diversidade cultural, linguística e ecológica. Isto implica uma revisão da história dos povos nativos para modificar os enfoques etnocêntricos, além de estimular a educação bilíngue.

10 A educação ambiental deve estimular e potencializar o poder das diversas populações, promover oportunidades para as mudanças democráticas de base que estimulem os setores populares da sociedade. Isto implica que as comunidades devem retomar a condução de seus próprios destinos.

11 A educação ambiental valoriza as diferentes formas de conhecimento. Este é diversificado, acumulado e produzido socialmente, não devendo ser patenteado ou monopolizado.

12 A educação ambiental deve ser planejada para capacitar as pessoas a trabalharem conflitos de maneira justa e humana.

13 A educação ambiental deve promover a cooperação e o diálogo entre indivíduos e instituições, com a finalidade de criar novos modos de vida, baseados em atender às necessidades básicas de todos, sem distinções étnicas, físicas, de gênero, idade, religião, classe ou mentais.

14 A educação ambiental requer a democratização dos meios de comunicação de massa e seu comprometimento com os interesses de todos os setores da sociedade. A comunicação é um direito inalienável e os meios de comunicação de massa devem ser transformados em um canal privilegiado de educação, não somente disseminando informações em bases igualitárias, mas também promovendo intercâmbio de experiências, métodos e valores.

15 A educação ambiental deve integrar conhecimentos, aptidões, valores, atitudes e ações. Deve converter cada oportunidade em experiências educativas de sociedades sustentáveis.

16 A educação ambiental deve ajudar a desenvolver uma consciência ética sobre todas as formas de vida com as quais compartilhamos este planeta, respeitar seus ciclos vitais e impor limites à exploração dessas formas de vida pelos seres humanos.

Plano de Ação

As organizações que assinam este Tratado se propõem a implementar as seguintes **diretrizes**:

1 Transformar as declarações deste Tratado e dos demais produzidos pela Conferência da Sociedade Civil durante o processo da Rio92 em documentos a serem utilizados na rede formal de ensino e em programas educativos dos movimentos sociais e suas organizações.

2 Trabalhar a dimensão da educação ambiental para sociedades sustentáveis em conjunto com os grupos que elaboraram os demais tratados aprovados durante a Rio92.

3 Realizar estudos comparativos entre os tratados da sociedade civil e os produzidos pela Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento – UNCED e utilizar as conclusões em ações educativas.

4 Trabalhar os princípios deste Tratado a partir das realidades locais, estabelecendo as devidas conexões com a realidade planetária, objetivando a conscientização para a transformação.

5 Incentivar a produção de conhecimento, políticas, metodologias e práticas de Educação Ambiental em todos os espaços de educação formal, informal, não formal, para todas as faixas etárias.

6 Promover e apoiar a capacitação de recursos humanos para preservar, conservar e gerenciar o ambiente, como parte do exercício da cidadania local e planetária.

7 Estimular posturas individuais e coletivas, bem como políticas institucionais que revisem permanentemente a coerência entre o que se diz e o que se faz, os valores de nossas culturas, tradições e histórias.

8 Fazer circular informações sobre o saber e as memórias populares e sobre iniciativas e tecnologias apropriadas ao uso dos recursos naturais.

9 Promover a corresponsabilidade dos gêneros feminino e masculino sobre a produção, reprodução e manutenção da vida.

10 Estimular e apoiar a criação e o fortalecimento de associações de produtores, de consumidores e de rede de comercialização que sejam ecologicamente responsáveis.

11 Sensibilizar as populações para que constituam Conselhos Populares de Ação Ecológica e Gestão do Am-

biente visando investigar, informar, debater e decidir sobre problemas e políticas ambientais.

12 Criar condições educativas, jurídicas, organizacionais e políticas para exigir dos governos que destinem parte significativa de seu orçamento à educação e meio ambiente.

13 Promover relações de parceria e cooperação entre ONGs e movimentos sociais e as agências da ONU (UNESCO, PNUMA, FAO entre outras), a nível nacional, regional e internacional, a fim de estabelecerem em conjunto as prioridades de ação para educação, meio ambiente e desenvolvimento.

14 Promover a criação e o fortalecimento de redes nacionais, regionais e mundiais para a realização de ações conjuntas entre organizações do Norte, Sul, Leste e Oeste com perspectiva planetária (exemplos: dívida externa, direitos humanos, paz, aquecimento global e população e produtos contaminados).

15 Garantir que os meios de comunicação se transformem em instrumentos educacionais para a preservação e conservação de recursos naturais apresentando a pluralidade de versões com fidedignidade e contextualizando as informações. Estimular transmissões de programas gerados pelas comunidades locais.

16 Promover a compreensão das causas dos hábitos consumistas e agir

para a transformação dos sistemas que os sustentam, assim como para a transformação de nossas próprias práticas.

17 Buscar alternativas de produção autogestionária e apropriadas econômica e ecologicamente, que contribuam para uma melhoria da qualidade de vida.

18 Atuar para erradicar o racismo, o sexismo e outros preconceitos; e contribuir para um processo de reconhecimento da diversidade cultural, dos direitos territoriais e da autodeterminação dos povos.

19 Mobilizar instituições formais e não formais de educação superior para o apoio ao ensino, pesquisa e extensão em educação ambiental e à criação, em cada universidade, de centros interdisciplinares para o meio ambiente.

20 Fortalecer as organizações e movimentos sociais como espaços privilegiados para o exercício da cidadania e melhoria da qualidade de vida e do ambiente.

21 Assegurar que os grupos de ecologistas popularizem suas atividades e que as comunidades incorporem em seu cotidiano a questão ecológica.

22 Estabelecer critérios para a aprovação de projetos de educação para sociedades sustentáveis, discutindo prioridades sociais junto às agências financiadoras.

Sistema de Coordenação, Monitoramento e Avaliação.

Todos os que assinam e/ou aderem a este Tratado concordam em:

Difundir e promover em todos os países o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global através de campanhas individuais e coletivas, promovidas por ONGs, movimentos sociais e outros.

Estimular e criar organizações, ONGs e Movimentos Sociais para implantar, implementar, acompanhar e avaliar os elementos deste Tratado.

Produzir materiais de divulgação deste Tratado e de seus desdobramentos em ações educativas, sob forma de textos, cartilhas, cursos, pesquisas, eventos culturais, programas de mídia, feiras de criatividade popular, meios virtuais e outros.

Estabelecer um Comitê Facilitador Internacional para dar continuidade às propostas deste Tratado.

Estimular, criar e desenvolver Redes de Educadoras e Educadores ambientais.

Grupos a serem envolvidos

Este Tratado é dirigido para:

Organizações dos movimentos sociais-ecologistas, mulheres, jovens, grupos étnicos, artistas, agricultores, sindicalistas, associações de bairros e outros.

ONGs comprometidas com os movimentos sociais de caráter popular.

Profissionais de educação interessados em implantar e implementar programas voltados à questão ambiental tanto nas redes formais de ensino, como em outros espaços educacionais.

Responsáveis pelos meios de comunicação capazes de aceitar o desafio de um trabalho transparente e democrático, iniciando uma nova política de comunicação em massa.

Cientistas e instituições científicas com postura ética e sensíveis ao trabalho conjunto com as organizações dos movimentos sociais.

Grupos religiosos interessados em atuar junto as organizações dos movimentos sociais.

Governos locais e nacionais capazes de atuar em sintonia/parceria com as propostas deste Tratado.

Empresários(as) comprometidos(as) em atuar dentro de uma lógica de recuperação e conservação do meio ambiente e de melhoria contínua da qualidade de vida, condizentes com os princípios e propostas deste Tratado.

Comunidades alternativas que experimentem novos estilos de vida condizentes com os princípios e propostas deste Tratado.

Recursos

Todas as organizações que assinam o presente Tratado se comprometem a:

Reservar uma parte significativa de seus recursos para o desenvolvimento de programas educativos relacionados com a melhoria do ambiente e com a qualidade de vida.

Reivindicar dos governos que destinem um percentual significativo do Produto Interno Bruto para a implantação de Programas de Educação Ambiental em todos os setores da administração pública, com participação direta de ONGs e movimentos sociais.

Propor políticas econômicas que estimulem empresas a desenvolver e aplicar tecnologias apropriadas e a criar programas de educação ambiental como parte de treinamentos de pessoal e para a comunidade em geral.

Incentivar as agências financiadoras a alocar recursos significativos a projetos dedicados à educação ambiental, além de garantir a sua presença em outros projetos a serem aprovados, sempre que possível.

Contribuir para a formação de um sistema bancário planetário das ONGs e movimentos sociais, cooperativo e descentralizado que se proponha a destinar uma parte de seus recursos para programas de educação e seja ao mesmo tempo um exercício educativo de utilização de recursos financeiros.

"SOMOS TODOS APRENDIZES"

Além de assinar o Tratado de Educação Ambiental, você pode, em suas redes de conexões, divulgar os princípios deste Tratado, conseguir mais signatários(as), realizar Jornadas Locais ou Setoriais, partilhar suas experiências de Educação para Sociedades Sustentáveis com Responsabilidade Global.

Seja você também um dos
CONECTORES DA APRENDIZAGEM TRANSFORMADORA
na Rede Planetária do Tratado de Educação Ambiental!



Esta iniciativa faz parte dos Tratados dos Povos pela Sustentabilidade e do GT Educação RIO+20

Para mais informações, acesse:
www.tratadoeducacaoambiental.net



Somos Todos Aprendizes

Coordenação Internacional

Moema Viezzer

Secretaria executiva no Brasil

CEAG – Centro de Educação Ambiental de Guarulhos

CESCAR – Coletivo Educador de São Carlos

Instituto ComSol

Instituto Ecoar

Instituto Paulo Freire

Instituto Marina Silva

Instituto Supereco

Laboratório de Educação OCA/USP

REBEA – Rede Brasileira de Educação Ambiental

REJUMA – Rede de Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade

Comissão organizadora internacional

Aidil Borges	NEREA
Andrée de Ridder Vieira	Instituto Supereco
Celita Echer	ICAE
Denise Alves	OCA/USP
Diogo Damasceno	REJUMA
Francis Quimpo	CES-PHI
Hierald E. Kane-Osorto	Siglo XXIII USA
Isabel Dominguez	CESCAR
Jacqueline Guerreiro	REBEA
Joaquim Pinto	NEREA/Portugal
José Vicente de Freitas	MEC
Júlia Tomshisky	Instituto Paulo Freire
Luciana Ferraz	Brahma Kumaris/Brasil
Marcela Ballara	ICAE
Marcos Sorrentino	OCA/USP
Maria Cristina Vieira	REABA
Maria Henriqueta Raymundo	Prefeitura de Suzano
Marta Benevides	Siglo XXIII
Mauri Schneider	Linha Ecológica
Michèle Sato	Rede Lusófona de EA
Miriam Dualib	Instituto Ecoar
Moema Viezzer	ComSol
Mônica Simons	CEAG/P.M.G
Nelida Cespedes	CEAAL
Nilo Diniz	MMA
Ninon Machado	Instituto Ipanema
Patricia Jaramillo	REPEN
Pedro Aranha	Major Groups/PNUMA
Rachel Trajber	IMAS
Robbie Guevara	ASPBAAE
Sandro Martinez Porro	Centro de Saberes e Cuidados Socioambientais da Bacia do Prata
Sheila Ceccon	Instituto Paulo Freire
Silvana Vitorassi	Itaipu Binacional

Projeto Gráfico: Alexandre DeRuiz

Comitê Facilitador Internacional



Parcerias e Cooperação



PROJETOS SUSTENTÁVEIS
DESIGN · EDUCAÇÃO · CONSULTORIA



Patrocínio



Ministério da Educação Ministério do Meio Ambiente



LISTA DE PARECERISTAS DE 2022 - COMITÊ CIENTÍFICO E PARECERISTAS AD HOC

Pareceristas TN 41, V.20 (Jan-Abr), 2022

Alexandre Maia do Bonfim – IFRJ

Ana Motta - UFF

Claudio Fernandes da Costa – IEARJ/UFF

Domingos Barros Nobre – IEAR/UFF (Ad hoc)

Elaine Martins Moreira – UFRJ (Ad hoc)

Emilie Faedo – UFF (Ad hoc)

Isabela Pedroso – COLUNI/UFF (Ad hoc)

Jaqueline Ventura - UFF

Jacqueline Botelho – ESS/UFF

Jetson Loureiro – UFSE (Ad hoc)

José Carlos do Amaral Junior – IDRPA (Ad hoc)

José Luiz Cordeiro Antunes - UFF

Lea Calvão - UFF

Leonilde Servolo de Medeiros – UFRRJ (Ad hoc)

Lia Tiriba - UFF

Marcelo Lima - UFES

Maria Cristina Paulo Rodrigues – ESS/UFF

Maria da Graça Silva - UEPA (Ad hoc)

Maria José Andrade de Souza - UNIFESSPA (Ad hoc)

Mariana Paladino – UFF (Ad hoc)

Marisol Valencia Orrego – UFRRJ (Ad hoc)

Monica Ribeiro – UFPR

Raimunda Soares – UFF (Ad hoc)

Roberta Lobo – UFRRJ (Ad hoc)

Ronaldo Marcos de Lima Araújo – UFPA

Suenya Santos – UFF (Ad hoc)

William Kennedy do Amaral Souza - IFRO

Pareceristas TN 42, V.20 (Maio-Ago), 2022

Allan Kenji Seki – UFSC (Ad hoc)

André Feitosa - EPSJV/FIOCRUZ

Camila Azevedo - UFF/Neddate (Ad hoc)

Caridad Pérez García – UCPEJV/Cuba

Cláudio Fernandes da Costa – IEAR/UFF

Cleci Korbes – UFPR (Ad hoc)

Domingos Leite Lima Filho (UTFPR)

Dora Henrique da Costa – UFF

Eduardo da Costa Pinto D'Ávila – IFRJ – Duque de Caxias (Ad hoc)

Jacqueline Botelho – ESS/UFF

Jesús Jorge Pérez García – PURJ (Ad hoc)

José Luiz Cordeiro Antunes – UFF

José Rodrigues - UFF

Kênia Miranda – UFF (Ad hoc)

Lia Tiriba – UFF

Luciane Nascimento – UFBF (Ad hoc)

Marcos Barreto – UFF

Marcos Lamarão - IFF / Macaé-RJ (Ad hoc)

Maria Cristina Paulo Rodrigues – ESS/UFF

Nora Rut Krawczyk – UNICAMP (Ad hoc)

Ramon de Oliveira - UFPE

Regis Arguelles da Costa – UFF

Renata Peres Barbosa – UFPR (Ad hoc)

Roberto Leher – UFRJ

Rosana de Fátima Silveira Jammal Padilha – IFPR (Ad hoc)

Sandra Regina de Oliveira Garcia – UEL (Ad hoc)

Vanessa Campos de Lara Jakimiu – UFC (Ad hoc)

Pareceristas TN 43, V.20 (Set-Dez), 2022

Alexandre Maia do Bonfim – IFRJ

Aline Caldeira Soares- UFRJ (Ad hoc)

Ana Motta – UFF
Ana Violeta Ribeiro Durão – FIOCRUZ (Ad hoc)
Angela Rabello Maciel de Barros Tamberlini - UFF
Bianca Aparecida Lima – UFV (Ad hoc)
Caroline Bahniuk – UNB (Ad hoc)
Cláudio Fernandes da Costa – IEAR/UFF
Doriedson Rodrigues - UFPA
Edson Caetano – UFMT
Inny Accioly – UFF (Ad hoc)
Jacqueline Botelho – ESS/UFF
José Luiz Cordeiro Antunes – UFF
Kathiucha Bertollo – UFOP (Ad hoc)
Lia Tiriba – UFF
Luiz Augusto de Oliveira Gomes – Neddade/UFF (Ad hoc)
Márcio Douglas – UFRRJ (Ad hoc)
Marcio Gomes da Silva – UFV /MG – (Ad hoc)
Maria das Graças Lustosa - UFF (Ad hoc)
Maylta Brandão – IFRJ (Ad hoc)
Percival Tavares da Silva – UFF (Ad hoc)
Reginaldo Costa – UFF (Ad hoc)
Ronaldo Marcos de Lima Araújo - UFPA
Sandra Luciana Dalmagro – UFSC (Ad hoc)
Sandra Moraes – Neddade/UFF
Sonia Maria Rummert - UFF
Tássia Gabriele Balbi de Figueiredo e Cordeiro – IFF/EBTT (Ad hoc)
William Kennedy do Amaral Souza - IFRO